



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASILEIRA COM O JAPÃO E COM A
CHINA NOS ÂMBITOS AGRÍCOLA E ESPACIAL (1970-2015)**

ALINE CHIANCA DANTAS

BRASÍLIA
2019

ALINE CHIANCA DANTAS

**COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASILEIRA COM O JAPÃO E COM A
CHINA NOS ÂMBITOS AGRÍCOLA E ESPACIAL (1970-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutora em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Profa. Dra. Danielly Silva Ramos Becard.

**BRASÍLIA
2019**

ALINE CHIANCA DANTAS

**COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASILEIRA COM O JAPÃO E COM A
CHINA NOS ÂMBITOS AGRÍCOLA E ESPACIAL (1970-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de doutora em Relações Internacionais. Área de concentração: Política Internacional e Comparada.

Banca Examinadora:

Danielly Silva Ramos Becard (Orientadora – IREL/UnB)

Javier Alberto Vadell (Membro externo – PUC/Minas)

Iara Costa Leite (Membro externo – UFSC)

Alcides Costa Vaz (Membro interno – IREL/UnB)

Henrique Altemani de Oliveira (Suplente – IREL/UnB)

Ao meu avô Deoclécio (*in memoriam*), pelo exemplo de força e determinação.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar meus agradecimentos lembrando a importância da CAPES, pois o suporte financeiro desta instituição possibilitou a concretização da minha vinda à Brasília para a realização do doutorado em Relações Internacionais. Posteriormente, ao me conceder bolsa de doutorado sanduíche, permitiu a materialização de um antigo sonho de vivenciar o mundo acadêmico fora do Brasil.

Agradeço ao Instituto de Relações Internacionais da UNB, atualmente na pessoa do Prof. Pio Penna Filho, ao Programa de Pós-Graduação, coordenado pela Profa. Ana Flávia Granja e Barros e ao suporte constante e imprescindível da secretária do IREL, notadamente de Vanessa e Carol.

À minha orientadora, Danielly Becard, pela inspiração em relação ao seu entusiasmo e conhecimento sobre China e pelos trabalhos desenvolvidos a respeito da relação bilateral deste país com o Brasil. Agradeço ainda pela orientação e suporte para a concretização desta tese, pelo apoio para a realização do doutorado sanduíche e pelos contatos acadêmicos e profissionais apresentados.

Agradeço aos demais professores do IREL, especialmente Alcides Costa Vaz, que fez comentários fundamentais no meu exame de qualificação do doutorado. Ao Prof. Rodrigo Pires, por ter me permitido realizar o estágio docência junto à sua disciplina de Análise de Política Externa. Ao Prof. Pio Penna, pela simpatia e atenção com os alunos, bem como pela disciplina lecionada de Relações Internacionais do Brasil, a qual contribuiu para o pensamento acerca da política externa brasileira presente neste estudo. Ao Prof. Roberto Goulart como coordenador da Graduação, pelo apoio quando atuei como professora voluntária na disciplina de Introdução às Relações Internacionais na UNB.

Ao Prof. Detlef Nolte do *German Institute of Global and Area Studies* (GIGA) por ter me recebido como pesquisadora visitante para passar seis meses na instituição, garantindo-me todo suporte administrativo, físico e acadêmico. Nessa ocasião, tive a oportunidade de debater meu trabalho com o próprio Detlef, com professores como Tobias Lenz, Miriam Prys-Hansen e Margot Schüller, em grupos de pesquisa e em colóquio institucional. Deixo ainda um agradecimento muito especial a Steffi, que não media esforços para auxiliar a todos no *Institute of Latin American Studies* (ILAS/GIGA).

À EMBRAPA, à AEB, à JICA, ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, à Embaixada da China e do Japão, pela oportunidade de diálogo e concessão de entrevistas por diferentes funcionários, que, sem dúvida, enriqueceram em muito minha pesquisa. A todos os

demais entrevistados que concederam um pouco do seu tempo e atenção para auxiliar na construção desta tese, a exemplo de Amado Cervo, Henrique Altemani, Gilmar Masiero, Vera Lúcia Salazar, Josué Nunes, Alysson Paolinelli, Americo Utumi, Roberto Rodrigues, Ademar Seabra Cruz e Liu Dehua. À Profa. Vera Lúcia Salazar deixo um agradecimento especial pela verdadeira atenção e estímulo para a realização da minha pesquisa, pelos diversos materiais preciosos emprestados sobre o PRODECER e pela leitura do capítulo sobre a cooperação Brasil-Japão.

A trajetória para a finalização desta tese não seguiu um caminho linear e de fácil concretização. Nesse sentido, agradeço imensamente aos conselhos, comentários e apoio dos Profs. Alexandre Leite, Iara Leite e Paulo Kuhlmann e do amigo e pesquisador da área de cooperação internacional João Antônio Lima. Ao Prof. Henrique Altemani agradeço a pronta aceitação para fazer parte da minha banca de doutorado e o aprendizado e parceria nos estudos sobre o Japão. Ao Prof. Javier Vadell deixo também o meu agradecimento por ter composto minha banca de tese e pelos relevantes comentários realizados. Aponto ainda o suporte dos colegas que ingressaram no mestrado e no doutorado no ano de 2015, especialmente Matheus, Daniel, Leonardo Lameiras, Truyitralau (Tru), Rafael Rezende, Mariana Yokoya, Luiz Gustavo e Maurício Kenyatta. Além de todos os outros que conheci no IREL/UNB e que, de alguma forma, compartilharam das angústias e dilemas do doutorado, a exemplo de Larissa Basso, Iris Dias e Renata Ribeiro.

Aos colegas conhecidos no GIGA, Rodrigo Cuevas, Grazi Albuquerque, Bruno Theodoro, Luiz Eduardo, Carolina Salgado, Ariam, Sofia, Lucas Rezende, Medha, Markus Kirchschlager, Enrique Natalino, Leonardo Bandarra, Rocío Verástegui, Desiree Reder, Ana Soliz, deixo meu muito obrigada. Especialmente, agradeço a Rodrigo e a Carol pelos comentários para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço também ao grupo de pesquisa sobre Relações Internacionais e cooperação em ciência e tecnologia, coordenado pela Profa. Iara Leite, cujas reuniões, textos e debates foram essenciais para a construção de vários aspectos da minha pesquisa. Destaco principalmente a participação de Iara Leite, Ramiro Armijos e Nicole Gayard nas reuniões online.

Chego, então, ao agradecimento à minha amada família, que me garantiu um nível de acolhimento indescritível, fortalecendo-me e possibilitando um necessário distanciamento da correria e das cobranças do mundo acadêmico. Sem eles, jamais teria chegado até onde estou, desde o suporte na fase de colégio, graduação, mestrado, até a conclusão deste doutorado.

Aos meus pais e irmão, agradeço as mensagens, ligações, apoio e interesse em sempre participar da minha vida. Vocês são, indubitavelmente, tudo na minha vida. Ao meu pai, lembro

com carinho dos áudios diários no *whatsapp*, querendo saber como estou e sempre almejando a conclusão deste doutorado e altos voos na minha vida profissional. Quero ser um dia pelo menos metade do que você sonha para mim, pai. À minha mãe, literalmente faltam palavras de agradecimento. Mesmo na distância, ela sempre se faz presente, seja no bom dia de todas as manhãs, nas preocupações com o que preciso, nas diversas orações que me coloca ou com pequenos mimos que envia por meio de algum conhecido que sai de João Pessoa e vem à Brasília.

Lembro com muito carinho dos meus queridos avós. Vovô Garibaldi, exemplo como professor e grande intelectual, agradeço as raízes acadêmicas que me deixou. Ao meu avô Deoclécio, que partiu na reta final deste doutorado, minha eterna saudade e admiração, especialmente pelo homem forte, cujas histórias de crescimento e superação da vida sofrida do Nordeste sempre me inspiraram. À minha avó Gizélia, pelas orações e constantes preocupações para saber se eu estou bem e se preciso de algo. À minha avó Lurdinha, que ensina a todos a leveza da vida e também sempre me coloca em suas orações.

Finalmente, àquele que está todos os dias ao meu lado, aguentando choros de cansaço, estresses, estudos à noite, nos finais de semana e feriados, reclamações, conversas sobre tese e, mesmo assim, do seu jeitinho me dá carinho e atenção. Ao meu noivo Felipe e futuro marido, agradeço imensamente toda a preocupação comigo, os almoços e jantares deliciosos para me agradar e as surpresas do dia a dia para me alegrar. Sem você, Brasília não seria igual, nem a conclusão deste doutorado teria sido possível.

Aos primos de Brasília, Gustavo, Luciana, Lucas e Pedro, que sempre me receberam de forma muito calorosa, desde a primeira vez que vim à Brasília fazer a prova deste doutorado que está chegando ao fim.

Portanto, a todas as pessoas do mundo acadêmico e familiar que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste doutorado, deixo meu muito obrigada. Sei que esse caminho doutoral tortuoso foi sempre guiado por Deus e Nossa Senhora, dando-me forças para chegar até a sua conclusão.

RESUMO

Esta tese analisa o comportamento brasileiro na cooperação técnico-científica com Japão e China, detidamente nas áreas agrícola e espacial. Neste estudo, considera-se a inserção dessas interações cooperativas dentro do ambiente interdependente e assimétrico e busca-se compreender como o Brasil age no âmbito da cooperação internacional, tendo em conta o movimento de política externa do país e seus fatores indutores. Para isso, utiliza-se da abordagem da análise de política externa, evidenciando as variáveis que pesam sobre as ações internas e externas, os atores e suas dinâmicas nos níveis individual, institucional e governamental. Promove-se uma análise da relação entre a política externa e a cooperação internacional brasileira com a Ásia e, especificamente, com os dois países já evidenciados, a fim de se verificar a conduta do Brasil. Em associação a esses aspectos, desenvolve-se um estudo comparado dos cinco acordos selecionados nas esferas agrícola e espacial, sendo três com Japão (PRODECER, EGCRS, ALOS) e dois com China (CBERS e LABEX). O objetivo é verificar os fatores condutores desses acordos e os atores envolvidos. Os dois casos considerados de sucesso da cooperação (PRODECER e CBERS) são particularmente importantes para essa pesquisa e três pontos são acentuados na investigação em torno deles: o movimento da política externa brasileira, a influência dos fatores externos e dos aspectos econômicos. Diante do exposto, evidencia-se o papel determinante dos atores de política externa na condução da cooperação internacional brasileira e o maior peso dos fatores político-diplomáticos em detrimento dos aspectos econômicos na indução cooperativa do país, apesar das inconstâncias e intensidades da política externa para a cooperação internacional. De todo modo, reforça-se que a cooperação internacional brasileira com Japão e China não é diretamente determinada pelos direcionamentos externos. Por fim, ressalta-se o desenho de mais diferença no comportamento brasileiro nas relações cooperativas com China e Japão, apontando as distintas características dos acordos e do processo cooperativo e o maior ativismo do Brasil na interação com os chineses.

Palavras-chave: Política externa. Cooperação Internacional. Brasil. Japão. China.

ABSTRACT

This thesis analyzes Brazilian behavior in technical-scientific cooperation with Japan and China, thoroughly in the agricultural and space areas. In this study, these cooperative interactions are inserted in the interdependent and asymmetric environment and it seeks to understand how Brazil acts in the scope of international cooperation, taking into account the country's foreign policy movement and its inductive factors. In order to do so, the foreign policy analysis approach is used, evidencing the variables that weigh on the internal and external actions, the actors and their dynamics at the individual, institutional and governmental levels. The work develops an analysis of the relationship between foreign policy and Brazilian international cooperation with Asia, and specifically the two countries already mentioned, verifying Brazilian conduct. In association with these aspects, a comparative study of the five selected agreements in the agricultural and space spheres is carried out, three with Japan (PRODECER, EGCRS, ALOS) and two with China (CBERS and LABEX). The objective is to verify the drivers of these agreements and the actors involved. The two considered success cases of cooperation (PRODECER and CBERS) are particularly important for this research and three points are accentuated around them: the Brazilian foreign policy movement, the influence of external factors and economic aspects. Based on the above considerations, the decisive role of foreign policy actors in the conduct of Brazilian international cooperation and the greater weight of politico-diplomatic factors in comparison with economic aspects in the country's cooperative induction are evident, despite the inconsistencies and intensities of the foreign policy for international cooperation. In any case, it is emphasized that external directions do not directly determine Brazilian international cooperation with Japan and China. Finally, the most difference design in the Brazilian behavior within the cooperative relations with China and with Japan should be highlighted, pointing out the different characteristics of the agreements and the cooperative process and the greater activism of Brazil in the interaction with the Chinese.

Keywords: Foreign Policy. International Cooperation. Brazil. Japan. China.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Teorias, estímulo interno, estímulo externo e resultado da cooperação.....	73
Quadro 1.2 - Atores concretos brasileiros da cooperação internacional agrícola e espacial com Japão e China.....	77
Quadro 2.1 - Presidentes brasileiros, diretrizes de política externa, relações com países desenvolvidos, América Latina e Ásia	124
Quadro 2.2 - Histórico das visitas presidenciais brasileiras à China e ao Japão e dos Chefes de Estado e Governo da China e do Japão ao Brasil (1950-2016).....	129
Quadro 3.1 - Projetos japoneses SATREPS: quantidade por regiões, países envolvidos e de destaque	162
Quadro 3.2 - Acordos cooperativos técnico-científicos nipo-brasileiros (2000-2015)	168
Quadro 3.3 - Características dos acordos CADAFA, Field Museum, Sistema Koban e TV digital.....	179
Quadro 3.4 - Características do PRODECER	216
Quadro 3.5 - Atores centrais do PRODECER.....	219
Quadro 3.6 - Características do EGCRS	225
Quadro 3.7 - Características do ALOS	236
Quadro 4.1 - Acordos de cooperação técnico-científica Brasil-China	251
Quadro 4.2 - Análise dos acordos científico-tecnológicos entre Brasil e China na área de energia e de nanotecnologia	263
Quadro 4.3 - Principais empresas brasileiras fornecedoras do setor espacial brasileiro, sistemas e componentes ofertados e os programas espaciais envolvidos.....	276
Quadro 4.4 - Características do CBERS.....	308
Quadro 4.5 - Atores individuais relevantes para a continuidade do CBERS	310
Quadro 4.6 - Características do LABEX-China	325
Quadro 5.1 - Características dos acordos/projetos estudados.....	333
Quadro 5.2 - Atores determinantes da cooperação nos cinco acordos em análise	338
Quadro 5.3 - Comparação entre PRODECER e CBERS	341
Quadro 5.4 - Comparação das cooperações agrícolas e espaciais Brasil-Japão e Brasil-China	345
Quadro 5.5 - Comparação da cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China.....	348

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Política externa para cooperação, cooperação para política externa e cooperação na política externa.....	59
Figura 1.2 - Política externa brasileira, seus princípios e o lugar da cooperação internacional	67
Figura 1.3 - Estrutura da cooperação técnica brasileira.....	95
Figura 1.4 - Estrutura simplificada da cooperação científico-tecnológica brasileira (2018)..	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - ODA líquida do Japão para o Brasil em US\$ milhões (1960-2015).....	144
Gráfico 3.1 - Cooperação bilateral recebida pelo Brasil de 1987-2015 (US\$ milhões).....	158
Gráfico 3.2 - Cooperação técnica Japão-Brasil 2000-2015 (US\$ milhões)	159
Gráfico 3.3 - Produção de soja e exportação brasileiras (mil toneladas)	189
Gráfico 4.1 - Contribuição socioeconômica do setor aeroespacial em segmentos (2012- 2016)	276

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Cooperação técnica do Japão com os países da América Latina (US\$ milhões).....	
.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AEB	Agência Espacial Brasileira
AIEB	Associação das Indústrias Espaciais Brasileiras
AIST	National Institute of Advanced Industrial Science and Technology (Japão)
ALBRAS	Alumínio Brasileiro S.A.
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S.A.
APROBAMBU	Associação Brasileira de Produtores de Bambu
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BDC	Banco de Desenvolvimento da China
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAAS	Academia de Ciências Agrícolas da China
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (OCDE)
CADAF	Projeto de Dinâmica do Carbono na Floresta Amazônica
CAF	Chinese Academy of Forestry
CAMPO	Companhia de Produção Agrícola
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Academia de Ciências da China
CAST	Academia Chinesa de Tecnologia Espacial
CATAS	Chinese Academy of Tropical Sciences
CBCIN	Centro Brasil-China de Inovação em Nanotecnologia
CBERS	China Brazil Earth Resources Satellites

CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do Brasil
CENAD/MI	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Brasil
CENIBRA	Celulose Nipo-Brasileira S.A.
CF	Constituição Federal
CGCE	Coordenação-Geral de Intercâmbio e Coordenação Esportiva (MRE)
CGTP	Coordenação Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos da ABC
CIDCA	<i>China International Development Cooperation Agency</i>
CLTC	<i>China Satellite Launch and Tracking Control General</i>
CMA	<i>China Meteorological Administration</i>
CNA	Confederação Nacional Agrícola
CNAT	Comissão Nacional de Assistência Técnica
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPEM	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSA	Administração Nacional Espacial da China
COBAE	Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
COBRADI	Relatório de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento
COMISTAS	Comissões Mistas
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da UFRJ
COPPETEC	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
COSTIND	Commission of Science, Technology and Industry for National Defense
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados da EMBRAPA

CPDOC	Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CRESDA	Center for Resources Satellite Data and Applications
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
CTI Renato Archer	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
CTPD	Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
DAE	Departamento de Assuntos Exteriores da Comissão Estadual de Educação da China
DAI	Divisão de Atos Internacionais (MRE)
DC	Departamento Cultural (MRE)
DCLIMA	Divisão de Mudanças Climáticas (MRE)
DCT	Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (MRE)
DCTEC	Divisão de Ciência e Tecnologia (MRE)
DE	Departamento de Energia (MRE)
DEMA	Divisão do Meio Ambiente (MRE)
DESA	Departamento para Sustentabilidade Ambiental (MRE)
DI	Divisão da Sociedade da Informação (MRE)
DIPS	Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (MRE)
DMAE	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (MRE)
DPF	Departamento da Polícia Federal
DPR	Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (MRE)
DREN	Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis (MRE)
DRN	Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (MRE)

EGCRS	Projeto de Engenharia Genética para Culturas Resistentes à Seca
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ESA	European Space Agency
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FFPRI	Forestry and Forest Products Research Institute
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOCALAL	Fórum de Cooperação Ásia do Leste - América Latina
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GRU	Government Revitalization Unit
GWCI	Great Wall Industry Corporation
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBAS	Índia, Brasil, África do Sul
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICBR	International Center for Bamboo and Rattan
IGP	Índice Geral de Preços
INBAR	International Network for Bamboo and Rattan
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IOUSP	Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ISRO	Organização Indiana para Pesquisa Espacial
JADECO	Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation
JAMSTEC	Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia do Mar
JAXA	Japan Aerospace Exploration Agency
JBPP	Programa de Parceria Brasil-Japão
JICA	Japan International Cooperation Agency
JIRCAS	Centro Internacional Japonês para Pesquisas em Ciências Agrícolas
JPC	Comitê Conjunto do Programa CBERS
JSPS	Sociedade Japonesa para Promoção da Ciência
JST	Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia
KEIDANREN	Federação das Indústrias Japonesas
LABEX	Laboratório Virtual
LNANO	Laboratório Nacional de Nanotecnologia
MAA	Ministério da Agricultura e do Abastecimento do Brasil
MAARA	Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária do Brasil
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MCTIC	Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
MEC	Ministério da Educação do Brasil
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MEXT	Ministério de Educação, Esportes, Ciência e Tecnologia do Japão
MIT	Massachusetts Institute of Technology

MIIT	Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação da China
MOFA	Ministério das Relações Exteriores do Japão
MOST	Ministérios de Ciência e Tecnologia da China
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
MS	Ministério da Saúde do Brasil
NERCN	National Engineering Research Center for Nanotechnology
NIES	Instituto Nacional de Estudos Ambientais
NSSC	Centro Nacional de Ciências Espaciais da China
NSFC	Fundação Nacional de Ciências Naturais da China
OBOR	One Belt One Road
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCESP	Organização de Cooperativas de São Paulo
ODA	Official Development Assistance
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
PACT	Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PM	Polícia Militar
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODECER	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PCSF	Programa Ciências Sem Fronteiras
RDA	Rural Development Administration
RIHN	Research Institute for Humanity and Nature
RIKEN	Institute of Physical and Chemical Research
SASTIND	State Administration of Science, Technology and National Defense Industry
SATREPS	Science and Technology Research Partnership for Sustainable Development (Japão)
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCCT	Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SGAET	Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia (MRE)
SGASP	Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico (MRE)
SGEC	Subsecretaria-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais (MRE)
SICP	Strategic International Research Cooperative Program (Japão)
SUBIN	Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
TICS	Tecnologias da Informação e Comunicação
UDR	União Democrática Ruralista
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília

UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNOSSC	United Nations Office for South-South Cooperation
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
USP	Universidade de São Paulo
WRC	Wildlife Research Center
ZENDOREN	Japanese National Purchasing Federation of Agricultural Cooperative Associations

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
1. FUNDAMENTOS DA PESQUISA	34
1.1. CONTEXTO: GLOBAL, ESTATAL E BILATERAL.....	34
1.1.1. Contexto histórico-atual da cooperação internacional: estrutura internacional, interdependência e (as) simetrias.....	35
1.1.2. Contexto brasileiro de 1970 a 2015: política externa e cooperação	37
1.1.3. Contexto asiático: a importância de Japão e China	40
1.1.3.1. O Japão de 1970 a 2015: breves ponderações de política externa e cooperação internacional	41
1.1.3.2. A China de 1970 a 2015: breves ponderações de política externa e cooperação internacional	43
1.1.4. Brasil-China e Brasil-Japão: relações bilaterais e as possibilidades de cooperação.....	48
1.2. ABORDAGEM TEÓRICA.....	49
1.2.1. Âmbito teórico da cooperação internacional	50
1.2.2. Aportes teóricos da tese	54
1.2.2.1. Política externa e cooperação internacional: abordagens teóricas relacionais	54
1.2.2.2. Política externa brasileira e cooperação internacional: abordagens teóricas relacionais.....	60
1.2.2.3. Princípios da política externa brasileira e o lugar da cooperação internacional	64
1.2.2.4. Política externa brasileira e cooperação internacional: discursos oficiais e notas da Presidência da República.....	68
1.2.3. Análise de política externa: movimento dos atores e fatores indutores da cooperação.....	70
1.3. METODOLOGIA	75
1.4. CONCEITOS APLICADOS NA TESE.....	81
1.5. COOPERAÇÕES TÉCNICA E CIENTÍFICA OFICIAIS BRASILEIRAS E A RELAÇÃO COM CHINA E JAPÃO	87
1.5.1. Cooperação técnica bilateral brasileira	88

1.5.1.1. Histórico	88
1.5.1.2. Processo de negociação e estrutura da cooperação técnica brasileira atual	93
1.5.2. Cooperação científico-tecnológica brasileira	95
1.5.2.1. Histórico	96
1.5.2.2. Negociação e estrutura organizacional.....	100
1.6. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO	103
2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁSIA E AS RELAÇÕES COOPERATIVAS COM JAPÃO E CHINA.....	106
2.1. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁSIA: ATIVISMO E/OU REATIVISMO?.....	106
2.1.1. A política externa brasileira para a Ásia e as relações cooperativas bilaterais: a cooperação em ciência e tecnologia, agrícola e espacial.....	133
2.1.2. Estrutura do Itamaraty e política externa para a Ásia.....	135
2.1.3. Política externa brasileira para o Japão e relações cooperativas	138
2.1.4. Política externa brasileira para China e as relações cooperativas.....	146
2.2. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO	152
3. COOPERAÇÃO BILATERAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO: CARACTERÍSTICAS FORMAIS, MATERIAIS E ANÁLISE DE ACORDOS	155
3.1. COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	157
3.2. COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA	161
3.3. ATORES BRASILEIROS E JAPONESES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS COOPERATIVOS.....	163
3.4. PERSPECTIVA JAPONESA DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA COM O BRASIL.....	164
3.5. PERSPECTIVA BRASILEIRA DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO.....	165
3.6. ACORDOS COOPERATIVOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS ENTRE BRASIL E JAPÃO (2000-2015).....	167
3.7. COOPERAÇÃO AGRÍCOLA TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO	179
3.7.1. Atores da cooperação técnico-científica agrícola Brasil-Japão.....	182

3.7.2. Atos internacionais, reuniões e diálogos	184
3.7.3. PRODECER	187
3.7.3.1. PRODECER e Japão: os interesses em jogo	191
3.7.3.2. PRODECER e o contexto doméstico brasileiro	193
3.7.3.2.3. <i>PRODECER I (1979-1985)</i>	203
3.7.3.2.4. <i>PRODECER II (1985-1992)</i>	208
3.7.3.2.5. <i>PRODECER III (1995-2002)</i>	211
3.7.3.2.6. <i>Fases da cooperação e análise de política externa</i>	214
3.7.4. Engenharia genética para culturas resistentes à seca (2010-2015)	221
3.7.5. Percepções sobre os projetos analisados, o movimento de política externa para a cooperação e a área de cooperação agrícola entre Brasil e Japão	226
3.8. COOPERAÇÃO ESPACIAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO	227
3.8.1. Acordos, reuniões e seminários	228
3.8.2. Perspectiva japonesa da cooperação espacial	229
3.8.3. Perspectiva brasileira da cooperação espacial	232
3.8.4. ALOS	234
3.9. ANÁLISE CRUZADA DA ÁREA AGRÍCOLA E ESPACIAL	238
3.10. COMPORTAMENTO BRASILEIRO E A POLÍTICA EXTERNA PARA A COOPERAÇÃO	239
3.11. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO	241
4. COOPERAÇÃO BILATERAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-CHINA: CARACTERÍSTICAS FORMAIS, MATERIAIS E ANÁLISE DE ACORDOS	243
4.1. ACORDOS NORTEADORES, COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA E MONTANTE FINANCEIRO INVESTIDO	243
4.2. ATORES BRASILEIROS E CHINESES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS COOPERATIVOS	246
4.3. ATOS INTERNACIONAIS, COMISSÕES, DIÁLOGOS	246
4.4. PERSPECTIVA CHINESA DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA COM O BRASIL	247

4.5. PERSPECTIVA BRASILEIRA DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLOGICA COM A CHINA	249
4.6. ACORDOS COOPERATIVOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS BRASIL-CHINA (2000-2015).....	250
4.7. COOPERAÇÃO ESPACIAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-CHINA.....	264
4.7.1. Perspectiva chinesa da área espacial e a cooperação com Brasil	266
4.7.2. Perspectiva brasileira da área espacial e a cooperação com a China.....	269
4.7.3. Atos internacionais assinados, Planos de Cooperação, COSBAN	271
4.7.4. Atores brasileiros e chineses no campo espacial	274
4.7.5. CBERS	279
4.7.5.1. CBERS e China: os interesses em jogo	283
4.7.5.2. CBERS e Brasil: os interesses em jogo	284
4.7.5.3. CBERS e o âmbito doméstico brasileiro: das negociações ao cenário atual.....	285
4.7.5.4. Fases do CBERS e análise de política externa	307
4.7.5.5. Continuidade e sucesso da cooperação.....	309
4.8. COOPERAÇÃO AGRÍCOLA TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-CHINA	311
4.8.1. Perspectivas brasileira e chinesa da cooperação agrícola.....	318
4.8.2. Atos internacionais assinados e o papel das Subcomissões agrícola e de ciência e tecnologia da COSBAN	319
4.8.3. LABEX.....	321
4.9. ANÁLISE CRUZADA DA ÁREA ESPACIAL E AGRÍCOLA.....	326
4.10. O COMPORTAMENTO BRASILEIRO E A POLÍTICA EXTERNA PARA A COOPERAÇÃO	327
4.11. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO	329
5. COMPARAÇÃO ENTRE A COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO E BRASIL-CHINA.....	331
5.1. CARACTERÍSTICAS E ATORES DOS ACORDOS/PROJETOS BRASIL-JAPÃO E BRASIL-CHINA NAS ÁREAS AGRÍCOLA E ESPACIAL.....	332
5.2. ANÁLISE DOS CASOS DE SUCESSO: PRODECER E CBERS	341

5.3. COMPARAÇÃO DA COOPERAÇÃO BRASIL-JAPÃO E BRASIL-CHINA	345
5.4. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO	352
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	354
REFERÊNCIAS	368
ANEXOS	415

INTRODUÇÃO¹

A cooperação internacional é reconhecidamente um princípio da política externa brasileira, o qual deve ser reforçado e promovido por meio de suas práticas, conforme aduzido pela Constituição Federal brasileira. É também vista como um instrumento da política externa, ou seja, é usada para fortalecer a posição internacional do país e os interesses brasileiros, como se nota especialmente pela atuação do Brasil enquanto doador emergente.

Essas duas perspectivas – ontológica e instrumental – da cooperação em relação à política externa são geralmente debatidas em trabalhos sobre essa interação. Todavia, pode-se apontar, dentro dessa segunda abordagem, uma forma inversa de se visualizar esse relacionamento, que consiste no uso das ferramentas de política externa² para induzir a cooperação internacional. Esse é o caminho escolhido para ser desenvolvido ao longo desta pesquisa.

É válido notar que este enfoque analítico é, em geral, refletido a partir dos princípios de política externa brasileira que norteiam a cooperação, dentre eles, autonomia e desenvolvimento, ou está associado aos interesses brasileiros em um viés mais estatal, sem examinar e buscar compreender o movimento de atores e aspectos internos mobilizadores da cooperação.

Além disso, em outros trabalhos, há uma grande ênfase nas dificuldades de uso da política externa para a promoção da cooperação em consonância com os interesses brasileiros, tendo em vista os problemas da política exterior brasileira, ressaltados por Spektor (2016), em termos financeiros, estratégicos, político-partidários, de coordenação entre atores governamentais, de processamento e sistematização de informações e dados e de foco diplomático administrativo ou burocrático.

Contudo, nesta pesquisa, busca-se analisar casos em que, acredita-se, ferramentas de política externa brasileira foram usadas para a promoção da cooperação internacional de maneira bem sucedida, ou seja, levando à condução de acordos com resultados amplos para o país, sejam eles relacionados à economia, à tecnologia ou à aquisição de conhecimentos relevantes. Sendo assim, são observados os fatores indutores do movimento de política externa

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² O conceito de ferramentas de política externa refere-se às visitas presidenciais, ministeriais e institucionais, contatos e diálogos promovidos pela Embaixada do Brasil em Tóquio e Pequim, realização de diagnósticos e previsão de cenários da cooperação, especialmente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

brasileira para a promoção da cooperação internacional. Apesar de o foco do estudo ser interno, ressaltando os atores e interações domésticas, são apontados os interesses estatais dos parceiros cooperativos nos casos em estudo, a fim de melhor compreender os condicionantes internos e externos desse movimento brasileiro de política externa.

Dessa forma, este trabalho visa a destacar a capacidade brasileira de uso das ferramentas de política externa para promover a cooperação internacional em interações com parceiros economicamente mais fortes³. Busca-se, assim, verificar quais atores e instrumentos foram determinantes na condução dessa cooperação do ponto de vista doméstico brasileiro. Particularmente, existe uma situação que é bastante pertinente de ser observada e consiste em saber se houve, em algum momento, indução da cooperação mesmo sem grande interesse do parceiro externo; pois, argumenta-se que esse cenário reforçaria o papel dos atores e os aspectos domésticos brasileiros na condução da política externa para a cooperação.

Para a realização dessa discussão, optou-se pela observação da interação brasileira com dois atores asiáticos centrais: Japão e China. Por meio desses países, é possível analisar diferentes tipos de relacionamentos, respectivamente: tradicional – também chamado de norte-sul – e emergente – igualmente denominado de sul-sul. Este ponto mostra-se de extrema relevância para o campo da cooperação internacional, tendo em vista que permite a comparação entre essas duas modalidades cooperativas por meio da análise empírica da interação brasileira com os dois Estados supramencionados. Além disso, é possível refletir sobre possibilidades de ação brasileiras por intermédio das ferramentas de política externa em relações de assimetria estrutural econômica prévia e verificar como o Brasil pode promover seus interesses em meio a fatores externos (des) favoráveis.

Ademais, o interesse brasileiro por Japão e China é perceptível, bem como a importância do Brasil é reconhecida por esses países, os quais vêm estreitando laços em termos econômicos, mas também no campo da cooperação internacional⁴. No que concerne a essa última esfera, foco de análise desta pesquisa, é válido frisar que as ajudas externas japonesa e chinesa geralmente estiveram voltadas para os países asiáticos, embora, no caso chinês, tenha ocorrido

³ Essa intenção inspira-se em Zartman (1985), que trata das assimetrias, das relações norte-sul e das possibilidades de os parceiros mais fracos melhorarem suas posições nas negociações internacionais por meio de estratégias estruturais e/ou táticas.

⁴ Desde o início desta tese, é válido esclarecer que os termos cooperação e ajuda/assistência internacional possuem significados não coincidentes na literatura especializada. Contudo, pela natureza mais abrangente do vocábulo cooperação internacional, este será mais utilizado para se referir às relações cooperativas brasileiras com Japão e China. A terminologia de ajuda internacional japonesa e chinesa é exposta principalmente quando se quer apresentar dados e informações de fontes que as utilizam, a exemplo da OCDE e do *aiddata*. Ademais, pontua-se que as modalidades de cooperação internacional que serão investigadas nessa pesquisa são a técnica e a científico-tecnológica. Na parte conceitual desta pesquisa todos esses pontos serão melhor aclarados.

uma histórica priorização da ajuda para a África em alguns períodos (HUANG, 2016). A América Latina, por sua vez, apesar de não ser o espaço cooperativo prioritário de ambos os países, tem recebido relevante atenção, e o Brasil é um dos grandes parceiros na região.

Assim, diversos acordos cooperativos foram desenvolvidos pelo Brasil com Japão e China desde as décadas de 1950 e 1980, respectivamente. Ademais, parcerias estratégicas foram estabelecidas entre Brasil e China em 1993 (OLIVEIRA, H., 2004) e entre Brasil e Japão em 2014⁵, o que reforça a importância dessas relações cooperativas na política externa brasileira.

Corroborando o exposto, explicita-se mais detalhadamente por que as relações cooperativas Brasil-Japão e Brasil-China são consideradas de extrema relevância para o Estado brasileiro. No caso do Japão, há destaque para as relações técnicas por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). O Japão é um dos principais doadores que o Brasil possui na cooperação técnica bilateral (MILANI, 2017, p. 95) e ainda o Estado brasileiro foi o principal receptor de ajuda externa japonesa direcionada para a América do Sul no ano de 2015, com um valor de aproximadamente 10 bilhões de ienes (por volta de US\$ 83 milhões) em programas da JICA, correspondentes a uma porcentagem de 44,8% do total de ajuda na região (RELATÓRIO JICA, 2016).

No que tange à cooperação sino-brasileira, tem-se a China como um dos principais parceiros do Brasil na cooperação sul-sul⁶ e o enfoque das relações cooperativas se dá na área científico-tecnológica. O estreitamento da relação entre Brasil e China é corroborado por Wolf Jr., Wang e Warner (2013) e Wolf Jr. (2015), os quais explicitam que o Brasil é um dos grandes receptores de investimentos governamentais chineses na América Latina. Ademais, entre os grandes beneficiários de assistência chinesa⁷ entre 2001 e 2014, destacam-se: Irã, Paquistão, Venezuela, Nigéria, Brasil e Indonésia (WOLF JR., 2015). No caso brasileiro, a assistência chinesa direcionada ao país entre os anos supramencionados foi de US\$ 80 bilhões, contudo esse dado inclui especialmente projetos de infraestrutura e está muito associado a empréstimos, sendo a menor parte, de fato, cooperação, ou seja, ajuda humanitária, assistência técnica e treinamento (WOLF JR, 2015). De acordo com dados do *aiddata*, por sua vez, a ajuda oficial ao desenvolvimento⁸ (ODA) chinesa direcionada ao Brasil entre 2000 e 2014 foi de

⁵ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

⁶ Esse termo será explanado na seção referente aos conceitos da tese. É relevante frisar que existem muitas problematizações sobre a cooperação Brasil-China ser considerada sul-sul, mas é desse modo que ambos os países caracterizam a relação.

⁷ É importante frisar que não há uma clareza sobre o significado e os componentes envolvidos na ajuda/ assistência chinesa. Dessa forma, os montantes financeiros chineses vertidos para a ajuda/assistência promovida pelo país com o Brasil não são precisos. Esse aspecto será melhor analisado no capítulo 4.

⁸ Nos termos do telegrama 590 (Caixa 196, 2011) enviado pela Embaixada do Brasil na China e em conformidade com o *White Paper* da ajuda externa chinesa, tem-se que a ajuda externa integra a categoria de cooperação sul-sul

aproximadamente US\$ 111 mil, embora o total vertido envolvendo outros fluxos tenha sido de US\$ 8,5 bilhões (AIDDATA⁹). Acrescenta-se ainda que não há acordos formais de cooperação técnica com a China por meio da ABC¹⁰. Diante do exposto, percebe-se que não existe uma precisão sobre os montantes financeiros brasileiros direcionados para a cooperação com a China.

Esse quadro inicial das relações cooperativas com Japão e China demonstra a relevância de ambas as interações, mas, por outro lado, ilustra a existência de diferenças nas características da cooperação. Nesse sentido, a presente pesquisa consubstancia-se na busca de uma melhor compreensão dessas relações cooperativas técnico-científicas entre Brasil-Japão e Brasil-China, visando depreender as nuances do comportamento brasileiro no uso das ferramentas de política externa para a indução dessas interações. Além disso, duas áreas – agrícola e espacial – foram escolhidas para nortear a análise dos acordos, tendo em vista a importância para Japão e China, respectivamente.

Sendo assim, a pesquisa que se estabelece tem como objetivo central analisar a condução das relações cooperativas técnico-científicas brasileiras com Japão e China nas áreas agrícola e espacial, a partir da interação com a política externa brasileira entre 1970 e 2015. As perguntas que norteiam este estudo são: qual o papel desempenhado pela política externa brasileira na condução da cooperação do Brasil com Japão e China nas áreas agrícola e espacial e quais os fatores influenciadores de seu exercício nos casos de promoção cooperativa?

Os objetivos específicos da pesquisa consistem em: a) analisar a política externa brasileira e as relações cooperativas estabelecidas com a Ásia, especificamente, Japão e China; a.1) verificar os governos brasileiros que mais estimularam as relações cooperativas com a Ásia, detidamente, no tange às interações com Japão e China; a.2) delinear o padrão de comportamento – ativo e/ou reativo – do Brasil na observação histórica da cooperação técnico-científica com os Estados japonês e chinês; b) investigar a cooperação técnico-científica Brasil-Japão em termos gerais e nos acordos específicos nas áreas espacial e agrícola; b.1) apresentar as características da cooperação, com explicitação de atores, montante financeiro investido, interesses dos países, áreas cooperativas centrais; b.2) estudar os acordos

e de ajuda mútua entre países em desenvolvimento. Além disso, baseia-se nas seguintes categorias: doações, empréstimos sem juros e empréstimos concessionais. A seu turno, as modalidades de ajuda podem ser: projetos completos, bens e materiais, cooperação técnica, cooperação para desenvolvimento de recursos humanos, equipes médicas enviadas ao exterior, ajuda humanitária de emergência, programas de voluntariado e cancelamento de dívidas.

⁹ Disponível em: < <https://www.aiddata.org/china-official-finance>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

¹⁰ Informação fornecida por Yuri de Souza, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos (CGTP) da ABC, em novembro de 2016.

cooperativos nas áreas agrícola e espacial e o papel dos atores de política externa, refletindo especialmente sobre o caso de sucesso cooperativo; c) analisar a dinâmica da cooperação técnico-científica Brasil-China em termos gerais e nos acordos específicos na área espacial e agrícola, nos mesmos moldes do caso japonês; d) verificar quais fatores fundamentais influenciam o movimento de política externa à luz de todos os acordos cooperativos analisados e comparar as características do comportamento brasileiro nas relações cooperativas técnico-científicas com Japão e China.

Nesse contexto, a fim de nortear o desenvolvimento desta pesquisa, são apresentadas as seguintes hipóteses: 1) as ações de política externa brasileira são determinantes na condução das cooperações de sucesso com Japão e China, não havendo influência direta dos fatores e interesses externos sobre o movimento cooperativo, e a mobilização política por meio dos ministérios e das visitas presidenciais são fatores centrais para a indução da cooperação; 2) o movimento dos atores de política externa acontece, essencialmente, graças à ação de lideranças embasadas por perspectivas pessoais, políticas, econômicas e institucionais e não segue uma lógica única nos acordos cooperativos técnico-científicos estabelecidos com japoneses e chineses, nem mesmo nos da mesma área cooperativa, ou seja, haveria tendência de continuidade de relações cooperativas nas quais já existem redes mobilizadas de atores; e, por fim, 3) haveria um maior estímulo da cooperação com base nos instrumentos de política externa no relacionamento sino-brasileiro em comparação com a interação com os japoneses.

Para promover essa discussão, utiliza-se do debate sobre a influência de fatores domésticos e externos, o movimento dos atores e a condução da política externa promovido pelas abordagens teóricas de análise de política externa. Sendo assim, particularmente duas perspectivas teóricas são relevantes para refletir sobre os direcionamentos da cooperação internacional e da política externa nessa pesquisa, sendo elas o realismo neoclássico (ROSE, 1998) e a teoria liberal baseada nas preferências estatais (MORAVCSIK, 1997). De forma simplificada, o realismo neoclássico trata as variáveis externas como independentes e as preferências dos tomadores de decisão domésticos como variáveis intervenientes (ROSE, 1998), desse modo, reforçaria o peso dos fatores externos sobre a condução da cooperação internacional e da política externa brasileira. Por outro lado, a perspectiva liberal analisa as preferências estatais como aspectos determinantes de política externa (MORAVCSIK, 1997), corroborando com a relevância da capacidade doméstica na condução da cooperação e da política exterior. É essencial apontar que as linhas interpretativas presentes nessas perspectivas teóricas são utilizadas apenas como norte analítico e reflexivo da proposta empírica de análise

e não se trata de teste de teoria. Ademais, as lógicas constantes nas abordagens de análise de política externa podem ser usadas de forma complementar ao longo deste estudo.

Em termos metodológicos, esta pesquisa tem caráter indutivo e exploratório, já que se configura a partir de casos de cooperação do Brasil com Japão e China e em uma análise empírica de um tema ainda pouco estudado e com dados limitados. Ademais, utiliza como método de procedimento o estudo comparado de casos (GEORGE; BENNET, 2005). A análise comparada será desenvolvida em três etapas. A primeira consiste na observação de um total de cinco projetos (PRODECER, ALOS, Engenharia Genética, CBERS e LABEX), envolvendo a cooperação com Japão e China nas áreas agrícola e espacial.

A escolha desses projetos baseia-se na apresentação dos casos de sucesso ou de maior desenvolvimento cooperativo¹¹, a partir dos resultados econômicos e tecnológicos alcançados, nomeadamente Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e *China-Brazil Earth Resources Satellites* (CBERS). É relevante mencionar que esses acordos são importantes não apenas para o relacionamento entre Brasil-Japão e Brasil-China, mas também para todo o setor da cooperação bilateral brasileira. É válido mencionar que estes dois acordos já foram analisados em outros estudos acadêmicos, que serão apresentados ao longo desta pesquisa, contudo, desconhece-se o uso da perspectiva comparada, o enfoque baseado no movimento da política externa brasileira indo além do delineamento histórico, da motivação dos atores e dos resultados cooperativos alcançados e, especialmente, a reflexão mais ampla da cooperação internacional brasileira por meio desses casos empíricos, envolvendo o debate sobre as lógicas norte-sul e sul-sul.

Os demais projetos foram selecionados entre os desenvolvidos com Japão e China nos anos de 2000 a 2015, envolvendo instituições nacionais brasileiras e de caráter governamental/oficial nas áreas agrícola e espacial. Dessa maneira, são observados três projetos, sendo dois entre Brasil e Japão – cooperação por meio do satélite ALOS e cooperação na área de engenharia genética para desenvolvimento de espécies de plantas resistentes à seca – e um entre Brasil e China na área agrícola, denominado LABEX. A análise conjunta desses projetos auxilia na visualização dos fatores indutivos da cooperação entre os cinco casos e

¹¹ Os dois casos de sucesso foram escolhidos porque permitem observar se, como e quais instrumentos de política externa tiveram papel determinante no alcance dos resultados bem sucedidos, as causas da indução de política externa, além de garantirem o maior aprofundamento da comparação entre a cooperação técnico-científica brasileira com Japão e China, já que são acordos históricos, de longa duração e com riqueza de informações; e, ainda, de acentuarem as ações e estratégias que geram bons resultados cooperativos, podendo ser replicadas. Os demais acordos são também relevantes porque, por meio deles, percebe-se o que deu certo ou não no direcionamento da cooperação e como a promoção por meio das ações de política externa auxiliou ou poderia ter reforçado a cooperação. Nesse sentido, as duas análises se complementam e são fundamentais para esta pesquisa.

permite destacar a acentuada promoção da cooperação por meio da política externa nos dois casos de sucesso, diferindo-se dos demais.

Já a segunda etapa da comparação consiste em aprofundar a análise dos fatores indutores da política externa para a promoção da cooperação nos casos de destaque, que são PRODECER e CBERS. Esses acordos são refletidos à luz dos debates teóricos de análise de política externa. A terceira e última etapa comparativa baseia-se na compreensão mais geral das interações cooperativas técnico-científicas entre Brasil-Japão e Brasil-China identificadas ao longo da pesquisa, a fim de verificar e produzir generalizações quanto ao status da cooperação, desafio da relação, interesses externos e práticas de política externa.

Por meio da comparação, possibilita-se o desenvolvimento do estudo da cooperação entre Brasil-Japão e Brasil-China de maneira integrada, verificando as características dos dois casos de sucesso da cooperação e refletindo sobre o comportamento brasileiro com atores asiáticos. Isso também permite visualizar como a cooperação está sendo conduzida com os dois países e debater maiores possibilidades de ganhos cooperativos brasileiros.

À luz dos pontos expostos nesta introdução, este estudo se justifica por ampliar as análises sobre as relações brasileiras com o continente asiático, verificando as interações cooperativas com dois atores centrais da região, Japão e China. No caso da China, esta pesquisa é fundamental porque busca ir além da dimensão econômico-financeira e comercial das relações sino-brasileiras comumente debatidas na literatura especializada sobre a interação bilateral. No que tange ao Japão, desenvolve-se um relevante exame da cooperação técnica e da científico-tecnológica bilateral com o Brasil, indo de encontro ao relativo ofuscamento dessas esferas analíticas decorrente da concentração de pesquisas no âmbito da cooperação triangular. Acrescenta-se ainda a importância desta pesquisa para a área de cooperação internacional, tendo em vista a ampla coleta de dados e informações sobre os acordos com ambos os países e o debate sobre o comportamento brasileiro e as lógicas norte-sul e sul-sul. Quanto ao âmbito da política externa, este trabalho aprofunda a relação dessa esfera com a cooperação internacional, discutindo formas de interação entre elas; além disso, promove uma linha histórica de análise sobre a política externa brasileira para a Ásia, aspecto tal que ainda é um nicho a ser explorado pela literatura de política exterior. Ao congregiar todos esses pontos, é válido frisar a originalidade desta pesquisa na medida em que se desconhece a existência de trabalhos comparativos sobre as relações cooperativas técnico e científico-tecnológicas Brasil-Japão e Brasil-China, especialmente com a envergadura empírica trabalhada.

Por fim, a presente pesquisa está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo se refere à análise da teoria, da metodologia e

dos conceitos principais utilizados na tese. O segundo capítulo está ligado ao estudo da cooperação internacional em meio à política externa brasileira com foco nas relações com a Ásia, especificamente com a China e o Japão. O terceiro capítulo, a seu turno, consiste em uma análise geral da cooperação técnico-científica Brasil-Japão e no estudo de casos específicos, notadamente a cooperação na área agrícola e espacial. No quarto capítulo, por sua vez, tem-se o delineamento da cooperação técnico-científica Brasil-China e de casos específicos nas mesmas áreas já explanadas no relacionamento com os japoneses. O quinto capítulo está configurado pela comparação entre a cooperação Brasil-Japão e Brasil-China, considerando as áreas e os acordos de cooperação.

1. FUNDAMENTOS DA PESQUISA

Este primeiro capítulo está dividido em cinco seções e expõe o cenário da cooperação sino e nipo-brasileira em perspectiva histórico-atual, assim como apresenta as bases teóricas, conceituais e metodológicas que norteiam este estudo. Sendo assim, no primeiro tópico, explicita-se o contexto no qual as relações cooperativas técnico-científicas Brasil-Japão e Brasil-China estão inseridas, passando pela exposição do cenário internacional interdependente e (as) simétrico, dos interesses de política externa de Brasil, China e Japão e das relações bilaterais e de cooperação propriamente ditas.

Em seguida, na segunda seção, realiza-se o delineamento da base teórica da pesquisa, ressaltando as diferentes formas de analisar a interação entre política externa e cooperação internacional. Para complementar essa discussão, utilizam-se perspectivas de análise de política externa, a fim de se verificar o movimento doméstico brasileiro de indução da cooperação internacional e os atores envolvidos, sem excluir da observação a possível influência de Japão e China no processo cooperativo.

O aporte metodológico da tese é também debatido em um terceiro tópico, traçando o uso do método de estudo de caso comparado para melhor compreender o comportamento brasileiro no campo da cooperação internacional e as similaridades e diferenças no relacionamento com Japão e China. Ainda, desenvolve-se uma discussão sobre os conceitos-chave para a pesquisa na quarta seção, bem como sobre a estrutura e as características da cooperação internacional brasileira na última parte. Portanto, o objetivo pretendido com os pontos supramencionados é fornecer os subsídios interpretativos para o estudo que se propõe a realizar sobre a cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China.

1.1. CONTEXTO: GLOBAL, ESTATAL E BILATERAL

A discussão aqui proposta está subdividida em seis partes, nas quais são observados aspectos determinantes da cooperação internacional no âmbito global, brasileiro e nas relações bilaterais com Japão e China.

1.1.1. Contexto histórico-atual da cooperação internacional: estrutura internacional, interdependência e (as) simetrias

A compreensão do campo da ajuda/cooperação internacional é essencial para se debater a lógica das relações estabelecidas com Japão e China. Sendo assim, inicia-se essa discussão rememorando o delineamento da esfera da ajuda internacional construída no período pós-Segunda Guerra Mundial, a qual estava baseada na relação hierárquica entre doador e receptor de ajuda. Essa origem do campo da cooperação internacional possui um peso estrutural fundamental a se refletir, o qual está associado às interações brasileiras com o Estado japonês firmadas nos anos 1950/60, como será mais detalhado na parte específica sobre o relacionamento bilateral cooperativo entre os dois países.

Desse modo, no decorrer do tempo, constatam-se discussões sobre a efetividade da ajuda internacional¹² (LANCASTER, 2007) e desse modelo previamente estabelecido, tendo em vista os questionáveis resultados alcançados com a cooperação. Marcovitch (1994, p. 51), por exemplo, ilustra o exposto ao afirmar a discrepância entre a ajuda recebida e os custos dos países em desenvolvimento devido a medidas protecionistas no âmbito de exportações. Em face disso, adaptações foram incorporadas dentro dessa perspectiva, que se denominou de norte-sul, a fim de dar mais voz àqueles países para os quais a ajuda internacional estava direcionada. Nesse sentido, a análise histórica das relações cooperativas Brasil-Japão nesta pesquisa permite o olhar temporal e a percepção dessas possíveis mudanças nas interações nipo-brasileiras.

No entanto, é válido frisar que essa assimetria relacional se mantém ainda hoje na ordem das discussões sobre as relações norte-sul. Até mesmo porque as expectativas com as transformações da década de 1970, ao interferir na balança de poder dos Estados Unidos da América (EUA) e acentuar o papel dos múltiplos atores internacionais, são frustradas quando se observa que os países menos desenvolvidos se viram obrigados a suprir as demandas de matérias-primas dos Estados credores e se mantiveram atados a essa estrutura assimétrica interdependente para manter a sua sobrevivência dentro do âmbito internacional (ZARTMAN, 1985, p. 123). Além disso, a própria década de 1980, com a crise da dívida externa na América Latina, vem corroborar esse quadro referendado.

Por outro lado, há de se acrescentar que os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento buscaram alcançar um espaço dentro da esfera internacional, como se recorda

¹² Desde 2003, a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem promovendo fóruns sobre o tema da efetividade da ajuda (LOPES, 2011).

da Conferência de Bandung, mas a (re)emergência do Sul Global¹³, de maneira mais consubstanciada, só vem ocorrer a partir dos anos 2000, por meio da criação de fóruns *ad hocs* ou de coalizões em organizações internacionais. Dessa forma, tem-se o renascimento da cooperação sul-sul e o novo papel dos doadores emergentes¹⁴, muito embora o Sul Global esteja caracterizado de forma fragmentada, com regiões e países mais desenvolvidos que outros, o que dificulta a formação de uma agenda comum e demonstra que cada doador do Sul usa recursos e referências específicas para justificar suas ações (BERGAMASCHI; TICKNER, 2017). Imersos nesse contexto como promotores da cooperação e parceiros, encontram-se Brasil e China, e essa dinâmica da relação bilateral é alvo do estudo que se propõe a realizar.

Associado também a esse novo cenário geopolítico, tem-se o desenvolvimento da Era do Conhecimento, na qual a informação passa a ter um papel mais relevante. Lida-se, então, com dilemas em torno das dinâmicas de poder e conhecimento, existindo simultaneamente situações de competitividade e produção colaborativa. Esse ambiente torna-se um desafio para o desenvolvimento da cooperação internacional, especialmente em ciência e tecnologia, tendo em vista que a competição pela detenção de saberes e pela criação de patentes torna-se ainda mais acirrada (MACIEL; ALBAGLI, 2010).

Deflagram-se, desse modo, dois processos distintos: ampliação das redes, de informações e possibilidades de cooperação e, por outro lado, preocupações com controle do conhecimento, propriedade intelectual e consequentes barreiras à cooperação (MACIEL; ALBAGLI, 2010). Logo, nota-se que a interdependência tem se mantido como marca do sistema internacional (KEOHANE; NYE, 1998), bem como as assimetrias de poder e de capacidade dos atores.

Em face do exposto, visualiza-se um cenário global complexo marcado por uma diversidade de atores, interesses, relações, contextos internos e externos e fluxos de

¹³ Sul Global é um conceito que não segue o critério estritamente geográfico – estar na parte sul do mapa, embora haja certa conexão – e inclui os países em desenvolvimento (LEITE, 2012), antes caracterizados como terceiro mundistas. Esses Estados estão espalhados, em geral, pelas regiões da África, Ásia e América Latina, apesar de existirem alguns na parte oriental da Europa, por exemplo.

¹⁴ São considerados doadores emergentes países que promovem ações de cooperação internacional, mas que não fazem parte do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dentre eles, podem ser citados os seguintes países: Brasil, China, Índia, Turquia, Indonésia, Arábia Saudita, Rússia, Emirados Árabes, dentre outros (DI CIOMMO, 2014). De acordo com Di Ciommo (2014), os doadores emergentes ressaltam os princípios de solidariedade sul-sul, a não interferência em questões internas e a indução da cooperação pela demanda dos parceiros. O papel desses novos atores na política de cooperação internacional tem sido tão relevante que vários deles possuem investimentos financeiros próximos a doadores tradicionais do CAD/OCDE, como é o caso da equivalência de China e Arábia Saudita com Canadá, da Turquia com a Coreia do Sul e do Brasil com a Áustria (DI CIOMMO, 2014).

informações. Por conseguinte, apesar de o ambiente interdependente possibilitar a cooperação internacional, existem fatores indutores e constrangedores da cooperação.

A partir da discussão apresentada até então, a cooperação internacional é entendida nesta pesquisa como um resultado desejado e benéfico para os diversos atores internacionais, sobretudo pelas possibilidades de troca de conhecimento e informação entre eles. Além disso, é uma característica inerente do contexto internacional interdependente, seguindo a lógica da análise liberal. Contudo, as múltiplas possibilidades de interações cooperativas podem levar a críticas sobre o desenvolvimento dessas relações, apontando as disparidades de poder. Ressalta-se, então, que se reconhece a existência de uma estrutura de poder, mas que o enfoque que se busca realizar concentra-se nas possibilidades de ação e de promoção da cooperação pelo Estado brasileiro em meio a esse ambiente assimétrico.

Portanto, é relevante realizar uma análise apurada sobre os atores, as parcerias, as competições, os acordos e os interesses para se compreender melhor os distintos cenários cooperativos e as respectivas semelhanças e diferenças entre eles. Assim, será possível ter uma noção mais acurada sobre o comportamento brasileiro no campo da cooperação internacional no que tange às interações com Japão e China.

1.1.2. Contexto brasileiro de 1970 a 2015: política externa e cooperação

A partir da dinâmica internacional ilustrada na seção anterior, sobressaltando a interdependência, a assimetria e a complexidade existente ao redor das relações cooperativas, ingressa-se na apresentação da performance de cooperação brasileira em meio às diretrizes de política externa seguidas pelo país e na explicitação dos contatos bilaterais cooperativos técnico-científicos com Japão e China nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente.

Desse modo, tem-se que o Brasil da década de 1970 estava marcado pela ditadura militar, período em que o Presidente Emílio Médici (1969-1974) acentuava a ideia de transformação do país em potência e pleiteava a sua projeção no sistema econômico mundial com base na atuação diplomática bilateral para a promoção do desenvolvimento e em um modelo econômico de crescimento e endividamento intensos (VIZENTINI, 1998).

Acrescenta ainda Valler Filho (2007) que, nos anos 1970, houve uma estreita vinculação entre a cooperação técnica internacional e as políticas públicas de desenvolvimento, como se nota da relação entre os planos nacionais de desenvolvimento e os projetos ou programas contemplados com recursos externos. Observa-se também que, durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979), houve uma ampliação da cooperação internacional (VALLER FILHO,

2007), e esse aspecto é fundamental para se pensar as interações cooperativas com Japão e o dinamismo da política externa para a cooperação, como será discutido nos capítulos 2 e 3. Ao mesmo tempo, o estabelecimento das relações com a China marca a futura promoção de interações cooperativas, como se notará nos capítulos 2 e 4.

Pode-se dizer, então, que a década de 1970 foi essencial para o amadurecimento dos processos cooperativos brasileiros para além do âmbito econômico-financeiro, destacando-se acordos de cunho técnico, científico e tecnológico com distintos países. A cooperação passa a ser vista como um verdadeiro instrumento de inserção internacional brasileira e as relações bilaterais passam a ser pensadas como estratégicas. Acrescenta-se ainda que os principais países nesse momento que possuíam interações com o Brasil eram Alemanha, Japão e França, de um lado, e os pertencentes à América Latina, de outro. Os EUA haviam perdido um pouco do espaço predominante que tinham anteriormente com o Brasil, tendo em vista a proposta de multilateralização da política externa brasileira (VIZENTINI, 1998; VALLER FILHO, 2007).

Conforme aponta Moreira (1989), a década de 1980, por sua vez, representa para o Brasil um período de transição em três dimensões: política, econômica e social. Nesse sentido, em termos políticos, o Brasil passa da ditadura militar ao regime democrático. No que se refere à estratégia econômica, o país buscava superar o esgotamento do modelo de substituição de exportações, voltado para a promoção industrial com apoio do Estado e financiado por recursos externos, o qual levou ao endividamento brasileiro. Em relação ao desenvolvimento social, nota-se uma necessidade de maior reflexão sobre como promovê-lo, tendo em vista que não se materializou como decorrente natural do desenvolvimento econômico.

É válido mencionar que, em 1988, houve acordos de reestruturação da dívida externa, a fim de reduzir o grau de incerteza no âmbito econômico brasileiro (MOREIRA, 1989). Esse fato é fundamental para pensar as possibilidades de manutenção do acordo de cooperação na área de cerrados com o Japão, denominado PRODECER, como se verá mais adiante. Ademais, é no final da década de 1980 que também se observa o desenvolvimento da interação cooperativa com a China, o que reforça o interesse brasileiro em diversificar sua economia e ampliar a competitividade econômica.

O pós-Guerra Fria, a seu turno, representou um período de abertura econômica brasileira, adesão a regimes internacionais de direitos humanos e de tecnologias sensíveis, mas, ao mesmo tempo, promoveu o avanço do regionalismo com o desenvolvimento do Mercosul, possibilitando um aumento do poder de barganha para os países da região (LIMA, 2005b).

Dentro da lógica de inserção internacional brasileira e em um contexto do final da década de 1990 e início dos anos 2000, o Brasil passa a interagir em novos espaços no âmbito

internacional, a exemplo do G20¹⁵ e do BRICS¹⁶, a participar mais ativamente de debates da agenda global, como meio ambiente, pobreza, recursos energéticos, e a atuar enquanto intermediador de conflitos, demandando maior participação nas organizações internacionais (MIYAMOTO, 2011), como um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para compreender o Brasil dentro de um contexto global e atual é válido analisar as suas estratégias de inserção internacional. Nesse sentido, Lima (2005b) assevera que, ao longo de sua história, o Brasil direcionou sua política externa para se transformar em um ator global por meio de dois modelos principais: preservando a relação especial com os EUA e promovendo a diversificação de parcerias e as relações regionais. Atualmente, contudo, não se fala de alternância no uso dessas estratégias. Como aponta Pecequillo (2008), o Brasil atua em várias frentes e estabelece distintas relações cooperativas, embasado, especialmente, pelo princípio do universalismo da política externa brasileira (DINIZ, 2013) e do desenvolvimento. É dentro dessa perspectiva de múltiplas relações que se encontram as interações com Japão e China.

Desse modo, assevera-se que Japão e China possuem importantes vínculos com o Brasil, sendo a relação com a China mais recente e efervescente e a interação com o Japão fortalecida pelos laços culturais e históricos. Nesse sentido, pode-se dizer que, no caso da China, o Brasil ainda tem muito a desenvolver na relação. Em termos de cooperação energética, por exemplo, há muitas possibilidades de ganhos para o lado brasileiro no estabelecimento de vínculos cooperativos com a China (OLIVEIRA, A., 2016). No que tange à cooperação agrícola, é fundamental ter cuidado com os interesses chineses de expansão da agricultura no país e as possíveis consequências para o Brasil, já que somos grandes exportadores de alimentos para a China (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016). Já a cooperação na área de satélites é considerada como de sucesso e merece ser estudada de maneira mais profunda.

No que se refere ao Japão, as relações cooperativas com o Brasil desenvolvem-se especialmente na área ambiental e agrícola (MILANI, 2017; JST¹⁷), com destaque para o projeto na área de cerrados, denominado PRODECER, o qual será estudado mais à frente. É

¹⁵ O grupo do G20 foi criado em 1999 no contexto de crise das economias emergentes e está voltado para a cooperação internacional em temas econômicos e financeiros, congregando países desenvolvidos e em desenvolvimento centrais no âmbito econômico mundial. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: 6 set. 2018.

¹⁶ O BRICS configura um agrupamento de países em desenvolvimento – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que foi estabelecido informalmente em 2006 às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e que se formalizou como BRIC em 2008. Apenas em 2011, a África do Sul foi oficialmente incorporada, passando o grupo a se chamar então de BRICS (REIS, 2013). O grande cerne dos BRICS está associado à busca de ampliação do espaço até então garantido aos países desenvolvidos no sistema internacional.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.jst.go.jp/global/english/kadai/index.html>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

importante refletir também sobre o cenário mais recente da cooperação entre Brasil e Japão, analisando se o dinamismo da cooperação ainda se mantém, bem como asseverando a importância de reforço de laços científico-tecnológicos.

Sendo assim, pode-se caracterizar o Brasil hodiernamente como um país em desenvolvimento em busca de um status mais favorável no contexto global (MIYAMOTO, 2009), embora grandes desafios internos e externos necessitem ser superados, como controle da corrupção, driblagem da crise econômica e política e resgate da posição mais ativa brasileira no sistema internacional.

A grande questão é que países como o Brasil vivenciam a dificuldade de eleger prioridades – parceiros, metas e instrumentos –, levando, muitas vezes, a rumos incertos, baseados na escolha de alternativas disponíveis (MIYAMOTO, 2009). Ultrapassar tal dilema envolve muitos aspectos, inclusive o jogo de poder do sistema internacional; contudo, o estabelecimento do papel que o Brasil pretende exercer nas interações bilaterais e multilaterais, bem como a melhor coordenação de atores oficiais internacionais brasileiros, mostram-se aspectos essenciais (MIYAMOTO, 2009). É a imersão nessa lógica de ação e do comportamento brasileiro nas relações com Japão e China que esta pesquisa busca realizar.

Portanto, com base na compreensão da trajetória de política externa e de cooperação seguida pelo Brasil, depreende-se um cenário brasileiro atual complexo em virtude dos diversos problemas internos e do reflexo sobre a atuação externa do país, incluindo o campo da cooperação internacional. Por outro lado, observa-se o potencial brasileiro em diversos setores, além de possibilidades de aprimorar o poder de barganha e de desenvolver relações cooperativas frutíferas. As interações com Japão e China demonstram-se relevantes e podem ser pensadas de forma conjunta pelo Brasil, sendo um esforço a ser desenvolvido neste trabalho.

1.1.3. Contexto asiático: a importância de Japão e China

A Ásia do século XXI é marcada por uma grande influência dos fatores históricos de conflito entre os países, mas, ao mesmo tempo, por uma forte interdependência econômica, que se tornou visivelmente perceptível com a crise asiática durante a década de 1990 (OLIVEIRA, H., 2006).

Dentro da região asiática, Japão e China podem ser apontados como dois países amplamente influentes e detentores de posição de destaque. É válido ponderar, contudo, as distintas fases que os dois Estados se encontram atualmente. A China vive um processo de intenso desenvolvimento econômico no cenário hodierno, apesar da desaceleração recente –

2015 e 2016 – de suas taxas de crescimento (WORLD BANK¹⁸). Enquanto isso, o Japão viveu seu auge econômico durante a década de 1980 e busca, no contexto atual, manter seu poder econômico, político e, conforme muito se debate¹⁹, ampliar seu poderio militar, referendado por um discurso defensivo.

Nesse sentido, cabe refletir como Japão e China compreendem a cooperação/ajuda internacional e de que forma se relacionam com o mundo, a América Latina e o Brasil. Ademais, é válido verificar o contexto no qual se inserem as relações cooperativas nipo e sino-brasileiras.

1.1.3.1. O Japão de 1970 a 2015: breves ponderações de política externa e cooperação internacional

Em decorrência da derrota durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão vem promovendo, desde o Pós-Guerra, uma política baseada no pacifismo e no desenvolvimento econômico em associação à proteção militar dos EUA. Esse direcionamento levou o Estado japonês à sua recuperação econômica e posterior ascensão. Nesse cenário, o Japão passou a usar da ajuda internacional como meio de promover a sua inserção internacional, e esse direcionamento existe desde os anos 1950 (KATO, 2016).

Com o tempo, a assistência oficial ao desenvolvimento japonesa (ODA) foi se expandindo em consonância com a onda de crescimento econômico japonês. Sendo assim, o Japão se tornou membro do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1964 e um dos principais doadores de ajuda externa na década de 1990 (KATO, 2016).

A partir do século XXI, nota-se uma maior preocupação japonesa com segurança no âmbito de sua política externa, trazendo debates sobre o direcionamento histórico baseado essencialmente no desenvolvimento econômico do país desde o Pós-Segunda Guerra Mundial e alicerçado pela proteção militar estadunidense.

No entanto, o aspecto econômico ainda é central na política externa japonesa, especialmente com uma economia praticamente estagnada e com o acelerado crescimento chinês (WORLD BANK²⁰). Nesse sentido, o Japão tem investido muito em tecnologia predominantemente civil como alternativa para a promoção do crescimento econômico do país.

¹⁸ Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

¹⁹ Para maior conhecimento sobre o tema, recomenda-se a leitura da dissertação de mestrado de Dantas (2014), na qual há um capítulo sobre o debate em torno da militarização japonesa.

²⁰ Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

O grande enfoque tem sido para tecnologia de monitoramento de mudanças ambientais, como no campo da economia energética e de controle de emissões de gás carbônico (YAKUSHIJI, 2008). Essa é uma área importante da cooperação entre Japão e Brasil, como será visto mais à frente.

Em consonância com o viés econômico da política externa japonesa, tem-se a promoção da ajuda externa²¹ como uma de suas ferramentas, e esta tem se expandido geograficamente desde os anos 1970 (AKIKO, 2000), coincidindo, inclusive, com a grande aproximação japonesa com o Brasil em termos cooperativos nesse período. Os anos 2000, por sua vez, representaram um período de recuo da ajuda japonesa, ocorrendo em 2008 uma reestruturação da burocracia no país, reforçando o papel da JICA (KATO, 2016). A partir de 2010, é possível perceber uma renovação da ODA japonesa a fim de ampliar sua importância para além dos aspectos econômicos, ressaltando os interesses securitários e estratégicos da ajuda (ARAGUSUKU, 2011). Esse movimento mais recente da ODA está em concordância com a política externa mais assertiva do Primeiro Ministro Shinzo Abe²².

Quanto à interação japonesa com países das distintas regiões do mundo, o ambiente asiático é o cerne da atuação japonesa, inclusive em termos cooperativos (HUANG, 2016). A relação entre Japão e China é marcada por interdependência econômica, mas também por constantes preocupações em relação aos avanços um do outro (KAWASHIMA, 2003). Além disso, o Japão teve um papel primordial no fornecimento de ajuda externa para o Estado chinês (ARAGUSUKU, 2011), que passou a ser reavaliada com o crescimento do país. O Sudeste Asiático, por sua vez, é uma área central para o Japão em termos econômicos e também no que se refere à ODA. Ampliando o olhar para além da Ásia, nota-se o maior interesse japonês pela África e as relações amistosas com a América Latina. A estratégia da cooperação triangular tem sido uma notória forma japonesa de atuar nessas duas últimas regiões.

Finalmente, no que tange à relação Brasil-Japão, observa-se a magnitude da interação durante os anos 1970 e 1980. A título de ilustração, entre 1971 e 1979, o investimento externo direto japonês no Brasil era de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão, o que, comparativamente, era menor apenas que o dos EUA (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1985). Em tempos mais

²¹ Dentro da categoria de assistência ao desenvolvimento japonesa na forma bilateral, o Japão inclui a cooperação técnica, os empréstimos, a ajuda não reembolsável, a assistência a desastres, as parcerias público-privadas e a cooperação participativa cidadã. As três primeiras modalidades são as principais. Uma informação muito relevante, que será discutida depois, a respeito da cooperação científico-tecnológica Brasil-Japão é que os acordos de tipo *Science and Technology Research Partnership for Sustainable Development* (SATREPS) estão inseridos dentro da ODA, associados à modalidade técnica (RELATÓRIO JICA, 2016, p.20).

²² A política externa japonesa ainda é muito influenciada pelos constrangimentos da política doméstica do país (AKIHIKO, 2000).

recentes, nota-se a existência de discussões sobre a falta de dinamismo da interação nipo-brasileira, apesar dos fortes laços culturais, políticos e econômicos, sendo ressaltada a necessidade de seu reforço em termos práticos e não apenas discursivos (LOPES, 2017a). No entanto, é relevante ressaltar que o Brasil é um dos principais receptores de ajuda externa japonesa na América Latina (RELATÓRIO JICA, 2016). Além disso, em termos de investimentos externos diretos japoneses no Brasil, enquanto que em 1999 os fluxos eram de US\$ 274 milhões, em 2009 atingiram aproximadamente US\$ 1,7 bilhão (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009), o que demonstra a importância no relacionamento entre os dois países.

Por conseguinte, observa-se um Japão que continua tendo uma política externa econômica extremamente forte e um relevante papel no campo da ajuda internacional. O relacionamento com o Brasil, que será detalhado no decorrer desta tese, já pode ser apontado como relevante, com grande destaque para o campo da cooperação internacional. Há de se analisar, com mais profundidade, as relações cooperativas ao longo do tempo e verificar o possível *status quo* ou dinamismo nessa seara.

1.1.3.2. A China de 1970 a 2015: breves ponderações de política externa e cooperação internacional

A China, até a primeira metade da década de 1970, com a liderança de Mao Zedong (1949-1976), tinha uma participação limitada na economia mundial (MOORE; YANG, 2001). Com a morte do referido líder, Deng Xiaoping (1976-1997) assumiu o poder, período no qual se deflagrou um cenário de maior abertura e difusão da ideia de desenvolvimento chinês (LANTEIGNE, 2009).

Dando sequência a esse novo caminho e em um processo de maior descentralização da política externa, o Presidente Jiang Zemin (1993-2003) teve papel importante na promoção das relações internacionais chinesas, inclusive com o estreitamento das interações com os países em desenvolvimento (LANTEIGNE, 2009). Um aspecto que merece ser mencionado é que, durante o governo de Zemin, houve uma difusão de parcerias bilaterais, inclusive com o Brasil, e a propagação da ideia de benefícios mútuos (LANTEIGNE, 2009). Após um processo de transição da presidência, Hu Jintao, ao assumir o poder em 2003, teve que lidar com o crescimento da China, em meio a um cenário de maior participação de atores no desenvolvimento da política externa chinesa.

Mas quem é a China hodiernamente? De acordo com Lantaigne (2009) e Shambaugh (2013), a China pode ser considerada uma grande potência em crescimento, mas ainda não é

uma potência global²³, pois, em termos políticos, culturais e militares, tem muito a avançar para alcançar tal status. Contudo, é primordial frisar que a China vem buscando sua constante inserção no sistema internacional e no processo de globalização (LANTEIGNE, 2009) e, desde que Xing Jinping assumiu o poder em 2012, são iniciados debates sobre as necessárias reformas que o país deve passar em prol do desenvolvimento do país (SHAMBAUGH, 2016).

Ainda analisando a China na contemporaneidade, é válido apontar que muito se discutiu sobre a desaceleração do crescimento chinês em 2016, tanto que Shambaugh (2016) argumentou que o país estaria preso em uma armadilha, porque sem a reforma política iria continuar havendo pouca reforma econômica e progresso social limitado. Contudo, dados mais recentes do Banco Mundial (2017) mostram um cenário novamente positivo de crescimento do PIB chinês²⁴.

Referenda-se, então, a importância do crescimento econômico chinês para a inserção da China no sistema internacional. Lyrio (2010) assevera ainda que o desenvolvimento científico e tecnológico chinês é um dos fundamentos para o crescimento econômico do país e, desde Deng Xiaoping, é considerado prioridade na China. Inclusive, Xi Jinping ressalta em seu governo a importância de reforçar a ciência, tecnologia e inovação (SHAMBAUGH, 2016). Nesse sentido, reconhece-se que o Estado chinês tem adotado uma estratégia bem desenvolvida de produção, importação e difusão de tecnologia, e quase todas as maiores cidades chinesas têm recebido apoio para o estabelecimento de parques tecnológicos. Com esse impulso científico-tecnológico, a China objetiva reduzir seu distanciamento em relação aos países ocidentais em sete áreas, especificamente: espacial, biológica, informática, raios laser, automação, energia e novos materiais (LYRIO, 2010). Esse contexto científico-tecnológico é fundamental para se compreender as interações cooperativas chinesas com o Brasil. Essa esfera de desenvolvimento chinês também tem se tornado importante nas relações com o continente africano. Assim, em 2015, a quinta área de investimento externo direto chinês na modalidade estoque no continente africano foi a de serviços de ciência, pesquisa e tecnologia (BRAUTIGAM; XIAOYANG; XIA, 2018, p. 6).

Além disso, o comportamento militar assertivo da China, no sentido de ampliar seu perímetro de defesa territorial, associado ao interesse de se tornar um centro econômico no continente asiático (LAMPTON, 2018), também revela outra perspectiva da inserção internacional chinesa na contemporaneidade.

²³ É importante frisar que essa visão não é unânime na literatura.

²⁴ Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/china>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

O crescimento chinês também foi bastante fortalecido pelas políticas *win-win*, as quais asseveram os benefícios mútuos da cooperação. No entanto, a assimetria em relação principalmente aos países em desenvolvimento tem levado a questionamentos sobre essa lógica interativa com a China (WOMACK, 2013; BERNAL-MEZA, 2016). Sendo assim, resta o questionamento: estaria a China atendendo às necessidades dos parceiros dentro de uma estratégia *win-win*? Neste estudo, a análise das relações cooperativas com o Brasil poderá trazer algumas indicações para essa pergunta.

No que diz respeito à ajuda externa²⁵, a China tem expandido sua participação no cenário internacional e se tornado um dos principais doadores de ajuda. Há, todavia, uma grande dificuldade de quantificar a ajuda externa ofertada pela China²⁶, apesar do *White Paper* (2014) lançado pelo país visando a maior transparência dos dados (KITANO; HARADA, 2014). Além disso, esclarece-se que, em alguns aspectos, a assistência externa chinesa se aproxima do caráter de concessionalidade (empréstimos com baixas taxas e longo período para o pagamento) da ODA com base nos critérios da OCDE e, em outros, compartilha características de investimentos externos (LENGAUER, 2011), fortalecendo os dilemas analíticos da ajuda externa chinesa.

Referendam-se ainda os princípios norteadores da ajuda externa chinesa, introduzidos em 1964 pelo Primeiro-Ministro Zhou Enlai e que continuam fundamentais para a China, quais sejam: a) igualdade e benefício mútuo de doador e receptor; b) não interferência nos assuntos internos e respeito pela soberania sem atrelar condições à ajuda; c) empréstimos isentos de juros ou a juros baixos; d) propósito central da ajuda é autoconfiança do país receptor; e) apoio a projetos rápidos que gerem aumento de receita e acúmulo de capital no país; f) os projetos de desenvolvimento são direcionados por meio dos produtos de qualidade chineses; g) promoção de assistência tecnológica e treinamento profissional de trabalhadores locais; h) submissão dos

²⁵ Dentro da categoria de ajuda externa chinesa inclui-se: doações (projetos sociais, cooperação técnica e ajuda humanitária), empréstimos sem juros (instalações públicas e projetos para melhorar a qualidade de vida das pessoas) e empréstimos concessionais (projetos de infraestrutura) (LENGAUER, 2011). Esse ponto será retomado no capítulo 4. Em termos das fases da ajuda externa chinesa, é possível abordar três momentos: 1) 1950-1970: a ajuda externa como instrumento político de difusão da ideologia socialista durante o governo de Mao Tsé Tung; 2) 1970- 1990: pragmatismo econômico do governo de Deng Xiaoping e associação com a ajuda; 3) 1990- até os dias atuais: ampliação da ajuda externa chinesa, diversificação das fontes e meios de financiamento e associação à noção de cooperação sul-sul (LENGAUER, 2011). Por fim, estabelece-se que a grande motivação da ajuda externa chinesa é de natureza econômica, visando assegurar recursos e benefícios comerciais, especialmente com os países da África e América Latina. Os aspectos políticos e de segurança estão mais próximos da realidade da ajuda chinesa na Ásia (LENGAUER, 2011).

²⁶ Lengauer (2011) aponta alguns possíveis motivos: a pressão dos países receptores podendo demandar mais ajuda; a possibilidade de crítica doméstica; a dificuldade dos próprios chineses de saberem o exato montante da ajuda direcionada aos países em desenvolvimento pela mistura entre os empréstimos concessionais, o comércio e os investimentos.

trabalhadores chineses prestadores da ajuda aos padrões locais de vida nos países receptores (LENGAUER, 2011, p. 37-38)²⁷. Esses princípios são importantes para refletir sobre o padrão de conduta chinesa na cooperação com o Brasil. Como se aproximam da noção de cooperação sul-sul, reforçarão a análise conclusiva desta pesquisa sobre se a China segue ou não essas diretrizes cooperativas.

Acrescenta-se ainda sobre o assunto da assistência ao desenvolvimento chinesa, a importante criação, em 2018, da *China International Development Cooperation Agency* (CIDCA), cuja função seria de coordenação dos projetos de ajuda externa chineses. Os resultados da referida agência de nível ministerial, porém, ainda precisam ser analisados no decorrer do tempo, inclusive para se perceber a relevância dos interesses comerciais no direcionamento da ajuda externa do país (LIAO et al., 2018)²⁸.

Quanto à interação chinesa com o mundo, afirma-se que ela se dá com países em desenvolvimento e com grandes potências nas distintas regiões, apesar dos fortes laços chineses com a Ásia. Já com os EUA, há sinais de recente deterioração do relacionamento com os chineses e de aproximação estadunidense de Taiwan (LAMPTON, 2018). No entanto, para Lampton (2018), esse cenário precisa ser revisto por ambos os países.

O movimento chinês para além do âmbito asiático fortaleceu-se muito no final do governo Jiang Zemin (1993-2003) e durante o de Hu Jintao (2003-2013) e gerou benefícios políticos e econômicos para a China (LANTEIGNE, 2009). Ademais, a inserção internacional chinesa coincide com a necessidade de expansão econômica do país e, por consequência, é desenvolvida uma estratégia denominada *going global* (LANXIN, 2008).

A presença chinesa na América Latina²⁹, por sua vez, cresceu consideravelmente no século XXI, com destaque para as relações comerciais (LANTEIGNE, 2009; SHAMBAUGH, 2013). Contudo, a inserção da China na região latino-americana não se dá apenas por meios econômicos, ou seja, pela importância chinesa como destino das exportações regionais e pelos financiamentos ofertados para os governos locais; há também aproximação política, a exemplo do acordo da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos com a China (BUELVAS; PIÑEROS, 2017; SERBIN, 2017), dos laços estabelecidos com governos

²⁷ Como assevera Lengauer (2011), os referidos princípios estão mais próximos da ajuda econômica e da cooperação técnica. Nesse sentido, há maior dificuldade

²⁸ Antes dessa mudança, o Ministério do Comércio centralizava o direcionamento da ajuda externa chinesa, sendo apoiado pelo Ministério das Finanças, o Ministério dos Assuntos Exteriores e o Ministério da Saúde (LIAO et al., 2018). A China, então, recebia muitas críticas sobre a proximidade da ajuda externa e do comércio. A ausência de uma linha clara entre essas duas esferas leva a alguns projetos serem considerados de ajuda quando são investimento externo direto (LENGAUER, 2011).

²⁹ A presença chinesa na América Latina em termos de ajuda é recente em comparação com a Ásia e a África e o direcionamento é feito basicamente de forma bilateral (LENGAUER, 2011).

específicos, como no caso da Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, e de Raul Castro, em Cuba, além dos acordos de parceria estratégica³⁰ e de cooperação com os países da região (LANTEIGNE, 2009).

No entanto, é válido citar que há fortes questionamentos sobre o relacionamento desigual entre os chineses e os países latino-americanos na seara econômica, já que a China exporta bens manufaturados e de alto valor agregado e importa produtos básicos e *commodities* da América Latina, levando à especialização de exportação primária dos Estados da referida região (BERNAL-MEZA, 2016). Vadell (2011), por exemplo, acredita na hipótese de que haveria um padrão norte-sul com características próprias nas relações econômicas da China com a América do Sul.

Em termos militares, a inserção chinesa na América Latina não é muito representativa (SHAMBAUGH, 2013), embora Ellis (2018) acredite em uma tendência de crescimento em tamanho e escopo por volta de 2050. Na esfera cultural e de ajuda externa, tem-se observado a ampliação da atuação chinesa na região (SHAMBAUGH, 2013). Um ponto que deve permear as reflexões nesta pesquisa é saber se este direcionamento do relacionamento chinês com a América Latina na esfera comercial está próximo ou não do que acontece no âmbito cooperativo técnico e científico-tecnológico, detidamente ao se observar o caso brasileiro.

Pontua-se ainda que a relação da América Latina com a China é relevante para a região, mas é fundamental saber utilizar as oportunidades diplomáticas advindas dessa interação (TOKATLIAN, 2008). E, quanto a esse ponto, Shambaugh (2013), Ellis (2018) e Serbin (2017) asseveram a deficiência da região latino-americana por não possuir uma estratégia direcionada para a China. Como consequência, Ellis (2018) esclarece que há uma tendência ao avanço das relações econômicas chinesas com a América Latina de forma favorável à China. Ademais, Ellis (2018), em uma análise de cenário prospectivo para as relações da China com a América Latina em 2050, revela um constante processo de maior influência sobre diversos setores regionais, tais como agricultura, mineração, petróleo, construção e logística, bancos e finanças, eletricidade e telecomunicações.

Chegando ao tema central deste tópico, tem-se que a relação China-Brasil está imersa nesse cenário latino-americano apresentado anteriormente e é essencial para o lado chinês no âmbito regional. Essa interação tem destaque no campo comercial e algumas iniciativas de

³⁰ Quanto às parcerias estratégicas, Lanxin (2008) assevera que, para a China, estão associadas a uma definição restrita, voltadas, em geral, para interesses econômicos e energéticos. Já os acordos de cooperação, esses são caracterizados pela nomenclatura cooperação sul-sul, embora haja muitas críticas a esse padrão cooperativo (LANXIN, 2008).

cooperação bilaterais têm sido desenvolvidas entre ambos os países. É fundamental evidenciar a necessidade de se desmistificar a lógica da China como uma parceira natural do Brasil, a fim de se observarem as múltiplas possibilidades de interação, bem como ressaltar a importância da barganha e do estabelecimento de uma relação estratégica, marcada por complementaridades, interesses recíprocos e negociações (HIRST, 2008).

Dessa forma, observa-se uma China em crescimento, apesar da recente desaceleração, baseada em uma estratégia *going global* e em uma lógica de negociação *win-win*, com ampla presença na América Latina e relações relevantes com o Brasil, especialmente em termos comerciais. No que tange à cooperação internacional, essa tem se tornado um importante instrumento para a China no sentido de promover o fortalecimento da sua inserção internacional e de laços bilaterais. Há que se atentar, todavia, para as inseguranças surgidas com o forte crescimento chinês e as assimetrias dele decorrentes. Nesse sentido, cabe questionar, para fins desta pesquisa, como o Brasil lida, no campo da cooperação, com essa mudança de posição internacional chinesa e quais os impactos para as interações entre os dois países. Esses aspectos serão refletidos ao longo deste estudo.

1.1.4. Brasil-China e Brasil-Japão: relações bilaterais e as possibilidades de cooperação

A partir dos pontos expostos anteriormente acerca da política externa e da cooperação internacional de Brasil, China e Japão, cabe questionar: como estão sendo desenvolvidas, então, as relações bilaterais e cooperativas sino e nipo-brasileiras? O Brasil, como país em desenvolvimento, busca sua inserção internacional por meio de relações múltiplas, verticalizadas e horizontalizadas, bilaterais e multilaterais. As interações com Japão e China, a seu turno, encaixam-se nesse perfil, tendo em vista que o Estado brasileiro mantém bons laços com ambos os países. Assim, nesta pesquisa, será avaliada a aproximação e o distanciamento entre as duas lógicas cooperativas, bem como a verticalidade e a horizontalidade na prática dos acordos internacionais desenvolvidos com esses atores.

Em termos do que já foi discutido, a China é considerada um país em desenvolvimento, mas que alcançou o status de potência econômica. Apesar de ter grande influência hoje no mundo, continua em busca de sua maior inserção internacional por diversos meios, como culturais, econômicos, cooperativos, inclusive com maior aceitação das regras internacionais. As interações com o Brasil são muito centradas no campo econômico-comercial, no qual se concentram enormes discussões sobre as assimetrias entre os atores, mas há ligações políticas, como alianças em fóruns multilaterais e participação em grupos como BRICS e G20 comercial,

bem como iniciativas cooperativas relevantes (OLIVEIRA, H., 2012). Essas últimas serão alvo da análise desta pesquisa e, de antemão, ressalta-se o potencial do campo científico-tecnológico.

O Japão, por sua vez, caracteriza-se como um país desenvolvido, mas também em busca de sua inserção internacional, especialmente por meio da esfera econômica, e a ajuda externa está claramente conectada a esse interesse. Com o Brasil, o Estado japonês possui fortes laços culturais, considerando a elevada concentração de japoneses no país. Pode-se dizer que esse aspecto tem um peso considerável nas relações estabelecidas entre os dois países. Além disso, Japão e Brasil desenvolveram juntamente com Alemanha e Índia o G4, grupo voltado para a ampliação do Conselho de Segurança da ONU, em busca de assentos permanentes no referido âmbito da organização. No que tange à cooperação internacional, observam-se as possibilidades de trocas nos âmbitos técnico, científico-tecnológico e também por meio de triangulação.

Entende-se, então, que o Brasil possui amplos meios de interagir com Japão e China e de utilizar a cooperação como uma possível ferramenta de aprimoramento de suas capacidades tecnológicas, já que japoneses e chineses são mais avançados economicamente e têm grande potencial nessa esfera. Compreender esse âmbito cooperativo sino e nipo-brasileiro com mais riqueza de detalhes e analisar os respectivos acordos promovidos são um nicho a ser explorado e que esta pesquisa se propõe a adentrar.

Assim, por meio da cooperação com Japão e China, aponta-se que o Brasil tem muito a ganhar, e alguns acordos, por exemplo, são notoriamente considerados bem-sucedidos, como é o caso dos dois grandes projetos de cooperação, chamados de PRODECER e CBERS, cerne desta investigação. Dessa forma, instiga-se uma análise mais aprofundada sobre eles em associação ao movimento da política externa brasileira.

Portanto, coloca-se para reflexão e análise, ao longo desta pesquisa, o desenvolvimento das relações cooperativas com Japão e China, verificando-se o comportamento brasileiro em ambas as relações e as características cooperativas estabelecidas na área agrícola e espacial com cada país, investigando-se igualmente os projetos bem-sucedidos e o uso das ferramentas de política externa na promoção cooperativa.

1.2. ABORDAGEM TEÓRICA

Com base na compreensão do cenário no qual as interações cooperativas técnico-científicas entre Brasil-Japão e Brasil-China estão inseridas, passa-se a debater os aportes teóricos que guiarão a análise desta pesquisa. Inicialmente, desenvolve-se uma apresentação sobre o âmbito teórico do campo da cooperação internacional; em seguida, debate-se a relação

entre política externa e cooperação internacional e delinea-se o quadro teórico que será utilizado para a análise dos casos em estudo.

1.2.1. Âmbito teórico da cooperação internacional

A cooperação internacional enquanto perspectiva teórica teve sua base conceitual definida nos anos 1980, por meio da obra de Keohane (1984), embora enquanto prática tenha sido utilizada largamente em períodos anteriores (DAI; SNIDAL, 2010). Entende-se por cooperação, então, a “coordenação de políticas por meio da qual os atores ajustam seus comportamentos às preferências reais ou esperadas dos outros atores” (KEOHANE, 1984, p.51).

Quanto aos estudos de cooperação internacional, verifica-se que não há uma literatura específica para analisar o estado da arte nesse campo (LIMA, 2006). No caso brasileiro, percebe-se que, em diversos casos, as análises têm sido conduzidas com base histórica e excessivamente prática, havendo menor densidade no aporte teórico (INOUE; VAZ, 2012; OLIVEIRA; LUVIZOTTO, 2011). Essa percepção sobre a abordagem brasileira pode ser refletida, por exemplo, em Hirst (2012), Abdenur e Souza Neto (2013), Patrícia Leite (2011) e Lima (2005a). É notório ainda apontar, nos autores brasileiros, uma grande preocupação com o conceito e discussões em torno da ideia de cooperação sul-sul³¹, como se nota em Patrícia Leite (2011), Iara Leite (2012), Milani e Lopes (2014), Lima (2005a) e Saraiva (2007).

Existem, contudo, abordagens teóricas que são utilizadas para a compreensão do campo cooperativo. As principais perspectivas utilizadas são a sociológica (MARWELL; SCHMITT, 1975; RATNER, 2013); as teorias de negociação internacional e diplomacia (ZARTMAN, 1985); de processo decisório e análise da política doméstica ou externa (MILNER, 1992; MILNER, 1997; LANCASTER, 2007; LEITE; POMEROY; SUYAMA, 2015), de políticas públicas (MILHORANCE, 2013), de governança e redes (FRAUNDORFER, 2013), as abordagens de cooperação com base nas teorias de Relações Internacionais, especialmente liberais e teorias dos jogos (KEOHANE, 1984; AXELROD, 1984), análises baseadas na teoria da dependência (XING; CHRISTENSEN, 2012) e no pós-colonialismo (MAWDSLEY, 2011).

As abordagens sociológicas de cooperação são baseadas na lógica comportamental e individual e debatem motivações e aspectos culturais da cooperação internacional

³¹ Quanto à literatura geral que trata do tema da cooperação sul-sul, é muito pertinente a observação trazida por Bergamaschi e Tickner (2017, p. 10) de que há uma grande dominação de estudos sobre os BRICS e de que muitos trabalhos possuem uma natureza descritiva, sem grande enfoque em perspectivas teóricas e metodológicas.

(MARWELL; SCHMITT, 1975; RATNER, 2013). Os trabalhos pautados nas teorias de negociação internacional, por sua vez, buscam entender as relações entre os atores, considerando as distintas fases e elementos da negociação.

No que se refere aos estudos de processo decisório, há destaque para abordagens acerca das relações institucionais entre Executivo e Legislativo (MILNER, 1992; MILNER, 1997). Lancaster (2007) também segue esse olhar institucional, mas busca ir além do foco nos poderes, como faz Milner (1992, 1997), incluindo discussões sobre ideias, valores, interesses, elites políticas, organizações privadas, redes informais e agências governamentais de ajuda internacional.

É de grande importância para esta pesquisa ressaltar que, apesar do foco na política doméstica, Lancaster (2007) afirma que pretende mostrar os casos de influência externa e da política interna sobre o propósito da ajuda internacional. Como será visto na parte teórica deste trabalho, a lógica de análise de Lancaster (2007) se aproxima muito da que se busca utilizar nesta tese, embora aqui o foco esteja mais na compreensão dos fatores condutores da cooperação internacional e menos na motivação dos atores.

Ainda dentro dessa abordagem de análise de política externa, referenda-se, em meio à literatura brasileira, o trabalho de Leite, Pomeroy e Suyama (2015), que usam essas ferramentas, juntamente com perspectivas de políticas públicas, como ciclos de políticas públicas e arena política, para demonstrar que a política de cooperação sul-sul do governo Lula da Silva foi resultado não apenas do trabalho de atores domésticos tradicionais, como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Presidência, mas também da mobilização de instituições domésticas e interesses de grupo.

No caso das análises que utilizam políticas públicas, estas partem da perspectiva da cooperação internacional como uma política pública e debatem transferências de políticas ou aspectos referentes às etapas de seu desenvolvimento, como a de formação de agenda (MALACALZA, 2016; MILHORANCE, 2013; MILANI; LOPES, 2014). Em relação aos estudos de governança e redes, Fraundorfer (2013) trata dos esforços nodais da luta global contra a pobreza e a fome a partir de iniciativas brasileiras.

No que tange às teorias de relações internacionais, são observados autores que inseriram a discussão sobre cooperação em suas plataformas de análise. Desse modo, observa-se uma literatura voltada para os aspectos sistêmicos da cooperação internacional e/ou ligada à teoria dos jogos (MILNER, 1992). Assim, tem-se como expoentes dessa abordagem autores de base realista como Morgenthau (1962), liberal como Kindleberger (1973) ou neoliberal como Keohane (1984) e Axelrod (1984).

Morgenthau (1962) discute a relação entre política externa e ajuda externa, destacando de que forma esta integra aquela. Nesse sentido, o autor pensa a interação entre Estados e jogos de interesse entre receptor e doador. Desenvolve também uma tipologia de ajuda externa e afirma que, para cada situação, há um tipo, quantidade e qualidade de ajuda e essa deve ser harmonizada de acordo com os objetivos gerais de política externa. Assim, visualiza-se que o autor trabalha com relações verticalizadas de cooperação internacional, na qual um ator doa e o outro recebe. Além disso, nota-se que a ajuda externa é vista como um instrumento de fortalecimento do Estado doador e de sua política exterior, destacando-se as vantagens políticas da ajuda externa (MORGENTHAU, 1962).

Já Kindleberger (1973) compreende a lógica sistêmica por meio da Teoria da Estabilidade Hegemônica, de acordo com a qual um ator singular, fortemente dominante na política internacional, possibilita o surgimento de resultados coletivos desejados para todos os Estados no sistema internacional (SNIDAL, 1985). Nesses termos, arranjos cooperativos seriam formados entre os *hegemons* e os demais Estados; contudo, Snidal (1985) bem como Keohane (1984) afirmam que há maiores resultados cooperativos com o declínio hegemônico. A explicação para isso seria que a Teoria da Estabilidade Hegemônica considera o comportamento dos Estados como constante dentro do sistema internacional, ignorando o impacto da barganha, negociação, racionalidade estratégica e ação coletiva (SNIDAL, 1985). Desse modo, além da hegemonia, existem outros aspectos na política internacional que devem ser observados. Apesar de suas limitações, a referida teoria é muito pertinente para levar à reflexão sobre as assimetrias do sistema, a relação tênue entre liderança e exploração e a possibilidade real de acesso aos bens de forma coletiva (SNIDAL, 1985).

Keohane (1984), por sua vez, centra-se em uma perspectiva institucionalista para pensar a cooperação em meio a um sistema interdependente. O autor define que cooperação se diferencia de discórdia e harmonia, pois se refere a ajustes de políticas em decorrência de demandas de outros atores. Desse modo, sem discórdia alguma não haveria cooperação, mas sim uma situação de harmonia de interesses, na qual a política dos atores automaticamente satisfaria os objetivos dos outros. É apontado ainda o poder das instituições enquanto facilitadoras do processo de cooperação pelo potencial de diminuir as incertezas e limitar as assimetrias (KEOHANE, 1984).

É relevante ressaltar que, na introdução do seu livro, Keohane (1984, p. 6) afirma que sua teoria é voltada para a análise de relações cooperativas entre países desenvolvidos, que estão permeados por uma intensa interdependência, demonstrando sua limitação teórica para abarcar as relações entre países em desenvolvimento, denominadas de sul-sul. No entanto, sua

obra continua fundamental para compreender as relações cooperativas entre os atores no sistema internacional, podendo ser realizadas adaptações para a melhor análise das múltiplas interações cooperativas.

Por fim, Axelrod (1984) busca debater em que condições a cooperação emergirá em um mundo de egoístas sem autoridade central e a estuda por meio da teoria dos jogos. Um assunto pertinente abordado pelo autor é sobre a estratégia nas relações cooperativas. Sendo assim, no que diz respeito a esse tema, afirma que a melhor estratégia depende daquela utilizada pelos outros jogadores. Nesse ínterim, observa-se que não existe uma única melhor estratégia, pois cada ator tem que perceber os elementos em jogo (AXELROD, 1984).

Além dessas perspectivas, existem análises desenvolvidas com base na ideia da dependência. Destacadamente, para os interesses dessa investigação, há os estudos sobre o relacionamento entre China e América Latina ou África (JENKINS, 2012; SKIRA, 2007) envoltos na lógica do sistema mundo (SLY, 2017; XING; CHRISTENSEN, 2012). Abordagens de autores como Robert Cox (1986), Theotonio dos Santos (1978), Wallerstein (2005) ilustram a ideia de imperialismo, hegemonia, hierarquia e dependência, sendo também utilizadas para debater as interações cooperativas entre os atores.

Lancaster (2007, p. 3) aborda que essas linhas de pensamento têm como norte a existência de um Estado dominante no cerne do sistema capitalista, no qual países em desenvolvimento são controlados e explorados. Lancaster (2007, p. 3) cita ainda uma linha construtivista, ressaltando como a expressão normativa tem conduzido as relações nas quais os países ricos devem prover ajuda aos mais pobres, a fim de promover melhor qualidade de vida às pessoas.

É primordial ainda apresentar abordagens teóricas que trazem um olhar pós-colonial para o campo da cooperação internacional. Nesse sentido, Mawdsley (2011) debate o regime simbólico da cooperação sul-sul – identidade dos países em desenvolvimento, conhecimento do desenvolvimento apropriado, rejeição da hierarquia de doador e receptor e promoção da ideia de oportunidade mútua – e o que ele pode vir a ofuscar nas relações entre os atores. Corroborando essa análise crítica, Bergamaschi e Tickner (2017, p. 8) asseveram que, apesar da retórica comum, cada país do Sul usa seus recursos e referências para justificar suas ações e não questionam do mesmo modo a distinção face aos países do Norte.

Sendo assim, essa imersão inicial no campo teórico da cooperação internacional tem o condão de explicitar as distintas abordagens que são utilizadas para estudar o fenômeno. No próximo tópico, a perspectiva teórica a ser utilizada como lente analítica desta pesquisa será destrinchada.

1.2.2. Aportes teóricos da tese

A fim de compreender como se dá o movimento da política externa brasileira quando o assunto é cooperação técnico-científica agrícola e espacial com China e Japão, faz-se um debate relacional teórico, principiológico e discursivo entre política externa e cooperação internacional, destacando-se a importância de se pensar esses dois campos de forma integrada.

Assim, adota-se um olhar da cooperação internacional a partir da política externa brasileira, mas considerando-se a possibilidade de haver maior ou menor indução da cooperação pelos atores de política externa. Os fatores endógenos e exógenos explicativos desse processo serão debatidos à luz das premissas teóricas de análise de política externa.

Desse modo, a teoria de análise de política externa será utilizada para debater quais elementos congregam as decisões de política externa brasileira relacionadas com o desenvolvimento da cooperação internacional. O foco da análise é a partir do âmbito doméstico brasileiro, embora a dimensão externa seja considerada, especialmente por se tratar de relações brasileiras com parceiros economicamente mais fortes, demarcando-se, portanto, uma assimetria estrutural inicial do relacionamento.

1.2.2.1. Política externa e cooperação internacional: abordagens teóricas relacionais

Inicialmente, é relevante apontar por que é válido debater a interação entre política externa e cooperação internacional. Assim, tem-se que a naturalidade com que esse relacionamento é normalmente concebido dificulta maiores reflexões a seu respeito e a observação de nuances menos visíveis. Passa-se, então, à discussão dessas duas esferas e de suas interligações.

Sendo assim, a relação entre política externa e cooperação internacional pode ser debatida em termos teóricos por meio de autores que analisam a ajuda externa³² e sua relevância para a política exterior dos países doadores. Nesse sentido, a literatura de ajuda internacional

³² Relevante frisar que, no caso do Brasil, a terminologia adotada ao longo da política externa brasileira até a década de 1970 era assistência técnica (CERVO, 1994a), haja vista que as características das relações cooperativas estavam centradas essencialmente em ajudas técnicas ofertadas por países desenvolvidos. A partir da década de 1970, por sua vez, nota-se uma transição terminológica caracterizada pelo distanciamento dessa noção de ajuda em relação ao termo cooperação internacional (CERVO, 1994a), reforçando a ideia de parceria até mesmo em relações norte-sul. No entanto, a política externa de muitos países doadores, como é o caso do Japão, ainda trata a relação cooperativa como ajuda.

consiste em um importante apoio teórico para a análise da cooperação internacional, tendo em vista a grande quantidade de trabalhos que estudam a relação entre política externa e ajuda.

Desse modo, Morgenthau (1962), como já analisado em momento anterior (seção 1.2.1), é considerado um dos primeiros autores a introduzir o tema da relação entre ajuda e política externa no campo das relações internacionais. De acordo com ele, a suposição de a ajuda externa ser um instrumento da política externa é um assunto controverso (MORGENTHAU, 1962). Para alguns, a ajuda externa tem um fim em si mesma e é independente da política exterior. Por sua vez, outros não acreditam na justificativa de se ter uma política de ajuda externa e esta é vista por eles como uma operação que não atende aos interesses nem do país doador, nem dos países receptores (MORGENTHAU, 1962). Com essas duas visões, o referido autor demonstra os dilemas da ajuda externa e de sua conexão com a política externa do país.

Ao analisar o assunto em debate, Morgenthau (1962) propõe uma discussão sobre o tipo de ajuda externa adequado para cada situação, evitando o seu uso desarticulado com a política externa. Em seus estudos, o autor estava preocupado com os aspectos políticos da ajuda fornecida pelos EUA e como direcioná-la para alcançar os objetivos de política externa estadunidenses. Esse pensamento pode ser generalizado para pensar a atuação dos países doadores de ajuda em sentido amplo.

Kennan (1971) também discutiu a ajuda enquanto instrumento de política externa do país doador, ressaltando a relevância de saber usá-la e explicitando a existência de suas limitações. Para Kennan (1971), a extensão da ajuda está conectada com as justificativas decorrentes da estrutura de política externa do país; no entanto, há que se atentar para o aspecto de que a ajuda externa não é uma ferramenta independente, com validade universal e com capacidade de produção de resultados calculados em todas as condições. Assim, a eficácia da ajuda é determinada pelo contexto e pela sabedoria de sua aplicação, não existindo nada absoluto e automático sobre política externa. A compreensão de questões como o propósito da ajuda e seus possíveis resultados, o grau de resolução e vigor de quem é ajudado e as prioridades de ajuda associadas a preocupações orçamentárias são relevantes para que o doador possa avaliar e refletir sobre as limitações da ajuda prestada.

Palmer, Wohlander e Morgan (2002), por sua vez, analisaram sob quais condições os Estados utilizavam a ajuda externa como instrumento de política exterior e como se dava a conexão entre a referida ajuda e os demais comportamentos estatais de política externa. Tais análises teriam como objetivo observar a possibilidade substitutiva do uso da ajuda externa em relação a outras políticas, conforme os interesses dos países prestadores.

De acordo com os mesmos autores, a política externa pode produzir mudança ou manutenção e a ajuda internacional é particularmente importante em promover mudanças, embora em certas ocasiões possa servir para manter o *status quo*. A premissa dos autores é que a ajuda econômica, particularmente a assistência ao desenvolvimento, é um exemplo de comportamento de política externa de mudança. O embasamento para essa afirmação leva em consideração que a ajuda externa é uma ferramenta de influência e os Estados utilizam-na como meio de encorajar os receptores a tomarem decisões desejadas pelos doadores (PALMER; WOHLANDER; MORGAN, 2002).

Assim, a análise empírica dos autores demonstrou que a quantidade de ajuda externa dada pelos atores é inversamente proporcional à taxa de iniciação de disputas pelo Estado, seus gastos militares, e à mudança derivada de portfólio de aliança. Nesse sentido, é reforçada a capacidade substitutiva da ajuda externa enquanto instrumento de política externa (PALMER; WOHLANDER; MORGAN, 2002).

Wang (1999) também estudou a relação entre ajuda e política externa ao refletir sobre como aquela foi ofertada pelos EUA a fim de garantir a difusão de seus interesses no âmbito da ONU. Para o autor, os EUA estariam utilizando de maneira bem-sucedida a ajuda externa no sentido de induzir as políticas dos países receptores no âmbito da ONU em conformidade com os interesses estadunidenses. O fator-chave observado pelo autor nessa relação é o uso da ajuda externa como recompensa ou punição de ações políticas dos Estados.

Van der Veen (2011) também estabeleceu a conexão entre ajuda externa e política externa, estando a primeira a serviço da segunda de forma multivariada. Sendo assim, a ajuda externa seria baseada em uma lógica ideacional, existindo diferentes objetivos relacionados ao seu uso, conforme distintas escolhas políticas. Desse modo, há um esforço para analisar a motivação da ajuda enquanto decisão de política externa e o uso dos debates legislativos em torno do tema é a ferramenta utilizada pelo autor. O ponto central da análise apresentada por Van der Veen (2011) é que nem sempre a ajuda está vinculada à política de poder, concluindo que há uma multiplicidade de ideais aos quais a ajuda pode estar relacionada.

Nas abordagens apresentadas até então, há, de forma nítida, uma preocupação em se compreender a ajuda externa enquanto ferramenta utilizada pelo país doador para atingir determinados objetivos, sendo essa a característica central na análise da relação entre ajuda e política externa. Contudo, enquanto grande parte da literatura em torno do tema, incluindo os autores citados, observa a existência de interesses de poder na promoção da ajuda externa, Van der Veen (2011) faz uma leitura mais ampla dos aspectos motivacionais da ajuda e debate a multiplicidade ideacional dela, sendo possível observar objetivos de cunho humanitário.

Com base nessa lógica da relação entre ajuda e política externa de diversos autores, Milani (2016) desenvolveu uma análise centrada na observação de três grupos de autores do campo da ajuda externa que debatem diferentes perspectivas da cooperação internacional enquanto instrumento de política externa dos países doadores. O interesse do autor é explicitar a importância da racionalidade de Estado e de seu aparelho institucional para o direcionamento das práticas da cooperação internacional, reforçando, assim, a conexão entre política externa e cooperação internacional.

Os grupos debatidos são: 1) os analistas dos efeitos da cooperação internacional para o desenvolvimento dos países receptores; 2) os estudiosos dos interesses e motivações dos Estados doadores nas alocações de recursos; e, por fim, 3) os analistas das dimensões simbólicas e imateriais da ajuda externa, observando as formas como a ajuda pode transformar discursivamente a dominação material em relações de gratidão e generosidade (MILANI, 2016)³³.

Essas dimensões retratadas por Milani (2016) ilustram a perspectiva tradicional da literatura sobre ajuda externa e política externa, baseada na visão do país doador e em sua posição verticalizada em relação ao receptor. Neste trabalho, pretende-se compreender melhor a relação entre política externa e cooperação internacional a partir do olhar brasileiro enquanto receptor ou parceiro em interações estruturalmente assimétricas. Pretende-se observar as relações cooperativas estabelecidas, os interesses e as motivações envolvidos, o comportamento brasileiro e sua capacidade de ação.

Desse modo, acredita-se que a cooperação internacional não está dissociada das decisões de inserção internacional e projeção de poder do Estado, bem como da junção de fatores sistêmicos e domésticos (MILANI; CARVALHO, 2013), mesmo em interações nas quais o país analisado se encontra em posição de recepção ou de assimetria no que tange ao parceiro em cooperação. O desenvolvimento da cooperação está, em grande medida, associado aos interesses nacionais e de política externa do Estado. No entanto, é importante frisar as diferentes formas por meio das quais a cooperação e a política externa podem se relacionar, reforçando-se mutuamente ou até mesmo restando uma a outra.

Nesse sentido, pode-se pensar na relação entre cooperação e política externa por três perspectivas³⁴: 1) política externa para cooperação; 2) cooperação para política externa; e 3)

³³ De acordo com Milani (2016), os três grupos seriam representados pelos seguintes autores: 1) Regan (1995), Wang (1999) e Wittkopf (1973); 2) Asher (1962), Palmer et al. (2002) e Van der Veen (2011); 3) Dillon (1968), Hattori (2010), Mawdsley (2012), Six (2009), Stirrat e Henkel (1997).

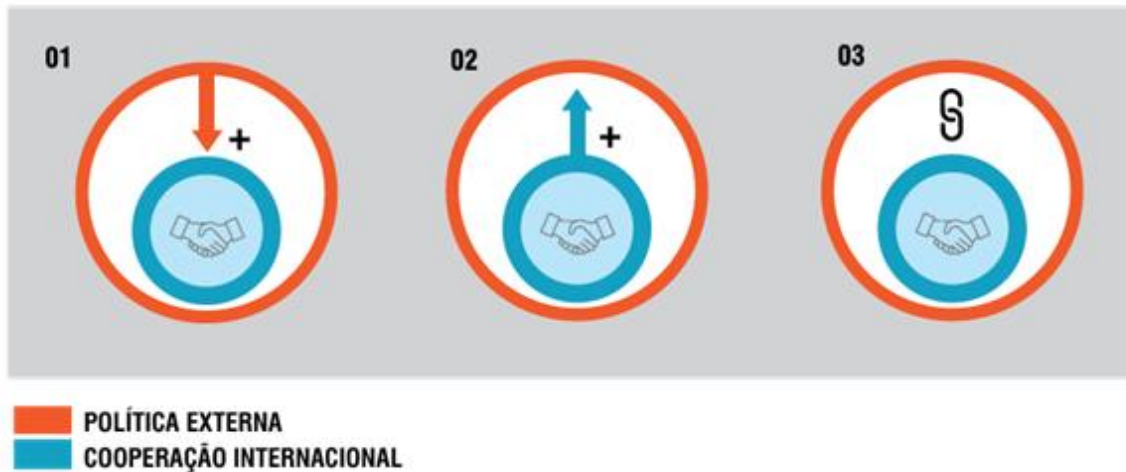
³⁴ Essas categorias foram pensadas com base em autores que trabalham a relação entre diplomacia e ciência, traçando três possibilidades: diplomacia para a ciência, ciência na diplomacia e ciência para a diplomacia (THE

cooperação na política externa. A primeira categoria representa a situação na qual a política externa do país – no caso, o Brasil – desempenha papel de promotora das relações de cooperação internacional; a segunda baseia-se na cooperação como indutora de relações entre Estados; e a terceira consiste na cooperação como um princípio inerente da política externa ou uma ação corriqueira usada pelos atores sem ser percebida como uma estratégia propriamente dita.

A Figura 1.1 a seguir visa ilustrar as interações apresentadas. Assim, no caso 1, tem-se a situação em que a política externa dá impulso positivo à cooperação internacional; no caso 2, apresenta-se a cooperação como indutora da política externa e do relacionamento com outros países; e, finalmente, no caso 3, observa-se a cooperação internacional como um princípio ou uma prática cotidiana da própria política externa. O primeiro caso pode ser exemplificado pela política externa do governo Lula da Silva no Brasil e, em uma análise para além de uma perspectiva puramente governamental, pela indução de acordos cooperativos pelas ferramentas de política externa. O segundo é referendado pela lógica dos países doadores e suas políticas de cooperação estimuladas pelas agências internacionais por eles criadas. E o terceiro é exemplificado por um caso de acolhimento de refugiados em um determinado país ou o ato de um diplomata dialogar e fornecer informações não secretas a outro em decorrência da natureza cooperativa do exercício diplomático.

ROYAL SOCIETY, 2010; TUREKIAN et al., 2015; RUFFINI, 2017). Diplomacia para a ciência seria o processo de facilitação da cooperação internacional em ciência por meios diplomáticos; ciência na diplomacia é o aparato científico informando os objetivos de política externa; por fim, a ciência para a diplomacia é a cooperação científica internacional promovendo relações internacionais entre países.

Figura 1.1 - Política externa para cooperação, cooperação para política externa e cooperação na política externa



Fonte: Elaboração própria.

É relevante apontar que essas interações podem existir nas relações entre determinados países ou podem ser pouco desenvolvidas. Além disso, há também situações em que a política externa pode frear a cooperação ou não a induzir – a título de informação, essa circunstância foi observada no Brasil durante o governo Collor. Em outros casos, o declínio da cooperação ou seu *status quo* pode influenciar na redução da capacidade de promoção dos interesses de política externa. Ademais, o processo de cooperação também pode acontecer de forma mais técnica e sem a ligação direta com os formuladores de política externa, embora, nesse caso, o tangenciamento com os elementos de política externa ainda permaneça existindo mesmo que indiretamente. Essa última conjuntura existe em ocasiões nas quais algumas instituições de determinado Estado, como o Brasil, promovem contatos e cooperações com outras agências de um segundo país.

Portanto, observam-se as múltiplas possibilidades de se analisar o relacionamento entre política externa e cooperação internacional e a capacidade que a primeira possui de induzir a segunda, situação que interessa particularmente para o desenvolvimento desta pesquisa. Esse ponto corrobora a importância do estudo da análise de política externa para se compreender melhor o próprio campo da cooperação internacional.

1.2.2.2. Política externa brasileira e cooperação internacional: abordagens teóricas relacionais

Após a exposição de como a literatura estrangeira trata da ajuda e política externa³⁵, passa-se agora a observar como no Brasil a discussão se estabelece. A partir de uma análise da literatura brasileira de política externa, observa-se, explícita ou implicitamente, uma relação entre política externa e cooperação internacional cujo foco das pesquisas está amplamente centrado em abordagens históricas das distintas modalidades de cooperação, quais sejam, cooperação recebida, prestada, norte-sul, sul-sul, técnica, financeira e científica (MOURA, 1990; SILVA, 1992; CERVO, 1994a, b; VIZENTINI, 1998; CERVO, 2002; HIRST, 2003; LIMA, 2005a; SARAIVA, 2007; VALLER FILHO, 2007³⁶; PECEQUILO, 2008; PUENTE, 2010³⁷; CÔRTEZ, 2010³⁸; CERVO; BUENO, 2011; LEITE, 2011).

Como exemplo de trabalhos de cunho histórico nos quais a política externa brasileira e a cooperação internacional são analisadas em conjunto, pode-se citar Lima (2005a), que realiza uma análise do desenvolvimento da cooperação sul-sul ao longo da política externa brasileira, apresentando detalhamentos sobre o caso Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A autora tem como objetivo apontar que o Brasil busca conciliar dois perfis: de mercado emergente e de *system-affecting state*³⁹ e que a viabilidade do IBAS depende da compatibilidade dessas duas identidades entre seus membros.

A conclusão de cunho mais geral a que chega a autora baseia-se no direcionamento da política externa brasileira no sentido de interações de tipo sul-sul e conseqüentemente de relações cooperativas com esse enfoque, sem deixar de lado a importância de relações verticalizadas. Ao mesmo tempo, de forma mais específica, a autora reforça a análise sobre os atores do IBAS, demonstrando seus riscos e oportunidades. Os receios foram ilustrados pela possibilidade de ampliação de contenciosos, de priorização individualizada de relações com países tradicionais e de formação de relações de centro-periferia entre os membros no que tange às trocas comerciais. As conveniências, por sua vez, foram remetidas ao poder de barganha frente aos países desenvolvidos, ao aprofundamento das relações comerciais, às complementaridades em detrimento dos fatores de competição e aos interesses de cooperação consubstanciados por uma base doméstica relativamente semelhante (LIMA, 2005a).

³⁵ Milani (2016) aparece na parte anterior porque analisa autores da literatura internacional que tratam da relação entre ajuda e política externa.

³⁶ Membro da carreira diplomática brasileira.

³⁷ Membro da carreira diplomática brasileira.

³⁸ Membro da carreira diplomática brasileira.

³⁹ Países que possuem alguma capacidade de influência nos resultados internacionais, tendo em vista o perfil internacional assertivo, apesar dos recursos e das capacidades limitados (KEOHANE, 1969, p. 295).

Na análise de Lima (2005a), percebe-se a ideia de política externa para a cooperação, induzindo as relações cooperativas de tipo sul-sul. É pertinente apontar que, embora a relação entre política externa e cooperação esteja evidenciada na abordagem da autora, não há como foco desenvolver uma análise mais detalhada sobre esse relacionamento. A autora concentra-se na análise da política externa brasileira, seu processo de institucionalização, seus aspectos históricos e mudanças no tempo, revelando a nítida ascensão da cooperação sul-sul e tentando debater a importância de saber lidar com essa ferramenta. Poderia, ainda, pensar-se também no fluxo contrário, isto é, na necessidade de o Brasil e os demais membros do IBAS utilizarem a capacidade da cooperação sul-sul enquanto instrumento de política externa e de *system-affecting*. Dessa forma, de algum modo, Lima (2005a) aborda as duas faces relacionais da política externa já apresentadas no tópico anterior: política externa para cooperação e cooperação para política externa.

Saraiva (2007) também realiza análise de cunho histórico, objetivando destacar duas vertentes da cooperação sul-sul brasileira: na América do Sul e com os países emergentes. A autora focaliza seu estudo nas escolhas de política externa e, no caso da América do Sul, concentra-se em processos de integração regional, a exemplo do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Já em relação aos países emergentes, Saraiva (2007) combina a apresentação da política externa com o estudo dos elementos indutores de processos de cooperação, sendo perceptível, da mesma forma que observado em Lima (2005a), a possibilidade de uso da política externa para fomentar a cooperação. Saraiva (2007) conclui com a observação de que os dois ambientes cooperativos são distintos, embora norteados pelos interesses autonomistas brasileiros. No caso da América do Sul, há a presença mais hegemônica brasileira, enquanto que, na cooperação com os países emergentes, há uma busca de ação coletiva combinada com outros fatores influenciadores do sistema internacional (SARAIVA, 2007).

Pecequillo (2008), a seu turno, trata de dois eixos combinados utilizados pelo Brasil no que tange à cooperação internacional. A análise da autora é estabelecida com base em um olhar em torno da política externa brasileira e a apresentação dos eixos verticais de cooperação, pautados em relações tradicionais com EUA, Europa e Japão, e eixos horizontais, direcionados para interações com países emergentes e menos desenvolvidos e guiados por interesses políticos, estratégicos e econômicos (PECEQUILLO, 2008).

Nas três abordagens tradicionais sobre política externa e cooperação apresentadas anteriormente, não se observa uma análise mais profunda e específica da relação entre política externa e cooperação internacional, mas todas retratam escolhas de política externa brasileira e a conexão com o campo da cooperação internacional. Nesse sentido, apesar de os textos

traçarem a relevância do olhar da cooperação a partir da política externa, focam claramente nesse último aspecto em detrimento do primeiro. No entanto, os referidos trabalhos se mostram relevantes ao buscarem compreender o comportamento brasileiro referente à política externa e as consequências para o campo da cooperação internacional.

Assim, a despeito da importância dos trabalhos apresentados, constata-se a dificuldade de se encontrar abordagens que tratem da interação direta entre política externa e cooperação internacional brasileira e que dediquem maior atenção a essa última. Puente (2010, p. 85), por exemplo, constata essa dificuldade e faz uso da literatura estrangeira para ensejar o debate entre a política externa brasileira e a cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD). O autor busca mostrar a ausência de paradoxo entre a promoção da CTPD de acordo com os interesses brasileiros e os elementos teleológicos para os quais a cooperação horizontal está voltada.

Desse modo, Puente (2010) assevera que, apesar dos possíveis interesses realistas do parceiro prestador de cooperação técnica horizontal, não há implicação direta de replicação do modelo assistencialista e vertical da cooperação técnica tradicional. Contudo, como pontua o autor, é importante frisar a dificuldade de se estabelecer um padrão teórico único para a análise da relação entre política externa e CTPD, sendo necessário compreender as diferentes nuances envolvidas no processo de cooperação. Logo, o autor conclui com a ideia de que a CTPD pode e deve ter interesses de política externa brasileira e isso não necessariamente vai de encontro à lógica horizontalizada desse tipo de cooperação, pois a CTPD pode funcionar como espécie de *soft power*, sem necessariamente reproduzir assimetrias e dependências (PUENTE, 2010). Há que se colocar, no entanto, que, na prática da cooperação, nem sempre se consegue manter sua lógica horizontalizada.

Considerando os autores que tratam da interação entre política externa brasileira e cooperação internacional de forma mais direta, observa-se um padrão na forma de interpretação. Pode-se dizer que a relação da cooperação com a política externa é vista a partir da cooperação promovida pelo Brasil, espelhando-se na mesma lógica da literatura estrangeira que trata da relação entre ajuda externa e doadores. A ajuda recebida é interpretada como um recurso de desenvolvimento interno (APOSTOLOVA; INOUE, 1995; VALLER FILHO, 2007; PUENTE, 2010). Para expressar o exposto, segue o trecho a seguir:

Os objetivos da cooperação passariam, então, a ser duplos. Enquanto cooperação prestada, seria instrumento de política externa que visava ao mesmo tempo objetivos políticos e econômicos. Afirmava-se o Brasil como potência emergente, estreitamente vinculado à promoção de exportações e abrindo mercado para consultores e equipamentos brasileiros. E como cooperação recebida, tanto multilateral quanto

bilateral, com o objetivo de trazer para o país tecnologia e conhecimento necessários aos projetos nacionais de desenvolvimento. (VALLER FILHO, 2007, p. 68).

É válido frisar, então, que a cooperação internacional é um reconhecido instrumento de política externa brasileira, mas que sofre as transformações da política interna e mundial, bem como dos países cooperantes com o Brasil (APOSTOLOVA; INOUE, 1995; VALLER FILHO, 2007). Dessa forma, reconhecidamente tem-se que a dinâmica dos países doadores/prestadores cria certos padrões e tendências (APOSTOLOVA; INOUE, 1995), como a própria literatura internacional deixa claro, mas existem os aspectos internos dos países que influenciam no processo cooperativo mesmo em relações de recepção de conhecimento ou tecnologia externa.

Desse modo, os atores e suas dinâmicas locais, as ações de política externa ao longo do processo cooperativo, as possibilidades de barganha, por exemplo, são relevantes para a análise da cooperação internacional de um país. Logo, é pertinente observar a cooperação como um movimento cíclico de trocas e múltiplos fatores de influência, demonstrando a interação entre fatores externos e internos no processo de cooperação, bem como as distintas possibilidades de ação.

Nesse sentido, não apenas na cooperação ofertada, mas também na recebida ou nas parcerias assimétricas, é perceptível a conexão com a política externa. A amplitude dessa visão relacional pode possibilitar um melhor posicionamento brasileiro no âmbito cooperativo. Escolher com quem e como cooperar, bem como compreender a dinamicidade do processo de cooperação e as possibilidades de ação benéficas para si, mesmo na posição de receptor ou de parceiro mais fraco, é uma forma de expressar os interesses de política externa do Brasil.

A grande questão, como aponta Cervo (1994a, p. 43) ao analisar a cooperação técnica internacional, é que o Brasil historicamente se submeteu às normas do prestador, o que reduziu a capacidade da cooperação recebida enquanto instrumento de política externa. Cervo (1994a, p. 43), contudo, acredita que, naquele momento de desenvolvimento da cooperação técnica brasileira (essencialmente na década de 1960), não caberia ao Brasil elaborar uma política de cooperação, mas sim captá-la da forma como provinha das fontes. O destino da cooperação recebida, por sua vez, seria direcionado de acordo com os interesses brasileiros (CERVO, 1994a, p. 43).

Apesar de o argumento do autor ser compreensível e plausível para a época, há que se considerar que essa escolha inicial teve influência sobre o desenvolvimento precário da cooperação internacional brasileira em meio à própria política externa do país. A esse respeito, pode-se encontrar em Cervo (1994a, p. 59) pontos que reforçam esse argumento, como a baixa

presença de relatórios da cooperação técnica recebida, o que dificulta uma análise de desempenho dos projetos e, conseqüentemente, revela a negligência documental brasileira.

Cervo (1994a, p. 59) acrescenta ainda que os projetos de cooperação técnica nos anos 1970 e 1980 fragmentaram-se em várias subáreas de atuação, demonstrando fraqueza na elaboração de programas conjuntos que atendessem às prioridades do desenvolvimento nacional, ou seja, tornar as relações bilaterais e as ações de política externa, dentre elas a cooperação internacional, voltadas para a promoção dos interesses nacionais.

Relevante frisar que, com o tempo, a posição mais ativa do Brasil na cooperação técnica recebida, deixando de lado a lógica assistencialista a partir da década de 1970 (CERVO, 1994a), foi importante no sentido de aprimorar o espaço da cooperação na política externa brasileira, muito embora vários dos problemas relatados por Cervo (1994a) ainda persistam, o que dificulta o fortalecimento da cooperação internacional enquanto instrumento de política externa.

Pode-se afirmar, ainda, que a correlação entre política externa e cooperação internacional no Brasil existe também no plano operacional, tendo em vista que as instituições ligadas à cooperação internacional são, em sua maioria, parte do aparelhamento de Estado e estão essencialmente ligadas ao Poder Executivo, tais como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao MRE; o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), dentre outras.

Dessa forma, enquanto ator doador e receptor / parceiro em uma relação de assimetria, observa-se a conexão entre a política externa brasileira e a cooperação internacional, haja vista que a racionalidade e os interesses de Estado estão presentes nos dois casos. A questão central que se segue é entender essa lógica cooperativa nas relações com Japão e China, que são tidas predominantemente como situações em que o Brasil se encontra mais como receptor ou em posição de assimetria econômica.

1.2.2.3. Princípios da política externa brasileira e o lugar da cooperação internacional

Os princípios da política externa brasileira são apresentados por Cervo (1994b, 2008) como decorrentes de uma análise baseada no acumulado histórico da diplomacia do país. Une-se a essa análise histórica o caráter constitucional dado às diretrizes das relações internacionais do Brasil presentes no artigo 4º da Constituição Federal de 1988:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
I - independência nacional;

- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988).

Todos esses princípios constitucionais delineados estão em clara consonância com o que autores de política externa (CERVO, 1994b; CERVO, 2008; BARROS, 1998) preceituam como os valores em termos abstratos da política externa brasileira, ponto claramente plausível, já que o relacionamento internacional oficial brasileiro se dá por meio, essencialmente, da política externa exercida pelo país. Sabe-se, contudo, que a prática das relações internacionais brasileiras nem sempre coincidirá com a efetivação dos princípios aqui delineados.

Sendo assim, são apontados como valores ou princípios da política externa brasileira: a) autodeterminação, não intervenção, solução pacífica das controvérsias; b) juridicismo; c) multilateralismo normativo; d) parcerias estratégicas; e) realismo e pragmatismo; f) cordialidade oficial na relação com os vizinhos; g) desenvolvimento como vetor; h) ação externa cooperativa e não confrontacionista; i) independência de inserção internacional (CERVO, 1994b; CERVO, 2008).

Os princípios da autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias estão relacionados à preocupação brasileira com a manutenção da soberania estatal e buscam evitar o uso do poder para se sobrepor a nações mais fracas. O juridicismo está ligado ao respeito dos tratados e convenções internacionais. Por sua vez, o multilateralismo normativo é demonstrado pela presença brasileira em organizações internacionais e pelo interesse em conservação de uma ordem internacional transparente, justa e pautada por negociações multilaterais. As parcerias estratégicas, a seu turno, são pensadas em concomitância com o multilateralismo, a fim de nortear os processos cooperativos brasileiros e as relações de comércio e investimentos. Quanto ao realismo e pragmatismo, esses consistem na busca de ações externas que estejam em acordo com a concretude dos interesses nacionais. Já a cordialidade com os vizinhos é a base para a manutenção de um ambiente regional pacífico (CERVO, 2008).

O desenvolvimento como vetor da política externa brasileira pode ser entendido como a capacidade de adquirir insumos externos dentro de um ambiente interdependente em prol do

fortalecimento do país (CERVO, 2008). Assim, a cooperação internacional é uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento brasileiro. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, é válido problematizar os objetivos, diretrizes, modelo e meios de medição da proposta desenvolvimentista brasileira e como a cooperação brasileira é pensada com base nesses delineamentos.

Ainda sobre o desenvolvimento, tem-se que sua noção varia no tempo e de acordo com os modelos adotados. Assim, de 1930 a 1989, a noção de desenvolvimento brasileiro estava centralizada na ação externa como complementar ao esforço interno e estava focada essencialmente no papel do Estado; de 1990-2002, a perspectiva desenvolvimentista estava atrelada à abertura econômica e prevalência do mercado; a partir de 2003, com o governo Lula, passa-se a vivenciar um retorno do padrão desenvolvimentista do primeiro momento apresentado, mas com maior interação com as forças sistêmicas e menor vinculação com o Estado (CERVO, 2008, p. 30-31).

De todos os princípios apresentados, os dois últimos – ação externa cooperativa e independência de inserção internacional – são destacados para os fins desta pesquisa. De acordo com Cervo (2008, p. 31), a independência de inserção internacional é um padrão de conduta da diplomacia brasileira, que pressupõe visão própria de mundo, autonomia do processo decisório e formulação própria de política exterior. A ação cooperativa externa teve sua dimensão ampliada ao longo da política externa brasileira e está em consonância o pacifismo e o desenvolvimento de relações multilaterais e bilaterais.

Assim, é fundamental expressar o laço principiológico da cooperação internacional com a política externa brasileira, coadunando-se com as diretrizes históricas já apresentadas e a base discursiva que será debatida na próxima seção. Nesse sentido, não apenas se reforça a relação entre política externa brasileira e cooperação internacional, mas se mostra a necessidade e importância de uma melhor compreensão dessa última para uma execução mais apurada da primeira.

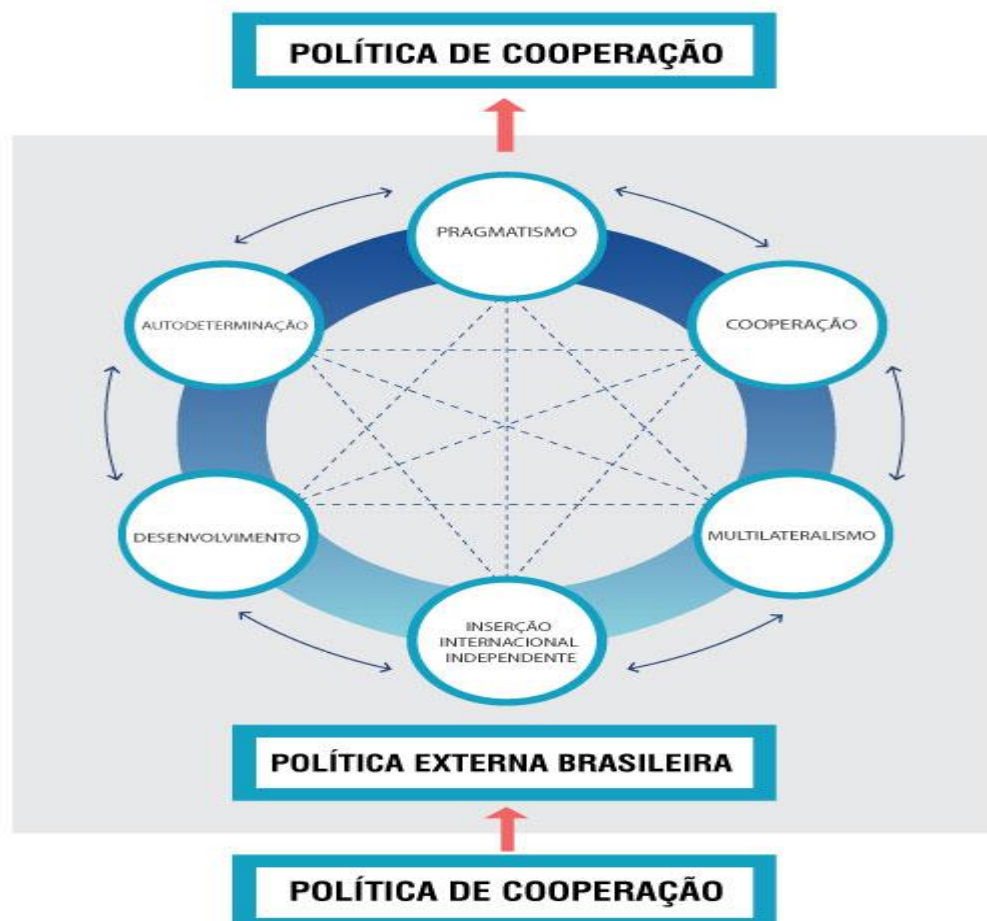
Quanto à independência de inserção internacional, esse princípio é central para o presente estudo, pois, como aponta Cervo (2008), ele está ligado a todos os demais, incluindo a cooperação. Nesse contexto, apesar do caráter interativo da cooperação internacional, é fundamental a busca de uma autonomia relacional⁴⁰ a fim de se alcançar certa independência

⁴⁰ Utiliza-se o conceito adaptado de autonomia relacional de Tokatlian e Russell (2003), que se refere à capacidade de um país agir independentemente e em cooperação com outros de forma competente, comprometida e responsável. O conceito aqui deve ser entendido sem a conotação de inferioridade da autonomia em relação aos aspectos da interdependência, questionada no pensamento dos autores citados (RUIZ; SIMONOFF, 2015).

de inserção externa. É notório que, pela característica interdependente do sistema internacional e do campo da cooperação, não há como se alcançar uma introdução no âmbito externo completamente independente. A preocupação exposta ao redor desse princípio consubstancia-se na posição brasileira frente aos parceiros cooperativos e na capacidade de desenvolver uma postura ativa no relacionamento bilateral.

Portanto, à luz da Figura 1.2 a seguir, observa-se a interconexão entre os princípios de política externa expostos. A cooperação internacional, por sua vez, destaca-se porque, além de ser um desses princípios, é também uma ação/política que pode ser fortalecida ou fortalecedora da política externa brasileira. Dessa forma, ocupa um lugar dentro e fora do quadrado representativo dos valores da política externa brasileira.

Figura 1.2 - Política externa brasileira, seus princípios e o lugar da cooperação internacional



Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto, é fundamental expressar que os objetivos da política externa brasileira e, conseqüentemente, da cooperação internacional⁴¹ serão considerados para fins deste estudo como metas constantes, permitindo o enfoque no comportamento brasileiro e nos resultados cooperativos alcançados. Não é interesse desta pesquisa verificar de forma direta se esses princípios estão sendo ou não alcançados, mas sim observar a sua manifestação por meio do movimento da política externa brasileira e os fatores indutores da cooperação. As motivações e os interesses cooperativos das áreas e acordos a serem analisados também serão apresentados nos capítulos correspondentes.

1.2.2.4. Política externa brasileira e cooperação internacional: discursos oficiais e notas da Presidência da República

Cabe neste subtópico a investigação da relação entre política externa e cooperação internacional por meio de alguns discursos oficiais, a fim de complementar as abordagens teórica e principiológica já apresentadas. Sendo assim, a análise do conteúdo dos discursos oficiais presentes no Repertório de Política Externa de 2007⁴² demonstra a multiplicidade no uso da palavra cooperação internacional, bem como sua constante presença. O termo pode ser encontrado com significado geral ou sendo aplicado para contextos, países e regiões específicas. Das várias utilizações do vocábulo, as seguintes terminologias podem ser destacadas: cooperação bilateral, multilateral, sul-sul, técnica, científico-tecnológica e espacial. É válido frisar que a reiterada referência ao termo já indica a relevância da cooperação no campo da política externa.

Depreende-se, ademais, a explicitação da cooperação enquanto instrumento de política externa, como se observa no discurso seguinte: “A cooperação é um instrumento fundamental para a política externa brasileira” (AMORIM, 2006, p. 323). Assim, a relação em análise é perceptível, seja em termos retóricos ou por meio da demonstração de interesses e resultados concretos ligados à cooperação, como se nota nos casos apresentados de fortalecimento das relações bilaterais e na atuação brasileira em organizações internacionais.

A fim de corroborar o que foi exposto, o discurso do Presidente Lula da Silva a seguir ilustra a referida interação entre política externa e cooperação internacional:

⁴¹ Entendendo-se aqui a cooperação como induzida pela política externa, ou seja, política externa para a cooperação.

⁴² Primeiro Relatório de Política Externa lançado.

Nossa atuação diplomática é fundada na defesa de princípios, mas também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar de ser pragmática. Vivemos em um mundo difícil, em que a correlação de forças é adversa às legítimas aspirações dos países em desenvolvimento. Não podemos nos acomodar à inércia e à inação. Menos ainda à submissão pregada por alguns poucos em nome de um discutível realismo. [...] A política externa brasileira alcançou um novo nível de maturidade. Não estamos mais limitados por fronteiras imaginárias ou fórmulas prontas. Estamos explorando oportunidades de diálogo, cooperação e negócios, onde quer que elas existam. Desenvolvemos parcerias diversificadas e relações mais equilibradas com todas as regiões do mundo. (DA SILVA, 2005, p. 21-22).

Aponta-se ainda o discurso do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira, presente no Repertório de Política Externa de 2015, no qual há uma referência explícita à cooperação internacional brasileira e sua capacidade de poder brando. Esse aspecto é pertinente e, inclusive, está em consonância com a lógica da cooperação para a política externa. Segue o discurso:

De fato, as vitórias que o Brasil tem obtido, internamente, nos campos da igualdade e da inclusão social, credenciam-nos ainda mais a propugnar por esses mesmos valores no plano internacional. A consolidação desses avanços fortalece o poder suave do Brasil, que se manifesta crescentemente por meio da cooperação com países amigos. A cooperação internacional constitui um instrumento único que nos permite, a um só tempo, compartilhar experiências inovadoras e incorporar e divulgar o desenvolvimento técnico e tecnológico dos setores produtivo e científico brasileiros. Fortalecer a área da cooperação internacional como instrumento da política externa brasileira e, portanto, do desenvolvimento tecnológico e econômico do país constitui tarefa central, a exigir do Itamaraty pleno engajamento. (VIEIRA, 2015, p. 61, grifos nossos).

Além disso, também é fundamental notar, nos respectivos Repertórios de Política Externa (2007 e 2015), a cooperação internacional sendo guiada pelas diretrizes de política externa, dos interesses nacionais e de relações bilaterais ou multilaterais previamente estabelecidas pela via diplomática. É necessário, todavia, ressaltar o caráter oficial dos discursos de política externa analisados e, conseqüentemente, a naturalidade da racionalidade estatal e do processo decisório cooperativo em consonância com os interesses nacionais. Acrescenta-se ainda que, mesmo que o processo racional seja seguido na busca das melhores alternativas para o objetivo pretendido, os resultados alcançados nem sempre são os almejados.

No caso do relacionamento com a China, há explicitação, nos discursos do Repertório de Política Externa dos anos de 2007 e 2015, dos resultados da cooperação por meio do CBERS e também da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), o que revela como a cooperação pode ser indutora do fortalecimento de relações bilaterais. A política externa pode ser fortalecida pela cooperação desde que esta seja utilizada em consonância com os interesses nacionais.

Da mesma forma que nos discursos dos Repertórios de Política Externa de 2007 e 2015 apresentados, as notas à imprensa ou oficiais da Presidência da República de 2016 e 2017 ilustram a relevância da cooperação para as relações bilaterais brasileiras, sendo exemplo do exposto as referências realizadas às interações com China, EUA e Argentina⁴³.

Por fim, destacam-se, nos discursos oficiais analisados, duas perspectivas da cooperação internacional, seja como associada aos princípios e diretrizes da política externa brasileira (cooperação na política externa, podendo levar a alguma iniciativa da política externa para a cooperação), seja como propulsora de relações bilaterais e do desenvolvimento da política externa brasileira com determinados países (cooperação para política externa).

É válido reforçar, porém, que a lógica da política externa como indutora da cooperação internacional não se destaca nos discursos, embora esteja por detrás da própria reverberação discursiva, já que eram autoridades de política externa debatendo a relevância da cooperação internacional. A seguir, será realizada uma análise sobre como a política externa pode ser uma ferramenta relevante para analisar a cooperação internacional.

1.2.3. Análise de política externa: movimento dos atores e fatores indutores da cooperação

Após a compreensão de como a política externa pode ser aliada na promoção cooperativa e dando sequência à lógica teórica desta pesquisa, passa-se à tentativa de delinear aspectos pertinentes para este estudo por meio de aportes da análise de política externa.

Sendo assim, tem-se que as diferentes perspectivas de análise de política externa desenvolvem estudos que priorizam a influência do âmbito interno ou do externo, bem como algumas buscam congregar e equilibrar o peso de ambos. Nesse sentido, são utilizadas principalmente duas abordagens teóricas para apresentar o movimento da política externa brasileira voltado para a cooperação internacional nos casos em estudo com Japão e China. Ressalta-se que, tratando-se de interações com dois países diferentes, em duas áreas e distintas etapas, o comportamento brasileiro pode variar.

Dessa forma, o primeiro modelo exposto é o realismo neoclássico. Ele considera a influência das variáveis externas e internas na política exterior, no entanto, as primeiras são consideradas independentes e as segundas intervenientes (ROSE, 1998). Nesse sentido, o realismo neoclássico pondera que as políticas são sempre relacionadas com poder material em

⁴³ Nota à imprensa – Troca de mensagens entre o Presidente Michel Temer e o Presidente da China, Xi Jinping (08/04/2017); Nota oficial do Presidente – Carta ao Presidente Eleito Norte-americano (09/11/2016); Nota à imprensa – Comunicado Conjunto do Brasil e da Argentina sobre acordo nuclear (19/07/2016).

um mundo de recursos escassos e incertezas (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009, p. 4). Todavia, o impacto das capacidades de poder na política externa é indireto e complexo, porque as pressões sistêmicas são transformadas por meio das variáveis intervenientes, como as percepções dos tomadores de decisão e a estrutura de Estado (ROSE, 1998).

Com base no realismo neoclássico, a variação na política externa de um país no tempo é possível, pois as pressões do sistema e das relações de poder não interferem diretamente em determinada política externa, existindo variáveis domésticas relevantes na condução da política externa, tais como executores de política externa exemplificados pelo chefe de governo, ministros e oficiais (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009). Desse modo, “o Estado existe como ator potencialmente autônomo que é distinto de outro grupo societal” (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009, p. 280).

O segundo modelo é baseado na perspectiva liberal de análise de política externa. De acordo com Moravcsik (1997), os interesses sociais, ideias e instituições modelam as preferências e influenciam no comportamento do Estado. Nesse sentido, Moravcsik (1997, p. 519) caracteriza as preferências de Estado como “o conjunto de interesses fundamentais definidos por Estados do mundo, independente das estratégias de outros atores e anterior a interações políticas interestatais específicas, incluindo incentivos externos”.

Assim, os Estados são formados por coalisões de atores sociais, que são mais representativos em determinados governos do que em outros (MORAVCSIK, 1997, p. 518). Ademais, o autor pontua que as instituições representativas e as práticas determinam quais coalizões sociais são representadas e de que forma; nesse sentido, em certas áreas, pode haver mais coalizão entre os representantes nacionais e políticos levando a ações de política externa coordenadas ou, em outras esferas, é possível perceber certa desagregação, conduzindo a políticas externas semiautônomas (MORAVCSIK, 1997, p. 519). Esse ponto é de extrema valia para se refletir sobre a estrutura da cooperação internacional brasileira, especialmente a científico-tecnológica, bem como sobre as diferentes conduções dos acordos cooperativos que serão estudados, tendo em vista as distintas representações nacionais e políticas a eles relacionados.

A seu turno, as estratégias nacionais, táticas e políticas são opções de política externa baseadas nos objetivos, posições de barganha e demandas de negociação (MORAVCSIK, 1997, p. 519). Moravcsik (1997, p. 544) aponta ainda que “lembrar as preferências dos Estados pode dizer quais fatores realistas ou institucionalistas são importantes e como eles se relacionam com o comportamento do Estado”. Esta pesquisa se apoia nessa lógica apontada por Moravcsik

(1997), já que se concentra na análise do âmbito interno brasileiro, mas sem deixar de ressaltar os interesses estatais externos na cooperação.

Esses dois modelos refletem sobre a indução da política externa de diferentes formas, seja por meio do sistema internacional, com influência dos tomadores de decisão (realismo neoclássico) ou das preferências estatais internas, levando posteriormente à barganha e a interações interestatais (perspectiva liberal). Apesar de a lógica de análise desta pesquisa se coadunar com o olhar do ambiente interno para o externo – perspectiva liberal –, os processos de cooperação serão observados verificando-se as múltiplas induções, ou seja, doméstica e do parceiro cooperante.

Aplicando à lógica dos países em estudo, o primeiro modelo indica que Japão e China influenciam fortemente na política de cooperação internacional brasileira com esses países, embora os tomadores de decisão no Brasil possam interferir nesse processo de cooperação. O segundo modelo, por sua vez, reforça que os interesses de cooperação internacional brasileiros são desenvolvidos a partir das preferências internas, levando a posteriores processos de negociação e barganha. Nesse caso, pode haver uma posição mais ativa do lado brasileiro. Frise-se ainda que as distintas lógicas presentes nessas duas abordagens podem ser congregadas para explicar a existência de um jogo igualmente relevante e determinante dos lados interno e externo condutor da política externa brasileira para a cooperação com Japão e China. De forma preliminar, acredita-se que essas abordagens podem ser aplicadas em momentos diferentes na análise dos casos, formando um conjunto analítico múltiplo.

É importante ponderar que os fatores domésticos e internacionais são sempre relevantes na análise da cooperação internacional, no entanto, o que se busca compreender é a predominância desses fatores nos casos empíricos em investigação e os elementos indutores da política externa brasileira para a promoção da cooperação internacional, especialmente para os casos de sucesso da cooperação.

Com base nas abordagens teóricas anteriormente delineadas e tendo em conta a perspectiva de mútua influência dos âmbitos externo e interno⁴⁴, reflete-se como o Brasil lida com as capacidades de poder e assimetrias econômicas para promover a política externa e reforçar suas relações cooperativas. De acordo com esse cenário, apontam-se quatro situações na interação entre fatores internos e externos indutores da cooperação, conforme Quadro 1.1 a seguir.

⁴⁴ Em termos teóricos, essa situação se aproxima da teoria de dois jogos de Putnam (2010). Esta teoria não será apresentada porque se entende que a situação por ela representada está baseada na complementaridade das distintas lógicas realista e liberal, já explanadas nesta pesquisa.

Quadro 1.1 - Teorias, estímulo interno, estímulo externo e resultado da cooperação

Teoria	Estímulo externo	Estímulo interno	Resultado da cooperação
Jogos de dois níveis a favor da cooperação	+	+	+
Realismo neoclássico ou preferências domésticas	+	-	+ ou -
Preferências domésticas ou realismo neoclássico	-	+	+ ou -
Jogos de dois níveis desfavorável à cooperação	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nas teorias de análise de política externa apresentadas.

A primeira situação refere-se a casos de cooperação em que há forte estímulo externo e interno para a promoção da interação cooperativa, conduzindo a resultados tendencialmente positivos. A teoria de jogos de dois níveis favoráveis à cooperação é uma base analítica relevante para interpretar esse cenário.

A segunda situação é baseada em casos em que há forte estímulo externo para o desenvolvimento da cooperação e baixo estímulo interno. A cooperação pode ter resultados positivos, caso a indução externa garanta a boa condução da cooperação e a concretização dos interesses internos também, ou negativos, caso o fraco estímulo interno impeça o desenvolvimento da cooperação. Sendo assim, pode-se utilizar a teoria do realismo neoclássico para explicar os resultados positivos da cooperação em meio a um forte estímulo externo e baixo interno, e a teoria das preferências domésticas para debater a situação de fraca cooperação, ressaltando a importância do fator doméstico para a indução cooperativa.

A terceira situação consiste em casos em que há baixo estímulo externo e elevado estímulo interno. Assim como na situação 2, também se pode falar em dois resultados: resultados cooperativos positivos ou negativos. Tratando-se, nesse cenário, dos resultados positivos, pode-se analisar a cooperação por meio da teoria das preferências domésticas. Essa situação é de notório interesse nesta pesquisa, revelando que as preferências domésticas seriam expressivas a ponto de conduzir a cooperação internacional, mesmo quando o estímulo externo

é baixo. Nesse caso, é possível destacar a capacidade brasileira de ação em meio a interações economicamente assimétricas. Sendo assim, observar os fatores indutores da cooperação nesses casos é particularmente importante para esta pesquisa. No que tange aos resultados cooperativos mais fracos, pode-se pensar na teoria do realismo neoclássico, na qual o peso do fator externo é predominante.

Por último, tem-se a situação da teoria dos jogos de dois níveis desfavorável à cooperação, com a qual se compreende os efeitos negativos da falta de estímulo interno e externo na condução da cooperação internacional.

É fundamental esclarecer que todas as situações são relevantes para expressar as possibilidades de atuação brasileira, refletindo sobre os fatores indutores externos e internos. O detalhamento desses fatores e as situações correspondentes serão apontadas quando da análise dos casos específicos de cooperação. Frise-se que um mesmo processo cooperativo pode ser explicado por meio de distintas perspectivas. Além disso, o uso das abordagens teóricas de análise de política externa nesta pesquisa tem caráter mais didático e serve como tipos ideais, a fim de melhor definir os diferentes cenários de movimentação de atores e indução cooperativa.

Reconhece-se ainda que as teorias liberal e realista neoclássica poderiam ser usadas para explicar situações distintas das expressas anteriormente, mas não são a lógica analítica deste estudo. Assim, casos em que há indução externa e não interna e que o resultado da cooperação é positivo podem ser interpretados por uma perspectiva liberal, afirmando que a ausência de um movimento interno e de um processo de negociação eficaz levam à promoção das características de atuação externa. Por outro lado, o realismo neoclássico também poderia ser usado como ferramenta teórica para verificar situações em que há estímulo externo baixo e interno elevado e em que a cooperação se estabelece de forma positiva, ressaltando as possibilidades de mudança de atuação de política externa quando há movimentos de lideranças no âmbito doméstico, mesmo diante de um cenário internacional estável.

Em associação ao debate acerca das variadas influências sobre a política de cooperação brasileira, serão destacados os papéis de distintos atores nos casos empíricos, focando-se no âmbito doméstico brasileiro e observando-se Japão e China por meio dos interesses estatais. Sendo assim, utiliza-se da lógica de análise baseada na causalidade múltipla (BUZAN, 1995), com intuito de se destacar as variáveis predominantes em determinados acordos e momentos da cooperação.

Os níveis que serão observados na análise dos acordos de cooperação são: individual/de grupo, institucional, governamental e bilateral. No nível individual/de grupo, serão verificadas as ações dos técnicos, de grupos de interesse, empresariado e lideranças políticas. Em relação

às lideranças políticas, acredita-se que o interesse em política externa pode ser uma variável que aumente a capacidade de atuação do líder (HERMANN, 1980), mas fatores de identificação pessoal com os acordos ou vantagem econômica e política também serão verificados.

Merece ainda ser apontado que, embora não haja a proposta de realizar estudo psicológico de análise de política externa, a teoria da coerência cognitiva possui uma premissa fundamental para esta pesquisa: a de que o sistema individual de crenças é modelado pelas experiências anteriores dos atores (MORIN; PAQUIN, 2018). Assim, Festinger (1968), autor associado a essa abordagem teórica, discute a tendência humana à consonância e à resistência a fatores dissonantes. Esse aspecto será observado na ação dos atores de política externa na indução da cooperação internacional, contribuindo com a análise sobre a continuidade dos acordos e o papel de determinadas personalidades a eles associadas em distintos momentos.

No nível institucional, será observado o movimento das instituições públicas envolvidas na cooperação. No nível governamental, será analisado, em especial, o papel dos ministérios, diplomacia e presidência. Quanto a esses dois níveis, Hopkins (1976) assevera que muitas políticas tendem a demandar julgamento técnico, antecedência e larga regulação, ampliando o papel de executivos dentro das burocracias domésticas governamentais em detrimento da via diplomática.

Sendo assim, o papel de vários ministérios e instituições nacionais no campo da cooperação internacional é reforçado no cenário mais recente de internacionalização. Não se pode, contudo, descartar a importância do elemento diplomático. Logo, esses aspectos serão observados no estudo dos casos empíricos. Portanto, a análise da política externa brasileira como possível indutora da cooperação, de seus distintos atores nos âmbitos individual, institucional e governamental, e as múltiplas influências – interna e externa – sobre a esfera cooperativa serão utilizadas para conduzir o debate dos estudos de caso desta pesquisa.

1.3. METODOLOGIA

Preliminarmente, é fundamental expressar a epistemologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa, ou seja, as escolhas feitas para se compreender o objeto em estudo. Dessa forma, parte-se de uma compreensão das relações cooperativas bilaterais entre Brasil-Japão e Brasil-China a partir de uma perspectiva brasileira e em associação com a política externa do país. Nesse sentido, apesar de as variáveis externas serem fundamentais para o estudo que se quer realizar, especialmente considerando a interdependência entre os atores e

os fatores de (as) simetria, elas são delineadas apenas a nível governamental. O foco analítico da investigação que aqui se propõe é dado ao âmbito doméstico brasileiro, observando-se os aspectos individuais, institucionais e governamentais indutores da cooperação.

Acrescenta-se ainda que o uso das ferramentas de política externa para o desenvolvimento da cooperação internacional não é um fenômeno desconhecido ou particular brasileiro, porém, como nem sempre essa indução ocorre ou é revelada nos estudos existentes, explica-se o interesse na análise dessa interação. Assim, a fim de desenvolver o estudo da cooperação técnico-científica brasileira com Japão e China, embasado pela epistemologia e o arcabouço teórico anteriormente apresentados, passa-se a debater a metodologia que guiará a presente pesquisa.

Inicialmente, é válido apontar que este estudo passou por mudanças metodológicas que merecem ser mencionadas. Havia a intenção de se desenvolver uma comparação com base no método de Stuart Mill (1973) do acordo e da diferença entre as duas díades: Brasil-Japão e Brasil-China; contudo, a particularidade dos casos e áreas de cooperação levou à necessidade de uma abordagem comparada mais abrangente. Não obstante, será avaliado se a relação cooperativa brasileira com Japão e China configura um sistema de mais semelhança ou mais diferença, observando-se os padrões cooperativos de ambas as interações, em consonância com o que Moller e Skaaning (2016) propõem.

Como método de abordagem, faz-se uso do processo indutivo, tendo em vista que se busca analisar casos específicos de cooperação entre Brasil-Japão e Brasil-China e, a partir deles, realizar inferências descritivas e causais em torno das relações que são estabelecidas e do comportamento brasileiro. Como se trata da cooperação brasileira com dois países e da análise mais específica de alguns casos de cooperação, as conclusões que serão alcançadas neste trabalho, de acordo com a abordagem indutiva, são prováveis e voltadas para os casos e países em análise. Sendo assim, novas investigações podem vir a ser realizadas a partir das hipóteses apresentadas nesta tese.

Quanto aos métodos de procedimento, este trabalho se utiliza, de forma central, da metodologia de estudos de caso comparados. O método do estudo de caso está voltado para a observação de casos particulares e de um subtipo da cooperação internacional brasileira com Japão e com China, que é a modalidade técnico-científica. Dessa forma, trata-se de um estudo de caso de tipo heurístico, haja vista que tem como objetivo identificar hipóteses, variáveis e caminhos causais, e *building block*, pois está voltado para a procura de padrões comuns nos casos em análise (GEORGE; BENNET, 2005).

O grande objetivo nos estudos de caso é observar o comportamento brasileiro e suas possíveis explicações. A análise dos casos será realizada de forma comparativa estruturada, baseada na pergunta de pesquisa, objetivos e abordagem teórica (GEORGE; BENNET, 2005). Em cada caso, serão apresentados um sumário dos fatos, desenvolvimento e resultados dos projetos e uma análise detalhada baseada no contexto, atores, movimentos e situação do relacionamento (BERCOVITCH; JACKSON, 2009; STARKEY; BOYER; WILKENFELD, 2010).

É válido expressar que a unidade central de análise serão os atores envolvidos nos processos de cooperação e, visto que se trata de decisões de política externa associadas à forma de condução da cooperação, a interação entre o nível governamental e individual é fundamental (MORIN; PAQUIN, 2018, p. 42-43). Nesse sentido, serão analisados do ponto de vista brasileiro: corpo técnico, instituições domésticas públicas, diplomacia, Ministérios, ação presidencial, atuação legislativa, movimento empresarial e individual técnico e político.

Frise-se que o cerne da investigação se concentra no Poder Executivo e vai além da ideia de que o Itamaraty possui formulação exclusiva sobre a política externa brasileira. O Poder Legislativo é tocado a fim de se debater se ele tem alguma função estimuladora da cooperação, mas acredita-se, de antemão, que sua principal ação se baseia na análise e deliberação de atos internacionais (SILVA; SPOHR, 2016, p. 126). Já o aspecto empresarial é essencial neste estudo para se verificar até que ponto esse fator está ligado ao sucesso cooperativo e às interações com Japão e China. Do lado japonês e chinês, serão considerados essencialmente os interesses governamentais na cooperação com o Brasil, além de se apresentar o estímulo das instituições-chave dos processos cooperativos. O Quadro 1.2 adiante ilustra os atores concretos brasileiros que estão sendo pensados nesta pesquisa, com base nos casos de cooperação.

Quadro 1.2 - Atores concretos brasileiros da cooperação internacional agrícola e espacial com Japão e China

Atores abstratos	Atores concretos brasileiros
Corpo técnico	Comunidade epistêmica da EMBRAPA, INPE, IBAMA e Polícia Federal (reuniões, contatos diretos com os equivalentes no Japão e na China)
Instituições domésticas públicas	Ação institucional da EMBRAPA, INPE, IBAMA, Polícia Federal (representadas por seus diretores)

Diplomacia	MRE (ABC, DCTEC, Embaixada do Brasil na China e no Japão)
Ministérios	MCTIC, MAPA
Presidente	Diplomacia presidencial por meio de visitas e reuniões
Legislativo	Deputados e Senadores estimulando a cooperação por meio de visitas e reuniões
Empresariado	Cooperativas agrícolas, CAMPO, CNA, Empresas aeroespaciais
Indivíduos do corpo técnico de destaque	Cientistas que se destacaram nos contatos com Japão e China
Indivíduos com atuação política de destaque	Presidentes, Ministros, Diretores institucionais e elite empresarial

Notas: IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; DCTEC – Divisão de Ciência e Tecnologia do MRE; MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; MAPA – Ministério da Agricultura; CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola; CNA – Confederação Nacional Agrícola.

Fonte: Elaboração própria.

Após a análise descritiva dos projetos e relações bilaterais, a comparação será conduzida em três etapas. Primeiro, os cinco casos de cooperação nas áreas agrícola e espacial – três com Japão e dois com China – serão comparados considerando-se os resultados alcançados, os fatores indutores da cooperação e o papel dos atores condutores de política externa. Em segundo lugar, os dois casos mais desenvolvidos de cooperação com Japão e China – PRODECER e CBERS, respectivamente – serão analisados com o objetivo de se verificar sob quais condições as práticas de política externa brasileira foram promotoras da cooperação com ambos os países. Essa discussão será realizada com base nos modelos de política externa previamente discutidos.

Nessas duas primeiras fases comparativas, será usado o método da congruência (GEORGE; BENNET, 2005), verificando-se os padrões comuns e distintos nos casos em análise. Por meio do referido método, pode-se observar os resultados da cooperação e as possíveis variáveis relacionadas (GEORGE; BENNET, 2005).

Em terceiro lugar, após a análise dos projetos e da política externa brasileira para a cooperação, a relação bilateral da cooperação técnico-científica entre Brasil-Japão e Brasil-China será discutida, focando-se nos aspectos que aproximam e distanciam as duas interações, especialmente se considerando as áreas em análise. Nessa parte, será debatida a condução da

cooperação e as possibilidades de ações futuras por meio da política externa brasileira para o fortalecimento da cooperação internacional. Ademais, nesse momento, será verificado se o desenho das relações cooperativas Brasil-Japão e Brasil-China está mais próximo da semelhança ou da diferença.

As fontes utilizadas para a análise dos estudos de caso são revisão bibliográfica, uso de relatórios dos projetos, entrevistas, documentos referentes a acordos e reuniões e arquivos históricos⁴⁵. A pesquisa nos arquivos históricos do Itamaraty foi realizada de forma exaustiva, verificando manualmente nas caixas com os telegramas enviados das Embaixadas brasileiras na China e no Japão para o Ministério das Relações Exteriores no Brasil, de 1995 a 2011, os seguintes termos: cooperação, espaço, agricultura e seus correlatos e os nomes dos acordos referenciados nesta tese. As entrevistas⁴⁶, por sua vez, foram semiestruturadas, pautadas em perguntas previamente definidas, mas com flexibilidade ao longo do processo de questionamento. Além disso, acrescenta-se que as entrevistas foram realizadas pessoalmente, por Skype ou correio eletrônico e, no total, foram entrevistadas 24 pessoas. Ademais, as entrevistas incluídas nesta tese foram respondidas por escrito pelos entrevistados e enviadas por email ou gravadas com autorização dos entrevistados^{47 48}. Afirma-se ainda que se levou em consideração a solicitação de alguns entrevistados para não serem incluídas partes ou pontos específicos das entrevistas.

O direcionamento das entrevistas foi realizado de acordo com os casos em estudo. As entrevistas realizadas foram de cunho geral, sobre a cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China, e também específicas, voltadas para os órgãos, agências e instituições relevantes para a coleta do material para cada acordo. A necessidade de realização das entrevistas foi decorrente da ausência de informações suficientes, bibliográficas e documentais, sobre os casos cooperativos entre Brasil-Japão e Brasil-China.

⁴⁵ Os documentos selecionados, como os do Itamaraty e da Presidência da República, por serem decorrentes de fontes oficiais, carregam em si uma perspectiva governamental que merece ser ressaltada. Mas, há vários relatos importantes que levam à reflexão sobre os múltiplos atores domésticos brasileiros e também sobre os interesses e movimentos externos de Japão e China. Nesse sentido, essa fonte documental foi extremamente importante para a análise realizada nesta tese, especialmente pela escassez de informações sobre os casos estudados.

⁴⁶ Reconhece-se a limitação das entrevistas como fonte de pesquisa, em virtude do viés pessoal, institucional ou governamental, mas elas foram muito importantes no desenvolvimento da base empírica deste estudo em virtude da escassez de informações sobre os acordos cooperativos estudados. Ademais, tentou-se agregar a elas outras fontes, conforme já ressaltado.

⁴⁷ A única entrevista incluída nesta tese que não foi respondida por escrito nem gravada foi a com o Secretário de Planejamento do MRE, Benoni Belli, porém ela foi autorizada verbalmente pelo entrevistado para uso nesta pesquisa.

⁴⁸ Tentou-se ainda promover a maior legitimação das entrevistas por meio da Plataforma Brasil e da Comissão de Ética da Universidade, contudo, houve dificuldade na concretização dessa iniciativa, tendo em vista que não é uma prática corriqueira no curso de Relações Internacionais da UnB. Contudo, como a pesquisa não envolve seres humanos não houve prejuízo para o desenvolvimento da pesquisa.

No que se refere ainda às entrevistas, estas foram realizadas com alguns pesquisadores brasileiros centrais para o campo da política externa brasileira para a Ásia, tais como Henrique Altemani de Oliveira, Amado Cervo e Gilmar Masiero; com membros do corpo diplomático brasileiro; com funcionários relevantes de agências, órgãos e instituições vinculadas aos acordos cooperativos em estudo, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Agência Espacial Brasileira (AEB), Polícia Federal, ABC, MCTIC, Embaixada chinesa e japonesa no Brasil e JICA. Todas essas informações foram utilizadas nas distintas fases da pesquisa, que são: análise do quadro geral da cooperação técnico-científica brasileira ao longo da política externa do Brasil para a Ásia, China e Japão; estudo da cooperação com o Estado japonês e dos acordos bilaterais selecionados e, em seguida, nos mesmos moldes, com a China.

Quanto à escolha dos casos, eles foram definidos a partir de duas áreas consideradas de sucesso na cooperação Brasil-Japão e Brasil-China, que são agricultura e satélites, respectivamente. Desse modo, historicamente, no caso da cooperação com Japão, será analisado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados Brasileiros (PRODECER), enquanto que, no caso da China, será estudado o caso da Cooperação Sino-Brasileira em Satélites de Recursos Terrestres (CBERS)⁴⁹.

Em termos das relações cooperativas atuais, foram escolhidos acordos técnico-científicos nas áreas já definidas, após o debate sobre o cenário cooperativo geral das duas décadas entre 2000 e 2015, podendo ser incluídas informações ainda mais recentes para fins de atualização da pesquisa. Sendo assim, são analisados os acordos sino e nipo-brasileiros com a EMBRAPA e o de fornecimento de imagens do satélite japonês ALOS para o Brasil.

Dessa forma, são estudos de caso múltiplos que possibilitarão uma maior compreensão das relações entre os países e do comportamento brasileiro em distintas áreas, marcos temporais e acordos cooperativos. As conclusões dos casos são cruzadas intra e inter áreas agrícola e espacial.

Ao longo do desenvolvimento dos estudos de caso, serão utilizadas táticas para validá-los. Assim, será averiguada a validade do constructo, observando-se se há uso de múltiplas fontes e se as informações foram confirmadas com informantes-chave; a validade interna, verificando-se a construção da explanação, do padrão de análise e se faz uso de séries temporais; a validade externa, constatando-se se há possibilidade de replicação dos aspectos em análise; e,

⁴⁹ É fundamental frisar que o CBERS é um caso de cooperação histórico-atual, por isso será analisado na sua inteireza, o que trará elementos importantes para a observação histórica e também contemporânea da cooperação Brasil-China.

por último, a confiabilidade, ou seja, o armazenamento dos dados, a fim de legitimar os dados da pesquisa e possibilitar desenvolvimento de novos estudos (YIN, 2001).

Para estabelecer o início desta pesquisa, é importante expressar que foi realizado um estudo de caso teste para avaliar a viabilidade da análise, das perguntas e das hipóteses. Desse modo, a literatura sobre o tema e os documentos oficiais foram analisados e, em seguida, partiu-se para o campo a fim de realizar as entrevistas. Foram escolhidos dois casos na área espacial, um da cooperação com Japão – satélite ALOS – e outro com China – CBERS.

Acrescenta-se ainda, quanto à análise da cooperação técnico-científica ao longo da política externa brasileira para a Ásia delineada no capítulo 2, que o enfoque está na observação do contexto internacional e das relações cooperativas entre governos em uma análise sequencial das lideranças presidenciais brasileiras. Em seguida, concentra-se nas relações especificamente com China e Japão.

Em relação às variáveis desta pesquisa, tem-se como variáveis independentes o estímulo japonês ou chinês para a cooperação bilateral e/ou fatores domésticos, como atuação dos líderes, das instituições ou os interesses econômicos. Quanto à variável dependente, tem-se a ação brasileira de cooperação. Essas variáveis estão em consonância com a pergunta de pesquisa, as hipóteses e as abordagens teóricas adotadas.

Por fim, no que concerne à coleta de dados, ela está baseada na busca de arquivos históricos do MRE, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Biblioteca da Presidência da República, dos acordos técnicos de cooperação na ABC e dos científicos, tecnológicos e de inovação na Divisão de Ciência e Tecnologia do MRE. As informações também foram coletadas com base nas entrevistas realizadas, conforme já exposto anteriormente.

1.4. CONCEITOS APLICADOS NA TESE

Para uma melhor compreensão da presente pesquisa, os seguintes conceitos serão explanados: relação/interação cooperativa, área cooperativa, ferramentas/ações de política externa brasileira, cooperação sul-sul, cooperação norte-sul, ajuda oficial, cooperação sul-norte, cooperação triangular, cooperação para o desenvolvimento, cooperação técnica, cooperação científico-tecnológica, cooperação técnico-científica, cooperação oficial, cooperação interinstitucional, sucesso da cooperação, interdependência, interesse, comportamento, (as)simetria e padrão estrutural.

Assim, inicia-se essa discussão conceitual com a noção de relação/interação cooperativa, que é entendida como as interligações existentes no âmbito da cooperação internacional técnica e científico-tecnológica entre o lado brasileiro e a China ou o Japão. As características desse processo de cooperação são avaliadas ao longo da pesquisa com base nos acordos cooperativos a serem estudados. Os atores considerados para essa análise já foram apresentados na parte metodológica. As áreas cooperativas, por sua vez, são compreendidas como os setores para os quais a cooperação está direcionada, a exemplo da saúde, educação e agricultura.

Quanto às ferramentas ou ações de política externa brasileiras, aponta-se que estão associadas às visitas presidenciais, ministeriais e de instituições públicas, aos contatos e diálogos promovidos pelas Embaixadas do Brasil em Tóquio e Pequim, à realização de diagnósticos e previsão de cenários de cooperação, especialmente por parte do MRE e do MCTIC, e quaisquer outras atividades desenvolvidas por atores públicos brasileiros legitimados para atuarem em nome do país, com finalidade de estimular as interações bilaterais na esfera da cooperação internacional.

A cooperação sul-sul, por sua vez, é uma plataforma de desenvolvimento conjunto dos países em desenvolvimento e de inserção internacional por meio da criação de mecanismos de diálogo político e empoderamento (AYLLÓN, 2013; PNUD⁵⁰). Nesse sentido, a cooperação sul-sul tem como características: a) evitar condicionalidades; b) possibilitar acesso a tecnologias adaptadas e respeitadas com a cultura local; c) satisfazer demandas em campos cruciais; d) reduzir custos e incrementar eficiência da cooperação; e) flexibilizar rigidez dos procedimentos das agências financiadoras; f) atuar como ferramenta anti-hegemônica enquanto alternativa à cooperação norte-sul (AYLLÓN, 2013; AYLLÓN, 2014; MILANI, 2012).

A partir da literatura que analisa a cooperação sul-sul, é possível apontar seus aspectos centrais: horizontalidade, interação entre países em desenvolvimento, busca de benefícios mútuos, relação de parceria, não condicionalidade, agenda baseada na demanda, solidariedade, importância da experiência local e não interferência no âmbito doméstico do país parceiro (LEITE et al., 2014; PECEQUILO, 2008; LEITE, 2012). Leite (2012), em estudo sobre o conceito de cooperação sul-sul, apresenta a problemática da generalização do termo e das tentativas de sua limitação para o uso. Desse modo, muitos autores inserem a cooperação sul-sul como uma modalidade de cooperação para o desenvolvimento e afirmam que são relações entre países em desenvolvimento. Contudo, a cooperação sul-sul não necessariamente será

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/cooperacaoSulSul.aspx>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

sempre voltada para a promoção do desenvolvimento, embora seja a forma mais analisada desse tipo de cooperação (LEITE, 2012).

Desse modo, é fundamental compreender que o conceito de cooperação sul-sul não é baseado em uma perspectiva geográfica, mas sim em relações estabelecidas entre países em desenvolvimento, os quais formam o que se denomina de Sul Global (LEITE, 2012). Acrescenta, ainda, a autora que a teoria social é uma ferramenta relevante para compreender as relações de cooperação sul-sul, tendo em vista que se baseiam na lógica de processos complexos de troca, pautados na reciprocidade (LEITE, 2012). Sendo assim, a característica da horizontalidade seria primordial na promoção da cooperação sul-sul, diferenciando-a da norte-sul (LEITE, 2012).

Os pontos mencionados podem ser reforçados por meio da definição do *United Nations Office For South-South Cooperation (UNOSSC)*⁵¹ de cooperação sul-sul: colaboração entre dois ou mais países em desenvolvimento do Sul Global nos domínios político, econômico, cultural, social, ambiental ou técnico, podendo assumir a forma bilateral, multilateral, regional, sub-regional ou inter-regional.

Do mesmo modo, o documento adotado na Conferência de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul de Nairóbi em 2010 (ONU) ressalta uma visão sobre a cooperação sul-sul embasada no esforço comum nascido de experiências e compreensões compartilhadas e na solidariedade entre as pessoas e os países do Sul, contribuindo, assim, para o bem-estar nacional, a autoconfiança coletiva e da nação e a consecução de objetivos de desenvolvimento internacionais acordados, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁵².

Ademais, o documento de Nairóbi (ONU, 2010) assevera o estabelecimento da agenda de cooperação pelos países do Sul; a manutenção dos princípios de respeito à soberania nacional, a independência, igualdade, não condicionalidade, não interferência nos assuntos domésticos e benefícios mútuos; a importância da capacidade local dos países em desenvolvimento para a contribuição das prioridades para o desenvolvimento nacional e a não substituição da cooperação sul-sul pela norte-sul. Em termos de aprimoramento da cooperação sul-sul, são apontadas melhorias nos seguintes aspectos: na prestação de contas, na transparência, na coordenação de projetos e programas criados com as iniciativas já existentes

⁵¹ Disponível em: <http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html>. Acesso em: 17 ago. 2016.

⁵² Os ODM foram metas estabelecidas pela ONU, no ano 2000, visando o desenvolvimento social dos países em áreas como educação, saúde, igualdade de gênero, proteção ao meio ambiente e combate à fome. Disponível em: < <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> >. Acesso em: 20 dez. 2018. Atualmente, novas metas foram estabelecidas congregando o que se denomina de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

associadas aos planos de desenvolvimento e às prioridades nacionais e, finalmente, na orientação voltada para os resultados.

A cooperação norte-sul, então, é considerada tradicional, pautada no padrão verticalizado de troca, ou seja, um doa e o outro recebe (MILANI, 2012). Envolve geralmente um país desenvolvido e outro em desenvolvimento ou subdesenvolvido. A nomenclatura assistência oficial ao desenvolvimento⁵³ coaduna-se com essa perspectiva de cooperação. De acordo com o CAD/OCDE⁵⁴, entende-se por ajuda oficial ao desenvolvimento: ajuda oferecida por atores oficiais, incluindo Estados, governos locais ou suas agências executivas, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento; tem caráter concessional e possui um elemento de doação de pelo menos 25% do montante ofertado. É pertinente, por outro lado, apontar que os países desenvolvidos da cooperação norte-sul têm se utilizado de meios para reverberar a relação de parceria com os demais atores. O termo parceria estratégica também pode ser pensado como um modo de perpetuar as relações norte-sul e quebrar discursivamente com a ideia de verticalidade.

Ayllón (2014) apresenta ainda a nomenclatura cooperação sul-norte, que consistiria no potencial dos países do sul de alavancarem os países do norte em meio a crises. No entanto, presenciou-se um enfraquecimento do crescimento dos países do sul recentemente, fato esse que, de certa forma, enfraquece as implicações positivas para o norte dessa lógica cooperativa.

A cooperação triangular, a seu turno, é uma estratégia em que dois atores cooperam entre si a fim de atuarem em um terceiro país. De acordo com Ayllón (2013), ainda existem poucos estudos detalhados e empíricos sobre a cooperação triangular. É importante ter cuidado para essa modalidade não se tornar uma ferramenta de fortalecimento de atores desenvolvidos em um ambiente tipicamente sul-sul (DANTAS; LEITE, 2013). Ayllón (2014) aborda também a preocupação com a possibilidade de a cooperação sul-sul deixar de lado seu caráter anti-hegemônico, tendo em vista a supracitada cooperação sul-norte (AYLLÓN, 2014).

Puente (2010) e Ayllón (2007) apresentam a cooperação técnico-científica como um tipo de cooperação para o desenvolvimento, que é entendida como o conjunto de ações empreendidas por governos ou organismos internacionais a fim de promover melhorias sociais, políticas e econômicas em determinados países, impulsionando, assim, seus processos de desenvolvimento (AYLLÓN, 2007, p. 36). Contudo, a cooperação para o desenvolvimento

⁵³ O termo ajuda oficial ao desenvolvimento é geralmente utilizado pelos países desenvolvidos, enquanto a nomenclatura cooperação norte-sul é usada pelos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, acentuando o aspecto de desigualdade de troca.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/stats/officialdevelopmentassistance/definitionandcoverage.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

envolve sempre um ator não desenvolvido e, no caso da relação Brasil-Japão, por exemplo, só é possível pensá-la inserida dentro desse conceito se analisada sob o viés do Brasil como receptor. Por isso, o foco desta análise vai além do âmbito da cooperação para o desenvolvimento, envolvendo também as cooperações técnico-científicas incluídas ou não dentro da nomenclatura supracitada, muito embora, ao longo da pesquisa, tenha sido identificado que as relações Brasil-Japão possuem um caráter amplo de recepção de técnicas e conhecimentos científicos pelo lado brasileiro.

Assim, a cooperação técnico-científica é entendida aqui como as trocas entre dois ou mais atores para o fortalecimento das habilidades e capacidades técnicas, intercâmbio de conhecimentos, experiências, tecnologias e especialistas, desenvolvimento de pesquisas e implementação de projetos e programas nas mais diversas áreas, como educação, saúde, saneamento, agricultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, dentre outras (AYLLÓN, 2007; PUENTE, 2010).

É relevante apontar que não há unanimidade na compreensão da unicidade entre a cooperação técnica e a científica/tecnológica, porém, em virtude da dificuldade de separar nitidamente as duas definições, por suas notórias proximidades (PUENTE, 2010), utiliza-se o termo cooperação técnico-científica, abordando os mais diversos processos cooperativos nesse sentido. No entanto, os autores geralmente denominam os processos de cooperação técnicos como transferências de saberes, conhecimentos, equipamentos, profissionais especializados, enquanto a cooperação científica e tecnológica compreende a inovação para o desenvolvimento econômico (RIBEIRO; BAIARDI, 2014, p. 597).

A cooperação tecnológica, portanto, está associada à cooperação científica. De acordo com Dosi et al. (1990), Stokes (2005) e Rosenberg (2006) apud Ribeiro e Baiardi (2014, p. 593), tecnologia seria um conjunto de conhecimentos, que podem ser derivados do conhecimento científico e que são voltados para determinada área. Skolnikoff (1993), por sua vez, aponta a dificuldade de distinguir a fronteira entre os conceitos de ciência e tecnologia, embora um ponto seja claro: tecnologia não é necessariamente baseada em um progresso prévio da ciência. De todo modo, o autor aponta as noções de ciência, tecnologia e inovação. Ciência seria o conhecimento de como e por que as coisas são como são, acúmulo de conhecimento social e natural sem necessariamente ser aplicado para finalidade humana; inovação, a seu turno, está relacionada com a criação e implantação na sociedade da tecnologia; por fim, a tecnologia refere-se à criação, produção e aplicação com base em um propósito (SKOLNIKOFF, 1993).

Nesse sentido, observa-se que a ciência está mais relacionada com o acúmulo de conhecimento, a tecnologia está associada com a aplicação do conhecimento e a inovação com o desenvolvimento de algo novo por meio da tecnologia e sua implantação na sociedade. É importante esclarecer que, neste estudo, optou-se por utilizar apenas o termo científico, embora se objetive analisar a cooperação científico-tecnológica.

Cabe ainda ressaltar a diferenciação entre a cooperação oficial, que é analisada neste estudo, e a cooperação interinstitucional⁵⁵. A primeira ocorre entre governos ou entre esses e organismos multilaterais, sendo regulada por acordos internacionais; a segunda, por sua vez, estabelece-se entre instituições públicas e/ou privadas de países diferentes, por intermédio de convênios entre as partes, não tendo a interferência necessária do governo federal (INOUE; APOSTOLOVA, 1995, p. 16). Para os fins desta pesquisa, são consideradas cooperações oficiais as que têm envolvimento do Estado brasileiro e de suas instituições públicas, nesse sentido, podem ser também de cunho interinstitucional.

É necessário também asseverar a forma como se entende o conceito de sucesso da cooperação nesta pesquisa. Significa, então, que não apenas os objetivos iniciais pretendidos pelos atores cooperantes foram alcançados, mas que houve expansão dos interesses cooperativos. Além disso, os resultados alcançados são considerados de extrema relevância para o desenvolvimento do país, seja em termos econômicos ou científico-tecnológicos⁵⁶.

Apointa-se ainda a noção de interdependência, fundamental para esta pesquisa, já que são analisadas interações entre países distintos. Sendo assim, tem-se por interdependência “os efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países geralmente decorrentes de fluxos de transações, que podem ser de dinheiro, bens, pessoas e mensagens entre fronteiras internacionais” (KEOHANE; NYE, 2011, p. 7). Ademais, de acordo com Zakaria (2011), embora o enfoque de análise de Keohane e Nye (2011) seja no âmbito econômico, os autores compreendem a interdependência como um conceito amplo, podendo ser aplicado em outros contextos.

Para consubstanciar esta pesquisa, há que se apontar a noção de interesse e de comportamento. De acordo com Zartman (2002, p. 11), comportamento é a característica dos

⁵⁵ Troyjo (2003) aponta os aspectos positivos e negativos da cooperação interinstitucional. Se, de um lado, ela proporciona agilidade e fluxo de comunicação entre as instituições cooperantes; de outro, pode gerar erros prejudiciais ao próprio Estado brasileiro, tais como, facilidade de importação de equipamentos, permanência de técnicos no país, etc. Ademais, o estabelecimento de acordos com entidades brasileiras sem experiência em cooperação, as quais podem ser transformadas em postos de pesquisas avançadas de outros países, também é uma questão a ser considerada (TROYJO, 2003).

⁵⁶ É fundamental frisar que não se busca realizar uma análise de avaliação de projetos de cooperação, mas se utilizar do reconhecimento da literatura sobre os acordos de sucesso (Prodecir e CBERS) e refletir sobre o andamento deles e o movimento da política externa brasileira.

atores e da interação no processo de negociação. É com base nessa definição de comportamento que se busca compreender o Brasil e suas relações cooperativas com Japão e China. Os interesses, por sua vez, são os aspectos substantivos aos quais as partes estão conectadas e podem ser identificados verificando-se os porquês das escolhas e posições – posturas – assumidas (FISHER; URY; PATTON, 1994).

Considerando-se que são observadas as interações do Brasil com dois países economicamente mais desenvolvidos, as noções de simetria e assimetria mostram-se importantes de serem explicitadas. Sendo assim, as relações simétricas possuem, em geral, aparência de igualdade, mas alcançá-la de forma integral é muito difícil (ZARTMAN; RUBIN, 2000). Por outro lado, as assimétricas são marcadas por diferenças entre as partes, no entanto, podem se tornar mais simétricas por meio do uso de algumas ferramentas como língua, relações econômicas, laços culturais, ligações entre assuntos de menor e maior poder de barganha (RUBIN; SALACUSE, 1990).

Por fim, assevera-se a existência de um padrão estrutural, entendido como a estrutura de poder, na qual os Estados diferem em termos de tamanho, recursos, riqueza, reputação e status (PFETSCH, 2011). Contudo, essa estrutura não é entendida nesta pesquisa como estática, a força ou fraqueza de um Estado pode variar de acordo com as interações entre os atores (PFETSCH, 2011) e as ações por eles empreendidas, como se nota pelo movimento de política externa que será ressaltado ao longo deste estudo. Portanto, esse arcabouço conceitual embasará as discussões a serem realizadas nesta pesquisa e seu substrato empírico possibilitará a problematização dos conceitos apresentados.

1.5. COOPERAÇÕES TÉCNICA E CIENTÍFICA OFICIAIS BRASILEIRAS E A RELAÇÃO COM CHINA E JAPÃO

Neste tópico, são analisadas as duas modalidades cooperativas brasileiras centrais para a pesquisa e já conceituadas anteriormente: a cooperação técnica e a cooperação científica. O foco da análise é a cooperação bilateral, desenvolvida por meio do Estado brasileiro. Ambas as modalidades cooperativas são observadas historicamente e em termos de negociação e estrutura.

Conforme se pode observar, as cooperações técnica e científica brasileiras evoluem de forma independente, sendo a primeira mais ampla, tradicional e ativa e a segunda, mais recente e menos desenvolvida (VAZ; INOUE, 2007). Apesar da evolução independente desses dois

processos cooperativos, ambos vêm convergindo gradualmente e muitos atores participam tanto da cooperação técnica quanto da científica (VAZ; INOUE, 2007).

Além disso, Apostolova e Inoue (1995) apontam certa interpenetração entre as modalidades teoricamente distintas. Isso pode ser perceptível em projetos de cooperação técnica que possibilitam assimilação de tecnologias, por exemplo (APOSTOLOVA; INOUE, 1995). Essa dificuldade justifica o uso do termo cooperação técnico-científica durante a pesquisa, conforme já ressaltado. Parte-se, então, para a análise mais detalhada das cooperações técnica e científica brasileiras e a apresentação das interfaces com Japão e China.

1.5.1. Cooperação técnica bilateral brasileira

A respeito da cooperação técnica bilateral brasileira, é apresentado seu histórico norteador, acentuando as primeiras iniciativas desenvolvidas até suas características mais recentes. É traçado também o processo de negociação e a estrutura brasileira ligados a esse âmbito cooperativo, delineando os principais atores e as dinâmicas envolvidas.

1.5.1.1. Histórico

A cooperação técnica brasileira está historicamente ligada aos grandes empreendimentos econômicos e financeiros promovidos por meio da ajuda externa recebida pelo Brasil⁵⁷ (CERVO, 1994a). As primeiras iniciativas de assistência técnica datam dos anos 1930, e a vinda de professores estrangeiros para a Universidade de São Paulo (USP) em 1934 é uma das ações iniciais de expressão cooperativa de cunho técnico (VALLER FILHO, 2007).

Pode-se ainda citar como exemplo dessa assistência técnica o estabelecimento do acordo entre Brasil e EUA que promoveu a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942 (CAMPOS, 2006). Para o Brasil, o SESP representava um processo de construção da nação e do Estado durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945), referendando o projeto do desenvolvimento e a estratégia de centralização de autoridade sobre o território brasileiro (CAMPOS, 2006). Enquanto isso, para os EUA, funcionava como uma agência temporária voltada para políticas pontuais em regiões produtoras de matérias-primas estratégicas, tais como borracha e minério de ferro na Amazônia e no Vale do Rio Doce, respectivamente. Havia

⁵⁷ A relevância do Japão nesse sentido será ressaltada no histórico da cooperação entre os dois países, no capítulo 2.

ainda o interesse de proteção da saúde dos soldados estadunidenses que se encontravam em bases militares no Brasil (CAMPOS, 2006).

Em consonância com as iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas até então, sentiu-se necessidade de um maior aprimoramento do processo cooperativo. Assim, em 1950, houve a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), relevante para a sistematização da assistência técnica internacional e cujas competências legais incluíam estudos sobre a participação brasileira em programas de assistência técnica das Nações Unidas (VALLER FILHO, 2007). Nesse período, também foram firmados diversos acordos internacionais, especialmente com os EUA, no sentido de promover transferência de tecnologia para o país (VALLER FILHO, 2007). Além disso, foram realizados os primeiros acordos de cooperação técnica na área de cultura de soja, tendo sido criado o programa brasileiro de soja na Universidade de Viçosa, em Minas Gerais (VALLER FILHO, 2007).

A estruturação da cooperação técnica brasileira dá-se em 1969 com a criação por decreto do Sistema Nacional de Cooperação Técnica (CERVO, 1994a). Esse sistema era composto pelo Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, localizado no MRE, a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), situada na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, além da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CERVO, 1994a).

Frisa-se, conforme o exposto por Cervo (1994a), que, até a década de 1960, a cooperação técnica brasileira baseava-se em uma lógica desigual, na qual se notava a existência de um doador ativo e o Brasil enquanto recipiendário passivo. Na década de 1970, a seu turno, passou-se a observar a transição da lógica de assistência técnica para verdadeiramente um processo de cooperação internacional, com maiores trocas entre os atores. É pertinente expressar que a cooperação técnica com o Japão se desenvolveu essencialmente a partir da década de 1960 e teve seu período de grande crescimento na década de 1970, quando as premissas da cooperação técnica no Brasil evoluíram. Essa relação de maiores trocas, mesmo em meio à cooperação prestada pelo Japão ao Brasil, pode ser visualizada em projetos como o do PRODECER.

Pode-se dizer que a cooperação técnica brasileira atingiu sua maturidade enquanto instrumento de política externa na década de 1970 (CERVO, 1994a), e isso está relacionado com o amadurecimento da cooperação técnica recebida pelo Brasil, a percepção da capacidade da cooperação técnica prestada pelo país, o desenvolvimento da sistematização dos processos

cooperativos brasileiros e o direcionamento da cooperação para contemplar os interesses expostos nos planos nacionais de desenvolvimento.

Sendo assim, Valler Filho (2007) ressalta que a cooperação prestada pelo Brasil foi iniciada, de fato, em 1971 e, a partir da década de 1970, visualiza-se um programa de cooperação mais estruturado, pautado em dois eixos: cooperação prestada, tida como instrumento de política externa para alcançar objetivos políticos e econômicos, e a cooperação recebida, promovendo tecnologias e conhecimento para os projetos nacionais de desenvolvimento⁵⁸. Percebe-se também a importância da cooperação horizontal e sul-sul nesse período (VALLER FILHO, 2007).

Acrescentam ainda Valler Filho (2007) e Vizentini (1998) que os anos 1970 representaram o período de estreita vinculação entre a cooperação técnica internacional e as políticas públicas de desenvolvimento, relação entre os planos nacionais de desenvolvimento e os projetos e programas contemplados com recursos externos. Até a década de 1960, não existia uma estruturação e coordenação da ajuda internacional recebida de modo a associar os recursos externos aos esforços internos de desenvolvimento. A criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1964, foi essencial nesse aspecto, bem como do Ministério do Planejamento, em 1967⁵⁹ (VALLER FILHO, 2007).

É relevante apontar que, na década de 1970, várias instituições brasileiras, como EMBRAPA, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação (MEC), foram convocadas para a prestação de cooperação técnica a terceiros países (VALLER FILHO, 2007). Frise-se, porém, que muitas dessas instituições também estão ligadas à cooperação técnica recebida.

Muito embora o foco da análise da cooperação técnica aqui delineada seja a modalidade bilateral, é fundamental expressar o papel do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no processo de desenvolvimento da cooperação técnica brasileira como um todo. A relevância do PNUD dá-se não apenas por ter sido a principal fonte

⁵⁸ Importante ressaltar que a análise sobre a cooperação enquanto instrumento de política externa será desenvolvida no capítulo 2, contudo, desde já se pretende apontar a relevância de encaixar a cooperação recebida como um instrumento de política externa não apenas do país doador, mas também do receptor.

⁵⁹ De acordo com informações constantes no site do atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o cargo de Ministro Extraordinário responsável pelo planejamento foi criado em 1962 e teve suas atribuições ampliadas em 1964. Apenas em 1967 que o planejamento passou a ser de competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Em 1974, houve a criação da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN), com status de Ministério, que passou a ser o centro das decisões econômicas do país. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

multilateral de cooperação técnica brasileira nos anos 1970 (VALLER FILHO, 2007), mas principalmente por ter apoiado a própria criação da ABC e continuar a ser, até os dias atuais, um forte intermediador da cooperação técnica prestada pelo Brasil, tendo em vista os desafios financeiros e legais brasileiros nesse campo cooperativo (PUENTE, 2010; LEITE, 2016).

A fragmentação dos mecanismos de gestão do sistema de cooperação era visível até a criação da ABC, como se nota na existência de um duplo comando da cooperação técnica com a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty, responsável pela parte das funções técnicas da cooperação, e a SUBIN, centrada nos aspectos políticos (ABC)⁶⁰. Dessa forma, até a criação da ABC, não existia um órgão autônomo de cooperação técnica internacional, uma vez que os organismos que auxiliavam o desenvolvimento desse tipo de cooperação também atuavam no âmbito de outras formas de cooperação (CERVO, 1994a).

Sendo assim, em 1987, durante o governo José Sarney (1985-1990), foi criada a ABC, vinculada ao MRE, tendo como funções coordenar, implementar e acompanhar programas e projetos brasileiros de cooperação técnica⁶¹. O objetivo central com o estabelecimento da ABC consistia em ligar as prioridades de política externa brasileira com as necessidades de desenvolvimento interno por meio da cooperação internacional (VAZ; INOUE, 2007).

É relevante citar que, na década de 1980, houve um movimento dos Estados desenvolvidos pressionando os países em níveis de desenvolvimento médio, a exemplo do Brasil, a fim de excluir dos projetos de cooperação técnica internacional aqueles que estavam ligados com transferência de tecnologia avançada (INOUE; APOSTOLOVA, 1995). Nesse período, então, nota-se uma redução da cooperação técnica recebida pelo Brasil (CERVO, 1994a), porém, apesar de reduzida em volume, conservava ainda um papel considerável no desenvolvimento do país, principalmente nas áreas social e tecnológica (PUENTE, 2010). Não por acaso, esse momento coincide com os interesses de cooperação sul-sul e com o foco em acordos de cooperação científico-tecnológicos, a exemplo da China. É válido frisar, contudo, que a década de 1980 é vista como um período frutífero nas relações cooperativas com o Japão, a exemplo da constância da ODA direcionada ao Brasil, como se verá no capítulo 2, e da assinatura do acordo de cooperação científico-tecnológica.

De acordo com Inoue e Apostolova (1995), na década de 1990, a cooperação técnica assume papel relevante na atividade diplomática e tem-se como áreas prioritárias da cooperação recebida no período as seguintes: indústria, saúde, agricultura, habitação, energia, comunicação, transporte e educação. No que tange à cooperação técnica prestada, as prioridades

⁶⁰ ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

⁶¹ ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

eram: mineração, siderurgia, energia elétrica, telecomunicações, aviação civil e agricultura (INOUE; APOSTOLOVA, 1995). Esse ponto é pertinente para a presente pesquisa, tendo em vista que este trabalho se propõe a observar duas áreas de cooperação na relação com Japão e China, sendo uma delas a agrícola, que aparece como uma esfera de destaque tanto na cooperação recebida quanto na prestada pelo Brasil.

Em termos de continuidade do desenvolvimento da arquitetura estrutural de cooperação técnica, a ABC, em 1996, deixou a vinculação à Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e passou a fazer parte da Secretaria Geral de Relações Exteriores do MRE, tornando possível a formação de um quadro de funcionários externo e cabendo a indicação do diretor ao chanceler (LEITE, 2016).

Nesse sentido, as origens do processo de institucionalização da cooperação técnica internacional brasileira remontam à década de 1950 e podem ser pensadas de acordo com as seguintes fases: a) 1950-1969, iniciativas para se criar um sistema de cooperação técnica internacional⁶²; b) 1969-1978, tentativa de se estabelecer um sistema nacional para coordenar a cooperação técnica e os primeiros acordos com países em desenvolvimento; c) 1978-1987, assinatura do Plano de Ação de Buenos Aires, promovendo a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, e aumento de projetos e atividades de cooperação do Brasil com outros países em desenvolvimento; d) 1987-2003, momento que vai da criação da ABC até o início do governo Luís Inácio Lula da Silva; e) 2003- 2010, dois mandatos do governo Lula, período em que houve uma grande expansão dos vínculos cooperativos brasileiros (INOUE; VAZ, 2012); f) 2011-2015, governo Dilma Rousseff, observando-se uma linha de continuidade das parcerias e projetos já desenvolvidos, mas sem avanços⁶³; pelo contrário, com redução dos gastos em consonância com o ajuste fiscal, estabelecido desde 2015.

No que tange aos principais prestadores bilaterais de cooperação técnica ao longo da história brasileira, Valler Filho (2007) aponta os seguintes países: Alemanha, Japão, França, Canadá, Reino Unido, Itália e Espanha. Percebe-se, dessa forma, o potencial das relações cooperativas em termos técnicos entre Brasil e Japão.

Por fim, cabe explicitar qual o lugar do Japão e da China em meio à cooperação técnica brasileira. Em relação ao Japão, há uma conexão estreita com a história da cooperação técnica recebida brasileira, especialmente durante a década de 1970, com a cooperação para

⁶² ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

⁶³ Esses dados podem ser comprovados por meio do quantitativo de atividades e projetos novos e em execução da ABC entre 2004 e 2014. Em relação às atividades novas, vê-se uma redução a partir de 2011; já considerando as novas e as em execução juntas, nota-se uma queda a partir de 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/QuantitativoProjetos>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

desenvolvimento dos cerrados brasileiros, denominada de PRODECER, a qual será analisada no capítulo 3.

Quanto à China, é pertinente apontar que o período de aproximação do referido país com o Brasil em 1974 e o desenvolvimento de iniciativas de cooperação na década de 1980 relacionam-se com um contexto histórico no qual os interesses no campo de ciência e tecnologia estavam em ascensão, bem como a promoção da cooperação sul-sul. Dessa forma, com os chineses não houve o desenvolvimento de relações relevantes no campo técnico e, de acordo com informações fornecidas pela ABC (2016)⁶⁴, não há acordos formais de cooperação técnica com a China por meio da referida agência. Isso não significa que não possam existir acordos no nível institucional.

Portanto, a cooperação técnica bilateral brasileira seguiu uma lógica de maior estruturação e preocupação com os parâmetros do desenvolvimento e da política externa e passou a se pautar na cooperação recebida e prestada. No caso do Japão, como já foi expressado, o país fez parte da história da cooperação técnica recebida brasileira; já a China, pelo estabelecimento tardio das relações e pela natureza da interação entre os dois países, não desenvolveu vínculos formais com o Brasil, até o ano de 2017, em termos de cooperação técnica bilateral oficial.

1.5.1.2. Processo de negociação e estrutura da cooperação técnica brasileira atual

Nesta subseção, apresenta-se como são estabelecidas bilateralmente as relações cooperativas técnicas entre os países, dispõe-se sobre o desenho estrutural da cooperação técnica brasileira e ainda se observam esses pontos na relação com o Japão, tendo em vista que, como foi exposto anteriormente, com a China se prevalece a cooperação científico-tecnológica, que será analisada no tópico seguinte.

Desse modo, conforme apresenta Valler Filho (2007), a cooperação técnica oficial brasileira segue, em geral, um padrão. Inicialmente, passa-se pelas negociações externas e internas, as quais acontecem de formas distintas, considerando o país em negociação com o Brasil. Em seguida, são estabelecidos Acordos Básicos de Cooperação do Brasil com outro país, os quais representam a base jurídica da relação, definem as áreas prioritárias e os objetivos gerais da cooperação, bem como delimitam a realização de comissões mistas e programas de cooperação.

⁶⁴ Informação fornecida por e-mail por Wolfsi Yuri Guimarães de Souza, Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos (CGTP), em 26 de novembro de 2016.

Assim, a cada implementação de novos projetos entre os países, podem ser assinados ajustes complementares, notas verbais e memorandos, os quais estão vinculados aos acordos básicos (CERVO, 1994a). O planejamento da cooperação técnica dá-se por meio de reuniões bilaterais (CERVO, 1994a). Esses procedimentos são comuns tanto nas cooperações técnicas ofertadas quanto nas recebidas pelo Brasil.

De acordo com Cervo (1994a), a cooperação técnica recebida envolve, geralmente, transferência de conhecimentos e técnicas entre agências de cada país e execução de projetos conjuntos. Em termos operacionais, os mecanismos se pautam, em regra, na vinda de peritos estrangeiros para missões específicas, treinamento de pessoal brasileiro e doação de equipamentos (CERVO, 1994a).

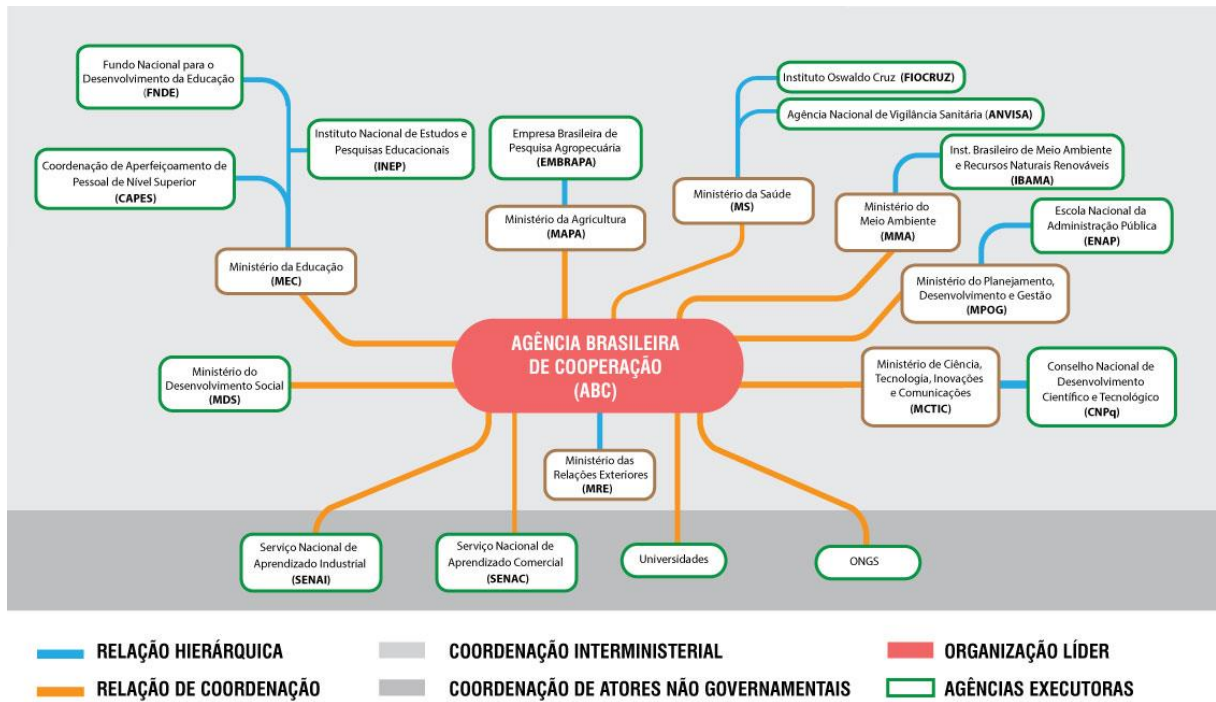
É relevante frisar ainda o papel da ABC nesses processos cooperativos. A agência atua como intermediadora do processo de cooperação técnica do Brasil, tanto no âmbito externo, junto a governos, agências e organismos internacionais, quanto no espaço interno, como interlocutora junto às instituições nacionais receptoras e prestadoras de cooperação técnica (VALLER FILHO, 2007).

A ABC, então, negocia programas de cooperação com as fontes prestadoras. Quando esses programas são definidos, as instituições nacionais interessadas apresentam solicitações de cooperação técnica à ABC, que enquadra a demanda nos programas em execução e orienta as instituições proponentes. Caso a fonte externa aprove a proposta, inicia-se a elaboração do Projeto Detalhado de Cooperação Técnica, seguindo parâmetros que constam em documentos elaborados pela ABC e que se encontram em seu sítio eletrônico (INOUE; APOSTOLOVA, 1995).

No que tange à análise dos resultados da cooperação técnica, conforme demonstra Cervo (1994a), há uma notória dificuldade em coletar informações suficientes a respeito dos projetos, especialmente pela falta de documentação disponível ao pesquisador. Cervo (1994a) assevera ainda que, dos materiais analisados em sua pesquisa nos arquivos da ABC, a documentação sobre a cooperação técnica prestada pelo Brasil era notadamente precária.

Por fim, quanto à estrutura da cooperação técnica brasileira atual, tem-se a ABC como coordenadora das relações cooperativas e várias instituições implementadoras dos acordos e projetos, as quais estão vinculadas hierarquicamente a determinados Ministérios. A Figura 1.3 a seguir ilustra o exposto:

Figura 1.3 - Estrutura da cooperação técnica brasileira



Nota: A estrutura da cooperação técnica brasileira apresentada acima reflete o cenário até o ano de 2018, tendo em vista as mudanças ministeriais em 2019.

Fonte: Adaptado e traduzido de Faria e Paradis (2013, p. 25).

Portanto, à luz do que foi apresentado, pôde-se compreender a lógica estrutural e de negociação da cooperação técnica brasileira, sendo relevante para a compreensão dos acordos e projetos com Japão e China nas áreas agrícola e espacial, os quais serão debatidos mais à frente.

1.5.2. Cooperação científico-tecnológica brasileira

No que tange à cooperação científico-tecnológica brasileira, é apresentado seu histórico norteador, acentuando as primeiras iniciativas desenvolvidas até suas características mais recentes. É traçado também o processo de negociação e a estrutura brasileira ligados a esse âmbito cooperativo, delineando os principais atores e as dinâmicas envolvidas.

1.5.2.1. Histórico

Historicamente, pode-se apontar o desenvolvimento das universidades no Brasil, nos anos 1930, como fundamental para o avanço da cooperação em ciência e tecnologia no país, tendo em vista que essas instituições foram atores essenciais na promoção das primeiras interações cooperativas no campo⁶⁵ (SCHWARTZMAN, 2001). A criação da USP, em 1934, a qual passa a ter um papel significativo no âmbito científico brasileiro, está em consonância com esse movimento de abertura de espaços universitários (SCHWARTZMAN, 2001). Contudo, algumas instituições relevantes no campo científico já tinham sido criadas no final do século XIX, como a Escola Politécnica de São Paulo, em 1893, e o Instituto Soroterápico de Manguinhos⁶⁶, em 1900 (MOTOYAMA, 2015). No início do século XX, destaca-se a criação da Academia Brasileira de Ciências, precisamente em 1919 (KRIEGER; GÓES FILHO, 2005).

É válido pontuar que, naquele momento, não havia uma distinção clara entre os termos cooperação técnica e científica, ocorrendo mais o que hoje se compreende por cooperação técnica dentro do campo científico⁶⁷. Sendo assim, a vinda de professores estrangeiros para as universidades criadas nos anos 1930, como a USP, ilustra o exposto.

A partir dos anos 1940, observa-se o início do impulso do campo da ciência e tecnologia com a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (COSTA; DOMINGUES, 2014). Nota-se, todavia, que até esse momento, a política brasileira em ciência e tecnologia era baseada em projetos pontuais e setORIZADOS (COSTA; DOMINGUES, 2014).

Podem ser citados também outros marcos históricos centrais na cooperação científica e tecnológica brasileira. Um deles consiste na criação, em 1951, do CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ambas as instituições foram fundamentais no processo de institucionalização das pesquisas em ciência e tecnologia no Brasil (LIVRO VERDE, 2001)⁶⁸.

Quanto ao CNPq, aponta-se que a instituição passou a ser fundamental no fornecimento de recursos a cientistas brasileiros nas áreas biológicas, físicas e de outras ciências naturais, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas científicas no país (SCHWARTZMAN, 2001).

⁶⁵ Por meio desse olhar histórico, pode-se compreender a base da produção científico-tecnológica brasileira hodierna, a qual está embasada essencialmente nas universidades, distinguindo-se do que ocorre em outros países.

⁶⁶ Atualmente denominado de Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

⁶⁷ Até os dias atuais, existe dificuldade em se separar certas ações no campo educacional como técnicas ou científicas, como já explicado na parte conceitual desta pesquisa.

⁶⁸ Inclusive, Troyjo (2003, p. 74) aponta os anos 1950 como o início da consolidação da atividade científica no Brasil.

Em 1970, por sua vez, passou a chamar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e tornou-se vinculado ao Ministério do Planejamento (SCHWARTZMAN, 2001). Em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CNPq passou a ser vinculado a ele⁶⁹. Em relação à Capes, sabe-se que ela tem um papel fundamental na expansão da pós-graduação brasileira, que é responsável por grande parte da pesquisa no país (ENCTI, 2016).

Destaca-se, também, na época da ditadura militar (1964-1985), o desenvolvimento das políticas de ciência e tecnologia brasileiras por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (COSTA; DOMINGUES, 2014) e da criação de meios de financiamento do desenvolvimento científico tecnológico brasileiro (MOTOYAMA, 2004; LEMOS; CÁRIO, 2013). É nesse período, então, que se dá o reconhecimento do caráter estratégico da ciência e tecnologia no Brasil (KRIEGER; GÓES, 2005).

Outro marco da cooperação científica e tecnológica dá-se em 1985, em meio à I Conferência de Ciência e Tecnologia, com a formação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), responsável por coordenar a cooperação em ciência e tecnologia brasileira (LIVRO VERDE, 2001; LIVRO AZUL, 2010). De maneira crítica, Schwartzman (2001) assinala que o MCT não representou um maior espaço e reconhecimento para a comunidade científica brasileira em meio ao novo regime democrático. Assevera-se, contudo, que a criação do referido Ministério tem caráter essencial no amadurecimento das relações cooperativas com a China, especialmente no caso do acordo CBERS, como se verá em sua análise mais detalhada no capítulo 4.

De acordo com Costa e Domingues (2014), em termos históricos, a cooperação em ciência e tecnologia brasileira está associada a um papel mais passivo do país e à dependência dos EUA e da Europa (COSTA; DOMINGUES, 2014). Isso pode ser constatado nas relações cooperativas desenvolvidas com distintas fundações americanas, a exemplo da Fundação Rockefeller, que exerceu papel fundamental na exportação de capacidade tecnológica e modelos institucionais estadunidenses, especialmente no campo da saúde (SCHWARTZMAN, 2001). Citam-se ainda outras instituições relevantes na cooperação científica com o Brasil, como a *Ford Foundation*, a *Smithsonian Institution*, a NIH e a *Fogarty Foundation* (KRIEGER; GÓES FILHO, 2005). A cooperação entre o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), na década de 1940, também pode ser citada como uma importante iniciativa de cooperação em ciência e tecnologia (SCHWARTZMAN, 2001).

⁶⁹ CNPq. Disponível em: <<http://cnpq.br/anos-80>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

Com a Europa, ressalta-se a cooperação com a França e a Inglaterra, mais centrada no campo universitário, e a relevante cooperação com a Alemanha, em pesquisas diversas⁷⁰, a exemplo da área nuclear, na década de 1970 (KRIEGER; GÓES FILHO, 2005). De acordo com Schwartzman (2001), o acordo com a Alemanha era baseado na construção de usinas para fornecimento de energia e transferência da tecnologia do urânio enriquecido. Esse acordo foi muito criticado pelos cientistas no Brasil por se centrar na transferência de tecnologia de engenharia e não utilizar as competências brasileiras na área (SCHWARTZMAN, 2001).

Dando continuidade à análise temporal da cooperação da ciência e tecnologia no Brasil, frisa-se a importância das mudanças trazidas pela Constituição Brasileira de 1988 ao ressaltar o papel do Estado na promoção de pesquisa no campo científico e tecnológico (BRASIL, 1988). A Emenda 85/2015 posteriormente conferiria maior destaque às políticas de Estado em ciência e tecnologia (ENCTI, 2016; BRASIL, 1988). Esse incentivo na atuação do Estado no campo científico e tecnológico tem impacto claro na promoção da cooperação internacional.

O período do governo Collor (1991-1992), por sua vez, foi caracterizado por redução dos orçamentos públicos para o campo científico e tecnológico, afetando, assim, a principal fonte para pesquisas científico-tecnológicas brasileiras. Nesse período, destaca-se a extinção dos programas nuclear e espacial brasileiros. Inclusive, durante o referido governo, o MCT foi colocado na condição de Secretaria, perdendo seu status de Ministério (MOTOYAMA, 2004; LEMOS; CÁRIO, 2013).

No governo Itamar Franco (1993-1994), não houve muito avanço no campo da ciência e tecnologia, a não ser pelo retorno do MCT enquanto Ministério. O governo Fernando Henrique (1995-2002) já ilustra um progresso nesse âmbito, inclusive com a realização da 2ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Durante o governo Lula da Silva (2003-2010), houve continuidade e aprofundamento da esfera científica e tecnológica brasileira, nesse sentido, estabeleceu-se a estruturação da Política Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação do MCT, o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACT) e a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (MOTOYAMA, 2004; LEMOS; CÁRIO, 2013).

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) deu prosseguimento à política de ciência e tecnologia anterior, como se nota na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como nas recomendações sobre o campo, presentes no Livro Azul. Além disso, o Programa

⁷⁰ No caso alemão, os autores afirmam que a assimetria entre Brasil e Alemanha, em vários campos de pesquisa, gerou situações em que o conhecimento foi desenvolvido no Estado brasileiro e depois levado embora sem ser compartilhado, como é o caso de pesquisas geológicas (KRIEGER; GÓES FILHO, 2005).

Ciências Sem Fronteiras e a sanção do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação⁷¹ também são aspectos que demonstram a preocupação com o campo científico e tecnológico.

Assim, a mudança no tratamento brasileiro no que tange à ciência e tecnologia no início do século XXI conecta-se com as transformações no padrão da cooperação internacional brasileira em ciência e tecnologia, tendo em vista o papel mais ativo dos países do Sul Global. Ademais, a partir dos anos 2000, observa-se no Brasil um maior foco para o setor de tecnologia e inovação, além da tradicional preocupação com ciência (COSTA; DOMINGUES, 2014), culminando com a expansão do sistema de ciência, tecnologia e inovação brasileiro (ENCTI, 2016). Todavia, na segunda década dos anos 2000, tem-se percebido uma expansão do setor em ritmo mais lento, visto a redução do financiamento público e privado (ENCTI, 2016).

Diante do exposto, resumem-se as fases da cooperação científico-tecnológica brasileira em seis períodos: a) 1930-50: cooperação científica de base mais técnica, por meio da recepção de especialistas em institutos e universidades brasileiras em temas específicos; b) 1950-1960: institucionalização do campo de ciência e tecnologia no Brasil; c) 1960-1980: período de grande crescimento do campo de ciência e tecnologia no Brasil e tentativas de inserção no projeto de desenvolvimento brasileiro; d) 1980-2000: período de amadurecimento da cooperação científico-tecnológica brasileira, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia e a proliferação de acordos de cooperação científico-tecnológicos; e) 2000-2015: maior aprofundamento da área de ciência, tecnologia e inovação, planificação e desenvolvimento de estratégia; f) 2015-2018: limitações orçamentárias e implicações no campo da cooperação científico-tecnológica e de inovação.

Aponta-se ainda que a saúde e a educação superior foram as duas esferas que guiaram historicamente o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e, conseqüentemente, embasaram as raízes da cooperação científico-tecnológica brasileira. Atualmente, porém, existem mais áreas prioritárias para a cooperação internacional brasileira em ciência e tecnologia, conforme é explicitado no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010: bioenergia, biodiversidade, saúde, agricultura, segurança alimentar, nanotecnologia, novos materiais, tecnologias da informação e comunicação (TICs), metrologia, mudanças climáticas, atividades espaciais, matemática, física, química, ciências sociais, entre outras. Em relação às áreas expostas, nota-se que as duas que serão analisadas nesta pesquisa – agrícola e espacial – são definidas como prioritárias.

⁷¹ Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/01/dilma-sanciona-marco-legal-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-1>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

No que tange às relações cooperativas brasileiras com Japão e China no campo científico-tecnológico, alguns aspectos podem ser apontados. No caso da China, o início das interações cooperativas já coincidiu com o período de efervescência do campo científico e tecnológico no Brasil, culminando com a criação do MCT em 1985. Nesse sentido, as relações cooperativas estabelecidas com a China são predominantemente de cunho científico e tecnológico. São exemplos dois casos de cooperação citados pelo PACT e pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) entre Brasil e China – LABEX e CBERS – e que serão analisadas neste trabalho.

Em relação ao Japão, é possível perceber que houve a ampliação dos laços que já existiam em termos técnicos para o campo científico e tecnológico, como se nota do acordo de cooperação científica assinado na década de 1980 e dos projetos desenvolvidos na área agrícola, de bioenergia, dentre outras. Observa-se, contudo, que as cooperações técnicas ainda estão muito presentes nas relações cooperativas com o Japão. O PACT e o ENCTI não citam nenhum caso de cooperação com o Japão de destaque na área de ciência e tecnologia, embora se possa dizer que o LABEX também foi uma iniciativa que se buscou desenvolver com o Japão, mas que não evoluiu para além do acordo até o período de análise dessa pesquisa.

1.5.2.2. Negociação e estrutura organizacional

A negociação da cooperação em ciência e tecnologia dá-se da mesma forma que no campo da cooperação técnica, por meio de reuniões nos campos específicos, em conformidade com acordos estabelecidos. Há que se atentar, todavia, para que essas negociações envolvam sempre um número representativo de atores, a fim de que os interesses brasileiros a nível macro e micro sejam atendidos⁷².

No caso de Japão e China, ambos possuem acordos de cooperação científico-tecnológica com o Brasil, assinados na década de 1980, e as negociações acontecem por meio de reuniões com atores fundamentais para cada acordo e projeto, também pelas antigas Comissões Mistas e, atualmente, pelos Diálogos Políticos com Japão e pela Comissão de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) com a China.

⁷² Quanto a esse aspecto, Gama e Velho (2005) argumentam a falta de conexão entre as negociações diplomáticas e os interesses e atividades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

No que se refere à estrutura cooperativa científica brasileira atual, o MCTIC, criado em 1985⁷³, é central para o campo e, de acordo com o Decreto nº 8877/2016⁷⁴, tem as seguintes competências:

Art. 1º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:
 I - política nacional de telecomunicações;
 II - política nacional de radiodifusão;
 III - serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
 IV - políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação;
 V - **planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação;**
 VI - política de desenvolvimento de informática e automação;
 VII - política nacional de biossegurança;
 VIII - política espacial;
 IX - política nuclear;
 X - controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e
 XI - articulação com os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade civil e com órgãos do Governo federal para estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação. (BRASIL, 2016, grifo nosso).

O corpo institucional do MCTIC, conforme decreto supracitado, é bastante amplo e a Figura 1.4 exemplifica essa estrutura, sem abarcar a totalidade de seus órgãos, unidades e entidades. Na referida ilustração, é apontada ainda a atuação no campo da cooperação científico-tecnológica de outros Ministérios e instituições a eles vinculadas, a exemplo do MAPA, ao qual a EMBRAPA está ligada, e do MEC, que tem a CAPES inserida em sua estrutura.

Apresenta-se também na figura 1.4 a importância do MRE, de seu Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e de sua respectiva Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC) na coordenação e no delineamento dos acordos e projetos de cooperação em ciência e tecnologia. Nesse sentido, Troyjo (2003, p. 76) estabelece as atividades do DCT divididas em três eixos: preparação de documentos gerais relevantes para a política externa brasileira na área de ciência e tecnologia, coordenação e apoio às atividades de ciência e tecnologia e coleta e disseminação de informações científico-tecnológicas. O último ponto revela uma função fundamental do DCT, a qual se acredita, por meio dos casos em estudo, que merece ser aprimorada, apesar de se reconhecer, em consonância com Troyjo (2003, p. 100), que muitas iniciativas de cooperação em ciência e tecnologia no Brasil se dão entre instituições nacionais e estrangeiras sem o conhecimento do próprio Itamaraty. Troyjo (2003, p. 111) aponta ainda que cabe à DCTEC o acompanhamento e a implementação dos acordos de ciência e tecnologia e a identificação de

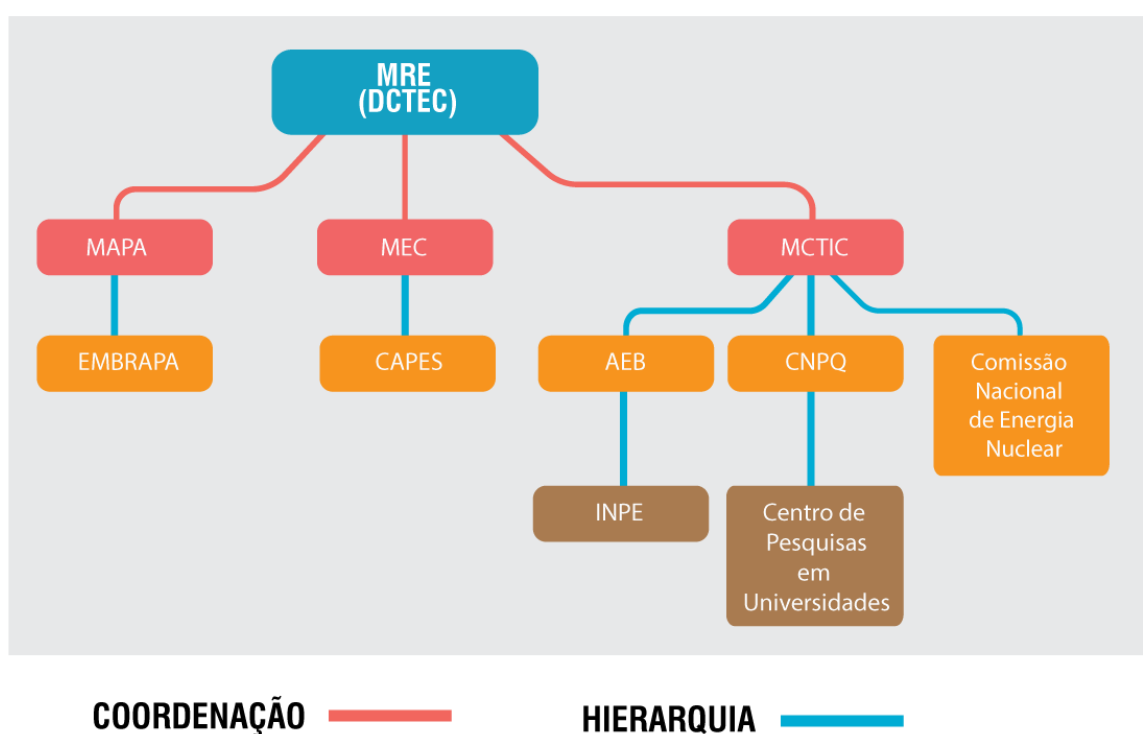
⁷³ MCTIC. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/institucional>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

⁷⁴ Foi alterado pelo decreto nº 9677/2019, contudo as competências do MCTIC permanecem as mesmas.

novas parcerias e modelos mais sofisticados de cooperação que possam envolver distintos atores.

À luz dos aspectos ressaltados, expõe-se na figura 1.4, a seguir, a estrutura simplificada da cooperação científico-tecnológica brasileira, expressando as linhas de coordenação e hierarquia entre os atores considerados fundamentais para esta pesquisa.

Figura 1.4 - Estrutura simplificada da cooperação científico-tecnológica brasileira (2018)



Nota 1: A estrutura da cooperação científico-tecnológica é ilustrativa até o ano de 2018, podendo sofrer alterações com as mudanças ministeriais de 2019.

Nota 2: A figura acima está baseada nas percepções e análises da autora sobre a referida área cooperativa, considerando as funções teóricas de coordenação do DCT/DCTEC do MRE e do MCTIC e a verificação de certa autonomia dos atores implementadores dessa modalidade cooperativa. Ademais, entendeu-se, em virtude dessa maior liberdade institucional no processo científico-tecnológico, que o MRE teria uma função centralizadora mais ampla que a do MCTIC, já que há outras instituições vinculadas a ministérios distintos do de ciência e tecnologia, a exemplo da EMBRAPA; contudo, essa informação foi apenas reforçada na remissão de alguns entrevistados ao papel do DCTEC/MRE e em conversa informal realizada no próprio âmbito do MCTIC.

Fonte: Elaboração própria, com base no Decreto 8877/2016, Troyjo (2003), MEC⁷⁵, Decreto 9667/2019⁷⁶.

⁷⁵ Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

⁷⁶ Este decreto aborda a estrutura institucional do MAPA, na qual está incluída a EMBRAPA.

Conforme a figura acima, acredita-se que o DCT e a DCTEC têm um papel mais centralizador de coordenação de todos os acordos e projetos oficiais desenvolvidos na área de ciência, tecnologia e inovação do país, já que, em tese, conseguiria abarcar os que vão além do guarda-chuva do MCTIC⁷⁷; mas, como assevera Troyjo (2003), nem todas as iniciativas de cooperação são do conhecimento do MRE, gerando uma dificuldade nesse controle da cooperação no âmbito científico-tecnológico. Esclarece-se, então, que, na prática da cooperação, as relações nem sempre seguem perfeitamente o processo de coordenação das atividades de ciência e tecnologia incumbidas ao MRE.

No que tange ao MCTIC, também se percebe uma dificuldade de centralização de informações, considerando as tentativas de coleta de dados sobre os acordos estudados nesta tese. Ao longo da pesquisa, por meio dos contatos e entrevistas realizados, acredita-se que são as próprias instituições ligadas ao MCTIC que concentram a memória dos acordos em ciência e tecnologia em suas respectivas áreas, a exemplo da AEB, revelando a maior autonomia institucional no desenvolvimento da cooperação científico-tecnológica brasileira. De toda forma, é importante frisar o desenvolvimento da estratégia de cooperação internacional brasileira pelo MCTIC e a notória comunicação com o MRE⁷⁸. Ressalta-se ainda a relevância do CNPq no desenvolvimento científico-tecnológico brasileiro e sua vinculação ao MCTIC, bem como da Finep, a qual promove o financiamento público de investimentos em ciência, tecnologia e inovação para empresas, universidades e instituições de pesquisa (ENCTI, 2016).

Portanto, à luz do exposto, demonstra-se a importância de se compreender o quadro evolutivo da cooperação científico-tecnológica para se enquadrar as relações cooperativas com Japão e China. Ademais, o esclarecimento sobre o relacionamento entre os atores envolvidos na cooperação em ciência e tecnologia brasileira é considerado essencial para o desenvolvimento do presente estudo.

1.6. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

A partir dos pontos analisados neste primeiro capítulo, esta pesquisa é inserida em um contexto doméstico brasileiro de diretrizes de política externa e cooperação internacional,

⁷⁷ Inclusive, em conversa informal no âmbito do MCTIC (2016), foi ressaltado o papel do DCT e da DCTEC como locais de centralização das informações sobre a cooperação científico-tecnológica brasileira.

⁷⁸ Essa comunicação pode ser verificada pela parceria entre as duas instituições no direcionamento da diplomacia e inovação científico-tecnológica brasileira. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Diplomacia-e-Inovacao-Cientifica-e-Tecnologica.html>. Acesso em: 22 mar. 2019.

demonstrando a relevância das décadas de 1970 e 1980 no desenvolvimento de acordos cooperativos de cunho técnico e científico-tecnológico e os laços estabelecidos com Japão e China. Em seguida, faz-se uma progressão analítica da cooperação internacional brasileira, abrindo espaço para o estudo que se pretende realizar sobre as interações cooperativas histórico-atuais nipo e sino-brasileiras.

Ao mesmo tempo, o sistema internacional é apresentado como marcadamente assimétrico e interdependente, demarcando a existência de colaboração e competitividade em meio aos avanços de conhecimento e tecnologia. Nesse sentido, apesar de se compreender e reconhecer a importância da estrutura de poder, parte-se de uma visão mais liberal da cooperação internacional, acentuando a ideia de ganhos advindos desse tipo de interação e as possibilidades de ação brasileiras em meio às assimetrias e disparidades ressaltadas.

Japão e China também são analisados no que tange à política externa e cooperação. Quanto aos japoneses, assevera-se o importante viés do desenvolvimento econômico e a relevância do país como doador. Inclusive, aponta-se que a expansão da ajuda econômica japonesa desde os anos 1970 coincide com a aproximação cooperativa com o Brasil. Ressalta-se, no entanto, os questionamentos recentes sobre a redução do dinamismo das interações nipo-brasileiras, fato esse que será refletido ao longo desta pesquisa. Quanto aos chineses, aborda-se a importância da abertura do país, as parcerias bilaterais estabelecidas, a exemplo da brasileira, a busca de inserção internacional, o discurso chinês *win-win* e a aproximação com a América Latina e o Brasil. Há que se colocar em questionamento as diretrizes recentes do relacionamento sino-brasileiro, considerando a ampliação das assimetrias entre ambos os países e a já reconhecida mudança na característica da interação bilateral no campo econômico-comercial e de infraestrutura, nos quais os chineses passam cada vez mais a ocupar uma posição superior frente ao Estado brasileiro. Diante desse cenário, resta analisar, ao longo desta tese, como o campo da cooperação internacional vem, então, se delineando.

Após a contextualização desta pesquisa, ingressa-se no norte teórico que a consubstancia. Desse modo, são apresentadas abordagens usadas para analisar o campo da cooperação internacional e opta-se pela lente teórica da análise de política externa para direcionar o estudo aqui proposto. Duas teorias - realismo neoclássico e liberal - são particularmente apontadas como relevantes por expressarem a predominância da influência sistêmica ou doméstica sobre as decisões de política externa associadas à cooperação internacional. Realiza-se também um debate sobre a interação entre a política externa e a cooperação internacional, especialmente buscando refletir o papel e a influência que a primeira pode exercer sobre a segunda. Quanto a este último ponto, demonstra-se a concentração na

literatura estrangeira e brasileira de estudos sobre a cooperação enquanto instrumento de política externa nos casos em que os países são promotores das relações cooperativas. Nesta pesquisa, por outro lado, estimula-se o pensamento sobre a interação entre cooperação e política externa também em situações nas quais o Brasil atua como receptor de cooperação ou está em posição menos privilegiada em parcerias assimétricas. Justifica-se esta perspectiva analítica em virtude de a racionalidade e os interesses de Estado estarem presentes em ambas as situações, reforçando a necessidade de o Brasil avaliar não apenas a forma como promove a cooperação, mas também como a recebe.

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso indutivo, que visa analisar casos de cooperação internacional técnico-científica brasileira com Japão e China, nas áreas agrícola e espacial, de maneira comparada. Com isso, busca-se delinear se as relações cooperativas Brasil-Japão e Brasil-China, por meio dos setores analisados, configuram um sistema de mais semelhança ou diferença. Para facilitar ainda a compreensão desta pesquisa, são também apresentados conceitos-chave do campo da cooperação internacional, destacando-se os de cooperação oficial, técnica e científico-tecnológica, os quais serão predominantemente utilizados ao longo deste estudo. Por fim, estabelece-se um delineamento do histórico e da estrutura das cooperações técnica e científico-tecnológica brasileiras, a fim de se observar os momentos distintos de consolidação no Brasil dessas modalidades, os atores predominantes e as dinâmicas próprias que cada uma possui.

Portanto, com esses pontos, estabelecem-se as diretrizes por meio das quais esta tese se baseia e são reforçados os questionamentos iniciais sobre as nuances das cooperações sino e nipo-brasileiras. Ademais, ao debater a dinâmica do relacionamento entre a política externa e a cooperação internacional, este capítulo traça as bases para a apurada discussão que virá a seguir sobre a dinâmica da política externa brasileira e da cooperação internacional para a Ásia e, especificamente, Japão e China.

2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁSIA E AS RELAÇÕES COOPERATIVAS COM JAPÃO E CHINA

O intuito deste segundo capítulo é debater os padrões de comportamento brasileiro no campo da cooperação internacional à luz da política externa do país para a Ásia, destacando-se as interações com Japão e China. Ao se optar por uma análise da cooperação internacional a partir da política externa brasileira para a Ásia e, destacadamente, Japão e China, pretende-se observar a trajetória seguida pelo Estado e as consequências para as relações cooperativas brasileiras.

É válido apontar que, nessa relação entre política externa brasileira para a Ásia e cooperação internacional, destacam-se especialmente as relações cooperativas nas áreas que serão o cerne desta pesquisa, ou seja, agrícola e espacial. No caso de Japão e China, este estudo será mais aprofundado para além dos aspectos históricos e políticos nos capítulos 3 e 4, que ilustram, com maior riqueza de detalhes, os acordos internacionais desenvolvidos e debatem a indução da cooperação pelos atores de política externa.

Portanto, as perguntas centrais que norteiam a discussão seguinte são: quais as características da política externa brasileira para a Ásia e qual a conexão com o campo da cooperação internacional? Outras questões também podem ser acrescentadas, levando à reflexão sobre o relacionamento entre política externa e cooperação internacional: pode a política externa brasileira para a Ásia ser inserida na categoria previamente analisada de política externa para a cooperação, ou seja, a política externa brasileira tem servido como instrumento de fortalecimento da cooperação com a região asiática? Quais os momentos de maior ação ou retração da política externa e da cooperação para a Ásia?

2.1. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁSIA: ATIVISMO E/OU REATIVISMO?

Busca-se aqui desenvolver uma análise histórica das relações brasileiras com a Ásia⁷⁹, refletindo sobre o comportamento do Brasil no campo da política externa para a região e sobre

⁷⁹ Para maior clareza desta parte da pesquisa, é importante frisar que a Ásia pode ser dividida em diferentes sub-regiões: Ásia Central, englobando Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão; Ásia do Sul, envolvendo Índia, Bangladesh, Butão, Nepal, Paquistão, Sri Lanka; Nordeste Asiático ou Leste Asiático, formado por Japão, China, Coreia do Sul, Coreia do Norte; e, por fim, Sudeste Asiático, composto por Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã (OLIVEIRA,

a existência ou não de uma diretriz de política externa para o referido continente ao longo do tempo⁸⁰.

Entende-se que a política externa de um país se baseia na formulação e implementação das prioridades e alianças estatais (MASIERO, 2007). Sendo assim, procura-se verificar de que forma o Brasil se relaciona com os países asiáticos, como ele busca alcançar seus objetivos de política externa e quais as respectivas consequências para a sua posição no campo da cooperação internacional. A relação com toda a Ásia é analisada de forma geral, mas o foco do estudo está centrado na região do Nordeste Asiático e, especificamente, em como o desenvolvimento da política externa brasileira para a Ásia tem implicações para as suas relações cooperativas com Japão e China.

No que tange à literatura sobre o tema em análise, é relevante ressaltar, de forma preliminar, que não existem tantos especialistas no Brasil sobre o tema política externa brasileira para a Ásia. Destacam-se, assim, os trabalhos de Rubens Barbosa (1994), Henrique Altemani de Oliveira (2005, 2006), Gilmar Masiero (2007), Paulo Vizentini (1998, 2007), Amado Cervo (2008), Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2011). Muitos desses autores, porém, inserem o tema de forma fragmentada ao desenvolverem uma análise mais ampla sobre a política externa brasileira. O esforço realizado nesta parte da pesquisa consiste na congregação das informações contidas nos textos de referência, juntamente com aspectos presentes em documentos de arquivos históricos – CPDOC e Itamaraty. Ademais, buscou-se agregar à análise entrevistas⁸¹ realizadas com três autores renomados na área: Henrique Altemani de Oliveira (2017), Gilmar Masiero (2017) e Amado Cervo (2017).

Partindo, então, para a história das relações brasileiras com a Ásia, Cervo (ENTREVISTA, 2017) constata, de modo geral, que a política externa para a Ásia, de 1930 até os dias atuais, está marcada por dois aspectos: a indução da cooperação para o desenvolvimento nacional nas relações bilaterais e a sobreposição da cooperação a variáveis como segurança e ideologia. De acordo com o entrevistado, pode-se falar em uma política externa cooperativa e

H., 2006). Essa divisão regional é relevante para entender os diferentes relacionamentos brasileiros com a Ásia e o grande destaque da interação com os países do Nordeste Asiático. Nesse sentido, é importante mencionar que se reconhece que alguns países do Sudoeste da Ásia podem ser incluídos dentro da região denominada Oriente Médio, contudo, optou-se por realizar uma análise do continente asiático sem realizar uma reflexão sobre a dinâmica própria do Oriente Médio. Inclusive, no organograma do MRE, as relações brasileiras com o Oriente Médio são pensadas na Subsecretaria-Geral de África e Oriente Médio e não na Subsecretaria-Geral de Ásia e Pacífico.

⁸⁰ O marco temporal desta pesquisa é a partir de 1970, mas, neste capítulo, faz-se um retrocesso às origens das interações do Brasil com o continente asiático a fim de melhor compreender a política externa do país para a região.

⁸¹ As entrevistas foram realizadas com envio das perguntas por e-mail para Amado Cervo e Henrique Altemani, com retorno das respostas em 5 de junho de 2017 e 11 de outubro de 2017, respectivamente, e via Skype com Gilmar Masiero em 9 de maio de 2017.

não confrontacionista com a Ásia, com distintas intensidades e variações no decorrer do tempo (CERVO, ENTREVISTA, 2017).

Ademais, Cervo (ENTREVISTA, 2017) assevera que não existe especificidade nos princípios, valores e objetivos que norteiam a política externa para a Ásia, embora variáveis internas e externas possam ser relevantes para a compreensão do relacionamento. Complementando esse ponto, Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) pondera que não existe uma política externa brasileira específica para a Ásia, como nos moldes da “política africana”.

Quanto ao início das interações brasileiras com a Ásia, pode-se dizer que está relacionado essencialmente à questão migratória, como se nota da chegada, em 1814, de trezentos chineses trazidos pelo Conde Linhares para cultivo de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, H., 2006), da missão enviada por D. Pedro II à China em 1879, com finalidade de estabelecer fluxos migratórios para o Brasil e ativar trocas comerciais, bem como da entrada de imigrantes japoneses no Brasil em 1908 (CERVO, 2008).

Como aponta, Masiero (2007), as políticas de imigração de orientais para o Brasil estavam relacionadas ao interesse de branqueamento da população brasileira na segunda metade do século XIX e representam um exemplo de como os países orientais, especialmente Japão e China, estiveram presentes no direcionamento de política externa brasileira desde a época do Império.

As relações formais com a Ásia, a seu turno, foram estabelecidas com a Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China, em 1881, e com o Japão, em 1895 (OLIVEIRA, H., 2006). No caso da Índia, as relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 1948 e, com a Indonésia, esse processo ocorreu em 1953. Já a Coreia do Sul e a Malásia formalizaram suas relações com o Brasil em 1959 (MRE)⁸².

Enquanto o relacionamento com alguns países da Ásia, especialmente os do Nordeste Asiático, estabeleceu-se no final do século XIX até a metade do século XX, as demais relações só foram formalizadas em décadas posteriores. Sendo assim, dentre os relacionamentos mais tardios, estão os com Bangladesh, em 1972 (PERES, 2017), e os com os países da Ásia Central, na década de 1990. Desse modo, em 1993, o Brasil formalizou laços com Uzbequistão,

⁸² Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5051&Itemid=478&cod_pais=KOR&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>,

<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5238&Itemid=478&cod_pais=IND&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>,

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5421-malasia>> e

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5244-republica-da-indonesia>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

República do Quirguiz e Cazaquistão e, em 1996, com Tadjiquistão e Turcomenistão (WOLLMANN, 2017⁸³).

Após a compreensão sobre os momentos de estabelecimento das relações brasileiras com os distintos países da Ásia, ingressa-se na linha histórica do desenvolvimento das relações do Brasil com a região. Assim, é pertinente apontar que, apesar da existência de algumas relações formais até o início de 1950, havia a ausência de um olhar brasileiro mais denso para a Ásia, tanto que Oswaldo Aranha, Adolpho J. Bezerra de Meneses e outros pensadores e diplomatas asseveraram, no Pós-Segunda Guerra⁸⁴, a importância do adensamento do relacionamento com a referida região em nome do universalismo da política externa do país (CERVO, 2008).

Sendo assim, apenas a partir da década de 1950, passa-se a observar um maior interesse brasileiro pela região, ainda que muito incipiente. Fatores domésticos e internacionais contribuíram para esse quadro. Desse modo, de um lado, nota-se a ânsia brasileira por investimentos externos no país, o histórico de frustrações quanto ao recebimento de ajuda financeira por parte dos EUA e a necessidade de encontrar relações alternativas para a promoção do desenvolvimento do Brasil; e de outro, tem-se um cenário internacional favorável com a Conferência de Bandung em 1955, a qual representou o início da aproximação e cooperação política com os países do Terceiro Mundo e, por conseguinte, com a Ásia. Além disso, trata-se de um período de recuperação econômica do Japão, que se torna uma importante fonte de capitais para o Brasil (OLIVEIRA, H., 2005).

Nesse sentido, seguindo a lógica desse período, foi instalada a Embaixada Coreana no Rio de Janeiro, em 1952, a qual foi transferida para Brasília em 1971, e também foram assinados vários acordos com o Japão a partir de 1950. Já com a China, as relações mais significativas iniciaram-se depois, mais especificamente na década de 1970 (MASIERO, 2007).

Apesar desse avanço nas relações com a Ásia na década de 1950, aponta-se a ausência de aspectos de destaque da interação do Brasil com a região no governo Café Filho (1954-1955). De maneira sequencial, pode-se ainda asseverar que, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), o contato com a região asiática foi bastante superficial e voltado para as relações com o Japão. Frise-se, no entanto, que houve a abertura de Embaixadas brasileiras na República da Coreia e no Sri Lanka em 1960, somando-se às previamente existentes no Japão e na Índia (CERVO; BUENO, 2011).

⁸³ Membro do corpo diplomático brasileiro.

⁸⁴ É válido frisar que as relações brasileiras com o Japão foram rompidas durante a 2ª Guerra Mundial e retornaram apenas em 1952 (UEHARA, 1999).

Durante a política externa independente de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), houve um maior incentivo para o desenvolvimento das relações brasileiras com a Ásia. O interesse do Brasil nesse período estava centrado na atração de novos mercados, como se observa da missão brasileira dirigida por João Goulart a Pequim em 1961. Contudo, as possibilidades de intercâmbio comercial com a China no período eram baixas (OLIVEIRA, H., 2005; CERVO; BUENO, 2011), conforme se exemplifica em 1964, com a interrupção de uma missão comercial chinesa no Brasil, o fechamento de um escritório comercial chinês, juntamente com a prisão de seus nove membros (BARBOSA, 1994; OLIVEIRA, H., 2005), e, em 1965, com a expulsão dos representantes do Conselho de Expansão do Comércio Exterior da China (BARBOSA, 1994).

Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) afirma ainda que, desde o início da política externa independente, era enfatizado o discurso de uma aproximação com o mundo afro-asiático, mas, na prática, essa ideia materializou-se apenas com relação ao âmbito africano. Esse direcionamento foi justificado por Gibson Barbosa⁸⁵ como decorrente da realidade da própria Ásia nas décadas de 1960 e 1970, que possuía à época um rol de conflitos reais que dificultavam o estabelecimento de relações com a região e o interesse brasileiro, com exceção do relacionamento com o Japão (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017).

Durante a ditadura militar (1964-1985), tem-se, no início, uma retração dos avanços das interações com a região asiática como um todo, embora a relação com o Japão se mantenha. Apenas a partir do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e, especialmente, durante o mandato do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), é que se aprofundou a preocupação com a diversificação das relações brasileiras, incentivando-se, dessa forma, as interações com a Ásia (OLIVEIRA, H., 2005). Nesse sentido, em 1974, houve o envio de missão à China com uma comitiva do Estado brasileiro (BARBOSA, 1994) e o posterior reconhecimento diplomático do Estado chinês (VIZENTINI, 1998).

Sendo assim, Henrique Altemani de Oliveira (2002) afirma que, até a década de 1970, não se pode falar em um relacionamento propriamente dito entre Brasil e Ásia, conforme segue:

Dessa forma, é interessante ressaltar que o relacionamento entre Brasil e Ásia até a década de 50 ficou quase unicamente restrito ao campo sociocultural representado pelo fluxo migratório japonês. E que nas décadas de 50 a 70 não se pode, então, pensar propriamente num relacionamento Brasil-Ásia. Apesar de presente em discursos, principalmente a partir da *política externa independente* no governo Jânio Quadros, constata-se, na realidade, somente uma interação, no plano multilateral, de construção de uma agenda política comum a países em desenvolvimento no processo de defesa

⁸⁵ Ministro das Relações Exteriores do governo Médici (1969 a 1974).

de instauração de uma nova ordem econômica internacional. (OLIVEIRA, H., 2002, p. 118-119, grifo do autor).

No que tange aos governos militares, seu primeiro representante, o general Castelo Branco (1964-1967), desenvolveu uma política que se caracterizou por uma forte ausência brasileira na Ásia, observando-se um distanciamento da China comunista, apesar da aproximação com o Japão por meio da promoção da cooperação industrial automobilística, siderúrgica, de navegação e das inversões japonesas de capitais (VIZENTINI, 1998).

No governo Costa e Silva (1967-1969), destaca-se, em 1967, a constituição da Comissão Mista Bilateral Brasil-Japão, a qual objetivava incitar a cooperação econômica com a promoção da industrialização brasileira e a ajuda técnica. Em 1969, por sua vez, há destaque para o desenvolvimento de projetos técnicos encaminhados pelo governo brasileiro nas áreas de transporte, mineração, agricultura e pesca (VIZENTINI, 1998).

Durante o governo Médici (1969-1974), o Japão e o Brasil tiveram suas relações cooperativas consolidadas e intensificadas. Assim, em 1970, firmou-se o Acordo Básico de Cooperação Técnica Bilateral e, em 1972, o acordo sobre tratamento zoo-sanitário de carnes cozidas congeladas brasileiras para exportação ao Japão (VIZENTINI, 1998).

De uma forma geral, porém, no que se refere à Ásia, a ênfase das relações até então era essencialmente comercial, embora houvesse, com a Índia, o interesse na cooperação técnica e científica, especialmente atômica (VIZENTINI, 1998), e, com o Japão, tenham se desenvolvido iniciativas cooperativas, mas de cunho especialmente econômico-financeiro.

O governo Geisel, por sua vez, ao consolidar o universalismo da política externa brasileira e sua desideologização, buscou ampliar a cooperação externa, fortalecendo os laços com a Ásia (CERVO, ENTREVISTA, 2017). Por conseguinte, em 1974, houve o reconhecimento diplomático da República Popular da China e o desenvolvimento de uma cooperação estratégica, tendo em vista a associação do programa brasileiro de foguetes e satélites com as iniciativas com o referido país (VIZENTINI, 1998). Em 1978, houve ainda o primeiro acordo para regular o comércio bilateral e os ajustes comerciais para venda de minério de ferro brasileiro e petróleo chinês (VIZENTINI, 1998). De acordo com Vizentini (1998), nesse primeiro momento, a relação sino-brasileira podia ser caracterizada como sem subordinação/dominação de ambos os lados.

Segundo Cervo e Bueno (2011), o estabelecimento das relações diplomáticas com a China estava ligado aos interesses comerciais, econômicos e políticos brasileiros com o país. É válido explicitar que a ação diplomática brasileira de reatamento dos laços com a China ocorreu em meio a contestações de setores conservadores do Parlamento, Forças Armadas e imprensa

(BARBOSA, 1994). Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) esclarece que a interação comercial com a China já vinha sendo tentada com Jânio, João Goulart e Médici, mas a condição externa de reaproximação sino-americana e a interna de maior estabilidade do governo Geisel favoreceram muito a tomada de decisão nessa última Presidência e não anteriormente.

Pinheiro (1993), ao debruçar-se sobre esse momento decisório da política externa brasileira, apresenta o estilo autocrático do governo Geisel como fundamental para a implantação de mudanças na política externa brasileira. A autora busca mostrar o processo interno de negociações e decisões que fez com que o reatamento ocorresse naquele momento e não fosse postergado. Referente ao contexto internacional, tem-se um período delicado com a crise do petróleo, o que forçou o governo Geisel a estabelecer uma política pragmática e responsável, ou seja, menos ideológica, mas sem caracterizar ruptura em direção à democracia. É pertinente frisar que a decisão de estabelecimento das relações bilaterais com a República Popular da China foi tomada a partir de uma consulta da Presidência da República ao Conselho de Segurança Nacional, embora esse momento tenha sido mais ritualístico que decisivo (PINHEIRO, 1993).

De acordo com Pinheiro (1993), no ano de 1974, tem-se a primeira manifestação oficial explícita da República Popular da China de obter o reconhecimento brasileiro de seu país. Esse fato corrobora o debate sobre a política externa brasileira para a Ásia e seu caráter ativo/reactivo, discussão essa que será desenvolvida mais à frente. Quanto aos atores importantes do governo Geisel nesse processo, merece destaque Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores do governo Geisel.

Em conformidade com a análise de Pinheiro (1993), a decisão do estabelecimento dos laços com a China parte de Geisel-Azeredo e é impulsionada especialmente por meio dos interesses econômicos brasileiros. Apesar desse cenário previamente montado, o Conselho de Segurança Nacional não foi favorável ao reatamento das relações em primeira consulta e Geisel propôs o envio de um emissário à China para verificar a situação do país e posteriormente consultar o Conselho. Importante explicitar que, mesmo após essa estratégia de Geisel, a decisão de estabelecimento das relações não foi consensual, embora tenha sido definida em 1974 (PINHEIRO, 1993).

Essa reaproximação entre Brasil e China foi possibilitada também em decorrência da mudança de postura chinesa em relação à América Latina desde 1969, diminuindo seu apoio a movimentos revolucionários na região e primando pelo princípio da não intervenção em assuntos internos dos países (OLIVEIRA, H., 2005). Além disso, como já foi exposto, a Ásia

representava um espaço de possibilidades em termos comerciais para o Brasil, conforme se depreende das missões brasileiras à China na década de 1970 a fim de promover laços comerciais.

Assim, em 1970, aconteceu a primeira venda de açúcar do Brasil para a China ainda durante o governo Médici, com incentivo do Ministro Pratini de Moraes, o qual convenceu o então Presidente da separação entre os aspectos políticos e econômicos. Em seguida, em 1971, houve uma missão pioneira de Horácio de Coimbra, da Companhia Cacique de Café Solúvel, também em busca da promoção comercial brasileira na China (OLIVEIRA, H., 2005).

O governo Geisel é ainda relevante para as relações brasileiras com a Ásia, porque também representa um período de fortalecimento dos laços com o Japão, conforme primeira visita do chefe de governo brasileiro ao respectivo país em 1976 (OLIVEIRA, H., 2005). Essa ampliação dos laços está particularmente associada aos conflitos comerciais entre EUA e Japão (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017). Com a Índia, a seu turno, havia uma aproximação bilateral iniciada com a Rodada Tóquio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)⁸⁶ (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017). É válido apontar que, apesar da aproximação com a China, na década de 1970, e contatos com a Índia, de 1950 a 1980, o relacionamento brasileiro com a Ásia estava centrado predominantemente nas interações com o Estado japonês (OLIVEIRA, H., 2006; CERVO, 2008).

Durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), por sua vez, depreende-se a continuidade das relações com a Ásia e verifica-se a primeira visita oficial do chefe de Estado à República Popular da China em 1984 (BARBOSA, 1994). Com a China, podem ser explicitadas as seguintes interações nesse período: contatos de alto nível, acordos de cooperação científica e tecnológica, especialmente nuclear e espacial, convênio sobre transportes marítimos, crescimento da cooperação bilateral e acordo para a instalação do consulado chinês em São Paulo e brasileiro em Xangai (VIZENTINI, 1998). A cooperação com o Estado chinês era vista como estratégica e exemplo de cooperação sul-sul (VIZENTINI, 1998). Já com a Índia, estabeleceram-se relações comerciais e laços cooperativos tecnológicos; com a Malásia e o Paquistão, as relações eram pautadas essencialmente em interesses comerciais (VIZENTINI, 1998).

Percebe-se que os interesses chineses e japoneses pelo Brasil, nesse período da ditadura militar, estavam relacionados a alguns fatores comuns: crescimento acelerado brasileiro e projetos de infraestrutura conduzidos por empresas estatais (OLIVEIRA, H., 2005). Quanto ao

⁸⁶ Desenvolvida de 1973 a 1979.

Japão, as relações bilaterais com o Brasil também significavam estratégia para diminuição da dependência em relação aos EUA.

Durante o governo José Sarney (1985-1990), houve o encaminhamento e o fortalecimento das relações com a China, como se nota da visita presidencial ao país em 1988 (CERVO; BUENO, 2011). Ressalta-se, ainda, a assinatura, no mesmo ano, do Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, que depois geraria o CBERS, e a proposição, por parte do Brasil, de uma parceria estratégica que, naquele momento, não foi aceita (CÔRTEZ, 2010, p. 159-160).

No caso do Japão, no entanto, desde a década de 1980, observa-se uma relação declinante com o Brasil, especialmente no campo econômico-comercial, embora a parceria bilateral tenha se mantido (CERVO, 2008) e as relações de cooperação técnica também. Essa situação com o Japão explica-se pela crise econômica brasileira no período e a consequente reorientação econômica japonesa para a China e o Sudeste Asiático (OLIVEIRA, H., 2006). No que tange à Índia, aponta-se a assinatura do Acordo de Cooperação nos campos da Ciência e Tecnologia em 1985 (MRE, Ficha Índia), apesar de Sarney não ter realizado visita oficial ao referido país em seu governo (CÔRTEZ, 2010). Esse acordo com os indianos foi possibilitado em virtude da visita de Saraiva Guerreiro à Índia em 1984 (VIANA JR., 2017⁸⁷).

Verifica-se, então, que o relacionamento brasileiro com a Ásia, no governo Sarney, basicamente estava centrado nos três países citados: China, Japão e Índia. Pontua-se, contudo, a existência de interações pragmáticas com Taiwan no sentido de promoção do comércio exterior brasileiro, de estabelecimento das relações diplomáticas com Vietnã em 1989 e da realização de conversações para a instalação de relações diplomáticas com a Coreia do Norte, mas que só ocorreu em 2001 (CÔRTEZ, 2010). Em relação à Coreia do Sul, tem-se como marco de aproximação o estabelecimento da Comissão Mista por meio de um Memorando de Entendimento em 1989, cujo objetivo era promover as interações econômica, comercial, industrial, técnica, científica e cultural (ZIEMATH; AGUIAR, 2017⁸⁸).

Diante do exposto, percebe-se que, até a década de 1990, as relações brasileiras com a Ásia ampliaram-se especialmente graças ao maior interesse pela China, além das já tradicionais relações com o Japão, mas não levaram ao desenvolvimento de uma verdadeira política externa brasileira para a Ásia. Nesse sentido, conforme ilustra Cervo (2008), os Tigres Asiáticos – Hong

⁸⁷ Membro da carreira diplomática brasileira.

⁸⁸ Membros da carreira diplomática brasileira.

Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan –, por exemplo, foram vistos pelo Brasil como competidores e não como países para os quais os interesses cooperativos deveriam se voltar.

No caso da Índia, a primeira visita oficial recebida pelo Brasil foi em 1968, realizada pela Primeira-Ministra Indira Gandhi, mas o Brasil só retribuiu em 1996 (MRE)⁸⁹. Em 1968, no entanto, o então Ministro das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto visitou a Índia para a reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). É válido ressaltar que, no ano de 1968, foram assinados Acordos de Comércio e de Cooperação Cultural e tiveram início negociações com o objetivo de estabelecer cooperação na área nuclear e de alta tecnologia, o que levou à assinatura do Acordo sobre Cooperação para Utilização Pacífica de Energia Nuclear em 1970, mas que não prosperou devido aos testes nucleares indianos (VIANA JR., 2017). Aponta-se ainda que, em 1984, conforme já explicitado, o Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro também realizou visita à Índia a fim de transmitir o desejo brasileiro de dinamizar as relações culturais, comerciais e tecnológicas entre os países (VIANA JR., 2017).

Apesar dessas iniciativas, Viana Jr. (2017) assevera que, até a década de 1990, o diálogo político entre Brasil e Índia manteve-se centrado na esfera dos organismos multilaterais e as trocas econômicas e culturais não possuíam muita expressividade. Os maiores contatos entre os dois países passaram a se desenvolver apenas a partir dos anos 2000 (MRE⁹⁰; VIANA JR., 2017), muito embora Cervo (2008) assevere a existência de diferenças profundas entre os dois países, tais como as distintas políticas de desenvolvimento e de segurança. Ademais, constata-se a existência de uma cooperação bilateral minguada entre os dois países (CERVO, 2008; CERVO; BUENO, 2011). Para Cervo e Bueno (2011), então, as aproximações entre Índia e Brasil estariam caminhando mais por meio das negociações multilaterais de comércio.

De acordo com Henrique Altemani de Oliveira (2006), desde a década de 1990, o Leste Asiático passou a representar um espaço de maior importância para o Brasil em termos econômicos e políticos. Nesse sentido, durante a década de 1990, por exemplo, houve o reconhecimento, por parte do Brasil, do enfraquecimento das relações bilaterais com o Japão e várias discussões foram desenvolvidas sobre como fortalecer os laços entre os dois países. Assim, a Comissão Parlamentar Brasil-Japão apontou à época sugestões para o estreitamento das relações, quais sejam: a importância de contatos com diferentes setores brasileiros possíveis de serem promovidos no Japão; os convites para visitas de representantes japoneses ao Brasil;

⁸⁹ Itamaraty. Ficha país. Índia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5238-republica-da-india>>. Acesso em: 11 maio 2017.

⁹⁰ Idem.

a proposta de parceria no campo econômico, com foco nos setores de siderurgia, meio ambiente, agricultura, agroindústria e software; o estímulo da relação de cooperação técnica e econômica; o direcionamento da ajuda japonesa para Norte e Nordeste brasileiros; a promoção de transferência de tecnologia; e a preparação para lidar com as diferenças culturais e métodos de negociação japoneses (CPDOC, 1991⁹¹). O relato dessas preocupações brasileiras demonstra certo grau de movimento dos atores da política doméstica no que tange às relações com o Japão.

Em consonância com essa ideia de reforço das interações nipo-brasileiras, Fernando Collor (1990-1992) dá destaque às relações com o Japão em seu discurso de posse; no entanto, não houve a materialização de resultados satisfatórios no sentido da promoção das relações bilaterais (CPDOC, 1991⁹²). Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) confirma o exposto esclarecendo que, embora a retórica de Collor fosse para o fortalecimento das relações com o Primeiro Mundo, a atenção direcionou-se mais para os EUA e a Europa do que para o Japão. Inclusive, o entrevistado cita uma medida simbólica de retirada do Embaixador brasileiro em Tóquio, por ser um desafeto (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017).

De acordo com entrevista realizada com Masiero (2017), a abertura do mercado promovida pelo governo Collor possibilitou a entrada do mercado asiático no Brasil, especialmente no campo automotivo, mas sem estratégias de negociação relevantes do lado brasileiro. Cervo (ENTREVISTA, 2017), por sua vez, pontua que Collor não promoveu um tratamento específico para cada região do globo em meio à sua política externa de cunho liberal, nem inovou em estratégias externas de fundo.

É pertinente apontar que, em 1991, durante o governo Collor, houve a reunião inicial da Comissão Mista Brasil-Coreia do Sul, seguida da primeira visita oficial de um chanceler brasileiro ao referido país. Nessa ocasião, foi assinado o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre os dois Estados (ZIEMATH; AGUIAR, 2017). Quanto à China, Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) assevera que não há destaque de qualquer interação, pois o Terceiro Mundo não fazia parte dos interesses do Presidente Collor, o Estado chinês ainda não tinha deslanchado seu desenvolvimento e vivia os boicotes pós-conflito de Tiananmen.

No governo Itamar Franco (1992-1994), a seu turno, a Ásia foi definida como uma das prioridades da política externa brasileira, tendo em vista os interesses de cooperação e comércio (OLIVEIRA, H., 2006; CANANI, 2004). Aponta-se, ainda, que, em 1993, a relação entre Brasil

⁹¹ Documento da Câmara dos Deputados. MMM 1991.05.31. CPDOC. FGV, Rio de Janeiro.

⁹² Idem.

e China foi elevada à parceria estratégica⁹³, termo esse cunhado pelo então Primeiro Ministro Chinês Zhu Rongji, mas que ainda possuía delineamentos pouco precisos (OLIVEIRA, H., 2006). É importante ressaltar que a parceria estratégica aconteceu em visita do Primeiro-Ministro chinês ao Brasil, muito embora em 1988 o Brasil tenha pleiteado tal status de relacionamento com a China, mas não tenha sido bem-sucedido (CÔRTEZ, 2010).

Já Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em seu discurso de posse em 1995, também inseriu a Ásia como espaço relevante para a diplomacia brasileira. Além disso, o então Presidente visitou, em seu primeiro mandato, China, Japão, Índia e Malásia e, no segundo, Timor Leste, Coreia do Sul e Indonésia (OLIVEIRA, H., 2006; VIANA JR., 2017). Frise-se ainda que a visita oficial de Fernando Henrique à Índia, em 1996, foi a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao país. Nesse momento, foi assinado um Acordo de Cooperação Nuclear, mas logo depois a Índia voltou a realizar testes nucleares, o que dificultou o relacionamento bilateral (VIANA JR, 2017), como exposto anteriormente. Em 1998, o Presidente K. R. Narayanan realizou visita de retribuição ao Brasil (VIANA JR., 2017).

Assevera-se, ainda, que, em 1996, houve a visita do Presidente sul-coreano Kim Young San ao Brasil, sendo firmado um Memorando de Entendimento de Consultas Políticas. Passa-se a observar, a partir daí, o crescimento das relações com os sul-coreanos, tendo como resultado a instalação de empresas no Brasil (MASIERO, 2007). Ademais, em 1999, foi criado o Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina (FOCALAL), direcionado para a ampliação das interações políticas, econômicas e culturais entre as duas regiões (OLIVEIRA, H., 2006). De acordo com Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017), o FOCALAL foi uma iniciativa asiática inclusive com financiamentos japoneses.

Mantendo a linha de observação da interação do Brasil com alguns países asiáticos no período do governo Cardoso, tem-se, em relação à China, que os setores cooperativos principais entre os dois países no período foram: espacial, energético, política internacional, indústria pesada e serviços de engenharia (CERVO, 2002).

No que se refere ao Japão, a relação com o país passou por um declínio desde a década de 1980 (CERVO, 2002), mas é possível perceber a existência de investimentos e projetos de cooperação em meio ambiente, combustível, infraestrutura e saneamento básico (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Conforme explicita Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017), com a crise asiática, entre o final do primeiro mandato do Presidente

⁹³ A parceria estratégica foi delineada em 1990, embora só tenha vindo a se concretizar em 1993 (CERVO, 2002).

Cardoso e o início do segundo, deflagrou-se a iniciativa japonesa⁹⁴ para retomada das relações com o Brasil.

No caso da Índia, nota-se que, em quase todo o governo Cardoso, a cooperação foi fraca, embora tenha se aproximado em algumas questões políticas e econômicas em fóruns multilaterais (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). No entanto, é importante ressaltar que, em 2002, foi criada a Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia, sendo, até os dias atuais, o principal mecanismo de direcionamento da agenda bilateral entre os dois países (VIANA JR., 2017).

Quanto à Coreia do Sul, destaca-se que foi realizada visita de Fernando Henrique Cardoso ao referido país em 2001 (ZIEMATH; AGUIAR, 2017). No Timor Leste, por sua vez, o Brasil atuou com envio de forças de paz para reconstrução do Estado (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Complementando a análise sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, tem-se que, no livro de discursos da diplomacia brasileira, o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia (1999), deixou transparecer o interesse pela Ásia-Pacífico. Contudo, é perceptível nos discursos um tom de intenções e retórica significativos. Japão, China e Índia são citados como os atores asiáticos centrais para o estreitamento de relações (LAMPREIA, 1999).

Em seu discurso de posse em 2003, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), por sua vez, citou a relevância do estreitamento dos laços com Japão, China e Índia (OLIVEIRA, H., 2006). Ressalta-se, ainda, que, em 2004, 2008 e 2009, Lula visitou a China a fim de promover relações cooperativas e comerciais com o país (OLIVEIRA, H., 2006; MRE⁹⁵). Já o Brasil recebeu relevantes visitas do lado chinês, destacando-se a do Vice-Presidente Xi Jinping em 2009 e do Presidente Hu Jintao em 2004 e 2010 (CORRÊA; BARBOSA, 2017).

Em 2004, com a vinda do Primeiro-Ministro Japonês Junichiro Koizumi ao Brasil, foi instituído o *Japan-Brazil Council for the 21st Century* (MASIERO, 2007). Aponta-se ainda a visita de Lula da Silva ao Japão e à Coreia do Sul em 2005 (MASIERO, 2007). Nessa ocasião, foi adotado o Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas e também foi criado o Conselho Brasil-Japão para o século XXI, formado por empresários dos dois países e

⁹⁴ Havia certa relutância japonesa de reforço das relações com o Brasil, especialmente em decorrência da crise econômica brasileira da década de 1980 e as problemáticas políticas internas, mas a crise asiática pode ter servido como meio de demonstração de que as crises vão além da América Latina, além de ter possibilitado também a aproximação japonesa do Brasil (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017).

⁹⁵ Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=4926:republica-popular> >. Acesso em: 24 nov. 2016.

responsável por aprofundar as interações bilaterais. Atualmente, esse conselho passou a se chamar Grupo dos Notáveis Brasil-Japão e continua tendo a participação de empresários e a mesma função (VARGAS, 2017⁹⁶). Nesse período, percebe-se o interesse brasileiro em promover as relações bilaterais com o Japão, as quais passaram por um período de maior esfriamento na década de 1980/90. Durante o governo Lula, houve, ainda, em 2010, a assinatura do Plano de Ação Conjunta 2010-2014 entre Brasil e China (HAIBIN, 2010).

No que se refere à Índia, as relações com o Brasil ganharam novo fôlego político e diplomático durante o governo Lula. É válido frisar que, em 2004, o referido Presidente visitou o país e foram assinados instrumentos bilaterais, como Acordos de Cooperação no Uso Pacífico do Espaço Exterior, em turismo e cultura, e Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia. Mas o resultado mais importante daquela visita consistiu no fortalecimento das relações bilaterais entre os dois países.

Além disso, em 2006, o Primeiro-Ministro indiano Manmoham Singh veio ao Brasil em retribuição à visita brasileira, ocorrendo o lançamento do Diálogo Estratégico Brasil-Índia. No ano de 2006, foi assinado um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e Índia, que só entrou em vigor em 2010. Em 2007, Lula visitou novamente a Índia e lançou o Fórum de Lideranças Empresarias Brasil-Índia e, em 2008, a Presidente indiana Pratibha Patil iniciou sua primeira viagem internacional pelo Brasil, indo em seguida para México e Chile (VIANA JR., 2017).

Durante o período Lula, as relações com China e Índia podem ser destacadas, especialmente no que tange à aproximação política e tecnológica. Sendo assim, podem-se citar dois movimentos de grande destaque: o estabelecimento do Fórum de Diálogo IBAS, por meio da Declaração de Brasília, em 2003 (LEITE, 2011; VIANA JR., 2017), e a criação da coalizão BRIC⁹⁷ (LEITE, 2011).

Quanto à Coreia do Sul, é importante mencionar que Lula realizou duas visitas presidenciais ao país e foram desenvolvidos acordos na área de defesa, comércio e investimentos. De outro lado, o presidente sul-coreano Lee Myung-bak visitou o Brasil em 2008 e as tecnologias de etanol e a área nuclear foram ressaltadas como prioritárias (ZIEMATH;

⁹⁶ Membro da carreira diplomática brasileira.

⁹⁷ A coalizão entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) surgiu em 2006 como um encontro informal à margem da Assembleia Geral da ONU e a primeira reunião formal dos chanceleres do BRIC ocorreu em 2008. Desde então, dez cúpulas foram realizadas: I Cúpula: Ecatemburgo, Rússia, junho de 2009; II Cúpula: Brasília, Brasil, abril de 2010; III Cúpula: Sanya, China, abril de 2011; IV Cúpula: Nova Délhi, Índia, março de 2012; V Cúpula: Durban, África do Sul, março de 2013; VI Cúpula: Fortaleza, Brasil, julho de 2014; VII Cúpula: Ufá, Rússia, julho de 2015; VIII Cúpula: Benaulim (Goa), Índia, outubro de 2016; IX Cúpula: Xiamen, China, agosto de 2017; e X Cúpula: Joanesburgo, África do Sul, julho de 2018 (MRE-BRICS). A entrada oficial da África do Sul deu-se apenas em 2011, durante a terceira cúpula do grupo (RIBEIRO; MORAES, 2015).

AGUIAR, 2017). Os interesses em ciência e tecnologia demonstram-se claros no relacionamento bilateral Brasil-Coreia do Sul (ZIEMATH; AGUIAR, 2017).

No que se refere ao Sudeste Asiático, tem-se como relevante a visita presidencial à Indonésia, ao Vietnã e ao Timor-Leste em 2008. Por outro lado, o Brasil recebeu visita do chefe de Estado ou de governo de Timor Leste, Indonésia e Singapura em 2008 e das Filipinas em 2009. Além disso, em 2010, foi criada a Embaixada residente do Brasil em Mianmar, pouco antes da abertura política do país (VELOSO, 2017⁹⁸). Ressalta-se ainda a interação com a região por meio da relação entre o Brasil e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), como se nota da Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, ocorrida em 2008, e do diálogo não institucionalizado Brasil-ASEAN (VELOSO, 2017).

Quanto à Ásia Central, durante o período do governo Lula, houve um crescimento das relações, considerando-se as visitas recebidas e realizadas e os acordos de cooperação estabelecidos. Sendo assim, o Brasil recebeu visita do Presidente do Cazaquistão em 2007, caracterizando-se como o primeiro chefe de Estado da Ásia Central a visitar a América Latina, bem como do Presidente do Uzbequistão em 2009, interessado em promover as relações cooperativas com o Brasil (WOLLMANN, 2017). O Presidente do Brasil, a seu turno, visitou a Ásia Central em 2009, sendo o primeiro chefe de Estado brasileiro e latino-americano a realizar visita oficial à região (WOLLMANN, 2017).

Já o governo Dilma Rousseff (2011-2016) é caracterizado por um continuísmo obstruído das estratégias do governo anterior⁹⁹ (CERVO; LESSA, 2014, p. 134). Em relação à Ásia, essa caracterização do governo Dilma também se encaixa. Nesse sentido, o continuísmo se expressa, por exemplo, na visita da Presidente Dilma à China em 2011 e do Vice-Presidente Temer em 2013, bem como da vinda do Primeiro Ministro Wen Jiabao ao Brasil em 2012, do Presidente Xi Jinping em 2014, do Vice-Presidente Li Yuanchao e do Primeiro-Ministro Li Keqiang em 2015 (CÔRREA; BARBOSA, 2017).

Pode-se citar também a visita de Dilma Rousseff à Índia em 2012, tendo sido realizada, nessa ocasião, a I Comissão Mista Brasil-Índia de Ciência, Tecnologia e Inovação e a III

⁹⁸ Membro da carreira diplomática brasileira.

⁹⁹ Essa percepção acerca do primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014) está embasada na ideia de continuidade de estratégias internas e externas do governo Lula, como a presença em órgãos multilaterais tradicionais e em coalizões mais recentes de cunho sul-sul, como o BRICS, e a permanência das parcerias bilaterais ainda que com força reduzida, mantendo a inserção universalista da política externa. Por outro lado, observa-se um notório declínio internacional com a ausência de capacidade de lidar com os entraves internos, a exemplo da insuficiente infraestrutura e da elevada carga tributária; a fraca colaboração entre Estado e agentes não governamentais; a não formulação de uma política de comércio exterior; a quebra de diálogo constante com o MRE; e a não programação junto com o empresariado de uma estratégia de inovação dentro do sistema econômico internacional (CERVO; LESSA, 2014).

Reunião de Monitoramento de Comércio bilateral, bem como concretizadas assinaturas de acordos nas áreas de cultura, educação, direitos da mulher e ciência e tecnologia (VIENA JR., 2017). No período do governo Dilma, o Primeiro-Ministro indiano Manmohan Singh também esteve no Brasil em 2012 para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e, em 2014, para a VI Cúpula do BRICS. Nessa última vinda, estabeleceu reunião bilateral com a Presidente brasileira (VIANA JR., 2017).

Em relação ao Sudeste Asiático, aponta-se a visita presidencial à Singapura em 2014, bem como a vinda do Primeiro-Ministro timorense Xanana Gusmão ao Brasil em 2011, tendo sido o primeiro chefe de governo estrangeiro recebido pela Presidente Dilma (MRE, ficha país, Timor Leste¹⁰⁰; VELOSO, 2017). Algumas iniciativas brasileiras demonstram o interesse do país pela região, como se nota da adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático em 2012, da designação de embaixador junto à ASEAN em 2011, da instalação da primeira adidância de defesa do Brasil na referida região, com sede em Jakarta e atuação oficial junto à Tailândia e ao Vietnã e, ainda, da criação da Câmara de Comércio Brasil-Sudeste Asiático em 2014 (VELOSO, 2017). Considerando os aspectos expostos, vê-se que o Brasil tem promovido iniciativas no sentido de desenvolver suas relações com o Sudeste Asiático.

Por outro lado, é perceptível o declínio da emergência brasileira, em contraposição com o protagonismo russo e chinês, especialmente no âmbito do BRICS (CERVO; LESSA, 2014). Sendo assim, apesar do destaque do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, criado em 2014, após a Cúpula de Fortaleza, durante o governo Dilma, é relevante ressaltar que sua promoção se deu mais por liderança chinesa do que por proatividade dos demais atores (MASIERO, ENTREVISTA, 2017).

De acordo com Albuquerque (2014), o governo Dilma Rousseff corroboraria o discurso anterior de Lula da Silva para a China nas dimensões de comércio e de investimentos, de identidade socioeconômica e de cooperação em fóruns multilaterais. Contudo, haveria uma preocupação maior em torno dos termos de cooperação entre os dois países e uma vontade de ir além das interações comerciais (ALBUQUERQUE, 2014). Pode-se dizer, no entanto, que Rousseff não logrou êxito na promoção de relações com a Ásia mais profundas e positivas para o Brasil.

Esses interesses da política externa do governo Dilma apresentados por Albuquerque (2014) podem ser vistos em trechos de discursos de Antônio de Aguiar Patriota, Ministro das

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5477-republica-democratica-de-timor-leste>>. Acesso em: 28 set. 2017.

Relações Exteriores do governo da Presidente Dilma Rousseff. Assim, em entrevista ao Jornal Brasil Econômico, em 17 de maio de 2011, o então Ministro explicita:

[...] queremos operar um salto qualitativo. Isso inclui diversificação da pauta de exportação, os embarques de produtos de maior valor agregado, buscar parcerias com os chineses em que possamos incorporar um conteúdo de tecnologia mais avançada. (PATRIOTA, 2013, p. 265).

Ressalta-se, contudo, que os interesses de aprofundamento qualitativo das relações brasileiras com a Ásia não se desenvolveram durante o governo Dilma. Pelo contrário, alguns incidentes ocorridos durante seu governo demonstram falhas na sua interação com a Ásia. Exemplo disso consiste no cancelamento das visitas presidenciais programadas ao Japão e Vietnã em 2015, sob alegação de falta de recursos¹⁰¹.

No entanto, pode-se dizer que a política externa promovida pelos países asiáticos em relação ao Brasil, especialmente Japão e China, facilitou a manutenção dos laços positivos bilaterais. Cita-se como ilustração o interesse do Primeiro-Ministro Japonês Shinzo Abe em reforçar as relações diplomáticas com os países da América Latina e Caribe como parte de seu ativismo diplomático. Nesse sentido, Shinzo Abe visitou, em julho e agosto de 2014, os seguintes países: México, Trinidad e Tobago, Colômbia, Chile e Brasil¹⁰² (VARGAS, 2017). Essa visita demonstrou-se relevante para o reforço das relações entre os dois países, posto que a última visita oficial de um Primeiro-Ministro japonês tinha ocorrido em 2004 por Junichiro Koizumi (VARGAS, 2017). Assim, o interesse japonês de internacionalização de sua economia e o ativismo diplomático de Shinzo Abe mostram a força externa central que favorece o relacionamento entre Brasil e Japão durante o governo Dilma.

Da mesma forma como apresentado em relação ao Japão, a relação Brasil-Coreia do Sul também foi impulsionada pela visita da Presidente Park Geun-Hye ao Brasil em 2015. Nessa ocasião, foram assinados acordos nas áreas ambiental, energética, cultural, tecnológica e de cooperação fiscal (ZIEMATH; AGUIAR, 2017).

¹⁰¹ Essa informação foi destacada nas entrevistas e pode ser constatada no meio midiático brasileiro. Ademais, em 2013, Dilma também cancelou viagem ao Japão nas vésperas de embarcar em virtude dos protestos nas ruas brasileiras.

¹⁰² Durante esse período, Shinzo Abe pronunciou discurso intitulado “Juntos! Um aprofundamento sem limites na cooperação entre Japão e América Latina-Caribe”. Disponível em: <https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201408/140802seisaku_po.html>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Finalmente, o governo Michel Temer¹⁰³ (2016-2018) mantém o interesse pela Ásia, como se nota das visitas presidenciais à China e ao Japão logo após seu ingresso à Presidência da República. Quanto à Índia, em 2016, o Presidente Temer realizou visita por ocasião da VIII Cúpula do BRICS e foram assinados acordos nas áreas agrícola, pecuária e de medicamentos (VIANA JR., 2017).

Todavia, os dois Ministros das Relações Exteriores do governo Temer, José Serra (maio de 2016 a fevereiro de 2017) e Aloysio Nunes, não possuem relações mais amadurecidas com a Ásia, havendo claramente uma preocupação maior de articulação do MRE com os demais Ministérios do que com o desenvolvimento de uma forte estratégia externa (MASIERO, ENTREVISTA, 2017). De acordo com Cervo (ENTREVISTA, 2017), não há especificidade alguma no governo Temer em relação à política externa para a Ásia. Essa poderia ser caracterizada como um seguimento do continuísmo obstruído¹⁰⁴ do governo Dilma Rousseff.

Um ponto relevante de ser ressaltado é que, em meio à crise política e econômica brasileira, a Ásia pode ter sido uma região menos afetada, especialmente pela percepção de sua importância para o Brasil, conforme assevera o Secretário de Planejamento Diplomático, o Embaixador Benoni Belli (ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017). Corroborando esse pensamento, o próprio direcionamento econômico-comercial da política externa brasileira pode ter reforçado a continuidade das interações com a Ásia e, especialmente, com a China (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017).

À luz da exposição das características da política externa brasileira para a Ásia realizada até então, é desenvolvido a seguir um quadro analítico sobre os governos brasileiros, suas diretrizes de política externa, as relações com países desenvolvidos, América Latina, EUA e Ásia. O objetivo é sumarizar as discussões já apresentadas e incluir a Ásia no campo de estudo da política externa em associação às visões tradicionais que referenciam os relacionamentos com os EUA e a América Latina.

¹⁰³ O governo Temer é explanado com a finalidade de traçar um cenário geral do período mais recente da política externa brasileira para a Ásia, mas não se tem como objetivo seu aprofundamento, especialmente porque o marco temporal desta pesquisa é até o ano de 2015.

¹⁰⁴ Termo referenciado por Cervo e Lessa (2014) a respeito do governo Dilma.

Quadro 2.1 - Presidentes brasileiros, diretrizes de política externa, relações com países desenvolvidos, América Latina e Ásia

Governos	Diretrizes de política externa	Relações com países desenvolvidos	Relações com América Latina	Relação com EUA	Relação com a Ásia
Vargas I (1930-45)	Equidistância pragmática	Alemanha e EUA*	Fraca	Forte	Muito Fraca
Dutra (1946-51)	Alinhamento aos EUA	EUA	Fraca	Forte	Muito Fraca
Vargas II (1951-54)	Alinhamento pragmático	EUA	Fraca (caráter inicial)	Forte	Muito fraca
Café Filho (1954-55)	Alinhamento aos EUA	EUA	Fraca	Forte	Muito fraca
JK (1956-60)	Desenvolvimentismo com capital externo	EUA	Média (aproximação, OPA***)	Forte	Fraca (destaque Japão)
Jânio (1961)	Política externa independente	Europa, EUA	Forte (intensificação, cooperação sul-sul)	Média	Fraca (destaque Japão)
João G. (1961-64)	Política externa independente	Europa, EUA (deterioração)	Forte (intensificação)	Fraca	Fraca (destaque Japão, tentativa de aproximação da China)
Castelo B. (1964-67)	Alinhamento aos EUA	EUA*, Alemanha, Espanha, URSS, Japão	Fraca (diminuição)	Forte	Fraca (enfraquecimento)
Costa e Silva (1967-69)	Diplomacia da prosperidade	EUA, Alemanha*, Reino Unido, França, Japão, Canadá	Média (aproximação, latino-americanismo)	Forte	Fraca (destaque Japão)
Médici (1969-74)	Diplomacia do interesse nacional e Brasil potência	EUA (divergências), Alemanha*, França, Itália, Grã Bretanha, Portugal, Espanha, Canadá, Japão (elevação)	Forte (fortalecimento)	Média	Fraca (destaque Japão)
Geisel (1974-79)	Pragmatismo responsável	Alemanha*, França, Reino Unido, Canadá, Itália, Japão, EUA	Forte (fortalecimento, cooperação sul-sul)	Média	Forte (Fortalecimento, destaque Japão e China)

Governos	Diretrizes de política externa	Relações com países desenvolvidos	Relações com América Latina	Relação com EUA	Relação com a Ásia
Figueiredo (1979-85)	Diplomacia do universalismo	Diminuição (motivos externos: crise do petróleo, crítica aos governos militares)	Forte (fortalecimento, cerne América do Sul)	Média (em processo de enfraquecimento)	Forte (Fortalecimento, destaque Japão e China)
Sarney (1985-1990)	Diplomacia pacifista e integracionista	EUA, França, Espanha (aumento), Alemanha (queda), URSS	Média (relações mais estanques)	Média	Forte (Fortalecimento, destaque para as relações de cooperação científico-tecnológicas e interações com Japão, China e Índia)
Collor (1990-1992)	Abertura econômica	EUA (reforço)	Média (relações mais estanques)	Forte	Fraca (Enfraquecimento, destaque para as relações comerciais)
Itamar (1992-94)	Manutenção da abertura econômica	EUA	Forte (reforço das relações – América do Sul)	Média	Média (relação com China elevada a parceria estratégica, a interação com a Ásia foi considerada prioritária, mas as relações com Japão ainda estavam enfraquecidas)
FHC (1995-2002)	Autonomia pela integração	EUA, França, Espanha, Portugal, Alemanha, Canadá, Reino Unido. UE e Japão-queda	Forte (Fortalecimento – Mercosul)	Forte	Forte (visitas presidenciais e tentativa de institucionalização da relação América Latina-Ásia com FOCALAL, ampliação das relações com a Ásia)
Lula (2003-2010)	Autonomia pela diversificação	Diversas	Forte (reforço, cooperação sul-sul, Mercosul, Unasul, etc)	Média	Muito Forte (Fortalecimento, ampliação ainda maior das relações com a Ásia, visitas presidenciais, IBAS, BRICS)
Dilma (2011-2016)	Continuismo obstruído	Diversas	Forte (cooperação sul-sul)	Média	Forte (Intensidade relativamente reduzida, visitas presidenciais canceladas, destaque para o Banco de Desenvolvimento do BRICS)

Temer (2016-2018)	Diplomacia “desideologizada” e promessa de crescimento econômico **	Diversas	Média (redirecionamento, enfraquecimento e fortalecimento de laços com Argentina)	Forte	Forte (Manutenção do status anterior, visitas presidenciais)
--------------------------	---	----------	---	-------	--

*Destaque

** Caracterização apenas com base nos discursos do governo, tendo em vista o curto espaço de tempo para se observar a concretização de resultados.

*** OPA: Operação Pan-Americana.

Nota: As caracterizações (muito) fraca, média e forte foram baseadas na análise desenvolvida pela autora.

Muito Fraca: quase não havia contato; Fraca: relações basicamente centradas no Japão ou a situação do governo Collor de enfraquecimento inclusive da relação com o referido país, mas que não chega a voltar ao patamar de interação muito fraca; Média: situação após o governo Collor e durante a Presidência de Itamar, na qual há fortalecimento da relação com China, mas a interação com o Japão ainda estava enfraquecida, embora existente; Forte: ampla interação com os países da Ásia; Muito Forte: Auge da interação com a Ásia durante o governo Lula com o estabelecimento de múltiplas relações.

Fonte: Elaboração própria com base em Vizentini (1998); Henrique Altemani de Oliveira (2005 e 2006); Vigevani e Cepaluni (2007); Masiero (2007); Cervo e Lessa (2014).

O quadro acima é muito elucidativo, pois ilustra como a política externa para a Ásia até o governo Médici (1969-1974) era pouco articulada e existia basicamente uma relação com o Japão, especialmente em termos econômico-financeiros, a qual passou a se destacar desde o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Nos governos Geisel (1974-1979), Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), destaca-se o fortalecimento das interações com a região asiática, principalmente pelo estabelecimento do elo diplomático com a China. Corroborando o exposto, o Embaixador Clodoaldo Hugueney (CPDOC, 2014, p. 1) aponta que o Departamento de Ásia do Itamaraty foi criado por demanda do então Ministro das Relações Exteriores do governo Figueiredo, Saraiva Guerreiro, e que realmente as relações com a Ásia eram pequenas e, por muito tempo, estiveram centradas no Japão.

Dando sequência à análise temporal da política externa brasileira para a Ásia, pode-se dizer que, até a década de 1990, a conexão com a região não tinha se expandido muito, visto que girava basicamente em torno das relações sino e nipo-brasileiras. É importante mencionar que o grande avanço nas relações com a China proporcionava um caráter de elevação da interação com o continente asiático.

Tem-se, então, a partir de 1990, o governo Collor (1990-1992), no qual se observa um período crítico no relacionamento com a China, e, nitidamente, a relação com o Japão estava sendo afetada pelos problemas econômicos brasileiros. Nesse sentido, apenas no governo Itamar (1992-1994) é que a relação com a Ásia voltou a ganhar dinamicidade, permitindo um caminho de ascensão durante os governos Fernando Henrique (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), com visitas presidenciais e iniciativas conjuntas no plano bilateral e multilateral.

Como assevera Cervo (ENTREVISTA, 2017), a Ásia representava possibilidades concretas de relacionamento, fato que a tornava um destino possível para a política externa brasileira, explicando, assim, o interesse mais amplo pela região a partir do governo Fernando Henrique.

Sustenta-se, ainda, que, no governo Dilma Rousseff (2011-2016), apesar do continuísmo dos padrões de política externa anteriores para a Ásia, nota-se uma redução da intensificação das relações com a região, destacando-se como exemplo o cancelamento de duas visitas presidenciais ao Japão. Por fim, o governo Temer (2016-2018) não promoveu grandes ações de política externa voltadas para a Ásia, mas realizou visitas presidenciais a países centrais, como Japão, China e Índia, garantindo boas interações com a região.

Verifica-se, então, que as relações Brasil-Ásia seguem uma tendência positiva do governo Itamar Franco até Temer, muito embora a intensidade tenha sido maior em alguns momentos do que em outros, conforme demonstrado no quadro e explicado nos parágrafos anteriores. Há de se constatar, no entanto, que não houve um alargamento significativo das relações brasileiras com o continente asiático, Japão e China são ainda o cerne das nossas interações. Pode-se incluir ainda os diálogos com Índia e Coreia do Sul, mas que não deram saltos amplos, especialmente no que tange às interações bilaterais. Com o Sudeste Asiático e a Ásia Central, as relações são ainda mais incipientes.

Ademais, conforme o quadro apresentado e, em caráter geral, à medida que as relações brasileiras com os EUA perdem sua intensidade, é possível perceber um maior crescimento das interações com América Latina e Ásia. No caso da região asiática, foco desta pesquisa, o interesse brasileiro por diversificação de mercados, parcerias políticas (OLIVEIRA, H., 2006) e balanceamento em relação aos EUA (HAIBIN, 2010) são fatores explicativos da aproximação com o continente. Inclusive, Haibin (2010) afirma que o primeiro e o último ponto ressaltados anteriormente determinaram as políticas externas de Fernando Henrique e Lula para a Ásia.

Frente ao que foi ponderado até aqui, o que se pode entender, então, do comportamento brasileiro na promoção da política externa brasileira para a Ásia? Existem análises que apontam para um lado reativo brasileiro. Nesse sentido, a respeito da interação Brasil-Ásia, Henrique Altemani de Oliveira (2005, p. 236; 2006, p. 179) estabelece que o relacionamento é muito mais reativo a fatores conjunturais ou a iniciativas asiáticas do que propriamente derivado de um ativismo. Horizaka (apud OLIVEIRA, H., 2005) aponta que, no caso do Japão, as relações são derivadas do ativismo japonês e ratifica sua afirmação expressando que houve certa estagnação das relações quando o Japão deixou de dar fôlego para as interações com a América Latina.

Em consonância com o explicitado, Masiero (ENTREVISTA, 2017) também assevera a reatividade da política externa brasileira com a Ásia. De acordo com o entrevistado, esse fato

pode ser constatado pelos períodos de crescimento japonês, coreano e, mais recentemente, chinês e pela intensidade das interações brasileiras com esses países, seguindo esses movimentos. Ademais, para Masiero, o Brasil nunca teve uma estratégia e um posicionamento claro em relação às trocas comerciais ou no sentido de inserção nos mercados asiáticos, e o país está limitado a atender às demandas asiáticas (MASIERO, ENTREVISTA, 2017).

Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) também traz alguns pontos que corroboram com as discussões até então empreendidas. Para o entrevistado, é notório o forte ativismo asiático – japonês e chinês – com o Brasil, o qual o coloca quase que em uma posição reativa. Assim, a atratividade brasileira de ser uma fonte segura de insumos, além da recepção de manufaturados e investimentos, é muito importante para Japão e China (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017). Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) ressalta até mesmo a fala de um ex-Embaixador chinês no Brasil: “O Brasil não compra nada da China, é a China que vende”.

Cervo (ENTREVISTA, 2017), por sua vez, não fala em reativismo, mas afirma que o Brasil “não inova e não avança em qualidade nos anos recentes, seja na formulação de novas estratégias, seja na ação para determinada área geográfica” (CERVO, ENTREVISTA, 2017). De todo modo, Cervo (ENTREVISTA, 2017) assevera que o Brasil está fortalecido pelos seus princípios de política externa e pelas conquistas de seu modelo de inserção internacional. Dessa forma, pode-se deduzir desse pensamento que haveria uma garantia de independência e autonomia brasileiras em relação à Ásia, mas que pode ser colocada como relativa já que o Brasil não estaria progredindo no que se refere às suas ações de política externa. Sendo assim, esse argumento também pode reforçar a noção de reativismo, mesmo que mitigado.

Ainda dentro de uma ideia ilustrativa dessa perspectiva reativa da política externa brasileira para a Ásia, o Quadro 2.2 adiante retrata as trocas de visitas brasileiras com os dois principais países no relacionamento do Brasil com o continente asiático, os quais são o cerne desta pesquisa: Japão e China. Sendo assim, são observadas as visitas presidenciais brasileiras à China e ao Japão e dos chefes de Estado e de governo desses países ao Brasil. Pode-se revelar que, no caso da China, há uma maior presença desses atores no Brasil, muito embora para o lado chinês haja a possibilidade de visita de Presidente e de Primeiro-Ministro. No que se refere ao Japão, foram incluídas as visitas do Primeiro-Ministro e do Imperador e pode-se acrescentar que as visitas brasileiras acontecem visivelmente em datas posteriores às japonesas.

Quadro 2.2 - Histórico das visitas presidenciais brasileiras à China e ao Japão e dos Chefes de Estado e Governo da China e do Japão ao Brasil (1950-2016)

Período	Brasil-Japão	Japão-Brasil	Brasil-China	China-Brasil
1950- 1960	–	<ul style="list-style-type: none"> 1959- Primeiro-Ministro Nobosuke Kishi 	–	–
1970- 1980	<ul style="list-style-type: none"> 1976- Geisel 1984- Figueiredo 	<ul style="list-style-type: none"> 1974- Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka 1982- Primeiro-Ministro Zenko Suzuki 	<ul style="list-style-type: none"> 1984- Figueiredo 1988- Sarney 	<ul style="list-style-type: none"> 1985- Primeiro-Ministro Zhao Ziyang
Anos 1990	<ul style="list-style-type: none"> 1990- Collor de Mello* 1996- Fernando Henrique 	<ul style="list-style-type: none"> 1996- Primeiro-Ministro Ryutaro Hashimoto 1997- Imperador Akihito 	<ul style="list-style-type: none"> 1995- Fernando Henrique 	<ul style="list-style-type: none"> 1990- Presidente Yang Shangkun 1992- Primeiro-Ministro Li Peng 1993- Primeiro-Ministro Zhou Rongji 1993- Presidente Jiang Zemin 1996- Primeiro-Ministro Li Peng
Anos 2000	<ul style="list-style-type: none"> 2005- Lula 2008- Lula 	<ul style="list-style-type: none"> 2004- Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi 	<ul style="list-style-type: none"> 2004- Lula 2008- Lula 2009- Lula 	<ul style="list-style-type: none"> 2001- Presidente Jiang Zemin 2004- Presidente Hu Jintao
Anos 2010	<ul style="list-style-type: none"> 2016- Temer 	<ul style="list-style-type: none"> 2014- Primeiro-Ministro Shinzo Abe 	<ul style="list-style-type: none"> 2011- Dilma 2016- Temer 	<ul style="list-style-type: none"> 2010- Presidente Hu Jintao 2012-Primeiro-Ministro Wen Jiabao 2014- Presidente Xi Jinping 2015-Primeiro-Ministro Li Keqiang

Nota: * Essa visita de Collor de Mello ao Japão acontece na qualidade de Presidente eleito e não ainda no exercício do cargo.

Fontes: MRE¹⁰⁵. Embaixada do Japão no Brasil¹⁰⁶.

É pertinente, no entanto, problematizar, face a esse quadro, a possibilidade de o Brasil ter uma política externa mais reativa com o Japão e mais ativa com a China, uma vez que, com o Japão, são observadas as visitas presidenciais brasileiras como resposta às previamente recebidas dos japoneses, enquanto que, no cenário do relacionamento com o lado chinês, esse panorama é distinto, observando-se iniciativas de visitas brasileiras, especialmente no momento inicial das relações sino-brasileiras na década de 1980. É possível argumentar, ainda, que a própria forma como Japão e Brasil se aproximaram pode justificar a discussão aqui delineada, já que foi um período de notória expansão japonesa e havia a necessidade brasileira premente de balancear os EUA.

Por outro lado, o Quadro 2.2 também pode ser usado para analisar outra perspectiva em relação à política externa brasileira para a Ásia, ou seja, a postura ativa. O direcionamento do Presidente Lula da Silva pode ser ressaltado como exemplo de ativismo, tendo em vista as múltiplas viagens realizadas ao Japão e à China, se comparado aos demais Presidentes brasileiros.

Desse modo, podem ser destacadas situações de ativismo da política externa brasileira, como o estreitamento de relações com os países asiáticos, para além do Japão, como é o caso das ações cooperativas com o Timor-Leste e a proposta de estabelecimento de uma parceria estratégica com a China ainda no final dos anos 1980, a criação de um Departamento para Ásia no Itamaraty, também no mesmo período, e, sem dúvida, as já citadas visitas presidenciais.

Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017), apesar do olhar crítico sobre o ativismo brasileiro, já exposto quando das abordagens reativistas do comportamento do Brasil, expõe que a política externa do país foi importante para aproximar e aprofundar a parceria política com China, Índia e Japão durante a Guerra Fria e posteriormente. Esclarecendo ainda mais seu ponto de vista, Oliveira (ENTREVISTA, 2017) atesta que, tangente aos aspectos políticos, entendidos especialmente como parcerias multilaterais em organismos internacionais, o Brasil tem se comportado de maneira ativa¹⁰⁷ com a Ásia, porém, no relacionamento econômico-comercial, há um notório reativismo brasileiro.

¹⁰⁵ Ficha país. Japão. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-jap>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

¹⁰⁶ Disponível em: < http://www.br.emb-japan.go.jp/bilaterais/relacoes_bilaterais.html >. Acesso em 24 nov. 2016.

¹⁰⁷ Os governos Dilma e Temer são apontados como exceções a essa afirmação (OLIVEIRA, H., ENTREVISTA, 2017).

Considerando os argumentos expostos, embora até a década de 1970 possa ter havido mais reativismo da política externa brasileira para a Ásia, há, a partir dos anos 1980, iniciativas brasileiras, referentes ao continente, que reforçam o lado ativo. No caso do Japão, esse reativismo pode ser mais expressivo, embora tenha existido a preocupação dos formuladores de política externa brasileira, em determinados momentos, de buscar reativar as relações com o Japão, o que reforçaria uma posição mais dinâmica do lado brasileiro.

Nesses termos, pode-se dizer que a política externa brasileira para a Ásia se desenvolveu à luz de fatores indutores internacionais (ações dos jogadores, especialmente Japão e China, e mudanças no sistema internacional) em consonância com aspectos políticos e econômicos domésticos, os quais favoreciam ou não as iniciativas internacionais e o maior ativismo brasileiro. Dessa forma, o comportamento brasileiro, ao longo da política externa para a Ásia, teve caráter reativo e/ou ativo, a depender das situações, dos governos em análise e da própria ação dos indivíduos com algum poder decisório, como os Ministros e Embaixadores.

Todavia, a pergunta sobre a qual resta debater é se a política externa brasileira, por meio de seus atores, foi indutora da cooperação internacional com os países asiáticos. Pela análise histórica da política exterior, a resposta mais geral que pode ser dada aqui é que claramente se destaca uma política externa para a cooperação nos preparativos e durante as visitas Presidenciais¹⁰⁸, mas a inconstância do caráter ativo/reactivo da política externa tem consequências para o campo da cooperação internacional. Ademais, Henrique Altemani de Oliveira (ENTREVISTA, 2017) declara que a política externa brasileira para a Ásia teve impacto muito aquém do que poderia ter sido promovido com a região asiática. Fato esse que também influencia no âmbito da cooperação internacional.

Depreende-se que, em termos gerais, quanto maior a atuação dos atores da política externa brasileira, mais frutífero é o âmbito da cooperação, porém existem outros fatores internos e externos que influenciam no processo cooperativo, como suporte técnico e institucional, aporte econômico do acordo e influência de atores da esfera internacional. A observação das situações de maior ou menor ação da política externa para a promoção da cooperação nos casos de Japão e China, assim como dos diferentes aspectos influenciadores da esfera cooperativa, será desenvolvida nos capítulos 3 e 4.

¹⁰⁸ Reconhece-se, todavia, que essa percepção é corroborada pela visão desenvolvida no capítulo de análise governamental da interação brasileira com os países asiáticos. Por isso, destaca-se a importância do debate sobre os acordos cooperativos, a fim de observar melhor os aspectos e os atores da política externa que influenciam de forma determinante na promoção da cooperação internacional.

Finalmente, em resumo sobre a política externa brasileira para a Ásia em termos temporais e no que tange às principais relações estabelecidas, tem-se que China, Japão e Índia são os atores centrais da Ásia, embora o foco se concentre mais especificamente nos dois primeiros. Quanto às fases da relação Brasil-Ásia¹⁰⁹, são apresentadas as seguintes:

- a) 1880-1950: fluxo migratório;
- b) 1950-1980: foco nas relações comerciais e financeiras; relações brasileiras centradas no Japão;
- c) 1980-1995: foco nas relações comerciais; ampliação das relações com China;
- d) 1995-2010: aprofundamento dos laços com a região asiática em termos políticos e econômicos (destaque para Japão, China, Índia e Coreia do Sul);
- e) 2011-2016: manutenção das relações com Ásia sem mudanças expressivas, mas com aprofundamento dos investimentos e financiamentos chineses no Brasil.

Dessa forma, verifica-se que as relações brasileiras com a Ásia se ampliaram ao longo do tempo e, principalmente, após o governo Ernesto Geisel, com impulso ainda maior nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Contudo, é importante frisar que, desde o século XIX, o relacionamento brasileiro com os países asiáticos passa por períodos de maior aproximação e distanciamento (MASIERO, 2007), o que dificulta se falar em uma linha sempre crescente na interação histórica entre Brasil e a região asiática. Nos anos mais recentes, a relação tem seguido um processo de ascensão e estabilização, conforme ilustra o Quadro 2.1.

Ainda, diante dos pontos apresentados, explicita-se a complexidade de se aludir à existência de uma política externa brasileira para a Ásia como um todo. Até é possível pensar em termos bilaterais para Japão, China e, em menor medida, Coreia do Sul e Índia, contudo, mesmo nesses casos, não se observa o estabelecimento de uma estratégia no relacionamento com os referidos países. Quanto a esse último ponto, o Embaixador Clodoaldo Huguency¹¹⁰ (CPDOC, 2014, p. 8), ao falar sobre sua ida à Embaixada da China em 2008, afirma que os objetivos do governo brasileiro e do setor empresarial não foram expostos antes do início de suas atividades e ele mesmo teve que desenhar a estratégia e as diretrizes de sua atuação junto ao Estado chinês.

Pode-se, no entanto, citar relevantes instrumentos que norteiam estrategicamente as relações entre Brasil e os países asiáticos, como os diálogos políticos, as comissões mistas e os

¹⁰⁹ A divisão das fases leva em consideração a análise histórica desenvolvida pela autora por meio da revisão bibliográfica e das entrevistas realizadas. Além disso, os distintos momentos não representam necessárias rupturas, mas um processo contínuo de interação com a região. Os governos são importantes norteadores das fases apresentadas.

¹¹⁰ Assumiu a Embaixada da China de 2008 a 2013.

acordos de cooperação. No caso da China, aponta-se o notório desenvolvimento conjunto de planos estratégicos e comissões de alto nível que direcionam o relacionamento bilateral.

Portanto, de maneira conclusiva, percebe-se que a aproximação brasileira com a Ásia se deu por questões migratórias (início do século XIX e do XX) e avançou como alternativa à relação com os EUA. Nesse sentido, não foi planejada pelo lado brasileiro e, desde o início, desenvolveu-se pelos interesses comuns e muito pelo impulso dos países asiáticos. Ao longo do tempo, a importância da Ásia foi reconhecida pelos tomadores de decisão de política externa brasileiros e a região passou a ser cada vez mais destacada nos discursos oficiais, especialmente o Japão e, mais recentemente, a China. Todavia, isso não significa que tenha ocorrido uma mudança significativa por parte da política externa brasileira em relação à Ásia. Afirma-se, então, a existência de momentos de proatividade no decorrer da política externa brasileira para a Ásia, acentuados pelos movimentos de políticos, diplomatas, burocratas e outros intelectuais, mas também muita indução dos atores externos.

2.1.1. A política externa brasileira para a Ásia e as relações cooperativas bilaterais: a cooperação em ciência e tecnologia, agrícola e espacial

De acordo com a análise realizada sobre a política externa brasileira para a Ásia, destacam-se, a partir dos contatos bilaterais desenvolvidos, relações cooperativas nas áreas agrícola e espacial e no campo da ciência e tecnologia. Esse aspecto é pertinente de ser ressaltado tendo em vista que reforça a escolha do enfoque, no presente trabalho, das áreas agrícola e espacial na análise da cooperação entre Brasil-Japão e Brasil-China.

Sendo assim, no que tange ao Nordeste Asiático, cita-se a importância da cooperação histórica com o Japão na área agrícola, mas também se referenda a cooperação recente com a Coreia do Sul e com a China. O campo da ciência e tecnologia é visto como importante nas relações com os três países citados.

Quanto ao Japão e à China, aponta-se que as relações cooperativas brasileiras com esses países são analisadas em capítulos específicos. Com a Coreia do Sul, por sua vez, foi constituída uma Comissão Mista na área de Ciência e Tecnologia, voltada para a priorização das áreas de cooperação em 1991 e, desde 2008, os acordos com o Brasil estão voltados para aspectos científicos e tecnológicos (ZIEMATH; AGUIAR, 2017). Mencionam-se as parcerias no setor de tecnologia da informação, na área nuclear e no desenvolvimento de softwares. Na área agrícola, merece ser citada a cooperação entre a EMBRAPA e a *Rural Development Administration* (RDA) em 2008 e a inauguração em 2009 do LABEX Coreia, laboratório virtual

criado pela EMBRAPA para promoção de contatos entre cientistas de ambos os países (ZIEMATH; AGUIAR, 2017).

Quanto ao Sul da Ásia, tem-se como destaque as relações brasileiras com a Índia. A área de ciência e tecnologia está entre uma das mais promissoras da cooperação bilateral, como assevera Viana Júnior (2017). Assim sendo, o Acordo de Ciência e Tecnologia foi assinado em 1985 entre os dois países; em 2002, foi estabelecida a Comissão Mista Brasil-Índia, tendo como um de seus enfoques os aspectos científicos e tecnológicos; e, em 2012, a I Comissão especialmente voltada para esse tema ocorreu. Outro aspecto fundamental da cooperação entre Brasil e Índia está centrado na cooperação espacial, como se nota do Acordo de Cooperação no Uso Pacífico do Espaço Exterior, assinado em 2004, e do Ajuste Complementar sobre Cooperação para a Ampliação da Estação Brasileira Terrestre de Recepção e Processamento de Dados dos Satélites de Sensoriamento Remoto da Índia, em 2007 (VIANA JR., 2017).

É válido frisar que o Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior de 2004 proporcionou a cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Organização Indiana para Pesquisa Espacial (ISRO), com vistas à recepção e distribuição dos dados dos satélites indianos ResourceSat-1 e ResourceSat-2 para combate de desmatamento ilegal e queimadas no Brasil (VIANA JR., 2017).

Ainda discutindo a região denominada de Sul da Ásia, a relação entre Brasil e Paquistão enfatiza os interesses cooperativos na área agrícola. Como aponta Cabral¹¹¹ (2017), o Brasil buscou contribuir com iniciativas na área agrícola e esse âmbito cooperativo é um dos mais promissores no relacionamento entre os dois países. Expressa-se, ainda, que, em 2014, a EMBRAPA convidou especialistas paquistaneses para conhecer a estrutura da empresa e identificar a possibilidade de cooperação com o Brasil (CABRAL, 2017).

Quanto ao Sudeste Asiático, é pertinente ressaltar que a cooperação é um aspecto importante da interação bilateral com os países da região, sendo assim, existem acordos assinados no âmbito técnico, na área de energias renováveis, em temas sociais, educação, esporte, agricultura, ciência e tecnologia e saúde. Pode-se apontar como relevante a interação brasileira com o Timor-Leste, com a implementação de programas apoiados pela ABC (VELOSO, 2017).

No que se refere aos países da Ásia Central, verifica-se a relevância das possibilidades de cooperação na área agrícola. De acordo com Wollmann (2017), com o Cazaquistão e o Uzbequistão, destacam-se os acordos de cooperação técnica e agrícola. Dessa forma, ressalta-

¹¹¹ Membro do corpo diplomático brasileiro.

se que, em 2007, o Ministro da Agricultura do Cazaquistão visitou o Brasil para desenvolver cooperação agrícola e, em 2009, a ABC e a EMBRAPA realizaram missão conjunta para prospectar possíveis áreas de cooperação técnica em agropecuária. No Cazaquistão, foram estabelecidos projetos no que tange a recursos hídricos, cultura de algodão, melhoramento animal, ciências veterinárias, desenvolvimento de fruteiras temperadas e viticultura. No Uzbequistão, a seu turno, foi iniciada cooperação em agricultura irrigada, algodão, desenvolvimento pecuário e viticultura (WOLLMANN, 2017).

Diante dos pontos expostos, percebe-se o destaque das cooperações brasileiras com a Ásia em todas as regiões analisadas, nas áreas agrícola, espacial e de ciência e tecnologia em geral. É válido ressaltar, no entanto, que muitas das interações são iniciativas bilaterais em estágio inicial ou prospecção de interesse entre os países. No caso do Japão, já há uma cooperação tradicional, como será apontado mais à frente. Em relação à China, há um diálogo cooperativo mais avançado e ações mais desenvolvidas em determinadas áreas, como na espacial, e outros setores ainda estão por serem maturados e aprofundados, como será discutido oportunamente.

2.1.2. Estrutura do Itamaraty e política externa para a Ásia

Complementando a discussão empreendida sobre a política externa brasileira para a Ásia, neste subtópico pretende-se apresentar a estrutura do Itamaraty¹¹² para lidar com os temas e países da região asiática e realizar um breve debate sobre como a cooperação internacional é analisada e trabalhada pelos atores da referida instituição.

Sendo assim, a estrutura do Itamaraty para a Ásia¹¹³ está centrada na Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico (SGASP), a qual se desmembra em três Departamentos: de Mecanismos Inter-regionais, de Ásia do Leste e de Ásia Central, Meridional e Oceania. O Departamento de Mecanismos Inter-regionais possui duas divisões: Divisão do Fórum IBAS e do agrupamento BRICS e Divisão de Seguimento de Cúpulas. O Departamento de Ásia do Leste, por sua vez, congrega a Divisão de China e Mongólia, a Divisão de Japão e Península Coreana e a Divisão de ASEAN e Timor Leste. Por fim, o Departamento de Ásia Central,

¹¹² A estrutura do Itamaraty estudada nesta parte não envolve as Embaixadas e suas dinâmicas. Esse ponto será abordado nos casos específicos de Japão e China, nos capítulos 3 e 4, respectivamente.

¹¹³ Essa estrutura refere-se à análise desenvolvida no ano de 2018.

Meridional e Oceania possui a Divisão de Oceania e a Divisão de Ásia Central e Meridional (ITAMARATY¹¹⁴; DICAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS¹¹⁵).

É válido apontar que a existência de uma Subsecretaria dedicada à Ásia é relevante, já que ela tem o papel de planejar e definir prioridades, o que garante maior número de recursos humanos e visões mais detalhadas para a região (BELLI, ENTREVISTA, MRE, 2017)¹¹⁶. Como já foi apontado, mas ainda merece destaque nesta seção que aborda especificamente o tema, a Subsecretaria de Ásia do Itamaraty foi criada durante a primeira metade da década de 1980, no governo Figueiredo, sob demanda do então Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro (HUGUENEY FILHO, CPDOC, 2014).

Por meio de um olhar organizacional, não é possível fazer grandes inferências sobre as implicações da estrutura do Itamaraty e a política externa brasileira para a Ásia. Torna-se nítido, contudo, apresentar aspectos que já foram analisados na discussão histórica sobre política externa brasileira para a Ásia, quais sejam, o destaque para Japão, China e Coreia entre os países expressamente destacados nos títulos das Divisões do Itamaraty. A Índia, embora esteja abarcada pela Divisão de Ásia Central e Meridional, não aparece de forma explícita. A ASEAN, o IBAS e o BRICS também são referenciados em divisões específicas.

Quanto ao BRICS, é válido mencionar um aspecto que foi ressaltado na IV Mesa Redonda “O Brasil, o BRICS e a Agenda Internacional”, realizada no Palácio Itamaraty, dia 16 de maio de 2017. Nessa ocasião, o Embaixador Sérgio Florêncio, o Professor Paulo Esteves, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e o Professor Alcides Vaz, da Universidade de Brasília expressaram a preocupação com o BRICS como pilar estruturante da política externa brasileira, ou seja, o fato de o Brasil se apoiar bastante no desenvolvimento e direcionamento desse agrupamento.

O Timor-Leste também se apresenta de maneira destacada e a relação brasileira com o país está centrada na cooperação fornecida e na participação do Brasil nas operações de paz da ONU. A explicitação da Mongólia juntamente com a China, por outro lado, não ilustra o destaque do país nas relações internacionais brasileiras. Significa, em outra direção, uma formalidade de representação diplomática, tendo em vista que a Embaixada Brasileira em Pequim também é responsável por representar o país junto à Mongólia (MRE)¹¹⁷.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/organograma/20170726-Organograma-port-ltima-verso_atualizao_26jul2017.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.dicasdepoliticaspUBLICAS.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

¹¹⁶ Entrevista realizada com Benoni Belli, secretário de planejamento diplomático do MRE, em 22 de agosto de 2017.

¹¹⁷ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5560-mongolia>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Indo além da formalidade e do organograma do Itamaraty e com base na percepção da autora a respeito das entrevistas realizadas¹¹⁸ nas Divisões que tratam das relações com China e Japão¹¹⁹, notou-se uma clara separação de setores e temáticas: por exemplo, os responsáveis pelos assuntos chineses não apresentavam, em geral, um conhecimento consubstanciado sobre Japão. Ademais, também foi possível perceber, dentro do quadro de diplomatas entrevistados, uma abordagem, em alguns casos, mais limitada e generalista em torno dos tópicos. Quanto a esse último ponto, observou-se, em mais de uma Divisão, a presença de diplomatas que haviam assumido cargos recentemente em áreas com as quais não possuíam nenhuma familiaridade até então.

Além disso, existe outra questão para análise que é o fato de o campo da cooperação internacional atravessar todas as Divisões apresentadas anteriormente, mas o conhecimento acerca do tema não se mostrar muito profundo entre os diplomatas entrevistados. Em diversas perguntas realizadas acerca de acordos de cooperação com Japão e China, alguns entrevistados do Itamaraty faziam remissões a outras Divisões, órgãos ou instituições brasileiras e afirmavam ter pouca informação sobre o assunto, mesmo que fosse um ato internacional, em tese, afeito à Divisão à qual estavam vinculados. De algum modo, como ressaltou um dos entrevistados, a forma como o Itamaraty é visto mais ligado à coordenação de atividades e à formalidade do que à materialidade em si das questões pode explicar a ausência de conhecimentos mais amplos sobre determinados temas.

Cabe ressaltar que, em termos estruturais, a análise da cooperação internacional brasileira está concentrada na Subsecretaria-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais (SGEC), a qual agrega a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR), o Departamento Cultural (DC) e a Coordenação-Geral de Intercâmbio e Coordenação Esportiva (CGCE); e na Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia (SGAET), que envolve o Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (DCT) e suas respectivas Divisões de Ciência e Tecnologia (DCTEC) e da Sociedade da Informação (DI), o Departamento para Sustentabilidade Ambiental (DESA), com suas Divisões do Mar, da Antártida e do Espaço (DMAE), do Meio Ambiente (DEMA), de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (DIPS) e de Mudanças Climáticas (DCLIMA) e o Departamento de Energia (DE) e suas

¹¹⁸ Em sua maioria, as entrevistas, nesta parte da pesquisa, não serão relacionadas diretamente a cada entrevistado, a fim de preservá-los e manter a impessoalidade, já que consiste em uma crítica geral ao Itamaraty realizada pela autora por meio das respostas obtidas e muitas das situações narradas foram observadas em mais de um caso.

¹¹⁹ Além do contato estabelecido com a Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (DMAE).

divisões de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (DRN) e de Recursos Energéticos Não-Renováveis (DREN)¹²⁰. Nas entrevistas realizadas, não se observou um diálogo muito amplo entre os atores que fazem parte desses ambientes. Por outro lado, Benoni Belli (ENTREVISTA, MRE, 2017) esclarece que existem reuniões entre as divisões e a regularidade delas depende da agenda e de mecanismos institucionalizados existentes na relação bilateral brasileira com o país específico.

Por fim, à luz do exposto, contesta-se esse conhecimento fragmentado acerca dos temas em torno da Ásia, especialmente considerando que é uma região extremamente baseada na lógica da ação e reação. Nesse sentido, tratar determinados assuntos dentro da Divisão de China e Mongólia, outros na Divisão de Japão e Península da Coreia, sem haver a clara interligação, bem como debater os temas de cooperação técnica e cooperação científica em espaços distanciados das Divisões citadas e ainda mais deixar o assunto da cooperação de satélites a cargo da Divisão de Mar, Antártica e Espaço, quando o CBERS é a principal atividade cooperativa do Brasil com a China, é um desafio para o desenvolvimento de laços mais fortes e estratégicos com os países asiáticos e, especialmente, com os aqui analisados, Japão e China.

2.1.3. Política externa brasileira para o Japão e relações cooperativas

Considerando as diretrizes da política externa brasileira para a Ásia debatidas anteriormente, passa-se a analisar o histórico das relações cooperativas entre Brasil e Japão em associação à política externa direcionada ao país. Assim, tem-se que as relações cooperativas entre Brasil e Japão efetivamente estabeleceram-se a partir de 1952, quando o Japão resgatou sua soberania territorial após os eventos decorrentes da derrota na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isso é visível pela expansão no número de atos bilaterais entre os dois países a partir desse período (MRE/DAI¹²¹; CONCÓRDIA/MRE¹²²).

Desse modo, a partir da segunda metade da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), observam-se os aspectos aproximativos entre os dois países em termos de cooperação, considerando a dificuldade do governo brasileiro na captação de recursos estadunidenses e os interesses japoneses na cooperação internacional, com vistas à

¹²⁰ Essa estrutura refere-se à análise desenvolvida no ano de 2018.

¹²¹ O site do MRE/DAI foi substituído pelo Concórdia, mas parte da análise dos acordos já tinha sido realizada antes da mudança, por isso ele foi mantido na tese. Em regra, os mesmos documentos podem ser encontrados também na base de dados do Concórdia.

¹²² Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?TituloAcordo=jap%C3%A3o&Pagina=6> >. Acesso em: 16 jan. 2019.

promoção de sua economia e ao abastecimento de recursos relevantes (OLIVEIRA, H., 2005; JICA, 2009).

Em Declaração Conjunta Brasil-Japão realizada por ocasião da visita do Primeiro-Ministro japonês Nobosuke Kishi ao Estado brasileiro em 1959, durante o governo Kubitschek, nota-se uma clara preocupação com as relações comerciais entre os dois países. Além disso, a cooperação na indústria de base, siderúrgica e construção naval é ressaltada como relevante e é apontado o interesse em ampliá-la¹²³.

Na década de 1960, depreendem-se os processos de cooperação técnica e financeira entre Brasil e Japão, como se percebe na criação da Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A. (USIMINAS)¹²⁴ em 1962, que estava associada ao plano de desenvolvimento do governo Kubitschek (JICA, 2009). No caso japonês, havia interesse em promover o ingresso da indústria siderúrgica japonesa no exterior, aumentar suas exportações e fortalecer relações com o Brasil (JICA, 2009).

Essa interação cooperativa corrobora o fato de que, durante os anos 1960, prevaleceram trocas nas áreas de mineração e agricultura (JICA, 2009), seguindo a mesma lógica na década de 1970, como será destacado mais à frente. Em matéria de cooperação sobre migração internacional, pode-se citar a celebração do Acordo de Migração e Colonização entre Brasil e Japão em 1960¹²⁵. Ainda, um marco importante das relações cooperativas entre os dois países nesse período foi a criação, em 1967, da Comissão Mista Bilateral¹²⁶ (CERVO; BUENO, 2011).

A década de 1970, por sua vez, representa o momento de elevação das relações cooperativas entre Japão e Brasil (AMORIM, 1991; UEHARA, 1999), especialmente no que tange a projetos nacionais brasileiros (JICA, 2009). Dentre esses projetos em que o Japão atuou podem ser citados: PRODECER¹²⁷, que contribuiu para melhorias na produção do cerrado e na agricultura sustentável; USIMINAS, a qual consiste em *joint venture* nipo-brasileira voltada para a produção de aço; Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA), encarregada da produção

¹²³ Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/1253> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

¹²⁴ Do lado brasileiro, o investimento maior foi do governo federal por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em relação ao Japão, o governo japonês juntamente com o grupo privado Yawata Iron and Steel, atualmente Nippon Steel and Sumitomo Metal Corporation, promoveram o investimento. Ademais, a empresa era composta de capital misto, sendo 60% brasileiro e 40% japonês (USIMINAS, 2017). Disponível em: <<http://www.usiminas.com/mecanica/2017/06/02/usiminas-celebra-60-anos-de-parceria-com-o-japao/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

¹²⁵ Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/1316> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

¹²⁶ Não foi possível ter acesso às Atas das Comissões Mistas Brasil-Japão tanto em pesquisa nos Arquivos Históricos do Itamaraty quanto por meio de solicitação direta ao MRE por meio da DCTEC. Foi apenas encontrado um relatório da III Reunião da Comissão em 1971, cujas informações sobre cooperação são apresentadas ao longo desta seção.

¹²⁷ Será abordado mais à frente.

de celulose; Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS), empresa de refino de alumínio; e Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE), empresa produtora de alumina (JICA, 2009)¹²⁸.

No caso da CENIBRA, o surgimento deu-se em 1973 e partiu de interesse mútuo entre Brasil e Japão de promover o desenvolvimento da celulose. Do lado brasileiro, a motivação era o processo de industrialização e, para o Japão, era a crise de abastecimento da matéria-prima (JICA, 2009). A criação da ALBRAS¹²⁹ e a da ALUNORTE estiveram concatenadas com a descoberta de depósito de bauxita no Rio Amazonas e com o interesse japonês de manter a estabilidade da referida matéria-prima em seu país (JICA, 2009).

Quanto ao PRODECER, estabelece-se que seus objetivos principais eram: estimular o aumento da produção de alimentos, contribuir para o desenvolvimento regional do país, aumentar a oferta de alimentos no mundo, desenvolver a região do cerrado. O interesse japonês era de diversificar os fornecedores, principalmente de soja, e o brasileiro era de promover a agricultura da região. O resultado do projeto é considerado como bem-sucedido, tendo em vista os avanços na agricultura brasileira¹³⁰.

É relevante pontuar que as fases I e II do PRODECER deixaram débitos brasileiros com o governo japonês, sendo, na década de 1990, relatado como um dos problemas para o desenvolvimento do Projeto Piloto do PRODECER III em 1991 (CPDOC, 1991)¹³¹. No início dos anos 1990, os problemas econômicos brasileiros eram vistos como o dilema da relação nipo-brasileira no período (CPDOC, 1991)¹³², tendo impactos sobre o âmbito cooperativo, conforme exposto no caso do PRODECER.

No que se refere especificamente à cooperação técnica nipo-brasileira, observa-se que essa passou a se desenvolver primordialmente a partir do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Japão durante a década de 1970. Conforme informações presentes no Relatório da III Reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Japão de 1971¹³³, a cooperação técnica entre Brasil e Japão envolvia principalmente treinamento para brasileiros, envio de peritos japoneses ao Brasil, atuação do Centro de Treinamento de Têxteis, preparação de ensaios sobre o desenvolvimento nacional, cooperação no setor de medicina e fornecimento de equipamentos.

¹²⁸ Dentre os acordos entre Brasil e Japão citados, apenas o PRODECER foi alvo de estudos mais densos.

¹²⁹ A ALBRAS foi criada em 1978 a partir da associação entre a estatal Vale do Rio Doce e o grupo *Nippon Amazon Aluminium Corporation*.

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/#implantacao>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

¹³¹ Documento Projeto Piloto PRODECER III. Março 1991. MMM 1991. 05.31. CPDOC, FGV, Rio de Janeiro.

¹³² Documento da Câmara dos Deputados. MMM 1991.05.31. CPDOC, FGV, Rio de Janeiro.

¹³³ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_90/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Por meio do referido relatório, é possível observar que o governo brasileiro demonstrasse nesse período – década de 1970 – uma posição mais ativa em torno do direcionamento da cooperação técnica nipo-brasileira, como se vê da entrega de um documento com a posição e os interesses brasileiros em torno da cooperação supracitada, bem como da proposta brasileira em promover a cooperação técnica de alto nível com ênfase no campo de ciência e tecnologia. Pretendia-se, naquele momento, inaugurar uma nova etapa da cooperação técnica entre Brasil e Japão.

Ainda se tratando da década de 1970, destaca-se, no período da Presidência Geisel (1974-1979), a criação, em 1974, do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão (MRE¹³⁴), além do PRODECER, já ressaltado anteriormente (UEHARA, 1999; JICA, 2009). Aponta-se também que, em 1976, a JICA¹³⁵ iniciou suas atividades no Brasil (ABC), tendo funcionado como um instrumento relevante para o fortalecimento dos laços cooperativos entre os dois países.

Ainda durante o governo Geisel, é válido ressaltar a tentativa de estabelecer laços cooperativos no setor de energia nuclear entre Brasil e Japão em 1973, como demonstram documentos secretos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do período (CPDOC, 1973)¹³⁶. Nesse sentido, houve troca de visitas entre especialistas brasileiros e japoneses e treinamento de um técnico brasileiro no Japão. A ideia inicial era formalizar o acordo apenas com o crescimento das relações¹³⁷.

A visita do Presidente Geisel ao Japão foi profícua em termos de cooperação internacional entre os dois países, como demonstra o Comunicado Conjunto Brasil-Japão de 1976¹³⁸. No referido documento, o avanço da cooperação na área agrícola e no campo da celulose foi ressaltado e outros interesses cooperativos do lado brasileiro foram apontados,

¹³⁴ Ficha país. Japão. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao> >. Acesso em: 25 nov. 2016.

¹³⁵ A partir de 2008, com as reformas internas japonesas em relação à ODA, as atividades da JICA passaram a ser as seguintes: 1) coordenar e conduzir treinamento técnico de pessoal no Brasil; 2) coordenar o envio de pessoal para prestar cooperação técnica no Brasil; 3) coordenar doação de equipamentos, máquinas e materiais para a cooperação técnica; 4) coordenar atividades de pesquisa básica relacionadas ao desenvolvimento de programas de interesse público no Brasil; 5) promover e aprimorar atividades por parte de nacionais japoneses para o desenvolvimento da economia e sociedade brasileiras; 6) coordenar atividades em caso de desastres de larga escala; 7) participar das negociações de empréstimos que envolvam a JICA e governo, empresas estatais ou outros tomadores brasileiros; 8) negociar acordos de empréstimo e acompanhar a tramitação dos projetos em implementação, bem como o desembolso dos empréstimos; 9) atuar no sentido do rápido processamento para implementação de acordos de empréstimos; 10) recolher informações acerca dos acordos de empréstimo (Acordo Brasil-Japão sobre JICA, 18 fev. 2008). Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6028>>. Acesso em: 08 out. 2018.

¹³⁶ Documento PNB 1973. CPDOC, FGV, Rio de Janeiro.

¹³⁷ Até o Governo Dilma, esse acordo nuclear ainda não tinha se estabelecido, embora os diálogos a respeito tenham se mantido em seu governo.

¹³⁸ Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/2387>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

como a construção do Porto de Praia Mole, no Espírito Santo, para a qual houve demonstração positiva do governo japonês com vistas à promoção da cooperação técnica e financeira.

Durante o governo João Baptista Figueiredo (1979-1985), por sua vez, houve o desenvolvimento da cooperação na área científica e tecnológica, culminando com a assinatura do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia em 1984 (CERVO; BUENO, 2011). Em Comunicado Conjunto Brasil-Japão à imprensa, divulgado após a visita do Primeiro-Ministro Japonês Zenko Suzuki em 1982, Figueiredo e Suzuki manifestaram satisfação com o projeto piloto do PRODECER, ressaltaram o progresso das relações quanto à cooperação técnica, especialmente considerando o alto nível tecnológico dos programas de cooperação técnica, e apontaram interesse em promover novos projetos, como o de imunopatologia (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982). No campo da ciência e tecnologia, houve também a promessa do lado japonês de dar prosseguimento às negociações em relação ao Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982) que foi assinado mais tarde, como já exposto.

A cooperação entre os dois países continuou durante os governos brasileiros subsequentes, seja no de José Sarney (1985-1990), com a solicitação de recursos para desenvolvimento de alguns projetos; no de Fernando Collor de Mello (1990-1992), com a promulgação do Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia em 1991; ou no de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a cooperação fornecida por meio da JICA, em 1997, para treinamento de profissionais da América Latina, e, nos anos 2000, dos projetos decorrentes do Programa de Parceria Brasil-Japão (UEHARA, 1999).

Em relação à cooperação técnica durante o governo Lula (2003-2010), observa-se como áreas prioritárias: a agricultura, o meio ambiente, a indústria, a saúde e o desenvolvimento social (JAPÃO, 2005¹³⁹). Acrescenta-se também a cooperação no campo da ciência e tecnologia, especialmente biomassa, biotecnologia e nanotecnologia, conforme contatos durante a visita do Presidente Lula ao Japão (MG 642Z e MG 651Z, caixa 101, 2005).

Ainda, o Japão, desde 1985 até os dias atuais, vem participando das relações sul-sul por meio da cooperação triangular¹⁴⁰ (DANTAS; LEITE, 2013), a qual, segundo Puente (2010), baseia-se na cooperação entre dois países ou um Estado e uma organização internacional com um terceiro país. É importante expor que o Japão foi pioneiro nessa iniciativa a partir de 1995

¹³⁹ MOFA. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/latin/brazil/pv0505/press-2.html>> Acesso em: 08 jan. 2013.

¹⁴⁰ O Japão executa projetos de cooperação tripartite desde 1970, mas com o Brasil iniciou em 1985, conforme dados da JICA. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/articles/100512.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

(PUENTE, 2010). Tem-se como práticas cooperativas desse tipo, nas quais o Brasil aparece como o segundo país atuante junto com o Japão, as cooperações triangulares denominadas de Treinamentos em Terceiros Países realizados na América do Sul e Central, em Estados africanos de língua portuguesa e no Timor Leste, bem como o projeto de cooperação triangular para criação da TV digital na América Latina e África (JICA, 2009; SAKAGUCHI; FEIJÓ, 2010; SILVA et al., 2012)¹⁴¹.

É relevante citar também, no período do governo Lula, a cooperação técnica entre Brasil e Japão para monitoramento da Amazônia por meio das imagens do satélite ALOS do Japão, além da cooperação para verificação de carbono da Floresta Amazônica, da fabricação de etanol a partir do bagaço da cana-de-açúcar, da cooperação triangular e científica contra doenças infecciosas e da cooperação triangular para compartilhamento de experiências brasileiras com o cerrado como forma de auxiliar no desenvolvimento das savanas tropicais africanas (JICA, 2009).

A área de ciência, tecnologia e inovação, por sua vez, tem grande potencial a ser explorado na relação bilateral Brasil-Japão. São destacados como setores promissores: tecnologias da informação e das comunicações, nanotecnologia, tecnologia aeroespacial, robótica e novos materiais. Como exemplos de pesquisas científicas nipo-brasileiras, há as parcerias entre a EMBRAPA e o Centro Internacional Japonês para Pesquisas em Ciências Agrícolas (JIRCAS) e entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo e a Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia do Mar (JAMSTEC) na área de biotecnologia. Esta última levou à realização de uma expedição científica em 2013 e ao desenvolvimento do primeiro estudo tripulado do Atlântico Sul (MRE¹⁴²).

Hodiernamente (2018)¹⁴³, as relações entre Brasil e Japão continuam sendo relevantes para o Estado brasileiro, tendo em vista a quantidade de acordos desenvolvidos, a atuação conjunta em cooperações triangulares e a interação com a região asiática. Contudo, observa-se que o Brasil ainda é um grande receptor de ajuda japonesa, apesar de atuar como prestador nos processos de cooperação triangular com países do continente africano, por exemplo.

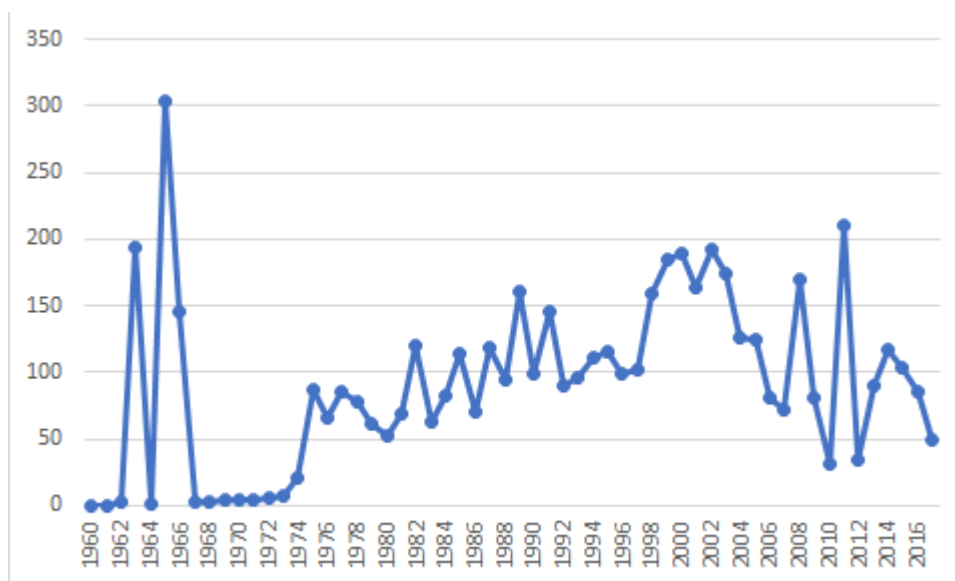
¹⁴¹ Em tempos mais recentes, tem-se como destaque o Pró-savana, cooperação entre Brasil, Japão e Moçambique para desenvolvimento das savanas moçambicanas, a ser melhor delineado no capítulo 3.

¹⁴² Ficha país. Japão. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao> >. Acesso em: 29 set. 2017.

¹⁴³ Esse quadro mais recente da cooperação será apresentado no capítulo 3, embora aqui sejam apontados alguns aspectos definidores do relacionamento.

Apesar da importância da cooperação internacional na relação bilateral, observa-se uma tendência de redução da ODA ofertada pelo Japão ao Brasil desde 2014, como se verifica no Gráfico 2.1 adiante. Sendo assim, em termos cooperativos gerais entre Brasil e Japão, há um quadro de decréscimo¹⁴⁴.

Gráfico 2.1 - ODA total bruta do Japão para o Brasil em US\$ milhões (1960-2017)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OCDE Stat (2019)¹⁴⁵.

A partir dos pontos expostos, as seguintes fases das relações cooperativas gerais¹⁴⁶ entre Brasil e Japão são ressaltadas:

- a) 1950-1970: foco na cooperação financeira (empréstimos), relação historicamente ascendente, apesar de momentos de *status quo*, há picos elevados de ajuda externa japonesa;
- b) 1970-1980: cooperação técnica e financeira, ajuda externa japonesa temporalmente ascendente;
- c) 1980-1990: cooperação técnica, financeira, científica e triangular, ajuda externa japonesa temporalmente ascendente.

¹⁴⁴ A cooperação técnica e a científico-tecnológica, especificamente, serão analisadas no capítulo 3, assim como os acordos de cooperação. Dessa forma, pode-se ir além do quantitativo financeiro da ODA.

¹⁴⁵ Disponível em: < <https://stats.oecd.org/> >. Acesso em: 31 mar. 2019.

¹⁴⁶ Essas fases cooperativas foram baseadas na análise histórica desenvolvida pela autora, incluindo os momentos de estabelecimento dos acordos de cooperação técnica (1970), de cooperação científico-tecnológica (1984) e de cooperação triangular (1985) e a percepção sobre as interações em meio aos governos brasileiros; além disso, houve a reflexão sobre o gráfico 2.1, que ilustra a trajetória da ajuda externa japonesa para o Brasil de 1960 a 2017. Percebe-se a existência de relações contínuas, mas com momentos de elevação ou redução da ajuda externa japonesa ao longo do tempo. No cenário atual, nota-se uma tendência descendente da ajuda externa japonesa.

- d) 1990-2000: cooperação técnica, financeira, científica e triangular, ajuda externa japonesa temporalmente ascendente, mas com certo *status quo* durante os anos 1990;
- e) 2000-2010- cooperação técnica, financeira, científica e triangular, ajuda externa temporalmente descendente, mas com picos elevados em 2002 e 2008;
- f) 2010-2017: cooperação técnica, financeira, científica e triangular, ajuda externa japonesa ascendente (em 2011 e entre 2012-2014) e tendencialmente descendente no cenário recente (2014-2017).

Com base nas discussões estabelecidas até então, aponta-se ainda que o Japão, por ser o país mais desenvolvido e o ofertante de ajuda internacional, reforça a ideia de reatividade ou maior submissão do lado brasileiro no campo da cooperação internacional nipo-brasileira. No entanto, da mesma forma como foi posto em relação à política externa brasileira, o caráter reativo da cooperação entre Brasil e Japão pode ser amenizado pela perspectiva de parceria e interesses mútuos entre os atores, pelo importante papel brasileiro nos processos de triangulação e até mesmo pela influência dos diferentes contextos internos do país, bem como do Japão e do âmbito internacional.

Além disso, é válido ponderar que a cooperação com o Japão acontece com base em solicitação brasileira, ou seja, o caráter ativo pode ser ampliado a depender de condutas do Brasil. Percebe-se, por outro lado, que os interesses japoneses nos projetos desenvolvidos com o Brasil foram historicamente fundamentais para o estabelecimento dos laços cooperativos, como se demonstrou destacadamente no campo agrícola e de mineração. Há que asseverar, desse modo, um caráter reativo mais destacado que o ativo no comportamento brasileiro de cooperação internacional com o Japão; todavia, esclarece-se que as diretrizes da conduta cooperativa brasileira serão mais detalhadamente trabalhadas no próximo capítulo.

Por fim, no que tange ao relacionamento entre política externa e cooperação internacional, é perceptível o peso da política exterior brasileira sobre as relações cooperativas Brasil-Japão. Sendo assim, nos momentos em que a política externa se torna mais ativa, como durante os governos Geisel e Lula, há um desenvolvimento mais amplo das relações cooperativas com o Japão. Em tempos mais recentes, embora existam discursos de amizade e cooperação, a política externa brasileira para o Japão não tem sido tão efetiva, a exemplo, do cancelamento da viagem presidencial de Dilma ao referido país em 2013 e 2015 por razões de Estado (leia-se protestos políticos e questão orçamentária, respectivamente). Assim, apesar de existirem acordos relevantes e incrementais à relação cooperativa, como foram citados no

decorrer da análise, a observação dos atos internacionais¹⁴⁷ celebrados entre Brasil e Japão (CONCÓRDIA/MRE) até 2015 demonstra certa fraqueza nas relações cooperativas entre os dois países, já que, a despeito do Acordo de Cooperação Técnica, do de Cooperação Científico-Tecnológica e dos que envolvem o PRODECER, não se verificam atos internacionais que possuam grande impacto sobre o campo de cooperação técnica e científico-tecnológica nipo-brasileira.

2.1.4. Política externa brasileira para China e as relações cooperativas

Passa-se a analisar, a partir de agora, as relações cooperativas entre Brasil e China, buscando-se debater de que modo o direcionamento da política externa brasileira para o Estado chinês tem implicações para as interações cooperativas entre os dois países.

Assim, a cooperação técnico-científica Brasil-China é mais tardia do que a nipo-brasileira, tendo em vista que, apenas em 1974, há o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países (OLIVEIRA, H., 2010; BECARD, 2008) e a década de 1980 é que vai representar o período de nascimento dos laços cooperativos técnico-científicos (MINGDE, 2003). Depreende-se, então, o potencial dessa relação cooperativa, tendo em vista a similaridade em termos de princípios de política externa, como a busca de autonomia internacional, a de desenvolvimento e o interesse na cooperação sul-sul (OLIVEIRA, H., 2010), bem como o estabelecimento da parceria estratégica entre Brasil e China a partir da década de 1990, as alianças em fóruns multilaterais, como o G20, desenvolvidas desde os anos 2000, e o amadurecimento do campo da cooperação científico-tecnológica (OLIVEIRA, H., 2012).

Desse modo, as relações sino-brasileiras são consideradas como integrantes do campo da cooperação sul-sul¹⁴⁸ (OLIVEIRA, H., 2010), caracterizada por Saraiva (2007) como interações pautadas na busca de ampliação dos benefícios no sistema internacional, remodelando-os no que se refere aos aspectos de liderança, a fim de garantir os interesses dos países do Sul e possibilitar uma atuação proeminente no contexto regional (SARAIVA, 2007).

Becard (2008) aponta algumas fases para a compreensão das relações entre Brasil e China, o que é importante para se entender o desenvolvimento das interações cooperativas entre os dois países. As décadas de 1950 e 1960 são marcadas pela falta de recursos financeiros, por uma diplomacia notadamente isolacionista por parte da China e pela preponderância dos Estados Unidos na América Latina na tentativa de contenção do comunismo. Já os anos da

¹⁴⁷ Os atos internacionais podem ser verificados no Anexo A.

¹⁴⁸ Esse aspecto será alvo de análise mais densa por meio dos acordos cooperativos no capítulo 4.

década de 1970 destacam-se pela manutenção da ditadura brasileira e pela oposição ao comunismo revolucionário e, por conseguinte, da China até 1974, quando os laços diplomáticos são estabelecidos (BECARD, 2008).

Assim, a primeira fase da relação sino-brasileira (1974-1979), entendida como as relações embrionárias entre Brasil e China, inicia-se após o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois Estados em 1974 e as reformas de Deng Xiaoping na China em 1978, buscando promover o desenvolvimento da agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia (BECARD, 2008; UEHARA, 2013). A segunda fase (1979- 1990) compreende a constituição gradual da parceria entre China e Brasil, com aproximação política e operacional entre os dois Estados. A terceira fase (1990-1994) é pautada no esfriamento das relações bilaterais e superação de desafios entre Brasil e China. A quarta fase (1995-2004), por sua vez, é concebida como de consolidação e ampliação das relações entre os dois países (BECARD, 2008). Por fim, acrescenta-se que a quinta fase (2005-2016) seria de aprofundamento das relações entre os dois países, especialmente as interações econômico-comerciais¹⁴⁹.

Na década de 1980, então, visualiza-se o desenvolvimento de bases político-institucionais entre Brasil e China (BECARD, 2008). Conforme Mingde (2003), nos anos 1980, foram estabelecidos novos acordos bilaterais em mais de 50 áreas, dentre elas: comércio, transporte marítimo, ciência e tecnologia¹⁵⁰, uso pacífico de energia nuclear, cultura e educação, economia, aviação e espaço e estabelecimento de consulados.

Em 1982, durante o governo Figueiredo, tem-se a assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e China após a visita do chanceler Saraiva Guerreiro a Pequim (CERVO; BUENO, 2011). É importante frisar, então, que a base da cooperação entre Brasil e China dá-se pela modalidade científico-tecnológica.

¹⁴⁹ Desde 2009, a China se tornou o primeiro parceiro comercial do Brasil, com uma pauta de exportações brasileiras concentradas em *commodities* e de importação em manufaturas. Além disso, destaca-se um crescente investimento chinês no Brasil, sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia elétrica e petróleo.

¹⁵⁰ Na área científica e tecnológica, na década de 1980, foram firmados os seguintes instrumentos: Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia; Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Comissão Estadual de Ciência e Tecnologia da China; Ajuste complementar entre o CNPq e a Academia de Ciências da China nos campos das ciências puras e aplicadas; o Ajuste Complementar ao Acordo de Ciência e Tecnologia de 1982 (voltado para as áreas de agricultura, pecuária, engenharia florestal, medicina, eletrônica, informação, eletricidade e tecnologia espacial); e o Protocolo para cooperação nas áreas de geologia e indústria metalúrgica em 1985. Além disso, em 1988, após visita do Presidente Sarney à China, firmou-se o Protocolo para cooperação em satélites; o Acordo Suplementar sobre cooperação em pesquisa científica e desenvolvimento técnico na área de transporte; o Protocolo sobre cooperação em tecnologia industrial; e o Acordo de cooperação na área eletrônica (BECARD, 2008; MINGDE, 2003; Documento EG 66f. CPDOC, FGV/RJ).

Em 1984, o então Presidente Figueiredo realizou uma visita oficial à China, visando abrir o ciclo da cooperação entre os dois países. Dessa forma, novos compromissos foram estabelecidos nos campos político, comercial, científico-tecnológico, nuclear e hidrelétrico.

A partir do acordo de cooperação científica citado e da referida visita presidencial, foram assinados em 1984: ajuste complementar entre os países com as áreas centrais da cooperação, ajuste complementar entre o CNPq e a Academia de Ciências da China no campo de ciências puras e aplicadas e Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984).

Em 1985, houve a visita do Primeiro-Ministro chinês e foram estabelecidas novas modalidades de cooperação entre os dois países (CERVO; BUENO, 2011). Em 1986, por sua vez, durante o governo Sarney, o então Ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer realizou visita à China e é perceptível o avanço nas relações cooperativas entre os dois países, como se nota da aprovação de projetos que tinham sido propostos pela parte brasileira na reunião da Comissão Mista de abril do referido ano e do amadurecimento de interesses comuns nas áreas de satélites, informática e biotecnologia (CPDOC, 1985-1987)¹⁵¹.

Dessa forma, Mingde (2003) afirma que a cooperação em ciência e tecnologia começou de maneira tardia, mas teve progresso rápido. Segundo o autor, de 1982 a 1998 foram assinados 20 acordos e protocolos bilaterais de cooperação desse tipo. A visita do Presidente Sarney à China em 1988 corroborou para o desenvolvimento da cooperação científico-tecnológica e para o firmamento de importantes acordos nas áreas espacial e de informática (CERVO; BUENO, 2011).

Assim, é apresentado, na literatura sobre cooperação, que, em 1988, há uma expansão da cooperação sino-brasileira na área tecnológica, conforme observado do projeto CBERS¹⁵² entre a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial e o INPE, o qual vem se desenvolvendo até os dias atuais, como se nota com o lançamento dos satélites CBERS-1 em 1999, CBERS-2 em 2003, CBERS-2B em 2007, CBERS-3 em 2013¹⁵³ e CBERS-4 em 2014 (BECARD, 2008; OLIVEIRA, H., 2010; INPE/CBERS). Em 19 de maio 2015, foi assinado o Protocolo para

¹⁵¹ Documento RA AP MCT 1985-1987. CPDOC, FGV, Rio de Janeiro.

¹⁵² Esse acordo será estudado detalhadamente no capítulo 4.

¹⁵³ Conforme informações do sítio eletrônico do INPE, houve uma falha no funcionamento do CBERS-3 e o satélite não foi posicionado na órbita prevista, porém, já havia uma previsão para o lançamento do CBERS-4 em 2015, que terminou sendo antecipado para dezembro de 2014. Ainda segundo dados do INPE, os três satélites enviados anteriormente ao CBERS-3 funcionam adequadamente e cumpriram suas missões e o envio do CBERS-4 foi bem sucedido.

lançamento do sexto satélite – CBERS 4A – no ano de 2018¹⁵⁴, o que demonstra a continuidade do acordo cooperativo.

Um aspecto pertinente de ser apresentado é que, como pondera Cunha (2004), na década de 1970, o programa espacial brasileiro e o chinês possuíam similaridades no desenvolvimento tecnológico. Cunha (2004) também analisa, de maneira positiva e bem-sucedida, o CBERS, ressaltando que o projeto estabeleceu um novo paradigma de cooperação para os países em desenvolvimento, funcionando como estratégico frente às barreiras tecnológicas do sistema internacional.

Durante a década de 1990, percebe-se o desenvolvimento das relações cooperativas em ciência e tecnologia, nas áreas previamente definidas, nos anos 1980, quais sejam, geociências, satélites, indústria farmacêutica e biotecnologia¹⁵⁵. Observa-se, contudo, que houve a quase paralisação do CBERS pelo governo Collor (1990-1992), sendo o programa defendido pelo Embaixador do Brasil na China Roberto Abdenur, garantindo a sua sobrevivência, até ser efetivamente retomado pelo governo Itamar Franco (1992-1994) (AEB¹⁵⁶; MONSERRAT, ENTREVISTA, 2017; OLIVEIRA, F., 2009).

Ainda, durante o governo Collor (1990-1992), houve o estabelecimento do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre Brasil e China em 1990, que visava o desenvolvimento de relações entre empresas e instituições públicas ou privadas em termos econômicos e tecnológicos, especialmente entre os setores agroindustrial, energético, de exploração mineral, transporte e telecomunicações¹⁵⁷. Esse acordo de cooperação foi desenvolvido em consonância com a linha de abertura econômica do governo Collor.

O governo Itamar Franco (1992-1994), por sua vez, deu continuidade à cooperação na área espacial, educacional, de biotecnologia na esfera agrícola e de recursos hídricos, conforme atos bilaterais (MRE/DAI; CONCÓRDIA). Ao se observarem os atos bilaterais entre Brasil e China, nota-se que, durante o governo Fernando Henrique, a cooperação bilateral manteve-se na área espacial, cultural, de pequenas centrais hidrelétricas, metrologia e qualidade industrial (MRE/DAI; CONCÓRDIA).

Conforme Becard (2013), nos anos 2000, por sua vez, a China decidiu incluir a América Latina nos seus objetivos globais e estratégicos, embora a relação estivesse predominantemente

¹⁵⁴ O lançamento, todavia, não veio a ocorrer no ano de 2018, tendo sido adiado para 2019.

¹⁵⁵ Documento EG 66f. CPDOC, FGV, Rio de Janeiro.

¹⁵⁶ Disponível em: < <http://portal-antigo.aeb.gov.br/brasil-china-mais-espaco-e-muito-alem-do-espaco/> >. Acesso em: 10 set. 2016.

¹⁵⁷ Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3688> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

baseada no comércio e em alguns países como Brasil, Chile, Argentina e Peru¹⁵⁸. Com o Brasil, há relevantes laços cooperativos no ambiente técnico-científico, e o objetivo deste estudo é observar um pouco melhor esse quadro. Cabe ainda apontar uma reflexão traçada por Becard (2013), a ser debatida no capítulo 4, em relação à expectativa que se tinha com o CBERS e a percepção de que o programa não permitiu a transferência de tecnologia entre Brasil e China¹⁵⁹, nem gerou um transbordamento para o desenvolvimento de outros projetos cooperativos ou o amadurecimento de acordos, como era esperado.

Dando continuidade à análise da cooperação Brasil-China, pode-se afirmar que um marco relevante foi a instituição, em 2004, da COSBAN por ocasião de visita do Presidente Lula à China. A COSBAN é formada por subcomissões voltadas para temas específicos das relações bilaterais e é um forte instrumento de desenvolvimento das relações cooperativas entre os dois países. Até 2017 já foram realizadas quatro reuniões da Comissão nos anos de 2006, 2012, 2013 e 2015¹⁶⁰.

Ainda em decorrência da visita Presidencial de Lula à China em 2004, foram assinados 15 acordos de cooperação em aço, carvão, petróleo e produção de automóveis, bem como foram estabelecidas negociações no campo nuclear e promovidas as interações conjuntas na construção de satélites e aviões de pequeno porte (OLIVEIRA, H., 2006).

Becard (2013) assevera também o desenvolvimento de outros projetos técnico-científicos entre Brasil e China, como o *China-Brazil Climate Change and Energy Innovative Technologies Center* (Centro China-Brasil), que é um processo de cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Tsinghua da China voltado para estudos de mudanças climáticas e tecnologias na área de energia. Assim, conforme o Centro China-Brasil, os projetos relacionam-se a biocombustíveis, captura e armazenamento de carbono, tecnologias de águas profundas e energia eólica (COPPE¹⁶¹).

Oliveira (2010) e Becard (2013) referendam ainda os processos cooperativos entre a EMBRAPA e o governo chinês, inclusive com a abertura de um laboratório em Pequim, denominado de LABEX China. Por meio dele, pretendiam-se realizar pesquisas em torno de

¹⁵⁸ Atualmente (2018), podem ser incluídos outros países, como Venezuela, por exemplo, com quem a China tem promovido iniciativas cooperativas no campo de satélites.

¹⁵⁹ Mônica Oliveira (2014) também assevera que o CBERS não previa a transferência de conhecimento entre as partes, apenas divisão de tarefas, embora tenha possibilitado um passo considerável no desenvolvimento de projetos espaciais.

¹⁶⁰ Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=4926:republica-popular> >. Acesso em: 6 dez. 2016.

¹⁶¹ Disponível em: < <http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/noticias/> >. Acesso em: 15 dez. 2018.

setores de recursos e variações genéticas, biocombustíveis, agroenergia, processamento de alimentos, pecuária, agroecologia e pastagem.

Pode-se destacar também o processo de cooperação acordado em 2011 (LNANO)¹⁶² e desenvolvido a partir de 2012, com a criação do *Brazil-China Centre of Research and Innovation in Nanotechnology* (CBCIN), uma parceria entre o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e a Academia de Ciências da China, com objetivo de promover pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanotecnologia e nanociência (LNNANO)¹⁶³. O Centro de Nanotecnologia Binacional Brasil-China está sediado no Laboratório Nacional de Nanotecnologia Brasileiro (LNNANO).

Além disso, aponta-se a recente cooperação entre Brasil e China na área de parques tecnológicos entre os Ministérios de Ciência e Tecnologia de ambos os países, conforme Memorando de Entendimento de 2015, com o objetivo de promover o mercado de inovação tecnológica. De acordo com as entrevistas realizadas na Divisão de Ciência e Tecnologia e na Divisão de China e Mongólia do Itamaraty, verifica-se a atenção brasileira atual para esse acordo. Para a China, é uma cooperação relevante, especialmente quando se nota o potencial econômico que dela pode advir.

Portanto, as principais áreas de cooperação bilateral entre os dois países são: agricultura, energia, mineração, tecnologia da informação, infraestrutura, biotecnologia e satélites (CERVO, 2008; OLIVEIRA, H., 2006). A título de complementação, o Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 indica como áreas prioritárias da cooperação em ciência e tecnologia as seguintes: energias renováveis, bioenergia e biocombustíveis, novos materiais e nanotecnologia, ciências agrárias, mudança do clima, tecnologia de bambu e ratã, clima espacial, economia criativa e indústria criativa, inovação, ciências inteligentes, tecnologias de informação e comunicação e computação em nuvem, biomedicina e saúde¹⁶⁴.

As fases da cooperação entre Brasil e China¹⁶⁵, por sua vez, podem ser pensadas como segue adiante:

- a) 1980-1990: desenvolvimento inicial dos laços cooperativos, foco na cooperação científico-tecnológica, cooperação ascendente;

¹⁶² Disponível em: < Disponível em: < <http://lnnano.cnpem.br/news-1/> > . Acesso em: 20 nov. 2018.

¹⁶³ Laboratório de Nanotecnologia Nacional. Disponível em: <<http://lnnano.cnpem.br/about-us/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

¹⁶⁴ Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/11608>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

¹⁶⁵ A estruturação das fases da cooperação deu-se com base na análise histórica desenvolvida. Aponta-se que a divisão apresentada não representa momentos de ruptura no relacionamento, mas sim de continuidades e de fortalecimento.

- b) 1990-2000: parceria estratégica e implicação para a cooperação, cooperação ascendente (com exceção do governo Collor entre 1990-1992);
- c) 2000-2004: fortalecimento das relações cooperativas, criação da COSBAN, cooperação ascendente;
- d) 2006-2016: aprofundamento das relações cooperativas, cooperação ascendente¹⁶⁶.

Diante dos pontos expostos, nota-se que a cooperação científica e tecnológica entre Brasil e China é uma das bases das relações bilaterais entre os dois países. Ademais, percebe-se que, desde 1980, houve um processo ascendente das relações cooperativas entre eles e isso pode ser constatado pela verificação do número crescente de atos internacionais¹⁶⁷ entre os dois países (CONCÓRDIA/MRE). No entanto, apesar da intensificação cooperativa, muitos dos acordos estabelecidos ainda estão em fases iniciais e não levam a processos mais profundos, como será debatido no capítulo 4.

No campo cooperativo com a China, a postura brasileira caracteriza-se como mais ativa que reativa. O fato de a relação ser discursivamente apontada como sul-sul pode ser um dos fatores impulsionadores do lado ativo da posição brasileira. Ademais, a coincidência de interesses no campo científico-tecnológico, a partir da década de 1980, entre Brasil e China e os estágios de desenvolvimento de ambos os países relativamente semelhantes naquele momento facilitaram a postura ativa brasileira nas visitas e nos acordos estabelecidos. Por outro lado, a percepção das áreas dos acordos associadas aos interesses chineses na América Latina, como na esfera espacial, ou as incertezas sobre a postura cooperativa chinesa em face de seu crescimento econômico e tecnológico constante afetam o ativismo brasileiro.

Por fim, assim como no caso do Japão, aqui também se pode ressaltar o potencial da política externa enquanto ferramenta indutora da cooperação internacional. Sendo assim, governos como Geisel, Figueiredo, Sarney, Itamar, Fernando Henrique e Lula da Silva foram primordiais no desenvolvimento dos laços cooperativos sino-brasileiros. Dessa forma, no caso chinês, a iniciativa brasileira de visitas e acordos referenda essa conexão entre o ativismo da política exterior e da cooperação internacional.

2.2. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

¹⁶⁶ A noção de ascendência aqui está relacionada com as várias áreas de cooperação estabelecidas entre Brasil e China e os distintos meios de interação entre os atores, mas a avaliação sobre a evolução dos acordos e o crescimento propriamente dito das relações cooperativas será realizada no capítulo 4. Um ponto pertinente a ser ressaltado é que, diferentemente do Japão, com a China ainda não se pode falar de uma relação cooperativa descendente, com exceção do período do governo Collor, o qual representou mudanças significativas no direcionamento da política externa brasileira como um todo.

¹⁶⁷ Ver Anexo B.

Considerando os aspectos delineados no presente capítulo, passa-se a explicitar as percepções gerais depreendidas até então. Assim, quanto à política externa brasileira para a Ásia, acredita-se que esta possui um impacto aquém do possível, bem como não se estabelece de forma integrada, envolvendo as distintas relações com os países da região. Nem mesmo entre os países-chave do relacionamento bilateral – Japão, China e, em menor medida, Índia e Coreia do Sul – é possível observar uma ação concatenada. Inclusive, o próprio Itamaraty não se encontra fortemente articulado para lidar com a região de forma ampla, apesar de incorporar em sua estrutura um setor direcionado para a Ásia. De todo modo, nota-se uma maior atenção do Brasil para a região, especialmente a partir dos anos 1990, fortalecida pelo pontapé dos governos Ernesto Geisel, João Figueiredo e José Sarney e, posteriormente, pelo impulso das Presidências Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula da Silva.

Particularmente, é nos governos Fernando Henrique e Lula da Silva que se destaca a maior amplitude das interações bilaterais, aparecendo no primeiro governo um maior vínculo com a Índia e a Coreia do Sul e, no segundo, relações mais amplas com Sudeste Asiático e Ásia Central. O governo Dilma Rousseff é caracterizado como um continuísmo obstruído (CERVO e LESSA, 2014), sem se notar o aprofundamento dos laços com a região asiática. Assim, apesar do destaque da criação do Novo Banco dos BRICS durante a Presidência de Dilma, também são relatados cancelamentos de viagens a Japão e Vietnã, revelando os impasses de avançar na conexão com a Ásia. A Presidência de Michel Temer, por sua vez, mantém o interesse pela Ásia, mas não é marcada por nenhuma especificidade em relação ao assunto em debate. Nesse sentido, percebe-se, em geral, uma tendência positiva e ascendente das relações do Brasil com a Ásia desde o governo Ernesto Geisel até o de Lula da Silva, com exceção do governo Collor. As Presidências de Dilma Rousseff e Michel Temer, por sua vez, promoveram as relações com a região asiática com novos acordos e visitas; no entanto, não alcançaram a mesma intensidade do governo anterior de Lula da Silva. Nesse sentido, por um lado, esses governos podem ser retratados dentro da lógica ascendente das relações Brasil-Ásia; porém, por outro, encaixam-se mais em uma perspectiva de manutenção de um *status quo* positivo.

No que se refere ao comportamento brasileiro, acredita-se em uma relação historicamente mais reativa com o continente asiático, mas que, ao longo do tempo, há uma ampliação da capacidade de ação brasileira com a região. Ademais, destacam-se diferentes nuances nas relações sino e nipo-brasileiras. Enquanto nas primeiras, o Brasil demonstra um comportamento mais ativo, com envolvimento em diálogos, maior dinamismo nas visitas Presidenciais; nas segundas, visualiza-se um quadro reativo mais expressivo, muito embora existam momentos de

ação relevantes do Brasil no que tange ao Japão, especialmente nos anos 1990, quando houve uma redução da intensidade cooperativa entre ambos os países. Desse modo, conclui-se que o comportamento brasileiro se diferencia de acordo com governos, momentos históricos e atores envolvidos, havendo momentos de maior reatividade e/ou indução brasileira.

Tratando das relações cooperativas do Brasil com o Japão, apresenta-se a evolução temporal das interações a partir dos anos 1950, alcançando o auge nas décadas de 1970 e 80. Ressalta-se o desenvolvimento da cooperação científico-tecnológica e triangular a partir dos anos 1980. No todo, revela-se a importância da cooperação bilateral nipo-brasileira, especialmente considerando os laços culturais, os montantes financeiros elevados e a diversidade de projetos desenvolvidos.

As relações com a China, por sua vez, já se iniciam direcionadas para o campo da cooperação científico-tecnológica nos anos 1980. Nota-se o processo cooperativo crescente, apesar de muitos acordos estarem em etapas iniciais, como será melhor debatido no capítulo 4. A aproximação do Brasil com a China se fortalece no decorrer do tempo com os múltiplos acordos estabelecidos, a COSBAN, os planos de ação conjunta e as próprias relações cooperativas, a exemplo da interação no campo de satélites. Há que se atentar para o acelerado crescimento chinês e os debates sobre os impactos para o Brasil no campo da política externa e cooperação internacional, sendo essencial para o Estado brasileiro manter uma postura tendencialmente ativa com os chineses.

Portanto, a partir da imersão sobre os campos da política externa e da cooperação internacional brasileira para a Ásia e, detidamente Japão e China, foi possível verificar as nuances históricas do relacionamento e compreender as bases do comportamento cooperativo do Brasil com ambos os países, explicitando-se as diferenças nas interações promovidas com os japoneses e chineses. Com essa análise, parte-se para o capítulo 3, no qual as relações cooperativas técnico-científicas nipo-brasileiras serão aprofundadas e o estudo dos acordos possibilitará uma percepção ainda melhor do processo cooperativo e da plataforma de ação brasileira.

3. COOPERAÇÃO BILATERAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO: CARACTERÍSTICAS FORMAIS, MATERIAIS E ANÁLISE DE ACORDOS

No capítulo anterior, o relacionamento cooperativo entre Brasil e Japão foi analisado de forma geral e histórica, envolvendo os distintos tipos de cooperação nipo-brasileira no tempo, como financeira, técnica, científico-tecnológica e ações triangulares. Nesta parte da tese, por sua vez, o enfoque é dado apenas às relações cooperativas bilaterais nos âmbitos técnico e científico-tecnológico. Nesse sentido, são apresentados os acordos básicos que norteiam essas duas interações, os mecanismos de contato e negociação, o montante financeiro investido, os atores envolvidos, as perspectivas brasileira e japonesa da cooperação e as áreas cooperativas centrais com detalhamento das esferas agrícola e espacial e seus acordos.

Sendo assim, tem-se que a cooperação técnico-científica Brasil-Japão está delineada pelos acordos de cooperação técnica (1970) e científico-tecnológica (1984) entre os dois países. No tocante à cooperação técnica nipo-brasileira, pode-se aduzir, com base em seu respectivo acordo, que ela se estabelece essencialmente por meio de bolsas de estudos, intercâmbio de peritos, técnicos e missões, fornecimento de equipamentos e prestação de qualquer outro tipo de cooperação técnica. Todas essas atividades técnicas são coordenadas pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), do lado japonês, e pela perspectiva brasileira, tem-se a atuação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), responsável pelo direcionamento da cooperação técnica no país.

No que tange à cooperação científica entre Brasil e Japão, conforme o acordo norteador explicitado, prevê-se como possíveis maneiras de interação as seguintes: encontros de variadas formas, trocas de cientistas e técnicos, intercâmbio de informações e implemento de programas e projetos. Aponta-se ainda que há previsão de uma Comissão Mista para consecução do referido acordo e apresentação de propostas para implementação das iniciativas cooperativas. Além disso, é mencionada também a possibilidade de estabelecimento de ajustes complementares a fim de promover o detalhamento das atividades específicas a serem desenvolvidas.

É importante, no entanto, frisar que não existem registros públicos das Atas das Comissões Mistras Brasil-Japão¹⁶⁸. Quanto às Comissões Mistras em Ciência e Tecnologia entre

¹⁶⁸ Foi realizada solicitação das Atas das Comissões Mistras Brasil-Japão para a Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty por intermédio de correios eletrônicos, mas não foram obtidas informações. Em 11 de dezembro de 2017, foi enviado pedido das referidas atas ao Ministério das Relações Exteriores por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-sic). Em 26 de dezembro de 2017, foi obtida informação parcial da Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico de que não existem mecanismos denominados Comissão Mista com

Brasil e Japão, o Embaixador Ivan Cannabrava, em mensagem enviada da Embaixada de Tóquio ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 5 de maio de 2005, afirma que, ao que constava até o período em que o documento foi escrito, essas comissões não chegaram a se concretizar (MG528Z, caixa 100, 2005). Houve o desenvolvimento, porém, de um Comitê Conjunto de Ciência e Tecnologia¹⁶⁹ entre os dois países, fortemente incentivado pelo lado japonês, em associação com a promoção da diplomacia científica¹⁷⁰ pelo país (MG 1308, caixa 123, 2008; MG 406, 494 e 624, caixa 167, 2009). Ademais, é importante mencionar também a existência de reuniões e seminários entre Brasil e Japão em áreas específicas, como será apresentado nas esferas agrícola e espacial.

Esclarece-se ainda que a solicitação formal da cooperação técnica ou científica bilateral deve partir do Brasil com o envio de propostas (NUNES NETO¹⁷¹, ENTREVISTA, ABC, 2017; MITSUHIRO, ENTREVISTA, EMBAIXADA DO JAPÃO, 2017; KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017), muito embora os interesses sejam de ambos os lados. Esse relacionamento tende a reforçar a natureza de receptor por parte do Brasil, apesar da relativização desse aspecto durante a interação institucional e entre técnicos, cientistas e especialistas.

Por fim, cabe ressaltar quais fatores individuais, institucionais e diplomático-governamentais¹⁷² são relevantes para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação técnico-científicas entre Brasil e Japão, contudo, o peso desses aspectos varia de acordo com o caso cooperativo, como se observará adiante. De forma prévia e já com base nas análises desenvolvidas neste capítulo, é possível explicitar a importância do aspecto individual na cooperação brasileira com o Japão, inclusive reforçando contatos institucionais. O aspecto

Japão e que as Comissões Mistas de Ciência e Tecnologia não são de competência direta da Subsecretaria supracitada. É válido mencionar, contudo, que a informação foi solicitada ao Ministério das Relações Exteriores e não apenas à referida Subsecretaria. Na resposta obtida, foi informado ainda que os documentos considerados importantes no relacionamento bilateral nipo-brasileiro são as Consultas Políticas entre Brasil e Japão.

¹⁶⁹ Após o intervalo de 24 anos, foi realizada a II Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão sobre Cooperação Científica e Tecnológica em 2009 (MG 494, caixa 167, 2009).

¹⁷⁰ O Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, em telegrama enviado a partir da Embaixada do Brasil em Tóquio em 2009, aponta as boas perspectivas para a cooperação em ciência e tecnologia entre Brasil e Japão, tendo em vista o maior interesse pelo Brasil e o aumento da confiança japonesa em empreender parcerias institucionais de alto nível com o lado brasileiro. Tudo isso pode ser comprovado pela proposição, em parte pelo lado japonês, de programas e projetos conjuntos em setores de alta tecnologia com apoio governamental. De acordo com o Embaixador, pela primeira vez, destaca-se uma priorização na cooperação em ciência e tecnologia, elevando-a ao mesmo nível da importante cooperação técnica bilateral (MG 624, caixa 167, 2009, p. 2). Esse aspecto estaria notadamente relacionado ao foco da política externa japonesa de estímulo à cooperação científico-tecnológica, tendo promovido diversas reuniões bilaterais com distintos parceiros no setor em análise (MG 624, caixa 167, 2009, p. 3).

¹⁷¹ Analista de projetos da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos da ABC.

¹⁷² A discussão sobre esses fatores está presente no capítulo 1, na parte teórica da tese.

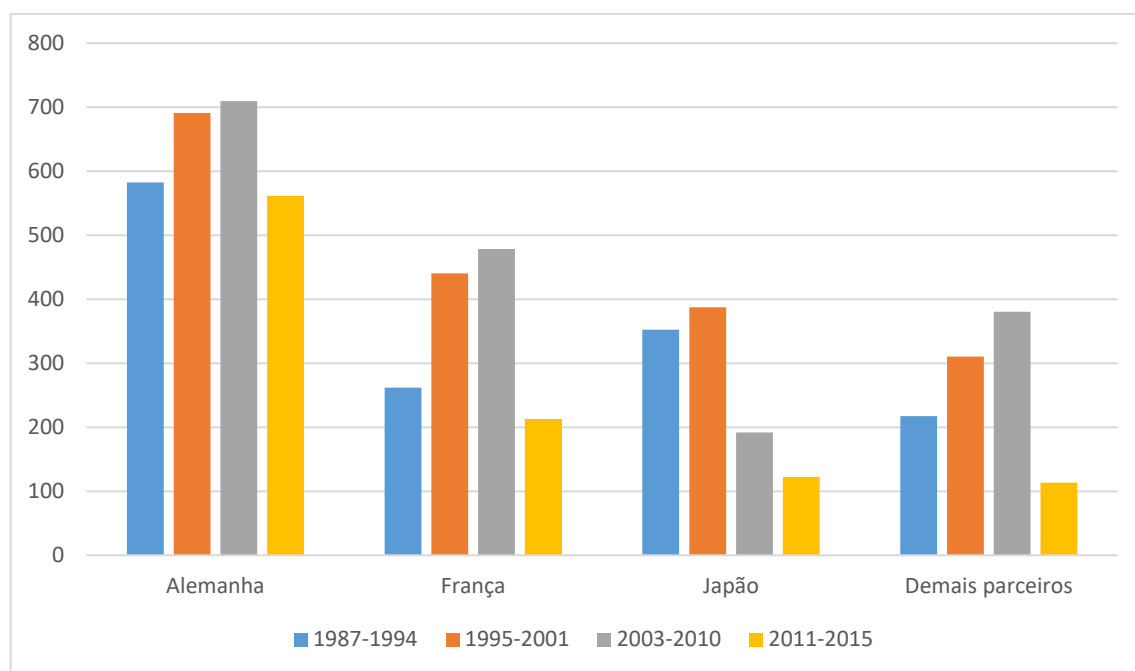
diplomático-governamental, por outro lado, poderia ser mais aprimorado, como se notará na observação do relacionamento institucional entre os dois países, bem como nos casos cooperativos a serem estudados. Portanto, esses e os demais pontos explicitados anteriormente sobre a cooperação técnico-científica bilateral Brasil-Japão passam a ser analisados de forma pormenorizada na sequência deste estudo.

3.1. COOPERAÇÃO TÉCNICA

Conforme apresentado no capítulo 2, a cooperação técnica Brasil-Japão tem suas origens históricas desde a década de 1950, embora a formalização por meio de acordo só tenha ocorrido em 1970. Sendo assim, o Japão, parceiro brasileiro mais antigo na cooperação técnica recebida (MILANI, 2017, p. 100), tem forte relevância em termos financeiros e de projetos desenvolvidos.

Antes de ingressar propriamente na cooperação técnica bilateral e com objetivo de mostrar o lugar do Japão entre os principais doadores bilaterais brasileiros, apresenta-se o Gráfico 3.1, por meio do qual é possível observar a participação japonesa na cooperação brasileira bilateral recebida de 1987 a 2015. Destaca-se, então, que, no período de 2011 a 2015, houve uma queda na oferta de ajuda ao Brasil por parte de todos os países ofertantes. O caso japonês, contudo, possui uma peculiaridade em comparação com a Alemanha e a França, tendo em vista que, desde o período de 2003-2010, já se visualizava uma forte redução do montante financeiro ofertado ao Brasil em relação ao período anterior.

Gráfico 3.1 - Cooperação bilateral recebida pelo Brasil de 1987-2015 (US\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CGTP/ABC, encontrados em Milani (2017: 95).

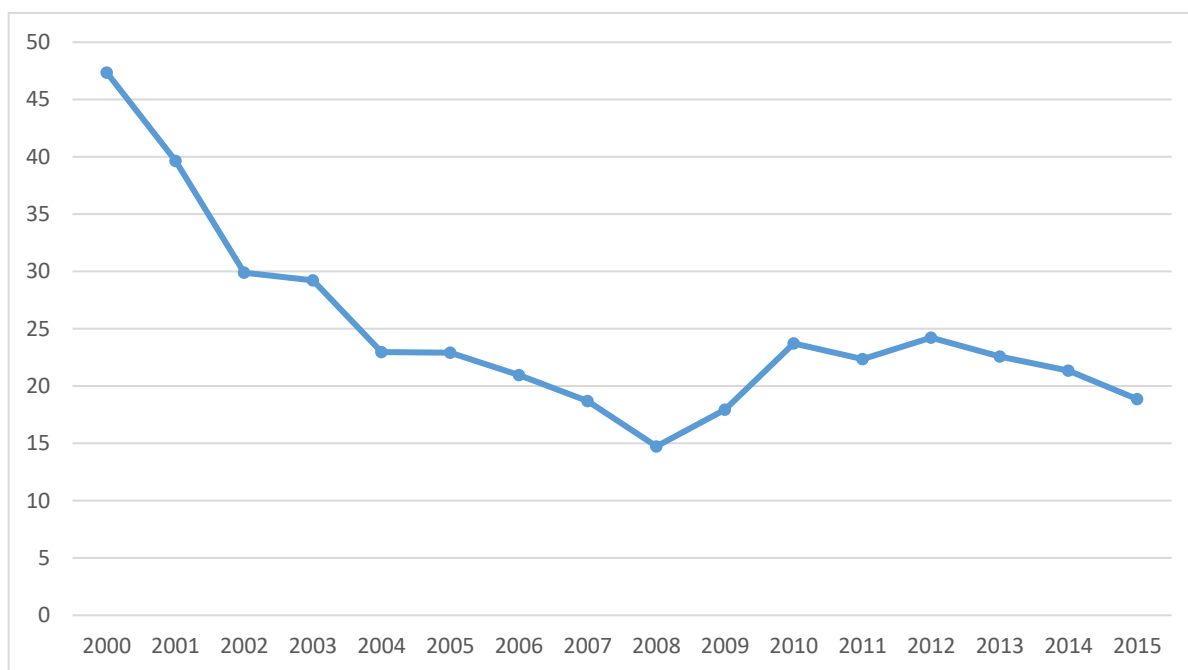
O argumento geral, inclusive utilizado pelo Japão, sobre a recente redução da oferta de ajuda tem sido a elevação do desenvolvimento econômico brasileiro (MG533Z, caixa 100, 2005). Esclarecendo o ponto exposto, Komazawa (JICA, Entrevista, 2017b) afirma que o cenário atual não está mais centrado no desenvolvimento do Brasil, mas sim no auxílio a outros países, tendo como exemplo a promoção da triangulação. Acrescenta ainda o entrevistado que, para o Japão, o Brasil já não é mais um país que precisa de ajuda (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b).

O raciocínio exposto pode ser questionado quando se observa a manutenção de diversos problemas estruturais e econômicos no Brasil que podem ser amenizados por meio desses processos cooperativos. Não se trata de substituir o dever do Estado brasileiro em sanar essas questões, mas de fortalecer políticas internas por meio de cooperação internacional bem desenvolvida. Ademais, a própria noção japonesa de ajuda dificulta um relacionamento cooperativo mais amplo com o Brasil. Em associação ao já delineado critério de desenvolvimento econômico, a diminuição da população ativa japonesa e a austeridade na canalização de recursos financeiros também podem ser aspectos impactantes no direcionamento da oferta de ajuda pelo Japão (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b).

Constatada a redução da cooperação bilateral recebida pelo Brasil do Japão em tempos mais recentes, cabe observar especificamente o campo da cooperação técnica para verificar se

o mesmo resultado também vem ocorrendo. Desse modo, em consonância com o Gráfico 3.2, verifica-se uma continuidade e relativa estabilidade do montante financeiro ofertado pelo Japão ao Brasil em termos técnicos entre os anos de 2004 e 2015, embora de 2000 a 2004 tenha ocorrido uma queda acentuada. De toda forma, no quadro geral da cooperação técnica apresentado no gráfico 3.2, verifica-se uma tendência de redução do montante financeiro ofertado.

Gráfico 3.2 - Cooperação técnica Japão-Brasil 2000-2015 (US\$ milhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OCDE Stat (2017).

Nesse sentido, a cooperação técnica Brasil-Japão não está seguindo a mesma intensidade de redução do total ajuda internacional japonesa ofertada ao Brasil. Além disso, conforme a Tabela 3.1 a seguir, referenda-se que a ajuda técnica direcionada ao Brasil foi a maior entre todos os países da América Latina dos anos de 2007 a 2015, fato que revela a importância do relacionamento bilateral técnico entre os dois países.

Tabela 3.1 - Cooperação técnica do Japão com os países da América Latina (US\$ milhões)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Argentina	7,85	6,9	8,72	8,33	6,32	7,25	6,1	7,54	3,66
Bolívia	14,29	12,36	12,22	13,58	10,93	12,26	9,77	9,43	8,98
Brasil	18,7	14,74	17,93	23,73	22,34	24,22	22,57	21,34	18,85
Chile	8,65	6,88	6,9	6,13	2,81	3,81	3,04	2,76	3,09
Colômbia	8,55	5,24	5,01	6,78	6,06	6,13	6,43	4,22	5,75
Costa Rica	5,47	4,11	4,94	4,55	3,98	3,7	3,29	4,05	3,56
Cuba	1,53	1,47	2,1	3,28	3,04	3,09	3,5	4,01	4,23
El Salvador	8,71	7,24	7,73	8,29	7,66	10,16	7,31	7,07	7,42
Equador	5,21	6,08	7,05	6,68	3,95	3,99	6,35	5,58	7,05
Guatemala	6,93	6,88	7,58	8,29	7,33	5,71	5,26	4,29	4
Haiti	0,6	0,29	0,3	1,36	3,07	2,32	2,06	2,07	2,41
Honduras	9,28	8,18	8,09	6,69	5,49	7,7	7,2	5,23	6,48
México	13,93	12,01	10,34	10,37	8,98	9,51	10,94	10,49	7,41
Nicarágua	8,44	7,84	7,79	7,17	6,01	8,33	6,18	8,16	6,57
Panamá	6,85	6,17	5,09	4,48	4,55	3,49	3,13	3,96	2,4
Paraguai	12,58	11	12,31	13,05	10,27	11,22	8,86	8,18	8,11
Peru	8,38	7,12	8,23	13,27	13,85	12,68	9,91	11,21	7,73
República Dominicana	10,37	9,24	8,05	7,5	5,99	5,66	6,27	6,68	5,31
Uruguai	3,46	1,9	2,79	3,02	1,67	1,21	1,18	0,98	1,02
Venezuela	2,02	1,7	1,32	1,72	1,75	1,67	1,25	1,53	0,38

Fonte: OCDE Stat, 2017.

É importante ainda tratar das áreas de cooperação técnica entre as duas nações. Nesse sentido, com base nos dados da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parceria com Países Desenvolvidos (CGTP) da ABC, Milani (2017) apresenta os principais setores da cooperação técnica entre Brasil e Japão de 1990 a 2014, quais sejam: meio ambiente, saúde e agricultura.

Portanto, observa-se que a cooperação técnica entre Brasil e Japão, embora tenha passado por uma redução quando observada a série histórica desde os anos 2000, tem mantido certa estabilidade a partir de 2004. Além disso, a cooperação técnica é central no relacionamento entre os dois países, tendo em vista os grandes projetos desenvolvidos, a exemplo do PRODECER, que será discutido em momento oportuno. Por fim, notoriamente, a cooperação técnica entre Brasil e Japão destaca-se em comparação com os países da América Latina.

3.2. COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

No subtópico anterior, observou-se a redução da ajuda japonesa ofertada ao Brasil, bem como do montante financeiro em termos técnicos desde os anos 2000, embora ambos permaneçam relevantes se comparados regionalmente. Estaria, por outro lado, ocorrendo maior inter-relação entre os dois países no campo científico-tecnológico? Esta parte da pesquisa concentra-se na investigação dessa interação.

Inicia-se, então, a discussão sobre a cooperação científico-tecnológica nipo-brasileira apontando que os dados financeiros a seu respeito não são de fácil acesso¹⁷³. Com objetivo de enriquecer o debate e trazer dados atualizados para a pesquisa, firmou-se contato com o escritório geral da JICA¹⁷⁴, constatando-se que a assistência financeira fornecida pelo Japão ao Brasil por meio dos acordos denominados *Science and Technology Research Partnership for Sustainable Development (SATREPS)*¹⁷⁵ está inserida no montante de assistência oficial ao desenvolvimento japonesa¹⁷⁶. Isso dificulta uma avaliação específica da cooperação japonesa voltada para ciência e tecnologia.

De acordo com a observação dos projetos científicos nipo-brasileiros, tem-se a modalidade denominada pelo lado japonês como SATREPS, desenvolvida desde 2008 com o Brasil, e as áreas de cooperação entre os dois países são: meio ambiente (dois projetos), agricultura (dois projetos) e saúde (um projeto) (*JST Projects*). É fundamental referendar que não há projetos SATREPS recentes com o Brasil e que o único em andamento foi estabelecido no ano fiscal de 2013.

Em consonância com as informações sobre as parcerias do tipo SATREPS promovidas pelo Japão com 49 países (*JST Projects*), o Quadro 3.1 a seguir revela a quantidade de projetos por região e o lugar do Brasil no quadro geral de cooperação científico-tecnológica japonesa no que tange à modalidade em análise.

¹⁷³ A informação sobre o montante financeiro investido na cooperação em ciência e tecnologia pelo Japão no Brasil foi solicitada ao escritório geral da JICA em 19 de dezembro de 2017 e a informação dada foi de que eles não possuíam esses dados. Foi enviado correio eletrônico ao escritório da JICA no Brasil a fim de verificar se o dado financeiro poderia ser levantado, mas não foi obtido retorno a respeito da demanda.

¹⁷⁴ Informação fornecida por correio eletrônico pela Divisão de Relações Públicas da JICA em 19 de dezembro de 2017.

¹⁷⁵ Essa interação cooperativa está baseada na colaboração entre as instituições de pesquisa japonesas e brasileiras sob o enquadramento da cooperação técnica da JICA com os países em desenvolvimento cooperantes e o suporte da Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia (JST) (RELATÓRIO JICA, 2016, p. 110).

¹⁷⁶ No Relatório Anual da JICA (2016, p. 20), a modalidade SATREPS está associada à própria cooperação técnica.

Quadro 3.1 - Projetos japoneses SATREPS: quantidade por região, número de países envolvidos e Estados de destaque

Regiões	Nº de Projetos	Quantidade de países envolvidos	Países de destaque
África	34	19	África do Sul (4), Camarões (3), Zâmbia (3) e Quênia (3)
América Latina	19	9	Brasil (5) e México (4)
Ásia	71	15	Indonésia (16) e Tailândia (14)
Europa	4	4	Nenhum
Oceania	2	2	Nenhum

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da JST (25 ago. 2018) ¹⁷⁷.

Face ao Quadro 3.1, nota-se que a principal região com a qual o Japão desenvolve acordos científico-tecnológicos do tipo SATREPS é a Ásia, seguida da África e da América Latina. Com o continente europeu e a Oceania, a expressividade cooperativa é pouco representativa. É pertinente ressaltar também que, embora haja menos acordos com a África do que com a Ásia, o número de países envolvidos em processos cooperativos com o Japão no primeiro continente é maior.

Quanto ao Brasil, é válido apontar que o país é o que possui mais projetos de tipo SATREPS estabelecidos com o Japão na América Latina. Ademais, comparando o Brasil com os demais 48 países do mundo com os quais o Japão tem iniciativas cooperativas, o Estado brasileiro encontra-se como o sexto com maior número de projetos promovidos com o Japão, ficando abaixo de Indonésia, Tailândia, Vietnã, Filipinas e Malásia, ou seja, cinco países asiáticos. Nesse sentido, demonstra-se a relevância do relacionamento nipo-brasileiro em termos científico-tecnológicos, especialmente em relação à região latino-americana, como também foi observado no tocante à cooperação técnica apresentada no subtópico anterior.

Importante ainda mencionar que há uma segunda modalidade de cooperação científico-tecnológica, chamada pelos japoneses de *Strategic International Research Cooperative Program* (SICP), em conformidade com a qual se verifica a coordenação de projetos conjuntos entre Brasil e Japão desde 2011 nas áreas de biomassa, biotecnologia e nanobiotecnologia (JST).

¹⁷⁷ Disponível em: < <https://www.jst.go.jp/global/english/kadai/index.html> >. Acesso em: 25 ago. 2018.

Aponta-se também que, em agosto de 2014, foi assinado acordo entre a FAPESP e a JST para o desenvolvimento de projetos conjuntos na área de ciência e tecnologia. Esse acordo surgiu durante o Fórum de Comércio de Investimentos Brasil-Japão, no qual estiveram presentes autoridades japonesas e brasileiras (USP, Instituto Oceanográfico)¹⁷⁸, embora sua idealização advenha de tratativas anteriores entre Brasil-Japão quando foi realizado, pela FAPESP e pela Sociedade Japonesa para Promoção da Ciência (JSPS), em 2013, o Seminário Brasil-Japão sobre Colaboração Científica em Tóquio (FAPESP, 2014)¹⁷⁹.

Dessa forma, à luz dos pontos apresentados, observa-se a dificuldade de acesso aos dados financeiros sobre a cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Japão, obstando um pensamento conclusivo sobre o seu potencial econômico. Mesmo assim, é possível afirmar a relevância do Brasil em termos de cooperação científico-tecnológica, como se notou da observação dos projetos, regiões e países referente à modalidade SATREPS. Contudo, é imprescindível registrar que a inexistência de projetos SATREPS recentes com o Brasil é um demonstrativo da não ascensão cooperativa no campo científico-tecnológico com o Japão, ou seja, a redução da cooperação técnica japonesa não estaria sendo revertida direta e claramente no relacionamento em ciência e tecnologia entre os dois países. Por fim, é pertinente ponderar o caráter destacado das áreas agrícola e ambiental não apenas na cooperação técnica estudada anteriormente, mas também na científico-tecnológica.

3.3. ATORES BRASILEIROS E JAPONESES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS COOPERATIVOS

Considerando os processos de cooperação técnica e científica entre Brasil e Japão, é relevante explicitar os principais atores dos dois países, responsáveis pela promoção de laços cooperativos. Assim, do lado japonês, a JICA é a encarregada pela coordenação dos projetos de cooperação técnicos e a ABC é sua equivalente no Brasil. Existe uma diferenciação entre as duas agências, tendo em vista que, do lado brasileiro, a ABC está ligada ao Ministério das Relações Exteriores e, no caso japonês, a JICA tende a ser mais autônoma na gestão da cooperação técnica internacional¹⁸⁰ (MILANI, 2017). Em relação a isso, aponta-se, do lado

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.io.usp.br/index.php/aviso/pos-graduacao/581-defesa-de-disserta%C3%A7%C3%A3o-de-doutorado-em-oceanografia-biol%C3%B3gica>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹⁷⁹ Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/fapesp_assina_acordo_com_agencia_japonesa_de_fomento_a_ciencia/19542/>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹⁸⁰ É válido frisar que, em 2008, o Japão passou por uma reforma interna no sentido de fortalecer a JICA e centralizar mais a sua estrutura de ajuda internacional (KATO, 2016).

brasileiro, a preocupação de se retomar o diálogo político com o Japão por meio do Ministério das Relações Exteriores do país, visando ao fortalecimento da relação cooperativa (MILANI, 2017; NUNES NETO, ENTREVISTA, ABC, 2017).

De acordo com Josué Nunes Neto, os encontros entre JICA e ABC ocorrem mensalmente para se coordenarem atividades administrativas de monitoramento de projetos e anualmente por meio do Programa de Parceria Brasil e Japão (JBPP), no qual se fala de todos os projetos, sejam eles bilaterais ou trilaterais (NUNES NETO, ENTREVISTA, ABC, 2017).

No tocante à cooperação científica, a JST e a JICA atuam do lado japonês na gestão da cooperação. Do lado brasileiro, como já foi apontado no Capítulo 1, existem diversos Ministérios atuando, dentre eles o MCTIC. O relacionamento na área científica do lado brasileiro acontece de forma mais direta por meio das instituições públicas ligadas aos temas da cooperação, como EMBRAPA, INPE, Universidades e INPA. Do lado japonês, as universidades também têm papel importante na cooperação, junto com agências ou centros de pesquisa específicos, como *Japan Aerospace Exploration Agency (JAXA)*, *Japan International Research Center for Agricultural Sciences (JIRCAS)* e *National Institute of Advanced Industrial Science and Technology (AIST)*.

Observa-se, dessa forma, a diversidade de atores de ambos os lados, embora pela perspectiva japonesa exista uma relevante centralização de dados e informações da cooperação com a JICA e a JST, como se nota por meio da especificação dos projetos desenvolvidos e suas avaliações, aspecto esse que não se verifica do ponto de vista brasileiro.

3.4. PERSPECTIVA JAPONESA DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA COM O BRASIL

A cooperação brasileira com o Japão é marcada pela peculiaridade histórica da migração e seu impacto na aproximação entre os dois países. Além disso, os interesses econômicos japoneses pós-Segunda Guerra Mundial contribuíram muito para a expansão da ajuda internacional do país, como já foi explicado no Capítulo 2. Assim, entre 1960 e 1970, foram desenvolvidos projetos de forte caráter financeiro entre os dois países, os quais são lembrados até os dias atuais como marco do relacionamento bilateral, como USIMINAS, ALBRÁS, CENIBRA, ALUNORTE e PRODECER. Esse cenário histórico é geralmente mencionado pelo lado japonês, como se nota pelas entrevistas realizadas na JICA (2017) e na Embaixada do Japão no Brasil (2017), bem como pelos documentos elaborados pela JICA (2009).

No entanto, apesar de o relacionamento nipo-brasileiro possuir aspectos específicos relevantes, como a influência da migração, é válido acentuar que a cooperação japonesa com o Brasil segue as mesmas características gerais da desenvolvida na América Latina, quais sejam, áreas de cooperação com foco nas esferas ambientais e agrícolas, interação mais focada no campo técnico, objetivos dos projetos alcançados, avaliações desenvolvidas pelo lado japonês e interesse na promoção da cooperação triangular. Essas informações podem ser constatadas pela consulta no sítio eletrônico da JICA¹⁸¹ e JST¹⁸² e por meio da observação de avaliações finais de projetos disponíveis em inglês¹⁸³. Esses pontos serão observados, de forma mais detalhada, nas duas áreas escolhidas para análise nesta pesquisa – agrícola e espacial – e nos estudos de casos.

Em relação aos aspectos expostos, pode-se apontar que o Japão considera o Brasil como um ator relevante na América Latina, demonstrando o interesse geoestratégico da cooperação. Mas a visão japonesa é mais regional e menos bilateral, especialmente observando-se as diretrizes da cooperação internacional com os países latino-americanos. A triangulação amplia ainda o interesse geoestratégico japonês para a África e o Brasil é visto como importante ator junto aos países de língua portuguesa.

Por fim, a ajuda internacional japonesa para o Brasil está explicitamente referendada pelo interesse econômico, como se nota pelos projetos históricos desenvolvidos na área agrícola e de minérios e pelos interesses japoneses na exportação desses produtos. Aponta-se ainda a mais recente expansão dos interesses privados japoneses na cooperação internacional no campo agrícola, como referenda o Secretário Mitsuhiro (ENTREVISTA, EMBAIXADA DO JAPÃO, 2017). Entretanto, é possível mencionar também os interesses político-diplomático, geoestratégico e de prestígio internacional, visando ao reforço da posição internacional ocupada pelo Japão e de sua política externa.

3.5. PERSPECTIVA BRASILEIRA DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO

¹⁸¹ JICA. Áreas prioritárias para assistência. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/projects/index.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

JICA. Países e regiões. Disponível em: < <https://www.jica.go.jp/english/countries/america/index.html> >. Acesso em: 15 set. 2018.

¹⁸² JST. SATREPS. Disponível em: <<https://www.jst.go.jp/global/english/kadai/index.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

¹⁸³ Disponível em:

<https://www.jica.go.jp/english/our_work/evaluation/tech_and_grant/project/term/latin_america/index.html >. Acesso em: 15 set. 2018.

Do lado brasileiro, por sua vez, a cooperação com o Japão é vista de forma mais bilateral do que regional, e isso é notório quando se retoma a ideia apresentada no Capítulo 2 de que não existe um pensamento asiático na política externa brasileira, o que dificulta um olhar da cooperação japonesa inserido dentro de uma perspectiva para a Ásia, diferentemente de como o Japão faz com a América Latina.

É válido apontar que a cooperação com o Japão é também compartimentalizada por setores/órgãos e pessoal envolvido, sendo assim, não se observa um amplo diálogo entre os atores ligados à cooperação técnica, científico-tecnológica, triangular, bilateral e multilateral com o Japão. Inclusive, conforme constatado em entrevista na DCTEC, até mesmo dentro de cada modalidade da cooperação, como, por exemplo, na científico-tecnológica, é perceptível o pouco conhecimento, a nível de Itamaraty, de algumas iniciativas cooperativas com os japoneses promovidas por instituições nacionais, como a EMBRAPA (MOREIRA, ENTREVISTA, DCTEC, 2017).

No que tange aos objetivos brasileiros na interação cooperativa com o Japão, a finalidade de desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil pode ser ressaltada, muito embora, como já se destacou anteriormente neste capítulo, não tenha havido um grande esforço brasileiro na promoção da cooperação científico-tecnológica com o Japão. Ademais, apesar de ser possível identificar os objetivos teleológicos da cooperação com os japoneses por parte do Brasil, há uma dificuldade de se observar as prioridades e os interesses concretos brasileiros no relacionamento cooperativo com o país em análise, e essa percepção pode ser depreendida da entrevista realizada na ABC (NUNES NETO, ENTREVISTA, ABC, 2017) e na DCTEC (MOREIRA, ENTREVISTA, DCTEC, 2017).

Assim, muito do que se destaca nas entrevistas efetivadas é o que o Brasil fez ou está realizando com o Japão em termos técnicos ou científicos, mas não como isso se relaciona com algum tipo de estratégia ou priorização de áreas no relacionamento com os japoneses. Inclusive, Nunes Neto (ENTREVISTA, ABC, 2017) chega a abordar a preocupação com o estabelecimento de diretrizes e de determinação de áreas conjuntas para a cooperação Brasil-Japão.

Ainda, de acordo com a entrevista realizada com José Nunes Neto (ABC, 2017), uma dificuldade no relacionamento técnico entre os dois países tem ocorrido pela redução dos contatos políticos, tendo em vista que, desde 2005, não ocorrem mais reuniões bianuais entre os Ministérios das Relações Exteriores dos países voltadas para definir estratégias e áreas de interesses. Essa função foi delegada à JICA, no entanto, as reuniões, que atualmente ocorrem por meio do JBPP, estão focadas em aspectos mais administrativos do que políticos.

No que se refere à triangulação, Nunes Neto (ENTREVISTA, ABC, 2017) não analisa o direcionamento da cooperação técnica para iniciativas triangulares como um problema, mas como um processo natural e semelhante ao que ocorre com outros países desenvolvidos. Nesse sentido, a tendência à triangulação é vista como positiva, pois eleva a capacidade de atuação brasileira no campo da cooperação internacional. Apesar dos aspectos favoráveis da triangulação, há que se observar os interesses japoneses nesse processo e a necessidade de o Brasil, paralelamente, reforçar outras iniciativas bilaterais de cooperação técnica relevantes para o desenvolvimento do país e aprimorar os laços científicos. Ademais, com relação às avaliações das cooperações técnicas desenvolvidas, Nunes Neto (ENTREVISTA, ABC, 2017) explicita que elas são realizadas apenas para as parcerias trilaterais e não nas bilaterais, sem revelar os motivos para tal direcionamento.

Acrescenta-se ainda que, em comparação com a cooperação técnica, a científica acontece de forma mais independente, sendo promovida diretamente pelas instituições públicas, como é o caso da EMBRAPA e do INPE, as quais são fundamentais neste estudo. Além do mais, conforme entrevista realizada na DCTEC/MRE (2017)¹⁸⁴, observa-se a dificuldade de centralização das informações sobre as iniciativas de cooperação científica brasileira com o Japão.

Portanto, a forma como o Brasil coopera com o Japão é bastante distinta de como o Japão promove cooperação com o Brasil. Assim, do lado brasileiro, a falta de centralização da informação, a perspectiva bilateral e menos regionalizada da cooperação e o não desenvolvimento de avaliações das cooperações bilaterais enfraquecem a posição do Brasil em termos de direcionamento da cooperação frente a um ator já economicamente fortalecido. Esses aspectos também reforçam o *status quo* da cooperação Brasil-Japão e podem dificultar o aprimoramento da cooperação.

3.6. ACORDOS COOPERATIVOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS ENTRE BRASIL E JAPÃO (2000-2015)

Como já foi delineado desde o início desta pesquisa, o foco da análise aqui desenvolvida encontra-se nos acordos técnico-científicos bilaterais entre Brasil e Japão, promovidos por instituições brasileiras de nível federal. Além disso, enquanto o Capítulo 2 trouxe uma perspectiva histórica do relacionamento entre os países já ressaltados, busca-se neste capítulo

¹⁸⁴ Além de conversa informal realizada no âmbito do MCTIC (2016).

traçar o panorama mais recente da cooperação, detalhar a promoção cooperativa em áreas centrais e, especificamente, analisar os acordos nas áreas agrícola e espacial com base no movimento da política externa brasileira. Assim, o Quadro 3.2 apresenta os acordos nipo-brasileiros desenvolvidos de 2000 a 2015:

Quadro 3.2 - Acordos cooperativos técnico-científicos nipo-brasileiros (2000-2015)

Projeto	Tipo	Área	Instituições brasileiras	Instituições japonesas	Período
ALOS	Técnico	Espacial/ambiental	DPF e IBAMA	JAXA e JICA	2009-2012
Sistema Koban	Técnico	Segurança pública	SENASP e PM/SP	JICA	2008-2011
Cenários de mudanças climáticas	Técnico	Ambiental	INPE	JICA	2009-2010
Capacitação em microeletrônica	Técnico	Recursos humanos	CTI Renato Archer	JICA	2010-2011
Bioetanol	Técnico- científico	Agricultura e energia	UFRJ e UFSC	AIST	2009-2012
Dinâmica de carbono (CADAF)	Técnico- científico	Ambiental	INPA e INPE	FFPRI	2010-2014
Engenharia genética (EGCRS)	Técnico- científico	Agricultura	EMBRAPA / Soja	JIRCAS; RIKEN e Universidade de Tóquio	2010-2015
<i>Field Museum</i> (Amazônia)	Técnico- científico	Ambiental	INPA	WRC, Universidade de Kyoto e RIHN	2014 – em andamento
Pesquisa e intercâmbio científico	Técnico- científico	Educação e pesquisa	CAPES	JSPS	2010- fluxo contínuo

Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Técnico- científico	Educação e pesquisa	CNPQ	JST	2011-2014
--	------------------------	---------------------------	------	-----	-----------

Notas:

* Instituições Brasileiras: DPF- Departamento da Polícia Federal; IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis; SENASP- Secretaria Nacional de Segurança Pública; PM/SP- Polícia Militar/ São Paulo; INPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; CTI Renato Archer- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer; UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina; INPA- Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas; EMBRAPA/Soja- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária- Unidade Soja; CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

** Instituições Japonesas

JAXA- *Japan Aerospace Exploration Agency* ; JICA- *Japan International Cooperation Agency*; AIST- *National Institute of Advanced Industrial Science and Technology*; FFPRI- *Forestry and Forest Products Research Institute*; JIRCAS- *Japan International Research Center for Agricultural Sciences*; RIKEN-*Institute of Physical and Chemical Research*; WRC- *Wildlife Research Center*; RIHN- *Research Institute for Humanity and Nature*; JSPS- *Japan Society for the Promotion of Science*; JST- *Japan Science and Technology Agency*.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações da JICA, JST e CAPES¹⁸⁵.

Considerando os projetos e acordos apresentados no quadro, tem-se as seguintes áreas cooperativas como foco do relacionamento nipo-brasileiro: meio ambiente, segurança pública, educação, agricultura e recursos humanos. Meio ambiente e agricultura, como já debatido anteriormente (seções 3.1 e 3.2), são áreas de destaque na cooperação técnico-científica entre os dois países, conforme o quadro 3.2.

Passa-se a seguir a analisar, de forma exploratória, os campos cooperativos técnico-científicos entre Brasil e Japão e os delineamentos gerais dos projetos e acordos citados no quadro 3.2, tais como objetivo, atores envolvidos, montante financeiro investido, avaliação e resultados alcançados. As áreas agrícola e de satélites, nas quais estão inseridos os projetos ALOS e de engenharia genética, serão analisadas à parte, tendo em vista que estão incluídas nos objetivos centrais desta pesquisa. São ainda debatidos projetos e áreas de referência da cooperação técnico-científica entre os dois países que não estão presentes no quadro 3.2, como oceanografia e TV digital, a fim de ampliar o conhecimento geral da interação. As informações apresentadas estão relacionadas com as entrevistas realizadas, com a bibliografia sobre o tema e com os documentos dos acordos/projetos coletados.

¹⁸⁵ Disponível em:

JICA. Adaptado. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/brazil02_01.html> <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/brazil02_03.html>. Acesso em: 27 set. 2015.

JST. Disponível em: < <https://www.jst.go.jp/inter/english/sicp/country/brazil.html>> Acesso em: 19 dez. 2017.

CAPES. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/japao/programa-capes-jpsp>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

a) Esfera ambiental

A área ambiental é o principal setor cooperativo técnico-científico entre Brasil e Japão no cenário atual. Esse foco no direcionamento da cooperação japonesa para o Brasil é explicitado no sítio eletrônico da JICA/Brasil¹⁸⁶ e no próprio quadro 3.2, que demonstra como a referida esfera se destaca no relacionamento cooperativo. A interação pode ser justificada considerando que o Brasil possui recursos naturais abundantes e congrega grande parte da Floresta Amazônica, e o Japão, por sua vez, desenvolveu-se tecnologicamente na área de pesquisas ambientais devido à sua localização geográfica e aos constantes desafios ambientais enfrentados, como os tsunamis.

Nesse sentido, observa-se que as possibilidades japonesas e as necessidades brasileiras se coadunam no campo ambiental, fortalecendo a interação cooperativa. As entrevistas realizadas na ABC (NUNES NETO, 2017) e na Embaixada do Japão no Brasil (MITSUHIRO, 2017) confirmam essa área como destaque na cooperação recente entre os dois países.

Assim, é possível destringir essa esfera da cooperação por meio da análise dos projetos presentes no quadro 3.2. Quanto ao primeiro projeto – cenários futuros de mudanças climáticas (2009-2010) –, não foram encontradas informações para detalhá-lo. Assevera-se apenas que ele estava centrado na avaliação da vulnerabilidade social em relação à previsão meteorológica da América do Sul e Central, incluindo o Brasil.

No que se refere ao Projeto de Dinâmica do Carbono na Floresta Amazônica (*Carbon Dynamic of Amazonian Forest – CADAF*) (2010-2014), tem-se que seu objetivo consistia no desenvolvimento de técnica para avaliar a dinâmica de carbono na Floresta Amazônica. Esse projeto é considerado como bem-sucedido, pois avaliou, por dados de sensoriamento remoto e lotes de inventário, a dinâmica de carbono na Floresta Amazônica. É válido frisar ainda que, durante o projeto, quase todos os custos de implementação foram suportados pela JICA. O montante financeiro investido foi de 400 milhões de ienes – aproximadamente 3,6 milhões de dólares¹⁸⁷ (JICA, Terminal Evaluation Summary CADAF, 2014). Esse projeto também gerou o desenvolvimento de publicações conjuntas, bem como apresentações de pesquisas, como se visualiza no sítio eletrônico do CADAF¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Juntamente com a área ambiental, o foco para a cooperação triangular é exposto no site da JICA/Brasil. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/projects/index.html>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

¹⁸⁷ Conversão aproximada com base nos dados do X-rates. Disponível em: <<http://www.x-rates.com/average/?from=JPY&to=USD&amount=1&year=2014>>. Acesso em: 25 out. 2017.

¹⁸⁸ Disponível em: <[http://cadaf.inpa.gov.br/\(5\)%20publicacoes-cadaf.html](http://cadaf.inpa.gov.br/(5)%20publicacoes-cadaf.html)>. Acesso em: 26 out. 2017.

Como recomendação final da avaliação desse projeto, há menção sobre a importância de atuação mais próxima do INPE e INPA, no sentido de trocarem informações sobre sensoriamento remoto e inventário terrestre da Amazônia. Além disso, como passo futuro, é proposta, na avaliação do projeto, a constante difusão dos resultados de monitoramento de carbono encontrados, bem como a manutenção das pesquisas (JICA, Terminal Evaluation Summary CADAFA, 2014).

Um aspecto pertinente de ser ressaltado é o forte interesse japonês em pesquisas ligadas à Amazônia, considerando que, desde 1990, o Japão acumula conhecimento e experiência na conservação da Floresta Amazônica. Inclusive, na avaliação final do projeto em análise, são citadas as interações anteriores entre os dois países para a proteção da Amazônia: a) Projeto de Pesquisa da Floresta Amazônica Brasileira (1995-1998); b) Projeto de Acompanhamento de Pesquisa da Floresta Amazônica (1998); c) Projeto de Pesquisa da Floresta Amazônica Brasileira Fase II (1998-2003); d) Uso sustentável de recursos florestais no estuário Tidal Planalto das inundações em Amapá (2005-2009); e) Projeto de uso de imagens do satélite ALOS para combate de desflorestamento ilegal na Amazônia (2009-2011).

No que se refere ao projeto de conservação da Amazônia por meio do conceito *Field Museum*, tem-se que é o único projeto técnico-científico da modalidade SATREPS em andamento entre os dois países, de acordo com o sítio eletrônico da JST. O objetivo consiste na observação da natureza e da reserva da Amazônia, por meio de pequenas câmeras e sensores, realizando-se estudos de comportamento e ecologia, a fim de promover a conservação do ecossistema. Além disso, o projeto tem intenção de desenvolver programas de educação ambiental e ecoturismo na região (JST).

O projeto citado tem como atores o INPA no Brasil e a Universidade de Kyoto no Japão. De acordo com seu sítio eletrônico, existem duas publicações conjuntas de Japão e Brasil em 2013 e 2014¹⁸⁹. Esse resultado parcial demonstra a capacidade do corpo técnico brasileiro no desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento conjunto com o Japão. Aponta-se também que esse projeto ainda se encontrava em andamento ao final de 2018, tendo em vista que se iniciou em 2014 e possuía previsão de atividades por cinco anos.

A partir do exposto, considerando os projetos a respeito dos quais foram encontradas mais informações, verifica-se que os resultados cooperativos foram positivos e seguiram os objetivos iniciais. Além disso, percebe-se que os projetos estão centrados em estudos sobre a Amazônia e que esse fato vem ocorrendo desde a década de 1990, merecendo reflexões para os

¹⁸⁹ Disponível em: <<http://www.wrc.kyoto-u.ac.jp/satreps/english/publication.html>>. Acesso em: 27 set. 2017.

estudiosos da área cooperativa ambiental. É válido estabelecer que foram identificadas publicações conjuntas entre pesquisadores japoneses e brasileiros associadas às pesquisas dos projetos e que demonstram a capacidade de pesquisa do corpo técnico brasileiro. Por fim, constatou-se que a condução das avaliações é desenvolvida por técnicos japoneses, apesar de, em certos casos, pesquisadores brasileiros terem feito parte da equipe de avaliação, como se nota no caso do CADAF.

b) Segurança pública

A cooperação entre Brasil e Japão na área de segurança pública está relacionada à difusão do Sistema de Policiamento Comunitário Japonês, chamado de Sistema Koban¹⁹⁰. Frise-se que as iniciativas entre os dois países na área ocorreram a partir de 2004 e estavam centradas na implantação de algumas bases comunitárias em São Paulo, as quais foram expandidas em 2006 dentro do referido estado (PM/SP)¹⁹¹. Esse projeto foi efetivamente iniciado em 2005 e concluído três anos depois, tendo como resultados a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de materiais didáticos e manuais (JICA, 2008¹⁹²). No sítio eletrônico da JICA (2008), consta que os postos policiais pilotos passaram a desenvolver atividades de qualidade atestadas pelos policiais japoneses especialistas na área de policiamento comunitário.

Em 2008, por sua vez, houve o firmamento de novo projeto de cooperação técnica entre Brasil e Japão, envolvendo a Secretaria Nacional de Segurança Pública como gestora brasileira e a JICA do lado japonês. A polícia militar do estado de São Paulo seria a responsável pela difusão do sistema nos demais estados brasileiros e nos países latino-americanos. A ABC teria a responsabilidade de promover a relação com os países da América Central, que eram: Nicarágua, Costa Rica, Guatemala, Honduras e El Salvador (PM/SP). A cooperação consistia em capacitações técnicas dos policiais brasileiros por meio de cursos de formação ligados à filosofia do policiamento comunitário, os quais repassavam o conhecimento adquirido para as forças de segurança dos países da América Central (ABC/Imprensa nº 759)¹⁹³.

¹⁹⁰ “Koban é a base física da estrutura da política comunitária no Japão” (ABC/Imprensa, nº 759). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/759>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

¹⁹¹ Disponível em: <<http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/policia-comunitaria/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

¹⁹² Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/articles/2007_2008/080319.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

¹⁹³ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/759>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

De acordo com informação do sítio eletrônico da ABC (Imprensa, nº 558), o projeto supracitado teve duração até 2011 e os resultados foram positivos, tendo em vista a formação de agentes multiplicadores do policiamento comunitário em 11 estados brasileiros. Além disso, houve a formação de 313 policiais, sendo 72 da Polícia de São Paulo, 57 agentes multiplicadores diversos formados no Japão e 51 policiais da América Central (ABC/Imprensa, nº 558¹⁹⁴).

É importante ressaltar que, mesmo após o encerramento do segundo projeto, iniciativas entre os dois países têm se desenvolvido na área, especialmente triangulares. Em uma perspectiva mais recente, em 2016, representantes da Polícia Nacional do Japão visitaram o Brasil para estabelecer as diretrizes do novo acordo de cooperação firmado com o Ministério da Justiça e Cidadania do Brasil, com vigência até 2018 (BRASIL, 2016)¹⁹⁵. Esse acordo na área de segurança pública entre Brasil e Japão demonstra uma continuidade no processo de cooperação e, pelas informações coletadas, o envolvimento do Ministério da Justiça do Brasil teve um importante papel na interação.

Portanto, observa-se um movimento continuado de cooperação entre Brasil e Japão no campo da segurança pública, principalmente associada ao policiamento comunitário. Pertinente notar que a tendência à triangulação que essa cooperação gerou pode ter sido fundamental para o seu fortalecimento bilateral e para o interesse japonês em manter os laços até anos mais recentes. Aponta-se também que os resultados obtidos nos projetos, assim como a atuação do corpo técnico brasileiro, são considerados relevantes e a tentativa brasileira de adaptar o modelo japonês às necessidades locais, sem copiá-lo, pode ser vista como maturidade e uma forma de horizontalização do conhecimento. Assevera-se, contudo, que os dados coletados foram de fontes oficiais brasileiras e japonesas, o que dificulta um olhar mais imparcial e não governamental sobre os projetos desenvolvidos. Por fim, acrescenta-se que não foram encontradas informações sobre o montante financeiro envolvido nos projetos nem sobre suas respectivas avaliações.

c) Educação e pesquisa

A cooperação Brasil-Japão na área educacional e de pesquisa está relacionada com biomassa e biotecnologia, conforme se nota pelo Programa de Cooperação em Pesquisa

¹⁹⁴ Disponível em: < <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/558> >. Acesso em: 15 set. 2018.

¹⁹⁵ Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/brasil-e-japao-compartilham-experiencia-de-policiamento-comunitario>>. Acesso em: 28 set. 2017.

Estratégica Internacional (SICP), promovido pelo Japão com o Brasil. Por meio dessas iniciativas, foram estabelecidas parcerias entre pesquisadores brasileiros e japoneses, coordenadas pelo CNPq do lado brasileiro e pela JST do lado japonês.

Sendo assim, foram desenvolvidos dois projetos de 2011 a 2014: 1) Biodiversidade marinha e desenvolvimento de fator microbiano para produção de bioenergia e 2) Pesquisa colaborativa entre Brasil e Japão sobre uso de biocarvão – estabilidade, segurança e implementação. O primeiro é uma parceria entre um pesquisador japonês da Faculdade de Ciências Marinhas da Universidade de Hokkaido e um pesquisador brasileiro do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O segundo foi promovido por pesquisador japonês do Departamento de Bioprodução e Meio Ambiente da Universidade de Kyushu e um pesquisador sênior brasileiro da EMBRAPA solos (JST¹⁹⁶).

No período de 2013 a 2016, foram desenvolvidos três projetos voltados para a área de nanobiotecnologia, ligados a pesquisadores dos campos de saúde e química biológica: 1) Biofuncionamento de materiais de base TI para implantes ósseo-integrados; 2) Desenvolvimento de nano-suplementos com frutas amazônicas: efeitos nutrigenômicos e nutrigenéticos e saúde; e 3) Avaliação de diferentes extratos e componentes isolados do própolis brasileiro na obesidade e diabetes via ensaios *in vitro* e *in vivo* (JST). O primeiro projeto de pesquisa envolve pesquisadores da Universidade de Tóquio e da Universidade Estadual Paulista; o segundo da Universidade Metropolitana de Tóquio e da Universidade Federal de Santa Maria; e o terceiro da Universidade de Chubu e da Universidade de Ribeirão Preto-SP (JST¹⁹⁷)¹⁹⁸.

Outra cooperação no âmbito educacional entre Brasil e Japão dá-se por meio do Programa Ciências Sem Fronteiras, criado pelo governo brasileiro. Conforme dados do Painel de Controle do Programa, até janeiro de 2016, foram fornecidas 520 bolsas brasileiras por CNPq e CAPES para o Japão. Acrescenta-se ainda que 86% das bolsas foram para graduação e 14% para pós-graduação, sendo, 449 bolsas para graduação sanduíche no exterior, 21 para pós-doutorado no exterior, 10 para doutorado no exterior e 40 para doutorado sanduíche no exterior (PSCF, 2016)¹⁹⁹.

¹⁹⁶ Disponível em: < <https://www.jst.go.jp/inter/english/sicp/country/brazil.html> >. Acesso em: 17 set. 2018.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Foram enviados correios eletrônicos para vários desses pesquisadores do lado brasileiro a fim de se saber informações a respeito da cooperação com o Japão, mas não houve sucesso no retorno, o que dificultou a avaliação sobre os resultados alcançados e os investimentos realizados.

¹⁹⁹ Disponível em: < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle> >. Acesso em: 19 dez. 2017.

Esses dados revelam como esses números são baixos se comparados a países como EUA, destino no qual foram implementadas 27.821 bolsas, ou Reino Unido, com 10.740 bolsas implementadas (PCSF, 2016). De todo modo, essas iniciativas na área acadêmica são relevantes para o estabelecimento de contatos individuais entre pesquisadores, futura formação de redes de pesquisa e promoção de projetos cooperativos no Brasil.

Finalmente, pode-se ainda mencionar a cooperação entre a CAPES e a JSPS, por meio da qual, desde 2010, é desenvolvida cooperação acadêmica voltada para financiamento de projetos de pesquisas conjuntos²⁰⁰. Então, percebe-se que, apesar das iniciativas no campo educação e pesquisa, ainda há muito espaço a ser explorado no relacionamento nipo-brasileiro.

d) Saúde

No que se refere à área de saúde, menciona-se que existem projetos de cooperação técnico-científicos desenvolvidos, contudo, estão relacionados com instituições estaduais ou unidades da federação brasileira. Nesse sentido, fogem do escopo desta pesquisa, mas serão brevemente mencionados.

Como exemplo de cooperação técnica, há o Projeto de Municipalidade de Saúde do Nordeste do Brasil, desenvolvido entre 2003 e 2008. Esse projeto tinha como agentes implementadores do lado brasileiro o Centro de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da Universidade Federal de Pernambuco e a Secretaria de Desenvolvimento e Gestão do Estado de Pernambuco. Do lado japonês, por sua vez, havia o Centro Médico Internacional do Japão, a Universidade Juntendo e a cidade de Chiba (JICA, *Ex-post evaluation*, 2013). De acordo com a avaliação *ex-post* do projeto, conduzida em 2013 pela JICA, os objetivos almejados foram amplamente alcançados por meio da instalação de um sistema de municipalidade de saúde em Pernambuco, com o desenvolvimento de atividades relacionadas à promoção de políticas públicas de saúde (JICA, *Ex-post evaluation*, 2013).

Em relação à cooperação técnico-científica, pode-se citar o projeto Novas técnicas de diagnóstico para proteger pacientes imunocomprometidos contra infecções de fungos, entre 2009-2011 (JST²⁰¹). Esse projeto foi uma parceria entre a Universidade do Estado de Campinas/SP e a Universidade de Chiba no Japão.

²⁰⁰ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/japao/programa-capes-jspj>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

²⁰¹ Disponível em: <https://www.jst.go.jp/global/english/kadai/h21118_brazil.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

Desse modo, conclui-se que a área de saúde não é uma seara muito explorada no relacionamento nipo-brasileiro a nível federal, como se nota a partir do Quadro 3.2, exposto no início deste subtópico, muito embora, a esfera da saúde tenha destaque no campo de educação e pesquisa já delineado.

e) Oceanografia

A cooperação japonesa na área oceanográfica com o Brasil foi mencionada, em entrevista, pela diplomata Camila Neves Moreira, da Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DCTEC/MRE, 2017), como relevante na área de ciência e tecnologia, por isso será também apresentada. No entanto, essas parcerias estão ligadas a instituições estaduais brasileiras que, embora muito importantes no país, vão além do foco desta pesquisa, a qual está centrada em instituições de nível federal.

De todo modo, serão apontadas informações gerais sobre essa cooperação. Sendo assim, destaca-se o notório interesse japonês, manifestado pela *Japan Agency for Marine-Earth Science and Technology* (JAMSTEC), em visita à Embaixada do Brasil em Tóquio, sobre as pesquisas oceanográficas no Brasil, com vistas à apresentação futura de proposta de cooperação com o lado brasileiro (MG 1487, caixa 124, 2008). A JAMSTEC tinha interesse particular no desenvolvimento de submarinos e em pesquisas no fundo do mar, especialmente no tocante a atividades de exploração de recursos minerais, notoriamente petróleo (MG 1487, caixa 124, 2008). Vale lembrar que esse período coincide com a promoção da diplomacia científica japonesa e, nesse caso, fica explícito o estímulo japonês para a cooperação.

Em telegrama de 2010, enviado pela Embaixada do Brasil em Tóquio, a respeito da preparação para a III Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão de Ciência e Tecnologia, é relatado que as relações em ciências do mar, incluindo oceanografia, estavam em andamento para o estabelecimento de vínculos institucionalizados, havendo a possibilidade de visita ao Brasil da JAMSTEC antes do referido encontro. Foi asseverada também a necessidade de maior especificação brasileira quanto às áreas de interesses na interação com os japoneses (MG 1008, caixa 207, 2010).

A cooperação nipo-brasileira veio, então, a se estabelecer entre o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a JAMSTEC. A pesquisa chamada “Iatá-Piuna”, em tupi-guarani “navegando em águas profundas e escuras”, foi uma investigação entre Brasil e Japão em águas profundas no Atlântico Sul. A expedição inicial ocorreu em 2013, a fim de investigar os ecossistemas

profundos do mar, e os resultados obtidos foram: o encontro da primeira carcaça de baleia em mar profundo e a identificação de novas espécies de poliquetas ligadas a essas ossadas. A segunda expedição, por sua vez, encontrou um ecossistema associado à exsudação de óleo. Constatou-se ainda que, apesar de nove mergulhos realizados, não foram encontradas áreas de exsudação fria relacionadas a emissões de gás natural ou petróleo (IOUSP, 2014)²⁰².

De acordo com a diplomata Camila Neves Moreira (ENTREVISTA, DCTEC/MRE, 2017), o Japão decidiu não continuar investindo em pesquisas no mar do Atlântico Sul. Nesse sentido, o nível da cooperação que se iniciou não foi possível de ser mantido, muito embora o Brasil tivesse interesse na continuação da interação. De toda forma, é válido explicitar que essa expedição, realizada em cooperação com o Japão em 2013, auxiliou o Brasil no pleito em relação à plataforma continental (MOREIRA, ENTREVISTA, DCTEC/MRE, 2017).

Assim, afirma-se que não foi possível definir as causas por trás da não continuidade da cooperação em oceanografia entre Brasil e Japão. É possível apenas lançar a ideia de que o interesse japonês de exploração de recursos minerais, exarado no telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio, e o fato de não terem sido encontradas áreas de proliferação de gás natural ou petróleo nas expedições realizadas por ambos os países tenham relação com o desinteresse japonês. Para além disso, o maior envolvimento federal e diplomático brasileiro no desenvolvimento dessa cooperação poderia também ser apontado como importante para fortalecer o relacionamento entre os dois países.

f) TV digital

A cooperação por meio de TV digital entre Brasil e Japão é mencionada como importante no relacionamento entre os dois países quando das entrevistas com Josué Nunes Neto (ABC/MRE, 2017) e Camila Neves Moreira (DCTEC/MRE, 2017). A parceria entre Brasil e Japão na área de TV digital foi iniciada em 2006 com a assinatura do Memorando sobre a implantação do sistema brasileiro de TV digital (MCTIC²⁰³). Essa cooperação foi fortalecida em 2015 e, em 2016, foram celebrados os dez anos de sua existência (MCTIC).

Assim, por meio dessa interação, o Brasil implantou a tecnologia japonesa de TV digital e ainda passou a promover laços colaborativos com os países da América do Sul e da África,

²⁰² Disponível em: <<http://www.io.usp.br/index.php/aviso/pos-graduacao/581-defesa-de-disserta%C3%A7%C3%A3o-de-doutorado-em-oceanografia-biol%C3%B3gica>>. Acesso em: 29 set. 2017.

²⁰³ Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Bilateral/asia.htm> Acesso em: 30 jul. 2018.

por iniciativas triangulares (BRASIL, 2015)²⁰⁴. Frise-se ainda a importância do Grupo de Trabalho Conjunto entre Brasil e Japão a respeito da TV digital, que permitiu o acompanhamento da cooperação.

É importante destacar que o viés econômico-industrial relacionado com a iniciativa cooperativa em TV digital, a exemplo da necessidade de criação de uma indústria de semicondutores no Brasil (MRE, Telegrama, 2008, nº 834²⁰⁵), assim como as cooperações trilaterais, podem ter funcionado como motivadores do lado japonês para a continuidade da cooperação na esfera da TV digital.

Destarte, à luz de todos os pontos expostos em relação às distintas áreas cooperativas analisadas entre Brasil e Japão – meio ambiente, segurança pública, educação e pesquisa, saúde, oceanografia e TV digital –, observou-se, em geral, que as interações cooperativas entre Brasil e Japão são delineadas por meio de projetos, muito embora o conhecimento acerca do montante financeiro investido por ambos os atores durante o desenvolvimento do projeto seja de difícil acesso. Apenas nos casos em que há avaliações das cooperações pela JICA é que se tem maior noção sobre o processo cooperativo, os resultados alcançados e o montante financeiro investido.

Ademais, notou-se que duas áreas tiveram iniciativas cooperativas duradouras entre Japão e Brasil, quais sejam: o campo da segurança pública, com a cooperação ligada ao policiamento comunitário, e o setor da TV digital. A percepção que se teve foi a relação entre a triangulação e a durabilidade dos laços cooperativos entre Brasil e Japão também em termos bilaterais. O caso da TV digital é ainda estimulado por um fator econômico-industrial a ele interligado. Do lado brasileiro, os fatores indutores da cooperação teriam que ser melhor investigados, destrinchando o desempenho dos atores envolvidos e a postura do país frente a esses acordos/projetos. Essa tarefa será realizada nos casos de cooperação agrícola e espacial.

A fim de sistematizar os pontos dos acordos analisados até então e de auxiliar na avaliação do todo da cooperação técnico-científica Brasil-Japão, a ser realizada no Capítulo 5, expõe-se o Quadro 3.3 a seguir com algumas características dos projetos com maiores quantidades de informações coletadas.

²⁰⁴ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/11/brasil-e-japao-avancam-na-cooperacao-em-tv-digital>>. Acesso em: 20 set. 2017.

²⁰⁵ Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/462878/RESPOSTA_PEDIDO_Pedido%2009200000150201615.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Quadro 3.3 - Características dos acordos CADAF, Field Museum, Sistema Koban e TV digital

	CADAF	<i>Field Museum</i>	Sistema Koban	TV digital
Área	Meio ambiente	Meio ambiente	Segurança	Tecnologia
Iniciativa formal brasileira *	Sim	Sim	Sim	Sim
Resultados pretendidos alcançados	Sim	Sim (parciais)	Sim	Sim
Montante financeiro investido	US\$ 3,6 milhões	_**	_	_**
Status do projeto	Finalizado	Em andamento	Finalizado (mas, ainda há iniciativas cooperativas nesse âmbito)	Finalizado (mas, ainda há iniciativas cooperativas nesse âmbito)
Transformação em iniciativas de cooperação triangular	Não	Não	Sim	Sim

Notas:

* Para além do âmbito de solicitação formal da cooperação, não foi possível verificar a iniciativa brasileira nesses casos.

** Os relatórios em inglês de avaliação final desses projetos não foram encontrados para ser verificado o montante financeiro investido.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações apresentadas na pesquisa.

A seguir, passa-se ao cerne da análise cooperativa deste capítulo, com o estudo da cooperação técnico-científica Brasil-Japão na área agrícola, na qual o acordo cooperativo de sucesso entre os dois países será avaliado. É pertinente ainda ressaltar que a percepção histórico-atual das relações cooperativas agrícolas será possível, visto que, além do PRODECER, um acordo mais recente sobre engenharia genética será estudado.

3.7. COOPERAÇÃO AGRÍCOLA TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO

A cooperação agrícola técnico-científica entre Brasil e Japão é considerada de extrema importância no relacionamento bilateral, pois é remetida ao início da interação entre os dois países, bem como ao auge da cooperação nipo-brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, pode-se mencionar a durabilidade e continuidade de projetos bilaterais, como é o caso dos diferentes momentos do PRODECER, o qual será aprofundado na seção 3.7.3 deste capítulo. Nesse sentido, é possível identificar diferentes fases cooperativas no relacionamento agrícola entre Brasil e Japão, a serem explicitadas a seguir.

A primeira fase da cooperação está ligada à chegada histórica dos imigrantes japoneses ao Brasil no início do século XX, conforme consta no Capítulo 2. Com a vinda dos japoneses, foram desenvolvidas novas tecnologias e produtos de horticultura, bem como o trabalho associativo ético (RODRIGUES, 2016²⁰⁶).

A segunda fase, por sua vez, consiste na ampliação e no amadurecimento do relacionamento por meio da cooperação técnica e financeira na década de 1970, especialmente em virtude do PRODECER (RODRIGUES, 2016). Essa fase também representa o fortalecimento do setor agrícola interno brasileiro, como se observa por meio da criação da EMBRAPA em 1973. É pertinente mencionar que a EMBRAPA já nasceu internacionalizada e os intercâmbios com instituições de pesquisa externas serviram de base para a formação da sua estrutura institucional e para o desenvolvimento de seu corpo técnico (LOPES, 2017b).

A terceira fase da cooperação pode ser verificada a partir de 2000 até 2017 e consiste na redução da intensidade da cooperação bilateral agrícola entre Brasil e Japão, embora alguns projetos tenham sido desenvolvidos, e no incentivo à participação do setor privado japonês nas relações cooperativas com o Brasil (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b; MITSUHIRO ENTREVISTA, EMBAIXADA DO JAPÃO, 2017).

O envolvimento do setor privado japonês no relacionamento cooperativo agrícola é notório por meio do caso de MATOPIBA, região formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Ademais, é possível verificar o interesse japonês no melhoramento do transporte de *commodities* da região central do Brasil para exportação (MITSUHIRO, ENTREVISTA, EMBAIXADA DO JAPÃO, 2017). É válido ponderar que empresas japonesas têm buscado informações e diálogo com a EMBRAPA nos últimos anos, conforme explicita Alexandre Amaral (ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017a).

Ademais, esse terceiro momento de cooperação entre Brasil e Japão é visto pelo lado japonês como de promoção da triangulação com outros países, especialmente considerando o

²⁰⁶ Ex-Ministro da Agricultura do Brasil.

desenvolvimento alcançado pelo Brasil no setor agrícola (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b). Apesar de essa relação trilateral acontecer de forma paralela à bilateral, pode estar funcionando como empecilho para o aprofundamento cooperativo bilateral agrícola entre Brasil e Japão não apenas na modalidade técnica, mas também na científico-tecnológica.

Do lado brasileiro, esse período de 2000 a 2017 consiste na maior internacionalização da EMBRAPA, com a abertura dos laboratórios virtuais no exterior, chamados de LABEX, os quais serão analisados em momento oportuno neste capítulo. Esta iniciativa está ligada a parcerias com países desenvolvidos, como EUA e França, ou em desenvolvimento, que é o caso da China.

Além disso, a EMBRAPA passa a buscar a consolidação de sua presença internacional, reforçando seu papel no apoio da política externa do país, como ilustra o VI Plano Diretor de 2015 da referida empresa (LOPES, 2017b). O desenvolvimento de iniciativas de cooperação com países emergentes ou em desenvolvimento, além dos desenvolvidos, coaduna-se com esse interesse brasileiro.

É pertinente perceber que esse amadurecimento brasileiro na área agrícola, o qual leva o Brasil a prestador de cooperação no setor, não possui o mesmo impacto na promoção de relações mais densas e na ampliação de relações científico-tecnológicas com o Japão. Isso será debatido por meio das recentes iniciativas agrícolas entre os dois países e pelo caso do LABEX-Japão. Complementando o exposto, Komazawa (ENTREVISTA, JICA, 2017b) esclareceu, por meio de entrevista em 15 de agosto de 2017, que não existia, até então, projeto bilateral nipo-brasileiro na área agrícola em mira pela JICA, embora houvesse contatos a nível Ministerial entre os dois países relacionados com transporte e escoamento de produção da parte central do Brasil. Ademais, ponderou ainda que, até o ano de 2016, desconhecia a submissão pelo lado brasileiro de algum novo projeto na área agrícola (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b).

Para reforçar o argumento anterior, o Secretário para Assuntos Agrícolas da Embaixada do Japão, Mitsuhiko (ENTREVISTA, 2017), ao ser perguntado sobre o relacionamento japonês com a EMBRAPA e sobre as possibilidades de melhorá-lo, reconhece a importância histórica dessa interação, bem como o notório papel da EMBRAPA, mas pontua que seria válido desenvolver o aspecto tecnológico da agricultura, com introdução de tecnologia da informação no ambiente agrícola. Além disso, assevera também que seria pertinente a promoção de uma parceria da EMBRAPA com empresas privadas japonesas com conhecimento tecnológico na área agrícola.

De acordo com as entrevistas coletadas e com os pontos expostos, os seguintes fatores teriam contribuído para a redução da cooperação bilateral agrícola entre Brasil e Japão: a) diminuição da população ativa no Japão, impactando na canalização de recursos financeiros japoneses de forma mais austera; b) o foco japonês em ações voltadas para países em situações de conflito e menos desenvolvidos; c) a elevada capacidade agrícola brasileira, demonstrando a não necessidade de ajuda (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b); d) a instabilidade política brasileira, levando projetos previamente negociados à estaca zero ou à reanálise (MITSUHIRO, ENTREVISTA, EMBAIXADA DO JAPÃO, 2017); e) a falta de construção de um fluxo de comunicação entre pesquisadores dos dois países; f) a noção de fornecimento unidirecional de conhecimento e tecnologia japonesa para o Brasil, havendo, muitas vezes, desconhecimento da capacidade científica brasileira; g) o pouco conhecimento brasileiro sobre as pesquisas desenvolvidas no Japão (AMARAL, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017a); h) o maior destaque para as relações triangulares; i) o interesse japonês na promoção de relações cooperativas com envolvimento de atores privados; e, por fim, j) a necessidade de maior ativismo brasileiro na cooperação científico-tecnológica com o Japão.

Portanto, apesar da importância reconhecida do relacionamento bilateral entre Brasil e Japão na área agrícola, houve uma redução na intensidade das interações, que será detalhada no decorrer deste capítulo. Sendo assim, conforme delineado, o movimento tendencial tem sido da cooperação técnica bilateral para a triangular, tendo o Brasil como prestador, e em proporção muito baixa tem ocorrido a promoção da interação no campo científico-tecnológico. Nesse sentido, apesar de os fatores analíticos da diminuição do relacionamento cooperativo agrícola bilateral terem sido traçados, é preciso compreender o movimento dos atores, os atos internacionais assinados e os acordos estabelecidos no referido setor para verificar o comportamento brasileiro e delinear, com maior precisão, os possíveis entraves a um relacionamento bilateral mais amplo no campo agrícola.

3.7.1. Atores da cooperação técnico-científica agrícola Brasil-Japão

Nesta seção, são explicitadas as instituições relevantes da cooperação bilateral agrícola entre Brasil e Japão e as características gerais do relacionamento entre esses atores. O objetivo aqui é mais descritivo, porém essas interações e os movimentos institucionais serão apreendidos na análise dos acordos agrícolas.

Assim, em seu conjunto, o relacionamento cooperativo entre Brasil e Japão na área agrícola pode ser considerado como muito positivo, visto que há um bom diálogo entre técnicos,

pesquisadores e instituições envolvidas em projetos comuns. No âmbito da cooperação técnica, a relação entre a ABC e a JICA é fundamental, há reuniões e trocas de informações entre essas duas instituições, muito embora, conforme já exposto na seção 3.3 deste capítulo, o lado brasileiro, em tempos mais recentes, venha questionando a redução dos contatos a nível político entre os dois países.

Sob a perspectiva da cooperação científico-tecnológico, há destaque para a atuação da EMBRAPA, do lado brasileiro, que deveria ser coordenada pela DCTEC do Itamaraty, mas que, na prática, esse processo não acontece de maneira amplamente organizada, especialmente no que tange à centralização de informações. Pelo ponto de vista japonês, há a atuação da JICA e do JIRCAS.

Ingressando na compreensão do relacionamento das instituições expostas no parágrafo anterior, Tomohide Sugino (2017), Diretor do Escritório de Planejamento e Gerenciamento de Pesquisa da JIRCAS, por meio de informação fornecida por correio eletrônico, assevera que a cooperação com a EMBRAPA é frutífera e há projetos desenvolvidos em conjunto, como o da pesquisa de culturas tolerantes à seca, que será analisado mais adiante. Conforme expôs ainda Sugino (2017), a cooperação entre JIRCAS e EMBRAPA é contínua e está inserida dentro do programa chamado Produção Agrícola Estável. Do lado brasileiro, por sua vez, a interação com o JIRCAS também é explicitada como importante, inclusive no que tange às intenções de cooperação no caso do LABEX, embora ainda haja necessidade de exercitar melhor esses laços cooperativos (AMARAL, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017a). No que tange às ligações entre a JICA e a EMBRAPA, pode-se dizer que elas são historicamente consideradas muito boas, havendo o desenvolvimento de projetos em conjunto (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b).

Por fim, em termos ministeriais, há contatos desenvolvidos entre os dois países na área, especialmente em anos recentes, com os Diálogos Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos, como será relatado em termos documentais na seção seguinte. Conclui-se, então, com a percepção de que, quando há trabalho em conjunto no campo agrícola, as instituições brasileiras e japonesas têm um bom relacionamento. Há de se observar, por outro lado, como essa interação vem sendo estimulada, aspecto esse que poderá ser refletido a seguir com a análise dos atos internacionais e mais ainda com o aprofundamento de determinados acordos no campo agrícola.

3.7.2. Atos internacionais, reuniões e diálogos

Dando continuidade ao quadro analítico da cooperação técnico-científica Brasil-Japão na área agrícola, passa-se a observar o âmbito normativo e de diálogos e reuniões entre os dois países. Considera-se, então, que os atos internacionais desenvolvidos entre Brasil e Japão na esfera agrícola marcam o caminho da interação cooperativa entre as duas nações. Assim, além dos acordos básicos de cooperação técnica (1970) e científica (1984), os quais guiam a cooperação em termos gerais, há outros atos específicos que são apresentados nesta parte da pesquisa.

Desse modo, os documentos referentes à segunda fase da cooperação agrícola Brasil-Japão²⁰⁷ (já analisada no tópico 3.7), envolvendo o período entre a década de 1970 e 1990, revelam os interesses na área de cerrados, as tratativas acerca do tema, os progressos alcançados, a problemática financeira brasileira deflagrada nos anos de 1980 e 1990 e seus impactos para a cooperação²⁰⁸. Menciona-se, então, como relevante naquele momento o Comunicado Conjunto Brasil-Japão entre o Presidente do Brasil Ernesto Geisel e o Primeiro-Ministro do Japão Takeo Miki, assinado em Tóquio e divulgado pelo Itamaraty em 18 de setembro de 1976.

No documento referenciado acima, é possível referendar a menção à cooperação agrícola nipo-brasileira, destacando as iniciativas de ambos os países no desenvolvimento dos cerrados no Brasil e os progressos obtidos. Ademais, as partes alcançaram entendimento comum sobre o projeto piloto e a criação de uma companhia para gerir a cooperação. Houve notória expressão de interesse de ampliação da cooperação na área agrícola entre os dois países. Esse papel político foi muito importante na criação do PRODECER e no seu desenvolvimento, como se verá adiante no estudo desse caso cooperativo.

Ainda dentro do segundo período da cooperação Brasil-Japão, pode-se citar a Troca de Notas, em 3 de agosto de 1983, entre os dois países, na busca de cooperação em pesquisa agrícola no Brasil, que se efetivou em 1985. Além disso, houve também a Troca de Notas em 1987, com a proposta japonesa para o estabelecimento de novo acordo de cooperação na área agrícola baseado no desenvolvimento de dois projetos. O primeiro foi de produção agrícola nas savanas ácidas do cerrado, com objetivo de estabelecer sistemas agrícolas de baixo consumo e

²⁰⁷ A primeira fase da cooperação refere-se à chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil e foi apresentada no tópico 3.7 apenas a título de informação, tendo em vista que o marco temporal desta pesquisa se inicia em 1970.

²⁰⁸ É válido ponderar que os documentos coletados dessa segunda fase da cooperação agrícola Brasil-Japão fazem parte do site do sistema Concórdia do Itamaraty.

contribuir para os planos de utilização dos solos, climas e recursos vegetais. E o segundo, a seu turno, era um programa de pesquisa em produção vegetal, centrado no desenvolvimento de técnica de cultivo vegetal do Brasil por meio de pesquisas no campo a respeito da criação de plantas, patologia e nutrição vegetal, maquinaria agrícola e relacionamento solo-planta-água.

Na análise dos atos disponibilizados no sítio eletrônico do Concórdia do Itamaraty, não se observa nenhum acordo específico da esfera agrícola desenvolvido durante a década de 1990, muito embora se tenha conhecimento do estabelecimento da terceira fase do PRODECER.

Na fase mais recente da cooperação agrícola entre Brasil e Japão (2000-2017), pode-se mencionar o desenvolvimento dos Diálogos Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos. De acordo com o Secretário para Assuntos Agrícolas Mitsuhiro (ENTREVISTA, EMBAIXADA DO JAPÃO, 2017), esses encontros têm sido muito relevantes²⁰⁹, promovendo espaço político para diálogo e envolvendo autoridades, como os Ministros da Agricultura. Ressaltou ainda o entrevistado que a cooperação tecnológica também é um ponto de discussão nesses encontros governamentais.

Em 2016, por exemplo, ocorreu o Encontro Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos, no qual foram discutidas possibilidades de cooperação agrícola entre Brasil e Japão na região de MATOPIBA e redes de infraestrutura logística e parcerias público-privadas (EMBAIXADA DO JAPÃO, 2016²¹⁰). Na referida ocasião, foi assinado um Memorando de Cooperação no Campo da Agricultura e Alimentação centrado nos aspectos discutidos no encontro agrícola entre Brasil e Japão supramencionado. A partir da análise desenvolvida nesta tese e dos documentos correspondentes ao encontro supracitado, é relevante mencionar o ativismo da então Ministra da Agricultura Kátia Abreu²¹¹ na promoção da região de MATOPIBA, dos interesses privados agrícolas brasileiros e da cooperação com os japoneses. Quanto a este ponto, Mitsuhiro (ENTREVISTA, EMBAIXADA JAPÃO, 2017) também ressalta o papel de Kátia Abreu no incentivo à parceria com o Japão no âmbito agrícola.

Em julho de 2017, ocorreu outro Encontro Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos, o que promoveu a avaliação de possibilidades de cooperação entre Brasil e Japão no setor agrícola. Durante o referido encontro, foi realizada uma Declaração Conjunta da EMBRAPA e

²⁰⁹ De acordo com o relatório de gestão do Embaixador André Corrêa do Lago da Embaixada do Brasil em Tóquio (2013-2018), os diálogos têm promovido agenda de prioridades e trocas de opiniões, no entanto, sem assegurar a continuidade no tratamento dos temas.

²¹⁰ Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_ja/00_000234.html>. Acesso em: 5 fev. 2018.

²¹¹ Kátia Abreu atuou como vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) de 2005 a 2008, como Senadora pelo Estado de Tocantins desde 2006, e de 2008 a 2015 assumiu o cargo de Presidente da CNA. A partir de 2015, passou a exercer o cargo de Ministra da Agricultura do governo Dilma Rousseff até ser exonerada do cargo em virtude das mudanças políticas brasileiras, voltando à posição de Senadora.

da Câmara de Comércio e Indústria do Japão à imprensa, a fim de estabelecer uma parceria visando à possibilidade de cooperação entre empresas privadas e instituições de pesquisa na área agrícola. Importante se faz apontar a existência de uma proposta japonesa para o lado brasileiro, pautada na promoção de cooperação científica e tecnológica entre empresas japonesas e a EMBRAPA, com o intuito de gerar o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro, bem como sugestões sobre melhorias do sistema tributário, do regulamento cambial e do transporte de grãos (JAPÃO, 2017). Do lado brasileiro, não foi possível encontrar nenhum documento que referendasse os interesses do país.

A partir do exposto, infere-se que os contatos políticos entre Brasil e Japão e a ação de atores da política externa brasileira durante a década de 1970 e 1980 foram fundamentais para o desenvolvimento da cooperação agrícola no período e, especificamente, para o desenvolvimento do PRODECER. Durante a década de 1990, por sua vez, observa-se a redução dos atos internacionais e, conseqüentemente, da interação cooperativa. No cenário mais recente da cooperação, a partir dos anos 2000, nota-se uma mudança dos interesses japoneses na cooperação com o Brasil, buscando promover mais suas empresas privadas. Ao mesmo tempo, há também um movimento brasileiro no mesmo sentido, especialmente promovido pelos empresários da região de MATOPIBA e pela figura da Senadora e então Ministra da Agricultura Kátia Abreu, que juntos buscaram ressaltar a região do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, visando a trocas entre os setores privados japoneses e brasileiros.

Considera-se, portanto, que o elevado nível de cooperação bilateral na área agrícola em termos técnicos e institucionais, alcançado com o PRODECER, não teve grandes avanços na interação mais recente entre Brasil e Japão, na qual se observou uma redução de atos internacionais voltados para a promoção de iniciativas de cooperação agrícola. Os encontros promovidos no campo agrícola em anos mais recentes, conforme apresentado anteriormente, estão muito mais ligados a interesses de setores privados japoneses e brasileiros do que propriamente à proposição de iniciativas de cooperação científico-tecnológicas bilaterais oficiais, em associação ou não com os interesses privados.

Diante dos elementos trazidos com a análise dos atos internacionais, especialmente com a apresentação das nuances da cooperação agrícola nipo-brasileira no tempo, ingressa-se a seguir no cerne deste capítulo, que consiste na análise dos projetos de cooperação, desde o PRODECER até os mais recentes com a EMBRAPA, a fim de observar as variáveis que influenciam o estabelecimento e o desenvolvimento dessas interações cooperativas, bem como o movimento da política externa brasileira.

3.7.3. PRODECER

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados tem fundamental importância na cooperação Brasil-Japão e é considerado o grande projeto realizado entre os dois países (MITSUHIRO, ENTREVISTA, EMBAIXADA DO JAPÃO, 2017). Sendo assim, neste tópico, busca-se compreender as características desse projeto, os atores centrais, as diferentes fases, a participação financeira dos atores e os resultados. Posteriormente, será realizada uma análise do uso de ferramentas de política externa brasileira para a promoção da cooperação, como visitas presidenciais, ministeriais e atuação do Legislativo. O movimento da política externa para a promoção da cooperação será observado em consonância com seus fatores motivadores.

Apresentando brevemente as diretrizes básicas das três fases do PRODECER, tem-se que o plano de implementação do PRODECER I incluía a criação de uma fazenda sob a supervisão da empresa CAMPO, *joint venture* nipo-brasileira, encarregada de administrar o projeto (RODRIGUES, 2016). A implantação do PRODECER I iniciou-se em 1979 no estado de Minas Gerais, em uma área de 64 mil hectares, e o investimento total foi de US\$ 60 milhões (CAMPO²¹²).

O PRODECER II, iniciado em 1985, tinha por objetivo desenvolver tecnologias para as condições climáticas da região (RODRIGUES, 2016) e foi estabelecido nas áreas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, e projetos pilotos foram criados na Bahia e Mato Grosso (HOSONO²¹³; HONGO²¹⁴, 2016). Essa segunda fase foi promovida em uma área de aproximadamente 200 mil hectares e com custo de US\$ 375 milhões (CAMPO²¹⁵). De acordo com Rodrigues (2016), a diferença básica entre as duas fases é que, na primeira, as cooperativas eram responsáveis pela compra e transferência das terras para os colonos; na segunda fase, essa responsabilidade passou para a empresa CAMPO. Finalmente, o PRODECER III foi iniciado em 1995 e cobriu os estados de Tocantins e Maranhão em uma área de 80 mil hectares e com um custo de US\$ 138 milhões (CAMPO²¹⁶).

Em termos de recursos investidos do lado brasileiro e japonês, pode-se dizer que, nas fases I e II do PRODECER, a participação brasileira e japonesa era de 50% cada uma e, no PRODECER III, houve uma mudança, o Japão passou a contribuir com 60% e o Brasil com

²¹² Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/#implantacao>> Acesso em: 14 dez. 2015.

²¹³ Ex-diretor da JICA.

²¹⁴ Ex-consultor sênior da JICA.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

40% (RODRIGUES, 2016). Esse aspecto pode ser melhor avaliado ao se refletir sobre os interesses de ambos os países ao longo da cooperação.

Observa-se, então, os altos montantes financeiros inclusos no desenvolvimento do PRODECER e, com isso, já se deduz os interesses econômicos dos dois países com a formação da *joint venture* CAMPO, que era uma entidade público-privada com investimento de 51% brasileiro e 49% japonês (CAMPO²¹⁷). Importante mencionar que a *holding* brasileira BRASAGRO era constituída por 24 empresas, dentre elas: Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco Nacional de Desenvolvimento, Companhia Vale do Rio Doce, Cibrazen, Bamerindus, Cica, Manah, Eucatex, Solorrnico, Brahma, Florestal Acesita e Nutricia (MARTIN; PELEGRINI, 2009). Por sua vez, a holding japonesa JADECO era composta por 48 empresas, em meio a elas: Mitsubishi, Banco de Tóquio, Central de Cooperativas do Japão, Mitsui, Ishikawajima e Toshiba. A JICA era a principal acionista da JADECO (MARTIN; PELEGRINI, 2009)²¹⁸. Como se nota pelos atores implicados na composição da CAMPO, o financiamento do PRODECER envolvia fortemente o interesse dos bancos japoneses e brasileiros.

Outros atores foram fundamentais no desenvolvimento do PRODECER em termos mais técnicos, como a EMBRAPA e a JICA. A EMBRAPA foi uma grande beneficiária da cooperação nipo-brasileira, tendo em vista que recebeu investimentos para pesquisa nesse período (HOSONO; HONGO, 2016). Do lado brasileiro, pode-se citar ainda a importância do Ministério da Agricultura, das visitas Presidenciais e a atuação do Legislativo na promoção do PRODECER, como será destacado mais à frente na análise dos documentos históricos e telegramas coletados no arquivo do Itamaraty. Além disso, deve ser ressaltado o papel das cooperativas e dos bancos na condução da cooperação.

No que se refere aos resultados do PRODECER, encontram-se diferentes análises ilustrando as vantagens econômicas e de desenvolvimento agrícola brasileiro, mas, ao mesmo tempo, ressaltando os problemas sociais, fiscais (ZANATA, 2001²¹⁹) e ambientais decorrentes da cooperação.

Em termos positivos, pode-se dizer que a cooperação, no caso do PRODECER, promoveu as trocas técnico-científicas entre Brasil e Japão, por meio da EMBRAPA e JICA, em áreas como controle de insetos, desenvolvimento de sementes e cultivo, fertilização e

²¹⁷ Idem.

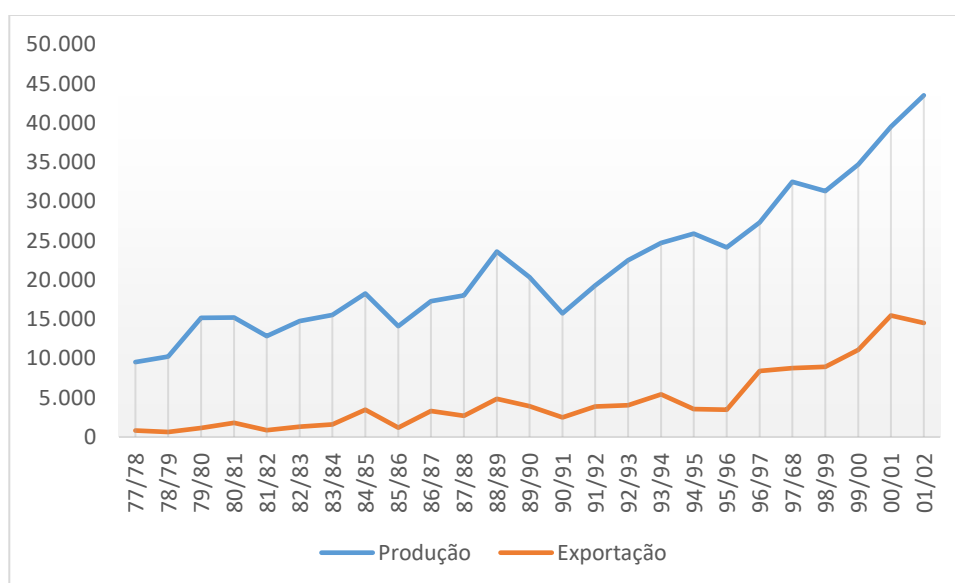
²¹⁸ De acordo com Martin e Pelegrini (2009), um sutil controle da JICA sobre a CAMPO existia, já que a empresa controlava o processo de cooperação do lado japonês, bem como os empréstimos.

²¹⁹ Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/1000003270/Prodecerchega-ao-fim-cheio-de-dividas>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

gerenciamento do solo, sistema de retenção de umidade, meteorologia agrícola e análise econômica (HOSONO; HONGO, 2016). Alves²²⁰ (2016) aponta ainda a importância do PRODECER para o próprio desenvolvimento da EMBRAPA, especialmente do Centro de Pesquisa Agrícola dos Cerrados (CPAC).

Ademais, no que se refere aos assentamentos e desenvolvimento dos cerrados, o PRODECER, de 1979 a 1999, gerou a implementação de 21 planos de colonização e o assentamento de 758 famílias em uma área de 334 mil hectares (CAMPO²²¹). Para além do projeto, aponta-se o potencial do PRODECER na melhoria das redes viárias nas localidades em que foi implantado (INOCÊNCIO, 2010), bem como na promoção do cultivo de soja e na capacidade brasileira no setor²²². O gráfico 3.3 a seguir corrobora com o exposto, demonstrando a evolução da produção e exportação de soja pelo Brasil ao longo do PRODECER.

Gráfico 3.3 - Produção de soja e exportação brasileiras (mil toneladas)



Fonte: USDA. ²²³

²²⁰ Ex-Presidente da EMBRAPA.

²²¹ Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/#implantacao>> Acesso em: 14 dez. 2015.

²²² Conforme dados da safra de 2017/2018, a produção mundial de soja foi de 336,699 milhões de toneladas e o Brasil, como segundo maior produtor mundial, gerou o montante de 116,996 milhões de toneladas (EMBRAPA, 2018). Disponível em: <<https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

Ademais, com base em dados de 2018, o complexo de soja configura-se como o setor de maior porcentagem financeira dentro das exportações brasileiras de agronegócios, correspondendo a 45% do montante total (AGROSTAT/MAPA, 2018). Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

²²³ Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>>. Acesso em: 17 set. 2018.

Por fim, pode-se apontar que a interação, no caso do PRODECER, inspirou a cooperação triangular entre Brasil, Japão e Moçambique, denominada de Pró-savana, apesar de todas as críticas cabíveis a essa iniciativa cooperativa²²⁴. Esse projeto foi criado, então, por meio de Memorando de Entendimento entre o governo de Moçambique, a ABC e a JICA em setembro de 2009 e seu objetivo consistia na promoção das savanas da região do Corredor de Nacala, em Moçambique. Shankland e Gonçalves (2016, p. 35) apontam, inclusive, como a possível questão da “similaridade”, aqui entendida entre o cerrado no Brasil e a savana em Moçambique, pode associar-se à promoção da cooperação, notadamente de tipo desenvolvimentista agrícola. Nesse sentido, os autores asseveram como muitos atores internacionais e do âmbito doméstico dos países envolvidos nessa cooperação passaram a assumir que o modelo de crescimento agrícola brasileiro, reforçado pelo PRODECER, poderia servir como um recurso de conhecimento a ser aplicado para a África (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016, p. 35).

De outro lado, podem ser traçados também os pontos negativos em torno do PRODECER. Assim, sobre os aspectos ambientais, é possível ressaltar problemas, tais como desmatamento, compactação do solo, matança de animais silvestres, dentre outros (INOCÊNCIO, 2010). As questões sociais também são questionadas e, por exemplo, foram estudadas por Rodrigues, Vasconcelos e Barbiero (2009), que retrataram a relação do PRODECER com a pobreza urbana e a exclusão social na região de Pedro Afonso, no município de Tocantins. É importante mencionar, no entanto, que esses desafios são decorrentes de uma discussão muito mais ampla sobre os impactos sociais do desenvolvimento econômico, bem como sobre os dilemas decorrentes da estrutura e das políticas adotadas pelo Estado brasileiro.

É apontado também como crítica ao PRODECER o forte endividamento de muitos agricultores que fizeram parte do projeto. No entanto, o período de desenvolvimento do Programa foi marcado por mudanças de planos econômicos, distintos regimes políticos, desenvolvimento de outros projetos nacionais, baseados em recursos externos, entre outros aspectos conjunturais que contribuíram para os problemas financeiros em discussão. Além

²²⁴ É válido ressaltar que problemas de transparência e conhecimento da sociedade sobre o projeto Pró-savana se aproximam, em determinada medida, do que ocorreu no Brasil na época do PRODECER. Apenas em 2015, cinco anos depois do anúncio do Pró-savana, o governo moçambicano lançou um “Zero Draft” apontando as diretrizes do plano central do acordo. Além disso, a existência de grupos opositoristas ao acordo cooperativo e as críticas sobre a possibilidade de aquisição de terras moçambicanas e de desenvolvimento de agricultura comercial de larga escala persistem, também se conectando com o que ocorreu com o PRODECER no Brasil. Acrescenta-se ainda que começaram a surgir receios sobre o encaminhamento do projeto e insegurança até mesmo por parte dos antigos apoiadores (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016).

disso, a grande dimensão do projeto em análise e sua extensão no tempo também ampliam a visibilidade para os problemas gerados.

Portanto, é válido ponderar que se reconhece a existência dos problemas sociais, fiscais e ambientais do PRODECER e a relevância de discuti-los para se pensar interações cooperativas mais prósperas para o Brasil em todas as perspectivas. No entanto, esta pesquisa baseia-se na compreensão da cooperação bilateral entre Brasil e Japão e, sobretudo, na observação do movimento de política externa brasileira para a promoção da cooperação. Para isso, utiliza o PRODECER como caso de estudo, tendo em vista seu destaque na cooperação entre os dois países, considerando os grandes impactos positivos no desenvolvimento agrícola e técnico-científico brasileiro.

3.7.3.1. PRODECER e Japão: os interesses em jogo

Antes de ingressar na análise dos aspectos domésticos brasileiros associados ao desenvolvimento do PRODECER e no movimento da política externa do país, são apontados os interesses japoneses na cooperação com o Brasil. Este tópico mostra-se particularmente necessário por estarem sendo estudadas relações cooperativas entre países economicamente assimétricos – Brasil e Japão – e pela influência externa japonesa ser um aspecto importante para avaliar a indução do movimento de política externa brasileira.

De maneira introdutória, pontua-se que o PRODECER está em consonância com a estratégia japonesa de estimular o crédito no Brasil para promover a produção voltada para o mercado global, induzindo à queda nos preços internacionais, como ocorreu com o financiamento da produção de celulose com a CENIBRA, do alumínio com a ALBRÁS e ALUNORTE, e do aço com a USIMINAS (SCHLESINGER, 2014). Corroborando o exposto, o estudo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (1986) expõe que o governo japonês se voltou para o setor agrícola, promovendo planos de desenvolvimento, envolvendo empréstimos e uma revolução tecnológica no setor. É pertinente ainda citar que o movimento de indução na produção de *commodities* na esfera agrícola vai além do Brasil e envolve a região da América do Sul e Central, como se verifica pelos acordos estabelecidos (INOCÊNCIO, 2010).

Dessa forma, encontra-se, na literatura sobre o tema (INOCÊNCIO, 2010; RODRIGUES, 2016), a necessidade, por parte do Japão, de promover a produção externa de alimentos em larga escala para fortalecer o abastecimento do país, tendo em vista as condições desfavoráveis para expansão produtiva no território japonês. Nesse sentido, como assevera

Inocêncio (2010), o Japão passou a promover, nos anos de 1970, uma política exterior agrícola embasada no aumento de estoques de alimentos e promoção de acordos bilaterais de importação.

É fundamental ainda retornar no tempo e atentar que o interesse pelo cerrado brasileiro do lado japonês já tinha sido manifestado desde 1961 e foi ressaltado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão ao Presidente João Goulart, com base em estudo feito pelo técnico japonês Ioshi Matsumoto (MARTIN; PELEGRINI, 1984). Ademais, o espaço de interesse na ocupação do cerrado, nesse momento, coincidiu com o mesmo que a empresa CAMPO passou a coordenar após o surgimento do PRODECER (MARTIN; PELEGRINI, 1984). Então, a proposta japonesa, nesse período em análise, era de estabelecimento de um projeto de ocupação do cerrado, com desenvolvimento de ferrovias e financiamentos, e sua execução ficaria a cargo da JICA. No entanto, por questão de soberania nacional, as Forças Armadas vetaram a execução dessa ideia (MARTIN; PELEGRINI, 1984).

Sendo assim, apenas em 1970, com a assinatura do acordo básico de cooperação técnica Brasil-Japão, durante o governo de Garrastazu Médici (1969-1974), estavam abertas as portas para novos estudos sobre o cerrado brasileiro (MARTIN; PELEGRINI, 1984; IBASE, 1986). Logo depois, em 1973, o Presidente Nixon dos EUA anunciou um embargo à exportação de grãos, especialmente soja, dos EUA para o Japão, o que acelerou o interesse japonês em relações com países produtores de grãos (RODRIGUES, 2016). Desse modo, o Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca (MAFF) do Japão enviou uma missão técnica para prospectar regiões capazes de produzir grãos em larga escala (RODRIGUES, 2016). Nitidamente, observa-se a conexão com o desenvolvimento inicial do PRODECER.

Como já foi posto, não é intenção central da pesquisa observar os atores envolvidos na promoção dos interesses japoneses em relação à cooperação na área de cerrados, tendo em vista que o direcionamento da análise é a partir do Brasil e de sua política externa voltada para a cooperação. Contudo, mostra-se relevante citar a atuação da Federação das Indústrias do Japão –Keidanren –, pois, nos documentos oficiais analisados, incluindo os telegramas do MRE, nota-se sua participação na condução da cooperação. Corroborando o apresentado, Rodrigues (2016) afirma que, em 1975, a Keidanren criou um Comitê para o Desenvolvimento da Cooperação Agrícola Brasil-Japão.

De acordo com Inocêncio (2010), acrescenta-se ainda que o fertilizante fosfatado produzido pela empresa japonesa Mitsui & Co. LTDA, que se instalou no Brasil e passou a utilizar matéria-prima nacional, foi o mais consumido nos projetos do PRODECER, o que demonstra os benefícios econômicos japoneses advindos com o projeto. Pontua-se também a

citada figura do Ministro da Agricultura do Japão, Michio Watanabe, o qual, em 1979, em visita à estrutura do PRODECER no Brasil, subiu na boleia de um trator de esteira e mostrou entusiasmo com o projeto (MIZUMOTO; CRUZ; OGURA, 2009). Michio foi posteriormente Ministro da Fazenda no Japão, sendo peça fundamental na condução do PRODECER, mesmo em meio à crise cambial da década de 1980 (MIZUMOTO; CRUZ; OGURA, 2009).

Logo, não há como negar o exposto por Inocêncio (2010) e Pessôa e Inocêncio (2014) de que a participação do Japão no PRODECER representa os interesses do capital japonês. Contudo, nos próximos tópicos, busca-se compreender o que vinha acontecendo no cenário doméstico brasileiro para levar o Brasil a promover sua política externa em direção ao estabelecimento do Programa. Existiu realmente um movimento de política externa na promoção do PRODECER ou houve mais uma indução por interesses externos? Quais fatores e atores foram relevantes na promoção da cooperação com o Japão? Essas perguntas serão discutidas nos pontos seguintes desta pesquisa.

3.7.3.2. PRODECER e o contexto doméstico brasileiro

Para compreender o processo de estabelecimento e desenvolvimento do PRODECER é necessário observar os atores e as políticas domésticas que refletiram na dinâmica da política externa para promoção do referido projeto cooperativo. Considerando a extensa duração do Programa, a presente análise será dividida em cinco momentos: 1) antecedentes do PRODECER: política agrícola e territorialização (1930-1970); 2) origens, delineamentos iniciais do PRODECER e a dinâmica de política externa no governo Geisel (1974-1979); 3) PRODECER I (1979-1985); 4) PRODECER II (1985-1992); e 5) PRODECER III (1995-2002).

3.7.3.2.1. *Antecedentes do PRODECER: política agrícola e territorialização (1930-1970)*

É fundamental começar com uma discussão sobre o desenvolvimento da política agrícola brasileira e as respectivas conexões com o PRODECER. Sendo assim, tendo em vista a importância no desenvolvimento econômico brasileiro das matérias-primas agrícolas, como cana-de-açúcar e café, é inevitável destacar o papel que a agricultura ocupa no pensamento político brasileiro. De acordo com Coelho (2001), as primeiras iniciativas no Brasil no sentido de promover uma política agrícola datam do final do século XIX, com o apoio financeiro ao setor rural. Acredita-se que o Acordo de Taubaté de 1906 tenha sido a primeira tentativa de

organizar uma política agrícola de maior suporte, envolvendo preocupações com crédito, preço e estoque (COELHO, 2001).

No final da década de 1920, com o excesso de estoque de café no Brasil, houve uma busca por uma melhor estruturação da política agrícola no país, baseada nos instrumentos de crédito e setorização dos produtos agrícolas, como a criação do Conselho do Café em 1931, do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil em 1937 (COELHO, 2001; INOCÊNCIO, 2010). Coelho (2001) denomina esse período como primeira fase da política agrícola brasileira.

Já a segunda fase da política agrícola brasileira corresponde à modernização da agricultura do país e à criação de um sistema nacional do crédito rural, a partir da década de 1960 (COELHO, 2001). Esse período coincide com o início da ditadura militar no Brasil, em 1964, e com a promoção dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II (1972-1974 e 1975-1979).

Os PND I e II deram atenção à promoção das exportações brasileiras e à necessidade de maior integração nacional do país, fortalecendo a preocupação com a região Centro-Oeste, na qual o bioma cerrado está inserido (INOCÊNCIO, 2010). Inocêncio (2010) destaca como o PRODECER foi implantado em meio a esse contexto. É importante mencionar que, em 1972, houve também a criação da EMBRAPA e, em 1975, a formulação, pelo governo brasileiro, do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) como uma política nacional (HOSONO; HONGO, 2016), o que demonstra o forte interesse brasileiro na promoção agrícola da região Centro-Oeste.²²⁵

Dessa forma, conforme argumentado por Inocêncio (2010), a modernização da agricultura, o sistema de créditos, as políticas de desenvolvimento e de integração regional durante a ditadura militar e o incentivo às exportações influenciaram na promoção da região Centro-Oeste e do cerrado, bem como da cooperação com o Japão por meio do PRODECER.

No entanto, questiona-se: como os atores envolvidos no desenvolvimento dessa política agrícola brasileira influenciaram no estabelecimento do PRODECER e de que forma a política externa foi um instrumento relevante na promoção da cooperação? Passa-se, então, à análise das origens, dos delineamentos iniciais do PRODECER e de sua negociação durante o governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

²²⁵ Apenas a título de complementação, a terceira fase da política agrícola brasileira é considerada a partir dos anos 1980 e está centrada na tentativa do governo federal de reduzir os subsídios do setor agrícola. A quarta fase, por fim, é vista a partir da metade dos anos 1990, pela promoção de políticas menos intervencionistas e mais focada na abertura comercial e nas preocupações ambientais (COELHO, 2001).

3.7.3.2.2. *Origens, delineamentos iniciais do PRODECER e a dinâmica de política externa no governo Geisel (1974-1979)*

Nesta seção, busca-se apresentar como foi sendo estabelecida a aproximação com os japoneses na esfera dos cerrados e de que forma foram dados os passos iniciais de negociação do PRODECER. Sendo assim, apontam-se as origens do projeto relatadas por atores que estiveram próximos desse contexto, bem como o encaminhamento da política externa do governo Geisel e sua conexão com o desenvolvimento do acordo cooperativo em debate.

Desse modo, Rodrigues (2016) assevera que as origens do PRODECER podem ser remetidas à vinda de uma missão ao Brasil, em 1971, da *Japanese National Purchasing Federation of Agricultural Cooperative Associations* (ZENDOREN) em decorrência do convite de Antônio José Rodrigues Filho, então Presidente da Organização de Cooperativas de São Paulo (OCESP). O objetivo na época era promover a exportação de milho brasileiro (RODRIGUES, 2016). Mas, conforme posto no tópico sobre os interesses japoneses, a ideia da cooperação nos cerrados brasileiros já havia sido proposta pelo lado nipônico desde os anos 1960, durante o governo João Goulart.

Pode-se apontar ainda, de acordo com entrevista realizada com Americo Utumi²²⁶ (2018), atual Assessor Especial da Presidência da OCESP, a contribuição da Cooperativa Agrícola de Cotia, entre os anos de 1960-70, para a produção agrícola no cerrado brasileiro e o futuro relacionamento com os japoneses. Isso porque a ideia de promover o assentamento de novos produtores em Minas Gerais por parte da cooperativa foi levada ao governador do referido estado, Rondon Pacheco, por intermédio de seu secretário da agricultura Alysson Paolinelli, e ambos ficaram muito interessados na proposta.

Assim, em abril de 1973, foi celebrado o convênio entre o governo de Minas Gerais e a Cooperativa Agrícola de Cotia, um projeto piloto para testar vários cultivos e sua adaptabilidade ao cerrado mineiro, iniciado com financiamento de diversas entidades bancárias, dentre elas o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que patrocinou a produção de café no cerrado mineiro, o qual passou a ter destaque nacional (ENTREVISTA, UTUMI, 2018). Americo Utumi (ENTREVISTA, 2018) assevera a importância de Alysson Paolinelli como grande mentor desta iniciativa no cerrado, tendo sido fundamental para garantir acesso ao governador de Minas Gerais e ao Banco de Desenvolvimento do mesmo estado.

²²⁶ Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia à época.

Os japoneses, então, ficaram cientes desse projeto em virtude de a Cooperativa Agrícola de Cotia ser formada, em sua maioria, por imigrantes japoneses, além da repercussão positiva nacional e internacional gerada com a iniciativa, que foi difundida, por exemplo, em jornais da colônia japonesa no Brasil, tais como *Paulista Shimbun* e *Nippak Shimbun*. Desse modo, houve visitas de técnicos do Ministério da Agricultura japonês ao Brasil para verificar o desenvolvimento desse projeto após dois anos de seu início, ou seja, a partir de 1975. Quanto a esse ponto, aborda o entrevistado que, inclusive, ele mesmo teve a oportunidade de levar algumas dessas pessoas para conhecer o empreendimento proposto pela cooperativa (UTUMI, ENTREVISTA, 2018).

Em associação ao próprio relato exposto por Americo Utumi, é possível fazer menção à atuação dos governadores de Minas Gerais na promoção da cooperação com o Japão, bem como do secretário da agricultura do referido estado à época, Alysso Paolinelli. Assim, conforme ressalta o próprio Paolinelli, em entrevista do ano de 2007 (MIZUMOTO et al., 2009, p. 88), o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, foi o precursor da ideia de ocupação dos cerrados. Acrescenta-se que seu sucessor, Rondon Pacheco, deu continuidade a esse projeto (MIZUMOTO et al., 2009, p. 88). Esse aspecto ilustra a existência de paradiplomacia, ou seja, um processo de condução diplomática pelos entes estatais.

Em entrevista, Paolinelli (2018) faz uma digressão aos antecedentes do PRODECER, apontando que, quando era secretário da agricultura de Minas Gerais, teve oportunidade de ver o trabalho que estava sendo feito no cerrado por volta de 1971. Além disso, havia a figura de Toshio Doko²²⁷, que era Presidente da Keidanren e estava interessado em ajudar o Brasil na utilização do cerrado e na criação de um corredor de exportação a partir de Minas Gerais. De acordo com o entrevistado, o Sr. Doko visitou o referido estado umas duas vezes e ficou muito impressionado.

Em 1972, foi iniciado o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), com o desenvolvimento de um acordo com a Cooperativa Agrícola de Cotia para assentamento de colonos. Quando o Sr. Doko visitou novamente o Brasil, tomou conhecimento do projeto e ficou entusiasmado com a possibilidade de o Japão poder contribuir. Paolinelli assevera que em 1974, por sua vez, foi chamado para o Ministério da Agricultura do governo Geisel e continuou dando atenção ao PADAP, ao projeto mineiro iniciado. Ademais, afirma que buscou fazer uma proposta a nível brasileiro aos japoneses para cooperarem com o Brasil

²²⁷ Importante figura para o desenvolvimento do PRODECER, especialmente como estimulador do lado da iniciativa privada. Seu papel foi tão relevante que a primeira soja tropical produzida pela EMBRAPA, antes mesmo do PRODECER, foi chamada de soja doko (PAOLINELLI, ENTREVISTA, 2018).

no setor dos cerrados. Assim, após longas discussões, os japoneses aceitaram e resolveram desenvolver o PRODECER em etapas (PAOLINELLI, ENTREVISTA, 2018).

Mantendo a análise das interações nipo-japonesas nesse período, alguns acontecimentos reforçaram as possibilidades de cooperação na área de cerrado entre Brasil e Japão. De acordo com Wagner²²⁸, Goedert²²⁹ e Rocha²³⁰ (2016), em setembro de 1974, o Primeiro-Ministro Japonês Kakuei Tanaka visitou o Brasil e assinou uma declaração conjunta com o Presidente Ernesto Geisel. Esse fato motivou o envio de uma missão japonesa ao Brasil em fevereiro de 1975 e outra em setembro do mesmo ano. Em março de 1976, uma terceira missão veio ao Brasil com o objetivo de formular o registro do acordo bilateral (WAGNER; GOEDERT; ROCHA, 2016).

A visita do Presidente Ernesto Geisel ao Japão em setembro de 1976 é considerada relevante para o posterior delineamento do PRODECER. Entre os atores que fizeram parte da comitiva oficial ao Japão, destacam-se ministros, parlamentares e representantes do setor bancário (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976). O Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, o Ministro da Indústria e Comércio Severo Fagundes Gomes, o Ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki, o Ministro da Secretaria de Planejamento João Paulo Velloso e o Ministro do Gabinete Militar Hugo de Andrade Abreu são mencionados no relato da viagem do Presidente Geisel (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976).

É válido notar que o Ministro da Agricultura é ressaltado entre os presentes na comitiva presidencial ao Japão; por outro lado, há uma forte representação do setor bancário. Nesse sentido, por meio da análise dos atores, nota-se um direcionamento econômico da visita presidencial. Ademais, como se verá adiante, o setor bancário será fundamental na provisão de financiamentos para o desenvolvimento do PRODECER.

Na ocasião da visita presidencial, ocorreu também o encontro entre o Presidente da República Ernesto Geisel e o Primeiro Ministro Takeo Miki, bem como entre os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976). Houve ainda um almoço oferecido pela Federação das Indústrias do Japão – Keidanren – ao Presidente Geisel.

Durante o discurso do Vice Primeiro-Ministro Takeo Fukuda, na Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão, de 16 de setembro de 1976, os interesses econômicos foram claramente colocados como fator de interligação entre os dois países, sendo ponderada a

²²⁸ Ex-diretor do CPAC da EMBRAPA.

²²⁹ Ex-diretor do CPAC da EMBRAPA.

²³⁰ Ex-diretor do CPAC da EMBRAPA.

abundância de matéria-prima brasileira e a capacidade industrial japonesa (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976). O Vice Primeiro-Ministro assevera ainda, em seu discurso, que o ponto focal dessa primeira reunião ministerial foi a cooperação econômica entre os dois países.

Reforçando os pontos expostos e demonstrando mais uma vez o cenário de onde o PRODECER prospera, tem-se o discurso do Presidente Geisel na ocasião do almoço com a Keidanren:

Nossa economia, não menos dinâmica, caracteriza-se pela abundância de recursos naturais, inclusive território, ainda inaproveitados, pela avidez de recursos financeiros para sua exploração, pela necessidade premente da incorporação de tecnologia avançada no processo produtivo e pela versatilidade da produção industrial. São, pois, bastante variadas as possibilidades de complementação dos interesses econômicos entre nós. (GEISEL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976a, p. 37).

O discurso do Primeiro-Ministro Takeo Miki, no jantar oferecido ao Presidente Geisel, em 1976, também explicita a política brasileira na promoção do desenvolvimento, ressaltando, inclusive, as iniciativas voltadas para a exploração agrícola do cerrado na região Centro-Oeste (MIKI, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976, p. 41).

Deixando mais clara ainda a possibilidade de cooperação agrícola entre Brasil e Japão no âmbito do cerrado, o Presidente Geisel, em entrevista à Emissora de Televisão Japonesa NHK, em 1976, fala sobre os empreendimentos desenvolvidos entre Brasil e Japão ao longo do tempo e sobre os futuros projetos:

Há ainda outros empreendimentos em fase de projetos, alguns já aprovados, outros em fase de estudos, empreendimentos grandes, que certamente trarão excelentes resultados, tanto para o Brasil quanto para investidores japoneses. Desejo referir-me de forma especial a um projeto na área de alumínio, a ser executado na região amazônica e a um projeto siderúrgico em Tubarão.

Há projetos agrícolas na zona do cerrado e muitos outros. [...] Grande parte da produção gerada pela implantação desses projetos será aproveitada em negociações ou na importação pelo próprio Japão [...] o que aumenta as possibilidades de seu pleno êxito. (GEISEL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976b, p. 63).

Assim, mantendo-se o tema da cooperação dos cerrados, o Presidente da Keidanren Toshio Doko aponta, em entrevista a jornalistas brasileiros, as negociações em relação ao projeto entre Brasil e Japão na área do cerrado, revelando os receios japoneses com a natureza do solo do cerrado, mas asseverando que o projeto já estava com conclusões prontas para sua implantação em uma área inicial menor do que o interesse brasileiro (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976). O fato de a discussão do projeto na área de cerrados estar essencialmente ligada aos interesses da Keidanren demonstra a relação do PRODECER com os negócios privados no Japão.

Acrescenta-se ainda que, no Comunicado Conjunto Brasil-Japão, no fim da visita de Geisel ao Estado nipônico, em 1976, há, mais uma vez, referência ao Programa na área de cerrados, denominado posteriormente de PRODECER. Conforme posto no comunicado, o Programa estava comprovadamente tendo progressos concretos como resultado da cooperação de governos e cidadãos e, na ocasião da visita presidencial, houve o estabelecimento de um acordo sobre o projeto piloto. Uma companhia seria criada – nominada depois de CAMPO – e as perspectivas para um projeto nipo-brasileiro, após essa fase inicial, seriam grandes. Sendo assim, houve a nítida expressão de interesse de cooperação entre os dois governos no desenvolvimento dos cerrados (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1976, p. 105-106).

Conforme expressa Rodrigues (2016), em fevereiro de 1976, representantes da JICA, liderados por seu Vice-Presidente Takashi Hisamune, tiveram vários encontros com autoridades brasileiras do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Agricultura e do setor privado para discutir o PRODECER. Nessa ocasião, tem-se, então, o estabelecimento da denominação PRODECER.

Ademais, apontam-se também as intensas interações entre Japão e Brasil por meio de trocas de visitas e missões. De acordo com Rodrigues (2016), durante o período de negociação do PRODECER, muitas missões foram promovidas do Japão para o Brasil e vice-versa, incluindo técnicos, especialistas, iniciativa privada, políticos, Ministros de Estados, Presidente do Brasil e Primeiros-Ministros japoneses.

Portanto, destaca-se que o PRODECER vinha sendo pensado desde o início da década de 1970 pelas autoridades japonesas e brasileiras, em consonância com a participação e o interesse do setor privado e dos bancos. Dessa forma, é notório que a decisão brasileira de cooperar com o Japão e as iniciativas de política externa sofreram influência dos atores internos brasileiros.

Em conformidade com os pontos já explicitados, passa-se a buscar entender a conexão entre as iniciativas de política externa e os atores indutores desse processo, ou seja, pretende-se ressaltar os atores e dinâmicas da fase de negociação do PRODECER e da política externa do governo Geisel (1974-1979). São salientados atores estimuladores e também contestadores do PRODECER e os respectivos impactos sobre o projeto.

O Presidente Geisel é considerado um importante ator no relacionamento bilateral com o Japão. Inclusive, no ano de sua morte, o Brasil recebeu mensagem oficial japonesa lamentando o fato e ressaltando a importância do ex-Presidente enquanto amigo da nação japonesa (MRE, MG 723, caixa 44, 1996). Além disso, a visita do Presidente Geisel ao Japão,

já relatada, teve uma repercussão muito positiva e seu carisma, em entrevistas concedidas e nos discursos apresentados, reforçou os laços entre os dois países.

Quanto ao PRODECER, sua indução é perceptível por meio das visitas do Presidente Geisel, como demonstrado anteriormente neste tópico. De acordo com entrevista com Paolinelli (2018), Geisel teve o maior interesse no projeto dos cerrados, tanto que, mesmo depois de deixar a Presidência, fez questão de visitar os assentamentos e ficou muito entusiasmado com os resultados alcançados. Sendo assim, nota-se o relevante papel da diplomacia presidencial na condução da política externa para a cooperação.

A atuação do Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, juntamente com o Presidente Geisel, possibilitou um conjunto harmônico nesse período no desenvolvimento da política externa brasileira. Há, porém, de se ressaltar que o Ministério das Relações Exteriores não estava unânime nos momentos iniciais de desenvolvimento do PRODECER, havia críticas quanto ao não envolvimento desse órgão de forma mais direta nas negociações do acordo (DUQUE, 1980²³¹).

Esse aspecto é pertinente de ser referenciado porque demonstra a preocupação existente, na literatura brasileira de análise de política externa, em torno dos debates sobre o insulamento do MRE (FIGUEIRA, 2010). Na discussão que está sendo empreendida aqui, mostra-se uma abertura do processo de política externa para além deste Ministério.

Assim, nesse processo de estabelecimento do PRODECER, destaca-se ainda a atuação do Ministério da Agricultura e, especialmente, do Ministro Alysson Paolinelli, o qual pode ser mencionado como ator importante, já que seus pensamentos estavam em consonância com o futuro projeto para o desenvolvimento dos cerrados. Conforme se observa em sua biografia (MALIN; SOUSA; BARROS/CPDOC²³²), em julho de 1974, Paolinelli reconheceu a existência de ótimos projetos para o campo; mas, diante da falta de recursos brasileiros, expressou a necessidade do capital estrangeiro no setor agropecuário. Ademais, a agricultura foi apontada por Paolinelli, em 1976, como tema prioritário na política do governo Geisel (MALIN; SOUSA; BARROS/CPDOC²³³).

Paolinelli foi ainda o mentor do primeiro plano de desenvolvimento dos cerrados em 1972, denominado Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), quando era secretário da agricultura do governo de Minas Gerais (IBASE, 1986). Em 1973, assinou um

²³¹ Depoimento do Deputado Hélio Duque, crítico do PRODECER.

²³² Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulinelli-alysson>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

²³³ Idem.

acordo com a Cooperativa Agrícola de Cotia²³⁴, dando prosseguimento ao PADAP (IBASE, 1986). Já como Ministro da Agricultura do governo Geisel, em 1975, promoveu o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, chamado de Polocentro, que depois perdeu força e deu lugar ao PRODECER (IBASE, 1986). Como será posto adiante, a figura de Paolinelli é fundamental pois ele exerceu um papel relevante em diversos momentos do desenvolvimento do PRODECER e em diferentes esferas de atuação.

É válido apontar que as negociações do PRODECER tiveram também como importante ator o então Diretor da EMBRAPA na década de 1970, Eliseu Alves, que buscou promover a cooperação tecnológica em larga escala com o Japão (HOSONO; HONGO, 2016). De acordo com Hosono e Hongo (2016), o Programa de Cooperação em Pesquisa Agrícola Brasil-Japão foi iniciado antes do PRODECER, em 1977, baseando-se na cooperação entre EMBRAPA/CPAC e JICA.

No que tange à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), aponta-se que a política desenvolvida durante a ditadura militar se coadunou com os interesses do setor agrícola, levando a um relacionamento positivo com o governo naquele momento (LAMARÃO; PINTO/CPDOC²³⁵). Nesse sentido, a aprovação do Estatuto da Terra em 1964 reforçou a interação entre o Estado brasileiro e a CNA, tendo em vista que, no lugar de debater a estrutura de propriedade de terras, passou a ocorrer um incentivo para a produtividade dos campos agrícolas por meio de mecanização e cooperações técnicas e financeiras (LAMARÃO; PINTO/CPDOC²³⁶). Dessa forma, nota-se que os interesses estatais e da CNA, durante grande parte da ditadura militar, estavam em consonância e também foram relevantes para a promoção do PRODECER. Paolinelli (ENTREVISTA, 2018), inclusive, afirma que a CNA foi importante apoiadora do projeto, embora não tenha participado diretamente de sua execução.

Há que se mencionar também a existência de grupos contrários à internacionalização do cerrado brasileiro, como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Federações de Trabalhadores da Agricultura e as Federações Patronais da Agricultura de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e alguns parlamentares, tais como os deputados Hélio Duque e Adhemar Santillo (PESSÔA;

²³⁴ A Cooperativa de Cotia teve um papel fundamental no desenvolvimento do PRODECER I.

²³⁵ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

²³⁶ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

INOCÊNCIO, 2014, p. 8; IBASE, 1986; CENTRO DA PASTORAL DE VERGUEIRO, 1983; MARTIN; PELEGRINI, 2009).

Esse debate presente entre os propulsores e críticos do PRODECER está associado a uma discussão existente entre os estudiosos de política externa a respeito dos princípios da autonomia e do desenvolvimento. Ou seja, os questionadores do projeto ressaltavam que os empréstimos internacionais relacionados ao PRODECER estariam conduzindo a um desenvolvimento de cunho dependentista, não garantindo, assim, a autonomia brasileira.

É válido ponderar que, diante de várias críticas, o governo brasileiro, por meio de seus representantes, como os Ministros da Agricultura, tentava conduzir o PRODECER e, inclusive, em alguns momentos, chegou a negar ou dissimular a promoção da cooperação (MARTIN; PELEGRINI, 2009). Esclarece-se que as críticas e as defesas do governo tiveram destaque durante o início do PRODECER I, especialmente em 1980, as quais serão esmiuçadas mais à frente.

Portanto, demonstra-se que existiam diferentes interesses e percepções internas sobre o PRODECER, mas seu estabelecimento e continuidade ressaltam como a política governamental e os interesses econômicos da elite agrícola se sobressaíram. Havia um interesse político agrícola brasileiro, um diálogo institucional entre EMBRAPA e JICA sendo desenvolvido e um interesse externo japonês que endossava a cooperação.

Quanto a esse interesse externo, ele merece ser reforçado, especialmente quando se nota que, desde os anos 1960, o Japão já tinha atentado para a possibilidade de desenvolvimento de um processo cooperativo relacionado com o cerrado (IBASE, 1986; MARTIN; PELEGRINI, 1984). Além disso, havia uma conexão japonesa com os escalões de poder relacionados com a questão agrícola no Brasil²³⁷ (MARTIN; PELEGRINI, 1984), como será ressaltado quando se for tratar dos personagens condutores da cooperação ao longo das fases do PRODECER. De

²³⁷ Preliminarmente, pode-se apontar as seguintes figuras e conexões com o Japão: 1) Amaury Stábile, que foi Ministro da Agricultura no Brasil, era funcionário licenciado da Sharp Corporation e mantinha dez por cento das ações da empresa, enquanto sua mulher possuía cinco por cento das ações da Sharp e seu filho era diretor financeiro da empresa; 2) Isidoro Yamanaka, que era um dos articuladores do projeto de colonização dos cerrados, integrava a assessoria direta do Ministro Delfim Neto e era notoriamente vinculado às altas esferas do capital japonês; 3) Toshio Shibui, que era ex-diretor do Banco de Tóquio e, na época da instalação do projeto, era diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), um dos órgãos envolvidos no financiamento de projetos de colonização dos cerrados; 4) Paulo Iokota, que era presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária, órgão avalizador de qualquer alteração no quadro agrário brasileiro, foi diretor de Crédito Agrícola do Banco Central no Governo Médici e assessor do Banco de Tóquio no Brasil. Seu irmão foi nomeado diretor financeiro da Eletrobrás, fornecedora fundamental da infraestrutura elétrica para a região dos cerrados; 5) Paulo Afonso Romano, que era diretor presidente da CAMPO, foi secretário-geral do Ministério da Agricultura no governo Geisel e iniciou os contatos com os japoneses para desenvolver o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado (MARTIN; PELEGRINI, 1984). Algumas dessas e outras personalidades são analisadas ao longo deste capítulo.

todo modo, não se pode retirar a relevância dos vários atores domésticos que conduziram o PRODECER, além disso, deve-se lembrar que nem sempre o estímulo externo conduz diretamente à cooperação. Sendo assim, as variáveis e os atores domésticos foram fundamentais para garantir esse processo cooperativo.

3.7.3.2.3. *PRODECER I (1979-1985)*

A partir deste tópico, ingressa-se na análise do processo de condução do PRODECER, destacando-se a movimentação dos atores domésticos brasileiros e o relacionamento com os japoneses durante a primeira fase do projeto. O desenvolvimento do PRODECER I se dá, então, durante o governo militar de João Figueiredo (1979-1985). Nesse sentido, seus discursos são usados para compreender a cooperação com os japoneses e o encaminhamento do acordo cooperativo.

Assim, por ocasião do jantar oferecido ao Primeiro-Ministro japonês Zenko Suzuki em 1982, observa-se a menção no discurso de Figueiredo à cooperação agrícola com o Japão, conforme segue: “Realizam-se, neste momento, os grandes empreendimentos industriais e agrícolas nipo-brasileiros, acordados durante a visita que, em 1976, o Presidente Geisel fez ao Japão” (FIGUEIREDO, Presidência da República, 1982, p. 168). No entanto, pode-se depreender a ausência de citação explícita ao PRODECER. O Presidente Figueiredo faz também alocação ao fato de que a cooperação entre Brasil e Japão teria, à época, caráter nitidamente econômico, sendo importante ir além dessa esfera. Uma possibilidade de mudança estaria ligada à cooperação em ciência e tecnologia, a qual se encontrava em processo de debates a fim de se alcançar um relacionamento mais concreto (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982, p. 168-169).

O Primeiro-Ministro Zenko Suzuki, em discurso durante o jantar a ele oferecido, abordou os novos projetos de cooperação que estavam sendo iniciados com o Brasil, dentre eles, o de Carajás e o de Desenvolvimento dos Cerrados, acentuando a importância do segundo e revelando que o Japão continuaria a emprestar a máxima cooperação a essa grande obra (SUZUKI, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982, p. 94).

No Comunicado Conjunto do Presidente Figueiredo e do Primeiro-Ministro japonês Zenko Suzuki, nota-se a clara satisfação de ambas as partes com o projeto piloto de desenvolvimento agrícola do cerrado. O Presidente do Brasil revelou seu apreço pelo Programa e acentuou o interesse na implementação em escala ampliada do acordo. O lado japonês manifestou sua vontade de cooperar e de atender ao pedido de ampliação da cooperação

realizado pelo lado brasileiro em maio de 1982, mas seria necessário observar as especificações da solicitação brasileira e a avaliação do projeto piloto (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1982, p. 100-101).

Nesse trecho anterior, já se observavam as tentativas de promover o PRODECER II. Quanto a esse ponto, Hosono e Hongo (2016) afirmam que o interesse em manter a cooperação por meio do PRODECER II teria sido inicialmente proposto pelo lado brasileiro para o Primeiro-Ministro Japonês Sunao Sonoda em agosto de 1981. Ademais, foram fundamentais as trocas de visitas entre os Ministros da Agricultura japonês e brasileiro e a ida do Presidente João Figueiredo ao Japão em 1984, anunciando a intenção, junto com o Primeiro-Ministro Yasuhiro Nakasone, para a cooperação por meio do PRODECER II (HOSONO; HONGO, 2016).

Em mensagem ao Congresso Nacional, Figueiredo apresentou um panorama de seu governo, informando que, no início, a prioridade foi dada à agricultura, tendo em vista as situações climáticas e de exportação desfavoráveis pelas quais o país passava (FIGUEIREDO, Presidência da República, 1985, p. 19). De acordo com o Presidente, os objetivos de melhorias no setor agrícola foram alcançados e houve recorde na produção de safras de diversos produtos nos anos de seu governo, com destaque para a produção de cana-de-açúcar²³⁸ (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985, p. 19).

Importante mencionar, todavia, que o PRODECER não é citado no discurso do Presidente na parte que trata do desenvolvimento agrícola do país. Nota-se, por outro lado, um grande destaque para o Proálcool e sua relevância na substituição da energia importada (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985, p. 19). Novamente, dessa vez na parte de desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, não há menção, pelo Presidente Figueiredo, do PRODECER, apenas do Programa de Desenvolvimento da região anterior, chamado de POLOCENTRO (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985, p. 111).

Ademais, o Presidente João Figueiredo, em mensagem ao Congresso Nacional, relata sua visita ao Japão, em 1984, e as conversações mantidas com o Primeiro-Ministro Yasuhiro Nakasone sobre o relacionamento bilateral, especialmente os grandes projetos conjuntos de cooperação econômica (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985, p. 229), mas não cita especificamente nenhum deles. É pertinente ressaltar que o documento denominado Mensagem ao Congresso Nacional, de 1985, possui 398 páginas explicitando os feitos durante

²³⁸ A soja é também mencionada, mas a proporção do crescimento da cana-de-açúcar é bem maior. É válido lembrar a importância que outros projetos ocupavam na época, como o Proálcool.

todo o governo do Presidente Figueiredo, e não se localizou, em nenhum momento, a referência ao PRODECER. No entanto, em momentos anteriores – como já mencionado em 1982 – e posteriores – conforme será delineado a seguir –, a cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos cerrados foi referendada pelo Presidente Figueiredo.

Assim, João Figueiredo, em discurso proferido em maio de 1984 no almoço oferecido no Japão pelo Primeiro-Ministro Yasuhiro Nakasone, ressalta a magnitude da cooperação nipo-brasileira na área agrícola, na região dos cerrados, e a expectativa dos futuros frutos para ambas as populações (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984a, p. 92). Novamente, em discurso para a Keidanren, Figueiredo afirma que foram iniciados trabalhos conjuntos na agricultura e, quanto a isso, haveria amplos horizontes a serem descortinados. Além disso, explicita o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados como meta prioritária do governo brasileiro (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984b, p. 101).

Pertinente ressaltar ainda a importância dada por Figueiredo à EMBRAPA no esforço de geração de novas tecnologias no campo agrícola (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985). Nesse sentido, há que se mencionar o papel da instituição e de seu então Presidente, Eliseu Alves. Esse último ator teria papel mais destacado na segunda fase do PRODECER (HOSONO; HONGO, 2016), a qual será analisada no tópico posterior.

Sendo assim, percebe-se a nítida valorização da ciência e tecnologia pelo Presidente Figueiredo. Durante a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro japonês Zenko Suzuki em 1982 (FIGUEIREDO, Presidência da República, 1982), no almoço ofertado pelo Primeiro-Ministro japonês Nakasone (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984a, p. 91) e no banquete de retribuição oferecido pelo governo brasileiro (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984c, p. 103), Figueiredo menciona, em seus discursos, as possibilidades de cooperação em ciência e tecnologia entre Brasil e Japão. Ademais, pode-se ressaltar a visita do Ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro em 1982 ao Japão para tratar da cooperação científico-tecnológica com o país e a assinatura, em 1984, do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com o Japão durante a visita de Figueiredo a essa nação (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985, p. 208).

Além dos pontos apresentados, é válido pensar o movimento dos atores brasileiros envolvidos na esfera agrícola. Ressalta-se, dessa forma, que o primeiro Ministro da Agricultura do governo Figueiredo, Ângelo Amaury Stábile (1979-1984), foi alvo de denúncias a respeito da aquisição de terras brasileiras pela empresa japonesa denominada de Sharp Corporation, o que levou, em 1984, à sua renúncia do cargo (CECHINE CPDOC). Esse fato pode apontar certa instabilidade no Ministério da Agricultura no período, reduzindo seu papel enquanto ator de

política externa, muito embora as trocas de visitas com o mesmo órgão do lado japonês tenham sido importantes para a promoção do PRODECER II (HOSONO; HONGO, 2016), conforme já ressaltado previamente.

Ademais, no início do período em que Stábile esteve no Ministério da Agricultura, nota-se uma estratégia de defesa do governo frente às críticas sobre o desenvolvimento do projeto com o Japão, tendo em vista a ausência de transparência a seu respeito. Assim, o Ministro Stábile foi a público em diversos momentos desmentir a existência do projeto²³⁹ (MARTIN; PELEGRINI, 2009). Referenda-se que, em 11 de novembro de 1980, a própria Embaixada do Japão no Brasil desmentiu oficialmente a existência do projeto JICA, enquanto no Japão o jornal Yomiuri Shimbun tinha publicado matéria sobre a conclusão dos acordos entre Brasil e Japão para o aproveitamento dos cerrados (MARTIN; PELEGRINI, 2009, p. 63).

Ressalta-se ainda que o Ministro dos Transportes Eliseu Rezende, em 28 de dezembro de 1980, convocado para falar sobre o PRODECER – chamado na época de Projeto JICA – na Câmara dos Deputados, afirmou que os investimentos em construção de estradas e ferrovias no Centro-Oeste para escoar a produção de alimentos para o mercado externo não estavam relacionados com os estudos da JICA (MARTIN; PELEGRINI, 2009, p. 63).

Nestor Jost, diretor do Banco do Brasil e secretário executivo do Projeto Carajás²⁴⁰, assumiu o Ministério da Agricultura em março de 1984 (CECHINE CPDOC²⁴¹). O referido Ministro tinha um pensamento voltado para o comércio exterior e promoção das exportações brasileiras; nesse sentido, estabeleceu uma política de acesso fácil ao crédito rural (CPDOC²⁴²). No entanto, Jost também foi acusado de estar envolvido em escândalo, em seu caso, ligado ao Banco Nacional de Crédito Corporativo (CPDOC²⁴³).

A década de 1980 também se coaduna com o estremecimento nas relações entre a CNA e o governo brasileiro, destacando-se contestações em relação às medidas governamentais adotadas no sentido de reduzir os subsídios agrícolas. Contudo, a CNA passou por processos de cisão internos (LAMARÃO; PINTO/CPDOC²⁴⁴), os quais, de alguma forma, afetaram a sua força institucional durante o período.

²³⁹ No entanto, a empresa CAMPO tinha sido criada desde 1979 e as diretrizes de cooperação vinham sendo estabelecidas desde o início da década de 1970, conforme já ilustrado no tópico anterior.

²⁴⁰ O Projeto Carajás também teve participação japonesa, com atuação da JICA (MARTIN; PELEGRINI, 1984).

²⁴¹ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/angelo-amauri-stabile> >. Acesso em: 19 set. 2018.

²⁴² Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jost-nestor>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Nesse primeiro momento do PRODECER, deve ser destacado ainda o papel das cooperativas agrícolas, em especial a Cooperativa Agrícola de Cotia²⁴⁵, conforme já exposto no tópico anterior, a qual era formada por imigrantes e descendentes de japoneses no Brasil e esteve associada ao processo de colonização dos cerrados antes mesmo do PRODECER (MARTIN; PELEGRINI, 2009).

Quanto às críticas, salientam-se, nesse período, as figuras dos deputados Hélio Duque, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Paraná, que fez a denúncia em 17 de abril de 1980 sobre a existência do Projeto JICA e os interesses de internacionalização do capital e das terras brasileiras; e Adhemar Santillo, do PMDB de Goiás, que ingressou com pedido na Câmara para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a respeito do PRODECER.

À luz do exposto, nessa primeira fase do PRODECER, percebe-se a importância dada ao projeto, apesar de se notar uma menor referência a ele pelos atores de política externa brasileiros, se comparado com a efervescência do período de sua negociação, conforme observação dos documentos da Presidência da República²⁴⁶ e informações relatadas.

Esse ponto pode estar relacionado com as críticas ao PRODECER e com a ausência de transparência da cooperação, especialmente por não se visualizar menção ao projeto na mensagem de Figueiredo ao Congresso Nacional, a qual teria uma conexão mais direta com a sociedade nacional. O Presidente Figueiredo também demonstra um notório interesse em promover a área de ciência e tecnologia do Brasil, assim como seu Ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro, e esse aspecto pode explicar a diferença de temas mais amplamente ressaltados nos discursos e no relacionamento com o Japão. Além disso, existiam à época vários projetos de cooperação em andamento com o Japão e também nacionais, como o Proálcool, os quais estavam em fases mais avançadas, enquanto o PRODECER ainda era um projeto piloto.

Quanto ao Ministério da Agricultura, que teve uma atuação bem destacada no governo Geisel, durante a Presidência de Figueiredo, observa-se uma amenização de sua capacidade de ação e de promoção do PRODECER, embora tenha sido fundamental para a indução da segunda fase do projeto. Essa questão é colocada em virtude da percepção do exercício de uma função mais defensiva e menos ativa, isso porque, além dos escândalos envolvendo seus Ministros da

²⁴⁵ Com destaque para o Presidente da Cooperativa de Cotia, o Sr. Gerválio Tadashi Inoue (MIZUMOTO et al., 2009).

²⁴⁶ Foi realizada análise do conteúdo dos discursos do Presidente Figueiredo de 1979 a 1984, os quais constam no site da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

Agricultura, ficaram explícitas as tentativas de negação do projeto, com fulcro de garantir sua proteção e continuidade. A CNA, por sua vez, apesar de contrária à redução da atenção e dos subsídios ao setor agrícola, mantém interações dinâmicas com o governo, tendo em vista os outros projetos em andamento, como o Proálcool.

Portanto, referenda-se a garantia da continuidade do PRODECER, destacando-se as iniciativas brasileiras e os diálogos de alto nível para a promoção do projeto e a preparação²⁴⁷ de sua segunda fase. Sendo assim, em março de 1985, deflagrou-se a cerimônia de assinatura do PRODECER II no Japão (HOSONO; HONGO, 2016), o qual será estudado a partir da próxima seção.

3.7.3.2.4. PRODECER II (1985-1992)

O PRODECER II perpassa os governos dos Presidentes José Sarney (1985-1990) e Collor de Mello (1990-1992). É válido apontar que, durante esse período, o Presidente José Sarney não realizou visita oficial presidencial ao Japão e o Presidente Collor de Mello o fez em 1990, mas apenas como candidato eleito, sem iniciar o exercício do mandato. Esse aspecto já diferencia esta fase do projeto dos dois momentos anteriores estudados, ou seja, da negociação e da fase inicial da cooperação.

O governo Sarney²⁴⁸ teve como principal Ministro da Agricultura Íris Rezende Machado, que era favorável à promoção da produção agrícola brasileira e à redução da importação de alimentos. Contudo, o período do governo Sarney foi marcado pela crise econômica e pelo congelamento de preços dos produtos agrícolas, o que desagradou os produtores rurais. Íris Rezende tentou atuar de forma a atender aos produtores agrícolas e foi voz dissonante entre aqueles que delineavam a política econômica do governo (VILAÇA; PINHEIRO, CPDOC)²⁴⁹.

Íris Rezende buscou ainda estabelecer uma política de financiamento por meio de juros módicos para promover a agricultura. No entanto, mesmo com as investidas para estimular a agricultura brasileira, em 1987, houve um grande protesto de agricultores no Brasil com forte expressão da União Democrática Ruralista (UDR), da Organização de Cooperativas Brasileiras

²⁴⁷ De acordo com Rodrigues (2016), a preparação para o PRODECER II teve duração de aproximadamente cinco anos.

²⁴⁸ De acordo com Paolinelli (ENTREVISTA, 2018), Sarney conhecia o PRODECER e sua cobrança era levá-lo até o Maranhão.

²⁴⁹ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado> > . Acesso em: 19 set. 2018.

e da Sociedade Rural Brasileira. A exigência com esse movimento era realinhar os preços mínimos dos produtos e reduzir a importação de alimentos (VILAÇA; PINHEIRO, CPDOC)²⁵⁰. Aponta-se que, apesar dos graves problemas econômicos, Íris Rezende foi a favor de políticas para promoção agrícola interna, promoção de créditos, manutenção de subsídios e desenvolvimento de supersafras. Além disso, o referido Ministro inaugurou simbolicamente em Paracatu, Minas Gerais, no ano de 1986, a primeira fase de execução do PRODECER II (IBASE, 1986).

De acordo com Hosono e Hongo (2016), em 1988, o governo brasileiro teria realizado um contato não oficial para a promoção do PRODECER III e, em 1989, Íris Rezende teria feito o pedido formal para a cooperação. Nesse sentido, pode-se pensar na importância do referido Ministro como articulador da cooperação com o Japão no período do governo Sarney.

Realça-se ainda que, em 1987, a CNA, após vazios administrativos, passou a ter o ex-Ministro da Agricultura do governo Geisel, Alysson Paolinelli, como seu novo Presidente (LAMARÃO; PINTO/CPDOC²⁵¹). Esse fato é importante para mostrar a ampliação da capacidade de atuação da CNA nesse período e também pela relação do ex-Ministro com o setor agrícola brasileiro.

Ainda sobre o governo Sarney, é pertinente atentar que suas preocupações em torno do setor agrícola brasileiro estavam em induzir a produção e, ao mesmo tempo, lidar com os dilemas econômicos do país à época, inclusive relacionados com os empréstimos externos adquiridos em momentos anteriores. Nesse sentido, o Presidente tentou estimular a agricultura pelos créditos ofertados, mas também por meio de avanços em ciência e tecnologia, como se nota pela importância dada nos discursos à EMBRAPA e ao campo da biotecnologia (SARNEY, 1987, p. 158²⁵²; SARNEY, 1989, p. 64²⁵³). Esse cenário pode explicar a menor atenção dada ao PRODECER em seus discursos.

De todo modo, em seu governo, foi promovida a continuidade do PRODECER, como já apontado neste tópico. Além disso, em seu discurso ao Congresso Nacional em 1990, Sarney falou da importância das relações com o Japão e asseverou que, nos meses finais de 1989, foi aprovada a participação financeira nipônica em projetos prioritários para o Brasil. Abordou ainda o Presidente a importância do Itamaraty nas negociações para obter novos recursos com

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

²⁵² Audiência ao Ministro e Secretários da Agricultura. Palácio do Planalto. 24 de abril de 1987. Presidência da República.

²⁵³ Mensagem ao Congresso Nacional, 1989. Presidência da República.

o Japão (SARNEY, 1990, p. 52 e 58). Embora não mencionado de forma explícita, o PRODECER pode estar referenciado indiretamente nesses trechos dos discursos de Sarney.

No que tange ao governo Collor, Paolinelli (ENTREVISTA, 2018) ressalta que foi um período muito difícil, pois o Presidente não estava cumprindo com as obrigações do acordo. Quanto à visita de Collor ao Japão, em 1990, Casarões (2015) afirma que o Presidente visava discutir as relações econômicas entre Brasil e Japão, solucionar algumas questões acerca da USIMINAS, demonstrar a abertura da economia brasileira para o mercado japonês e solicitar financiamentos para projetos no Brasil. Esses pontos podem ser confirmados pelo discurso do referido Presidente em 14 de novembro de 1990 para os empresários da Keidanren, no qual foi abordada a tentativa de reestruturação econômica do país e a importância de diálogo com a comunidade financeira internacional (COLLOR, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991, p. 24-35). Nesse discurso não foi feita menção ao PRODECER.

Nota-se ainda a tentativa de estímulo à agricultura, frente à estagnação da economia. Sendo assim, em julho de 1991, Collor criou o Plano Nacional Agrícola e o complementou posteriormente com medidas de estímulo do setor agrícola, como aumento do crédito rural e redução de seu custo (COLLOR, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1992, p. 30). É válido ressaltar, no entanto, que o governo Collor realizou mudanças no Ministério da Agricultura que diminuíram a sua capacidade de atuação na formulação de política agrícola (SOUSA, CPDOC²⁵⁴). Nesse sentido, depreendem-se os distintos direcionamentos da política agrícola nos governos Sarney e Collor.

Ademais, o Ministro da Agricultura do governo Collor, Antônio Cabrera, era contrário às políticas de distribuição de terras adotadas durante o governo Sarney (SOUSA, CPDOC²⁵⁵), e isso estava em maior consonância com os interesses da CNA e da elite agrária. Por outro lado, era muito criticado pelas entidades de trabalhadores rurais e das organizações de esquerda (SOUSA, CPDOC²⁵⁶). Mesmo assim, durante a década de 1990, houve críticas da CNA ao governo (LAMARÃO; PINTO/CPDOC²⁵⁷) pelos constantes controles de preços e redução de subsídios. Além disso, o Ministro Cabrera era a favor de uma política agrícola aberta,

²⁵⁴ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-cabrera-mano-filho>>. Acesso em: 19 set. 2018.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna>> . Acesso em: 11 dez. 2017.

incentivando as importações (SOUSA, CPDOC²⁵⁸), o que ampliava as críticas da CNA e da elite ruralista.

Portanto, o PRODECER não parece ter recebido tanto impulso pelas ferramentas de política externa brasileira durante o governo Collor. Quanto ao período da Presidência de José Sarney, pode-se destacar especialmente a atuação do Ministro Íris Rezende, tendo sido relevante para dar encaminhamento ao projeto. No entanto, em termos gerais, o período do PRODECER II teve uma atenção reduzida por parte dos atores públicos quando comparado com os dois anteriores estudados. Por fim, assevera-se que não foram observadas, nos discursos dos dois Presidentes em análise, menções explícitas ao PRODECER.

3.7.3.2.5. PRODECER III (1995-2002)

Neste tópico, busca-se manter a linha temporal de estudo do PRODECER, a partir de agora, observando os delineamentos em torno de sua terceira fase. É primordial ressaltar a pausa de três anos entre o PRODECER II e III, fato esse que não se nota entre a primeira e a segunda fase. Não há uma clareza sobre esse aspecto na literatura sobre o projeto. Paolinelli (ENTREVISTA, 2018), por exemplo, acredita que não tenha havido um fato específico para esse atraso e que a crise econômica brasileira e a criação do plano real na década de 1990, as quais modificaram a estrutura do crédito para o PRODECER, podem ter sido os fatores que contribuíram para esse pequeno intervalo.

O PRODECER III, então, perpassa os dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, conforme ressalta Paolinelli (ENTREVISTA, 2018), o Ministro da Agricultura Arlindo Porto Neto (1996-1998) foi um dos que mais deu atenção ao projeto, em uma análise desde seu início. Assim, os detalhamentos sobre o movimento dos atores ligados ao projeto passam a ser apresentados a seguir²⁵⁹.

Em 1989, o Brasil fez o pedido formal para o estabelecimento do PRODECER III (HOSONO; HONGO, 2016) e o projeto teria sido implantado desde 1995 (CAMPO). No entanto, conforme documentos coletados nos arquivos do Itamaraty, entre 1995 e 1996, ainda

²⁵⁸ Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-cabrera-mano-filho>>. Acesso em: 19 set. 2018.

²⁵⁹ Assevera-se que a análise desta seção está embasada nos telegramas recebidos da Embaixada do Brasil em Tóquio entre os anos de 1995 e 2002, conforme pesquisa realizada no arquivo histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

havia muita discussão sobre o encaminhamento do PRODECER III. Esses debates são apresentados adiante.

A negociação do PRODECER III, então, está inserida em um contexto de demonstração brasileira de alcance de um equilíbrio econômico pelo país e de interesse em aprimorar as relações com o Japão. No telegrama enviado pela Embaixada de Brasil em Tóquio em 9 de junho de 1995 (OF 498A, Caixa 50, 1995), é relatada a visita do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária do Brasil (MAARA) Ailton Fernandes, de 5 a 8 de junho de 1995, para apresentar a nova conjuntura econômica brasileira e buscar apoio para a implementação do PRODECER III. Nessa ocasião, a agricultura foi assinalada como tema prioritário da política econômica do governo Fernando Henrique²⁶⁰ e as terras não exploradas do cerrado e a projetada ligação viária do Brasil foram apontadas como importantes para a continuidade do projeto. Por fim, foram deixados documentos informativos sobre o PRODECER, elaborados pela CAMPO, no anseio de captação de recursos japoneses (OF498BX, Caixa 50, 1995).

Mediante a visita do Ministro da Agricultura Andrade Vieira ao Japão, em dezembro de 1995, e seus respectivos encontros com o Presidente da Liga Parlamentar de Amizade Nipo-Brasileira, com os integrantes do Comitê Econômico Nipo-Brasileiro da Keidanren e com o Diretor da JADECO, observa-se, por outro lado, uma forte preocupação japonesa com o prosseguimento do PRODECER III, considerando-se as dívidas dos agricultores e os problemas ambientais (OF993A, caixa 50, 1995).

De todo modo, é perceptível a investida brasileira, por meio dos instrumentos de política externa, em promover as relações bilaterais agrícolas com o Japão e o PRODECER. Notadamente, pode-se citar a tentativa de influência sobre os parlamentares japoneses durante a visita supramencionada do Ministro Andrade Vieira (OF993B, caixa 50, 1995).

Em 1995, também houve um fator relevante que influenciou no campo agrícola e funcionou como instrumento de pressão governamental a favor desse setor em meio aos desafios econômicos brasileiros, que foi a formação da Frente Parlamentar da Agricultura, estimulada pela CNA (LAMARÃO; PINTO/CPDOC²⁶¹). Esse aspecto reforça a participação do Poder Legislativo como ferramenta de política externa, inclusive a favor do PRODECER.

²⁶⁰ Esse aspecto foi mencionado mais de uma vez nos documentos oficiais. Na visita do Vice-Presidente do Brasil ao Japão para a comemoração do centenário das relações bilaterais, a agricultura foi novamente considerada prioridade do governo FHC (OF885B, Caixa 50, 1995).

²⁶¹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna>> . Acesso em: 11 dez. 2017.

Em janeiro de 1996, verifica-se a intenção de visita do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA) ao Japão para assegurar o apoio financeiro ao PRODECER III (MG 877, caixa 44, 1996). Novamente, em fevereiro de 1997, depreende-se a ida de representante do Ministério da Agricultura ao Japão para tratar do PRODECER III (OF 62A, caixa 48, 1997). Percebe-se, assim, com as viagens realizadas ao Japão ligadas ao projeto em análise, a constante atuação do Ministério da Agricultura do Brasil enquanto ator de política externa.

A respeito da perspectiva japonesa sobre o PRODECER III, tem-se, conforme relatório do Gaimusho – Ministério das Relações Exteriores do Japão – sobre a visita do Primeiro-Ministro Japonês Ryutaro Hashimoto a países da América Latina, a explicitação do interesse japonês em manter a cooperação com o Brasil na área de cerrados com o PRODECER III, confirmando o envio ao país de uma missão técnica para avaliar a continuidade do projeto (OF 905C, caixa 47, 1996).

Aponta-se que, além dos pontos expostos, não foram verificadas mais informações específicas sobre o PRODECER nos telegramas analisados de 1998 a 2000. Em 2001, por sua vez, nos últimos anos do governo Fernando Henrique e do PRODECER III, foi lançada a ideia de ampliação do projeto, apresentando-se o interesse de abertura de novas frentes de produção de soja no Brasil, a exemplo dos estados de Roraima e Piauí. Quanto a esse ponto, missões parlamentares foram formadas no sentido de promover esses laços cooperativos (MG 57, 2002²⁶²), o que demonstra a atuação do Legislativo em associação com os interesses econômicos e agrícolas de suas respectivas regiões.

Por fim, pontua-se um novo rumo no relacionamento do Brasil com o Japão na área agrícola, o qual já vinha se fortalecendo ao longo do tempo e do próprio PRODECER e que se baseia na participação mais independente do setor privado brasileiro nas negociações e interações bilaterais no campo da cooperação internacional.²⁶³ No caso do PRODECER, esse fato pode ser constatado pela atuação mais autônoma da empresa CAMPO, com a visita de seu Conselheiro ao Japão para debater a expansão da cooperação agrícola Brasil-Japão para Roraima, bem como de seu Presidente Emiliano Botelho e do presidente do Conselho Executivo Alysson Paolinelli.

²⁶² O número da caixa não foi localizado.

²⁶³ Pode-se asseverar que esse movimento do setor privado continua ocorrendo, como se destacou previamente com a movimentação da cooperação na região de MATOPIBA. O caso de MATOPIBA se particulariza porque tem o apoio da então Ministra da Agricultura Kátia Abreu, a qual havia atuado anteriormente como senadora membro da bancada ruralista e também como Presidente da Confederação Nacional Agrícola, o que justifica, assim, suas ações em prol da cooperação em MATOPIBA.

Acrescenta-se ainda que, de acordo com os visitantes supramencionados, diferentemente do PRODECER, o novo projeto teria bases totalmente empresariais, inclusive com estudos de viabilidade de produção e garantia de remuneração, para cultivo de soja e milho. Além disso, haveria sustentação ambiental e manejo de água e solo desenvolvidos pela empresa CAMPO (MG 545, caixa 83, 2002). A proposta também envolvia uma maior atuação privada japonesa e possibilidades de um domínio internacional mais amplo no campo da soja pelo país, tendo em vista que o Japão tinha perdido espaço frente ao predomínio estadunidense sobre a referida matéria-prima (MG 545, caixa 83, 2002). É válido afirmar que essa cooperação não veio a se estabelecer.

Dessa forma, conclui-se com a exposição da relevante ação brasileira para a promoção do PRODECER III, destacando-se o papel do Ministério da Agricultura. Por outro lado, deflagra-se, nessa terceira fase do PRODECER, uma maior abertura para os entes privados, como se notou com a tentativa de se criar uma nova cooperação aos moldes do PRODECER, mas partindo de uma lógica empresarial. A empresa CAMPO e as figuras de Alysson Paolinelli e Emiliano Botelho merecem ser referendadas. Ainda se nota uma atuação de política externa mais ampla por parte do Legislativo, que vale ser ressaltada e que está muito relacionada com os interesses econômicos dos estados por eles representados.

3.7.3.2.6. Fases da cooperação e análise de política externa

Inicialmente, é fundamental expressar que, em todas as fases do PRODECER, houve um movimento dos atores de política externa brasileiros no sentido de promover o projeto, mesmo que em diferentes medidas. Observou-se, então, uma maior indução da cooperação no momento de negociação durante o governo Geisel e na tentativa brasileira de estabelecimento do PRODECER III, tendo em vista que, no primeiro, houve forte atuação Presidencial, diplomática, do Ministério da Agricultura, do lado técnico, da iniciativa privada e de personalidades e, no segundo, havia muita insegurança japonesa sobre a continuidade do projeto e o lado brasileiro buscou mostrar a importância de manter a cooperação, com destaque para a ação do Ministério da Agricultura nos governos Sarney e Fernando Henrique.

Pode-se destacar, nas distintas etapas do PRODECER, induções internas e externas da cooperação. Na fase inicial, há notoriamente indução interna e externa fortes. O movimento de política externa brasileira está ligado a uma política governamental, promovida pelas visitas Presidenciais e do Ministério da Agricultura, mas com base em promoção da economia e do setor agrícola, bem como no interesse da elite agrária e do setor financeiro.

Salienta-se a personalidade de Alysson Paolinelli como importante na história do desenvolvimento do PRODECER, pois, além de sua atuação no Ministério da Agricultura durante as negociações do PRODECER no governo Geisel, passou a atuar depois na Confederação Nacional da Agricultura e na empresa CAMPO. Esse período de negociações do PRODECER associa-se, em termos teóricos, à situação em que há pesos proporcionais dos fatores internos e externos na promoção da cooperação. Quanto ao movimento de política externa brasileira, esse teve indução interna considerável, sem excluir os fatores externos que reforçavam o interesse brasileiro.

Em um segundo momento, durante o desenvolvimento do PRODECER I, nota-se o ativismo da política externa brasileira reduzido, mas pode-se ressaltar o papel da EMBRAPA e de seu Presidente Eliseu Alves na promoção da cooperação. Além disso, a visita do Presidente Figueiredo é relevante para a manutenção das bases cooperativas.

O terceiro momento com o desenvolvimento do PRODECER II também se assemelha com o anterior, havendo menor indução do PRODECER por meio das ferramentas de visitas Presidenciais. A importância do Ministro da Agricultura Íris Rezende pode ser citada no sentido de promover o projeto.

No segundo e terceiro momentos do PRODECER anteriormente apresentados, há um movimento mais reduzido de política externa, mas esse também é visível e os interesses domésticos conectados com os subsídios agrícolas reforçam a existência de projetos como o PRODECER. Nesse período, também não se pode dizer que a política externa brasileira foi induzida essencialmente pelo estímulo externo, pois, apesar de esse aspecto ser importante, havia elementos internos direcionando a cooperação.

O quarto momento do desenvolvimento do PRODECER, o qual configura a fase do PRODECER III, durante o governo Fernando Henrique, é muito relevante de ser analisado para compreender o movimento de política externa brasileiro para cooperação e seus fatores indutores. Nota-se que, nesse período, a indução japonesa foi enfraquecida, tendo em vista os problemas do PRODECER ambientais e as dívidas dos agricultores, bem como o fato de o Japão não ter se transformado no grande dominador do mercado de soja brasileiro (MG 545, caixa 83, 2002). Contudo, a cooperação continuou de 1995 a 2002 e a indução interna foi fundamental, sendo promovida pelas constantes visitas dos representantes do Ministério da Agricultura e também do Legislativo.

Essa fase demonstra que, mesmo com a indução externa mais fraca, como se notou pela visualização dos documentos da época e os receios japoneses na continuação do PRODECER, o Brasil conseguiu manter a interação, demonstrando o potencial das ferramentas de política

externa brasileiras para induzir a cooperação. Esse período pode ser melhor explicado pelas perspectivas liberais de análise de política externa, as quais reforçam a importância dos atores internos na formação de interesse brasileiro e na promoção de barganha com o Estado japonês.

Por último, tem-se uma tentativa do setor privado agrícola brasileiro de promover a cooperação com o Japão, como se nota da atuação da CAMPO. No entanto, a continuidade do PRODECER IV não ocorreu e, nesse momento, a assimetria econômica se destacou, considerando-se que a decisão japonesa foi pela não continuação do projeto e o movimento interno brasileiro no sentido de manutenção não se mostrou forte o suficiente. Ademais, por meio dos telegramas do Ministério das Relações Exteriores de 2002, não se observa uma continuidade da indução dos atores públicos de política externa para a promoção do PRODECER ²⁶⁴, o que revela a importância desse aspecto para o desenvolvimento cooperativo²⁶⁵.

Conclui-se, então, que os interesses econômicos e a pauta agrícola foram determinantes para o desenvolvimento do PRODECER, diferenciando-o do próximo projeto de cooperação agrícola com o Japão a ser analisado (engenharia genética), no qual o aspecto técnico-científico tem mais destaque e as bases econômicas para levar adiante o projeto não se sobressaem. De todo modo, conforme explicitado, houve atores de destaque que levaram à condução do referido projeto no tempo. Nota-se, por fim, que o PRODECER foi construído de cima para baixo e já como um grande empreendimento, com base nas necessidades econômicas e no interesse de promoção do âmbito agrícola, aspectos esses que facilitaram a sua continuidade. O Quadro 3.4 a seguir ilustra os pontos expostos a respeito do PRODECER.

Quadro 3.4 - Características do PRODECER

Iniciativa brasileira	Sim, com Alysson Paolinelli, mas o Japão tinha demonstrado o interesse prévio na cooperação e, inclusive, tentou induzi-la antes da década de 1970.
-----------------------	---

²⁶⁴ Em 20 de outubro de 2005, no entanto, pode-se citar uma nova tentativa da JADECO – *holding* japonesa da CAMPO – de dar continuidade à cooperação agrícola técnica bilateral com o Japão em bases semelhantes ao PRODECER, por meio da visita realizada ao Japão acompanhada do Secretário do MAPA (MG 1099Z, caixa 101, 2005). Aponta-se, todavia, que, na análise dos arquivos históricos da Embaixada do Brasil em Tóquio, de 2003 a 2011, essa iniciativa foi esparsa e não se observa nenhuma indução efetiva do MAPA da referida cooperação.

²⁶⁵ Esse argumento pode ser corroborado, por exemplo, por um caso mais recente de indução positiva de um projeto de cooperação de cunho privado com o governo japonês, denominado MATOPIBA, pelo Ministério da Agricultura, representado pela figura da então Ministra Kátia Abreu. Os resultados dessa intermediação de uma figura pública no processo de negociação da cooperação têm se mostrado efetivos.

Montante financeiro envolvido	PRODECER I: 60 milhões de dólares (50% Brasil e Japão); PRODECER II: 375 milhões de dólares (50% Brasil e Japão); PRODECER III: 138 milhões de dólares (40% Brasil e 60% Japão)
Participação do MRE	Média (visitas Presidenciais, do Ministério da Agricultura e da CAMPO foram mais determinantes e a Embaixada do Brasil no Japão não foi tão atuante quando comparada à da China no caso do CBERS)
Indução japonesa	Forte (o Japão tinha amplo interesse no acordo, mas é notório que a indução foi reduzida ao longo do tempo)
Fator econômico	Forte (a cooperação tinha cunho agroexportador e grande envolvimento do setor empresarial brasileiro e japonês, inclusive na condução da cooperação, a exemplo da CAMPO)
Resultado da cooperação	Forte (assentamentos, produção de soja no Brasil)
Grau de cooperação	Alto (relevante engajamento dos atores, continuidade da cooperação, resultados alcançados)
Movimento dos atores de política externa brasileiros	Forte (especialmente o Ministério da Agricultura, atores individuais, como Paolinelli e visitas Presidenciais)
Número de atores brasileiros envolvidos	Alto (grande quantidade de atores envolvidos na cooperação, como Presidentes, empresas, ministérios, atores individuais, etc)

Nota: As classificações constantes no quadro acima (Média, Forte, Alto) são decorrentes da análise desenvolvida pela autora a respeito do PRODECER e são também reforçadas pelas informações apresentadas entre parênteses. Fonte: Elaboração própria, com base nas informações apresentadas no texto.

Os aspectos supramencionados serão observados juntamente com os demais projetos no Capítulo 5. O tópico seguinte, porém, analisa, de maneira mais detalhada, os fatores explicativos do sucesso e manutenção da cooperação.

3.7.3.2.7. Continuidade e sucesso da cooperação

Em meio à linha de desenvolvimento do PRODECER apresentada, é pertinente realizar uma análise da continuidade do processo cooperativo e de seu sucesso. A forte motivação que os dois atores – Brasil e Japão – possuíam ao longo do projeto foi fundamental. Assim, observa-se que a indução da cooperação se deu em decorrência do interesse externo japonês na região do cerrado, presente bem antes do PRODECER, em associação à rede de engajamento favorável ao projeto formada pelos tomadores de decisão brasileiros e garantida por fatores como o aspecto econômico da interação cooperativa.

Em conformidade com os dados coletados e já ressaltados, reforça-se, neste tópico, o encadeamento dos atores brasileiros na promoção do PRODECER, ou seja, chama-se a atenção para um conjunto de indivíduos e instituições²⁶⁶ agindo de forma sequencial para dar continuidade ao projeto, muitos deles amparados por processos cognitivos anteriores associados ao PRODECER ou com interesses pessoais/governamentais no referido projeto.

Sendo assim, destaca-se que diversas personalidades importantes, as quais deram início ao projeto, passavam a atuar em outras frentes relacionadas com a promoção do PRODECER. Como exemplo, pode-se citar o caso de Alysson Paolinelli, que foi Secretário da Agricultura no estado de Minas Gerais, Ministro da Agricultura durante o governo Geisel, Presidente da Confederação Nacional Agrícola e passou a atuar na empresa CAMPO, na qual atualmente é membro do Conselho Consultivo.

Com base apenas na atuação de Paolinelli, já é possível observar como os interesses de manutenção do projeto eram reforçados em diversas frentes e momentos. O caso de Paulo Afonso Romano é também exemplificativo, tendo em vista que, antes de se tornar Diretor da empresa CAMPO, ele era Secretário-Geral do Ministério da Agricultura do governo Geisel e também foi importante para a indução do PRODECER.

²⁶⁶ Relembrando a discussão teórica já apresentada no Capítulo 1, para Jones (apud MORIN; PAQUIN, 2018, p. 42), quando se está analisando decisões – no caso em tela, promover a cooperação ou não – dentro do ciclo de formulação de política externa, há uma aproximação da escala individual-governamental, o que reforça o estudo em torno dos atores e seus movimentos no âmbito do PRODECER.

Quanto a Geisel, Paolinelli (ENTREVISTA, 2018) apresenta uma análise sobre a postura do referido Presidente, a qual merece ser destacada. De acordo com o entrevistado, Geisel compreendia a origem da cooperação no cerrado. Assim, quando o convidou para ser ministro, já conhecia, em Minas Gerais, as discussões sobre o PADAP. Ademais, exercia um importante papel de cobrança quando as negociações sobre o PRODECER demoravam muito. Para Paolinelli (ENTREVISTA, 2018), depois de Geisel, os Presidentes aceitavam o projeto porque ele era bom, mas não se inspiravam muito nele, como Geisel o fez. Há que se ressaltar, todavia, que a crise econômica brasileira (décadas 1980-90) prejudicou muito o setor agrícola e o PRODECER (PAOLINELLI, ENTREVISTA, 2018) e isso tem conexão com esse menor estímulo do lado brasileiro ao longo do projeto.

Além dos atores já expostos, havia vários outros envolvidos com o PRODECER, muitos dos quais tinham algum tipo de relação com o governo japonês. Dessa forma, pode-se ressaltar, nas figuras públicas apontadas ao longo da pesquisa e em algumas instituições como a Cooperativa de Cotia, a existência de uma mistura de interesses pessoais²⁶⁷ associados a aspectos econômicos. Há também outros fatores, quais sejam, direcionamento pessoal e político – como no caso de Geisel, que tinha uma política voltada para diversificação de parcerias e apoiava pessoalmente o projeto –, vínculos diretos com o Japão – ações em empresas japonesas, ter trabalhado no Banco de Tóquio – ou indiretos – descendência japonesa – e interesse mais expressivo no campo das relações internacionais ou em termos econômicos em geral. A seguir, apresenta-se o quadro 3.5 traçando os atores de destaque envolvidos no desenvolvimento do PRODECER e os fatores relacionados com a atuação deles.

Quadro 3.5 - Atores centrais do PRODECER

FASES	ATORES DESTACADOS
PRODECER I	Presidente Geisel (idealização política e econômica) Ministro da Agricultura do governo Geisel Alysson Paolinelli (direcionamento político, idealização pessoal e interesse na esfera das relações internacionais) Ministro da Agricultura do governo Figueiredo Amaury Stábile (interesses pessoais no relacionamento com o Japão)

²⁶⁷ A compreensão das motivações individuais não é o ponto central desta tese, mas sim perceber que havia atores que possuíam engajamento no desenvolvimento dos acordos para além do vínculo institucional. No caso da Cooperativa de Cotia, pode-se apontar o aspecto cultural como importante, já que ela era composta por descendentes de japoneses.

	Empresa CAMPO (interesse econômico nipo-brasileiro) EMBRAPA (interesse técnico-científico e econômico) Cooperativa de Cotia (relação cultural e interesses econômicos)
PRODECER II	Presidente Figueiredo (direcionamento político e econômico/ universalismo) Ministro da Agricultura Íris Rezende (direcionamento político e econômico) Empresa CAMPO (interesse econômico) Cooperativas (interesse econômico)
PRODECER III	Ministério da Agricultura (direcionamento político, interesses econômicos) Empresa CAMPO (interesse econômico nipo-brasileiro)
PRODECER IV (ideia)	Empresa CAMPO (interesse econômico nipo-brasileiro) Emiliano Botelho/ CAMPO (interesse econômico e pessoal) Alysson Paolinelli/ CAMPO (interesse econômico e pessoal)

Fonte: Elaboração própria com base nas informações apresentadas na pesquisa.

Por último, pode-se dizer que o processo decisório mais centralizado durante a ditadura militar auxiliou no encaminhamento do PRODECER, porque existiam grupos contrários ao projeto e avaliações de técnicos brasileiros também discordantes, mas, mesmo assim, o interesse governamental e das lideranças políticas permitiu a condução do Programa. Foram utilizadas, até mesmo, formas de abafar os debates em torno do projeto, como se exemplificou no caso do Ministro da Agricultura Stábile, o qual acentuou, à época, que o projeto estava morto.

Portanto, é importante destacar que o PRODECER ultrapassou o regime ditatorial e se desenvolveu também durante o período democrático, revelando que o encadeamento de atores com perspectivas cognitivas favoráveis ao projeto foi essencial para a sua condução. Os fatores explicativos do impulso dado por lideranças políticas ao PRODECER, por sua vez, estão relacionados com diretrizes político-econômicas brasileiras, mas também com interesses e características pessoais dos líderes, conforme se buscou expor ao longo da análise do projeto e neste tópico. Passa-se, a seguir, ao estudo de outros acordos na área agrícola e dos direcionamentos mais recentes do referido campo cooperativo entre Brasil e Japão.

3.7.4. Engenharia genética para culturas resistentes à seca (2010-2015)

O Projeto de engenharia genética para desenvolvimento de culturas de soja resistentes à seca (EGCRS), estabelecido entre Brasil e Japão por meio da EMBRAPA e do JIRCAS entre 2010 e 2015, está inserido em um contexto cooperativo diferente da década de 1970, durante o qual havia grandes financiamentos japoneses para a promoção da cooperação agrícola. De outro lado, a EMBRAPA, ao longo do tempo, consolidou-se como instituição reconhecida em termos de pesquisa agrícola e passou a ter um papel cada vez mais ativo e internacionalizado.

Nesse cenário, a cooperação triangular, tendo o Brasil como provedor de iniciativas cooperativas junto com o Japão, fortaleceu-se nos anos 2000. No entanto, a cooperação bilateral foi fundamental para o Brasil, especialmente no que tange ao aprofundamento das capacidades tecnológicas, e esta pesquisa está interessada nessas interações. Desse modo, passa-se a analisar as nuances do projeto EGCRS, os interesses envolvidos e a possível mobilização dos atores de política externa para o fortalecimento da cooperação.

A interação cooperativa nipo-brasileira no projeto EGCRS é decorrente de contatos institucionais e de pesquisa desenvolvidos. Para o Japão, o interesse na cooperação estava ligado à pesquisa de produtos transgênicos, especialmente considerando-se as restrições nacionais para esse tipo de estudo no país (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017b). Ademais, o Japão vinha desenvolvendo essa tecnologia desde os anos 1990 (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017) e o EGCRS faz parte de uma série de outros projetos promovidos pelo Japão com outros Estados, como Filipinas, Colômbia e México, por meio da cultura de arroz e trigo, e Índia, com o foco no amendoim (NAKASHIMA; SUENAGA, 2017).

Pela perspectiva brasileira, a seca é tida como um grande desafio no ambiente agrícola, a soja é um recurso fundamental nas exportações brasileiras, o custo de testes de transgênicos é considerado alto e o país ainda não possuía os recursos genéticos de culturas adaptadas à seca (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017). Sendo assim, o conhecimento e o interesse japonês, juntamente com a necessidade e a capacidade técnica brasileira, induziram à cooperação.

Detalhando o processo de estabelecimento e desenvolvimento da cooperação, tem-se que os contatos prévios institucionais e pessoais entre pesquisadores da EMBRAPA e JIRCAS, desde os anos 2000, foram fundamentais para a promoção da cooperação. Pode-se citar um importante aspecto relacionado à cooperação, que é o fato de o coordenador do projeto do lado

brasileiro, Alexandre Nepomuceno, ter estabelecido contatos institucionais com o Japão nos anos 2000 e 2004, por meio da realização de pós-doutorado no JIRCAS, conforme consta em seu currículo, disponível no site da EMBRAPA ²⁶⁸.

Em meio a esse contexto, em 2004, houve troca de materiais genéticos entre as partes, mas ainda não no âmbito do projeto. Em 2009, o Brasil recebeu a proposta de cooperar com o JIRCAS, a Universidade de Tóquio e o Instituto de Pesquisa Física e Química (RIKEN), a fim de estabelecer um trabalho para promoção de sojas resistentes à seca. O Brasil aceitou a ideia, enviou proposta à JICA, a qual foi aprovada, e o projeto foi iniciado em 2010 (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017).

É importante mencionar que Brasil e Japão desenvolveram um trabalho conjunto e, embora o Japão tenha contribuído com o compartilhamento dos genes, o Brasil adicionou vários conhecimentos relevantes necessários para o projeto, como as noções sobre as condições do campo, notadamente do ar e da umidade do solo. Há um ponto muito relevante no que tange a esse assunto, porque, no início da cooperação, havia, por parte dos japoneses, a ideia de que eles iriam realizar a pesquisa de ponta e o lado brasileiro apenas promoveria a aplicação genética na soja. Contudo, os pesquisadores brasileiros demonstraram que a EMBRAPA vinha acumulando conhecimento sobre prospecção genética também e, logo, possuía capacidade para desenvolver atividades de demanda tecnológica juntamente com os japoneses (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017).

Em termos de resultados, o projeto alcançou seu objetivo com as descobertas de dados genéticos para soja resistente à seca (KOMAZAWA/JICA, ENTREVISTA, 2017b; NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017). Ademais, houve publicação conjunta de um artigo com os resultados do projeto em 2017 (FUGANTI-PAGLIARINI et al., 2017) e de outro com uma visão geral da cooperação (NAKASHIMA; SUENAGA, 2017). Contudo, apesar do interesse brasileiro, não houve renovação da cooperação (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017).

De toda forma, embora o projeto tenha sido finalizado em 2015, o Brasil continua a desenvolver a pesquisa no campo e tem incluído outros cultivos, como cana-de-açúcar (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017). Além disso, a cooperação com o Japão, em sentido geral, continua ocorrendo, especialmente com o JIRCAS (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017; SUGINO/JIRCAS, 2017), muito embora o suporte japonês

²⁶⁸ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/equipe/-/empregado/271627/alexandre-lima-nepomuceno>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

na promoção da cooperação não seja regular (NEPOMUCENO, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017).

Estabelece-se ainda, por meio da avaliação final do projeto conduzida pelo lado japonês entre outubro e novembro de 2014, que os gastos totais com o projeto foram de 310 milhões de ienes (valor próximo de US\$ 2,8 milhões), tendo sido aproximadamente US\$ 1,2 milhão para o Japão e US\$1,3 milhão para o Brasil, valores esses gastos em equipamentos e custos locais (JICA, Summary of Terminal Evaluation, EGCRS). O pesquisador Alexandre Nepomuceno (EMBRAPA, ENTREVISTA, 2017), contudo, ponderou que nunca se soube, ao longo do projeto, qual era o montante envolvido.

Como se nota, o projeto em análise possui um cunho bastante institucional e é induzido pelo movimento de pesquisadores e instituições. Pensando-se no foco desta pesquisa, é relevante perceber se há e qual foi o envolvimento dos atores brasileiros de política externa no projeto.

De acordo com a análise dos telegramas do arquivo histórico do Itamaraty de 2003 a 2011, enviados pela Embaixada do Brasil em Tóquio, constata-se, em 2005, uma maior movimentação da política externa brasileira para a cooperação com o Japão, durante a visita Presidencial de Lula da Silva no respectivo ano. No entanto, a grande tentativa de promoção cooperativa bilateral deu-se na área de etanol e energias renováveis, inclusive com a presença da União de Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) nos eventos da visita presidencial (MG642Z, caixa 101, 2005). Também ocorreu a assinatura de vários memorandos cooperativos de cunho empresarial (MG643Z, caixa 101, 2005).

Aponta-se, todavia, o destaque das possibilidades de cooperação no campo de ciência e tecnologia nas áreas de biomassa, biotecnologia e nanotecnologia, conectando-se, assim, com o projeto em análise, muito embora, no momento da visita presidencial em 2005, não tenha ocorrido nenhuma menção direta ao projeto (MG642Z, caixa 101, 2005). Além disso, há um nítido movimento japonês na promoção dessas áreas e interesse da Agência de Ciência e Tecnologia do Japão.

Ademais, vale ressaltar que estavam presentes, no II Comitê Brasil-Japão de Ciência e Tecnologia, em 2009, agentes importantes do desenvolvimento posterior do projeto EGCRS, como RIKEN e JIRCAS (MG 494, caixa 167, 2009). Inclusive, o pesquisador da EMBRAPA coordenador do projeto EGCRS, Alexandre Nepomuceno, também esteve na referida reunião (MG 494, caixa 167, 2009). Assim, é possível perceber o reforço da conexão entre os atores que já havia se desenvolvido em nível institucional e interpessoal.

À luz da análise dos telegramas, não houve, contudo, nenhuma indução direta dos atores de política externa brasileiros para a promoção do projeto ora em análise durante o Comitê citado. O EGCRS foi mencionado durante o evento apenas em termos de referência dos projetos conduzidos pela agência japonesa (JST).

Há que se asseverar, no entanto, a importância desse contexto na promoção da cooperação em biomassa e biotecnologia entre Brasil e Japão, bem como a mobilização dos atores de ciência e tecnologia japoneses e brasileiros, fatores que contribuíram para a indução da cooperação por meio do EGCRS. É nítida ainda a forte indução japonesa da cooperação em ciência e tecnologia nesse período, fato esse explícito em trecho da mensagem da Embaixada do Brasil em Tóquio nº 624 (caixa 167, 2009), o qual delinea as boas perspectivas de cooperação em ciência e tecnologia com o Japão, tendo em vista a própria proposição japonesa de programas e projetos de cooperação nessa seara com o Brasil.

Inclusive, o Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, em 30 de junho de 2009, reforçou a importância de um maior envolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia brasileiro na coordenação das iniciativas cooperativas entre Brasil e Japão (MG 624, caixa 167, 2009), o que demonstra a fragilidade da política externa brasileira para a promoção da cooperação no setor. Corroborando o exposto, tem-se que, na mesma mensagem nº 624 da Embaixada do Brasil em Tóquio (caixa 167, 2009), há referência da preocupação da parte japonesa com a não formalização dos projetos de ciência e tecnologia mencionados no documento, dentre eles o EGCRS.

Desse modo, aponta-se que houve um envolvimento das instituições japonesas enquanto atores de política externa na promoção da cooperação em ciência e tecnologia e nas áreas de referência do projeto analisado. Além disso, o projeto sofre indução do lado japonês, quando explicitado pela JST na reunião do II Comitê de Ciência e Tecnologia entre Brasil e Japão e no momento em que houve o questionamento sobre a não formalização de projetos, dentre eles o EGCRS.

Do lado brasileiro, não se observa uma atuação de política externa para a promoção da cooperação. Nota-se o estabelecimento de contatos e o fortalecimento de relações institucionais previamente existentes. Não se destaca, porém, um movimento Ministerial ou Presidencial forte para conduzir a cooperação nesse projeto e também nos outros de ciência e tecnologia, muito embora o Comitê de Ciência e Tecnologia tenha sido um instrumento diplomático relevante para reforçar interações em nível institucional entre Brasil e Japão e tenha ocorrido participação de atores brasileiros que puderam contribuir para induzir/reforçar a cooperação. Isso não quer dizer que não tenha havido auxílio diplomático para a condução do projeto. Quanto a isso, o

entrevistado Alexandre Nepomuceno (EMBRAPA, 2017) faz menção ao suporte por parte do Secretário de Ciência e Tecnologia do MRE à época, Ademar Seabra, junto à Embaixada do Japão.

Portanto, o EGCRS não foi marcado pela forte atuação de lideranças políticas que promovessem o projeto, apesar da importância de técnicos da EMBRAPA, dentre eles, Alexandre Nepomuceno na sua condução. Apesar dos possíveis interesses econômicos que poderiam advir das pesquisas com soja tolerante à seca, não houve uma relação direta do projeto com a iniciativa privada.

Nota-se ainda que as avaliações do EGCRS foram desenvolvidas pelo lado japonês, que os contatos iniciais se deram entre pesquisadores nipo-brasileiros, embora a proposta para a formalização da cooperação tenha partido do lado japonês. Há que se ressaltar também a importante atuação dos técnicos brasileiros no decorrer do projeto e o interesse brasileiro na sua continuidade, mas o esforço para isso parece ter ocorrido a nível mais técnico. Diante de todos os pontos expostos até então, o Quadro 3.6 sumariza as características do EGCRS.

Quadro 3.6 - Características do EGCRS

Iniciativa brasileira	Não (apesar de a solicitação da cooperação ter sido brasileira)
Montante financeiro envolvido	US\$ 1,2 milhão para o Japão e US\$1,3 milhão para o Brasil
Participação do MRE	Fraca (na análise dos telegramas do MRE não se percebeu uma atuação do Ministério para promover o EGCRS)
Indução japonesa	Média (não houve interesse para a continuidade do acordo, cooperação com menos engajamento governamental japonês)
Fator econômico	Não (não houve envolvimento de empresas, consistiu mais na troca de conhecimentos científicos e realização de pesquisas)
Resultado da cooperação	Médio (dados genéticos da soja, publicações, a interação de algum modo se estabelece, apesar de o projeto não ter continuado)
Grau de cooperação	Alto (amplo envolvimento dos atores, resultados alcançados, acordo não continuou,

	mas alguns laços cooperativos permaneceram)
Movimento dos atores de política externa brasileiros	Fraco (a indução da cooperação deu-se mais a nível técnico-institucional)
Número de atores brasileiros envolvidos	Baixo (técnicos e instituições engajadas)

Nota: As classificações estabelecidas no quadro acima são baseadas na análise desenvolvida pela autora e são reforçadas pelas informações constantes entre parênteses.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações apresentadas na pesquisa.

Os aspectos anteriores traçados serão melhor analisados na comparação com os demais projetos com Japão e China. O tópico a seguir fará, então, os apontamentos gerais sobre a área de cooperação agrícola nipo-brasileira, os projetos analisados e o movimento da política externa brasileira.

3.7.5. Percepções sobre os projetos analisados, o movimento de política externa para a cooperação e a área de cooperação agrícola entre Brasil e Japão

Perante os dois projetos de cooperação analisados neste capítulo – PRODECER e EGCRS –, percebe-se uma nítida diferença entre eles, tendo em vista, especialmente, o incentivo de lideranças políticas brasileiras e os interesses econômicos ligados ao projeto de desenvolvimento dos cerrados, aspectos esses que nos levam a acreditar que seriam determinantes na condução de acordos cooperativos duradouros e de sucesso entre Brasil e Japão. A grande questão é saber se uma dessas condições, de forma independente, poderia sustentar uma cooperação bem-sucedida e com alta durabilidade entre os dois países, contudo, a inexistência de outros projetos do porte do PRODECER inviabiliza essa análise. A comparação entre os grandes projetos será apenas realizada no relacionamento entre Brasil-Japão e Brasil-China, por meio do PRODECER e do CBERS, no Capítulo 5.

Há ainda um ponto pertinente de ser acrescentado, que é o fato de ter existido, no projeto EGCRS, estímulo japonês para a cooperação, como também ocorreu no PRODECER, embora em maior intensidade, especialmente na sua fase inicial. No entanto, conforme já expressei, apenas no caso do PRODECER houve promoção da política externa brasileira para estimular a cooperação. Nesse sentido, a relação entre a indução da política externa brasileira e a presença do interesse japonês nem sempre se estabelece, fato esse que iria de encontro à perspectiva do realismo neoclássico para a qual a variável externa é determinante.

Sendo assim, a observação da cooperação agrícola com os japoneses por meio do PRODECER e do EGCRS levanta as seguintes interpretações: a) quanto maior a indução da política externa brasileira para a cooperação – visita Presidencial e Ministerial –, maior a possibilidade de sucesso da cooperação, como no caso do PRODECER; b) a variável econômica pode ser diretamente proporcional ao sucesso do projeto de cooperação técnico-científico e à ação mais ampla de política externa brasileira, conforme se observou no PRODECER; c) o estímulo japonês não é variável suficiente para a promoção e o sucesso da cooperação, já que se notou sua redução no tempo no caso do PRODECER. Da mesma forma, esses pontos serão analisados no Capítulo 4, a fim de se observar se também ocorrem no relacionamento com a China; ademais, serão investigados de forma cruzada e comparada no Capítulo 5.

Por fim, sobre a área de cooperação agrícola técnico-científica entre Brasil e Japão, pode-se concluir com a percepção da redução da intensidade cooperativa entre os dois países no tempo, com a maior autonomia do setor privado na tentativa de promover a cooperação e com a tendência a se pensar o Brasil como prestador dentro das relações triangulares. Ainda, a cooperação de cunho científico-tecnológico está bem aquém do potencial que se espera dela. Nesse sentido, é fundamental reavaliar as estratégias brasileiras na cooperação agrícola com o Japão e como se pode obter maiores ganhos dentro das relações cooperativas de cunho bilateral.

3.8. COOPERAÇÃO ESPACIAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO

A cooperação espacial Brasil-Japão não possui o mesmo desenvolvimento apresentado no âmbito agrícola. Por esse motivo, é fundamental esclarecer que a profundidade de análise dessa interação será reduzida em comparação com a já realizada no tópico anterior. Dessa forma, não é possível discutir fases da cooperação, tendo em vista que a relação ainda está em processo de amadurecimento e tem seu estabelecimento na segunda metade dos anos 2000.

Apointa-se, então, que a cooperação entre Brasil e Japão na área espacial dá-se especialmente na recepção de imagens e dados de satélites japoneses, como é o caso do projeto ALOS, o qual será apresentado mais à frente. Pode-se mencionar também o lançamento de pequenos satélites brasileiros, como o denominado UbatubaSat em 2017, que foi produzido por alunos de uma escola pública do ensino fundamental de Ubatuba, São Paulo, e que contou com o apoio financeiro da Agência Espacial Brasileira (AEB) e com o suporte técnico do INPE (INPE²⁶⁹).

²⁶⁹ Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4363>. Acesso em: 30 out. 2017.

Em termos de interesses comuns entre Brasil e Japão na área espacial, pode-se considerar que ambos os países buscam lidar com a prevenção de desastres e com a proteção ambiental. Dessa forma, a cooperação tem potencial nesse setor e o caso do ALOS é um exemplo nesse sentido. Por fim, no que tange aos atores da cooperação, esses serão analisados no caso do ALOS, uma vez que esse é o único projeto desenvolvido na área entre os dois países e é a partir dele que se pretende observar o relacionamento entre as instituições e os pesquisadores envolvidos, bem como o movimento diplomático-governamental. Antes, contudo, é válido compreender mais a seara de cooperação espacial nipo-brasileira por meio dos acordos, reuniões e seminários desenvolvidos e dos interesses de ambos os países no setor em análise.

3.8.1. Acordos, reuniões e seminários

Para observar a parte normativa e de interação entre Brasil e Japão na área espacial, busca-se neste tópico delinear os acordos, reuniões e seminários desenvolvidos por ambos os países para promover o campo espacial da cooperação. Sendo assim, na área espacial, a cooperação entre Brasil e Japão não está baseada em um acordo específico e é direcionada pelo Acordo de Cooperação Técnica de 1970 (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017a).

Nesse sentido, as interações acontecem por meio de reuniões e eventos entre os dois países, que ocorrem de maneira *ad hoc* e dispersa, envolvendo instituições relevantes; contudo, não há um processo institucionalizado de promoção cooperativa entre ambos os países no setor espacial. Nas reuniões dos Comitês de Ciência e Tecnologia entre Brasil e Japão, o tema também é geralmente citado.

Assim, no que tange às reuniões e encontros institucionais na área espacial, pode-se mencionar que, em 2012, a AEB e a Embaixada do Japão realizaram Seminário sobre Cooperação Espacial Brasil-Japão, tendo como ponto central a conferência do Diretor Executivo da Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (JAXA), Hideshi Kozawa, cujo objetivo era promover as interações cooperativas no setor, com direcionamento para as cooperações público-privadas, aplicações industriais e possíveis relacionamentos com os países sul-americanos (AEB, 2012²⁷⁰).

Em 2013, por sua vez, houve em Brasília a realização de uma reunião envolvendo a Secretaria Nacional de Política Espacial (ONSP) do Gabinete do Primeiro-Ministro do Japão,

²⁷⁰ Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/brasil-e-japao-discutem-cooperacao-espacial/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

a AEB, a JAXA, a JICA, a Universidade de Wakayama, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do Brasil (Cemaden), o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Brasil (CENAD/MI) e a Universidade de Brasília (UnB). Os interesses de cooperação espacial nas áreas de desastres naturais e formação de recursos humanos no Brasil emergiram como fruto dessa reunião (JAPÃO, 2013²⁷¹).

Em 2015, ocorreu a visita de uma delegação japonesa composta de representantes do governo e do setor empresarial à AEB para discutir as cooperações existentes e as possibilidades de parcerias com o Brasil (AEB, 2015²⁷²). Em 2016, reporta-se a realização de um seminário promovido pelo INPE para incentivar parcerias entre os dois países, apresentar tecnologias e inovações de ambos os Estados na área de satélites e aplicações espaciais com foco no monitoramento agrícola, de queimadas, secas e desastres naturais (INPE, 2016)²⁷³.

Pode-se observar, então, a falta de acordos que norteiem a cooperação espacial entre os dois países. Apesar disso, pelas reuniões e diálogos na área espacial, é possível perceber contatos voltados para o estabelecimento de laços cooperativos. Do lado japonês, é relevante destacar os interesses privados na cooperação. Aponta-se também o direcionamento da cooperação espacial entre Brasil e Japão para as áreas ambiental e agrícola. Assim, passa-se, em seguida, a analisar os interesses japoneses e brasileiros na cooperação bilateral espacial e, posteriormente, o ALOS, a fim de verificar o movimento da política externa japonesa no que tange à cooperação no setor em análise.

3.8.2. Perspectiva japonesa da cooperação espacial

Para entender a cooperação espacial japonesa com o Brasil, mostra-se importante apontar a trajetória seguida pelo Japão no setor. Nesse sentido, observa-se que, no passado, o Japão não associava as políticas espaciais com suas práticas diplomáticas, o que dificultava o desenvolvimento de cooperações internacionais no campo espacial. Dessa forma, as atividades espaciais estavam mais relacionadas com a política interna de ciência e tecnologia do país e não havia mecanismos institucionais que integrassem a área espacial e diplomática (WATANABE, 2013).

²⁷¹ Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/bilaterais/26abr13.html>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

²⁷² Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/brasil-e-japao-avaliam-novas-perspectivas-de-cooperacao-espacial/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

²⁷³ Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4121>. Acesso em: 11 dez. 2017.

Contudo, desde os anos 2008 e 2009, com a Lei Básica Espacial e com o Plano Básico de Política Espacial, respectivamente, o Japão passou a buscar integrar a esfera diplomática e espacial por meio do que se denomina diplomacia espacial, para promover *soft power* e alcançar inserção internacional. Assim, utilizando abordagens inicialmente direcionadas para a Ásia-Pacífico, o Japão vem promovendo interações cooperativas com países do Oriente Médio, África e América do Sul (WATANABE, 2013).

Em 2010, o Japão incorporou a estratégia espacial nacional em sua política econômica denominada *New Growth Strategy*. A proposta japonesa era promover a competitividade industrial do país no setor, encorajar universidades para produzir pequenos satélites e veículos lançadores, promover utilização de dados de satélite e exportar para países demandantes pacotes de sistemas de infraestruturas por meio de colaborações público-privadas. É possível detectar também uma abordagem japonesa na área espacial com os países em desenvolvimento, que se consubstancia na disseminação de atividades, na cooperação técnica para construção de capacidade e no suprimento de tecnologia espacial e serviços. Pode-se acrescentar ainda que a ODA japonesa é um dos instrumentos de promoção dessa plataforma diplomática espacial do Japão (WATANABE, 2013).

No mesmo ano supracitado, após a avaliação da *Government Revitalization Unit* (GRU), uma comissão parlamentar para análise das autarquias existentes no Japão passou a exigir que o desenvolvimento das atividades espaciais japonesas estivesse ligado à ativa participação do setor privado e centrado na redução de gastos governamentais (MG 858, caixa 207, 2010). Conforme assevera o Embaixador do Brasil em Tóquio Luiz Augusto de Castro Neves, a área espacial japonesa passou a ser incluída na diretriz governamental de promoção de exportações de produtos de alta tecnologia e serviços de infraestrutura (MG 858, caixa 207, 2010). Esse aspecto é extremamente relevante para se pensar os interesses japoneses no campo de satélites, as implicações para as cooperações de cunho técnico-científico governamentais e os interesses empresariais envolvidos na cooperação nesse setor.

Visualiza-se, então, que o Japão vive, a partir da segunda metade dos anos 2000, um momento de expansão de suas interações no campo espacial. Em meio a esse contexto, compreendem-se as intenções japonesas na cooperação na área de satélites com o Brasil. Em termos mais específicos, no que se refere ao relacionamento bilateral com Brasil, nota-se, desde o final dos anos 1990, um interesse do setor privado japonês no sentido de promover a cooperação no âmbito espacial com o Brasil (OF 81Z, caixa 73, 1999). Pode-se destacar, por exemplo, o interesse comercial da Mitsubishi (OF 81Z, caixa 73, 1999).

Havia muita vontade das empresas japonesas do setor em poderem se tornar fornecedoras de equipamentos para o INPE, tendo em vista o programa de satélites equatoriais, desenvolvido à época, para o atendimento de demandas de comunicações, patrulhamento e transportes (OF 290Z, caixa 73, 1999). Além disso, durante a visita do Presidente do INPE ao Japão, em 1999, também foram desenvolvidas conversações sobre oportunidades de cooperação triangular com os países da África e da Ásia para montagem e lançamento de satélites (OF 290Z, caixa 73, 1999). É pertinente ressaltar a postura questionadora do Presidente do INPE Carlos Eduardo, que deixou claro que as conversações com os japoneses quanto ao programa de constelação de satélites não deveriam ser tomadas exclusivamente em termos comerciais (OF 290Z, caixa 73, 1999).

Novamente, no ano 2000, observa-se o movimento promovido pelo setor comercial japonês, tendo em vista que a Mitsubishi convidou parlamentares brasileiros para uma missão no Japão, a fim de promover o conhecimento das atividades espaciais japonesas e possíveis interações (MG 4, caixa 74, 2000). A base de Alcântara foi colocada pelos parlamentares como uma possibilidade para lançamento de satélites japoneses (MG19, caixa 74, 2000). Os parlamentares brasileiros demonstraram-se determinados a apoiar a cooperação espacial nipo-brasileira (MG19, caixa 74, 2000).

Em 2009, por exemplo, há a sugestão do Gaimusho – Ministério das Relações Exteriores do Japão – de inclusão, na pauta da reunião do Comitê Conjunto sobre Ciência e Tecnologia, de uma proposta japonesa voltada para a cooperação com o Instituto Nacional de Estudos Ambientais do Japão (NIES) na área de mudança climática e meio ambiente por meio da utilização do satélite japonês IBUKI, que é capacitado para avaliar o efeito estufa (MG406, caixa 167, 2009).

Em 2010, ainda se mantém explícito o interesse comercial japonês no setor espacial, como se nota pela missão japonesa enviada à América do Sul entre 23 de agosto e 2 de setembro de 2010, passando também pelo Brasil (MG 858, caixa 207, 2010). De acordo com o relato do Embaixador Luís Augusto de Castro Neves, o Japão passava, no plano interno, por um processo de reorganização da JAXA e por restrições no orçamento do Ministério de Educação, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT), verificando-se uma tendência do setor privado em buscar demandas externas para seus produtos (MG 858, caixa 207, 2010).

Sendo assim, a interação inicial entre Brasil e Japão no setor espacial tem caráter notadamente comercial. Esse aspecto está em conexão com as diretrizes das políticas japonesas para o setor, como já foi exposto, e tem grande impacto no desenvolvimento do relacionamento e nos empecilhos para a cooperação técnico-científica entre Brasil e Japão. Face aos pontos

apresentados acima, passa-se, então, a observar as perspectivas brasileiras da cooperação espacial com o Japão.

3.8.3. Perspectiva brasileira da cooperação espacial

Tendo em vista os altos custos de desenvolvimento do setor espacial, o Brasil, ao longo do tempo, vem se utilizando da cooperação internacional para avançar nesse âmbito, notoriamente com países com maior capacidade no setor (GURGEL, ENTREVISTA, AEB, 2017), como EUA, França, Alemanha, China e Rússia (AEB²⁷⁴). Mas, ao mesmo tempo, também tem interagido com países da região latino-americana, como Argentina e Venezuela (AEB²⁷⁵).

Nesse sentido, a cooperação com o Japão na área espacial, apesar de não se destacar entre as relações bilaterais brasileiras, está inserida dentro do contexto de promoção dessa esfera e de reconhecimento da importância das relações cooperativas para o fortalecimento de seu conhecimento e capacidade técnico-científica.

Por meio dos arquivos históricos do Itamaraty, depreende-se que o Brasil vem observando o desenvolvimento japonês no campo espacial, como se nota da mensagem do Embaixador Fernando Reis da Embaixada Brasileira em Tóquio, em 1996, o qual relatou informações sobre o programa espacial japonês, o lançamento de um artefato não tripulado e as possibilidades futuras de lançamentos de pequenos satélites em órbita baixa. Ademais, apontou a possibilidade de realizar contatos com o Japão, a fim de promover a base brasileira de Alcântara, caso fosse de interesse brasileiro (OF 184BX, caixa 47, 1996).

Durante esse mesmo ano (1996), é relevante citar a explosão do foguete comercial chinês Longa Marcha 3B, o que ocasionou a suspensão temporária dos lançamentos comerciais chineses (OF 184BC, caixa 47, 1996), levando-se a compreender que o relacionamento com o Japão podia ser visto como uma oportunidade. No entanto, esse assunto não foi mais abordado nos demais documentos oficiais analisados e a discussão sobre a interação cooperativa no setor voltou a se dar mais por parte do lado japonês.

Entre 2009 e 2010, nota-se, em determinados momentos, a manifestação brasileira para a promoção da cooperação, mas buscando direcionar o enfoque para o interesse técnico-

²⁷⁴ Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

²⁷⁵ Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

científico. Sendo assim, pode-se mencionar, em 2009, a visita do Ministro da Ciência e Tecnologia ao Japão, Sérgio Rezende, o qual manteve, entre os seus encontros, uma reunião com o Presidente da JAXA, Keiji Tachikawa (MG991, caixa 168, 2009).

Nessa ocasião, o Presidente da JAXA apresentou a estrutura japonesa na área de satélites e a capacidade da agência no setor de lançamentos, assegurando que, se as empresas japonesas que estavam se lançando no setor, como a Mitsubishi, não dessem seguimento a essa interação com o Brasil, a agência japonesa espacial teria capacidade e estaria disponível para fazê-lo (MG991, caixa 168, 2009). Além disso, o referido Presidente da JAXA comentou a limitação do relacionamento Brasil-Japão na área espacial à cooperação técnica na área de sensoriamento remoto, especificamente no uso de imagens do satélite ALOS (MG991, caixa 168, 2009), induzindo à importância de ampliá-la.

Do lado brasileiro, o Ministro Sérgio Rezende apontou o salto orçamentário do país para o setor espacial, as parcerias desenvolvidas com China e Ucrânia, e propôs ao seu interlocutor a avaliação da parceria Brasil-Japão para o desenvolvimento de satélite com tecnologia de radar, com observação por intermédio das nuvens não disponível no Brasil. O Presidente da JAXA manifestou-se favorável à retomada da interação bilateral, afirmando a necessidade de missões técnicas para a ampliação do conhecimento mútuo (MG 991, caixa 168, 2009).

Em 2010, por sua vez, o Presidente do INPE, Gilberto Câmara, visitou o Japão a fim de se encontrar com o Presidente da JAXA, Keiji Tachikawa (MG 1156, caixa 207, 2010). Dessa visita, foi assinada uma carta de intenções sobre uso gratuito de imagens de satélites para o monitoramento da Amazônia, com objetivo de contribuir para o mecanismo REDD+, ou seja, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (MG1230, caixa 207, 2010). Essa interação consiste na cooperação entre o INPE e a JAXA no sentido de monitorar a Amazônia por meio de imagens do satélite ALOS (MG 1230, caixa 207, 2010), a qual será analisada na próxima seção.

É essencial ressaltar a forma como o Brasil tentou conduzir a cooperação para uma perspectiva não comercial no campo de satélites, tendo em vista que, enquanto a política da JAXA estava completamente embasada no aspecto comercial, o Brasil propunha a ideia de democracia de dados e de incentivo do lado japonês para iniciativas técnico-científicas (MG 1230, caixa 207, 2010).

Nesse sentido, é possível observar um movimento pontual da política externa – Ministro de Ciência e Tecnologia e Presidente do INPE – no sentido de promover a cooperação técnico-científica na área espacial com o Japão, mas esse processo não foi continuado, tanto que as relações não evoluíram, como ficará mais claro no próximo tópico. Pertinente notar que essa

leve indução cooperativa brasileira não foi decorrente de interesses econômicos diretos. O Japão, por outro lado, tinha um foco comercial muito explícito no relacionamento com o Brasil, mas que não se direcionou desse modo por desinteresse brasileiro. Aponta-se ainda que não foi observada a formação de lideranças político-diplomáticas que instigassem a cooperação ao longo do tempo.

Desses pontos, as seguintes interpretações podem ser inferidas da análise da cooperação espacial entre Brasil e Japão: a) quanto maior a indução da política externa brasileira para a cooperação – visita Ministerial, institucional –, maior a possibilidade de cooperação, como se notou pelo incentivo ministerial brasileiro para o estabelecimento de cooperação técnica; b) o incentivo japonês para a cooperação não é suficiente para a sua indução, visto que o Brasil não avançou na interação cooperativa de cunho mais comercial, que era interesse nipônico; c) o fator econômico do projeto não é variável necessária para a indução da cooperação pelas ferramentas de política externa brasileira, visto que houve momentos em que estas foram usadas na cooperação técnica espacial com o Japão.

No final deste capítulo, esses pontos serão avaliados em conjunto com os traçados sobre a área agrícola, com a finalidade de promover uma maior compreensão do relacionamento nipo-brasileiro e do comportamento do Brasil. Passa-se, então, à análise do projeto ALOS, por meio do qual é aprofundada a reflexão sobre os laços cooperativos nipo-brasileiros na área espacial.

3.8.4. ALOS

A cooperação por meio do satélite ALOS foi iniciada oficialmente em 2009 e tinha como propósito promover a capacidade brasileira de uso de imagens de satélites, a fim de prevenir o desflorestamento ilegal na Amazônia. É válido mencionar que o projeto estava planejado para terminar em 2012, mas, devido ao terremoto que atingiu o Japão em 2011, foi encerrado neste último ano, antes do prazo final estimado.

O contexto da cooperação entre Japão e Brasil em relação ao satélite ALOS envolve o cenário já apresentado dos interesses japoneses e brasileiros no campo. Contudo, em termos específicos do desenvolvimento do projeto, tem-se que o diálogo entre os dois países foi iniciado por meio de contatos entre instituições e pesquisadores brasileiros e japoneses (MIRANDA, ENTREVISTA, POLÍCIA FEDERAL, 2017).

O fornecimento de cursos para treinamento do uso de imagens pela JAXA e o interesse brasileiro, manifestado por meio da participação do corpo técnico de duas instituições nacionais

– Ibama e Polícia Federal (PF) –, foram determinantes para o desenvolvimento da cooperação (MIRANDA, ENTREVISTA, PF, 2017).

Ainda, entre 2003 e 2004, a interação entre Brasil e Japão começou por meio do envio de técnicos especializados ao Estado nipônico com o propósito de treinamento e, em seguida, com a recepção de técnicos japoneses para a promoção de cursos no Brasil (MIRANDA, ENTREVISTA, PF, 2017). Pode-se dizer que a cooperação por intermédio do ALOS, então, emergiu como uma segunda etapa no relacionamento inicial (MIRANDA, ENTREVISTA, PF, 2007).

Sendo assim, a cooperação entre os dois países foi iniciada informalmente, em 2007, com a concessão de imagens do satélite ALOS ao Ibama (RELATÓRIO ALOS, 2012). Considerando essa situação, o Brasil solicitou a formalização da cooperação com o Japão em 2007 (RELATÓRIO ALOS, 2012), embora o projeto tenha apenas se iniciado em 2009.

O interesse japonês no projeto estava centrado na importância de assuntos globais e na preservação da floresta equatorial (KOMAZAWA, ENTREVISTA, JICA, 2017a), em outras palavras, a plataforma cooperativa japonesa para questões ambientais. Em termos técnicos, o projeto também era importante para o Japão no sentido de possibilitar aplicações diversificadas do satélite (MIRANDA, ENTREVISTA, PF, 2017). Para o Brasil, por sua vez, a cooperação era relevante no sentido de promover a proteção securitária e ambiental da Amazônia, além de aprimorar a capacidade do uso de imagens de satélites.

No que se refere aos atores envolvidos, o projeto tinha como participantes centrais, do lado japonês, a JAXA e a JICA. Em relação ao Brasil, as instituições que atuaram foram o Ibama e o Departamento da Polícia Federal (RELATÓRIO ALOS, 2012), além da ABC como coordenadora da cooperação técnica. É válido mencionar que, embora tenha havido diálogos entre o INPE e a JAXA, a cooperação não promoveu o relacionamento de alto nível no campo de satélites entre os dois países. Dentre os motivos para o não engajamento institucional nipo-brasileiro de caráter mais elevado está o fato de o projeto ALOS ter um foco na aplicação de dados e não se direcionar para a produção tecnológica ou de pesquisa.

Em termos de resultados, nota-se que a cooperação por meio do ALOS alcançou os objetivos do projeto. Nesse sentido, o tempo necessário para detecção de desflorestamento na Amazônia foi reduzido, o Ibama e a DPF aprimoraram suas técnicas para análise de imagens de satélites, as quais foram fornecidas de maneira gratuita pelo Japão, e os prazos do projeto foram, em geral, cumpridos (RELATÓRIO ALOS, 2012).

No entanto, após o fim da cooperação por meio do satélite ALOS 1, as instituições brasileiras envolvidas na interação cooperativa estavam interessadas em manter o

relacionamento por meio do satélite ALOS 2 (RELATÓRIO ALOS, 2012). Essa continuação da cooperação, todavia, não ocorreu e as conversas sobre o ALOS 2 continuam em andamento (NUNES NETO, ENTREVISTA, ABC, 2017).

Em termos de movimentação da política externa brasileira em relação à cooperação por meio do ALOS, nota-se que esse processo foi escasso. Em geral, observou-se mais a referência ao projeto do que sua indução, como durante a reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão sobre Ciência e Tecnologia, em 2009, na qual a cooperação na área espacial em sensoriamento remoto foi citada, apontando-se que o tema estaria recebendo tratamento direto pelas partes envolvidas, especialmente Ibama e JAXA (MG 624, caixa 167, 2009).

Do mesmo modo, em Comunicado Conjunto durante a visita do Primeiro-Ministro Shinzo Abe ao Brasil, em 2014, foi feita menção ao ALOS e manifestada a expectativa de continuidade da cooperação no setor espacial (ITAMARATY, Nota 179, 2014²⁷⁶). Em 2017, a alocução do Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, já foi mais incisiva, o que demonstrou o interesse brasileiro em aprofundar a cooperação técnica com o ALOS (BRASIL, 2017²⁷⁷), mas também não se observou um movimento mais forte de política externa para a promoção dessa interação cooperativa ou para o aprofundamento da cooperação técnico-científica espacial entre Brasil e Japão.

Portanto, a cooperação entre Brasil e Japão na área espacial tem, de um lado, um interesse comercial forte japonês e, de outro, uma indução brasileira reduzida, dificultando o aprofundamento cooperativo em termos técnico-científicos. A análise mais específica do projeto reforça as hipóteses explicitadas no tópico anterior, ou seja, que a política externa é importante e que o interesse japonês não é suficiente para o encaminhamento da cooperação. O Quadro 3.7 adiante ilustra os pontos centrais para esta pesquisa no que tange ao ALOS.

Quadro 3.7 - Características do ALOS

Iniciativa brasileira	Sim (solicitação formal da cooperação e no envio de técnicos para cursos no Japão, mas este país vinha tentando estimular o relacionamento nesse setor com fins comerciais)
-----------------------	---

²⁷⁶ Itamaraty. Nota 179. 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5777-visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-do-japao-shinzo-abe-comunicado-conjunto-da-visita-oficial-de-trabalho-declaracao-conjunta-sobre-cooperacao-na-area-de-construcao-naval-para-facilitacao-do-desenvolvimento-de-recursos-offshore>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

²⁷⁷ Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/14514-noticia-acom-2017-12-2742.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Montante financeiro envolvido	290 milhões de ienes ²⁷⁸ (2,6 milhões de dólares aproximadamente)
Participação do MRE/ABC	Fraca (pouco engajamento para induzir o acordo, como se notou nos telegramas do MRE e na análise do desenvolvimento do projeto)
Indução japonesa	Fraca (o interesse do Estado japonês era mais comercial no setor de satélites e não estava ligado ao acordo)
Fator econômico *	Fraco (embora, o Japão estivesse interessado na venda de serviços de satélites ao Brasil)
Resultado da cooperação	Médio (objetivos alcançados, mas não houve continuidade)
Grau de cooperação	Médio (resultados foram alcançados, mas se tratava essencialmente de transferência de conhecimento e recepção de imagens de satélites, nesse sentido, não havia um amplo engajamento dos atores na cooperação, não houve continuidade, apesar do interesse brasileiro)
Movimento dos atores de política externa brasileiros	Fraco (mais centrado no nível técnico e institucional)
Número de atores brasileiros envolvidos	Baixo (atuação centrada em técnicos e no nível institucional)

* Esse ponto trata-se dos fatores econômicos associados ao acordo e não dos interesses comerciais japoneses no campo de satélites.

Nota: As classificações constantes no quadro acima são decorrentes da análise desenvolvida pela autora, estando reforçadas pelas informações constantes entre parênteses.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações da pesquisa.

A discussão acerca dos aspectos anteriores será delineada no Capítulo 5, juntamente com os demais projetos referendados neste estudo. Na próxima seção, por sua vez, realiza-se o cruzamento das informações sobre a cooperação técnico-científica Brasil-Japão nas áreas agrícola e espacial.

²⁷⁸ ALOS JICA *Ex-post Evaluation*, 2017.

3.9. ANÁLISE CRUZADA DA ÁREA AGRÍCOLA E ESPACIAL

Após as considerações realizadas a respeito das duas áreas cooperativas e dos três projetos entre Brasil e Japão – dois no campo agrícola e um no espacial –, passa-se a analisá-los em conjunto, focando no movimento de política externa brasileira e nos fatores condutores da cooperação. Desse modo, destaca-se o uso das ferramentas de política externa para reforço da cooperação no caso do PRODECER. Nos demais projetos – EGCRS e ALOS –, a indução foi pontual e pouco representativa. Além disso, essas duas relações cooperativas, diferentemente da promovida na área de cerrados, não alcançaram a continuidade, apesar do interesse brasileiro.

No caso do PRODECER, observa-se, ao longo de suas distintas fases, três fatores fundamentais que induziram à cooperação: 1) alto interesse externo; 2) fator econômico envolvido; e 3) existência de personalidades, instituições, órgãos e demais grupos relevantes do lado brasileiro que conduziram a cooperação.

Verifica-se, por outro lado, que esses fatores tiveram pesos diferentes ao longo do desenvolvimento do PRODECER. Sendo assim, há momentos de maior estímulo pelas personalidades brasileiras, como no início da negociação do PRODECER I, do papel mais reduzido dessas figuras relevantes, durante o PRODECER II e III, e ainda momentos de menor interesse externo japonês, conforme se observou nas negociações para o PRODECER III.

Dessa forma, verifica-se que todos os fatores internos e externos expostos foram relevantes para a condução do PRODECER. Pode-se, no entanto, apontar que a manutenção de um forte interesse interno e de uma movimentação da política externa foi fundamental para a continuidade da cooperação. Ademais, o PRODECER teve como ponto chave o papel do setor econômico brasileiro que fortaleceu a cooperação, mesmo com a redução da ação governamental ao longo do tempo.

Considerando o apresentado, é pertinente questionar: por que, no caso agrícola, leia-se PRODECER, a presença dos interesses econômicos foi positiva para a condução da cooperação e, no projeto ALOS, a existência de fortes interesses comerciais japoneses no campo de satélites não levou à proliferação da relação cooperativa no setor?

Quanto a esse aspecto, a observação que se pode realizar é que os interesses comerciais japoneses no campo de satélites eram nítidos, mas esse processo não se desenvolveu também do lado brasileiro. O interesse japonês no campo de satélites estava centrado na venda de tecnologia e não na construção de uma parceria de pesquisa e trabalho conjunto. Dessa forma, não se desenvolveu uma cooperação técnico-científica mais robusta.

É importante asseverar também que os três fatores identificados no caso do PRODECER não existiram no projeto ALOS. Sendo assim, notou-se nesse último: 1) menores oportunidades externas, tendo em vista que o interesse japonês estava centrado em interações comerciais e a cooperação técnico-científica não era central; 2) inexistência de personalidades e grupos internos brasileiros condutores da cooperação; e 3) ausência do fator econômico como estimulador da cooperação.

Assim, com base nos pontos aqui expostos sobre todos os projetos e na observação das interpretações previamente traçadas neste capítulo sobre a cooperação agrícola e espacial nipo-brasileira, os seguintes aspectos comuns podem ser delineados: a) quanto maior a indução da política externa brasileira, mais ampla a possibilidade de cooperação; e b) o estímulo japonês não é suficiente para a indução da cooperação, o que desmistifica as perspectivas mais realistas sobre o movimento da política externa brasileira.

No entanto, a respeito do fator econômico e sua influência sobre o sucesso e a maior ação de política externa brasileira, não foi possível apresentar conclusões referendadas pela análise cruzada das áreas cooperativas. Pode-se afirmar que a indução da cooperação pelos atores de política externa não depende, necessariamente, do fator econômico, porém, se há maior estímulo associado a esse aspecto, é uma questão que só foi inferida pela análise específica do PRODECER, impossibilitando generalizações.

Portanto, demonstra-se que todos os fatores internos e externos têm grande peso no desenvolvimento da cooperação, mas que a condução de uma política externa para sua promoção, embasada em personalidades centrais ou no estímulo de grupos internos, é fundamental para se alcançar ganhos cooperativos, mesmo quando as oportunidades externas não são positivas ou os interesses estão reduzidos.

3.10. COMPORTAMENTO BRASILEIRO E A POLÍTICA EXTERNA PARA A COOPERAÇÃO

Neste último tópico do Capítulo 3, pretende-se destrinchar, com maiores detalhes, os elementos que envolvem o comportamento brasileiro e o movimento de política externa voltada para a cooperação. Dessa forma, à luz das áreas analisadas nesta pesquisa, assevera-se que o comportamento brasileiro no âmbito cooperativo com o Japão pode ser pensado por meio de duas perspectivas: negociador político-diplomático e negociador técnico. Inicialmente, é válido frisar que o movimento de negociação político-diplomático e técnico nem sempre acontece com

a mesma intensidade em todos os projetos ou suas fases, conforme se depreendeu do debate ao longo deste capítulo.

Diante dos documentos e entrevistas coletados, bem como das análises desenvolvidas, observa-se a importância de lideranças políticas condutoras da cooperação e, quando não há esse movimento, nota-se uma redução da intensidade da cooperação e da característica de negociador político-diplomático. Nesse sentido, não se observa uma constância na atuação brasileira e na promoção da política externa para a cooperação com o Japão, nem mesmo em determinadas áreas cooperativas ou no âmbito de projetos específicos.

Por sua vez, os interesses das lideranças vão desde direcionamentos político-econômicos até fortes interesses pessoais. O incentivo externo japonês mostrou-se variável nos projetos e suas fases e, apesar de possuir peso relevante para fortalecer a cooperação, não foi considerado, nesta pesquisa, condição suficiente, visto que, em alguns momentos, houve indução japonesa para cooperação, como se demonstrou com a promoção da diplomacia científica, e não se verificou uma expressiva atuação brasileira na busca de cooperação. No caso do PRODECER, por exemplo, na década de 1960, ocorreu indução japonesa para a cooperação na área de cerrados e esse processo não se desenvolveu naquele momento, apenas na década de 1970, fortalecido pelo papel de lideranças brasileiras que conduziram o relacionamento cooperativo.

No que se refere ainda a atores relacionados à negociação diplomática, os papéis da ABC e da DCTEC do Itamaraty mostraram-se pouco ativos na promoção da cooperação com o Japão. Outra questão que merece ser explicitada é o movimento de atores públicos na promoção da cooperação, especialmente por meio da diplomacia presidencial e ministerial. Observou-se que, embora haja uma tendência para uma maior participação de atores privados e sociais na promoção cooperativa por meio da política externa brasileira, especialmente em acordos com forte cunho econômico, a atuação pública é chave para o maior estímulo à cooperação brasileira.

Quanto ao uso do conhecimento brasileiro como ferramenta de barganha cooperativa, não se verifica uma tentativa no sentido de reunir informações que permitam utilizar esse instrumento de forma eficaz. Ademais, também não se nota um aproveitamento constante das possibilidades de ação como negociador político-diplomático.

Por fim, afirma-se que o papel brasileiro de negociador diplomático no âmbito da cooperação internacional nipo-brasileira tem perdido força, como se demonstrou na análise dos acordos mais recentes de cooperação, possivelmente pela falta de lideranças que conduzam o processo cooperativo, já que esse aspecto foi amplamente verificado no caso do PRODECER, no qual houve maior sucesso da promoção cooperativa.

A segunda perspectiva de análise aqui trazida está relacionada à atuação brasileira enquanto negociador técnico. Nesse âmbito, verifica-se que há uma ação relevante dos técnicos brasileiros e boas interações com os japoneses, que permitem a condução da cooperação e o delineamento de interesses do lado do Brasil. A própria ideia de política cooperativa continuada é muito induzida pelo negociador técnico, mas nem sempre é suficiente, o que reforça a importância da negociação político-diplomática. Nesse âmbito técnico, o papel institucional é relevante, porém, em muitos casos, o processo cooperativo técnico é conduzido mais pela iniciativa individual de pesquisadores, fortalecidos pela sua inserção em um ambiente institucional, do que como um movimento amplamente advindo da instituição.

Portanto, constata-se que, sem o apoio constante de lideranças político-diplomáticas, o Brasil não consegue manter uma política externa para a promoção da cooperação com o Japão, o que se mostra um grande problema na continuidade de projetos e de ideias de longo prazo que realmente possibilitem o desenvolvimento brasileiro por meio da cooperação internacional. Assim, mesmo que a negociação técnica conduza à cooperação em determinados casos, a fraqueza na negociação político-diplomática, sem dúvida, reduz a força brasileira na condução da cooperação com o Japão.

3.11. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

A percepção geral da cooperação técnico-científica Brasil-Japão é que as relações são positivas para o Brasil, com o desenvolvimento de distintos projetos de cooperação em esferas variadas, muito embora, nos últimos anos, tenha ocorrido uma redução da intensidade cooperativa e ainda existam muitos espaços para a promoção mais ampla da cooperação, especialmente no campo científico.

O montante financeiro envolvido na cooperação do Japão com o Brasil é alto²⁷⁹ e relevante para o país, mas a atuação brasileira enquanto negociador político-diplomático está deixando a desejar no sentido de fazer melhor uso dessa interação e dos investimentos e tecnologias japonesas. Já os interesses nipônicos, especialmente na definição das áreas-chave da cooperação com o Brasil, são notáveis e a esfera ambiental pode ser destacada.

Em termos de resultados, as iniciativas cooperativas com Japão, em geral, seguem um processo linear, no qual acordos são pensados, projetos são elaborados e objetivos são

²⁷⁹ Se comparado com os demais países cooperantes com o Brasil e com os montantes financeiros recebidos pelos outros Estados da América Latina do Japão, conforme seção 3.1.

alcançados. A continuidade da cooperação, por sua vez, demonstrou-se uma dificuldade na cooperação com o Japão.

Por fim, no que se refere aos projetos, visualiza-se a desproporção entre a indução cooperativa do PRODECER em comparação com o ALOS e o EGCRS. Em conformidade com a análise desenvolvida nesta pesquisa, a partir do ponto de vista brasileiro, verificou-se que a ação das lideranças políticas no Brasil é determinante na condução da cooperação nipo-brasileira bilateral.

4. COOPERAÇÃO BILATERAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-CHINA: CARACTERÍSTICAS FORMAIS, MATERIAIS E ANÁLISE DE ACORDOS

Este capítulo busca compreender as características gerais da cooperação técnico-científica entre Brasil e China, incluindo uma compreensão sobre os acordos produzidos, o montante financeiro investido, os atores envolvidos, as áreas centrais de cooperação e as perspectivas brasileira e chinesa da interação cooperativa. Acrescenta-se ainda que, em decorrência da centralização das interações cooperativas entre Brasil e China no campo científico-tecnológico, preferiu-se não separar, em tópicos distintos, as características da cooperação técnica e as da científica.

Assevera-se também que o enfoque aqui realizado, do mesmo modo como foi feito no relacionamento bilateral nipo-brasileiro, concentra-se nas esferas espacial e agrícola, com detalhamento de seus respectivos acordos, ou seja, CBERS e LABEX. É pertinente referendar que, em virtude de critério histórico e de seu grau de importância no relacionamento bilateral entre Brasil e China, a área espacial é analisada primeiro, distinguindo-se da sequência seguida no capítulo anterior.

Pretende-se, então, observar como o Brasil se comporta no relacionamento cooperativo bilateral com a China e, especificamente, tendo em vista a exposição em detalhes do movimento da política externa brasileira para a promoção dos acordos cooperativos já ressaltados, com destaque para o CBERS e seus fatores determinantes de sucesso.

4.1. ACORDOS NORTEADORES, COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA E MONTANTE FINANCEIRO INVESTIDO

Esta parte da pesquisa objetiva compreender como acontece a cooperação técnico-científica entre Brasil e China em termos gerais e apontar os acordos norteadores e o montante financeiro investido por ambos os países nessa interação. Sendo assim, fazendo remissão à análise histórica do relacionamento bilateral entre Brasil e China, presente no Capítulo 2, reforça-se que as relações entre as duas nações foram estabelecidas em 1974, durante o governo Geisel. O início da efervescência cooperativa na esfera técnico-científica entre os dois países se dá, todavia, a partir da década de 1980.

Dessa forma, o Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica assinado em 1982 entre Brasil e China é um marco no relacionamento cooperativo bilateral. Em consonância com esse ato internacional, a cooperação pode acontecer, por exemplo, por meio de troca de cientistas,

técnicos e especialistas; contratação mútua de técnicos e especialistas; pesquisa conjunta; seminários e conferências; intercâmbio de documentação ou informação científica para pesquisa ou experimentação científica; e, finalmente, intercâmbio de resultados de pesquisas, patentes ou licenças.

Os ajustes complementares, por sua vez, direcionam as interações cooperativas específicas. São referenciadas também, no supracitado acordo internacional, as Comissões Mistas Brasil-China²⁸⁰ de ciência e tecnologia para avaliar resultados, formular recomendações e deliberar sobre assuntos do acordo de cooperação científico-tecnológica e dos ajustes complementares realizados.

É importante mencionar que a cooperação Brasil e China foi delineada desde seu estabelecimento no campo científico-tecnológico, não existindo acordo geral técnico entre os dois países. Uma problemática advinda com essa questão é que as interações entre ambos os Estados no campo cooperativo não são coordenadas pela ABC, já que essa instituição se volta para as cooperações de cunho apenas técnico. A DCTEC do Itamaraty é que assume essa missão. Desse modo, entende-se por que não se realizou uma análise específica para a cooperação técnica e outra para o campo científico-tecnológico, como ocorreu no capítulo anterior sobre Brasil e Japão.

É válido apenas ressaltar que existe uma dificuldade na própria compreensão chinesa de cooperação técnica e na definição de instituições que equivaleriam à função da ABC na China. Quanto à terminologia, tem-se a inexistência, em chinês, de palavras distintas entre cooperação técnica e científico-tecnológica, sendo motivo de confusão constante nos contatos com o Brasil (MG 308, caixa 67, 2004).

Nesse sentido, houve missão da ABC à China e tentativas de estabelecer as bases de uma cooperação técnica com esse país, mas esse processo não se desenvolveu e o grande cerne esteve na diferenciação do perfil das entidades responsáveis pela cooperação na China e no Brasil, além da questão de nomenclatura já mencionada (MG54, caixa 77, 2003; MG 253, caixa 77, 2003; MG 227, caixa 67, 2004; MG 308, caixa 67, 2004).

Acrescenta-se ainda a percepção de que as instituições chinesas que firmam e executam compromissos de cooperação técnica possuem maior autonomia e discricionariedade se

²⁸⁰ Os relatórios das Comissões Mistas Brasil-China não foram encontrados durante o período da pesquisa. Estes documentos foram solicitados na Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty (DCTEC) e pelo sistema de Acesso à Informação, denominado E-sic, mas a resposta obtida foi de que eles não existiam. Por meio da análise dos telegramas da Embaixada do Brasil na China entre os anos 1995 e 2011, verifica-se que a VI Comissão Mista de Ciência e Tecnologia entre Brasil e China ocorreu em 1996, mas não há menção de outras depois. Em 2004, por sua vez, foi assinado um Memorando criando a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a qual passou a ter uma Subcomissão de Ciência e Tecnologia, que supre o papel das Comistas.

comparado ao maior grau de formalismo e precisão das contrapartes brasileiras (MG 399, caixa 67, 2004). Sendo assim, a cooperação técnica Brasil-China está aquém de suas potencialidades, como expresso no telegrama da Embaixada do Brasil na China (MG 227, caixa 67, 2004) e conforme se nota na análise mais recente da cooperação.

Desse modo, a título de informação, no que tange à ajuda oficial ao desenvolvimento²⁸¹ (ODA) direcionada ao Brasil, a China investiu aproximadamente US\$ 111 mil entre 2000 e 2014, embora o total vertido envolvendo outros fluxos tenha sido de US\$ 8,5 bilhões (AIDDATA²⁸²). A análise realizada pelo *aiddata* envolve investimentos financeiros chineses públicos nos anos referenciados. É fundamental apontar que o conceito de ajuda chinesa não segue as mesmas diretrizes dos países membros da OCDE, ou seja, caráter concessional maior ou igual a 25%, sendo difícil compará-la com a de outros países. No entanto, com os dados desenvolvidos pelo *aiddata*, é possível ter uma noção do valor da ODA, seguindo os padrões da OCDE.

Por outro lado, tendo em vista que a cooperação Brasil-China é uma relação entre países em desenvolvimento, é importante destacar quanto o Brasil investe na cooperação com a China. Desse modo, em conformidade com os dados do relatório da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento (COBRADI) (IPEA, 2016, p. 29), o Brasil investiu, na cooperação técnica com a China, R\$ 129 mil (US\$ 38 mil) em 2011, R\$ 16 mil (US\$ 4,5 mil) em 2012 e R\$ 37 mil (US\$ 10,8 mil) em 2013. Nesse sentido, de 2011 a 2013, o Brasil direcionou o montante de R\$ 182 mil (US\$ 53,7 mil) na cooperação para o desenvolvimento com a China.

Relevante mencionar, no entanto, que não há uma clareza nos relatórios da COBRADI sobre o destino do montante financeiro investido na cooperação com a China, bem como também não existe no caso dos dados fornecidos pelo *aiddata* do lado chinês. Provavelmente, o montante financeiro investido pelos dois países em ciência e tecnologia não está abarcado nos dados fornecidos. No caso da China, como foi exposto em nota de rodapé, dentre as modalidades de ajuda externa, encontra-se a cooperação técnica, mas não a científico-tecnológica, o que corrobora o pensamento apresentado. Logo, torna-se difícil precisar o montante financeiro envolvido na cooperação entre Brasil e China no âmbito científico-

²⁸¹ Nos termos do telegrama 590 (caixa 196, 2011) enviado pela Embaixada do Brasil na China e em conformidade com o *White Paper* da ajuda externa chinesa, tem-se que a ajuda externa integra a categoria de cooperação sul-sul e de ajuda mútua entre países em desenvolvimento. Além disso, baseia-se nas seguintes categorias: doações, empréstimos sem juros e empréstimos concessionais. A seu turno, as modalidades de ajuda podem ser: projetos completos, bens e materiais, cooperação técnica, cooperação para desenvolvimento de recursos humanos, equipes médicas enviadas ao exterior, ajuda humanitária de emergência, programas de voluntariado e cancelamento de dívidas.

²⁸² Disponível em: < <https://www.aiddata.org/china-official-finance>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

tecnológico. Passa-se, então, ao próximo tópico, o qual referenda os atores envolvidos na cooperação sino-brasileira.

4.2. ATORES BRASILEIROS E CHINESES ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS COOPERATIVOS

Considerando que a cooperação entre Brasil e China é de cunho predominantemente científico-tecnológico, conforme exposto na seção prévia, assevera-se que os atores brasileiros envolvidos nesse tipo de cooperação também estão associados a essa esfera, como a DCTEC, o MCTIC, a EMBRAPA, o INPE, a AEB e a UFRJ. Já do lado chinês, destacam-se como atores relevantes: o Ministério de Ciência e Tecnologia (MOST), a Administração Nacional Espacial da China (CNSA), a Academia de Ciências Chinesa (CAS), a Academia de Ciências Agrícolas Chinesa (CAAS), a Fundação Nacional de Ciências Naturais da China (NSFC) e a Universidade de Tsinghua.

O relacionamento entre os atores da cooperação sino-brasileira é visto, em geral, como positivo e fortalecido pelo ambiente institucionalizado criado com planos de ação, comissões e diálogos entre os dois países (CÔRREA, ITAMARATY, ENTREVISTA, 2017)²⁸³. Do lado brasileiro, pode-se apontar que existe uma nítida dificuldade de gerenciamento e coordenação dos acordos de cooperação, como se notou pela pouca quantidade de informação coletada nas entrevistas na DCTEC e na conversa informal no MCTIC.

Nesse sentido, a interação e o acompanhamento da cooperação entre Brasil e China se dá de maneira mais setorial, por meio da relação mais direta entre as instituições cooperantes, embora o setor de ciência e tecnologia da Embaixada do Brasil na China e a própria COSBAN tenham o papel de realizar uma análise da cooperação como um todo. Nesta pesquisa, os atores envolvidos nos âmbitos espacial e agrícola serão observados de forma mais pormenorizada. Na sequência, o próximo tópico retrata os ambientes de interação de Brasil e China no campo da cooperação científico-tecnológica.

4.3. ATOS INTERNACIONAIS, COMISSÕES, DIÁLOGOS

Nesta seção, aborda-se o âmbito interativo da cooperação científico-tecnológica entre Brasil e China, a qual é amplamente fortalecida pelo desenvolvimento de um ambiente

²⁸³ Entrevista com Germano Faria Côrrea, Terceiro Secretário da Divisão de China e Mongólia, em 30 de março de 2017.

institucional, especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000. Assim, tem-se a institucionalização da COSBAN²⁸⁴ como um dos instrumentos essenciais para a promoção da cooperação e trocas de interesses sino-brasileiros. A COSBAN é formada por Subcomissões temáticas, destacando-se, para os fins desta pesquisa, a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e a Espacial. É válido mencionar, como se notou no telegrama enviado pela Embaixada do Brasil em Pequim (MG 326, caixa 95, 2008), a necessidade de delimitação dos temas entre as Subcomissões, considerando que existe a de agricultura, a de energia e, ao mesmo tempo, a de ciência e tecnologia, que também abarca as interações nos campos previamente citados.

Válido mencionar ainda os planos plurianuais de cooperação, como o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 e a Declaração Conjunta e o Plano de Ação 2015-2021. Além disso, podem ser apontados os diálogos de Alto Nível Brasil-China de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorridos em 2011 e 2015 (ITAMARATY, FICHA PAÍS/CHINA). Todas essas esferas reforçam os interesses de cooperação entre Brasil e China, bem como permitem uma avaliação do que vem ocorrendo nas diferentes áreas temáticas cooperativas, principalmente com o instrumento da COSBAN.

No que se refere aos atos internacionais assinados entre Brasil e China ligados à cooperação técnico-científica, nota-se uma grande quantidade, com variedade de temas, incluindo biotecnologia, espaço, ciências puras e aplicadas, recursos hídricos, dentre outros (ITAMARATY, CONCÓRDIA). O grande tema da cooperação que vai sendo ampliado e reforçado ao longo do tempo é a área espacial, foco deste estudo.

Diante do exposto, destaca-se um espaço normativo e de diálogo muito relevante entre Brasil e China, demonstrando que, desse ponto de vista, a relação cooperativa sino-brasileira está bem desenvolvida. No decorrer da análise deste capítulo, no entanto, adentra-se no estudo de acordos cooperativos específicos, verificando se estes vêm realmente se transformando em práticas cooperativas e se os ambientes de diálogo têm contribuído nesse sentido. Nos próximos pontos, dá-se continuidade ao estudo da cooperação científico-tecnológica sino-brasileira com a observação dos interesses chineses e brasileiros.

4.4. PERSPECTIVA CHINESA DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA COM O BRASIL

²⁸⁴ Até a presente data de realização desta pesquisa (set. 2018), houve reunião da COSBAN em 2006, 2012, 2013 e 2015.

Antes de ingressar no delineamento dos interesses chineses envolvidos na cooperação técnico-científica com o Brasil, é fundamental expressar que os tradicionais livros que tratam da relação entre China e América Latina não analisam a cooperação técnico-científica ou a inserem de maneira superficial em meio a abordagens mais amplas (ROETT; PAZ, 2008; SORIA; GARCÍA, 2015; ELLIS, 2014; ROETT; PAZ, 2016; GALLAGHER, 2016). Seguem essa mesma linha vários artigos reconhecidos que debatem a interação China-América Latina (HEARN, 2013; FERCHEN, 2011; VADELL, 2011; ABDENUR; SOUZA NETO, 2013; XING, 2016; BERNAL-MEZA, 2016). Dentre alguns estudos que discutem as relações Brasil-China (OLIVEIRA, H., 2004, 2010, 2012; BECARD, 2008, 2011), também não se encontra um detalhamento sobre o campo da cooperação técnico-científica. Em todos os trabalhos ressaltados, o enfoque, em geral, é mais no relacionamento econômico-financeiro entre os dois países, que pode envolver também as interações cooperativas nessas esferas.

No entanto, apesar dessa fragilidade analítica da cooperação técnico-científica chinesa com a região latino-americana, pode-se tomar por base alguns estudos realizados (SLY, 2017, p. 124; CELAC, 2017²⁸⁵; EMBAIXADA CHILE NA CHINA²⁸⁶; ELLIS, 2010; EMBAIXADA DA COLÔMBIA NA CHINA²⁸⁷; PENA; YUMIN, 2017) para ressaltar as áreas de destaque da cooperação, sendo elas: espaço, energia e biotecnologia. É pertinente explicitar que, em determinados casos, esses laços cooperativos entre China e alguns países da América Latina estão associados a concessões de financiamentos chineses, como se nota na área espacial com Bolívia e Venezuela e no setor hidroelétrico com Equador (PENA; YUMIN, 2017; ELLIS, 2016; SALGADO, 2014).

Do exposto, verifica-se que as áreas de cooperação promovidas pela China na América Latina também são as grandes prioridades chinesas no Brasil, como será analisado, de maneira mais detalhada, no tópico 4.6. No caso brasileiro, todavia, não há, de forma nítida, associação entre as cooperações científico-tecnológicas e os financiamentos pelo governo chinês.

É válido ainda citar que o lado chinês reforça a lógica da cooperação *win-win* com o Brasil e o caráter das boas interações cooperativas entre ambos, além de preceituar a importância do relacionamento chinês com países em desenvolvimento e as premissas da cooperação sul-sul (YUE, ENTREVISTA, EMBAIXADA DA CHINA, 2017). Há também o reconhecimento da posição ativa brasileira no relacionamento cooperativo, sendo ressaltada a

²⁸⁵ Notícias Fórum CELAC. Disponível em:

<http://www.chinacelacforum.org/esp/zgtlmjlbjgix_2/t1473679.htm>. Acesso em: 19 abr. 2018.

²⁸⁶ Disponível em: <<http://chile.gob.cl/china/relacion-bilateral/cooperacion-internacional>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

²⁸⁷ Disponível em: <http://china.embajada.gov.co/colombia/instrumentos_acuerdos>. Acesso em: 19 abr. 2018.

capacidade do país de buscar a China em diferentes ocasiões para fortalecer a cooperação (YUE, ENTREVISTA, EMBAIXADA DA CHINA, 2017).

Portanto, é notório o interesse chinês na cooperação científico-tecnológica com a região da América Latina e com o Brasil, existindo um direcionamento para determinadas áreas, especialmente a espacial. Esses aspectos reforçam os objetivos deste estudo. Ao mesmo tempo, ressalta-se que a China propagada o discurso cooperativo *win-win* e de cooperação sul-sul como maneira de manter os laços de identificação da cooperação com o Brasil e a região latino-americana. Na sequência analítica desta pesquisa, relata-se como o Estado brasileiro percebe a cooperação científico-tecnológica com a China.

4.5. PERSPECTIVA BRASILEIRA DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA COM A CHINA

A cooperação científico-tecnológica com a China é analisada pelo Brasil, em termos gerais, como fluida, sem explicitação de interesses comerciais diretos, ou seja, não havendo indicação de empresas chinesas para atuar no país por meio da cooperação estabelecida (CÔRREA, ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017). O Brasil, então, promove a cooperação com a China na medida das oportunidades existentes, considerando o conhecimento científico-tecnológico e os recursos financeiros chineses (PINTO, ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017).²⁸⁸

Por outro lado, observa-se a necessidade de o país priorizar os setores da cooperação e de se manter como parceiro no processo cooperativo (PINTO, ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017). Além disso, o BRICS e a cooperação multilateral como um todo são visualizados como capazes de ampliar a simetria nas relações Brasil-China e as possibilidades de cooperação científico-tecnológica (PINTO, ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017).

Há também a consciência de que a cooperação entre os dois países é ainda limitada e com muitos espaços a serem explorados, apesar de existirem muitas interações acontecendo (PINTO, ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017), ou seja, pode-se compreender que existem

²⁸⁸ Essas entrevistas ilustram a visão especificamente de representantes do Itamaraty, contudo, são aspectos que podem corroborar a análise desenvolvida nesta tese em torno da cooperação espacial Brasil-China, apesar do notório distanciamento de ambos os atores em relação à capacidade de atuação no referido setor ao longo do tempo. A observação da cooperação na área agrícola, ao contrário, não demonstra a mesma fluidez característica do âmbito espacial. É importante mencionar também as possíveis críticas a respeito da fluidez e positividade da cooperação científico-tecnológica Brasil-China, especialmente quanto às estratégias econômico-comerciais chinesas que podem estar associadas a essas relações cooperativas.

diversos contatos e acordos sendo estabelecidos entre os dois países, mas que ainda necessitam de aprofundamento.

Nesse sentido, o Brasil nitidamente reconhece a importância e a capacidade tecnológica da China para a promoção da cooperação técnico-científica com o país. Além disso, mantém uma atenção em torno da posição alcançada pelo Estado chinês no sistema internacional, levando em conta seus enormes avanços e o crescimento acelerado. Apesar desse receio, o caminho que o Brasil vislumbra em relação à China está baseado na manutenção e no aprofundamento da cooperação técnico-científica com o país. Finalmente, na próxima seção, adentra-se no delineamento dos acordos cooperativos desenvolvidos entre Brasil e China, a fim de se verificar o que vem ocorrendo na prática cooperativa entre os dois países.

4.6. ACORDOS COOPERATIVOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS BRASIL-CHINA (2000-2015)

Neste tópico, são observados os acordos cooperativos técnico-científicos bilaterais e de cunho oficial e nacional entre Brasil e China dos anos 2000 a 2015. Para os fins desta pesquisa, entende-se por acordo os atos internacionais de naturezas diversas que foram materializados no tempo, desenvolvendo algum tipo de resultado que possa ser estudado.

O enfoque da análise, nesse momento, é compreender as áreas centrais da cooperação entre os dois países e como as interações cooperativas estão evoluindo nessas distintas esferas. Assim, após diversas consultas em órgãos e instituições brasileiras relacionadas à cooperação sino-brasileira, bem como por meio das informações presentes na literatura acadêmica das relações bilaterais Brasil-China, chegou-se ao desenvolvimento do Quadro 4.1 a seguir²⁸⁹.

²⁸⁹ Pode haver cooperações institucionais, especialmente de cunho técnico, que não estejam ilustradas no decorrer desta pesquisa, mas se acredita que também não apresentam grande expressividade no relacionamento geral entre os dois países, tendo em vista que não foram referendadas durante as entrevistas realizadas no Itamaraty, nem em documentos como as Atas da COSBAN ou os atos internacionais constantes no site Concórdia.

Quadro 4.1 - Acordos de cooperação técnico-científica Brasil-China

Projeto	Tipo	Área	Instituições brasileiras	Instituições chinesas	Período
CBERS	Científica	Espacial	MCTI	CNSA	1988-
Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para energia	Científica	Energia	UFRJ	Universidade de Tsinghua	2009-
CBCIN/LNNANO	Científica	Nanotecnologia	MCTI	CSA	2011-
LABEX	Científica	Agricultura	EMBRAPA	CAAS	2012-
Intercâmbio na área educacional (Ciências sem fronteiras)	Científica	Educacional	Ministério da Educação	Ministério da Educação	2012-
Intercâmbio e pesquisa na área educacional	Científica	Educacional	CNPQ	NSFC	2014-
Parceria em sistema de saúde	Técnico	Saúde	Fiocruz	Escritório de Saúde de Qingdao	2012-

Notas:

LNNANO- Laboratório de Nanotecnologia Nacional –Brasil.

CBCIN-Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia

CSF- Programa Ciências Sem Fronteiras –Brasil.

MCTI- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CNSA - Administração Nacional Espacial da China- *China National Space Administration*

CSA- Academia de Ciências Chinesa – *Chinese Sciences Academy*

CAAS- Academia de Ciências Agrícolas Chinesa – *Chinese Academy of Agricultural Sciences*

NSFC- Fundação Nacional de Ciências Naturais da China -*National Natural Sciences Foundation of China*

Fontes: Elaboração própria com base nos dados apresentados no decorrer da pesquisa (CBERS/INPE; COPPE/UFRJ; CBCIN/LNNANO; EMBRAPA/LABEX; MEC/ CAPES, Portal do Governo do Brasil²⁹⁰; Fiocruz)

É importante mencionar que muitos atos internacionais entre Brasil e China expressam intenção ou direcionamento da cooperação entre os dois países, como se nota pelos Planos de Ações 2010-2014 e 2015-2021, Planos Decenais, Protocolo de Intenção de Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério da Indústria Química da China de 1994, dentre outros (CONCÓRDIA, ITAMARATY, 2018).

Além disso, em geral, os acordos cooperativos encontram-se ainda em desenvolvimento, o que dificulta análises mais densas em torno de resultados. Outro ponto que merece ser

²⁹⁰ Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/05/cnpq-firma-acordo-com-agencia-de-fomento-na-china-1> >. Acesso em:20 set. 2018.

destacado é a ausência de relatório de avaliação da cooperação entre os dois países. Na cooperação no âmbito espacial, todavia, realmente se observa desenvolvimento prático e progressivo do relacionamento, como será delineado em momento oportuno neste capítulo.

Assim, em consonância com o quadro exposto anteriormente, os acordos serão analisados seguindo-se as áreas cooperativas centrais do relacionamento sino-brasileiro. Algumas áreas em fase inicial de intenções cooperativas também serão apontadas, especialmente por terem sido ressaltadas nas entrevistas realizadas.

a) Espaço

Em relação à cooperação na área espacial, pode-se dizer que ela foi a base das interações iniciais entre Brasil e China e vem avançando no tempo desde 1988. O grande acordo entre os dois países é o CBERS e o enfoque é na área de sensoriamento remoto. É válido notar que a cooperação, até o ano de 2018, desenvolve-se para além dessa esfera e do referido acordo, como se verifica pela continuação das iniciativas no campo de espaço climático (INPE, 2016²⁹¹; AEB, 2018²⁹²). Para a área espacial, será dedicada uma seção específica neste capítulo, bem como para o projeto CBERS, não cabendo, assim, maiores aprofundamentos na presente seção.

b) Energia

A esfera energética é central nos interesses cooperativos entre Brasil e China, como se nota com a criação, em 2006, da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais na COSBAN. Por meio do Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração de 2009, visualiza-se o interesse de cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis e eletricidade²⁹³.

²⁹¹ Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4353>. Acesso em: 12 jan. 2017.

²⁹² Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/china/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

²⁹³ Em julho de 1988, foi assinado ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica para a área de energia elétrica, incluindo energia hidrelétrica. Em 1993, há a formalização de ajuste complementar ao acordo de cooperação econômica e tecnológica também no setor elétrico com objetivo de promover cooperação econômica e tecnológica. A questão de participação de empresas no setor elétrico, especialmente hidroelétrico, e o financiamento são notórios no ajuste de 1993. Assim, o interesse no desenvolvimento do setor hidroelétrico chinês, principalmente com a Usina Três Gargantas, revela as possibilidades que o Brasil tinha de ganhos no setor cooperativo e a relevante posição em que se encontrava. Esse ponto pode ser observado em variados telegramas da Embaixada do Brasil em Pequim no ano de 1995, a exemplo do OF 899A (caixa 40, 1995).

É fundamental expressar que essas áreas estão relacionadas com financiamentos chineses no Brasil, como para a Petrobrás²⁹⁴ (MOREIRA, 2017²⁹⁵). De acordo com o Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil (MPOG, 2018), desde 2003, o setor energético é prioritário nos investimentos da China no Estado brasileiro, sendo 30% voltado para petróleo e gás e 46% para energia. Entre 2010 e 2017, sete projetos de financiamento foram vertidos para o setor de petróleo e gás, envolvendo US\$ 16,4 bilhões, e 20 projetos para o âmbito de energia elétrica, englobando aproximadamente US\$ 25 bilhões (MPOG, 2018).

Quanto à cooperação científico-tecnológica, pode-se ressaltar o desenvolvimento conjunto do Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia, que consiste em uma parceria no campo energético, firmada em 2008, entre a UFRJ e a Universidade de Tsinghua na China.

Compreendendo o estabelecimento do acordo supracitado, tem-se, então, a ida à China de uma delegação brasileira, representativa do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da UFRJ, em julho de 2008, tendo como grande intenção a criação de um Centro Sino-Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável para a promoção de soluções tecnológicas em meio ambiente e energias renováveis e a possibilidade de produzir e comercializar na China tecnologias para o desenvolvimento sustentável (MG 986, caixa 96, 2008; MG 1049, caixa 96, 2008). Na ocasião, houve a assinatura de um acordo de cooperação tecnológica com a Universidade de Chongqing²⁹⁶ na China (MG 1049, caixa 96, 2008).

De acordo com Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018)²⁹⁷, diretor do Centro China-Brasil pelo lado chinês, o início das interações se deu a partir do interesse da COPPE/UFRJ em criar um Centro China-Brasil em parceria com alguma universidade chinesa. O próprio entrevistado foi contatado pela Embaixada do Brasil na China a fim de saber se a Universidade de Tsinghua tinha interesse e a ideia teve boa repercussão. Em conformidade com o que foi explicitado na entrevista, o interesse chinês pela América Latina e pelo Brasil, considerado um importante ator na região, estimulou a Universidade de Tsinghua a querer promover a cooperação científico-

²⁹⁴ Petrobrás e Banco de Desenvolvimento da China (BDC) assinaram memorando de entendimento, em novembro de 2017, para nova linha de crédito de US\$ 5 bilhões (MOREIRA, 2017). Outros acordos creditícios já tinham sido feitos em 2015 e 2016.

²⁹⁵ MOREIRA, Assis. Valor Econômico. 02/09/2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5104878/petrobras-faz-acordo-estrategico-com-banco-chines>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

²⁹⁶ Com a Universidade de Chongqing, as linhas de pesquisa eram eficiência energética de edificações, produção de biodiesel a partir de óleo de fritura, controle de poluição de águas e mudanças climáticas (MG 275, caixa 134, 2009).

²⁹⁷ Tentou-se obter contato com as partes brasileiras, mas não houve retorno. Nesse sentido, os dados da entrevista retratam apenas uma perspectiva a partir do lado chinês.

tecnológica em mudanças climáticas e energia nos âmbitos acadêmicos e industriais (DEHUA, ENTREVISTA, 2018).

Assim, em agosto de 2008, houve nova missão da COPPE à China, destacando-se os encontros com a CAS e, especialmente, com representantes da Universidade de Tsinghua. Sucedeu-se, em seguida, um seminário intitulado “Desenvolvimento Sustentável: o próximo passo para a cooperação sino-brasileira” (MG 1068, caixa 96, 2008). Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018) afirma que ele mesmo organizou esse seminário, tendo a presença do Embaixador do Brasil na China, de delegações brasileiras e diversos professores chineses. Por meio desse contato inicial, ambas as partes se conheceram e a proposta brasileira do Centro China-Brasil passou a ser discutida.

Nesse sentido, em dezembro de 2008, a Embaixada do Brasil em Pequim, recebeu comunicado da COPPE/UFRJ informando sobre a realização na China, em janeiro de 2009, do evento que marcaria o início das atividades do Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras (MG 1687, caixa 96, 2008). É válido frisar ainda que o COPPE vinha recebendo visitas de delegações chinesas formadas por pesquisadores, empresários e membros do governo nos últimos cinco anos, tendo especial interesse em áreas de tecnologia *offshores*, alternativas energéticas para geração de energia elétrica e tecnologias sustentáveis (MG 275, caixa 134, 2009). Nesse sentido, nota-se que havia interesse de cooperação de ambos os lados, embora a iniciativa tenha sido encaminhada pelo Brasil, como pontua Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018).

O Centro China-Brasil, então, foi efetivamente criado em 2009 e está sediado na Universidade de Tsinghua, em Pequim. A vigência do acordo era de quatro anos, com possibilidade de renovação a ser negociada seis meses antes do término (ACORDO CENTRO CHINA-BRASIL, 2010). Segundo Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018), o acordo foi renovado em 2014 e, em novembro de 2018, há expectativa de nova atualização. Além de coordenar as atividades de pesquisa, o Centro se volta para a promoção de contatos com empresas chinesas e brasileiras interessadas nas tecnologias que serão desenvolvidas em conjunto.

Com base no acordo entre as duas Universidades, as instalações do Centro ficaram às custas de Tsinghua e os custos de operação no valor de US\$ 5 mil seriam financiados pela Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), credenciada para assinar e gerenciar contratos de ciência e tecnologia em nome da UFRJ. O

valor total estipulado para os custos em quatro anos era de US\$ 240 mil.²⁹⁸ No que se refere à propriedade intelectual, essa pertenceria a ambas as partes e os termos específicos seriam relacionados com cada projeto (ACORDO CENTRO CHINA-BRASIL, 2010).

No que tange à sua estrutura básica, o Centro China Brasil é formado por atores brasileiros e chineses, respectivamente: os presidentes Luiz Pinguelli Rosa e He JianKun, os diretores Romildo Dias Toledo Filho e Liu Dehua e, finalmente, os representantes acadêmicos Aquilino Senra e Zhu Bing (CENTRO CHINA-BRASIL²⁹⁹).

Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018) reforça ainda o potencial da cooperação ao ressaltar a capacidade do COPPE/UFRJ no campo de biocombustíveis e outras áreas de engenharia, assim como mudança climática, inclusive o conhecimento nessas esferas foi compartilhado pelo lado brasileiro. Do outro lado, a Universidade de Tsinghua tem grandes pesquisas na área energética, com mais de 800 professores envolvidos, tendo promovido tecnologias de biocombustíveis e outras de importância, muitas das quais são partilhadas pelo lado chinês (DEHUA, ENTREVISTA, 2018).

Em termos do que vem sendo desenvolvido entre os dois países por meio do Centro China Brasil, Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018) assevera também a existência de um bom relacionamento com intercâmbios de programas acadêmicos, seminários, fóruns e projetos de cooperação. O entrevistado explicitou a ocorrência de eventos às margens da Rio+20 e ainda quatro edições do Fórum China Brasil de Inovação Científica e Transferência Tecnológica (DEHUA, ENTREVISTA, 2018).

De acordo com o sítio eletrônico do Centro³⁰⁰, os projetos sino-brasileiros estão relacionados a biocombustíveis, captura e armazenamento de carbono, tecnologias de produção de petróleo em águas profundas, energia solar, energia eólica, águas, microrredes, despoluição do ar e tecnologia nuclear. Nota-se que existem muitas ramificações cooperativas e poucas informações sobre os projetos. Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018) aponta que o Centro China Brasil promoveu aproximadamente dez projetos de cooperação, incluindo biodiesel, energia solar, cidade sustentável, colaboração para direcionar mudanças climáticas nos países BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China –, dentre outros.

Informações sobre determinadas áreas de cooperação por meio do Centro China-Brasil são válidas de serem ponderadas. Assim, no que se refere a tecnologias de produção de petróleo

²⁹⁸ De acordo com o telegrama 275 (caixa 134, 2009) da Embaixada do Brasil na China, o Centro contaria com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) de R\$ 2 milhões no período de três anos. Pertinente ressaltar que a questão orçamentária é sempre difícil de precisar pela presença de dados esparsos.

²⁹⁹ Disponível em: <<http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

³⁰⁰ Disponível em: <<http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/projetos-e-pesquisas/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

em águas profundas, há interesse de intercâmbio de doutorandos e pesquisadores das instituições brasileira e chinesa em áreas de tecnologia marinha e sistemas flutuantes. De acordo com as informações disponíveis, a cooperação será desenvolvida juntamente com a *China University of Petroleum*³⁰¹. A seu turno, os projetos em andamento são sobre sistemas submarinos para águas profundas, comportamento dinâmico de estruturas flutuantes e segurança e proteção ambiental nas operações *offshore*.

Pertinente ressaltar que há como meta a inserção de empresas chinesas e brasileiras em iniciativas conjuntas de desenvolvimento tecnológico no setor de petróleo (CENTRO CHINA-BRASIL³⁰²). Esse ponto é muito importante de ser traçado, pois se coaduna com o argumento de Yan Li (2018) ao afirmar que a política de ciência e tecnologia da China tem seu próprio modo de influenciar os investimentos externos das empresas chinesas³⁰³.

O projeto de biocombustíveis está voltado para a produção de formas inovadoras dessa fonte energética, com análise do estado da arte do desenvolvimento na China e no Brasil, bem como para a promoção de estratégias direcionadas ao aproveitamento de biomassa e à formação de recursos humanos e políticas públicas na área (CENTRO CHINA-BRASIL³⁰⁴). A cooperação nessa esfera já conduziu ao desenvolvimento de nova tecnologia de produção de biodiesel, avançando para a fase de transferência de tecnologia³⁰⁵. Essa forma de biocombustível foi iniciada por meio de experiência piloto no COPPE e na UFRJ e foi efetivamente desenvolvida na China (MARTINS, 2017³⁰⁶)³⁰⁷. Em relação às demais áreas de cooperação dentro do Centro, não há informações sobre os projetos em andamento na página eletrônica, nem sobre o desenvolvimento da cooperação³⁰⁸.

³⁰¹ De acordo com telegrama da Embaixada do Brasil na China 275/2009 (caixa 134, 2009), o Convênio com a Universidade do Petróleo tinha sido firmado desde 2008 e teria levado dois alunos a cursarem doutorado no Brasil.

³⁰² Disponível em: <<http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/projetos-e-pesquisas/#>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

³⁰³ A análise do autor, no entanto, é voltada para a iniciativa *One Belt One Road* (OBOR). Segundo Yan Li (2018), a criação de laboratórios conjuntos, plataformas e projetos de cooperação, bem como de parques tecnológicos incentiva os fluxos de investimentos chineses. O autor exemplifica a atuação da *State Grid* e *China Railway* e os interesses associados com o OBOR. Esse raciocínio é bastante válido nesse contexto, especialmente considerando que o setor energético é o de grande peso de investimento chinês.

³⁰⁴ Disponível em: <<http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/projetos-e-pesquisas/#>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

³⁰⁵ Não foram encontradas informações mais detalhadas a respeito do assunto, sendo um aspecto que merece ser melhor investigado em pesquisas futuras.

³⁰⁶ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-09/brasil-e-china-fecham-parceria-de-tecnologia-de-producao-de>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

³⁰⁷ A empresa chinesa Biostar Company investiu R\$ 880 mil na produção de biodiesel (MARTINS, 2017), reforçando a conexão entre as ações de ciência, tecnologia e inovação e fluxos de investimento chineses.

³⁰⁸ De acordo com o telegrama da Embaixada do Brasil na China 1.168/2011 (caixa 196, 2011), os projetos apresentados pelo representante do COPPE à época durante a 2ª Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da COSBAN, Ilan Cuperstein, em 2011, foram: estudo comparativo de setores químico, metal- mecânico e eletroeletrônico de China e Brasil, solicitado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos; pesquisa de tecnologia de

Quanto aos investimentos sino-brasileiros no Centro China-Brasil, Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018) afirma que, pelo que tem ciência, o COPPE/UFRJ recebeu US\$ 1 milhão para estabelecer o Centro. Do lado chinês, houve investimento do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 2013, de 1,77 milhão de renminbis (US\$ 283 mil) e, em 2015, de 5 milhões de renminbis (US\$ 800 mil) para elevar o Centro a Laboratório Conjunto China-América Latina para Energia Limpa e Mudanças Climáticas (DEHUA, ENTREVISTA, 2018).

Ainda, conforme informações coletadas por meio de entrevista com Ademar Seabra Cruz (ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017), o acordo entre a COPPE/UFRJ e a Universidade de Tsinghua foi muito isolado, não passou pelo Itamaraty, muito embora tenha se formado um núcleo muito bem estruturado para lidar com a China (CRUZ, ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017). Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018), a seu turno, afirma que existe suporte governamental para o acordo tanto do lado brasileiro quanto do chinês.

Por fim, Liu Dehua (ENTREVISTA, 2018) expressa os desafios no relacionamento cooperativo ligados ao Centro China-Brasil, quais sejam, os distintos aspectos culturais e a lentidão na promoção cooperativa do lado brasileiro. Sendo assim, para o futuro, seria necessário mais suporte financeiro de ambos os governos, um maior relacionamento entre indústria e pesquisa e mais visitas e comunicações entre as partes (DEHUA, ENTREVISTA, 2018).

Portanto, a cooperação no âmbito energético por meio do Centro China-Brasil foi induzida inicialmente pelo Brasil, é positiva e frutífera, embora em nove anos de existência – 2009 a 2018 – poucas informações sobre os projetos específicos estejam disponíveis, o que dificulta a avaliação das atividades conjuntas. Pode-se citar como um dos resultados concretos da cooperação o desenvolvimento de um tipo próprio de biodiesel. Por fim, deixa-se para reflexão a relação entre os interesses de financiamento chineses e o desenvolvimento de projetos de ciência e tecnologia na área energética, aspecto esse que pode ser avaliado em pesquisas específicas.

c) Nanotecnologia

captura e sequestro de carbono na China, encomendada pela empresa brasileira MPX e o centro binacional de pesquisas na área de energia eólica, financiado pela empresa chinesa Guodian. O representante chinês Liu Dehua citou ainda o projeto no Brasil de produção de biodiesel a partir do processo enzimático inovador desenvolvido na Universidade de Tsinghua.

No âmbito da nanotecnologia, aponta-se que o interesse pela cooperação no setor já vinha sendo debatido desde os preparativos para a I Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia (MG326, caixa 95, 2008). No entanto, ainda não havia clareza sobre as diretrizes que seriam seguidas na cooperação, como se depreende do telegrama 326 de março de 2008 (caixa 95, 2008), em que o Ministério de Ciência e Tecnologia da China (MOST) questionou qual era a proposta brasileira quanto ao tema da nanotecnologia.

Em 2009, por sua vez, em reunião bilateral de ciência e tecnologia realizada em Pequim, por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva naquele ano à China, o setor de nanotecnologia foi mencionado, juntamente com a intenção de criação de um laboratório entre a Academia de Ciências da China (CAS) e uma instituição brasileira a ser indicada (MG 687, caixa 135, 2009).

Apesar de o Plano de Ciência e Tecnologia, envolvendo o setor de nanotecnologia, ter sido assinado quando da visita do Presidente Lula da Silva ao Estado chinês, o Embaixador do Brasil na China à época ressalta, no telegrama 688 de junho de 2009 (caixa 135, 2009), a necessidade de ações concretas nesse campo cooperativo e assevera a importância de missões brasileiras em vários setores, dentre eles o de nanotecnologia. Dando sequência às tentativas de cooperação na esfera de nanotecnologia, em setembro de 2009, observa-se a investida para a realização de videoconferência direcionada à discussão a respeito da cooperação bilateral (MG 1099, caixa 135, 2009).

Já em 2010, houve uma missão do Prof. Paulo César de Moraes, como representante do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil (MCT) à CAS, a fim de promover as diretrizes da cooperação no campo de nanotecnologia. Havia, então, três áreas propositivas para a cooperação, sendo elas: nanometrologia, encapsulamento de drogas e nanomateriais. Além disso, foi exposta uma sinalização positiva do CNPq sobre um edital no valor de US\$ 300 mil. Nessa reunião, o lado chinês mostrou sua disposição e seu interesse para a cooperação e ressaltou também a importância da troca de especialistas e alunos de pós-doutorado na área (MG 1411, caixa 186, 2010).

Em março de 2011, verifica-se a assinatura de um Memorando de Entendimento entre a Academia de Ciências Chinesa (CAS) e o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil (MCT), no qual a área de nanotecnologia é apontada como uma das centrais na cooperação entre as partes. Em seguida, com a visita Presidencial de Dilma Rousseff à China, em abril de 2011, foi assinado um acordo no campo de nanotecnologia entre os dois países, prevendo a instalação de um centro de pesquisa (MG 527, caixa 196, 2011).

Sendo assim, em 2012, tem-se o estabelecimento do *Brazil-China Center of Research and Innovation in Nanotechnology* (CBCIN), uma parceria entre o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e a Academia de Ciências Chinesa, com objetivo de promover pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanotecnologia e nanociência (CBCIN/LNNANO)³⁰⁹. O Centro de Nanotecnologia Binacional Brasil-China está sediado no Laboratório Nacional de Nanotecnologia Brasileiro (MCTIC).³¹⁰

De acordo com dados do MCTIC (2016)³¹¹, o CBCIN teve sua primeira chamada para projetos binacionais lançada em novembro de 2013, na qual houve a contemplação do “Projeto BioCarb – Descontaminação de efluentes utilizando carvão ativo nanoestruturado produzido a partir de biomassa”, submetido pelo LNNANO do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), pelo lado brasileiro, e pelo *National Engineering Research Center for Nanotechnology* (NERCN, Shanghai), pelo lado chinês (MCTIC, 2016). Durante o ano de 2017, os trabalhos desse projeto estiveram direcionados para os aspectos tecnológicos dos materiais produzidos anteriormente e foram também realizadas simulações de viabilidade econômica da produção de carvões ativos a partir do bagaço da cana, demonstrando a possibilidade de serem 20% mais baratos do que os já existentes no mercado. Acrescenta-se ainda que esse projeto foi finalizado em outubro de 2017 (CNPEM, 2017, p. 268-269).

A segunda chamada de projetos do CBCIN foi realizada em março de 2015 e contemplou nove projetos, como o Projeto *Biosafety*, baseado na avaliação da toxicidade do carvão nanoestruturado entre o LNNANO/CNPEM do lado brasileiro e o *National Center for Nanoscience and Nanotechnology* (NCNST) do lado chinês (MCTIC, 2016). Cabe também ressaltar o projeto de desenvolvimento de uma nova geração de satélites com camadas sensitivas nanoestruturadas, no qual houve participação do Centro de Componentes Semicondutores da Unicamp e da empresa chinesa Shoulder Eletronics Limited (MCTIC, 2016). Explicita-se, nesse ponto, a participação do setor privado chinês em associação às estratégias de cooperação.

A fim de melhor analisar a cooperação em nanotecnologia, é pertinente acrescentar as informações decorrentes de entrevista com Ademar Seabra Cruz (ITAMARATY, 2017), que foi chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, Assessor Especial do MCTIC e

³⁰⁹ Laboratório de Nanotecnologia Nacional. Disponível em: <<http://lnnano.cnpem.br/about-us/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

³¹⁰ Disponível em:

<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/tecnologia/tecnologias_convergentes/paginas/nanotecnologia/NANOTECNOLOGIA.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

³¹¹ Dados fornecidos por email pela Coordenação Geral de Micro e Nanotecnologias em 17 jan. 2016.

atualmente é Cônsul Geral em Toronto. Assim, de acordo com Cruz (ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017), em determinado momento, a discussão chinesa no campo da nanotecnologia ficou centrada na área acadêmica, não levando a relevantes investimentos no Brasil e, possivelmente, a percepção da incipiência do mercado brasileiro no setor de nanotecnologia tenha levado a esse direcionamento da cooperação.

Aponta-se ainda que a cooperação por meio do CBCIN não possui avaliações formais públicas ou transparentes³¹². No entanto, a evolução da cooperação é analisada por seminários, como o ocorrido, em 2014, no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (BRASIL, 2014)³¹³, e pela própria COSBAN. Assim como no setor energético, alguns resultados positivos cooperativos foram percebidos, como é o caso do desenvolvimento e teste de carvão à base de biomassa. Ademais, nota-se a indução da cooperação do lado brasileiro, mesmo que não tenha ocorrido em um ritmo mais intenso e com maior envolvimento das instituições brasileiras. Por fim, assevera-se que o campo de cooperação em nanotecnologia ainda é muito incipiente e amplamente ligado à esfera acadêmica, como constatou Ademar Seabra Cruz.

d) Agricultura

Assim como o âmbito espacial, a esfera agrícola também será alvo de análises mais densas neste capítulo, com foco especial para o projeto LABEX, desenvolvido entre a EMBRAPA e a CAAS em 2012. O setor de biotecnologia agrícola é relevante na relação, conforme se depreende do ajuste complementar realizado entre os dois países em 1994, bem como pelos interesses cooperativos com bambu. Como será visto de forma mais detalhada à frente, esse ambiente cooperativo ainda possui muito espaço para se desenvolver e poucos avanços foram alcançados.

e) Educação

A cooperação na esfera educacional é reforçada pelo Acordo de Cooperação Cultural e Educacional de 1985, pelo Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio e Cooperação em

³¹² Algumas informações sobre o andamento dos projetos são apresentadas nos Relatórios do CNPEM, mas não há muitos detalhes e avaliações dos resultados alcançados.

³¹³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/03/brasil-e-china-discutem-cooperacao-em-nanotecnologia>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

Educação de 1993 e pelo Protocolo de Cooperação no Âmbito do Ensino Superior entre a Capes e o Departamento de Assuntos Exteriores (DAE) da Comissão Estadual de Educação da China de 1994.

Pertinente notar que a cooperação entre Brasil e China em vários setores, como energia e nanotecnologia, envolve universidades brasileiras e chinesas. Nesse sentido, também estão relacionadas com a modalidade educacional. Destaca-se, nesse âmbito, a cooperação promovida pelo Programa Brasileiro Ciências Sem Fronteiras, por meio do qual foram implementadas 296 bolsas para a China de janeiro de 2014 até o mesmo mês de 2016. Dessas, apenas 5% foram para a pós-graduação – seis de pós-doutorado no exterior, duas de doutorado no exterior e oito de doutorado sanduíche no exterior – e 95% foram voltadas para a graduação, representando 280 bolsas de graduação sanduíche no exterior (PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2016³¹⁴).

A cooperação educacional com a China no âmbito do Programa Ciências Sem Fronteiras demonstra que ainda há muito que se aprimorar, especialmente quando se compara com EUA e países europeus. Em relação ao Japão, observa-se que a quantidade de bolsas direcionadas para a China ainda é menor que as dirigidas ao Estado nipônico, ou seja, 520 bolsas comparadas a 296.

f) Saúde

No campo da saúde, as iniciativas de cooperação são embasadas pelo Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas de 2004, que reconhece a importância de trabalho conjunto para tratamento de problemas comuns e questões de saúde pública de interesse de ambas as partes. Há também acordos anteriores, como o Convênio de 1988 na área de fármacos destinados ao combate de grandes endemias e o Convênio sobre Domínio da Medicina e Fármacos Tradicionais Destinados ao Combate de Doenças Tropicais, também de 1988, tendo como partes brasileiras o Ministério da Saúde, coordenador, e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), executora. E, do lado chinês, como coordenadora e executora, tem-se a Administração Estatal de Medicina e Fármacos Tradicionais e o Centro de Intercâmbio Internacional de Medicina e Fármacos Tradicionais da China, respectivamente.

Apesar do desenvolvimento desses acordos citados, aponta-se que não se desenvolveram grandes cooperações na área de saúde. Pode-se citar a parceria estabelecida, em

³¹⁴ Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

2012, entre a FIOCRUZ e o Escritório de Saúde de Qingdao para aperfeiçoamento do sistema de saúde da referida cidade chinesa. Mais recentemente, em junho de 2017, uma delegação chinesa de especialistas em saúde e genômica visitou a FIOCRUZ no Rio de Janeiro a fim de discutir futuras parcerias entre as partes³¹⁵. Nesse sentido, a área de saúde é uma esfera na qual a cooperação está mais baseada em acordos do que efetivamente em ações concretas de cooperação.

g) Parques tecnológicos

A cooperação Brasil-China no âmbito de parques tecnológicos está baseada no Memorando de Entendimento entre o MCTIC e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China, de 19 de junho de 2015, sobre a cooperação em ciência, tecnologia e inovação na área de parques científicos e tecnológicos. As áreas prioritárias da cooperação presentes no memorando são: ciência e tecnologia agrícola, tecnologia industrial, tecnologia de valor agregado, biotecnologia e nanotecnologia.

É notório o entusiasmo do lado brasileiro pela cooperação em parques tecnológicos, quando são analisadas as entrevistas realizadas no Itamaraty (CÔRREA, 2017; PINTO, 2017). Segundo Pinto (ENTREVISTA, ITAMARATY, 2017), essa área é vista como o grande ponto de convergência entre os dois países atualmente (2017). No entanto, ainda se trata de conversações sobre possibilidades de cooperação.

Portanto, à luz do exposto, verifica-se que, em muitas das áreas cooperativas analisadas, as interações entre Brasil e China estão em etapas bem iniciais, embora, em algumas delas, haja acordos estabelecidos desde a década de 1990, como no campo educacional e de saúde. Nos casos de maior avanço cooperativo, como os setores energético e de nanotecnologia, é importante mencionar a iniciativa brasileira na cooperação, mas, ao mesmo tempo, há que se explicitar a dificuldade de coletar informações sobre o processo cooperativo, sendo um empecilho para análises mais apuradas sobre ele.

De todo modo, foi percebida a efetivação de certos projetos e alguns resultados são apontados nas áreas energética e de nanotecnologia, porém, como não há uma prática avaliativa de acesso público, não é possível medir a relevância dos frutos cooperativos. Ademais, nota-se a influência das visitas presidenciais sobre a assinatura de acordos cooperativos, como se destacou no setor de nanotecnologia.

³¹⁵ Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-e-china-avancam-em-acordo-de-cooperacao-cientifica>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

Por fim, afirma-se que a relação mais explícita da cooperação energética em ciência e tecnologia com o setor empresarial pode estar contribuindo para o seu maior desenvolvimento em comparação com as demais, sem retirar a importância das trocas de visitas entre os atores de ambos os países. O Quadro 4.2 adiante faz um resumo dos pontos relevantes de duas áreas com resultados mais expressivos, a fim de se agregar à análise dos campos agrícola e espacial na percepção da cooperação técnico-científica Brasil-China.

Quadro 4.2 - Análise dos acordos científico-tecnológicos entre Brasil e China na área de energia e de nanotecnologia

	Centro China-Brasil (energia)	CBCIN/LNNANO (nanotecnologia)
Iniciativa brasileira	Sim	Sim
Relação explícita com financiamentos chineses	Não	Não
Envolvimento de empresas	Sim	Não*
Participação do MRE	Fraca (observada tanto nos telegramas do MRE, quanto nas entrevistas realizadas a respeito dos acordos sino-brasileiros na DCTEC)	Fraca (observada tanto nos telegramas do MRE, quanto nas entrevistas realizadas a respeito dos acordos sino-brasileiros na DCTEC)
Projetos desenvolvidos	Sim	Sim
Grau da cooperação**	Médio (resultados parciais e esparsos; considerável envolvimento entre os atores; continuidade, mas sem metas/objetivos totalmente claros ou prazos específicos e públicos para alcançá-los)	Médio (resultados parciais e esparsos; considerável envolvimento entre os atores; continuidade, mas sem metas/objetivos totalmente claros ou prazos específicos e públicos para alcançá-los)

* Apesar da empresa chinesa Shoulder Eletronics Limited ter participado do projeto *Biosafety*, o envolvimento de empresas na cooperação não se mostrou um padrão comum.

** A avaliação do grau de cooperação nesses dois casos é imprecisa em virtude da reduzida quantidade de informações acessíveis publicamente e por meio de telegramas do MRE e entrevistas realizadas. De todo modo, percebeu-se um grau de cooperação mais amplo no caso do Centro China-Brasil do que no CBCIN/LNNANO.

Nota: As classificações constantes no referido quadro são decorrentes da análise desenvolvida pela autora.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações apresentadas na pesquisa.

O caso da cooperação espacial entre Brasil e China, por sua vez, destaca-se em meio às relações cooperativas apresentadas e será estudado a partir do próximo tópico. É por meio dele que serão melhor avaliadas as causas determinantes para o avanço e continuidade dos processos cooperativos, bem como o movimento da política externa brasileira.

4.7. COOPERAÇÃO ESPACIAL TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-CHINA

Como já foi apontado no Capítulo 2, a cooperação espacial Brasil-China está ligada ao relacionamento histórico e diplomático entre os dois países. Sendo assim, ela é fundamental para a compreensão da interação cooperativa sino-brasileira ao longo do tempo, bem como para a verificação do movimento dos atores de política externa de ambos os Estados, sem excluir a observação em torno do trabalho técnico-institucional. Há ainda que se ressaltar a relevância do acordo espacial CBERS desenvolvido entre os dois países, que é o caso de estudo selecionado nesta parte da tese.

Contudo, antes de ingressar na análise desse acordo, são delineadas as características gerais da cooperação na esfera espacial entre Brasil e China, incluindo fases, interesses cooperativos, atores, atos internacionais assinados e os resultados encontrados. Importante ponderar que a cooperação espacial China-Brasil se inicia com o acordo de cooperação espacial em recursos terrestres já explicitado em momento prévio, assinado em 1988, havendo, nesse sentido, muitos pontos de cruzamento entre as perspectivas do todo da cooperação com a do referido acordo.

No que se refere às fases da cooperação espacial Brasil e China, não há o reconhecimento formal entre os atores ou alguma explicitação na literatura sobre o tema a respeito da análise de diferentes momentos cooperativos até o ano de 2018³¹⁶. No entanto, observando as características dos dois países no tempo, pode-se considerar a existência de três grandes fases da cooperação: 1) 1986 a 1999; 2) 2000 a 2010; 3) 2011 a 2018.

A primeira fase (1986-1999) representa um período de negociação e cooperação inicial, embasado na ideia do desenvolvimento econômico. O estabelecimento das intenções

³¹⁶ Costa Filho (2006), por exemplo, trata das seguintes fases: a) 1971-1982: estabelecimento da cooperação na área científica; b) 1983-1988: organização das diretrizes do programa CBERS; c) 1988-1989: organização do programa; d) 1990-1992: estagnação do programa; e) 1993-1999- retomada do programa e conclusão do CBERS 1; f) 2000-2003- consolidação do programa e lançamento do CBERS 2. Como se pode notar, são delineamentos específicos sobre o programa CBERS, muito embora este seja o braço motor da cooperação espacial sino-brasileira. Fabíola de Oliveira (2009) também desenvolve uma análise sobre os momentos do CBERS.

cooperativas se deu com a visita à China de Renato Archer, Ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, em 1986 (CPDOC/FGV, 1985-1987). Apesar de não existir uma perfeita simetria cooperativa entre os dois parceiros, pois a China já vinha investindo no campo espacial há mais tempo e promovendo uma forte política para a ciência e tecnologia, havia a expectativa de avanço conjunto dos dois países na área espacial e a superação de desafios comuns, como as restrições à aquisição de conhecimentos tecnológicos espaciais estadunidenses. Esse primeiro momento da cooperação também está marcado por um grande entusiasmo de ambos os lados, tendo em vista que o primeiro satélite CBERS foi lançado em 1999. Há que se apontar, como será ressaltado mais à frente, que a euforia desse período foi extremamente desafiada por questões orçamentárias, dificuldades na execução de obrigações e mudanças governamentais do lado brasileiro (1990-1992)³¹⁷, bem como pelo massacre da Praça da Paz Celestial na China em 1989.

A segunda fase (2000-2010), por sua vez, pode ser compreendida como um período de expectativas e de continuidade da cooperação. Com o maior investimento brasileiro no campo espacial, especialmente em decorrência do acidente com o veículo lançador de satélites em 2003, que causou diversas mortes (CARVALHO, 2011) e questionamentos sobre as restrições orçamentárias brasileiras para o setor, bem como com o sucesso do lançamento do CBERS 1, estabeleceu-se uma crença no progresso da cooperação entre os dois países. Ao mesmo tempo, do lado chinês, tem-se o início do lançamento dos Livros Brancos – *White Papers*³¹⁸ – sobre o Programa Espacial do país, caracterizando uma transparência mais ampla e uma explicitação da contínua relevância do setor espacial para a China e, conseqüentemente, dos investimentos promovidos nessa esfera (HANDBERG; LI, 2007). No entanto, o que se observou nesse período foi mais uma manutenção do padrão de cooperação entre Brasil e China, já iniciado na fase anterior, havendo a continuidade do CBERS, mas com poucas inovações na interação³¹⁹.

A terceira fase (2011-2018), a seu turno, é caracterizada por um continuísmo comedido da cooperação do lado chinês, já presente na segunda metade do período anterior, e por uma tentativa brasileira de estimular a cooperação. Sendo assim, nota-se uma maior planificação da cooperação, com o desenvolvimento do Plano Decenal de Cooperação Espacial de 2013, a continuidade da COSBAN e o desenvolvimento de um Plano de Ação que envolvia o setor espacial. Ao mesmo tempo, também se observa uma ampliação dos temas cooperativos de

³¹⁷ Para detalhamento desses aspectos, ver Becard (2008, p. 143 e 191-206).

³¹⁸ O primeiro *White Paper* foi lançado em 2000. Em seguida, vieram outros em 2006, 2011 e 2016.

³¹⁹ Uma iniciativa inovadora na época, por exemplo, foi o *CBERS for Africa*, que consistia na disponibilização das imagens de satélites para países africanos, mas que não prosperou, conforme entrevistas mais recentes com membros do setor espacial brasileiro.

interesse, como se ilustra pelo Programa de Cooperação Espacial 2013-2022 entre a AEB e a CNSA, envolvendo tecnologia espacial, aplicação espacial, ciências espaciais, serviços de lançamentos, telemetria, controle de sistemas, treinamento de pessoal; e pelo acordo de 2014 para pesquisas em clima espacial entre o INPE e o Centro Nacional de Ciências Espaciais da China (NSCC), que levou à instalação de um laboratório conjunto em monitoramento de espaço climático na sede do INPE (INPE, 2016³²⁰).

Esse último período está relacionado com o continuado progresso chinês no campo espacial (HARDING, 2013) e com uma relativa redução da expectativa sobre o crescimento brasileiro no setor, tendo em vista problemas orçamentários, recursos humanos, industriais, dentre outros (DURÃO; CEBALLOS, 2011; CARVALHO, 2011).

Considerando os 30 anos de cooperação entre Brasil e China na área espacial (1988-2018), observa-se, assim, uma interação bem-sucedida, embora marcada por traços de assimetria entre os atores em termos orçamentário e de conhecimento. Também se verifica a tentativa de reforço da cooperação por meio da inclusão de outras áreas de interação que não apenas a de sensoriamento remoto. O projeto CBERS, por sua vez, mantém-se durante esse período e será analisado, de forma mais detalhada, em tópico específico. A fim de melhor compreender as diretrizes do relacionamento bilateral sino-brasileiro no setor em estudo, encaminha-se, na seção vindoura, à análise dos interesses chineses no sentido de aprimoramento de sua esfera espacial e de direcionamento da cooperação com o Brasil.

4.7.1. Perspectiva chinesa da área espacial e a cooperação com Brasil

Para compreender a cooperação espacial Brasil-China, é necessário observar as motivações chinesas que envolvem essa cooperação e debater a relevância da influência externa na interação. Antes de ingressar no relacionamento com o Brasil, é válido, todavia, pontuar as origens do desenvolvimento espacial chinês, a fim de aferir a expansão do setor e o momento de aproximação com o Brasil.

Sendo assim, o programa espacial chinês teve sua primeira fase entre 1956 e 1966, associado aos interesses militares do país, bem como ao desenvolvimento da ciência e tecnologia (HANDBERG; LI, 2007). Existiam limitações de acesso às tecnologias espaciais no sistema internacional, especialmente advindas do controle dos EUA, o que levava a China a

³²⁰ Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4353>. Acesso em: 10 jan. 2017.

estimular a sua capacidade no setor, muito embora as restrições de recursos tenham dificultado as ambições chinesas.

Desse modo, o projeto de satélites chinês foi iniciado em 1958, mas foi suspenso no ano seguinte, por questão orçamentária, apesar de o setor de mísseis ter se mantido em desenvolvimento (HANDBERG; LI, 2007). Acredita-se que o isolamento e o medo chinês, acentuado pela corrida nuclear de União Soviética e EUA, tenham sido determinantes para a promoção do programa de mísseis. Assim, em 1960, ocorreu o primeiro voo bem-sucedido de míssil chinês. O primeiro satélite, por sua vez, foi construído em 1970, após o reinício das atividades no setor em 1965. Menciona-se ainda o papel de Mao Tsé-Tung como grande incentivador da promoção do setor espacial chinês durante essa primeira fase do programa (HANDBERG; LI, 2007).

O segundo período do programa espacial chinês, que vai de 1966 a 1976, é marcado pela Revolução Cultural no país (HANDBERG; LI, 2007). Pode-se falar aqui de dois momentos: o primeiro, que vai até 1971, é apontado como de crescimento, observando-se que o programa espacial tornou-se prioridade nacional na política de pesquisa e desenvolvimento e que o setor se manteve sob controle militar; o segundo momento, após 1971, é representado pelo relativo declínio do programa, podendo ser explicado, em grande parte, por sua forte associação às figuras de Mao Tsé-Tung e Lin Biao, os quais passavam por um decaimento político na China (HANDBERG; LI, 2007).

Pode ser referenciado um terceiro período do programa espacial chinês, de 1976 a 1986, o qual é notável pela construção de coerência e por seu crescimento (HANDBERG; LI, 2007). Esse momento é bastante pertinente de ser ressaltado, tendo em vista que o programa espacial passou a ser associado ao desenvolvimento econômico do país, com o uso civil de satélites e a comercialização de programas espaciais³²¹ (HANDBERG; LI, 2007). Para Deng Xiaoping, a abertura chinesa para o mundo era fundamental para a atualização e o crescimento do setor de ciência e tecnologia, no qual a área espacial estava incluída (HANDBERG; LI, 2007). Percebe-se, nesse período, uma ampliação do acesso a tecnologias e a presença de novos atores no campo (HANDBERG; LI, 2007), garantindo-se maiores manobras de atuação chinesa.

É nessa fase também que se encontram as bases da interação chinesa no campo espacial com o Brasil, especialmente com fulcro no discurso *win-win* e de desenvolvimento econômico. O foco no uso civil das tecnologias espaciais, sem dúvida, favoreceu a aproximação entre Brasil e China no setor, tendo em vista que o Brasil vivia a fase de democratização.

³²¹ Desde 1980, *The Great Wall Industry Corporation* começou o esforço de comercializar tecnologias espaciais chinesas (HANDBERG; LI, 2007).

Um quarto período do programa espacial chinês pode ser apontado, de 1986 até os dias atuais, no qual os esforços espaciais tornaram-se parte da pesquisa nacional e da política tecnológica, acentuados pelo orgulho e nacionalismo do país (HANDBERG; LI, 2007). No que tange ao direcionamento de sua política espacial, poderia se falar de um momento de maior promoção comercial e de busca de um prestígio internacional pelo Estado chinês.

É válido mencionar que a China passou a colocar grande ênfase em satélites de sensoriamento remoto e de navegação (HANDBERG; LI, 2007), sendo esse primeiro tipo central na cooperação espacial com o Brasil, por meio do CBERS. É possível referendar que, embora as bases da cooperação espacial com o Estado brasileiro tenham sido estabelecidas no período anterior do programa espacial chinês, o desenvolvimento da cooperação se deu nessa quarta fase.

Chega-se, então, ao cerne deste tópico, ou seja, compreender as motivações e os interesses chineses na cooperação espacial com o Brasil. Diversos fatores podem estar relacionados a essa interação sino-brasileira, quais sejam: a associação com a promoção e o desenvolvimento da política de ciência e tecnologia chinesa, que já é reconhecida como diplomacia científica; o viés positivo da imagem chinesa em meio à comunidade espacial internacional, tornando o país mais atrativo no campo da cooperação internacional (HANDBERG; LI, 2007); o interesse na produção de satélites de sensoriamento remoto; a visão comercial ligada ao lançamento de satélites; a presença estratégica na América Latina; o prestígio internacional; e a difusão da perspectiva de desenvolvimento econômico do programa espacial, mantendo a maior discrição sobre o aspecto militar.

Importante mencionar que, apesar das características próprias da cooperação com o Brasil, como será visto mais à frente, desde a década de 1990, a China vem atraindo os países menos desenvolvidos tecnologicamente, buscando prestígio e *status* internacional. Para isso, o país tem procurado normalizar sua política espacial e difundi-la usando documentos chamados de *White Papers* (HARDING, 2013). Ainda, de acordo com Harding (2013), a China se aproveitou de problemas pelos quais passaram os programas espaciais europeus e americanos³²², no final da década de 1980, para se inserir no mercado de lançamento de satélites, iniciando lançamentos para Hong Kong, Arábia Saudita, Suécia e Austrália e depois países da África, Ásia e América do Sul (HARDING, 2013). Observa-se, então, a nítida difusão de uma diplomacia espacial chinesa (HARDING, 2013).

³²² De acordo com Harding (2013), os dilemas foram a explosão de uma nave espacial americana e uma série de lançamentos falhos de foguetes da Agência Espacial Europeia.

Na América Latina, é notória a presença chinesa no setor espacial de determinados países, especialmente com viés comercial, como se nota nos casos da Venezuela e Bolívia (ELLIS, 2010). Apesar de não ser objeto desta pesquisa, o estímulo à reflexão sobre a capacidade estratégica do Brasil para a China na promoção dos interesses espaciais na região latino-americana é um aspecto que merece maiores análises.

É primordial ainda explicitar que o programa espacial chinês foi colocado em uma posição de prestígio sob o comando do líder do partido e do chefe do governo, beneficiando-se da centralidade e da grandeza do Estado chinês (HANDBERG; LI, 2007). Sendo assim, as figuras de Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping destacam-se, com suas próprias características, na promoção do programa espacial chinês, como se notou ao longo das respectivas fases de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é possível salientar o acelerado crescimento chinês no setor espacial, mesmo em meio a diversos desafios desde os anos 1950. Além disso, o aspecto de segurança/militar sempre se manteve como grande condutor do programa espacial chinês. Desse modo, compreende-se, nessa breve análise do programa espacial chinês e nos interesses estatais, as diferenças em relação ao Brasil, corroborando a existência de distintas trajetórias.

Por fim, pode-se concluir que a aproximação chinesa com o Brasil na área espacial está relacionada com diversos fatores e a interação cooperativa em si vem se tornando menos atrativa para a China, interessando mais seus efeitos colaterais positivos. Dessa forma, sem dúvida, o estímulo externo chinês foi e é primordial para o estabelecimento e a manutenção da cooperação com o Brasil. Ademais, o caminho determinante de desenvolvimento do setor espacial escolhido pela China e reforçado pelos seus líderes não foi o mesmo trilhado pelo Brasil, como será melhor explicado no próximo tópico, reforçando a compreensão da ampliação das assimetrias entre os dois países no decorrer do tempo.

4.7.2. Perspectiva brasileira da área espacial e a cooperação com a China

Do lado brasileiro, o programa espacial teve sua origem no final dos anos 1950 (HARDING, 2013), ou seja, mesmo período do chinês, conforme exposto no tópico anterior. No entanto, as trajetórias foram distintas, pois, na China, a política espacial associada com a promoção da ciência e tecnologia e o forte papel das lideranças conduziram o programa espacial do país, levando a resultados mais rápidos, eficientes e duradouros. Já no Brasil, os analistas argumentam que não existiu uma estratégia de planejamento condutora do programa espacial (CARVALHO, 2011; DURÃO; CEBALLOS, 2011). Assim, enquanto o primeiro satélite

brasileiro, fabricado nos EUA, só veio a ser lançado em 1985 pela *European Space Agency* (ESA), o mesmo fenômeno ocorreu, na China, por meio de lançamento próprio na década anterior.

O programa espacial brasileiro, então, passou por um período inicial, na década de 1960, de formação de cientistas em ciências espaciais e implantação de institutos de pesquisa e centros de lançamento (CARVALHO, 2011). O delineamento de um primeiro esboço do referido programa ocorreu em 1979, por meio da Missão Espacial Completa Brasileira, que previa a construção de dois satélites de coleta de dados e de observação da terra (CARVALHO, 2011).

Ao longo do tempo, é visível o reconhecimento do programa espacial brasileiro e as expectativas de seu crescimento e desenvolvimento (HARDING, 2013), muito embora os problemas orçamentários mais recentes do país tenham colocado em xeque as classificações anteriormente estabelecidas sobre o posicionamento do Brasil na área espacial, principalmente nos casos em que Brasil e China eram postos em um patamar próximo (HARDING, 2013).

Sendo assim, a detenção de diversas tecnologias espaciais, a existência de laboratórios, de centros de lançamentos próximos à linha do Equador, de recursos humanos especializados, de uma base industrial competente, apesar de reduzida, são aspectos que reforçam o programa espacial brasileiro (CARVALHO, 2011). No entanto, o não domínio de tecnologias críticas (CARVALHO, 2011) e de lançamento de satélites dificulta a ascensão do Brasil no setor espacial.

É importante ainda mencionar que a cooperação espacial com a China é um marco no Programa Espacial Brasileiro. Nesse sentido, Durão (2013) aponta que se pode traçar três fases do Programa Espacial Brasileiro, sendo a primeira ligada ao início das atividades espaciais na década de 1960, a segunda à cooperação com a China na década de 1980/1990 e a terceira, que se perpetua até os tempos mais recentes, relacionada à criação da Agência Espacial Brasileira, em 1994, responsável pelo controle da pesquisa espacial brasileira (HARDING, 2013). Dessa forma, visualiza-se como o fator China é uma variável relevante no programa espacial brasileiro.

Ainda de acordo com Durão (2013), a cooperação internacional brasileira com a China foi motivada pelo crescimento do programa espacial chinês e pelos potenciais econômicos que o setor poderia trazer para o Brasil. É válido expressar que a cooperação espacial entre Brasil e China foi vista pelas autoridades brasileiras como uma oportunidade de promoção de futuros laços econômicos (DURÃO, 2013). Ademais, a busca do desenvolvimento espacial brasileiro, driblando as dificuldades de aquisição de conhecimento tecnológico, também motivou a cooperação com a China.

Contudo, considerando que os períodos de desenvolvimento do programa espacial brasileiro não foram fruto de atividades planejadas (DURÃO, 2013), a cooperação com a China segue essa mesma lógica e pode-se dizer que foi decorrente de um momento e de uma oportunidade, mas que foi estimulada e se mantém até 2018, ano de finalização desta pesquisa. Os fatores domésticos brasileiros que explicam o sucesso e a continuidade dessa cooperação serão estudados mais à frente.

Apesar da grande relevância da China no campo cooperativo espacial brasileiro, é importante frisar que o Brasil tem desenvolvido parcerias com outros países (HARDING, 2013), como com a Argentina, para a construção do satélite Sabiá-Mar, relacionado à observação da terra e do oceano (GURGEL, ENTREVISTA, AEB, 2017); com a Alemanha e a Rússia; e ainda a tentativa paralisada de desenvolvimento de um veículo lançador com a Ucrânia (AEB³²³).

Portanto, embora o Brasil tenha relacionamentos cooperativos no âmbito espacial com distintos países, a cooperação com a China se tornou um marco do programa espacial brasileiro e é a grande referência de sucesso cooperativo. Por isso, é fundamental analisar essa interação e observar o que levou à sua condução no tempo, mas, antes de ingressar nessa parte, passa-se, no próximo tópico, ao delineamento dos atos internacionais e ambientes de diálogos entre Brasil e China na área espacial.

4.7.3. Atos internacionais assinados, Planos de Cooperação, COSBAN

A cooperação bilateral entre Brasil e China na área espacial é reforçada pela existência de vários atos internacionais, de planos de cooperação e da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Assim, tem-se que o Plano de Ação Conjunta 2015-2021 promove as orientações e estratégias para o desenvolvimento da parceria global Brasil-China em sentido amplo, sendo suplementado pelo Plano Decenal de Cooperação 2012-2021. O acordo de cooperação científica e tecnológica de 1982 entre os dois países e seu ajuste complementar de 1984 também reforçam a cooperação espacial de modo geral.

Em seguida, tem-se a esfera da COSBAN e da Subcomissão Espacial, na qual o diálogo político e a cooperação entre os dois países são promovidos. Os membros da referida subcomissão do lado brasileiro e chinês, respectivamente, são: MCTIC, AEB, INPE e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China, a Administração Estatal para

³²³ Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/cooperacao-internacional/acordos/america/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Nacional e a Administração Espacial Nacional. No que tange especificamente ao CBERS, há reuniões do Comitê Conjunto do Programa CBERS, que analisam as questões técnicas e o encaminhamento do acordo (GURGEL, ENTREVISTA, AEB, 2017; COELHO, ENTREVISTA, AEB, 2017).

Quanto aos atos internacionais assinados entre os dois países no campo espacial, ressalta-se que, no Ajuste Complementar do Acordo de Ciência e Tecnologia de 1984, já havia menção para as áreas centrais da cooperação espacial, sendo elas: satélites de comunicação, satélites de sensoriamento remoto e processamento de imagens, foguetes lançadores e seus sistemas, foguetes de sondagem e outras técnicas.

Em 1988, verifica-se a assinatura do Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélites de Recursos Terrestres entre Brasil e China, estabelecendo a aquiescência das atividades de pesquisa e produção conjunta de satélites entre os dois países. O INPE e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) foram determinadas como entidades executoras do projeto.

Tem-se, em 1993, a assinatura do Protocolo entre o MCT do Brasil e a CNSA sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, no qual constam diretrizes gerais sobre a cooperação e o intercâmbio entre Brasil e China na área espacial, com preocupação para a coordenação de opiniões para usos pacíficos do espaço exterior na ONU. Ainda, no mesmo ano, também houve o estabelecimento do Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélites entre Brasil e China, no qual se verificou o esforço para que o primeiro lançamento do satélite CBERS ocorresse até 1996.

Pode-se mencionar mais adiante o estabelecimento, em 1994, do Acordo Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, o qual estabelece a criação de um grupo de trabalho sino-brasileiro de cooperação no campo espacial, que deve se reunir uma vez por ano, e trata também da facilitação local para receber funcionários e materiais advindos do outro país para a promoção do acordo CBERS.

Em 1995, houve o estabelecimento do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada com Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, no qual tem-se a preocupação de controle da tecnologia implantada individualmente e construída em conjunto, dos funcionários envolvidos no projeto, da segurança e do monitoramento dos modelos dos satélites, do respeito mútuo aos ambientes de trabalho na China e no Brasil, incluindo aquisição de documentos, fotografias, passagem entre os ambientes devidamente autorizados, dentre outros aspectos.

Ocorreu, em 1996, a assinatura da Declaração Conjunta sobre Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espacial entre Brasil e China, em decorrência da visita do Primeiro Ministro chinês Li Peng ao Estado brasileiro. Encontra-se, nesse documento, menção ao cronograma do CBERS 1 e seu lançamento, que era previsto para 1997, embora só tenha ocorrido em 1999. Nota-se uma preocupação com o aporte financeiro do projeto CBERS, com o cumprimento dos prazos, com a instalação dos serviços de recebimento e processamento de imagens e também o interesse no estabelecimento de uma *joint venture* para a comercialização dos dados do CBERS. É ressaltada ainda a concordância em instalar dois grupos de trabalho para realizar estudos sobre a viabilidade do CBERS 3 e 4, o que demonstra um caminho de linearidade no desenvolvimento cooperativo.

A seu turno, tem-se, no ano 2000, o firmamento do Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial entre Brasil e China, no qual se verifica a intenção da continuidade da cooperação por meio do CBERS 3 e 4. Além disso, consta que as partes analisariam a possibilidade de desenvolvimento de satélite geostacionário meteorológico e de comunicações.

Em 2002, houve a assinatura do Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre Brasil e China sobre Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres. Esse ato internacional representa novamente, mas de maneira mais clara e detalhada, a intenção de extensão da cooperação na área espacial entre Brasil e China, com a construção dos satélites CBERS 3 e 4, determinando as atividades e as responsabilidades de cada parte.

Em 2004, por sua vez, houve o firmamento do Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre Brasil e China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciências e Tecnologias do Espaço Exterior para o Desenvolvimento do Satélite CBERS 2-B, no qual a divisão de atividades e financiamento entre as partes ainda era desigual, sendo a China responsável por 70% e o Brasil por 30%. Observa-se, no mesmo ano, o estabelecimento do Memorando de Entendimento sobre Cooperação para desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa CBERS. Por meio desse ato internacional, Brasil e China concordavam em estender o escopo do CBERS, além de aceitarem a distribuição dos produtos do CBERS a terceiros países, mediante consulta mútua, e consentirem com a construção de sistemas de recebimento e processamento de dados de satélites CBERS. Sendo assim, observa-se, em termos gerais, uma atenção à aplicação e processamento dos dados CBERS, incluindo interações com terceiros países.

Em 2014, a seu turno, nota-se o estabelecimento de um acordo que vai além do âmbito cooperativo relacionado ao CBERS. Dessa forma, é assinado Acordo entre o INPE e o Centro Nacional de Ciências Espaciais da China (NSSC) da CAS para o Estabelecimento de um Laboratório Conjunto de Clima Espacial, a ser operado na sede do INPE em São José dos Campos. O INPE ficaria responsável pelas instalações e a NSSC forneceria equipamentos de pesquisa. O contexto dessa cooperação se constitui dos interesses comuns de dois programas: o brasileiro, iniciado em 2007 no INPE, denominado EMBRACE, que consiste no monitoramento de clima espacial; e o chinês, no NSSC, chamado Projeto Meridiano, que é formado por um consórcio de instituições científicas chinesas lideradas pela NSSC, voltadas para o monitoramento geoespacial e a pesquisa, com fulcro de verificar as variações ambientais do espaço.

Mais à frente, em 2015, tem-se a assinatura do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS 4-A entre Brasil e China, buscando manter a continuidade do fornecimento de dados de satélites CBERS. Nesse Protocolo, é feita uma menção ao Relatório Técnico para a construção do CBERS 4-A, realizado no mesmo ano, a fim de embasar a cooperação.

Diante da análise dos atos internacionais assinados entre Brasil e China relacionados ao campo da cooperação espacial, verifica-se que houve um processo contínuo no desenvolvimento dos satélites CBERS. Nota-se ainda a tentativa de reforçar os prazos de lançamento dos satélites por meio dos atos, mesmo que, na prática, diversos atrasos tenham ocorrido desde o primeiro satélite. Um ponto extremamente importante de ser referendado é que a quantidade de atos internacionais a respeito do CBERS é muito grande e, em alguns casos, são documentos com informações que se sobrepõem, pois alguns possuem conteúdo mais genérico e superficial e outros mais específicos.

Ainda, ao longo da leitura dos telegramas da Embaixada do Brasil em Pequim de 1995 a 2011, percebe-se que, em muitas situações, eram assinados documentos mais genéricos para manter os pontos gerais acordados e o próprio interesse na cooperação. Esse processo será melhor analisado à frente, especialmente observando-se o movimento da política externa brasileira para a promoção da cooperação. Na próxima seção, abordam-se os atores envolvidos na cooperação espacial sino-brasileira, complementando a análise sobre os pontos gerais da cooperação antes de ingressar na análise do CBERS propriamente dita.

4.7.4. Atores brasileiros e chineses no campo espacial

No que se refere aos atores brasileiros e chineses envolvidos no campo espacial como um todo, nota-se a quase semelhança com os engajados no desenvolvimento do projeto CBERS. Além disso, nos atos internacionais analisados na seção anterior, destaca-se o delineamento de uma hierarquia institucional e o estabelecimento de funções para cada órgão/instituição. Sendo assim, do lado brasileiro, a AEB é considerada gestora e coordenadora dos acordos e projetos, enquanto o INPE é apontado como seu implementador. O MCTIC, por sua vez, é considerado o supervisor da cooperação.

Durão (2013), contudo, realiza crítica ao relacionamento interinstitucional brasileiro, asseverando que existe um relativo descolamento da AEB com o desenvolvimento espacial que ocorre no INPE e no campo industrial. Esse problema está relacionado com a distância entre as instituições, considerando que a AEB se encontra em Brasília e o INPE em São José dos Campos, São Paulo, bem como pela ausência de autoridade formal da AEB sobre as instituições que ela coordena e sua limitação de pessoal (DURÃO, 2013).

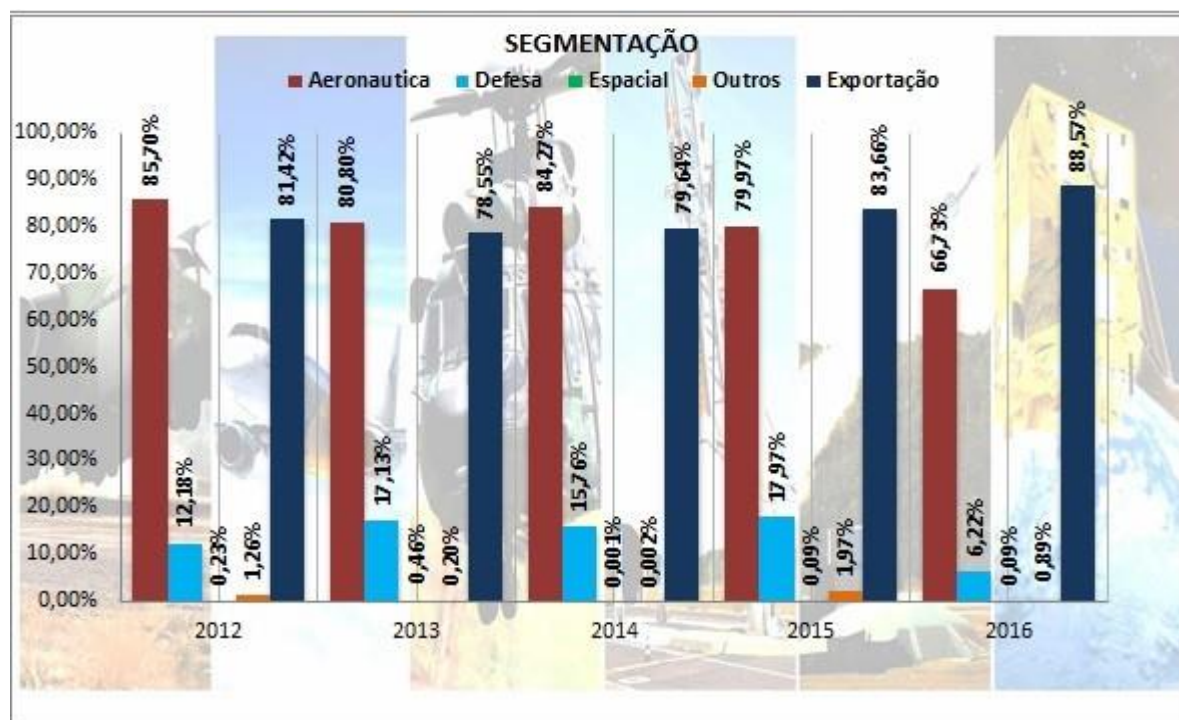
Existem ainda outros atores que podem ser destacados, sendo eles o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), envolvido em estudos e pesquisas espaciais; o Instituto de Aeronáutica e Espaço do Comando da Aeronáutica, voltado para o desenvolvimento de veículos lançadores; a Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras (AIAB), que está ligada ao aspecto econômico da cooperação e ao provimento industrial do lado brasileiro; e a Força Aérea Brasileira (FAB).

De acordo com Durão (2013), a falta de diálogo institucional entre a AEB e a FAB também é um problema no aprimoramento do setor espacial brasileiro e no desenvolvimento de uma estratégia. Algumas instituições de financiamento de pesquisas como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) merecem ser mencionadas pela importância no aporte financeiro de determinados projetos relacionados ao setor espacial. No que se refere à cooperação em clima espacial, tem-se, do lado brasileiro, o INPE como figura central.

Quanto à indústria espacial brasileira, depreende-se que parte significativa do setor é formada por micro e pequenas empresas e, em sua maioria, concentram-se na fabricação de subsistemas e componentes de satélites, de lançadores e em bens e serviços para infraestrutura de lançamento e de solo (SCHMIDT, 2011, p. 35). Além disso, em termos de contribuição socioeconômica, o setor espacial tem uma pequena participação, como se nota na própria comparação com o restante da esfera industrial aeroespacial brasileira (AIAB). O Gráfico 4.1 a seguir ilustra o exposto, bem como explicita ainda a participação do setor, que sofreu queda em

2014 (0,001%), aumentou levemente em 2015 (0,09%) e se manteve no mesmo valor em 2016 (0,09%).

Gráfico 4.1 - Contribuição socioeconômica do setor aeroespacial em segmentos (2012- 2016)



Fonte: AIAB³²⁴.

Ademais, é relevante apresentar as principais empresas fornecedoras do setor espacial no Brasil, conforme o Quadro 4.3.

Quadro 3.3 - Principais empresas brasileiras fornecedoras do setor espacial brasileiro, sistemas e componentes ofertados e os programas espaciais envolvidos

Empresas	Sistemas e componentes fornecidos	Programas
AEL Sistemas	Sistema de suprimento de energia elétrica	CBERS e PMM
CENIC	Estruturas em material composto	CBERS, PMM, VLS e VBS-30
Compsis	Sistemas de alta tecnologia	CBERS, VLS e CLA

³²⁴ Disponível em: < <http://www.aiab.org.br/numeros-da-aiab.asp> > Acesso em: 09 ago. 2018.

Equatorial	Câmara imageadora de amplo campo de visibilidade (WFI)* e sensores de umidade	CBERS e HSB
Fibraforte	Estruturas, sistemas mecânicos e de propulsão	CBERS e PMM
Fundação Ezute	Especificações do SGB, gerenciamento do projeto PMM e sistemas de teste do VLS	SGDC, PMM e VLS
Mectron	Gravadores de dados digitais (DDR) e sistemas de suprimento de energia, de telemetria e telecomando (TT&C)	CBERS e PMM
Neuron	Antenas, transmissores e <i>transponders</i>	CBERS e PMM
Omnisys	Antenas, transmissores e <i>transponders</i>	CBERS e CLA
Opto Eletrônica	Câmera multiespectral de alta resolução (MUX) e de amplo campo de visada (AWFI)	CBERS e PMM
Orbital	Gerador fotovoltaico e engenharia de sistemas	CBERS, PMM e VLS

Notas:

* Desenvolvida em conjunto com a Opto Eletrônica.

PMM- Plataforma Multimissão

VLS- Veículo Lançador de Satélite

VBS-30- Programa de Veículo de Sondagem

CLA- Centro de Lançamento de Alcântara

HSB- Humidity Sounders of Brazil

Fonte: FERREIRA e NERIS JR, 2016.

É pertinente notar que quase todas as empresas estão ligadas ao projeto CBERS, o que mostra sua relação com o desenvolvimento industrial brasileiro. No entanto, como expressa

Marco Antônio Raupp³²⁵ (ENTREVISTA, 2018), a grande concentração do setor industrial espacial no CBERS também é um problema, porque demonstra a dependência em relação ao referido programa espacial. Sendo assim, o envolvimento industrial em outros projetos de grande porte é fundamental para permitir uma demanda constante e uma escala progressiva de desenvolvimento tecnológico (RAUPP, ENTREVISTA, 2018).

Corroborando o exposto, Furtado e Costa Filho (2002, p. 38), ao estudarem os impactos socioeconômicos do CBERS até 2001, ressaltam que, apesar de esse programa ter sido essencial para deslançar a política de capacitação das empresas nacionais de satélites, as incertezas dos gastos públicos no setor espacial, inclusive levando à desmobilização de empresas, dificultam um desenvolvimento continuado do setor.

No que tange à China, tem-se como supervisor da cooperação o Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação (MIIT), por meio da *State Administration of Science, Technology and National Defense Industry* (SASTIND)³²⁶. Como coordenadora e gerenciadora do programa CBERS, tem-se a CNSA. A CAST é a responsável pela implementação do projeto. Há também um centro chinês voltado para aplicações de satélites, denominado *Center for Resources Satellite Data and Applications* (CRESDA). Quanto à cooperação em clima espacial, destaca-se, do lado chinês, o NSSC.

Em termos industriais, ressalta-se a *Great Wall Industry Corporation* (GWCI), fundada em 1980 e autorizada pelo governo chinês a promover seus serviços de lançamentos para o mercado de satélites mundial, além de ser responsável pelo mercado tecnológico de satélites chinês (HARDING, 2013). Pode-se ainda falar da companhia estatal *China Aerospace Science and Technology Corporation*, voltada para a construção de satélites de comunicação, clima, ciência, sensoriamento remoto e navegação (HARDING, 2013).

Diante do apresentado, percebe-se uma estruturação dos atores da esfera espacial relativamente semelhante entre Brasil e China, sendo um fator relevante para a cooperação entre eles. Nesse sentido, há, em ambos os lados, Ministérios centrais supervisores do CBERS e agências gerenciadoras e implementadoras do acordo. Sendo assim, observa-se que não é na disposição estrutural dos atores que se encontra o ponto central na distinção entre os programas espaciais brasileiro e chinês, mas no direcionamento da política espacial nos dois países,

³²⁵ Marco Antônio Raupp foi diretor do INPE durante o início da cooperação Brasil-China no campo de satélites, de 1985 a 1988; diretor do Parque Tecnológico de São José dos Campos, de 2006 a 2011; Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de 2007 a 2011; Presidente da AEB, de 2011 a 2012; e Ministro de Ciência e Tecnologia, de 2012 a 2014. Desde 2014, é Diretor da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos.

³²⁶ A SASTIND foi criada em 2008 e, anteriormente, havia a *Comission of Science, Technology and Industry for National Defense* (COSTIND).

aspecto esse que já foi abordado e será melhor delineado na sequência com o estudo do caso CBERS. Ademais, a própria característica do Ministério chinês, que integra os aspectos industriais e de ciência e tecnologia na própria nomenclatura, também é um aspecto que merece reflexão na comparação com o lado brasileiro, especialmente quando se nota a incipiência do setor industrial no Brasil.

4.7.5. CBERS

Para desenvolver o estudo da relação entre política externa e cooperação internacional no âmbito da interação espacial entre Brasil e China, escolheu-se o acordo científico-tecnológico *China-Brazil Earth Resources Satellites*, considerado pela literatura como um caso de sucesso no campo da cooperação espacial brasileira (FURTADO; COSTA FILHO, 2002, p. 37; BRITO, 2011, p. 125; DURÃO, 2013; BENITE, 2013, p. 49). Por meio do CBERS, pretende-se observar as características gerais da interação cooperativa, as fases, as motivações, as dificuldades e os resultados alcançados. Além disso, por intermédio desse acordo, será observado o movimento da política externa brasileira para a promoção da cooperação e seus possíveis fatores indutores. Sendo assim, posteriormente à sua análise geral, o acordo CBERS será dividido em três fases, com base em aspectos importantes do acordo, a fim de promover melhor sua avaliação, bem como a do relacionamento entre a política externa e a da cooperação.

O CBERS é decorrente de um interesse de cooperação em ciência e tecnologia entre Brasil e China, expresso inicialmente em 1982, por meio do Acordo de cooperação científica, mas é fortalecido pelo Ajuste complementar do acordo de ciência e tecnologia de 1984, no qual o setor espacial é mencionado. Nesse momento, falava-se na cooperação não apenas no campo de satélites, mas também no de processamento de imagens e desenvolvimento de foguetes. Esse último setor cooperativo não chegou a se desenvolver entre os dois países.

No entanto, no que tange ao setor de satélites, a cooperação entre Brasil e China se consubstanciou, essencialmente, pela assinatura do Acordo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélite de Sensor Remoto entre Brasil e China em 1988, representando a criação do CBERS como projeto, que vinha sendo pensado e negociado desde 1986, com trocas de visitas entre os dois países, como será apresentado mais à frente.

O acordo inicial do CBERS, então, era baseado na construção de dois satélites – CBERS 1 e 2 – com câmaras ópticas para observação de todo o globo e com sistema de coleta de dados

ambientais. O orçamento previsto para a parte inicial do projeto era de US\$ 150 milhões³²⁷ e a responsabilidade de cada país era diferenciada, sendo o Brasil responsável por 30% do investimento total e a China por 70% (SANTANA; COELHO, 1999).

Nesse momento, Brasil e China tinham interesse em promover seus respectivos desenvolvimentos, e o conhecimento no campo de satélites era complementar, muito embora Handberg e Li (2007) apontem que o Brasil era menos capacitado que a China. Em entrevista realizada com Marco Antônio Raupp (2018), então diretor do Parque Tecnológico de São José dos Campos, foi ressaltado que o Brasil aprendeu a fazer satélites seriamente com a China³²⁸ e que os chineses avançaram muito no âmbito de informatização e no de gerenciamento de projeto por meio do relacionamento com o Brasil.

Do acordo inicial, o primeiro satélite sino-brasileiro só veio a ser concluído e lançado em 1999 e o CBERS 2 em 2003. Contudo, a continuidade da cooperação, por meio da construção de novos satélites, já vinha sendo pensada antes da conclusão do primeiro satélite conjunto, como se pode destacar nos arquivos históricos do Itamaraty do ano de 1995 (OF 1555Z, caixa 35, 1995; OF 1454A, caixa 40, 1995).

Sendo assim, a partir de 2002, a ideia inicial da cooperação foi estendida, com a assinatura de um Protocolo Complementar, a fim de abarcar a produção dos satélites CBERS 3 e 4 (INPE/CBERS). Houve uma mudança relevante na construção e no lançamento desses novos satélites, tendo em vista que a participação financeira de Brasil e China foi igualada a 50% cada uma.

Com objetivo de evitar a descontinuidade das imagens CBERS, devido à vida útil do CBERS 2 e à construção do CBERS 3, Brasil e China acordaram em construir o CBERS 2B por meio de Protocolo Complementar assinado em 2004. O lançamento, por sua vez, só veio a ocorrer em 2007. A responsabilidade financeira de Brasil e China foi ainda no padrão inicial de 30% e 70%, respectivamente.

É importante mencionar que a intenção com o CBERS 3 e 4 era ampliar a capacidade tecnológica em comparação com o CBERS 1, 2 e 2B. Sendo assim, seriam utilizadas, no

³²⁷ O voto do relator do Projeto do Decreto Legislativo Nº 1023/2003 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (2004) apresenta o valor de US\$ 100 milhões.

³²⁸ Os satélites brasileiros existentes até a época do estabelecimento do acordo CBERS (1988) eram de pequeno porte (RAUPP, ENTREVISTA, 2018). Acrescenta-se ainda que, na década de 1980, os satélites brasileiros eram decorrentes de contratos de compra, especialmente com empresas americanas e canadenses (Brasilsat- A1 e A2). Na década de 1990, por sua vez, aparecem satélites produzidos pelo INPE (SCD 1 e 2), mas a parceria com os americanos permanece central (Brasilsat B1, B2 e B3). Nesse sentido, a cooperação com a China é inovadora na funcionalidade e na capacidade dos satélites produzidos, bem como no que tange ao tipo de relacionamento internacional desenvolvido, indo além dos tradicionais contratos de compra e venda. Para mais informações sobre os satélites brasileiros consultar o seguinte link: < <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/satelites/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

módulo carga útil, quatro câmaras com desempenhos geométricos e radiométricos melhorados (INPE/CBERS³²⁹). Apesar do referido avanço, Durão e Ceballos (2011) argumentam que o impacto tecnológico dos satélites CBERS não teve relevante crescimento no tempo e que os próprios satélites chineses possuem plataformas muito mais desenvolvidas do que as do CBERS.

O CBERS 3, então, foi lançado em 2013, porém houve falha na sua inserção em órbita. Já o CBERS 4 teve um lançamento bem-sucedido em 2014. De acordo com o Relatório de Trabalho do CBERS 3 e 4 de 2002, o custo para a construção dos dois satélites seria de US\$150 milhões e para o lançamento US\$ 50 milhões.

Tem-se ainda a manutenção do interesse na cooperação com a construção do CBERS 4A, que foi acordado em 2015 e tem previsão de lançamento para 2019. Além disso, a ideia sobre a construção do CBERS 5 e 6 já vinha sendo promovida desde a segunda metade dos anos 2000, como se nota nos telegramas do MRE 768 (caixa 95, 2008), 302 (caixa 134, 2009), dentre outros.

Em termos de orçamento brasileiro efetivamente vertido para o CBERS, com base nos dados da AEB (2018), entre 2001 e 2015, o Brasil investiu, em desenvolvimento de satélites, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão e, com lançamento, R\$ 107,7 milhões³³⁰, se considerados apenas os recursos direcionados para o Programa Espacial Brasileiro. No entanto, houve ainda contribuição financeira relevante advinda da FINEP correspondente a R\$ 75 milhões. Importante mencionar que os valores são compilados a partir do CBERS 2B e que há uma dificuldade de dissociar os gastos do CBERS 2 do 2B, já que este utilizou os componentes e o instrumental daquele. Sendo assim, os gastos do CBERS 2 são parcialmente englobados nos dados explicitados, fornecidos pela AEB. Cabe ressaltar que, antes de 2001, não foi possível compilar informações sobre os dispêndios brasileiros voltados para o CBERS em decorrência de dificuldades relativas à disponibilização de dados oficiais (AEB, 2018). Desse modo, neste parágrafo, foram apresentados os gastos com os CBERS 2B, 3 e 4.

Nota-se, então, da observação dos orçamentos projetados para o desenvolvimento dos satélites CBERS e dos gastos efetivamente realizados, que o investimento brasileiro foi maior que o previsto. Isso porque a previsão de custos dos CBERS 3 e 4 era de US\$ 150 milhões – aproximadamente R\$ 580 milhões (Relatório de Trabalho do CBERS 3 e 4, 2002) –, para ser dividido entre Brasil e China e apenas o Brasil gastou quase R\$ 650 milhões (AEB, 2018).

³²⁹ Disponível em: <<http://www.cbears.inpe.br/sobre/historia.php>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

³³⁰ Esses valores foram atualizados pelo Índice Geral de Preços (IGP) para julho de 2017.

Além disso, por meio do Relatório de Gestão Anual do INPE de 2009 (2010, p. 34-36), visualiza-se como o orçamento para o CBERS 3 e 4 é bem superior às demais atividades e projetos de 2009 e também no que tange às previsões financeiras de 2010. Sendo assim, em 2009, o gasto com o desenvolvimento do CBERS 3 foi de aproximadamente R\$ 58 milhões e a previsão para 2010 era de R\$ 73 milhões. Em relação ao CBERS 4, os gastos de 2009 foram de, em média, R\$ 8 milhões e a previsão para 2010 era de R\$ 7 milhões (INPE, 2010, p. 34-36).

Nesse sentido, no que se refere aos resultados, o projeto CBERS tem se desenvolvido continuamente de 1988 a 2018, tendo sido lançados cinco satélites e quatro bem-sucedidos, apesar dos atrasos reiterados nos cronogramas de construção de satélites, da necessidade de promoção de salto tecnológico (MG 801, caixa 196, 2011), da reduzida capacidade da indústria brasileira e das mudanças governamentais e institucionais brasileiras.

Além disso, houve abertura para o uso das imagens do CBERS para as comunidades brasileira e chinesa gratuitamente (CBERS *Data policy*, 2004; BRITO, 2013), cooperação com outros países para distribuição de produtos do CBERS (Protocolo Complementar sobre o Sistema de Aplicação do CBERS, 2004; CBERS Data Policy, 2004) e posterior promoção da iniciativa *CBERS for Africa*, por meio da qual havia a proposta de construção de bases de recepção de imagens de satélites CBERS em países africanos. O debate sobre a proposta *CBERS for Africa* será destrinchado durante a análise dos arquivos do Itamaraty mais à frente, mas é válido ressaltar que, desde 2004, já havia menção da ideia de difusão de imagens para países africanos e, em 2007, foi feito anúncio conjunto sobre o assunto (MG 565, caixa 95, 2008). No que tange à atualização desse empreendimento com países africanos, Coelho (ENTREVISTA, AEB, 2017) explicou que ela não alcançou o sucesso merecido.

Outra proposta cooperativa relacionada com as imagens e tecnologias dos satélites sino-brasileiros de recursos terrestres é a Constelação BRICS. De acordo com o telegrama 801 (caixa 196, 2011), o Ministro de Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante teria lançado a ideia para a CNSA de um satélite para os BRICS. Em conformidade com documento *BRICS Remote Sensing Satellite* da CNSA³³¹ (2017), elaborado por Jiang Hui, verifica-se a informação de que a possibilidade de ampliação da cooperação na área de satélites entre os BRICS teria sido expressa na VII Cúpula BRICS na Rússia em 2015. A CNSA encaminhou, então, em 2016, uma Nota Conceitual sobre a constelação BRICS, a qual teria uma fase virtual e outra de

³³¹ Disponível em:

<http://www.unoosa.org/documents/pdf/hlf/HLF2017/presentations/Day2/Session_7a/1._Progress_of_BRICS_Remote_Sensing_Satellite_Constellation-dubai.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

constelação de satélite real. Dentre os satélites que provavelmente irão contribuir para a iniciativa está o CBERs 4.

Em outubro de 2016, houve um Encontro dos Chefes das Autoridades Espaciais dos BRICS, no qual foi alcançado um consenso sobre a iniciativa. Em setembro de 2017, foi realizado, no Brasil, o 1º Fórum de Constelação de Satélite de Sensoriamento Remoto BRICS, a fim de discutir a Constelação BRICS. Ademais, existe um Acordo de cooperação a ser assinado entre os membros dos BRICS sobre a referida constelação de satélites (CNSA, 2017).

Quanto à transferência tecnológica entre Brasil e China por meio do CBERs, observa-se que essa não ocorre de maneira direta, tendo em vista que cada parte é responsável por determinadas tecnologias e funções no projeto. As tarefas relacionadas com o subsistema e órbita e altitude e ao subsistema de propulsão e supervisão de bordo ficam restritas ao lado chinês, sendo essas tecnologias críticas para o desenvolvimento do CBERs (FERNANDES et al., 2013). Porém, há relevantes trocas de conhecimento e experiências no trabalho conjunto (SANTANA; COELHO, 1999), o que permite uma transferência natural entre as partes cooperativas (COELHO, ENTREVISTA, AEB, 2017).

Um ponto ainda a ser ressaltado é que os lançamentos de satélites sempre acontecem na China, embora os custos sejam compartilhados igualmente desde os CBERs 3 e 4. Como gesto de reciprocidade, a China chegou a aventar a possibilidade de transportar os foguetes Longa Marcha para a base de Alcântara no Brasil, a fim de promover o lançamento a partir do Estado brasileiro, mas isso não se concretizou (HARDING, 2013).

Diante do exposto, depreende-se que Brasil e China se aproximaram para cooperar na área espacial com mútuos interesses, mas já com notórias diferenças na forma como o tema era conduzido em cada um dos países. Esse fato terminou sendo reforçado no tempo, por meio das distintas trajetórias seguidas por Brasil e China no campo espacial, sobressaltando-se a ampla priorização chinesa para o desenvolvimento de sua capacidade espacial. Sendo assim, as disparidades se aprofundaram, mas a cooperação se manteve, cabendo compreender os interesses chineses e brasileiros no CBERs.

4.7.5.1. CBERs e China: os interesses em jogo

Neste tópico, ingressa-se na compreensão dos interesses chineses na cooperação sino-brasileira de satélites. Sendo assim, os objetivos iniciais chineses estavam relacionados com o alto investimento em ciência e tecnologia desde 1986, que incluía o setor espacial (HANDBERG; LI, 2007). Além disso, naquele período existiam barreiras para a transferência

de tecnologia para a China e o relacionamento com o Brasil era uma oportunidade de abertura de portas, de maior visibilidade chinesa na comunidade internacional e de atração de parceiros (HANDBERG; LI, 2007). Ademais, a China vinha adquirindo experiência na construção de satélites e veículos lançadores e, desde 1985, decidiu entrar para o mercado de lançamento comercial (HANDBERG; LI, 2007). Assim, o relacionamento com o Brasil era visto como um meio de reforçar a capacidade chinesa no campo de construção e lançamento de satélites.

Desse modo, havia, na interação com o Brasil e na promoção do CBERS, um interesse tecnológico chinês que merece ser mencionado, especialmente no âmbito de tecnologias digitais e no uso e processamento de dados dos satélites (RAUPP, ENTREVISTA, 2018). No entanto, é possível também destacar a busca chinesa por prestígio e por meios de difusão de sua diplomacia espacial, corroborando a capacidade comercial do país no campo em análise.

No momento mais recente da cooperação, aponta-se que o acelerado desenvolvimento tecnológico chinês e a assimetria em termos de capacidades espaciais, os quais foram se ampliando ao longo do tempo, não trouxeram o fim da interação cooperativa, mas uma mudança dos interesses chineses. Dessa forma, do lado chinês, o CBERS passou a se justificar mais pelos aspectos do relacionamento político-econômico com o Brasil (RAUPP, ENTREVISTA, 2018; COELHO, ENTREVISTA, AEB, 2017; GURGEL, ENTREVISTA, AEB, 2017), bem como por ser um meio de inserção chinesa na geopolítica latino-americana, reforçando seus interesses comerciais.

Por fim, é fundamental expressar o caráter único da cooperação sino-brasileira espacial em comparação com os demais países da América Latina (COELHO, ENTREVISTA, AEB, 2017), o qual persiste em decorrência da histórica relação construída entre os dois países nesse campo e da importância que o Brasil continua exercendo nas esferas política, econômica e geopolítica. Contudo, ainda serão estudados os porquês dessa interação a partir do lado brasileiro e os possíveis exercícios de política externa para a manutenção da cooperação, com finalidade de verificar as especificidades do CBERS.

4.7.5.2. CBERS e Brasil: os interesses em jogo

Em relação aos interesses brasileiros na cooperação espacial com a China por meio do CBERS, destaca-se o período de promoção do desenvolvimento científico-tecnológico do Brasil durante a década de 1980 e a interação com os chineses como uma forma de diversificação dos parceiros cooperativos naquele momento. Havia também o reconhecimento do caminho que a China estava trilhando na área espacial e o forte interesse brasileiro na

aquisição de conhecimento de alta tecnologia espacial. Também se pode citar a intenção de convergir os avanços espaciais em aplicações industriais com fulcro de fortalecer a economia brasileira (INPE/CBERS³³²).

Sendo assim, como assevera Marco Antônio Raupp (ENTREVISTA, 2018), os interesses brasileiros na cooperação inicial com a China eram tecnológicos e continuam os mesmos, porém o ganho de capacidade tecnológica foi insuficiente para o Brasil superar o distanciamento do lado chinês. Antônio Carlos Pereira (ENTREVISTA, INPE, 2018) acrescenta, além do aspecto tecnológico, o fomento da indústria aeroespacial brasileira e o fornecimento de imagens de sensoriamento remoto para usuários brasileiros. Pereira (ENTREVISTA, INPE, 2018) também assevera que esses objetivos permanecem desde o início da cooperação.

A grande questão é que a cooperação com a China ocupa uma posição central em termos de investimentos brasileiros em projetos espaciais nacionais e internacionais (Relatório de Gestão Anual do INPE, 2009³³³, p. 34-36), enquanto que, para a China, a questão tecnológica já não é o cerne da cooperação com o Brasil. Por conseguinte, pela perspectiva brasileira, os interesses tecnológicos e econômicos são primordiais na cooperação com a China para o desenvolvimento do CBERS. A partir da próxima seção, é possível perceber o caminho promovido pelo Brasil na cooperação com a China desde as negociações até os aspectos atuais do relacionamento cooperativo.

4.7.5.3. CBERS e o âmbito doméstico brasileiro: das negociações ao cenário atual

Nesta parte da pesquisa, são analisados os aspectos internos brasileiros relacionados com a condução da cooperação sino-brasileira de satélites por meio do CBERS. Assim, é avaliado o movimento da política externa brasileira para a promoção da cooperação e são destacados os fatores determinantes a partir da perspectiva do Brasil. A relação entre o âmbito interno brasileiro e externo chinês não é excluída, porque está presente na análise dos telegramas do Itamaraty coletados de 1995 a 2011, nos quais, em variados momentos, são ressaltadas as induções cooperativas de ambos os lados. À luz dessa exposição, pretende-se aclarar a importância da ação brasileira na promoção da cooperação.

³³² Disponível em: < <http://www.cbbers.inpe.br/sobre/historia.php> >. Acesso em: 10 jun. 2018.

³³³ Nos relatórios de gestão do INPE mais recentes não foi encontrado quadro comparativo dos investimentos realizados nos projetos espaciais brasileiros, por isso foi utilizado o relatório de 2009.

Ademais, ressalta-se que foi realizada uma divisão didática das fases da cooperação por meio do CBERS, visando à facilitação da análise dos fatores-chave de cada momento. Sendo assim, tem-se a fase de negociação do CBERS (1982 a 1988); a fase I do CBERS (1988 a 2003), que engloba o lançamento dos satélites 1 e 2; e a fase II do CBERS (2004 a 2018), que envolve a continuidade da cooperação e o lançamento dos satélites 2B, 3 e 4. Essa divisão baseia-se na ampliação tecnológica e na mudança de responsabilidades a partir do CBERS 3. Passa-se, então, à observação da fase de negociação do CBERS.

4.7.5.3.1. CBERS: fase de negociação (1982-1988)

A fase de negociação do CBERS é analisada aqui com base em um período mais longo do que o tradicionalmente estudado, o qual geralmente é observado a partir de 1986. Isso se justifica pela importância de se compreender o caminho que o Brasil já vinha percorrendo no campo científico-tecnológico e na esfera espacial, bem como as interações com a China especificamente nesse último setor. Além disso, dois importantes atos internacionais, que guiaram a futura cooperação por meio do CBERS, foram assinados durante o governo Figueiredo, em 1982 e 1984, e esse último já fazia alusão direta à cooperação espacial.

Sendo assim, durante o governo do Presidente Figueiredo (1979-1985) e em meio à ditadura militar, destaca-se o papel do Ministério da Aeronáutica³³⁴ no sentido de dinamizar o setor aeroespacial e modernizar os campos de lançamento de foguetes, bem como das Forças Armadas, especialmente por meio do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) em São José dos Campos, o qual era um importante complexo tecnológico e científico do país. O campo de satélites era um dos contemplados no plano de pesquisa e desenvolvimento do CTA. Ademais, nesse período, havia um notório interesse de alcançar a independência tecnológica do país, tendo em vista a dificuldade de acesso a determinadas tecnologias, como de veículos lançadores (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985, p. 252, 275, 280 e 286-288).

De acordo com discurso proferido, o Presidente Figueiredo (Presidência da República, 1985, p. 287) asseverou que havia um plano de longo prazo estabelecido desde 1973 para a promoção do setor de satélites e a perseverança governamental e dos atores envolvidos nesse

³³⁴ É importante mencionar que o Ministro da Aeronáutica do governo Figueiredo, Délio Jardim de Matos, foi amigo do referido presidente na escola militar e, quando era Ministro do Superior Tribunal Militar, tornou-se seu assessor informal e articulador de sua ascensão à Presidência. Assim, quando Figueiredo assumiu o poder em 1979, Délio Jardim foi convidado para assumir o Ministério da Aeronáutica, ficando no cargo até 1985 (CPDOC/FGV). Isso demonstra a importância do Ministério da Aeronáutica e sua proximidade com o Presidente da República na época.

campo poderiam levar ao desenvolvimento de satélites de comunicação, sensoriamento remoto e meteorológico. No entanto, nessa mesma alocução realizada por Figueiredo ao Congresso Nacional, são citados apenas os convênios brasileiros no setor aeroespacial com EUA, França e Alemanha (FIGUEIREDO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985, p. 288), tendo em vista que a cooperação com a China só veio a se desenvolver em 1988. Observa-se, por outro lado, que os interesses brasileiros para a promoção do setor espacial eram fortes desde o governo Figueiredo e as sinalizações de cooperação com a China já vinham sendo ensaiadas, conforme foram efetivadas pelo ato internacional de 1984.

Em meio a esse cenário de promoção do setor científico-tecnológico e espacial brasileiro, a cooperação com a China começa a se fortalecer, especialmente após a visita do então Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em 1982. De acordo com o referido Ministro, sua visita à China, no ano supracitado, abriu muito as portas da cooperação e vários contatos foram iniciados, inclusive na área espacial (GUERREIRO, CPDOC, 2010).

Em maio de 1984, com a visita de Figueiredo à China, tem-se a assinatura de acordos que reforçam a cooperação em diferentes esferas, dentre elas, a científico-tecnológica. Na comitiva oficial dessa ida à China, estavam o Embaixador Ramiro Saraiva Figueiredo, o Ministro do Gabinete Militar da Presidência da República Rubem Carlos Ludwig, o Embaixador do Brasil na China Ítalo Zappa e outros membros, dentre eles, embaixadores e representantes do Legislativo (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1984).

Como continuação dos laços estabelecidos, em dezembro de 1984, houve uma primeira aproximação da China para debater especificamente a área espacial. Sendo assim, esteve na China uma delegação brasileira coordenada pelo Ministro chefe do Estado Maior das Forças Armadas e presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), o tenente-brigadeiro Waldir de Vasconcelos, e o diretor do INPE, Nelson de Jesus Parada, além de outros representantes da COBAE, do CTA e da Secretaria de Planejamento (OLIVEIRA, F., 2009).

No que se refere ao período de governo do Presidente José Sarney (1985-1990), a visita do Primeiro-Ministro chinês, em outubro de 1985, levou a reuniões de trabalho e à promoção de intercâmbios jurídicos para a cooperação científico-tecnológica, embora não tenha sido feita nenhuma menção à cooperação espacial (SARNEY, FUNAG, 1985). Mas, em 1986, a visita do Ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer à China foi considerada fundamental no estabelecimento das relações cooperativas sino-brasileiras no setor espacial e no que tange ao CBERS.

Celso Amorim (2012), enquanto Ministro da Defesa, na 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência em 2012, relata a importância da viagem do Ministro

Renato Archer à China em 1986. Como expressou Amorim, foram exploradas várias áreas e nasceu a ideia de construção conjunta de um satélite, a qual, posteriormente, foi materializada no CBERS. Houve, naquele momento, uma primeira reunião com membros do Ministério da Astronáutica da China e da CAST (OLIVEIRA, F., 2009, p. 19).

De acordo com Amorim (2012), além dele mesmo, tendo em vista o cargo de assessor no Ministério de Ciência e Tecnologia, o qual ocupou entre 1985 e 1987, faziam parte da delegação brasileira à China Marco Antônio Raupp, então diretor do INPE; Mauro Vieira, secretário particular de Renato Archer; e Crodovaldo Pavan, Presidente do CNPq. Fabíola de Oliveira (2009, p. 19) aponta ainda como parte da comitiva o secretário da Secretaria Especial de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, José Rubens Dória Porto, e o embaixador do Brasil na China, Ítalo Zappa³³⁵.

Em seguida a esse contato brasileiro inicial, uma comitiva chinesa chefiada pelo vice-presidente da CAST, Wei Desen, visitou o INPE em 1986. No ano seguinte, especialistas brasileiros, sob a chefia do diretor do INPE Marco Antônio Raupp, foram à China a convite do Ministério da Astronáutica chinês. Dessa feita, os chineses apresentaram o projeto de satélite de observação da terra como uma possibilidade de cooperação e o Brasil divulgou a experiência em recepção e processamento de dados de satélites (OLIVEIRA, F., 2009).

É válido notar que, em outubro de 1987, Renato Archer passou a assumir o Ministério da Previdência Social e Luiz Henrique da Silveira assumiu o MCT (OLIVEIRA, F., 2009), ficando menos de um ano no cargo (ARAÚJO; SILVA, CPDOC/FGV³³⁶). Mesmo com essa mudança, observa-se a continuidade da ideia do CBERS e, apesar da forte ligação inicial de Renato Archer ao projeto, havia outros atores estimuladores, que promoveram o seu encaminhamento.

Ainda em novembro de 1987, uma delegação chinesa visitou novamente o INPE com representantes da CAST, do Ministério da Astronáutica e da *Great Wall Industry Corporation*. Nesse momento, foram definidos cronograma, orçamento, responsabilidades e estrutura de gerenciamento do programa (OLIVEIRA, F., 2009). É pertinente também asseverar que, em dezembro de 1987, houve a inauguração do Laboratório de Integração e Testes do INPE, o qual

³³⁵ De acordo com Fabíola de Oliveira (2009, p. 20), Ítalo Zappa era amigo pessoal de Renato Archer e compartilhava de suas ideias favoráveis a uma política externa independente.

³³⁶ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-henrique-da-silveira>>. Acesso em: 25 set. 2018.

se mostrou fundamental para o programa espacial brasileiro e a cooperação com a China (INPE³³⁷).

Em março de 1988, a seu turno, foi produzido o primeiro relatório de trabalho entre CAST e INPE. Do lado brasileiro, assinaram esse documento César Celeste Ghizoni, diretor de Engenharia e Tecnologia Espacial do INPE; José Raimundo Braga Coelho, chefe de Gabinete; e Eduardo Antonio Parada Tude, gerente de subsistemas espaciais do INPE (OLIVEIRA, F., 2009).

Finalmente, em visita do Presidente Sarney à China em julho de 1988, foi assinado, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, e da China, Qian Qichen, o Protocolo que deu início ao CBERS (OLIVEIRA, F., 2009). O discurso de Sarney na Universidade de Pequim, quando da visita à China em 4 de julho de 1988, sobre ciência e tecnologia, demonstra como suas ideias de governo estavam associadas à noção de autonomia tecnológica que se pretendia com o CBERS. Sendo assim, pode-se ressaltar do discurso o questionamento sobre o transporte de tecnologia, mas não a transferência e a importância da cooperação entre Brasil e China a fim de dominar tecnologias e romper monopólios (SARNEY, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988).

Após a assinatura do acordo, em agosto de 1988, um grupo de engenheiros e técnicos do INPE foi à China, iniciando, junto com a CAST, os trabalhos de implementação do acordo (OLIVEIRA, F., 2009). A questão linguística e a forma de trabalho foram dois aspectos constatados como desafiadores na interação inicial, mas o relacionamento foi estabelecido de forma amistosa e produtiva (OLIVEIRA, F., 2009).

É muito pertinente referendar que as figuras de Celso Amorim, Marco Antônio Raupp, José Raimundo Coelho, Roberto Abdenur e Ronaldo Mota Sardenberg fazem parte da história do CBERS por suas trajetórias profissionais, como será observado ao longo das fases I e II do acordo. Amorim (2009, p. 8), por exemplo, afirma que se sente pessoalmente ligado ao CBERS.

Apointa-se ainda que, durante o governo Figueiredo, a diplomacia teve papel central na condução da cooperação científico-tecnológica com a China juntamente com as Forças Armadas e o próprio INPE. No período do governo Sarney, por sua vez, o aspecto personalístico da condução do CBERS tornou-se mais nítido e foi reforçado ao longo da cooperação, como se nota com Renato Archer, por exemplo. Ressalta-se ainda o papel do MCT e o esforço técnico do INPE.

³³⁷ Disponível em: <http://www.cbears.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3350> e <http://www.lit.inpe.br/pt-br/vinte_e_cinco_anos_de_atuacao_do_laboratorio_de_integracao_e_testes_lit>. Acesso em: 28 maio 2018.

Por fim, nesse período de negociações do CBERS, de 1982 a 1988, observa-se nitidamente o forte interesse do Brasil e da China na cooperação e uma importante indução da cooperação pelo lado brasileiro, inclusive com visitas precursoras à China com o Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva e o Ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer, além das visitas Presidenciais e técnicas. Com base nesse processo inicial de condução do CBERS, dá-se sequência, na seção vindoura, à compreensão do comportamento brasileiro e do movimento de sua política externa ligado ao referido projeto, durante o período que denominamos de sua primeira fase, entre 1989 e 2003.

4.7.5.3.2. Fase I do CBERS (1989-2003)

Apointa-se, de antemão, que a primeira fase do CBERS não é homogênea, mas é assim caracterizada porque envolve a produção e o lançamento dos dois satélites iniciais que foram planejados no início da cooperação. É possível afirmar que o período imediatamente seguinte à assinatura do acordo foi marcado por entusiasmo na cooperação, além de haver recursos disponíveis e cenário político favorável. No entanto, entre 1989 e 1992, a área de ciência e tecnologia passou por diversas mudanças e instabilidades, desde o final do governo José Sarney, com fusões ministeriais, e especialmente durante o governo Collor de Mello (1990-1992), no qual a área de ciência e tecnologia ficou a cargo de uma Secretaria ligada à Presidência da República (OLIVEIRA, F., 2009).

Durante o governo Collor, então, foram verificadas dificuldades na liberação de orçamento³³⁸ e realmente existiu receio de o programa CBERS ser paralisado (OLIVEIRA, F., 2009; MONSERRAT FILHO, ENTREVISTA, 2017). A defesa do acordo, principalmente pelo Ministério das Relações Exteriores, é notória e o Embaixador do Brasil na China, Roberto Abdenur (1989-1993), foi uma peça fundamental para a manutenção do CBERS, realizando diversas visitas à CAST e ao Ministério das Relações Exteriores da China (OLIVEIRA, F., 2009; MONSERRAT FILHO, ENTREVISTA, 2017). Do lado do INPE, por sua vez, observam-se mudanças de direção e coordenação, perdendo a força inicial do acordo (OLIVEIRA, F., 2009). Entretanto, os engenheiros e técnicos ligados à instituição que permaneciam associados ao CBERS também foram importantes para a continuidade da cooperação (MONSERRAT FILHO, ENTREVISTA, 2017).

³³⁸ Pereira (ENTREVISTA, INPE, 2018) também faz menção ao período do governo Collor como difícil para o encaminhamento do CBERS, trazendo retração de investimentos e atrasos no desenvolvimento dos satélites.

Verifica-se, nesse período, certa redução do estímulo chinês em relação ao CBERS, em virtude das incertezas de sua continuidade do lado brasileiro e das problemáticas internas vividas com o massacre na Praça da Paz Celestial em 1989³³⁹. Desse modo, assevera-se a grande relevância da mobilização dos atores de política externa brasileira, destacadamente, da Embaixada do Brasil na China e de sua figura principal, o Embaixador Roberto Abdenur. Nesse momento crítico para o acordo, o INPE tinha perdido um pouco do seu protagonismo, apesar de se manter como peça-chave, bem como o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia, que havia sido desfeito, aspectos esses que realmente reforçam o papel do Itamaraty.

A partir do governo Itamar Franco (1992-1994), tem-se a recriação do Ministério de Ciência e Tecnologia, assumindo a pasta José Israel Vargas, e nota-se, novamente, a explicitação da importância do programa CBERS. Em dezembro de 1992 e janeiro de 1993, delegações do INPE foram à China para restabelecer os contatos e as atividades do projeto. Logo em seguida, em fevereiro de 1993, teve início uma reunião do Comitê Conjunto do Programa – JPC –, marcando a retomada da cooperação (OLIVEIRA, F., 2009). Além disso, a assinatura de dois protocolos, em 1993, também reforçou a interação cooperativa por meio do CBERS, assim como a criação da AEB, em 1994, a qual passou a ser presidida por Luiz Gylvan Meira (OLIVEIRA, F., 2009).

Corroborando o exposto, o discurso do Presidente Itamar Franco, proferido em 23 de novembro de 1993, na recepção do Presidente chinês Jiang Zemin, no Palácio Itamaraty, ressalta o interesse no CBERS e sua indução governamental: “Desenvolvemos intensa atividade de cooperação em ciência e tecnologia. Estamos construindo em conjunto dois satélites de monitoramento de recursos da Terra. Muito me alegra ter meu governo podido dar impulso decisivo a esse empreendimento” (FRANCO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1993, p. 98).

Em 1995, chegou ao poder o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que manteve o Ministro Israel Vargas no MCT e deu aval para o fortalecimento do CBERS (OLIVEIRA, F., 2009). No discurso do Presidente, em 13 de dezembro de 1995, na visita oficial à China, a cooperação, por meio do CBERS, foi ressaltada e posta como exemplo de cooperação (CARDOSO, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995). Na mesma ocasião, foram assinados documentos sobre os lançamentos dos CBERS 1 e 2 e, pela primeira vez, sobre a intenção de ampliação do CBERS 3 e 4 (OLIVEIRA, F., 2009). Além disso, o Presidente visitou o

³³⁹ Os protestos populares na Praça da Paz Celestial, especialmente frente aos problemas enfrentados na China e à postura do Partido Comunista, foram reprimidos pelo uso da força, gerando o que se denominou Massacre da Paz Celestial.

laboratório de desenvolvimento dos satélites, bem como prometeu ir à China em 1997 para o lançamento do CBERS 1³⁴⁰ (OF 203, caixa 38, 1996).

A comitiva Presidencial para a ida à China era composta por atores ligados ao setor espacial, como o Ministro de Ciência e Tecnologia Israel Vargas, o Presidente da FINEP Lourival Mônaco e o Diretor do INPE Márcio Nogueira Barbosa (MG 1444, caixa 35, 1995). Dessa feita, também foram pensados workshops a serem realizados em Xangai, dentre eles, uma exposição do INPE sobre as aplicações de observação da terra e a variabilidade climática global (MG 1411, caixa 35, 1995). Destaca-se que a área de clima espacial veio a fazer parte da cooperação entre Brasil e China em cenário bem mais recente, como já exposto, porém, de algum modo, ideias e iniciativas anteriores podem ter contribuído para reforçar o interesse nesse setor.

Depreende-se também, nesse período da segunda metade dos anos 1990, uma notória preocupação chinesa com o cronograma do CBERS³⁴¹ e com os possíveis ônus decorrentes dos atrasos no cumprimento do acordo (OF 1454A, caixa 40, 1995). Alguns fatos reforçavam esse receio chinês, como a falência da principal empresa brasileira fornecedora de componentes para o CBERS, chamada de ESCA, no primeiro semestre de 1995, e a própria demora no lançamento do CBERS 1 (OLIVEIRA, F., 2009).

A respeito da pauta de expansão do CBERS, é válido mencionar a visita da delegação chinesa ao Brasil, em março de 1996, envolvendo membros da CNSA, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia (SCCT) e Comissão Estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria para Defesa Nacional (COSTIND) (OF 269, caixa 38, 1996).

Há um ponto pertinente na visita do Presidente Fernando Henrique à China que é o interesse manifestado de desenvolver um projeto conjunto em telecomunicações (MG 203, caixa 38, 1996). Apresenta-se essa discussão porque envolvia a figura de Renato Archer, que era presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) à época e, conforme já destacado, teve um relevante papel enquanto Ministro de Ciência e Tecnologia na promoção da proximidade com a China no campo de satélites.

Cabe asseverar que, antes mesmo da visita de Cardoso à China, em 1994, Renato Archer foi ao referido país para discutir a possibilidade de construção de satélite sino-brasileiro de comunicações (OLIVEIRA, F., 2009). A ideia não se desenvolveu (OLIVEIRA, F., 2009), mas ela ainda foi debatida em outros momentos do relacionamento entre China e Brasil, como se observou na sequência da análise dos arquivos históricos do Itamaraty (MG86, caixa 63, 2001).

³⁴⁰ Isso não ocorreu, tendo em vista que o lançamento do CBERS 1 só aconteceu em 1999.

³⁴¹ Essa preocupação chinesa com o cronograma do CBERS está presente em vários momentos da cooperação.

Além dos altos custos e do caráter experimental que dificultaram a iniciativa (MG 86, caixa 63, 2001), a parte chinesa parecia estar mais interessada em fornecer esses satélites de comunicações para o Brasil (OF 203, caixa 38, 1996) do que promover a construção conjunta, como acontecia com o CBERS.

Ao longo de 1996, são observadas outras visitas/missões chinesas ao Brasil para tratar da cooperação na área de satélites e, especificamente do CBERS, conforme se depreende dos ofícios 174 e 1177 do MRE (caixa 38, 1996). Sendo assim, observa-se uma atuação chinesa no sentido de promover a cooperação, muito relacionada com a tentativa de lidar com os atrasos já existentes no desenvolvimento do projeto.

No entanto, o lado brasileiro também se mostrava ativo com o Presidente Fernando Henrique e com o trabalho do Ministro Israel Vargas, como se nota à luz dos arquivos do Itamaraty do período. Assim, em 1997, por exemplo, houve proposta brasileira para expansão do CBERS elaborada pelo MCT (OF 803, caixa 35, 1997) e o Ministro Israel Vargas viajaria à China quando o texto estivesse pronto para ser assinado (OF 803, caixa 35, 1997). Novamente, em 1998, é expresso o interesse de visita do Ministro Israel Vargas à China e a manifestação de ver concluída a negociação do acordo relativo à expansão do CBERS (OF 511, caixa 54, 1998).

Do lado chinês, embora não tenha se observado nada explícito sobre a reticência a respeito da expansão do CBERS, pode-se verificar que havia uma preocupação muito clara com a conclusão dos satélites CBERS 1 e 2. Isso justificaria o fato de o interesse de expansão do acordo, exposto pelo lado brasileiro, só ter vindo a ocorrer efetivamente em 2002, apesar do notório empenho do Ministro Israel Vargas para que acontecesse desde 1995/1996.

No ofício 319, de abril de 1998, do MRE (caixa 54), merece ser salientado o importante relato de José Raimundo Braga Coelho, gerente de engenharia do CBERS no INPE, quando de sua visita à missão diplomática brasileira na China, a respeito do andamento dos satélites 1 e 2. De acordo com ele, o CBERS 1 estava em sua fase final e a previsão de lançamento era para 1998 ou 1999, sendo que esse último ano seria para caso de atraso por questões meteorológicas. São apontados, ainda, os problemas para a conclusão dos satélites.

Sendo assim, do lado brasileiro, existiam pendências técnicas e questionamentos sobre a qualidade dos componentes adquiridos, mas o INPE expressava que as falhas eram no projeto chinês e não nos componentes. Pela perspectiva chinesa, os dilemas estavam relacionados com a câmara teleobjetiva e com o sistema de imagens da terra, mas já estava sendo realizado trabalho no sentido de solucionar essas questões. Quanto ao apontado sobre o CBERS 2, José Raimundo afirmou que o satélite deveria ficar mais caro, no entanto, haveria benefícios de

médio e longo prazo que justificariam os gastos. Diante desse quadro exposto, referendam-se as dificuldades ultrapassadas para o desenvolvimento do CBERS.

Em meio às informações expressas nos arquivos do Itamaraty sobre o relacionamento cooperativo sino-brasileiro no campo espacial, nota-se, claramente, os relatos sobre o desenvolvimento do programa espacial chinês, os interesses de expansão no mercado de lançamentos e de exportação de satélites, bem como as incursões do país na esfera de satélites de comunicações (OF 996, 928, 871A, caixa 38, 1996; OF 1267A, caixa 39, 1997). Esse ponto é pertinente porque vai ilustrando as diferentes trajetórias dos dois países – Brasil e China – no campo de satélites, bem como os interesses chineses na esfera espacial. Além disso, também está associado com uma preocupação brasileira sobre a necessidade de expandir a cooperação espacial para novos temas, antes que a defasagem tecnológica tornasse esse passo inviável (MG 7, caixa 63, 2001).

A atuação diplomática brasileira permanece, como se vê da visita do presidente da AEB, Gylvan Meira Filho, a Pequim para dialogar com o diretor-geral da CAST e o diretor das Américas do MOST (OF 41, caixa 30, 1999) e da missão técnica chefiada por Gylvan Meira, juntamente com a comitiva do INPE, também no mesmo ano (OF 667, caixa 30, 1999). No entanto, a visita do Ministro de Ciência e Tecnologia Ronaldo Sardenberg, que estava programada igualmente para 1999, foi adiada. A questão de reorganização do MCT foi colocada como justificativa (OF 648 e 660, caixa 30, 1999).

Quanto à visita da missão técnica dirigida pelo presidente da AEB Gylvan Meira, o MCT do Brasil explicitou que a delegação brasileira não deveria tratar sobre a expansão do CBERS e nem a respeito de novas iniciativas provindas do lado chinês (OF 668, caixa 30, 1999). Os motivos dessa solicitação não ficaram nítidos na leitura dos arquivos históricos e, já no ano 2000, há documentos nos quais se pode constatar o estímulo brasileiro à expansão do CBERS motivado pelo próprio Ministro Sardenberg (MG 742 e 750, caixa 31, 2000). Nesse sentido, não se verifica uma atuação do referido Ministro em contraposição ao CBERS; pelo contrário, em outros telegramas, destaca-se seu comportamento favorável ao acordo, como se expressará mais à frente.

O lançamento do CBERS 1 aconteceu de maneira bem-sucedida em 14 de outubro de 1999, o qual foi celebrado pelo Presidente Fernando Henrique por meio de carta enviada ao Presidente chinês Jiang Zemin (OF 763, caixa 30, 1999). Ademais, participaram do lançamento do CBERS 1 o Ministro Ronaldo Sardenberg; o presidente da AEB Luiz Gylvan Meira; o diretor do INPE Márcio Nogueira (OF 742, caixa 30, 1999); o ex-Ministro Israel Vargas, que, mesmo não exercendo mais o cargo no MCT, foi convidado pelas autoridades chinesas (OF

701, caixa 30, 1999); Carlos Eduardo Santana, gerente geral do CBERS no INPE; Luiz Bueno, gerente técnico; e José Raimundo Braga Coelho, gerente administrativo (OLIVEIRA, F., 2009, p. 51).

Retornando ao tópico da expansão do programa CBERS, em 2000, houve visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da China ao Brasil e foi assinado o Protocolo sobre a expansão da cooperação espacial, mas ainda de cunho generalista e demandando maiores detalhes sobre os procedimentos a serem tomados no desenvolvimento da cooperação (MG 742, caixa 31, 2000). Na ocasião dessa vinda ao Brasil, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da China realizou visita ao MCT, na qual, além do Ministro Sardenberg, havia autoridades do INPE e da AEB. O lado chinês expressou o significado político da cooperação sino-brasileira³⁴² e o Brasil, por meio de Sardenberg, mencionou a relevância da continuidade da cooperação e da identificação de novas áreas cooperativas espaciais, como a mudança climática (MG 750, caixa 31, 2000).

Assim, após a assinatura do Protocolo sobre a extensão da cooperação no ano 2000, tem-se o início de viagens de atores brasileiros para estabelecer os termos da expansão. Dessa forma, em janeiro de 2001, pode ser relatada a visita do presidente da AEB Luiz Gylvan a Pequim, na qual foi realizado o encontro com o presidente da CNSA. Dessa feita, a China expressou o interesse de ampliar a cooperação para abarcar satélites de telecomunicações e de melhorar o uso das imagens do CBERS 1, propondo a criação de uma estação de recepção de imagens do satélite sino-brasileiro na Malásia para monitoramento ambiental (MG 86, caixa 63, 2001). Em agosto de 2001, por sua vez, houve a visita de uma delegação técnica brasileira para tratar da expansão do CBERS e da assinatura de um novo Protocolo mais específico sobre os CBERS 3 e 4, além de reuniões de trabalho promovidas por INPE e AEB com CAST, CNSA, GGWIC e CLTC (MG 677, caixa 28, 2001).

É ainda meritório de discussão, na análise da cooperação sino-brasileira espacial, a evolução tecnológica da cooperação do programa CBERS. Esse debate foi encontrado nas reuniões do INPE, CLTC e CAST a respeito do Relatório de Trabalho sobre os CBERS 3 e 4 em março de 2001. A China, por meio da CAST, expressou interesse em incorporar uma câmara de melhor resolução no CBERS 4, caracterizando sua ampliação tecnológica. No entanto, o

³⁴² Cabe ressaltar que o interesse político chinês na cooperação com o Brasil vai se tornando cada vez mais explícito, especialmente, a partir do descolamento da evolução dos programas espaciais dos dois países. Além disso, o ano 2000 era o momento em que a China planejava estar amplamente inserida no mercado de satélites e alcançar destacados avanços no campo espacial (OF 1267A, caixa 39, 1997). Em associação a esse cenário, pode-se rememorar o reconhecimento brasileiro da necessidade de ampliação das áreas de cooperação, assim como a tentativa de identificação de novos nichos a serem trabalhados.

INPE discordou, afirmando que aumentaria a complexidade do projeto, podendo atrasar cronogramas e dificultar a divisão do trabalho entre as partes. A CAST, então, para manter a continuidade da cooperação, concordou com a postura brasileira (MG 257, 63, 2001).

Depreende-se, assim, à luz do aspecto delineado anteriormente, que o grande questionamento realizado na literatura sobre o tema, a respeito da evolução tecnológica do CBERS, não se deve a uma necessária restrição chinesa e, como expressa o telegrama exposto, estaria muito associado a limitações brasileiras, especialmente relacionadas com a questão orçamentária. Ao mesmo tempo, pode-se notar que a continuidade da cooperação também interessa à China, como se demonstra pela preocupação com os atrasos no cronograma ou com a duração dos satélites em órbita até o lançamento de novos. Corroborando esse ponto, apresenta-se o interesse da CNSA, manifestado em julho de 2001, em torno da conclusão da negociação dos CBERS 3 e 4, a fim de reduzir o intervalo entre os CBERS 2 e 3 e evitar a descontinuidade no uso de imagens dos satélites por entidades privadas e terceiros países (MG 756, caixa 63, 2001).

Quanto aos interesses da China com o CBERS à época, é possível reforçar que as autoridades chinesas consideravam o acordo muito importante, especialmente, como já posto, em sua perspectiva política, por ser um modelo de cooperação entre países em desenvolvimento. Adicionalmente, agrega-se a vontade da China de dar viabilidade econômica à iniciativa CBERS (MG 207, caixa 68, 2002). O Brasil, a seu turno, também reconhece o forte significado político do CBERS e sua simbologia na parceira estratégica sino-brasileira e, ainda, ressalta a relevância no desenvolvimento econômico e de ciência e tecnologia de ambos os países (MG 439, caixa 68, 2002).

Dessa forma, considerando a ação brasileira e chinesa na promoção do CBERS, tem-se, do lado chinês, uma postura notadamente finalística, ligada aos prazos e à organização da cooperação, sendo explicitada, por exemplo, na solicitação de visita ao Brasil pela COSTIND e na reverberação da importância da assinatura do ajuste complementar sobre a extensão do CBERS (MG 567, caixa 68, 2002). Pode-se também citar a proposta chinesa de criação da Comissão de Coordenação e do Comitê Conjunto do CBERS, de acordo com o Protocolo complementar de expansão do programa, assinado em novembro de 2002 (MG 217, caixa 77, 2003; OLIVEIRA, F., 2009).

A postura brasileira, por sua vez, destaca-se como de ampla atuação diplomática e propositiva, conforme se nota da sugestão de protocolo na área de aplicações de satélites (MG 219, caixa 77, 2003), o qual se encontrava em avaliação pela COSTIND (MG 530, caixa 77, 2003). É possível ainda reforçar o ativismo brasileiro, quando se analisa que, em 2002, mesmo

com o surto da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SAR) na China e com a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de evitar o país, houve a manutenção de uma equipe técnica do INPE para a continuação das atividades de desenvolvimento do CBERS 2 (PEREIRA, ENTREVISTA, INPE, 2018).

Para finalizar os fatos da primeira fase no campo da cooperação via CBERS, destaca-se ainda a preparação para o lançamento do CBERS 2, circunstância na qual a COSTIND esperava que houvesse a assinatura do Comitê Conjunto e da Comissão de Coordenação referentes ao Protocolo de Expansão de 2002³⁴³ (MG 530, caixa 77, 2003). Aponta-se, por fim, o lançamento do CBERS 2 em 21 de outubro de 2003 (OLIVEIRA, F., 2009).

Conclui-se, dessa primeira fase do CBERS (1989-2003), que há diferentes momentos vividos. Inicialmente, tem-se o breve entusiasmo do acordo recém-assinado por ambos os lados, mas as dificuldades políticas e econômicas para o encaminhamento do CBERS, com o governo Collor e as mudanças do MCT do lado brasileiro, bem como com o massacre da Praça da Paz Celestial na China em junho de 1989, trouxeram empecilhos para a manutenção do projeto. Todavia, é fundamental referendar o importante papel diplomático brasileiro, estimulando a cooperação em um momento crítico e de indução chinesa reduzida.

Na sequência, já no governo Itamar Franco e, de forma ainda mais aprofundada, durante a Presidência de Fernando Henrique, houve um forte estímulo para a cooperação advindo de diferentes atores, com destaque para o MCT, MRE (Embaixada do Brasil na China³⁴⁴), AEB e INPE. Sendo assim, a ideia de expansão do CBERS foi energicamente defendida, na busca da continuidade da cooperação. O governo chinês, por sua vez, manteve seu interesse no CBERS, porém esse passou para a esfera mais política do que tecnológica, principalmente no final dos anos 1990 e início dos 2000, tendo em vista o crescente desenvolvimento tecnológico do país.

Desse modo, a influência de ambos os lados para a continuidade do CBERS foi fundamental. Enquanto o Brasil tinha uma forte atuação na negociação de acordos expansivos do CBERS, como para aplicações de dados e imagens e no desenvolvimento dos CBERS 3 e 4, houve também uma postura finalística e organizativa da China, atenta a cronogramas, vida útil dos satélites, a qual garantia o prosseguimento do CBERS de forma continuada.

³⁴³ A estrutura organizacional do CBERS engloba a Comissão de Coordenação, que representa o nível mais alto de tomada de decisão e que promove políticas gerais, objetivos de longo prazo, etc.; e o Comitê Conjunto do Programa CBERS – JPC –, que coordena as quatro ações dos segmentos do projeto (desenvolvimento do satélite, telemetria, lançamentos e aplicações), bem como gerencia orçamento, cronograma, planejamento, dentre outras questões técnicas.

³⁴⁴ A Divisão de Mar, Antártica e Espaço do MRE não aparece como ator relevante na indução do CBERS.

Portanto, é fundamental expressar a capacidade diplomática e negociadora do Brasil no relacionamento sino-brasileiro na esfera de satélites, embora o processo de implementação dos acordos, ao longo do CBERS, tenha sido mais lento e problemático, mesmo com a reconhecida capacidade técnica do INPE. Os aspectos financeiros e burocráticos do país podem, de algum modo, explicar essa disparidade entre negociação e implementação. A China, por outro lado, mostrava-se mais cautelosa, preocupada com os lançamentos já programados, mas sem deixar de avaliar as propostas brasileiras e dar aval para o prosseguimento da cooperação.

Por fim, diante de todas as ações brasileiras em prol da cooperação, analisadas no decorrer deste tópico, é imprescindível referendar a importância de várias figuras na condução dessa primeira fase do CBERS, como o Embaixador Roberto Abdenur, o Ministro Israel Vargas, o Ministro Ronaldo Sardenberg, José Raimundo Braga Coelho do INPE, o presidente da AEB Gylvan Meira Filho e o diretor do INPE Márcio Nogueira. Passa-se, então, na próxima seção, à compreensão da segunda fase do CBERS.

4.7.5.3.3. Fase II do CBERS (2004-2018)

A segunda fase do CBERS é definida temporalmente por marcar o desenvolvimento da nova geração de satélites. Formalmente, desde 2002, com o Protocolo complementar de extensão assinado, teria início esse segundo momento da cooperação. No entanto, como o CBERS 2 só foi lançado em 2003 e ainda se observava a preparação e a organização dos CBERS 3 e 4, optou-se por estabelecer o ano de 2004 como marco para a análise desta segunda etapa do relacionamento sino-brasileiro na construção de satélites de recursos terrestres.

Sendo assim, considera-se o ano de 2004 como fundamental na interação espacial entre Brasil e China, tendo em vista a visita do então Presidente Lula ao Estado chinês em 24 de maio, na qual havia a expectativa da assinatura de um ato sobre uso e distribuição de imagens do CBERS 2, além do Memorando que criaria a COSBAN (MG 446, caixa 67, 2004). Realmente esses dois pontos foram materializados (OLIVEIRA, F., 2009; MRE/China³⁴⁵), reforçando a cooperação espacial e, especificamente, o programa CBERS.

Antes da referida visita presidencial, em março de 2004, houve a vinda do Ministro de Estado chinês ao Brasil, sendo recebido pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Ao tratar do CBERS, Amorim destacou que o Brasil tinha interesse em celebrar um acordo para

³⁴⁵ Ficha país. China. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=4926:republica-popular>>. Acesso em: 30 maio 2018.

venda e doação de imagens a terceiros países e que, no caso da África, seria favorável à doação (MG 260, caixa 67, 2004). Aponta-se a reiteração do interesse brasileiro em acordo sobre o uso de imagens e também o início da campanha, a partir da perspectiva do Brasil, para a difusão de imagens gratuitas aos países africanos, ponto esse que, mais tarde, foi consubstanciado no *CBERS for Africa*.

O trabalho diplomático da Embaixada do Brasil na China destaca-se nos preparativos da visita presidencial e no direcionamento da cooperação espacial, como será pontuado em diferentes momentos da análise da segunda fase do CBERS. Sendo assim, tem-se a reunião do Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto com representantes da CNSA e da COSTIND em maio de 2004, na qual a parte chinesa debateu aspectos da visita do Presidente Lula à China, a possível assinatura do protocolo de aplicações de imagens e o interesse no envio de missão ao Brasil para a preparação das reuniões do Comitê Conjunto e da Coordenação do CBERS e para a conclusão do relatório de trabalho do CBERS 3 e 4 (MG 521, caixa 67, 2004).

Nesse mesmo encontro, o lado chinês pontuou as áreas de interesse na expansão da cooperação espacial, sendo elas: ciências espaciais, satélites de telecomunicações, monitoramento de desastres naturais e meteorologia. A explicitação dessas áreas se deu em virtude da visita do presidente da AEB Luiz Bevilacqua, em novembro de 2003, na qual houve manifestação de vontade brasileira em ampliar a cooperação para além do CBERS (MG 521 e 141, caixa 67, 2004).

Além da já citada ida do Presidente Lula à China, houve também a visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, em novembro de 2004, quando foi assinado o acordo complementar para a produção do CBERS 2B e o acordo adicional sobre aplicações do CBERS (MG 975, caixa 68, 2004). Mais uma vez, nota-se a ação chinesa no sentido de garantir a continuidade da geração de imagens do CBERS, como foi explicitado na análise da primeira fase do programa. Acrescenta-se ainda que, nessa ocasião, Hu Jintao realizou visita ao INPE, fazendo menção à parceria bem-sucedida sul-sul em alta tecnologia (MG 1161, caixa 68, 2004).

À luz do exposto, constata-se que as trocas de visitas presidenciais e o movimento diplomático de ambos os lados foi primordial para o aprimoramento e continuidade da cooperação do programa CBERS. Além disso, a possibilidade de acesso nacional a imagens do CBERS (China e Brasil) assim como o compartilhamento com outros países (OLIVEIRA, F., 2009) ampliaram a visibilidade do programa.

Em 2005, por sua vez, apesar dos contatos e da manutenção das atividades cooperativas, houve certa redução da intensidade relacional entre os dois países, se comparada com os constantes fluxos no ano de 2004. Sendo assim, o diálogo entre as instituições brasileiras e

chinesas ligadas ao projeto CBERS se mantêm, como se nota do convite da CNSA para AEB e INPE, a fim de realizar a 3ª Reunião do Comitê Conjunto CBERS em Pequim, cuja agenda envolvia discussões distintas a respeito dos CBERS 2, 2B, 3 e 4 (MG 1198, caixa 82, 2005).

Citam-se ainda como relevantes as mudanças nas direções do INPE e do MCT. Em dezembro de 2005, assumiu o comando do INPE Gilberto Câmara, responsável pela política de acesso dos dados de satélites quando era coordenador de observação da terra da mesma instituição. No MCT, em julho do referido ano, o ex-presidente da FINEP, Sergio Machado Rezende, assumiu o cargo de Ministro (OLIVEIRA, F., 2009).

Em 2006, houve a abertura do livre acesso às imagens do CBERS, via Internet, para a América Latina (OLIVEIRA, F., 2009). A mesma política já era posta pelo lado brasileiro como pertinente para ser implantada na África e, em março de 2007, o presidente da CNSA deu aval à proposta, anunciando, em conjunto com o Brasil, o *CBERS for Africa*, na reunião do Grupo de Observação da Terra na África do Sul, em novembro do mesmo ano (OLIVEIRA, F., 2009; MG 565, caixa 95, 2008).

Também em 2007, é válido mencionar o lançamento do CBERS 2B, que ainda possuía desigualdade no investimento feito pelos dois países, sendo 30% para o Brasil e 70% para a China. Durante o evento, o Ministro Sergio Rezende, o diretor do INPE Gilberto Câmara, diretores da AEB e coordenadores do programa CBERS no INPE participaram do lançamento (OLIVEIRA, F., 2009). No mesmo ano em análise, podem ser observadas discussões sobre a ampliação da cooperação sino-brasileira em satélites, como apontam Fabíola de Oliveira (2009, p. 65), ao referendar que esse debate ocorreu dias antes do lançamento do CBERS 2B, e Soares³⁴⁶ (2007), ao noticiar a proposta do Ministro Sergio Rezende de desenvolvimento de dois novos satélites, sendo um deles voltado para controle de voos de aeronaves.

Dando sequência à análise temporal, em 2008, observam-se os desdobramentos do CBERS 3 e 4, bem como do projeto *CBERS for Africa*. Assim, é citada a conclusão dos trâmites internos na China do Protocolo de Aplicações para a Continuidade da Cooperação de 2002, bem como a ida de representante do INPE à China para uma reunião técnica sobre o CBERS 3, na qual poderia ser discutido também o *CBERS for Africa* (MG 389 e 497, caixa 95, 2008).

Mais especificamente sobre o *CBERS for Africa*, é válido apontar, nos arquivos do Itamaraty, uma discussão sobre o comportamento ambíguo da China, a respeito da cobrança às autoridades africanas para a instalação de estações de recepção de imagens, de forma díspar dos entendimentos iniciais sino-brasileiros. Diante desse quadro, o então diretor do INPE, Gilberto

³⁴⁶ Disponível em: <<http://www.sindct.org.br/?q=node/764>>. Acesso em: 30 maio 2018.

Câmara, solicitou à CNSA e à CRESDA a possibilidade de assumir, em nome da parceria sino-brasileira, os custos para instalar estações de recepção de imagens do CBERS na África e para viabilizar a assinatura dos termos de disseminação de imagens para quatro países africanos (MG 565, caixa 95, 2008)³⁴⁷.

O ano de 2009, a seu turno, foi marcado por mais dinamismo, em decorrência de uma nova visita do Presidente Lula à China. Ao mesmo tempo, mais uma vez é fundamental expressar o trabalho diplomático no contexto da viagem de Lula à China, bem como o da AEB e do INPE. Sendo assim, o Embaixador Clodoaldo Hugueneu promoveu encontros e reuniões com a CNSA e a CAST, expressando o desejo do Brasil de intensificação da cooperação, por meio da continuidade, internacionalização e ampliação da cooperação. Apresentou o interesse do Brasil em promover a construção do CBERS 5 e 6 e em avançar para uma nova família de satélites com tecnologias de radar. Ressaltou ainda a necessidade de assinatura de instrumentos jurídicos, como sobre o *CBERS for Africa* (MG 302, caixa 134, 2009).

Corroborando a discussão já apresentada em outros momentos, a China demonstrou que, antes da ampliação da cooperação, seria necessário cumprir o cronograma dos CBERS 3 e 4, além de ser importante um debate técnico sobre o desenvolvimento da nova família de satélites. Pondera-se também que, na conversa do Embaixador Hugueneu com a parte chinesa, essa não manifestou qualquer compromisso com a ampliação da cooperação naquele momento (MG 302, caixa 134, 2009).

Ainda antes da visita Presidencial, aponta-se a realização da VI Reunião do Comitê Conjunto do Programa CBERS – JPC– em Pequim, na qual foi discutida a distribuição de imagens pelo Brasil e pela China, com a concordância de manter a continuidade do CBERS 5 e 6. É pertinente ressaltar como um dos dados explicitados na referida reunião que, em 2008, a China usou bem mais as imagens do CBERS que o Brasil, distribuindo 210 mil imagens, enquanto que, do lado brasileiro, esse número foi de aproximadamente 80 mil (MG 379, caixa 134, 2009).

Nessa reunião do JPC, foi apontada a existência de estações de recepção de imagens na África prontas e houve a proposição do estabelecimento de novas no Quênia e nas Ilhas Canárias. Outro ponto fundamental foi a ideia chinesa de realização do CBERS 2C, caso o CBERS 2B falhasse antes de o terceiro entrar em operação. O Brasil, no entanto, ressaltou a dificuldade orçamentária para desempenhar tal atividade, se necessário (MG 379, caixa 134, 2009).

³⁴⁷ Não há informações precisas nos anos seguintes dos arquivos coletados do Itamaraty sobre como se deu a construção das bases de recepção de imagens na África.

Cabe ainda informar que a pauta sobre a continuidade do CBERS mantém-se na ordem das discussões, como se visualiza na proposta da AEB para a assinatura de um acordo sobre o tema durante a visita de Lula à China (MG 542, caixa 134, 2009). Embora o acordo sobre os CBERS 5 e 6 não tenha sido estabelecido na presença de Lula no Estado chinês, em maio de 2009, foram assinados memorandos sobre a recepção do satélite CBERS nas Ilhas Canárias, África do Sul e Egito, bem como um Protocolo sobre a continuidade, a expansão e as aplicações do CBERS, a fim de possibilitar a recepção de dados de satélites chineses HJ-1A e HJ-1B na estação de Cuiabá/Brasil, operada pelo INPE (INPE, 2009³⁴⁸; MG 699, caixa 135, 2009).

Acrescenta-se também que, como resultado dos acordos estabelecidos em maio de 2009, ficaram pendentes os termos específicos da recepção de dados chineses e da nova política de dados do satélite CBERS (INPE, 2009). Nesse sentido, tem-se o papel propositivo do Brasil sobre o memorando de entendimento a respeito da política de dados CBERS submetido à CRESDA (MG 700, caixa 135, 2009).

A CNSA, por sua vez, solicitou variadas reuniões no Brasil paralelas à II COSBAN; no entanto, como esse encontro foi adiado, a visita da instituição seria mantida apenas ao INPE (MG 1228 e 1269, caixa 135, 2009). A AEB e o INPE tinham expectativa de garantir, com essa visita, a família de satélites CBERS 5 e 6, o salto tecnológico e a assinatura de instrumentos da política de dados e da recepção de imagens de satélites chineses (MG 1228, caixa 135, 2009).

Em 2010, a Embaixada do Brasil na China propôs, como agenda para a visita do INPE, a reflexão sobre o relacionamento com novos atores chineses no campo espacial, como a CAS e a NSMC/CMA, assim como a atualização do *CBERS for Africa* e a assinatura de novo acordo para a recepção de imagens do CBERS 3 na África (MG 1079, caixa 186, 2010). Nesse ponto, ilustra-se, mais uma vez, o exercício diplomático para o fortalecimento da cooperação espacial sino-brasileira.

Dando sequência à análise, em 2011, houve a visita de Estado à China, desta feita, pela Presidente Dilma Rousseff, que participou do 1º Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação. Como resultado positivo desse evento para a área espacial, explicita-se o reconhecimento da elevada importância da cooperação entre os dois países, bem como a realização de consultas em torno da continuidade do programa CBERS (MG 511, caixa 196, 2011).

Corroborando o exposto, Dilma, em discurso de abertura do evento, explicitou claramente o interesse brasileiro de manter o CBERS para além de 2014, assim como citou a

³⁴⁸ Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1828>. Acesso em: 31 maio 2018.

relevância de acelerar o lançamento do CBERS 3, de incorporar as ações de clima espacial, de aplicação de dados de satélites meteorológicos e de observação da terra (ROUSSEFF, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011³⁴⁹).

Ademais, foram à China também, nesse período, o diretor do INPE Gilberto Câmara e o Ministro Aloizio Mercadante, os quais visitaram a CAS a fim de instigar a cooperação nas áreas de observação da terra, aplicações de sensoriamento remoto e clima espacial. A delegação do MCT encontrou-se ainda com a CAST, instituição essa que já é tida como essencial na cooperação bilateral de satélites (AEB, 2011³⁵⁰).

Frente aos vários tópicos abordados até então sobre o programa CBERS, é de extrema valia para esta pesquisa relatar as constatações da Embaixada do Brasil na China sobre o estado da cooperação em satélites e as perspectivas para o ano 2011, pois funciona como um bom resumo analítico. Inicialmente, foi exposto que a parceria “assimétrica” se encontrava em momento delicado, já que era necessário garantir a continuidade dos CBERS 5 e 6, promover o salto tecnológico, continuar instigando a internacionalização de imagens – já havia, à época, cinco estações de recepção de imagens na África, mas era necessário consolidar o *CBERS for Africa* – e expandi-la também para a América Latina (MG 801, caixa 196, 2011).

Além disso, foram relatados dilemas a serem enfrentados do lado brasileiro, tais como atrasos reiterados nos cronogramas da construção dos satélites, dificuldades de impactar na disposição das altas autoridades chinesas em concordar com a linha de cooperação proposta pelo Brasil e o adiamento da decisão chinesa sobre o futuro da cooperação, condicionando-o ao lançamento do CBERS 3 (MG 801, caixa 196, 16/06/2011). Poderia ser acrescentada ainda a complexidade da cadeia de comando e decisão da área espacial chinesa, conforme relata o Embaixador Clodoaldo Hugueney em telegrama de 2009 (MG 620, caixa 134, 2009), bem como o crescimento da CAST, que se comporta como empresa, passando a ter um interesse mais limitado na realização de satélites com o INPE (MG 801, caixa 196, 2011).

Por outro lado, é apontada a percepção da confiança chinesa no CBERS e o interesse em ampliar a cooperação. São ainda reforçadas as estratégias brasileiras, já referendadas, para ampliar o escopo da cooperação, como a ideia de estabelecer novos acordos com outras instituições chinesas (MG 801, caixa 196, 2011). A visita Presidencial de Dilma foi posta como uma oportunidade para relançar as discussões sobre a continuidade da cooperação (MG 801,

³⁴⁹ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-do-dialogo-de-alto-nivel-brasil-china>>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁵⁰ Disponível em: <<http://portal-antigo.aeb.gov.br/area-espacial-e-tema-de-discussao-durante-visita-da-presidente-dilma-a-china/>>. Acesso em: 31 maio 2015.

caixa 196, 2011), assim como as visitas brasileiras vindouras. Por fim, no relatório da Embaixada do Brasil em Pequim, apontou-se também a importância da COSBAN como meio de garantir oportunidades de avanços concretos na cooperação, bem como a ideia, advinda do lado brasileiro, de desenvolvimento de um satélite do BRICS, de acordo com a proposição do Ministro Aloizio Mercadante (MG 801, caixa 196, 2011).

É pertinente ressaltar que muitos dos desafios brasileiros no relacionamento com a China no setor de satélites e no CBERS, citados por Clodoaldo Hugueney, mantêm-se até o ano de 2018, tais como atrasos no lançamento dos satélites, assimetria dos atores e garantia da continuidade da cooperação. Além disso, apesar de encontros, visitas e acordos estabelecidos, assevera-se, com base nos relatórios de gestão dos Embaixadores do Brasil na China, Valdemar Carneiro Leão Neto, Roberto Jaguaribe e Marcos Caramuru, de 2012 a 2018, uma ausência de grandes mudanças ou avanços na cooperação espacial sino-brasileira e, especialmente, no CBERS, tendo em vista que os desafios postos para 2011 ainda são uma constante no cenário atual (2018). O desenvolvimento tecnológico brasileiro, no entanto, não pode deixar de ser mencionado, como se pontua com a produção da primeira câmara para satélite inteiramente realizada no Brasil, integrando o satélite CBERS 3³⁵¹ (INPE, ago. 2012³⁵²).

Dessa forma, fazendo relato de fatos importantes seguintes ao ano 2011, pode-se ressaltar, em junho de 2012, o encontro da Presidente Dilma com o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao na Rio +20, momento no qual houve a reafirmação da parceria espacial, concordância com os esforços para o lançamento dos CBERS 3 e 4, em 2012 e 2014, respectivamente, e estímulo da distribuição internacional de imagens (INPE, jun. 2012³⁵³).

Em julho de 2012, aponta-se ainda a visita do diretor do INPE, Leonel Perondi, junto com o Ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Raupp, e o presidente da AEB, José Raimundo Coelho, para discutir na China a continuidade do programa CBERS. Na ocasião, eram previstas reuniões com a CAST, a CNSA e o centro espacial chinês, no qual se encontrava o CBERS 3 (INPE, jul. 2012³⁵⁴).

Em 2013, ocorreu o lançamento do CBERS 3, em 9 de dezembro, com a presença, dentre outros, do diretor do INPE, Leonel Perondi, do coordenador de segmento espacial do CBERS,

³⁵¹ Quanto a esse ponto, Pereira (ENTREVISTA, INPE, 2018) estabelece a importância do desenvolvimento da câmara MUX e do gravador digital de dados, os quais nunca antes tinham sido produzidos no Brasil.

³⁵² Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3009>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁵³ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2964>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁵⁴ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2974>. Acesso em: 31 maio 2018.

Antônio Carlos de Oliveira Pereira Júnior, e do chefe de controle e rastreio do INPE, Pawel Rozenfeld (INPE, 2013³⁵⁵).

Em junho de 2014, depreendeu-se a reunião da Subcomissão Espacial da COSBAN, na sede do INPE no Brasil, para discutir a viabilidade da missão do CBERS 4A e a continuidade do programa sino-brasileiro de satélites com o desenvolvimento dos CBERS 5 e 6 (INPE, jun. 2014³⁵⁶). Destaca-se ainda a reunião do Comitê Conjunto do CBERS, na qual foram discutidos os seguintes aspectos: o lançamento do CBERS 4 para dezembro de 2014, a proposta do satélite CBERS 4A, alguns pontos preliminares sobre CBERS 5 e 6 e uma possível cooperação para o monitoramento ambiental com o uso do satélite *Synthetic-Aperture Radar* (SAR) (INPE, set. 2014³⁵⁷). Finalmente, destaca-se o lançamento do CBERS 4 quase um ano depois do CBERS 3, em 7 de dezembro de 2014 (INPE, dez. 2014³⁵⁸).

Dando continuidade aos detalhamentos factuais, pondera-se o seguimento de mais reuniões do lado técnico e, em abril de 2015, deflagra-se a apresentação da proposta técnica do CBERS 4A, realizada no Brasil para a CNSA e a AEB, com base nos estudos conduzidos e finalizados pelo INPE e pela CAST (INPE, abr. 2015³⁵⁹). Desse modo, em abril de 2015, foi assinado o Protocolo sobre o CBERS 4A, no qual a divisão de tarefas e os custos de montagem, integração, teste e lançamento seriam divididos igualmente entre Brasil e China. O novo satélite teria características muito semelhantes ao CBERS 3 e 4, como sistema de rastreamento, telemetria e controle.

Ainda em 2015, após a reunião da VI Sessão da COSBAN, o vice-Presidente Temer declarou a importância da parceria sino-brasileira espacial, afirmando que cinco satélites já haviam sido lançados e existiam planos para novos lançamentos (INPE, jun. 2015³⁶⁰). Em agosto do mesmo ano, uma nova reunião técnica ocorreu, dessa feita, entre especialistas do INPE e da CAST a respeito do CBERS 4A (INPE, ago. 2015³⁶¹). Para concluir os aspectos notórios sobre o CBERS no ano de 2015, cita-se que o INPE assumiu o comando do CBERS 4,

³⁵⁵ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3470>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁵⁶ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3629>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁵⁷ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3698>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁵⁸ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3796>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁵⁹ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3861>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁶⁰ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3910>. Acesso em: 31 maio 2018.

³⁶¹ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3959>. Acesso em: 31 maio 2018.

passando a ser responsável por monitorar o estado do satélite e seu controle em órbita (INPE, nov. 2015³⁶²).

Em 2016, a seu turno, as reuniões técnicas para discutir atividades relacionadas ao programa CBERS e, especificamente, sobre o CBERS 4A também foram realizadas, como se nota do encontro de técnicos brasileiros e chineses no INPE em novembro do ano em análise (INPE, nov. 2016³⁶³). O relatório da gestão do Embaixador do Brasil na China, Marcos Caramuru (2018), revela que, na IV Reunião da Subcomissão de Cooperação Espacial em dezembro de 2016, foi analisada a situação da órbita do CBERS 4, discutida a importância de lançamento do CBERS 4A e ainda houve consenso para a finalização do laboratório conjunto sobre clima espacial.

Em 2017, depois da visita de Estado de Temer à China, é válido destacar que foram assinados vários atos, mas nenhum a respeito da cooperação sino-brasileira de satélites e em torno do CBERS (MRE, Nota 296, set. 2017). Por fim, o lançamento do CBERS 4A, que estava previsto para 2018, foi adiado para 2019 e ainda não foram assinados atos específicos sobre os CBERS 5 e 6. A cooperação China-Brasil em clima espacial está em andamento e as iniciativas em torno da constelação BRICS ainda estão em seus passos iniciais, como já foi apontado em outra parte deste capítulo.

Portanto, no quadro geral da cooperação de 2004 a 2018, tem-se um processo continuado de ativismo político brasileiro, embora desacelerado em tempos mais recentes, e de um papel técnico constante. O setor industrial, entretanto, não apareceu em nenhum momento como indutor da cooperação espacial e Raupp (ENTREVISTA, 2018) reforça o exposto, apontando a ausência de um grande peso na condução da cooperação por parte das indústrias espaciais brasileiras. Do lado chinês, depreende-se o notório interesse na cooperação, apesar dos receios com a expansão, em virtude, especialmente, dos atrasos no cronograma de lançamento.

Detalhando ainda mais o comportamento brasileiro no relacionamento, destacam-se o interesse e as tentativas diplomáticas de expansão da cooperação com a promoção de dados de satélites, novos contatos institucionais e sugestões de temas cooperativos e da ideia de construção dos CBERS 5 e 6. No entanto, verificou-se que, depois da gestão do Embaixador Clodoaldo Huguene e do início do governo Dilma Rousseff, poucos aspectos determinantes e

³⁶² Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4042>. Acesso em 31 maio 2018.

³⁶³ Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4342>. Acesso em: 31 maio 2018.

fundamentais da cooperação sino-brasileira de satélites avançaram, havendo certa redução do forte estímulo diplomático dos anos anteriores.

Sendo assim, o lado técnico da cooperação tem tido mais destaque, havendo necessidade de uma atuação política mais incisiva no presente momento para garantir avanços na cooperação espacial sino-brasileira. Além disso, como já foi asseverado, praticamente os mesmos desafios são ainda enfrentados do lado brasileiro, como os orçamentos e os atrasos dos lançamentos de satélites, sem dúvida, dificultando o processo cooperativo.

De toda forma, conclui-se que a cooperação sino-brasileira de satélites continua e tende a se manter, apesar dos dilemas político-orçamentários brasileiros, porque há interesse de ambos os lados. Além disso, houve a ampliação do CBERS, a promoção da visibilidade do programa, a existência de uma diplomacia brasileira atuante, especialmente pautada no trabalho da Embaixada do Brasil na China, um corpo técnico especializado, competente e ativo e visitas de alto nível, que fortaleceram a cooperação.

Por fim, é válido mencionar a rede de atores individuais que promoveu o acordo cooperativo e teve um papel relevante no seu incentivo em diferentes momentos do CBERS, ou seja, negociação, fase I ou II. Nessa última, destacam-se algumas figuras, sem prejuízo de outras, como Gilberto Câmara, o Ministro Sergio Machado Rezende, o Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto, José Raimundo Coelho (INPE/AEB), o Ministro Marco Raupp, o Ministro Celso Amorim e o Embaixador Clodoaldo Hugueneu.

4.7.5.4. Fases do CBERS e análise de política externa

Diante da análise das três fases do CBERS anteriormente realizada, observa-se, em geral, uma perspectiva de dupla indução da cooperação, ou seja, tanto do lado brasileiro, quanto do chinês. Esse aspecto é pertinente de ser ressaltado porque se conecta com a lógica sul-sul de ação dupla. No entanto, é válido pontuar que se nota um papel mais propositivo do lado brasileiro e mais finalístico e organizativo do ponto de vista chinês. O INPE tem uma atuação constante na promoção do acordo, demonstrando a relevância do trabalho técnico, do mesmo modo que as instituições chinesas, como CAST, CNSA e CRESDA.

No que se refere à negociação do CBERS (1982-1988), tem-se a importância de atores individuais, como o Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva e o Ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer, mas também se destaca o papel institucional do INPE, das Forças Armadas, do MCT e do MRE.

É pertinente referendar ainda que, na fase I do CBERS (1989-2003), vivenciam-se dois momentos distintos: a) um período de indução interna fracionada do acordo e também marcado por uma perspectiva de condução externa reduzida, em virtude de questões políticas em ambos os países, entre 1990 e 1992; b) e outro seguido de um novo estímulo à cooperação, com maior engajamento dos atores brasileiros na interação cooperativa.

Sendo assim, no primeiro momento, tem-se um papel individual fundamental, tendo em vista que não havia uma visão unânime sobre a continuidade do CBERS no âmbito institucional e governamental. Destaca-se a atuação do Embaixador do Brasil na China Roberto Abdenur. O MRE e o INPE foram fundamentais para a garantia do CBERS nesse momento. Posteriormente, nota-se o retorno da atuação do MCT e a inclusão de novos atores importantes, sendo eles: a AEB e a FINEP, em associação com personalidades de peso político e uma constante atuação do INPE e do MRE.

Por fim, na fase II do CBERS (2004-2018), tem-se a mesma multiplicidade de atores, com destaque para o ativismo diplomático brasileiro, especialmente durante os governos Fernando Henrique e Lula da Silva, além das importantes visitas presidenciais, que reforçaram o acordo. No cenário mais recente da cooperação, envolvendo os governos Dilma Rousseff e, especialmente, Michel Temer, acredita-se na redução do dinamismo diplomático a favor do CBERS, uma vez que, entre 2012 e 2018, houve poucas ações propositivas brasileiras relacionadas com o CBERS e muitos dos tópicos em discussão ainda são os mesmos traçados em anos anteriores. A cooperação em clima espacial e a ideia da constelação BRICS são as grandes novidades, estando essa última ainda em fase bastante inicial e a primeira em processo de desenvolvimento.

A China, por sua vez, em todas essas fases retratadas, também promoveu a cooperação por meio do CBERS, embora às vezes reticente com a conclusão de etapas anteriores e com o cumprimento das obrigações brasileiras no acordo. Portanto, reforça-se que, em praticamente todos os momentos, é visível a indução brasileira e a chinesa na condução do CBERS. O Quadro 4.4 a seguir ilustra as características debatidas até então sobre o CBERS.

Quadro 4.4 - Características do CBERS

Iniciativa brasileira	Sim
Montante financeiro envolvido	Difícil precisão - Entre 2001 e 2015, o Brasil investiu em desenvolvimento de satélites aproximadamente R\$ 1,2 bilhão e com lançamento R\$ 107,7 milhões (AEB, 2017).

Participação do MRE	Forte (atuação destacada de Embaixadores e da Divisão de Ciência e Tecnologia da Embaixada do Brasil em Pequim)
Indução chinesa	Forte (novos interesses e relativa redução no tempo)
Fator econômico	Fraco (estímulo ainda reduzido do setor industrial brasileiro em decorrência do acordo, ausência de um movimento indutor do CBERS pela esfera industrial brasileira, acordo mais centrado na cooperação entre entes públicos, as imagens dos satélites foram, em geral, disponibilizadas gratuitamente)
Resultado da cooperação	Forte (Lançamento dos satélites, cooperação em outras áreas espaciais)
Grau de cooperação	Alto (elevada participação de atores, resultados alcançados, continuidade)
Movimento dos atores de política externa brasileiros	Forte (MRE, MCTIC, AEB, INPE)
Número de atores brasileiros envolvidos	Alto (Várias personalidades, instituições e Presidentes)

Nota: As caracterizações do quadro acima foram elaboradas com base na análise desenvolvida pela autora e as informações entre parênteses servem para reforçá-las.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados apresentados na tese.

Os pontos supracitados serão analisados em conjunto com os demais projetos no Capítulo 5. Passa-se, então, ao próximo tópico, com a finalidade de se compreender os aspectos ligados à continuidade e ao sucesso do projeto em análise.

4.7.5.5. Continuidade e sucesso da cooperação

Diante de todos os pontos expostos em torno do CBERS, chega-se à última seção a respeito do referido acordo, a qual busca debater sua continuidade e seu sucesso. Por que, então, o CBERS se mantém mesmo diante de distintos governos, lideranças políticas e atores diplomáticos brasileiros?

Como já foi apresentado anteriormente, existe o notório interesse de Brasil e China no CBERS. Do lado chinês, o acordo passou a ter um papel político³⁶⁴ bem mais amplo que o

³⁶⁴ Papel ligado à importância do relacionamento com o Brasil em geral e com as implicações estratégicas e econômicas dessa interação.

tecnológico, mas ainda de grande valia para o país, justificando, assim, as visitas e o estímulo para a sua manutenção. Há a ciência de que, se a China deixasse de ter essa vontade política de cooperação no setor espacial com o Brasil, não seria fácil para o Estado brasileiro estimulá-la por meio de instrumentos de política externa, especialmente pela assimetria econômica e de capacidades no setor entre os dois países.

No entanto, do ponto de vista interno, há, sem dúvida, uma importante atuação de várias instituições, dentre elas, INPE, AEB, MCT, MRE e FINEP, as quais estimulam a cooperação com a China por meio do CBERS. Desses atores, o INPE e o MRE tiveram atuação constante desde o início da cooperação. O relevante papel do Itamaraty na manutenção do CBERS é ressaltado por Gilberto Câmara (2009, p. 80) e Marco Raupp (ENTREVISTA, 2018). É fundamental ainda destacar a importância pessoal dos Embaixadores brasileiros na China e do setor de ciência e tecnologia da Embaixada, que, em diversos momentos, buscaram incitar a cooperação e traçar os meios de o Brasil avançar na interação com a China. A atuação de Roberto Abdenur e de Clodoaldo Hugueneu podem ser destacadas.

Além disso, existe um fator fundamental, que é a formação de rede de atores individuais essenciais para a cooperação, alguns, inclusive, atuando em diferentes fases da cooperação e também em distintas posições, como Celso Amorim, José Raimundo Coelho, Marco Raupp, dentre outros. Sendo assim, as percepções individuais contam para a promoção do CBERS e muitos atores se veem pessoalmente envolvidos com o projeto, como é o caso de Celso Amorim (AMORIM, 2009, p. 8). Segue adiante um quadro resumo (Quadro 4.5) com os atores individuais que se destacaram nas fases do CBERS analisadas, sem prejuízo de outros que podem ser acrescentados.

Quadro 4.5 - Atores individuais relevantes para a continuidade do CBERS

FASES DO CBERS	ATORES DE DESTAQUE
NEGOCIAÇÃO	Ramiro Saraiva, <i>Celso Amorim</i> , Renato Archer, <i>Marco Raupp</i> , Ítalo Zappa, <i>José Raimundo Braga Coelho</i>
FASE I	Roberto Abdenur, Israel Vargas, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, <i>José Raimundo Braga Coelho</i> , Ronaldo Sardenberg, Gylvan Meira, Márcio Nogueira
FASE II	Luís Inácio Lula da Silva, <i>Celso Amorim</i> , Affonso Celso de Ouro-Preto, Gilberto Câmara, Sérgio Machado Rezende, Clodoaldo Hugueneu, Aloizio Mercadante,

	<i>Marco Raupp, José Raimundo Braga Coelho</i>
--	--

Nota: Estão em itálico os atores que aparecem em distintas fases do acordo.

Fonte: Elaboração própria. Grifos nossos.

Diante desses pontos, nota-se que o sucesso e a continuidade do CBERS foram garantidos pela manutenção do interesse dos dois países no acordo e, do lado brasileiro, pelo forte papel diplomático e técnico, por meio do MRE e do INPE, além da relevante formação de uma rede de atores individuais promotores do acordo. Por outro lado, reforça-se a relevância de se ampliar o dinamismo brasileiro mais recente – a partir de 2012 – na promoção do CBERS, a fim de manter o uso das ferramentas de política externa que já vinha sendo promovido ao longo do programa, com visitas presidenciais, ministeriais, técnicas e ativismo diplomático.

Portanto, à luz da percepção geral a respeito do CBERS, três conclusões podem ser aventadas: a) as ações de política externa brasileira foram fundamentais para a promoção da cooperação; b) o setor econômico-industrial teve pouca expressão na condução da cooperação, embora seja um ponto que eleva o aporte do acordo; e c) a atuação externa chinesa foi essencial para a manutenção da cooperação. Desse ponto, pode-se adiantar uma breve consideração sobre a distinção da influência do fator econômico no caso do CBERS e PRODECER, que será aprofundada no Capítulo 5. No próximo tópico, então, ingressa-se na área agrícola de análise da cooperação técnico-científica Brasil-China, a fim de se verificar os acordos estabelecidos e como as relações se desenvolvem, objetivando alcançar uma visão mais ampla sobre a interação cooperativa entre os dois países.

4.8. COOPERAÇÃO AGRÍCOLA TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-CHINA

Nesta seção, passa-se a analisar a cooperação agrícola técnico-científica entre Brasil e China, observando seu delineamento histórico, os acordos desenvolvidos – com foco no LABEX –, os avanços e as dificuldades encontradas no relacionamento. Para embasar as discussões, são utilizados arquivos históricos do Itamaraty de 1995 a 2011 e entrevistas realizadas com pessoas centrais do lado brasileiro no âmbito cooperativo agrícola, especialmente da EMBRAPA. Ainda, é válido mencionar que, como a cooperação espacial sino-brasileira possui uma dimensão bem mais ampla que a agrícola, esse setor será estudado de forma proporcional e condizente com as informações disponíveis e com o desenvolvimento do referido quadro cooperativo.

Desse modo, de forma introdutória, é pertinente ressaltar que Brasil e China são países grandes, com populações vastas, sendo a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola fundamentais para ambos os Estados. Além disso, também possuem instituições de pesquisa no âmbito agrícola reconhecidas internacionalmente, sendo elas a CAAS e a EMBRAPA. Nesse sentido, é possível verificar aspectos que conectam ambos os países para trabalharem juntos no âmbito cooperativo agrícola.

No entanto, a cooperação agrícola entre Brasil e China ainda se encontra em estágio bastante inicial e o aspecto comercial norteia o relacionamento entre os dois países nesse campo, especialmente no que tange à exportação de soja brasileira para o Estado chinês. Dessa feita, a exportação brasileira para a China está, majoritariamente, concentrada no setor agrícola e, mais especificamente, em soja. Sendo assim, em 2016, por exemplo, o total de exportação brasileira de soja para o mundo foi de US\$ 19 bilhões, enquanto que, só para a China, esse valor foi de US\$ 14 bilhões, o que corresponde a 75% do total (TRADE MAP, 2017).

Diante desse quadro, busca-se verificar o movimento da política externa brasileira para a promoção da cooperação agrícola sino-brasileira e a conexão com o quadro atual apresentado no parágrafo anterior. Sendo assim, desde 1995, é possível citar ações brasileiras de indução do relacionamento agrícola, mas com foco no âmbito econômico-comercial, como se destaca da visita do Ministro da Agricultura brasileiro José Eduardo de Andrade Vieira à China em 1995. Na ocasião, também se tinha como objetivo a assinatura de um convênio entre a EMBRAPA e sua congênera na China (MG 548, caixa 35, 1995). Nesse mesmo período, é notório o olhar atento chinês para o desenvolvimento agrícola brasileiro, havendo interesse de investimento externo direto no referido setor (MG 517, caixa 35, 1995).

A cooperação técnico-científica, por sua vez, era vista como uma esfera potencial de desenvolvimento (MG 517, caixa 35, 1995), mas poucas ações eram promovidas no sentido do fortalecimento das relações cooperativas, observando-se mais seminários e workshops com participação da EMBRAPA ou discussões sobre biotecnologia (MG 1411, 990, 786, caixa 35, 1995).

O interesse chinês em grãos e, especificamente, em soja é ilustrado em diferentes momentos nos telegramas do Itamaraty, como se percebe na visita do Primeiro Vice-Ministro da Agricultura Chinês ao Brasil em fevereiro de 1996 (MG 191, caixa 36, 1996). Além disso, havia o interesse na aquisição de terras brasileiras e na obtenção de conhecimento do regime jurídico para a instalação de empresas agrícolas no Brasil, das linhas de financiamento de bancos brasileiros, da concessão de visto a técnicos e das restrições às exportações. Também se deflagra, novamente, a discussão sobre a possível assinatura de um convênio entre a

EMBRAPA e sua congênere chinesa (MG 191, caixa 36, 1996). Ainda em 1996, é relatada a intensificação chinesa na produção agrícola, o investimento em alta tecnologia e a promoção de grãos, tais como trigo, arroz, milho e soja (MG 177Z, caixa 38, 1996).

Observa-se, de 1997 a 2000, uma ausência de informações e possivelmente ações concretas no âmbito cooperativo agrícola. Em 2000, é relatada a complexidade do cenário da cooperação agrícola bilateral, ao ser ressaltada a inquietação das instituições brasileiras da área agrícola sobre as repetidas missões chinesas, que não tinham evoluído para atividades concretas de cooperação técnica, nem trazido qualquer conhecimento sobre as experiências chinesas para compartilhamento (MG 287, caixa 31, 2000).

A EMBRAPA, em telegrama recebido sobre a possibilidade de missão do Instituto de Reforma e Desenvolvimento da China, também reforçou que as missões chinesas anteriores apresentaram resultados unilaterais, uma vez que havia disponibilização de pessoal, conhecimentos e informações do lado brasileiro e isso não se traduzia em projetos e atividades de cooperação (MG 385, caixa 31, 2000).

Essa crítica é muito pertinente porque explica a característica desigual do relacionamento sino-brasileiro agrícola. Esse problema será observado também mais à frente, demonstrando a necessidade de atuação diplomática e governamental brasileira para tentar equilibrar a interação entre ambos os países no setor agrícola e possibilitar a ampliação da cooperação, conduzindo a relevantes ganhos para o Brasil. Ademais, é extremamente questionável que um problema identificado nos anos 2000 ainda esteja presente na interação entre ambos os atores em cenário mais recente, como será exposto em momento oportuno.

Em 2001, é apontado o esforço brasileiro para a cooperação em ciência e tecnologia com a China, aparecendo a área de biotecnologia como uma das que se buscou intensificar a cooperação, por meio do Memorando de Entendimentos sobre Ciência e Tecnologia, de abril de 2001 (MG 1050, caixa 28, 2001). É possível identificar, todavia, que a área agrícola quase não aparece e nem se destaca na pauta de itens prioritários da Embaixada do Brasil na China, sendo os tópicos de comércio agrícola e acordos sanitários os aspectos mais mencionados (MG, 413, caixa 68, 2002). Assim, até esse momento, não foi possível identificar um movimento relevante da política externa brasileira para a promoção da cooperação no âmbito agrícola com a China.

Em 2002, foi realizado contato da EMBRAPA com a CAAS e, no ano posterior, foi assinado um Memorando de Entendimento entre as duas instituições, assim como foi realizada uma visita da CAAS ao Brasil. Em 2004, por sua vez, houve uma missão da EMBRAPA à

CAAS, incluindo a presença de diretores e distintos pesquisadores, dentre eles Alexandre Nepomuceno, o qual foi entrevistado para esta pesquisa (MG 391, caixa 67, 2004).

Em 2005, houve menção sobre a 1ª Reunião do Comitê Conjunto Sino-Brasileiro de Cooperação Agrícola³⁶⁵, mas ainda sem uma agenda muito clara (MG 25 e 49, caixa 81, 2005). Além disso, observa-se o contínuo interesse chinês na soja brasileira, com a manifestação do Ministério da Agricultura chinês sobre possível visita a fazendas de soja e cana-de-açúcar ou cítricos próximas ao Rio de Janeiro (MG 49, caixa 81, 2005). Tem-se ainda a visita do Ministério da Agricultura do Brasil à respectiva instituição na China para negociações sobre comércio de soja, óleo e outros produtos (MG 72, caixa 81, 2005).

Diante dos pontos delineados, nota-se, do lado chinês, o continuado direcionamento da relação bilateral agrícola para o setor econômico-comercial, mas que também era sustentado pelo Brasil, apesar das críticas sobre a não partição de conhecimento chinês e das tentativas de estreitamento de laços entre as instituições de pesquisas dos dois países. Assim, assevera-se que a cooperação técnico-científica ainda era vista como uma possibilidade entre os atores (MG 72, caixa 81, 2005), mas poucas iniciativas tinham sido efetivamente promovidas para o fortalecimento desse tipo de interação.

A primeira grande iniciativa de implementação de acordo entre Brasil e China na área agrícola deu-se em maio de 2005, com a visita de uma delegação da EMBRAPA ao Estado chinês para colocar em prática o programa bilateral de cooperação com a CAAS acordado em 2004, que envolvia as áreas de recursos genéticos vegetais e biologia avançada. Estavam presentes na missão Alexandre Nepomuceno, Maria Fátima Grossi de Sá e Luciano Lourenço Nass, dos quais o primeiro e o último foram entrevistados para fins desta pesquisa. É válido ressaltar o questionamento do Embaixador do Brasil na China à época, Luiz Augusto de Castro Neves, sobre a não disponibilização do texto do referido acordo de 2004 no sistema eletrônico do MRE naquele momento (MG 511 e 607, caixa 82, 2005).

A missão da EMBRAPA era, então, voltada a aprofundar o conhecimento brasileiro sobre o desenvolvimento de recursos genéticos na China, identificar materiais genéticos relevantes para o Brasil e áreas possíveis de cooperação técnica. Também estava sendo pensada a possibilidade de instalação do Laboratório Virtual da EMBRAPA na China – LABEX–, que será analisado, de maneira separada, mais à frente (MG 607, caixa 82, 2005).

Nessa visita à China, novamente se observam questionamentos, do lado brasileiro, em torno das dificuldades de cooperação com os chineses no campo agrícola. Desse modo, foi

³⁶⁵ A ata desse I Comitê de Cooperação Agrícola também foi questionada pelo Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves como não acessível via sistema virtual de acordos do MRE (MG 607, caixa 82, 2005).

apresentado o relato dos cientistas brasileiros supramencionados sobre os obstáculos para se obter, do lado chinês, as amostras de germoplasma adequadas ao interesse científico da EMBRAPA, detidamente para a pesquisa de ferrugem da soja, além do não acesso a maiores conhecimentos sobre as áreas de concentração e o estágio de desenvolvimento das pesquisas no Estado chinês (MG 607, caixa 82, 2005).

De acordo com os pesquisadores brasileiros já apontados anteriormente, das 63 amostras de germoplasma recebidas da China, nenhuma correspondia a variedades de soja adaptáveis às condições brasileiras, enquanto que, das 250 enviadas pela EMBRAPA, 77 foram selecionadas pelos chineses (MG 607, caixa 82, 2005). Nota-se a preparação das listas pelos cientistas chineses, por terem identificado previamente as áreas prioritárias nas visitas realizadas ao Brasil. Por outro lado, o Brasil não tinha a mesma capacidade e, em setembro de 2004, ficou acertada uma troca de lista adicional. A grande questão é que a China revelou ainda maior precisão nos pedidos (MG 607, caixa 82, 2005).

Demonstra-se, dessa forma, a necessidade de maior atuação técnica e diplomática brasileira a fim de angariar os interesses brasileiros na área de cooperação agrícola. Os questionamentos realizados no ano 2000 estavam muito conectados com os pontos trazidos em 2005 pelos cientistas brasileiros. Assim, missões brasileiras à China são fundamentais, especialmente acompanhadas de uma estrutura que busque aprimorar a capacidade de negociação do Brasil no setor.

Além disso, a questão da soja revela-se como um claro impasse na cooperação de germoplasma entre Brasil e China, tendo em vista que, mesmo depois dos questionamentos realizados em maio de 2005, o dilema sobre o acesso ao recurso genético de soja nativa chinesa permanecia, pois, em momento posterior, foram enviados 308 acessos pelos chineses e nenhum de soja (MG 995, caixa 82, 2005).

Entre os anos de 2005 e 2007, os cientistas brasileiros da EMBRAPA estabeleceram planos de trabalhos com instituições chinesas nas seguintes áreas: genômica de soja, biotecnologia de algodão, recursos genéticos, com planejamento de nova lista de intercâmbio de germoplasma entre a EMBRAPA e a CAAS; e, no ramo de fruteiras, milho doce e batata doce (MG 995, caixa 82, 2005). Esses planos de trabalho estão associados ao Memorando de Entendimento de Cooperação em Recursos Genéticos Vegetais e Biologia Avançada entre a EMBRAPA e a CAAS de 2004, apesar de a China ter resistido ao fato de esse plano ficar a cargo do Memorando (MG 995, caixa 82, 2005).

Diante do cenário apresentado até então, depreende-se que, nesse período, era notória a necessidade de cautela do lado brasileiro na cooperação com a China, por meio do

relacionamento EMBRAPA – CAAS, conforme ressalta o pesquisador brasileiro Alexandre Nepomuceno (MG 995, caixa 82, 2005).

Nos anos posteriores – 2008 e 2009 –, observam-se algumas trocas de visitas relacionadas com o LABEX (MG 238, caixa 134, 2009). A visita da CATAS à EMBRAPA, por exemplo, estava relacionada com o interesse nos estudos genômicos de mandioca para a produção de etanol combustível, descoberta por um pesquisador brasileiro da EMBRAPA, o qual já havia visitado a China várias vezes e vinha mantendo contato com as instituições chinesas (MG 238, caixa 134, 2009). Como resultado dessa interação, foi assinado um Memorando de Entendimento com a CATAS sobre a colaboração em sequenciamento de mandioca açucarada para a produção de etanol combustível (MG437, caixa 134, 2009)

Em 2009, o Embaixador Clodoaldo Hugueney ressaltava ainda o potencial a se explorar da cooperação agrícola entre Brasil e China, envolvendo a EMBRAPA do lado brasileiro (MG 437, caixa 134, 2009), aspecto esse que já vinha sendo posto há algum tempo, mas que poucas iniciativas foram tomadas para estimular essa interação cooperativa, conforme referendado ao longo da discussão aqui apresentada. A necessidade de ações concretas era ressaltada nesse momento, como no caso do LABEX (MG 688, caixa 135, 2009).

A ação diplomática no campo agrícola pôde ser mais percebida no ano de 2009, com os preparativos para a visita do Presidente Lula à China e o desenvolvimento da ideia do LABEX (MG687, 688, 731, caixa 135, 2009), e, em 2010, com as iniciativas propostas pela Embaixada do Brasil na China a respeito da tecnologia de bambu (MG 1110, caixa 186, 2010) e a manutenção da pauta do LABEX, envolvendo missões brasileiras e chinesas.

Quanto à tecnologia de bambu, são relatados, pelo Embaixador Clodoaldo Hugueney, alguns contatos de pesquisadores e autoridades brasileiras para a cooperação na área de bambu, como em março de 2010, pelo pesquisador do LABEX Coreia, Maurício Lopes, que aventou a possibilidade de cooperação por meio da EMBRAPA Florestas. Também houve a iniciativa de Guilherme Wiedman, em maio de 2010, na qual ocorreram encontros com instituições chinesas nesse segmento e centros internacionais, como a *International Network for Bamboo and Rattan* (INBAR) e o *International Center for Bamboo and Rattan* (ICBR) (MG1110, caixa 186, 2010).

De acordo com o Embaixador Hugueney, seriam necessárias missões de especialistas na área para estimular a cooperação, bem como a indicação de gestores e tomadores de decisão que pudessem conduzir esse processo. Além disso, o Embaixador expôs, como sugestões de estruturação da cooperação, as seguintes áreas: tecnologia agronômica, tecnologia industrial e técnicos de valor agregado (MG1110, caixa 186, 2010).

No que se refere ao avanço da cooperação na área de bambu, pode-se dizer que poucas iniciativas no setor foram identificadas após a assinatura do Memorando de Entendimento entre MCTIC e MOST para fortalecer a cadeia produtiva de bambu no Brasil em 2011. Podem ser citadas algumas capacitações de profissionais brasileiros, como Vitor Marçal, da Associação Brasileira dos Produtores de Bambu (Aprobambu), e Jonny Pereira, da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia. Depois de um tempo em que o acordo ficou praticamente parado, em 2017, a EMBRAPA recebeu uma delegação chinesa da *Chinese Academy of Forestry* (CAF) para ampliar as formas de intercâmbio de material genético de bambu entre Brasil e China (EMBRAPA, 2017³⁶⁶).

Sendo assim, em 2011, na ocasião da visita de Dilma Rousseff à China, houve tanto a inauguração do LABEX quanto a assinatura do acordo sobre cooperação em tecnologia de bambu (MG 526 e 527, caixa 196, 2011). No entanto, ambos os projetos avançaram pouco até o presente momento. O LABEX será analisado mais à frente e a cooperação na área de bambu já foi ressaltada anteriormente, demonstrando a pequena evolução no relacionamento.

Por fim, é válido apontar que não foram identificadas outras iniciativas de cooperação na área agrícola até o ano de 2018, além dessas duas já apresentadas, o que revela a fraqueza do desenvolvimento cooperativo nesse setor. Ademais, nota-se que, dos relatos expostos, desde 1995, por meio dos documentos do Itamaraty, a cooperação sino-brasileira no campo agrícola era, em geral, vista como um espaço a ser promovido, aspecto esse que não se modificou no quadro cooperativo recente.

Conclui-se, assim, com a percepção de que o aspecto comercial domina o relacionamento Brasil-China na área agrícola. No setor de cooperação técnico-científico, por sua vez, poucos investimentos de ambos os lados foram observados para o avanço da interação, mas especialmente do ponto de vista chinês. É notória a barreira chinesa no desenvolvimento cooperativo, como se verifica com a troca de materiais genéticos e, detidamente, no caso da soja. Não é explícito o motivo para esse comportamento chinês, mas pode estar relacionado a um cenário competitivo associado ao viés comercial.

Nesse sentido, falta uma diplomacia brasileira mais ativa para a promoção da cooperação na área, garantindo maior envolvimento institucional, com missões governamentais e técnicas. Observou-se alguns movimentos indutores da cooperação, especialmente por parte da Embaixada do Brasil na China, na segunda metade dos anos 2000, mas não podem ser destacados grandes estímulos ministeriais – MCTIC e MAPA –, nem do MRE como um todo.

³⁶⁶ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/29154699/brasil-e-china-vaio-estreitar-cooperacao-em-pesquisas-de-bambu>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

As trocas técnicas também se encontram em nível reduzido, principalmente se considerado o potencial possível dessa interação cooperativa. Portanto, na área agrícola, há uma ampla dificuldade de negociação e de implementação da cooperação entre Brasil e China. No próximo tópico, busca-se melhor aclarar os interesses de ambos os países no campo cooperativo agrícola.

4.8.1. Perspectivas brasileira e chinesa da cooperação agrícola

Nesta seção, pretende-se complementar a compreensão sobre o relacionamento cooperativo sino-brasileiro, tentando-se destacar os interesses de ambos os países nessa interação. Sendo assim, em conformidade com as informações já trazidas no tópico anterior, nota-se que o Brasil tem interesse na cooperação agrícola com a China, embora os fatores comerciais do relacionamento se destaquem, o que dificulta a interação cooperativa. Desse modo, o Estado brasileiro está incumbido de lidar com a proeminência da Ásia e da China no campo agrícola do país, especificamente na pauta de exportações, existindo, por exemplo, conflitos comerciais no caso de salvaguardas do açúcar e, por outro lado, visando à cooperação com o país (JANK, 2018), diante das oportunidades científico-tecnológicas que podem advir dessa interação.

Nesse sentido, o equilíbrio entre competição e cooperação é fundamental para o Brasil, especialmente para conseguir obter ganhos com a agenda comercial e de cooperação técnico-científica. Esse dilema é ainda maior quando se observa que, por ser a grande importadora de produtos agrícolas brasileiros, a China costuma ditar o tom do relacionamento com o Brasil. Além disso, os chineses estão promovendo o controle das cadeias produtivas na América do Sul por meio de suas empresas (JANK, 2018).

Do lado chinês, esclarece-se que o país se tornou um grande exportador agrícola, focado no aumento da produtividade e com um ritmo de crescimento semelhante ao brasileiro (JANK, 2018). Esse aspecto tem um peso sobre o lado competitivo chinês no relacionamento agrícola com o Brasil e um impacto no cenário da cooperação técnico-científica. A China tem ainda maior possibilidade de barganha com o potencial crescimento de sua participação nas importações totais de agronegócio. Existe também um ponto relevante a ser citado: embora a China seja uma grande importadora agrícola, o país se abriu para poucos produtos no setor e de forma gradativa (JANK, 2018). Esse ponto demonstra as preocupações chinesas com o âmbito agrícola e um relativo protecionismo.

Em termos de investimento chinês no *agrobusiness* brasileiro, aponta-se que a China não possui papel central se comparada com outros países (OLIVEIRA, G., 2017; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Em 2015, encontrava-se em 13º lugar como país estrangeiro investidor em estoque no Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Sendo assim, o valor total de estoques de investimentos chineses no Brasil, em 2015, foi de US\$ 8,6 bilhões e, no setor agrícola – colheita, pecuária, silvicultura e aquicultura –, o montante foi de apenas US\$ 6 milhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Em termos de interesses chineses nas terras brasileiras, conforme dados fornecidos em março de 2018 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), haveria, como pessoa jurídica chinesa com 100% de capital investido em terras no Brasil, apenas a COPEBRAS Indústria LTDA, apesar da existência de 227 proprietários ou posseiros individuais chineses. Dessa forma, essa modalidade de apropriação direta de terras brasileiras também não seria o cerne dos empreendimentos chineses no campo agrícola com o Brasil.

Portanto, diante dos pontos expostos, reforça-se o peso da questão comercial sobre os interesses chineses no relacionamento agrícola sino-brasileiro. Ademais, a postura competitiva e, de certo modo, protecionista chinesa pode ser apontada como um dos grandes dilemas da promoção da cooperação na esfera agrícola com o Brasil. Dando sequência à análise do campo cooperativo agrícola, direciona-se para a observação dos atos internacionais assinados entre Brasil e China nessa esfera e os diálogos realizados por meio da COSBAN.

4.8.2. Atos internacionais assinados e o papel das Subcomissões agrícola e de ciência e tecnologia da COSBAN

Em associação ao quadro da cooperação agrícola apresentado anteriormente, é válido expor os atos internacionais assinados e os diálogos empreendidos entre Brasil e China no referido setor, a fim de melhor identificar as características do relacionamento. Assim, cabe ressaltar que, desde o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica entre Brasil e China, celebrado em 1984, havia menção clara à cooperação agrícola, inclusive com a designação de nichos de atuação, tais como: piscicultura de água doce, pesquisa agropecuária, produção animal, engenharia agrícola, conservação e manejo de solos, metodologia de extensão rural, intercâmbio de material genético de variedades vegetais, como soja, laranja, cana-de-açúcar, borracha, mandioca, forrageiras e dendê, produção animal, melhoramento de pastagens, agroindústria e intercâmbio de informações e pesquisadores entre EMBRAPA e CAAS. Demonstra-se, então, a vastidão de possíveis nichos cooperativos; no

entanto, apenas dois desses pontos – intercâmbio de material genético e de informações e pesquisadores entre EMBRAPA e CAAS – vieram a ser mais induzidos, ainda que sem grandes avanços, como já explicitado na análise dos telegramas do MRE.

Em 1994, por sua vez, foi assinado o Ajuste Complementar sobre Biotecnologia aplicada à agricultura, tratando-se novamente de intercâmbio entre pesquisadores, trocas de materiais genéticos, capacitação de recursos humanos em biotecnologia e incentivo a *joint-ventures* sino-brasileiras voltadas para pesquisa, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas que incorporem biotecnologia, como arroz irrigado, soja e batata.

Em 1995, pode-se citar a entrada em vigor do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura de Brasil e China, salientando a importância da cooperação bilateral amistosa entre ambos os atores, com base igualitária e benefício mútuo, baseada na troca de missões, consultas, programas e projetos, vínculos entre escolas e institutos agrícolas, organização de simpósios, seminários, reuniões e intercâmbio de informações e materiais. Da análise já retratada da cooperação agrícola sino-brasileira, esse intercâmbio entre os dois Ministérios não evoluiu em conformidade com as amplas possibilidades traçadas no memorando supracitado.

Dando sequência às interações, em 2003, houve a assinatura do Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a CAAS³⁶⁷ (MG 391, caixa 67, 2004). Em 2004, foi firmado memorando sobre a cooperação em recursos genéticos vegetais e biologia avançada (MG 607, caixa 82, 2005), por meio do qual houve compromisso de troca de germoplasmas de amendoim, algodão e milho, de interesse chinês, e soja, hortaliças e trigo, por solicitação brasileira (EMBRAPA, 2007³⁶⁸). Como já se discutiu, nota-se a dificuldade, do lado brasileiro, de ter o pleito atendido, à luz dos arquivos históricos do Itamaraty. Em 2005, pode-se citar a realização da 1ª Reunião do Comitê Conjunto de Cooperação Agrícola, cuja ata também não está disponível no sistema de acordos do MRE para análise.

Deflagra-se, então, um amplo intervalo até o surgimento de novos atos internacionais, o que só ocorreu em 2010, com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a CAAS para o estabelecimento do LABEX (EMBRAPA, 2011³⁶⁹). Em 2011,

³⁶⁷ Durante o período de realização da presente pesquisa, não foi possível ter acesso ao texto desse memorando, reiterando-se a crítica do Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves em 2005, de que esse instrumento não se encontrava na página dos acordos do MRE, assim como a ata do 1º Comitê Conjunto de Cooperação Agrícola (MG 607, caixa 82, 2005).

³⁶⁸ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18008227/-embrapa-e-china--afinam-parceria>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

³⁶⁹ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18144043/embrapa-inaugura-labex-china>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

tem-se a assinatura do Memorando de Entendimento entre a CAS e o MCT, envolvendo possibilidades de cooperação em biotecnologia aplicada às ciências agrárias, além do Memorando de Entendimento sobre Tecnologia de Bambu e da inauguração do LABEX (MG 526, caixa 196, 2011).

Nota-se, novamente, um vazio de acordos desde o estabelecimento do LABEX e da proposta de cooperação em tecnologia de bambu. Em 2017, mesmo com a visita do Presidente Michel Temer à China, não se visualizou a assinatura de nenhum acordo no âmbito de cooperação agrícola sino-brasileira (MRE, Nota 296, 2017). Dessa forma, a quantidade reduzida de atos internacionais é um reflexo das dificuldades de cooperação na área entre Brasil e China e da necessidade de maior ação diplomática brasileira. Além disso, alguns dos acordos aqui citados não estão disponíveis publicamente para leitura e análise, sendo um empecilho para o aprofundamento das interações bilaterais no campo agrícola.

Quanto aos diálogos realizados entre Brasil e China na área cooperativa agrícola, pode-se fazer remissão a uma breve análise a respeito da COSBAN e de suas Subcomissões agrícola e de ciência e tecnologia. Aponta-se que, embora exista uma Subcomissão agrícola no âmbito da COSBAN, o tema da cooperação internacional não está nela inserido. Além disso, em 2009, foi relatada a dificuldade de encontrar tópicos próprios para serem trabalhados nessa subcomissão, tendo em vista que a prioridade era defesa sanitária e fitossanitária, temas que já seriam tratados pela Subcomissão de quarentena e inspeção (MG 201, caixa 134, 2009).

Sendo assim, o assunto de cooperação agrícola é, então, debatido pela Subcomissão de ciência e tecnologia (MG 201, caixa 134, 2009). A cooperação em ciências agrárias, biotecnologia e tecnologias de bambu aparecem como esferas a serem ampliadas no relacionamento bilateral, conforme se nota na Ata da 4ª Reunião da COSBAN de 2015.

Por fim, ressalta-se que a não inclusão da cooperação agrícola no âmbito da Subcomissão de agricultura demonstra a não priorização do tema, que termina sendo tratado juntamente com diversos outros, mesmo na possibilidade de um espaço próprio para ser analisado. Logo, o diálogo mais aprofundado que poderia ser estabelecido entre os Ministérios da Agricultura e as instituições de pesquisa na área, por meio dessa Subcomissão agrícola, é um ponto que merece reflexão, inclusive podendo funcionar como um meio para quebrar as barreiras à cooperação nessa esfera. O estudo mais a fundo do relacionamento cooperativo agrícola será realizado na sequência deste capítulo com o detalhamento do acordo LABEX.

4.8.3. LABEX

Como já se estabeleceu no decorrer da análise sobre a cooperação agrícola sino-brasileira, não existe um grande quadro de acordos nesse setor e o Laboratório Virtual da EMBRAPA na China é o grande exemplo cooperativo, tendo em vista que chegou a ser implementado. Desse modo, sua análise configura-se relevante para a compreensão da cooperação agrícola e para o movimento de política externa brasileiro.

Sendo assim, tem-se que o LABEX é uma ideia da EMBRAPA, cuja implementação na China começa a ser pensada por volta do ano de 2005 como uma versão asiática do laboratório que já tinha sido instalado nos EUA e na Europa, em 1998 e 2002, respectivamente (MG 607, caixa 82, 2005; EMBRAPA/LABEX). Nesse sentido, um dos objetivos da viagem de um representante da EMBRAPA à China, em maio de 2005, era a proposição do desenvolvimento do LABEX (MG 607, caixa 82, 2005).

A possibilidade de promoção do LABEX foi, então, bem recebida pelos chineses, especificamente pela CAAS, conforme relata o Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves em agosto de 2005 (MG 995, caixa 82, 2005). No entanto, um desafio a ser vencido era a questão linguística, tendo em vista que os chineses não tinham grande domínio do inglês (MG 995, caixa 82, 2005). Já em 2009, houve uma visita da delegação da CATAS para discutir a parceria com a EMBRAPA no que tange ao LABEX, a qual se deu como seguimento da ida de um representante da EMBRAPA à China em 2008 (MG 238, caixa 134, 2009). Nesse sentido, além da CAAS, a possibilidade de interação com a CATAS por meio do LABEX era analisada.

De acordo com o Embaixador Clodoaldo Hugueney, em abril de 2009, a EMBRAPA teria encaminhado à CAAS uma lista de propostas com duas ou três áreas para a cooperação que se deslançaria por meio do LABEX (MG 437, caixa 134, 2009). Ainda no referido ano, nos preparativos da visita do Presidente Lula à China, houve uma reunião sobre ciência e tecnologia entre China e Brasil e, no que se refere ao LABEX, foram expostas suas áreas-chave, sendo elas: biocombustíveis, biotecnologia e genética vegetal. Além disso, a instalação do laboratório estava prevista para final do ano de 2010 (MG 687, caixa 135, 2009).

No entanto, o Embaixador supracitado, após reunião com o Diretor das Américas do Ministério de Ciência e Tecnologia da China, também em 2009, assevera a necessidade de envio de missões brasileiras para tratar de temas da cooperação Brasil-China, dentre eles o LABEX (MG 688, caixa 135, 2009). Em outra reunião da responsável pelo setor de ciência e tecnologia da Embaixada do Brasil na China, Luciana Macini, com o diretor geral da CAAS, em junho de 2009, tratou-se novamente do LABEX e foi proposto que o lado brasileiro preparasse uma minuta inicial do acordo para sua possível assinatura durante a visita do novo presidente da EMBRAPA a Pequim (MG 731, caixa 135, 2009).

Em dezembro de 2009, o setor de ciência e tecnologia da Embaixada do Brasil na China, em uma análise do cenário do ano de 2010, expôs a importância da visita do presidente da EMBRAPA, Pedro Arraes, à China, como oportunidade de assinatura do acordo do LABEX, que se encontrava em fase de negociação. Ademais, foi acrescentada a necessidade de encontros técnicos para estabelecer as áreas prioritárias do acordo (MG 1453, caixa 136, 2009).

Em 2010, deflagraram-se, então, algumas trocas de visitas do lado chinês e brasileiro para tratar do LABEX (MG 1162 e 1420, caixa 186, 2010; MG 526, caixa 196, 2011). Destaca-se a permanência de dois pesquisadores brasileiros na China por sete semanas, conhecendo centros de pesquisas chineses (MG 526, caixa 196, 2011). No ano seguinte, com a visita da Presidente Dilma Rousseff à China³⁷⁰ em abril de 2011, houve a cerimônia de inauguração do LABEX na sede da CAAS na China. Nesse período, a EMBRAPA assinou também acordos com a CAS e CATAS no âmbito da parceria LABEX (MG 526, caixa 196, 2011). Ainda, o foco de atuação do LABEX foi definido nas áreas de recursos e melhoramento genético, biocombustíveis e agroenergia, processamento de alimentos, produção animal, agroecologia e pastagens (MG 526, caixa 196, 2011).

Às margens da 1ª Reunião do Grupo de Especialistas em Agricultura do BRICS, em agosto de 2011, houve reunião de um representante da EMBRAPA, juntamente com o adido agrícola brasileiro, com a CAAS para debater a situação do LABEX na China. Foi posto pela CAAS que havia previsão de envio de missão ao Brasil para verificar a possibilidade de instalação de laboratório conjunto no referido país no início de 2012, com foco de atuação nos âmbitos de ciências veterinárias e biológicas (MG 991, caixa 196, 2011).

Do lado brasileiro, a seleção interna para a definição do pesquisador da EMBRAPA que iria à China já havia sido iniciada no segundo semestre de 2011 e a previsão de chegada era em 2012. O tema central escolhido naquele momento era recursos genéticos (MG 991, caixa 196, 2011). Sendo assim, o LABEX foi oficialmente estabelecido em setembro de 2012, com a presença do coordenador brasileiro na China (LABEX CHINA/EMBRAPA).

Desse modo, o LABEX é uma cooperação entre a CAAS, a CAS e a CATAS com a EMBRAPA, porém é decorrente de uma iniciativa brasileira de desenvolvimento de laboratórios virtuais e trocas de pesquisadores, a qual já tinha sido promovida com outros países e regiões. Assim, em conformidade com a análise exposta da cooperação entre Brasil e China no campo agrícola e com as iniciativas de trocas de material genético entre os dois países, tem-

³⁷⁰ O LABEX China foi referenciado e saudado no Comunicado Conjunto de Brasil e China no contexto da visita de Dilma Rousseff ao Estado chinês (MG 511, caixa 196, 2011).

se que a cooperação, por meio do LABEX, está relacionada a esse histórico do relacionamento sino-brasileiro já analisado (NASS, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017).

Em termos do desenvolvimento da cooperação, é reportado que um pesquisador da EMBRAPA foi enviado à China³⁷¹, como já vinha sendo programado, e foram realizados workshops, discussões e visitas de pesquisadores dos dois países, mas nada efetivo para promover a cooperação de maneira mais densa (NASS, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017), como realização de projetos conjuntos.

Outro ponto que revela a dificuldade que se perpetua no relacionamento sino-brasileiro agrícola é que a China tinha dinheiro para ser investido em biotecnologia, mas a área inicial acordada para ser trabalhada no LABEX era de recursos genéticos. Além disso, a China nunca enviou um pesquisador ao Brasil para atuar associado ao LABEX, como era a proposta inicial (NASS, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017). Como já foi expresso por meio dos documentos do Itamaraty, a própria China tinha considerado a criação de um laboratório conjunto no Brasil para a atuação de pesquisadores chineses ligados ao LABEX (MG 991, caixa 196, 2011), fato esse que não se concretizou.

A incompatibilidade de interesses sino-brasileiros na área agrícola também é destacada por Sly (2017, p. 174), por meio de entrevistas realizadas com funcionários da EMBRAPA. De acordo com um dos entrevistados, em uma análise pessoal e não institucional, há a remissão ao fato de a China ter evoluído muito no campo genômico, especialmente com a compra da empresa Syngenta³⁷², especializada em sementes e produtos químicos, o que diminuiu o interesse no relacionamento com a EMBRAPA.

Em termos de orçamento, não há uma clareza sobre os gastos brasileiros realizados, nem os investimentos chineses. Pelo relatório do COBRADI 2011-2013 (IPEA, 2016, p. 104), pode-se aduzir que os dispêndios com o LABEX China foram: em 2011, R\$ 39 mil; em 2012, R\$ 110 mil; e, em 2013, R\$ 177 mil. Sly (2017, p. 168) afirma que a lógica do LABEX consiste em um investimento “semente” que gira em torno de 10 a 15 mil dólares por ano.

Por fim, pode-se dizer que, por ser uma iniciativa brasileira, a questão orçamentária é colocada como uma dificuldade para o avanço do LABEX China (AMARAL/EMBRAPA, ENTREVISTA, 2017; SLY, 2017, p. 176-177). Sendo assim, o acordo, no ano de 2017, encontrava-se paralisado, sem nenhum pesquisador brasileiro na China (AMARAL, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017; NASS, ENTREVISTA, EMBRAPA, 2017), embora os

³⁷¹ A pesquisadora enviada foi Damares de Castro Monte. Foram feitos diversos contatos via e-mail para a realização de entrevista, mas não se obteve retorno.

³⁷² Esse fato aconteceu no ano de 2017.

dois países, conforme entrevistas realizadas, ressaltem o interesse na cooperação futura (YUE, EMBAIXADA DA CHINA, ENTREVISTA, 2017; AMARAL/EMBRAPA, ENTREVISTA, 2017). Esse último ponto – a ideia futura da cooperação – foi reiterado em diferentes momentos nos documentos históricos do Itamaraty a respeito da cooperação agrícola entre Brasil e China; no entanto, ações efetivas e incisivas na promoção de acordos e projetos quase não foram percebidas.

Portanto, verifica-se que, apesar do interesse ressaltado de cooperação entre os dois países na área agrícola, de algumas missões técnicas da EMBRAPA e de contatos relevantes da Embaixada do Brasil na China, juntamente com relatos sobre as necessidades de ação brasileira para a promoção do LABEX, faltou um maior movimento dos atores agrícolas brasileiros para o avanço da cooperação, a exemplo do MCTIC, MAPA e até mesmo da própria EMBRAPA.

É necessário também incluir o fato de que a China não realizou relevantes investidas para o desenvolvimento do LABEX e ressaltar que o quadro de dificuldades já existentes no relacionamento cooperativo agrícola se manteve durante o acordo em análise. Demonstra-se, então, a importância de ações de política externa para o estímulo da cooperação, bem como para quebrar as barreiras que impedem a fluidez da cooperação no setor agrícola. O Quadro 4.6 a seguir resume os pontos debatidos até então a respeito do LABEX.

Quadro 4.6 - Características do LABEX-China

Iniciativa brasileira	Sim
Montante financeiro envolvido	Incerto (Entre R\$ 40 mil e R\$180 mil por ano do lado brasileiro)
Participação do MRE	Fraca (houve relatos dos cientistas brasileiros sobre as dificuldades da cooperação, mas não se notou impulso do MRE com base nessas considerações)
Indução chinesa	Fraca (chineses não se mostram efetivamente interessados no desenvolvimento da cooperação, conforme análise dos telegramas do MRE)
Fator econômico	Inexistente (não existe envolvimento de empresas, nem indução da cooperação por parte de atores privados)

Resultados da cooperação	Fracos (diálogos, contatos)
Grau de cooperação	Baixo (cooperação se enfraqueceu ao longo do tempo, pouco engajamento/trocas entre atores, ausência de resultados de relevância, acordo chegou a ser paralisado)
Movimento dos atores de política externa brasileiros	Pouco expressivo (mais focado na ação da EMBRAPA e seus técnicos e pouca atuação Presidencial, Ministerial e do MRE)
Número de atores brasileiros envolvidos	Baixo (mais focado na ação da EMBRAPA do lado brasileiro)

Nota: As informações constantes no quadro acima são desenvolvidas a partir da análise da autora e as explicações adicionais entre parênteses servem para reforçá-las.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações ilustradas nesta tese.

A partir de todos os aspectos apresentados sobre o LABEX, as seguintes hipóteses podem ser ressaltadas: a) a pouca indução da política externa brasileira pode estar relacionada à reduzida interação cooperativa; b) a ausência de estímulo externo pode estar ligada ao baixo nível cooperativo; e c) a inexistência de interesses econômicos pode ter influência sobre o grau de cooperação estabelecido. Esses pontos serão avaliados em conexão com o CBERS no final deste capítulo e junto com os demais projetos no Capítulo 5. Com base nos itens delineados neste tópico e nos anteriores, realiza-se, a seguir, a congregação dos aspectos apresentados sobre as áreas agrícola e espacial da cooperação técnico-científica Brasil-China.

4.9. ANÁLISE CRUZADA DA ÁREA ESPACIAL E AGRÍCOLA

Diante da análise da cooperação técnico-científica Brasil-China em duas esferas, espacial e agrícola, é possível traçar os elementos que caracterizam cada âmbito, inter-relacionando-os. Além disso, por meio dessa discussão, busca-se melhor compreender a interação cooperativa sino-brasileira em termos gerais.

Sendo assim, a cooperação espacial é marcada por interesse mútuo, apesar das distintas motivações, multiplicidade de atos internacionais, reuniões e relatórios de trabalho, existência de uma subcomissão específica e atuante sobre o setor espacial, distintos atores reforçando a cooperação – Ministérios, Agência Espacial, corpo técnico, estímulo Presidencial, envolvimento do Legislativo e indivíduos de destaque – e um montante financeiro elevado, da ordem de bilhões.

Além disso, ao longo do tempo, a desigualdade de capacidades é balanceada pela postura ativa e negociadora do lado brasileiro, destacando-se o papel da Embaixada do Brasil na China. Ademais, o acordo CBERS teve resultados concretos positivos com o lançamento de cinco satélites e ainda desdobramentos, como o *CBERS for Africa* e a Constelação BRICS.

Por outro lado, no ambiente agrícola, a cooperação é sempre ressaltada como um espaço a ser explorado, mas poucas ações concretas foram desenvolvidas efetivamente. Assim, a cooperação agrícola é tardia, pois apenas na segunda metade dos anos 2000 é que se observam iniciativas mais consubstanciadas de interação cooperativa. Ademais, o relacionamento sino-brasileiro é complexo, havendo nítido questionamento sobre a igualdade de trocas entre os parceiros, especificamente no que tange ao comportamento chinês.

Nota-se também que o aspecto comercial norteia o relacionamento de Brasil e China no campo agrícola e que os acordos cooperativos promovidos alcançaram pouco avanço e nenhum resultado concreto expressivo, como é o caso do LABEX e da cooperação em tecnologia de bambu. Ainda, a subcomissão agrícola da COSBAN não se ocupa dos termos cooperativos na área, os quais são deixados para o âmbito da cooperação de ciência e tecnologia, que já possui outras áreas prioritárias. Por fim, aponta-se que poucos atos internacionais foram desenvolvidos para reforçar a cooperação agrícola do Brasil com a China e que o diálogo entre os atores não se mostrou muito amplo, inclusive com escassas interações entre os respectivos ministérios agrícolas e tentativas problemáticas de trocas entre as instituições de pesquisas dos dois países.

Desse modo, podem ser analisados cenários bastante díspares na cooperação espacial e agrícola sino-brasileira, sendo a primeira muito estimulada pelos atores brasileiros e a segunda bem menos, além de existirem barreiras externas – chinesas – para a sua promoção. Há, porém, alguns aspectos que podem ser ressaltados nos dois ambientes cooperativos, como a destacada atuação da Embaixada do Brasil na China, a ausência de indução industrial relevante, os dilemas orçamentários brasileiros e a promoção inicial da cooperação por parte do Brasil.

4.10. O COMPORTAMENTO BRASILEIRO E A POLÍTICA EXTERNA PARA A COOPERAÇÃO

Quanto ao comportamento brasileiro e uso das ferramentas de política externa, no caso da cooperação espacial, há um verdadeiro destaque da atuação propositiva e diplomática do lado do Brasil, apesar de a fase de implementação dos acordos ser mais lenta, especialmente por questões orçamentárias e burocráticas. Sendo assim, a continuidade da cooperação é garantida pelas características de Brasil e China, respectivamente, viés diplomático e

propositivo de um lado e finalístico e organizativo de outro. Já a cooperação agrícola brasileira é marcada por ações diplomáticas e negociadoras bem menos expressivas, dificuldades de implementação de acordos, além da existência de certas barreiras chinesas para o avanço da cooperação ou o estabelecimento de trocas igualitárias.

A partir desses dois casos cooperativos, pode-se inferir que o Brasil, quando impulsionado por instituições e atores individuais interessados e historicamente envolvidos na cooperação, faz amplo uso dos instrumentos de política externa brasileira, como se observa na interação espacial sino-brasileira. Em outras situações, associadas a relações cooperativas a serem construídas, utiliza-se de instrumentos diplomáticos e negociadores de maneira menos incisiva, conforme apresentado no âmbito da cooperação agrícola. A grande questão percebida é que a forma inicial como essas cooperações são estabelecidas é um forte condicionante para o processo cooperativo como um todo e isso fica nítido nos dois campos cooperativos, revelando a importância da ação político-diplomática para dinamizar as interações cooperativas em geral.

Por outro lado, não se pode deixar de acentuar a relevância do interesse chinês na cooperação. Quando comparado o caso espacial com o agrícola, depreende-se o peso desse fator no andamento da cooperação. Quando esse aspecto está presente, o Brasil tem maior facilidade de ser propositivo e atuante, até mesmo como forma de manter a motivação externa, caso ela se enfraqueça.

De todo modo, é importante frisar que o Brasil, em geral, é ativo e crítico no relacionamento cooperativo com a China e que a atuação da Embaixada do Brasil na China e, especificamente, de seu setor de ciência e tecnologia tem desempenhado um papel essencial no direcionamento dos interesses brasileiros na cooperação com os chineses. Esse argumento do ativismo do Brasil pode ser reforçado pelas iniciativas brasileiras de cooperação no campo espacial, agrícola e energético, referendadas pelos acordos CBERS, LABEX e do Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologia Energética. O ponto central aqui é que, às vezes, há um ativismo continuado e, em outros casos, tem-se apenas determinados momentos de expressividade brasileira.

Portanto, à luz da cooperação agrícola e espacial com a China, é possível chegar às seguintes conclusões: 1) quanto maior o movimento de política externa brasileira, mais ampla a cooperação internacional; 2) quanto maior o interesse externo, maior a promoção das relações cooperativas; 3) os fatores econômicos não são determinantes para a promoção cooperativa. Todos esses pontos serão analisados no capítulo 5 de maneira comparativa com a cooperação nipo-brasileira.

4.11. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo, foi analisada a cooperação técnico-científica Brasil-China, detidamente nas áreas espacial e agrícola. Verificou-se que o relacionamento entre os atores é considerado, em geral, positivo, apesar de existirem áreas de interação mais complexas, como a agrícola. De todo modo, existem muitos instrumentos e atos internacionais que fortalecem o relacionamento sino-brasileiro, como a COSBAN. Pode-se dizer também que os acordos de maior destaque entre China e Brasil são nos setores espacial, energético e de biotecnologia.

Em termos de montante financeiro investido por parte de Brasil e China na cooperação técnico-científica, há dificuldade de precisão de valores, já que não há avaliações dos projetos/acordos e os valores previstos inicialmente podem, em muitos casos, serem distintos dos efetivamente realizados. Além disso, os dados de cooperação que se têm do Brasil para a China e vice-versa, por meio da *aiddata* e do COBRADI, estão mais associados a trocas técnicas e não há precisão sobre a sua destinação. Outra dificuldade do lado brasileiro é que, além dos recursos decorrentes da lei orçamentária, há também investimentos de agências financiadoras, como a FINEP e o CNPq. Pode-se dizer, no entanto, que, no campo espacial, os investimentos brasileiros são muito elevados, da ordem de bilhão de reais. Na área agrícola, não houve informação precisa sobre o valor investido.

No âmbito de negociação e de desenvolvimento dos acordos cooperativos, é possível aduzir que o Brasil possui, notadamente, uma postura ativa, tendo em vista que muitos acordos sino-brasileiros foram decorrentes de iniciativas brasileiras, como se nota do CBERS, LABEX, Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas e do Ciências sem Fronteiras. No entanto, esse aspecto pode ser também um problema na medida em que são necessários investimentos e recursos do lado brasileiro, fato tido como uma dificuldade constante. Ademais, apesar do ativismo brasileiro, esse parece se destacar mais em interações com maior indução do lado chinês, mas esse ponto merece ser melhor refletido à luz de análises mais densas sobre os outros casos de cooperação entre Brasil e China.

Como consequência desses acordos, é importante mencionar que alguns têm resultados mais destacados e outros estão mais centrados no campo acadêmico/de pesquisa ou geraram mais diálogos, fóruns e seminários. De forma geral, nota-se a existência de pouca informação sobre os acordos e a necessidade de realização de entrevistas para conhecer melhor as relações desenvolvidas. Acrescenta-se ainda que alguns acordos avançaram de maneira relevante no tempo, apesar da crítica tecnológica, como é o caso do CBERS, enquanto outros se

enfraqueceram, como foi relatado no caso do LABEX. Os demais, porém, permanecem em um quadro de maior linearidade e manutenção do *status quo*, sem grandes evoluções.

Quanto aos atores da cooperação sino-brasileira, existem casos de envolvimento do setor industrial de forma (in) direta, a exemplo do CBERS, ou esse relacionamento não é depreendido, como é o caso do LABEX. Todavia, esse fator não se mostrou determinante como indutor da política externa em prol da cooperação, já que esta se deu, em geral, pelo movimento dos atores ligados à esfera governamental. O fato, no entanto, de o acordo ter ligação com o aspecto industrial pode servir para fortalecê-lo, como se observa no CBERS e no âmbito da cooperação energética.

Aponta-se ainda a importância do uso dos instrumentos de política externa brasileira, como se notou no campo da cooperação espacial. A postura de atores individuais teve papel determinante para o desenvolvimento do acordo, muitos deles com interesse pessoal, juntamente com diversos atores institucionais, com destaque para o MRE, especialmente a Embaixada do Brasil na China, e para a força técnica promovida pelo INPE. Por meio dos arquivos históricos, percebe-se que o engajamento dos atores não se desenvolveu do mesmo modo em todos os acordos sino-brasileiros e, no caso do LABEX, foi bastante fraco.

Acrescenta-se também que o interesse chinês no acordo cooperativo parece ter relevância para se observar o maior ou menor ativismo brasileiro, muito embora, no exemplo do CBERS, mesmo quando a China estava mais comedida na interação, o Brasil assumiu um grande papel propositivo na cooperação. Portanto, as relações e explicações para manutenção, continuidade e aprimoramento são complexas e envolvem múltiplos fatores, entretanto, a indução da política externa brasileira tem um peso relevante, necessitando ser mais trabalhada nos distintos acordos e áreas cooperativas.

5. COMPARAÇÃO ENTRE A COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA BRASIL-JAPÃO E BRASIL-CHINA

Com base em todos os pontos expostos nos capítulos anteriores, explicitando as características históricas e dos acordos/projetos desenvolvidos em torno da cooperação técnico-científica brasileira com Japão e China, detidamente nas áreas agrícola e espacial, busca-se, nesta parte da pesquisa, realizar uma análise comparada em três etapas: 1) dos cinco acordos cooperativos estudados; 2) dos dois programas de maior sucesso cooperativo, PRODECER e CBERS, especificando os fatores determinantes da promoção dessas interações; e, por fim, 3) das semelhanças e diferenças da cooperação técnico-científica entre Brasil-Japão e Brasil-China.

Sendo assim, a respeito dos cinco acordos mais detalhados apresentados na interação cooperativa com Japão e China, estes serão analisados em conjunto, visando destrinchar os aspectos comuns que os interligam e que indicariam certo padrão cooperativo com esses países nas respectivas áreas em debate. São observados os seguintes critérios: iniciativa brasileira da cooperação (solicitação da cooperação), o montante financeiro investido no acordo (a partir das informações constantes em avaliações finais da cooperação, relatórios de agências e institutos brasileiros, tais como AEB e IPEA, e no sítio eletrônico da empresa CAMPO), a participação do MRE (viagens, relatórios e mobilização da Embaixada do Brasil na China e no Japão conectados com os acordos analisados por meio dos telegramas coletados e das entrevistas realizadas), o peso da indução chinesa ou japonesa (expressão de interesse e vontade de manter o acordo, preocupações com ritmo e prazos dos termos acordados analisados por intermédio dos telegramas do MRE e das entrevistas realizadas), a influência do fator econômico (caráter econômico-comercial do acordo e relevância do setor privado na condução da cooperação), resultados alcançados (cumprimento dos objetivos pretendidos e continuidade), o grau da cooperação estabelecido (envolvimento e troca entre os atores da cooperação bilateral, resultados relevantes alcançados e continuidade da cooperação), o movimento dos atores de política externa brasileira na condução da cooperação (atuação do MRE, demais ministérios, Presidentes, atores públicos individuais de destaque, instituições e técnicos), o número de atores envolvidos na cooperação (apenas técnicos e instituições ou mais partes envolvidas) e novos acordos estabelecidos (continuidade). No que se refere aos atores determinantes ligados aos acordos/projetos, são avaliados os que seguem: visitas presidenciais, ministeriais, ativismo diplomático, corpo técnico, ação institucional, papel individual de atores políticos e de

pesquisadores, atuação do setor empresarial ou de classe, ação legislativa³⁷³, interesse institucional e governamental externo (japonês ou chinês).

Quanto aos dois projetos de destaque nas relações cooperativas com Japão e China, estes serão interpretados de forma mais pormenorizada, a fim de se verificar o papel da política externa brasileira na indução cooperativa, os fatores centrais que levaram a esses processos de maior sucesso e as distinções nos casos da cooperação sino e nipo-brasileira.

A seu turno, a terceira parte deste capítulo é dedicada à percepção geral da cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China, verificando, em primeiro lugar, os setores agrícola e espacial trabalhados, referendando o status do relacionamento, o comportamento brasileiro em ambos os casos, a atuação de política externa do Brasil, e a influência japonesa e chinesa. Em seguida, o cenário completo das interações cooperativas sino e nipo-brasileiras é abordado, envolvendo as demais áreas e acordos brevemente ilustrados no decorrer da pesquisa, com objetivo de generalizar algumas características ligadas com as duas díades em estudo. Por fim, pretende-se delinear se essas cooperações brasileiras com Japão e China configuram um desenho de mais semelhança ou diferença, à luz das explanações traçadas nesse terceiro momento comparativo.

5.1. CARACTERÍSTICAS E ATORES DOS ACORDOS/PROJETOS BRASIL-JAPÃO E BRASIL-CHINA NAS ÁREAS AGRÍCOLA E ESPACIAL

Como já foi expresso na introdução deste capítulo, esta seção dedica-se a traçar o panorama dos cinco acordos/projetos estudados nas áreas agrícola e espacial com Japão e China. Sendo assim, são comparadas as características e os atores envolvidos nas respectivas interações cooperativas.

Quanto aos atributos das cooperações estabelecidas, são observados aspectos relacionados com o comportamento brasileiro, chinês/japonês e a própria relação cooperativa, conforme se expõe no quadro abaixo. Assim, os pontos comuns e distintos em relação aos acordos nas duas áreas cooperativas são discutidos, possibilitando investigar se há um padrão cooperativo brasileiro nas respectivas áreas com Japão e China e se, no geral, essas interações cooperativas sino e nipo-brasileiras estão mais próximas ou distantes uma da outra.

³⁷³ Os atores centrais brasileiros para o desenvolvimento empírico desta tese, os quais se coadunam com os níveis individual, institucional e governamental, foram apresentados na seção 1.3, referente à metodologia da pesquisa.

Quadro 5.1 - Características dos acordos/projetos estudados

	PRODECER	EGCRS	ALOS	CBERS	LABEX
Países	Japão	Japão	Japão	China	China
Áreas	Agrícola	Agrícola	Espacial	Espacial	Agrícola
Status atual	Finalizado	Finalizado	Finalizado	Em andamento	Paralisado
Grau da cooperação	Alto (Elevado engajamento dos atores, resultados alcançados, continuidade)	Alto (Amplio envolvimento dos atores, embora reduzido a nível institucional, resultados alcançados, sem continuidade, mas alguns laços cooperativos permaneceram)	Médio (Trocas entre os atores mais reduzidas, centrado no nível institucional e baseado em transferência de conhecimento e imagens, resultados alcançados, sem continuidade)	Alto (Elevado engajamento dos atores, resultados alcançados, continuidade)	Baixo (Pouco engajamento dos atores, em especial dos chineses, e resultados parciais)
Iniciativa brasileira	Sim (Mas, o Japão já tinha se manifestado a favor antes)	Sim (Formalmente, mas a proposta para cooperar foi japonesa)	Sim (interesse decorrente de cursos prévios ao acordo e solicitação de formalização do acordo em 2007)	Sim (visitas brasileiras à China de 1982 a 1986 reforçam a iniciativa do Brasil, apesar do interesse chinês)	Sim (era um programa da EMBRAPA que já existia com outros países)
Montante financeiro total	US\$ 573 milhões no total por ambos os países (nas três fases)	US\$ 2,5 milhões no total por ambos os países	US\$ 2,6 milhões no total por ambos os países (aproximadamente)	Incerto (Entre 2001 e 2015, aproximadamente US\$ 327 milhões com desenvolvimento e lançamento de satélites do lado brasileiro)	Incerto (Entre US\$ 10 mil e US\$ 15 mil por ano do lado brasileiro)

	PRODECER	EGCRS	ALOS	CBERS	LABEX
Indução japonesa/chinesa	Forte (reduzida no tempo)	Média (centrada mais a nível institucional e não houve para a continuidade da cooperação)	Fraca (centrada mais a nível institucional, havia mais estímulo para um relacionamento comercial na área espacial, não houve continuidade)	Forte (reduzida no tempo e em alguns momentos)	Fraca (resistência na troca de material genético)
Fator econômico relacionado	Forte (focado na agroexportação, forte envolvimento de empresas, a exemplo da CAMPO)	Inexistente (cooperação mais institucional e de pesquisa)	Inexistente (cooperação técnica, imagens fornecidas pelo Japão gratuitamente)	Fraco (setor industrial brasileiro pouco atuante, cooperação focada em entes públicos, imagens geralmente fornecidas gratuitamente)	Inexistente (cooperação de cunho mais institucional)
Resultado da cooperação	Forte (resultados alcançados e continuidade)	Médio (resultados alcançados, sem continuidade, mas laços persistiram)	Médio (resultados alcançados, sem continuidade)	Forte (resultados alcançados e continuidade)	Fraco (resultados parciais, acordo foi paralisado)
Movimento dos atores de política externa brasileiros	Forte (atuação Presidencial, ministerial, institucional, atores individuais de destaque, empresas, etc.)	Fraco (mais reduzido a nível institucional e técnico)	Fraco (mais reduzido a nível institucional e técnico)	Forte (atuação do MRE, Presidencial, ministerial, institucional, atores de destaque, etc.)	Fraco (mais reduzido a nível institucional e técnico e pouca mobilização para reforçar o acordo)

	PRODECER	EGCRS	ALOS	CBERS	LABEX
Participação do MRE	Média (o papel do MRE não teve tanto impacto na cooperação, especialmente quando se compara com o CBERS)	Fraca (acordo mais reduzido ao nível institucional e técnico)	Fraca (acordo mais reduzido ao nível institucional e técnico)	Forte (a atuação do MRE foi determinante para a continuação do acordo, importante papel da Embaixada do Brasil na China)	Fraca (acordo mais reduzido ao nível institucional e técnico)
Número de atores brasileiros envolvidos	Alto (Presidentes, Ministérios, empresas, etc)	Baixo (mais centrado no nível técnico e institucional)	Baixo (mais centrado no nível técnico e institucional)	Alto (Presidentes, MRE, MCTIC, atores individuais, etc.)	Baixo (mais centrado no nível técnico e institucional)
Novos acordos estabelecidos	Sim (PRODECER I, II e III)	Não (sem continuidade)	Não (sem continuidade)	Sim (continuidade)	Não (sem continuidade)

Nota: As caracterizações presentes no quadro acima foram baseadas na análise qualitativa desenvolvida pela autora nesta tese e na comparação entre os acordos estudados. As explicações foram delineadas ao longo da pesquisa e reforçadas neste capítulo.

Fonte: Elaboração própria, com base em todas as informações apresentadas na pesquisa.

Diante dos aspectos acima apontados, depreende-se a inexistência de um padrão cooperativo nos acordos/projetos das áreas agrícola ou espacial na comparação entre as interações nipo e sino-brasileiras. Nem mesmo na área agrícola com os japoneses, a partir da qual dois acordos foram analisados (PRODECER e EGCRS), há coincidência entre os processos cooperativos, apesar de algumas características semelhantes associadas com aspectos positivos da cooperação, tais como status do acordo, grau da relação cooperativa – apesar das notórias diferenças de intensidade do que se caracteriza por alto em ambos os acordos – e iniciativa brasileira.

Depreendem-se, ainda, alguns pontos comuns em ambas as esferas. Sendo assim, são notórios projetos de alto grau de cooperação no relacionamento sino e nipo-brasileiro, embora em áreas diferentes. É válido ressaltar a conexão entre a força da indução externa e os projetos bem-sucedidos, embora essa discussão seja aprofundada na próxima seção. Além disso,

verifica-se que, em geral, o movimento de política externa brasileira para estimular a cooperação é fraco com os dois países em análise. Apenas nos casos de sucesso destaca-se um forte movimento da política externa do Brasil.

No que se refere à participação do MRE nas relações cooperativas técnico-científicas estudadas, tem-se uma tendência a uma atuação mais fraca e atenuada. A exceção de um relevante exercício diplomático encontra-se no caso do CBERS, debate que será empreendido no tópico vindouro. Ainda, estabelece-se que é mais característico nos acordos/projetos um número de atores reduzido e a amplitude deles está ligada com um natural aumento de seus participantes. Por último, assevera-se que apenas o CBERS e o PRODECER levaram ao firmamento de novos acordos e ao crescimento e continuidade dos projetos inicialmente estabelecidos.

Quanto aos fatores distintivos da área agrícola, assevera-se que os acordos com Japão são mais desenvolvidos do que os com a China, apesar de, no quadro mais recente da cooperação bilateral, não se verificar relações nipo-brasileiras de destaque. Já na área espacial, a interação com os chineses é bem mais representativa, inclusive em termos atuais.

Nos dois âmbitos cooperativos referendados em conjunto, visualiza-se que há o predomínio de acordos/projetos bilaterais finalizados com o Japão. No caso da China, apenas com base no quadro não é possível deduzir a característica predominante dos acordos; mas, à luz de toda a pesquisa delineada nesta tese, delibera-se que grande parte se encontra em etapas iniciais ou em andamento. O LABEX-China é pertinente de ser referendado porque revela um caso de paralisação cooperativa no relacionamento sino-brasileiro.

Em torno do grau de cooperação entre Brasil-Japão e Brasil-China, não é possível fazer inferências somente com base no quadro em discussão. Contudo, com embasamento nos capítulos específicos sobre cada interação cooperativa, é cabível afirmar que, com o Japão, há, em geral, um grau médio-alto de cooperação, visualizando-se o alcance dos objetivos pretendidos, mas dificilmente a continuação dos acordos; já com a China, com exceção do CBERS, predomina o grau médio, deixando a desejar no que tange à concretude dos resultados, ao aprofundamento dos objetivos acordados e ao maior engajamento dos atores para alcançá-los.

Aduz-se ainda que, embora todos os casos analisados apresentem iniciativa cooperativa do lado brasileiro, com o Japão, esse processo se justifica essencialmente pela necessidade de solicitação formal do Brasil para o estabelecimento da cooperação. Até porque, em diferentes situações, o Japão sinalizou o interesse em cooperar antes mesmo do lado brasileiro. Com a

China, a seu turno, realmente se percebe um maior ativismo brasileiro, com iniciativas de viagens e dos próprios acordos.

Sobre os montantes financeiros vertidos para os acordos, explicita-se que há maior clareza sobre esses valores nas interações com os japoneses, especialmente porque eles realizam avaliações finais dos projetos estabelecidos. No caso do relacionamento sino-brasileiro, há nítida dificuldade de precisão financeira.

Na verificação do fator econômico e sua influência sobre as relações cooperativas, acentua-se que este se mostrou determinante apenas no caso do PRODECER. Essa discussão será empreendida mais à frente sendo refletida juntamente com a análise do CBERS. No que tange aos resultados cooperativos, expressa-se que, com os japoneses, em geral, são alcançados níveis medianos, logrando êxito nos objetivos pretendidos, mas sem avanços mais amplos ou continuidade dos acordos. Por outro lado, com os chineses, incluindo as análises sobre o CBCIN-LNNANO, o Centro China-Brasil e os demais acordos expressos na seção 4.6, há mais resultados médios ou fracos, considerando que muitos acordos estão em etapas iniciais de desenvolvimento ou não avançaram como era esperado, apesar de, em geral, se prolongarem no tempo. Assevera-se, no entanto, a existência de casos de sucesso com Japão e China (PRODECER e CBERS), nos quais os resultados da cooperação são notoriamente fortes.

Portanto, a comparação entre os acordos/projetos explicita a dificuldade de se encontrar um padrão nas áreas cooperativas e até mesmo em relação a determinados setores e com o mesmo país, como é o caso do Japão na esfera agrícola. Há que se ressaltar, todavia, alguns aspectos gerais comuns (excluindo os dois acordos bem sucedidos) na cooperação brasileira com Japão e China, que são: a reduzida força do movimento de política externa e da participação do MRE na condução da cooperação. Muito embora, com os chineses tenha se percebido maior estímulo desses fatores na comparação com o lado japonês, especialmente pela atuação da Embaixada do Brasil em Pequim e seu respectivo setor de ciência e tecnologia. Desse modo, diante de tudo que foi exposto, acredita-se que os acordos cooperativos sino e nipo-brasileiros estão mais associados a um desenho de mais diferença do que semelhança.

Após o delineamento sobre as características dos acordos, passa-se a se debruçar sobre os atores envolvidos nos processos cooperativos, com enfoque para o Brasil, tendo em vista o direcionamento proposto nesta pesquisa. Assim, são verificados nos distintos níveis de atuação brasileira – individual, institucional e governamental – o peso de indução da cooperação a partir dos cinco casos cooperativos aprofundados nesta pesquisa. O interesse externo é debatido em termos mais realistas, sendo abordado no âmbito institucional e governamental. Sendo assim, o quadro abaixo ilustra o exposto.

Quadro 5.2 - Atores determinantes da cooperação nos cinco acordos em análise

	LABEX	CBERS	ALOS	EGCRS	PRODECER
Países	China	China	Japão	Japão	Japão
Áreas	Agrícola	Espacial	Espacial	Agrícola	Agrícola
Ação Presidencial brasileira	Não	Sim	Não	Não	Sim
Ativismo ministerial brasileiro	Não	Sim	Não	Não	Sim
Ativismo diplomático brasileiro	Não	Sim	Não	Não	Sim
Corpo técnico brasileiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ação institucional brasileira	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Papel individual de atores políticos brasileiros	Não	Sim	Não	Não	Sim
Papel individual de pesquisadores brasileiros	Sim	Sim	Sim	Sim	Não*

	LABEX	CBERS	ALOS	EGCRS	PRODECER
Interesse empresarial ou de classe brasileiro	Não	Não**	Não	Não	Sim
Ação Legislativa brasileira	Não	Não***	Não	Não	Sim
Interesse institucional externo (japonês ou chinês)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Interesse governamental externo (japonês ou chinês)	Não	Sim	Não	Não	Sim

* Pode ter existido, mas não foi verificado na análise desenvolvida.

** Existem interesses, mas não são determinantes na indução da cooperação. O setor industrial espacial tem papel ainda muito reduzido, como demonstrado na seção 4.7.4.

*** Percebeu-se atuação Legislativa entre os telegramas do MRE, mas não se considerou determinante, como no caso do PRODECER, no qual houve viagens de parlamentares por conta do acordo e debates sobre a viabilidade inicial do “Projeto JICA”, como chamavam alguns, no âmbito do referido poder.

Notas:

- 1) As informações constantes neste quadro são decorrentes da análise desenvolvida pela autora ao longo desta tese.
- 2) Os atores em negrito foram os que tiveram papel diferenciado entre os acordos, sendo importantes para se verificar os fatores de maior peso na indução da cooperação.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações presentes na pesquisa. Grifos nossos.

Diante do quadro acima, constata-se que em todos os acordos se verificou a importância da atuação do corpo técnico e institucional brasileiro para a promoção da cooperação, revelando a capacidade de pesquisa e de desempenho de instituições e seus funcionários, tais como EMBRAPA, INPE, IBAMA e DPF. Esse primeiro ponto está estritamente relacionado com a expressividade do papel individual dos pesquisadores brasileiros, assim como se apresentou no

decorrer da pesquisa, a exemplo de Alexandre Nepomuceno ligado ao EGCRS, Damares Monte no caso do LABEX-China, José Raimundo Coelho e Gilberto Câmara relacionados com o CBERS. No PRODECER, não se destacou a atuação individual de pesquisadores específicos, embora eles tenham sido importantes dentro do corpo técnico de instituições, como a EMBRAPA.

Do lado chinês e japonês, por sua vez, é perceptível o interesse institucional nas cooperações estabelecidas, a exemplo de JICA, JIRCAS e CNSA, muito embora haja graus maiores ou menores na comparação entre os acordos. Sendo assim, no LABEX-China esse interesse externo institucional é visto como reduzido, tendo em vista as dificuldades para o encaminhamento do processo cooperativo.

Acrescenta-se ainda que não se verifica estímulo de interesses empresariais ou de classe nos acordos analisados, a não ser no caso do PRODECER. Esse ponto é meritório de discussão na próxima seção. Do mesmo modo, a ação legislativa como propulsora da cooperação só se destacou no PRODECER e sem intensidade muito elevada. Esses dois aspectos apresentados levam a crer que a maior ação legislativa está relacionada com os fatores econômicos da cooperação e os interesses empresariais. Assim, surge uma hipótese que pode ser mais aprofundada e avaliada em pesquisas vindouras a respeito da relação entre o Legislativo e o campo da cooperação internacional, que consiste em identificar uma nova ação relevante deste Poder na seara em estudo, indo além da função de análise e deliberação de atos que lhe é comum e que, inclusive, se percebeu no caso do CBERS.

É válido também afirmar a inexistência de um padrão único de caracterização dos atores na área agrícola e espacial com Japão e com China. A ação presidencial, ministerial, diplomática e o papel individual de atores políticos brasileiros são notórios no PRODECER e CBERS, diferenciando-os dos demais acordos. Desse modo, acentua-se o viés político-diplomático associado aos projetos de sucesso, sendo um fator de importante reforço dos laços cooperativos. O interesse governamental japonês ou chinês revela-se fundamental nesses mesmos casos bem sucedidos de cooperação.

Do exposto até então sobre os atores determinantes da indução cooperativa, depreende-se que os aspectos semelhantes em todos os casos de cooperação, como a importância do corpo institucional e técnico brasileiro não são determinantes para a maior ou menor intensidade da cooperação, mas sim os fatores político-diplomáticos, que se destacaram no PRODECER e CBERS. O interesse governamental externo também possui um peso relevante. Esses pontos serão melhor analisados no próximo tópico, cujo enfoque está direcionado para o PRODECER e CBERS.

5.2. ANÁLISE DOS CASOS DE SUCESSO: PRODECER E CBERS

Neste tópico, busca-se acentuar as particularidades do PRODECER e do CBERS em relação aos demais acordos e verificar as características que os distinguem, a fim de perceber o que é comum nos casos cooperativos de sucesso e o que as peculiaridades desses dois projetos expressam sobre a cooperação brasileira com Japão e China. O quadro abaixo é um recorte dos dois apresentados na seção anterior e ilustra as características e os atores determinantes ligados ao PRODECER e CBERS.

Quadro 5.3 - Comparação entre PRODECER e CBERS

Características da cooperação			Atores determinantes da cooperação		
	CBERS	PRODECER		CBERS	PRODECER
Países	China	Japão	Países	China	Japão
Áreas cooperativas	Espacial	Agrícola	Áreas	Espacial	Agrícola
Status atual	Em andamento	Finalizado	Ação Presidencial	Sim	Sim
Grau da cooperação	Alto	Alto	Ativismo ministerial	Sim	Sim
Iniciativa brasileira	Sim	Sim (Mas, o Japão já tinha se manifestado a favor antes)	Ativismo diplomático	Sim	Sim
Montante financeiro total	Incerto (Entre 2001 e 2015, aproximadamente US\$ 327 milhões com desenvolvimento e lançamento de satélites do lado brasileiro)	US\$ 573 milhões de ambos os países (nas três fases)	Corpo técnico	Sim	Sim

Características da cooperação			Atores determinantes da cooperação		
	CBERS	PRODECER		CBERS	PRODECER
Indução japonesa/chinesa	Forte (reduzida no tempo e em alguns momentos)	Forte (reduzida no tempo)	Ação institucional	Sim	Sim
Fator econômico relacionado	Fraco	Forte	Papel individual de atores políticos	Sim	Sim
Resultado da cooperação	Forte	Forte	Papel individual de pesquisadores	Sim	Não
Movimento dos atores de política externa brasileiros	Forte	Forte	Interesse empresarial ou de classe	Não	Sim
Participação do MRE	Forte	Média	Ação Legislativa	Não	Sim
Número de atores brasileiros envolvidos	Alto	Alto	Interesse institucional externo	Sim	Sim
Novos acordos estabelecidos	Sim	Sim	Interesse governamental externo	Sim	Sim

Notas:

1) As informações constantes no quadro acima foram elaboradas com base na análise desenvolvida ao longo desta tese.

2) Os destaques em negrito são decorrentes das características que se diferem em ambos os acordos.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações detalhadas na pesquisa.

Aponta-se, preliminarmente, que os pontos a serem analisados aqui já foram ressaltados anteriormente, mas serão aprofundados e direcionados para o objetivo dessa seção, que é

essencialmente observar o que nos dois casos cooperativos de destaque foi determinante para a cooperação. Sendo assim, as constatações comuns sobre o PRODECER e CBERS, como alto grau de cooperação, alcance de resultados relevantes, alto número de atores envolvidos e novos acordos estabelecidos no tempo, são aspectos que justificam o nível cooperativo atingido e a própria caracterização desses programas cooperativos como de sucesso.

Verifica-se, em ambos os casos, um movimento de política externa brasileira forte com uma representativa ação presidencial, diplomática, ministerial, do corpo técnico-institucional e dos atores políticos individuais. Também se nota uma forte indução externa com estímulo governamental e institucional de Japão e China. Todavia, é válido ponderar que houve momentos em ambos os acordos de redução da promoção japonesa e chinesa, bem como também se percebeu essa diminuição ao longo do tempo; porém, em variadas situações, visualiza-se o maior ativismo brasileiro como compensador da diminuição da atenção externa. É nesse sentido que se explicita como determinante o papel indutivo da cooperação por parte de Japão e China; mas também dos atores de política externa brasileiros.

Apesar do referendado ativismo brasileiro, afirma-se que, com o CBERS, esse processo foi mais desenvolvido e acredita-se que a atuação mais incisiva do MRE tenha sido primordial³⁷⁴. Além disso, a iniciativa cooperativa brasileira verificada em ambos os casos é relativamente amenizada na interação com os japoneses, já que o Japão tinha proposto a cooperação na área de cerrados previamente, embora não tenha ocorrido suporte brasileiro para essa primeira solicitação e seu andamento não tenha se deflagrado.

Existem ainda alguns aspectos distintivos entre PRODECER e CBERS que reforçam as diferenças entre as cooperações sino e nipo-brasileiras. Desse modo, apresentam-se os status dos dois projetos, estando o primeiro finalizado e o segundo em andamento, bem como a maior dificuldade de precisão do montante financeiro vertido para o CBERS em comparação com o PRODECER. A discussão sobre esses pontos será delineada na próxima seção, avaliando os cenários de cooperação sul-sul e norte-sul, por meio da relação com Japão e China.

Acrescenta-se também que, no caso do CBERS, houve um destaque de pesquisadores individuais, muito embora se note uma coesão de ação do corpo técnico. Quanto ao PRODECER, há um interesse empresarial e um fator econômico indutivo da cooperação, que não se visualiza no âmbito do CBERS. Ademais, percebe-se uma atuação legislativa

³⁷⁴ Essa percepção foi decorrente da análise dos telegramas do MRE e do movimento dos atores em prol do acordo. A destacada atuação dos representantes da Embaixada do Brasil em Pequim teve ampla influência nesta conclusão. Ademais, as constantes tentativas brasileiras de ampliar os laços cooperativos no campo espacial com a China também reforçam as considerações apresentadas.

estimuladora do acordo com o Japão que não se destaca com a China, apesar de o Legislativo ter exercido um papel de avaliador dos dois acordos cooperativos, em virtude dos montantes financeiros envolvidos em ambos.

Baseado no estudo desenvolvido nos capítulos 3 e 4, detalha-se um pouco mais os atores brasileiros envolvidos nas cooperações de sucesso com Japão e China. Assim, no PRODECER, destaca-se um forte movimento indutivo da cooperação por parte do MAPA, de personalidades públicas, a exemplo de Alysson Paolinelli, e uma relevante indução empresarial. Por outro lado, com o CBERS, nota-se um movimento diplomático mais coeso, com envolvimento da Embaixada do Brasil na China, atuação do MCT(IC), de instituições como a AEB e o INPE e uma rede de atores individuais.

Ainda, é fundamental ressaltar que o PRODECER e o CBERS foram projetos do governo brasileiro, o que pode explicar a elevada movimentação da política externa do país para o encaminhamento deles. De toda forma, demonstra-se a importância da política externa brasileira na promoção da cooperação, fator esse que merece ser melhor avaliado em todos os processos cooperativos brasileiros, a fim de reforçar o papel do Brasil e os possíveis ganhos a serem obtidos. Reforça-se ainda como o MRE e, especialmente a Embaixada brasileira em outros países, pode funcionar como um grande estimulador da cooperação, como se notou no CBERS.

Conclui-se, então, que as variáveis internas e externas são relevantes para a promoção da cooperação nos dois casos analisados, mas que em nenhuma das duas cooperações o interesse externo funcionou como direcionador direto das relações cooperativas. A ação brasileira teve um peso determinante na cooperação sino e nipo-brasileira nos âmbitos do PRODECER e do CBERS. Sendo assim, reconhece-se que, se China ou Japão realmente não quisessem dar continuidade a determinado acordo cooperativo, seria difícil para o Brasil reverter esse quadro, mas é primordial frisar que, em variados momentos com o PRODECER e o CBERS, os atores brasileiros buscaram estimular a cooperação e essa ação foi relevante³⁷⁵. No caso do PRODECER, o fim da cooperação está relacionado com a redução da indução dos atores de política externa brasileiros também e não apenas com a diminuição do interesse externo japonês, além dos notórios dilemas econômicos no âmbito doméstico brasileiro.

Quanto ao fator econômico associado à cooperação, este pode ser essencial no relacionamento cooperativo mais denso com o Japão, mas não se mostra necessário em todos

³⁷⁵ A ação brasileira de promoção dos acordos foi analisada nos capítulos 3 e 4, especialmente por meio dos telegramas do MRE. É possível perceber o interesse e o estímulo brasileiro na continuidade do PRODECER e do CBERS, conforme apresentado no estudo das respectivas fases dos acordos.

os casos de sucesso cooperativo, como é o exemplo do CBERS. Nesse sentido, o estímulo empresarial é importante para o aporte do acordo e sua dinamização para além dos instrumentos governamentais, mas o impulso político é considerado primordial para a indução cooperativa. Inclusive, a maior durabilidade do projeto de satélites com os chineses pode estar associada a esse fator político-diplomático. Por outro lado, o dilema sobre a maior evolução tecnológica do projeto de satélites pode ser uma questão ligada à reduzida promoção empresarial.

5.3. COMPARAÇÃO DA COOPERAÇÃO BRASIL-JAPÃO E BRASIL-CHINA

Complementa-se, então, a análise comparativa proposta nesta pesquisa com a percepção sobre a cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China. Contudo, antes de se ingressar no âmbito cooperativo bilateral como um todo, as áreas agrícola e espacial são observadas por meio dos seguintes pontos: status atual, desafios, força dos interesses externos e do movimento de política externa. O quadro abaixo ilustra esses aspectos.

Quadro 5.4 - Comparação das cooperações agrícolas e espaciais Brasil-Japão e Brasil-China

	Brasil-Japão		Brasil-China	
	Agricultura	Espaço	Agricultura	Espaço
Status da cooperação bilateral	Forte, mas reduzido no tempo (Japão considera o Brasil avançado nesta área para investir em cooperações de cunho técnico-científico, por isso o incentivo para cooperações triangulares)	Fraco (Japão tinha interesses comerciais com o Brasil, o ALOS gerou relações com instituições brasileiras aplicadoras do conhecimento, mas não a nível de produção ou trocas mais amplas)	Fraco (o LABEX representa bem essa seara, não há muitos avanços, apesar das intenções em biotecnologia, engenharia genética, etc)	Forte (o CBERS ilustra bem essa esfera, revelando a importância dessa cooperação no relacionamento bilateral entre os dois países)

Desafios das relações	Promover cooperação em ciência e tecnologia	Promover espaços de diálogo	Fortalecer confiança e estabelecer foco	Manter a cooperação, garantir sua ampliação e estimular o desenvolvimento tecnológico
Interesse externo	Forte, mas reduzido no tempo (interesse especialmente econômico, cenário atual é marcado por contatos bilaterais cooperativos mais reduzidos)	Fraco (ALOS partiu de uma iniciativa brasileira de estabelecer uma cooperação técnica em vez de adquirir serviços ou realizar compra de satélites e adicionais nesta área, como era o interesse japonês)	Fraco (há notórias dificuldades do lado chinês para cumprir sua parte no acordo do LABEX, por exemplo)	Forte (o foco do interesse chinês continua relevante, mas atualmente vai além do aspecto tecnológico, englobando questões econômicas, políticas e estratégicas com a região latino-americana como um todo)
Ação de política externa	Forte - Fraca (Destaque no PRODECER, mas não no cenário atual, a exemplo do EGCRS)	Fraca (houve ação considerável para promover a cooperação técnica por meio do ALOS no lugar de venda de serviços, mas não se verifica na área como um todo e a relação não avançou de nível ao longo do tempo)	Fraca (pouca atuação verificada para modificar a situação da cooperação sino-brasileira na área, a exemplo do LABEX)	Forte (relevante atuação do MRE, Presidencial, de representantes brasileiros na COSBAN, das agências e institutos no que tange à cooperação nessa área, notando-se avanços para a área de clima espacial, por exemplo)

Nota: Análise desenvolvida com base no estudo apresentado pela autora ao longo desta tese.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações constantes na pesquisa.

Depreende-se do exposto, que a área agrícola é destaque da cooperação bilateral com o Japão, embora tenha perdido força no cenário recente. Nesse sentido, estimulam-se maiores

iniciativas de cooperação científico-tecnológicas na área, bem como o próprio movimento de política externa, a fim de ampliar o nível cooperativo para além das cooperações triangulares.

Já com a China, o âmbito espacial é primordial e a cooperação se mantém com um forte interesse externo³⁷⁶ e uma importante atuação de política externa, embora menos intensos em comparação com momentos anteriores. Além disso, expõe-se o desafio de aprimorar o desenvolvimento tecnológico dos satélites e de ampliar os laços cooperativos entre os dois países no setor. Expressa-se que a ação brasileira para a consecução desses objetivos é essencial, especialmente pelo papel do MRE e pela necessidade de superação das limitações industriais, burocráticas e orçamentárias que dificultam saltos maiores no relacionamento sino-brasileiro espacial.

Como último debate comparativo, passa-se a destrinchar as características que norteiam a cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China, com base em todas as discussões realizadas na pesquisa e nos projetos/acordos apresentados. Sendo assim, são delineados os seguintes fatores: a história da política externa brasileira com os países em estudo, os tipos e as áreas cooperativas de destaque, o (in) formalismo cooperativo, os mecanismos de diálogo, a coordenação/gerenciamento, o montante financeiro envolvido, os resultados alcançados, a avaliação da cooperação e o ativismo brasileiro. Busca-se apontar se essas relações cooperativas estão mais próximas de um desenho de mais semelhança ou diferença e debatê-las com base nas nomenclaturas de cooperação norte-sul e sul-sul.

³⁷⁶ O interesse chinês pelo CBERS, como já exposto no capítulo 4, vai além do próprio acordo e está associado com os aspectos políticos e econômicos do relacionamento com o Brasil. Além disso, está ligado com a própria promoção do mercado chinês de satélites.

Quadro 5.5 - Comparação da cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China

	Brasil-Japão	Brasil-China
Política externa brasileira em perspectiva histórica	Considerável reativismo	Considerável ativismo
Tipo de destaque da cooperação	Técnico	Científico-tecnológico
Áreas de cooperação de destaque	Meio ambiente, agricultura	Espaço, energia
Formalismo cooperativo	Elevado	Reduzido
Mecanismos de diálogo	Reduzidos	Elevados
Coordenação/gerenciamento da cooperação	Elevada	Reduzida
Montante financeiro envolvido	Detalhado nos projetos e nas avaliações finais realizadas pelo lado japonês	Incerto
Resultados alcançados	Em regra	Às vezes
Avaliação da cooperação	Em regra (realizada pelo Japão)	Inexistente
Ativismo brasileiro na cooperação	Existente/ caráter mediano	Existente/ caráter alto

Nota: Os pontos apresentados neste quadro coadunam-se com a análise desenvolvida pela autora ao longo desta tese.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações apresentadas na pesquisa.

A partir do que foi sistematizado acima e delineado no decorrer da presente tese, expõe-se como primeiro ponto a importância da análise em caráter histórico da política externa e da cooperação internacional com Japão e China. Por meio desse estudo, foi possível perceber como a forma e o momento em que o Brasil se aproximou destes dois países são aspectos determinantes no que tange ao desenvolvimento das respectivas relações cooperativas. Assim, apesar da tentativa de se verificar a dinâmica própria brasileira do campo da cooperação internacional, com o movimento dos atores e o desenvolvimento dos acordos, constatou-se, na comparação com Japão e China, que a distinção do modo de agir brasileiro, mais ativo ou menos, está amplamente conectada com as raízes históricas das relações cooperativas. Além disso, com a percepção do relevante papel dos atores de política externa em torno da indução

da cooperação, a exemplo do que foi traçado com o PRODECER e o CBERS, consideram-se as características da política externa brasileira direcionadas para o Estado japonês e o chinês de grande influência sobre a esfera cooperativa.

Sendo assim, nota-se com o Estado japonês um considerável reativismo da política externa brasileira prolongado no tempo e que se reflete na lógica da cooperação internacional estabelecida com o Japão, apesar dos momentos de ativismo dos atores brasileiros na promoção dos laços cooperativos, como se destacou na discussão sobre o PRODECER. Desse modo, as diferenças nítidas de desenvolvimento de Brasil e Japão, o momento de estabelecimento das relações cooperativas por volta da década de 1950/60 e a noção inicial de receptor de ajuda têm uma forte influência até os dias atuais, muito embora as mudanças no fortalecimento da ideia de parceria e de participação brasileira na cooperação triangular sejam amenizadoras desse aspecto estrutural.

Há, então, uma grande diferença em relação à China, tendo em vista que as relações de política externa foram estabelecidas na década de 1970 e as cooperativas por volta dos anos 1980 e, nessa época, Brasil e China possuíam níveis próximos em termos de desenvolvimento econômico. Dessa forma, desde o começo, o Brasil traçou um comportamento consideravelmente ativo em termos de política externa e cooperação com a China, repercutindo até os momentos recentes da cooperação.

Logo, verifica-se que, na análise geral do relacionamento cooperativo bilateral, o aspecto estrutural possui uma grande importância. Esse ponto, no entanto, não invalida o ativismo brasileiro na cooperação com Japão e China nos casos e situações analisados nessa pesquisa. Apenas revela que as ações brasileiras acontecem dentro uma lógica estrutural, que necessitaria de mais esforço do país para ser modificada a seu favor, incluindo maior mobilização dos atores de política externa, especialmente nas relações com os japoneses.

Essa diferença, então, na cooperação com japoneses e chineses fortalece as distintas nomenclaturas designadas a cada uma das interações, ou seja, cooperação norte-sul e sul-sul, respectivamente. No que tange à relação cooperativa com a China, nota-se o desenvolvimento de uma agenda de cooperação mais compartilhada, referendada na lógica de benefícios mútuos e no trabalho conjunto de atores locais de ambos os países, aspectos comuns às diretrizes sul-sul de cooperação³⁷⁷. Ademais, não se verificou nos casos cooperativos sino-brasileiros a existência de condicionalidades, embora elas possam ser pensadas na relação da China com a América Latina, considerando a ligação entre cooperação e financiamento chinês. Na

³⁷⁷ Essas características podem não se apresentar de maneira perfeita, por exemplo pelos dilemas de transferência tecnológica no caso do CBERS, mas são, em geral, perceptíveis.

cooperação bilateral com o Japão, a seu turno, ainda existe uma relação mais próxima de doador-receptor, característica da lógica norte-sul, por mais que haja trabalho conjunto e concepção de parceria. Inclusive, isso se demonstra na percepção inicial japonesa de que a parte de tecnologia de ponta ficaria a cargo deles no âmbito do acordo de engenharia genética – EGCRS –, pensamento este que os pesquisadores brasileiros buscaram desmistificar. Logo, observa-se que, mesmo no cenário atual de assimetria econômica brasileira com Japão e China, há dessemelhanças consubstanciais nas interações com esses países que fortalecem as designações terminológicas norte-sul e sul-sul, conforme ressaltado.

Corroborando ainda mais com o argumento apresentado, a cooperação técnica é predominante nas relações com o Japão, enquanto as científico-tecnológicas são com a China³⁷⁸; as relações com os japoneses são mais formais, havendo um processo de negociação lento e de solicitação de cooperação com o envio de um projeto e sua posterior aprovação ou não pelo Estado japonês. Ademais, as avaliações são realizadas pelo próprio Japão, sendo considerado no Brasil um procedimento padrão. Por outro lado, afirma-se que os objetivos cooperativos são, em regra, alcançados na finalização dos projetos e há uma elevada coordenação da cooperação do lado brasileiro e, especialmente, do japonês, permitindo maiores informações sobre a cooperação internacional. Já com a China, deflagra-se um processo de maior diálogo, como a COSBAN e os Planos de Ação, repercutindo positivamente sobre a cooperação, as interações cooperativas são mais informais, pois as negociações vão ocorrendo na medida em que a cooperação vai sendo estabelecida e o acordo cooperativo se fortalece pelos atos internacionais firmados.

Ainda, é válido ressaltar o importante papel do Brasil na negociação da cooperação com a China, embora haja maior dificuldade de implementação dos acordos. Esse aspecto também se aproxima da noção de cooperação sul-sul, na qual há ideias a serem efetivadas e transformadas em futuros projetos. No caso japonês, depreende-se o oposto, isto é, o maior dilema de negociação do lado brasileiro e uma implantação dos projetos de maneira mais fácil, porquanto são estruturados previamente.

³⁷⁸ Quanto a essa distinção da cooperação técnico-científica para a científico-tecnológica entre Brasil-Japão e Brasil-China, respectivamente, não se trata apenas de uma diferenciação de nomenclatura, mas se percebeu que há um caráter de maior promoção tecnológica na concepção da cooperação com a China. Os resultados e a concretude dos acordos com os chineses, por sua vez, já são outra questão a ser analisada, conforme se debateu no capítulo 4. Ademais, é fundamental reforçar que há também elementos científico-tecnológicos em alguns processos cooperativos com o Japão, conforme apresentado no capítulo 3, e que, muitas vezes, as questões técnicas e científicas estão imbricadas, como ressaltado na parte conceitual desta pesquisa. Por fim, essas denominações supracitadas estão associadas a objetivos e processos de cooperação que reforçam características de maior unilateralidade ou horizontalidade de difusão do conhecimento, muito embora nem sempre essas interações ocorram precisamente nestes termos.

Não se pode, porém, deixar de retomar a crítica apresentada pela literatura acerca da natureza sul-sul do relacionamento sino-brasileiro. No entanto, estas análises, em geral, estão associadas com o viés econômico-comercial da interação bilateral. Aponta-se, então, a partir da análise da relação cooperativa sino-brasileira desenvolvida nesta tese, que, no campo da cooperação internacional, ainda se pode mencionar a existência uma relação mais próxima do que se denomina sul-sul com os chineses, em comparação com as diretrizes do viés norte-sul de cooperação, as quais se ligam mais à interação com os japoneses. Acrescenta-se ainda que as assimetrias do Brasil em relação à China existem³⁷⁹, mas o Brasil tem um papel ativo e negociador com o país e o relacionamento na área espacial difere-se das cooperações com viés mais comercial existentes com outros países da América Latina, por exemplo.

Por conseguinte, destaca-se um desenho de mais diferença na cooperação técnico-científica bilateral Brasil-Japão e Brasil-China, inclusive no que tange ao comportamento brasileiro, que se visualiza como mais ativo no relacionamento cooperativo com os chineses. Isso significa que não é possível observar uma competição entre Japão e China no que tange à cooperação com o Brasil, até mesmo porque as próprias áreas-chave da cooperação com ambos os países são também distintas.

Diante do exposto, acredita-se que algumas características de um lado podem ser reforçadas no outro. Por conseguinte, o lado mais político e dialógico da cooperação com a China pode ser transpassado para as relações com os japoneses. As reuniões no formato da COSBAN podem ser uma boa estratégia, juntamente com uma maior atuação do MRE e, especialmente, da Embaixada brasileira em Tóquio. A replicação da maior formalização da cooperação existente com o Estado japonês para as relações com os chineses, no entanto, já se mostra uma missão mais difícil e talvez inviável de ser realizada, mas é possível aumentar a transparência com a explicitação dos montantes financeiros investidos, dos resultados cooperativos e a realização de avaliações da cooperação. Além disso, a coordenação da cooperação com a China também pode ser ampliada por meio, especialmente da DCTEC/MRE e do MCTIC, possibilitando a divulgação de informações e dados que instiguem maiores estudos sobre o assunto. Ademais, a formalização dos processos de cooperação técnica com a China também se demonstra relevante, apontando um nicho a ser trabalhado pela ABC. Todos esses pontos demonstram a possibilidade de aprendizado e adequação das modalidades cooperativas sul-sul e norte-sul em prol de maiores ganhos para o Brasil.

³⁷⁹ As assimetrias econômicas e tecnológicas não podem ser compreendidas como barreiras diretas ao desenvolvimento de relacionamentos mais horizontais no campo da cooperação internacional. Do contrário, as interações brasileiras com vários países africanos não poderiam ser inseridas dentro da nomenclatura sul-sul.

5.4. PERCEPÇÕES GERAIS DO CAPÍTULO

A partir dos pontos debatidos neste capítulo, as seguintes percepções podem ser sumarizadas. Em primeiro lugar, não há uma simetria comportamental brasileira e nem das nuances dos acordos cooperativos nos âmbitos agrícola e espacial na comparação com Japão e China, nem mesmo nos casos de sucesso da cooperação, a exemplo do PRODECER e CBERS. Existem, contudo, características que se destacam em variadas situações cooperativas, como a importante ação de técnicos e instituições brasileiras. De maneira crítica, observou-se uma participação pouco ativa do MRE e de demais atores da política externa em grande parte dos casos, com exceção dos bem sucedidos.

Em segundo lugar, no que tange particularmente ao PRODECER e CBERS, notou-se, no acordo com os japoneses, um viés econômico representativo e, no estabelecido com os chineses, uma atuação do MRE mais marcante. Em ambos os casos, porém, destacam-se como relevantes as ações Presidenciais, ministeriais, diplomáticas, de atores políticos individuais e, ainda, o interesse governamental externo.

Nesse sentido, aponta-se a importância dos atores brasileiros de política externa brasileira na indução da cooperação internacional com ambos os países estudados, esclarecendo que Japão e China não influenciam diretamente as relações cooperativas por meio de seus interesses e ações. Muito embora, o maior reativismo do lado brasileiro no que tange às relações de política externa e cooperação internacional, especialmente com os japoneses, possa reforçar uma indução externa mais ampla e as próprias características da cooperação norte-sul, questão essa que merece reflexão.

Em terceiro lugar, são sugeridos direcionamentos para as duas díades em análise, ou seja, as cooperações Brasil-Japão e Brasil-China, atentando para a importância de reforçar a cooperação científico-tecnológica e os mecanismos de diálogo governamental com os japoneses, ampliando o ativismo brasileiro nessas interações. Do ponto de vista da cooperação sino-brasileira, há que se reforçar cada vez mais a plataforma de ação do Brasil, impulsionando as diferentes possibilidades de contatos cooperativos, a fim de dinamizar a relação e impedir o *status quo* ou sua verticalização. Conforme se depreendeu dos casos analisados, as cooperações agrícola e espacial com China e Japão, respectivamente, merecem ser mais analisadas pelo Estado brasileiro e direcionadas na medida dos interesses do país.

Portanto, a conclusão parcial deste capítulo é no sentido de explicitar o cenário de mais diferença das relações cooperativas estabelecidas entre Brasil- Japão e Brasil-China, reiterando

ainda as nomenclaturas que lhe são características, isto é, norte-sul e sul-sul. Muito embora se reconheçam as discussões sobre as assimetrias chinesas e os possíveis impactos para o setor da cooperação internacional, ainda se percebe, ao longo da análise do comportamento brasileiro no processo de negociação, dinamismo nas ações, envolvimento de múltiplos atores locais e benefícios na interação, os quais justificam o entendimento mais próximo da horizontalização em comparação com a verticalização. Quanto aos japoneses, embora haja um discurso de maior parceria com o Brasil, a relação continua marcada por grande formalismo e maior coordenação e direcionamento por parte do Japão, embora o Brasil demonstre capacidade de ação no decorrer do processo cooperativo. Por fim, ressalta-se a importância de o Brasil aprender com ambas as relações, fortalecendo seu poder negociador e dialógico com os japoneses e a capacidade de coordenação e de estabelecimento de foco com os chineses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da análise da cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China nas áreas agrícola e espacial, buscou-se observar o papel da política externa brasileira na indução da cooperação e os fatores determinantes para a promoção das relações cooperativas com os dois países. Sendo assim, a cooperação internacional foi debatida como um princípio da política externa brasileira, mas também como uma política que pode ser induzida ou indutora desta última. Essas possibilidades de interação podem ser ilustradas pelas seguintes nomenclaturas: cooperação na política externa, política externa para a cooperação e cooperação para a política externa.

O grande cerne em discussão consistiu em verificar, em meio à estrutura assimétrica e interdependente das relações cooperativas com Japão e China, se o Brasil possuía uma ação de política externa movida por atores e fatores internos que garantisse resultados de interesse do país na cooperação. Para isso, utilizou-se das teorias de análise de política externa para tentar verificar as situações que envolviam a influência externa, interna e os resultados cooperativos. A situação de extrema relevância que se tentou verificar foi se existia nas interações nipo e sino-brasileiras momentos de estímulo cooperativo externo fraco, interno forte e um andamento positivo da cooperação, referendando a importância do âmbito doméstico brasileiro de atuação.

Associou-se, então, a abordagem apresentada acima com as discussões sobre a relação entre política externa e cooperação internacional. Revelou-se que grande parte dos trabalhos internacionais se foca na cooperação como fortalecedora da política externa do país doador e, no caso do Brasil, há grande concentração de estudos sobre a política externa e sua análise histórica, inserindo nessas discussões aspectos sobre o âmbito da cooperação internacional.

Considerando esse quadro dos estudos tradicionalmente desenvolvidos e se utilizando da base analítica previamente ressaltada, nessa pesquisa, houve a intenção de se debruçar sobre os atores brasileiros e seus movimentos, a fim de se notar a existência ou não de uma política externa brasileira estimuladora da cooperação com Japão e China. Assim, ao longo desta tese, analisou-se a cooperação e sua conexão com a política externa em termos principiológicos, discursivos e, especialmente, dedicou-se à sua compreensão como prática política por meio de cinco acordos representativos das interações sino e nipo-brasileiras, quais sejam, PRODECER, EGCRS, ALOS, CBERS e LABEX. Frise-se que foi dado enfoque aos dois acordos com maior sucesso em termos de resultados com Japão e China, ou seja, PRODECER e CBERS, já que por meio deles mais atores e fatores cooperativos poderiam ser observados, reforçando a análise

comparativa. Esse delineamento dos casos de cooperação foi corroborado por uma análise comparativa entre todos eles, entre os dois mais relevantes e entre o todo da cooperação com os japoneses e chineses. Esse ponto permitiu discutir a existência de maiores proximidades ou diferenças entre as duas relações cooperativas e a própria designação norte-sul e sul-sul a elas referendada.

A fim de nortear o estudo, expôs-se a estrutura da cooperação técnica brasileira, acentuando seu maior desenvolvimento por volta dos anos 1960 e 1970, com a estruturação da cooperação técnica recebida e o desenvolvimento das capacidades para a prestação da cooperação. Ademais, assevera-se o papel da ABC como coordenadora dessa modalidade cooperativa. Já a cooperação científico-tecnológica brasileira acontece de forma mais direta entre as instituições públicas como universidades, CNPq, CAPES, INPE, EMBRAPA. O MCTIC e o DCTEC/MRE têm o papel de coordenação dessa modalidade cooperativa, embora tenha se observado certa dificuldade nesse processo. Verificou-se ainda que os planos nacionais de ciência e tecnologia no Brasil desenvolveram-se em meio à ditadura militar e a proliferação de acordos nesse âmbito ocorreu a partir dos anos 1980. É pertinente ressaltar que o desenvolvimento dessas duas modalidades cooperativas coincide com o início das interações com Japão e com China nas perspectivas técnica e científico-tecnológica, respectivamente.

Com base nesses pontos constantes na introdução e no capítulo 1, abordou-se no segundo capítulo desta tese a política externa brasileira para a Ásia e as relações cooperativas com Japão e China. A importância desse panorama consistiu em debater o modo como o Brasil direciona historicamente sua política externa para os países asiáticos, Japão e China em particular, e de que forma esse caminho se liga ao relacionamento cooperativo com os japoneses e chineses.

Dessa forma, por meio das entrevistas realizadas, da análise estrutural do Itamaraty para a Ásia e das relações com os variados países asiáticos, pondera-se a inexistência de uma política externa brasileira específica para a região. Assim, constatou-se que as interações com os países asiáticos, detidamente Japão e China, iniciaram-se com base no movimento migratório para o Brasil e, até a década de 1970, as relações bilaterais eram basicamente voltadas para o Estado japonês e muito centradas no âmbito econômico-financeiro. Com o governo Geisel, há o fortalecimento das relações com Japão e China e alguns contatos com a Índia; mas, a centralização das relações com os japoneses ainda era notória. A década de 1980 representa a maior interação com os chineses e, em face disso, é possível constatar que a ampliação do relacionamento brasileiro com a Ásia até 1990 esteve ligada com essa onda de crescimento da interação com os chineses.

Há que se citar, porém, a existência de retrocessos nesse processo de ampliação das relações com a região asiática, como se nota no governo Collor de Mello. O Presidente Itamar Franco, por sua vez, retoma a atenção para a Ásia, a qual foi reforçada por Fernando Henrique e Lula da Silva. Neste último, nota-se uma grande expansão dos contatos com variados países da região. Em seguida, Dilma Rousseff e Michel Temer mantêm a continuidade das interações, mas dentro de uma lógica declinante da emergência do Brasil no âmbito internacional. Percebe-se, então, do governo Itamar ao de Temer, uma tendência positiva da interação com a Ásia, embora marcada por diferentes intensidades dessas inter-relações.

Quanto ao comportamento brasileiro com base nesse debate histórico, verifica-se um posicionamento reativo no início dessas interações, especialmente com os japoneses, que vai se modelando no tempo, dando espaço a iniciativas brasileiras na região, como se percebe, por exemplo, nas relações com os chineses, nos contatos com os países da Ásia Central e na atuação no Timor Leste. No entanto, a ausência ou a baixa capacidade de promover inovação e estratégias de interação com a região asiática, a habilidade japonesa e chinesa de inserir seus interesses no relacionamento com o Brasil, principalmente na esfera econômico-comercial e o fluxo brasileiro de atuação fortemente ligado às propostas de crescimento japonês e chinês, promovidas em épocas distintas, demonstram um lado reativo da política externa que merece ser destacado.

Por outro lado, verificam-se, sem dúvida, ações presidenciais relevantes, com destaque para os governos Geisel, Figueiredo, Sarney, Itamar, Fernando Henrique e Lula da Silva, que reforçaram as interações com a Ásia. Aponta-se que o foco das interações se concentrou com Japão, China e, em menor medida, Índia e Coreia do Sul. A identificação da importância de outros atores brasileiros de política externa foi desenvolvida nos casos de cooperação escolhidos para esse estudo, porque está associada a uma análise mais detalhada que não seria possível por meio do viés histórico da política externa brasileira para a Ásia.

Com base nos debates empreendidos até aqui, também se concluiu que há um maior reativismo da política externa brasileira com o Japão do que com a China e se acredita que o momento de estabelecimento das relações bilaterais e a particularidade dos países à época corroboraram essa lógica interpretativa. Assim, mesmo com as mudanças temporais no relacionamento, esse padrão ainda persiste.

Quanto à política externa brasileira e seu estímulo para a promoção da cooperação, verifica-se que, nos governos de política externa mais ativa, também houve maior intensidade de promoção cooperativa, especialmente na Presidência de Lula da Silva. Esse ponto não é novidade na literatura de política externa, porém acentua o seu papel e importância frente às

interações cooperativas. Percebeu-se também que os preparativos e as visitas presidenciais são centrais no incentivo à cooperação. Esse último ponto pode ser explicado pela centralidade dada ao âmbito governamental no estudo histórico da política externa e da cooperação, deixando de lado outros aspectos possivelmente importantes, mas que foram analisados no estudo específico dos casos de cooperação.

No terceiro capítulo, por sua vez, apresenta-se o delineamento da cooperação técnico-científica Brasil-Japão. Assevera-se, então, a forma regionalizada com que o Japão enxerga o Brasil e a visão bilateral a partir da qual o Estado brasileiro lida com o japonês. Assim, os japoneses trabalham com áreas e estratégias de ação na América Latina e o Brasil, como se notou, atua mais ligado a uma perspectiva de cenários existentes e ações responsivas. Aponta-se ainda no relacionamento nipo-brasileiro o foco na cooperação técnica, não havendo um crescimento da modalidade científico-tecnológica em detrimento da redução da primeira. A cooperação triangular tem assumido um papel fundamental no relacionamento entre os dois países e o grande receio discutido nesta pesquisa é a diminuição das cooperações bilaterais também fundamentais para o Brasil. Além disso, tem ocorrido, nos últimos tempos, um amplo interesse do setor privado japonês no âmbito cooperativo com o Estado brasileiro.

Apesar da constatada redução da ODA direcionada ao Brasil em tempos mais recentes, o país destaca-se entre os receptores da América Latina e em número de projetos da modalidade científico-tecnológica denominada SATREPS. Os temas centrais da cooperação são meio ambiente e agricultura, também comuns na região latino-americana. Não se encontram muitos atos internacionais entre os dois países, estando os projetos de cooperação embasados pelos acordos de cooperação técnica e científico-tecnológica de 1970 e 1984, respectivamente. Menciona-se ainda que existe um bom relacionamento entre os atores envolvidos na cooperação, embora os aspectos políticos da interação entre a ABC e a JICA tenham sido questionados no cenário mais recente.

A partir da análise mais geral dos diversos acordos cooperativos desenvolvidos com o Japão entre 2000 e 2015, como Koban e TV digital, deflagrou-se que as iniciativas formais para o estabelecimento da cooperação advêm do lado brasileiro, os resultados cooperativos são geralmente alcançados, o montante financeiro consta no projeto ou na avaliação final realizada pelos japoneses, muito embora nem sempre seja fácil de se encontrar e, ainda, algumas iniciativas são transformadas em cooperação trilateral, a exemplo dos dois acordos já citados nesse parágrafo. Esses pontos explicam a lógica de cooperação nipo-brasileira, como se pondera mais adiante.

Na esfera agrícola nipo-brasileira, estabeleceu-se as três fases cooperativas, sendo elas: as interações decorrentes do processo migratório; a cooperação técnica e financeira na década de 1970 e a redução da intensidade cooperativa bilateral em anos posteriores; e a acentuação da triangulação e da participação de atores privados a partir dos anos 2000. Ressalta-se também, em termos de contatos institucionais, que há um bom relacionamento entre EMBRAPA, JICA e a ABC.

Tratando especificamente do PRODECER, depreende-se o seu reconhecimento como acordo de sucesso pelos resultados alcançados em torno do desenvolvimento agrícola brasileiro, especialmente no que tange à produção de soja. Como motivação para a cooperação, o Japão buscava suprir a produção agrícola no país em meio aos dilemas no relacionamento com os EUA. O Brasil, a seu turno, buscava o desenvolvimento do país e estava promovendo uma política de territorialização que coincidia com a promoção dos cerrados. Além disso, havia, desde os anos 1960, a promoção de uma política agrícola brasileira embasada na modernização e no sistema creditício, reforçando a conexão com o PRODECER.

Dessa forma, o PRODECER se desenvolve em meio a um estímulo externo forte, inclusive com a proposta japonesa para a promoção do acordo desde os anos 1960, um interesse econômico amplo de ambos os lados e o movimento de atores políticos do âmbito brasileiro que direcionaram e estimularam o projeto ao longo do tempo. No Brasil, como condutoras econômicas da cooperação são citadas as cooperativas agrícolas, a empresa nipo-brasileira CAMPO e algumas instituições bancárias. Agregam-se a elas a importante atuação Presidencial, ministerial, detidamente dos representantes do Ministério da Agricultura, e, em menor medida, diplomática e parlamentar. Ainda, aponta-se que a rede de atores políticos individuais se demonstrou determinante para conduzir a cooperação do lado brasileiro, a exemplo do então Secretário da Agricultura de Minas Gerais e posteriormente Ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, do Presidente Ernesto Geisel, do Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, do Ministro da Agricultura Íris Rezende, do Presidente da CAMPO Emiliano Botelho, dentre outros. No âmbito japonês, é relevante destacar os interesses econômicos dos grupos agrícola e industrial referendados pela Zendoren e Keidanren, respectivamente, além do papel de Primeiros-ministros, da JICA e da JADECO.

Verificou-se, em geral, a continuidade do PRODECER de 1979 a 2002, muito embora o interesse japonês e o receio de manutenção do projeto tenham se ampliado ao longo do tempo, o elevado estímulo brasileiro do momento inicial também tenha se reduzido e, finalmente, o governo do Presidente Collor não tenha promovido o acordo. É válido mencionar que a indução do PRODECER III (1995-2002) reforça a discussão teórica e prática delineada sobre a

capacidade da ação brasileira no desenvolvimento da cooperação, mesmo com o interesse externo enfraquecido.

Em relação ao segundo projeto agrícola analisado, o EGCRS de 2010 a 2015, verificou-se que seu delineamento foi decorrente de contatos técnico-institucionais, de uma proposta japonesa e da solicitação formal brasileira. A cooperação no campo de engenharia genética teve os seguintes resultados: alcançou os objetivos pretendidos; houve boa interação entre os atores centrais – JIRCAS e EMBRAPA –; não se verificou indução relevante dos atores da política externa brasileira; e, por fim, permaneceram os contatos entre as partes, mas não houve continuidade do projeto, apesar do interesse brasileiro. Um aspecto essencial de ser expresso, que reforça as discussões históricas sobre política externa e cooperação e a dinâmica cooperativa com os japoneses mesmo no cenário recente, foi a ideia inicial japonesa, no âmbito do projeto, de que a tecnologia de ponta ficaria a cargo do Japão e a aplicação seria papel brasileiro, muito embora o trabalho na esfera tecnológica tenha ocorrido de forma conjunta. Com essa revelação, constata-se que, mesmo em projetos de ciência e tecnologia entre instituições de pesquisa qualificadas, ainda há um desnivelamento na lógica da cooperação nipo-brasileira, especialmente a partir da perspectiva japonesa.

No que tange à cooperação espacial entre Brasil e Japão, por sua vez, verificou-se uma relação pouco desenvolvida, amplamente baseada em interesses econômicos japoneses, apesar de o exercício pontual da política externa brasileira ter favorecido a relação no campo técnico. Sendo assim, o projeto ALOS se desenvolve de 2009 a 2011, alcançando os resultados pretendidos com o fornecimento de imagens do referido satélite visando à proteção ambiental da Amazônia. No entanto, até setembro de 2018, não ocorreu a continuidade do projeto, apesar do interesse brasileiro.

Com base nos três projetos e nas duas áreas cooperativas entre Brasil e Japão analisadas, chega-se às seguintes interpretações: 1) a maior indução da política externa e a ação de atores políticos promovem a cooperação e reforçam os interesses brasileiros; 2) a indução da política externa no relacionamento cooperativo com os japoneses não depende apenas do fator econômico, a exemplo da existência de uma reduzida ação ocorrida no caso do ALOS; contudo, pode-se pensar que o maior estímulo das ferramentas de política externa pode estar associado a esse aspecto, como se verificou no PRODECER; 3) a indução externa japonesa para a cooperação é fundamental, mas não é suficiente para promover a relação cooperativa e suas características, como se notou com o não seguimento da lógica cooperativa de compra e venda no caso de satélites e também na tentativa japonesa não concretizada de promover o PRODECER antes da década de 1970.

No que se refere à cooperação técnico-científica com os chineses, apresentada no capítulo 4, reforça-se o desenvolvimento mais tardio das interações cooperativas em comparação com os japoneses, ou seja, enquanto as primeiras iniciaram-se apenas em 1980, as segundas começaram a se desenvolver por volta dos anos 1960-70. Ademais, assevera-se o foco na cooperação científico-tecnológica com os chineses e a reduzida indução da cooperação técnica entre Brasil e China. Há que se apontar ainda a dificuldade de se ter clareza dos montantes vertidos para a cooperação, o ótimo diálogo entre os países e a fluidez de atos internacionais firmados.

Quanto à análise geral dos acordos, verifica-se que as áreas de espaço, energia e nanotecnologia são as mais desenvolvidas entre Brasil e China, mas é possível notar a existência de muitos espaços a serem expandidos no campo cooperativo e acordos com baixo a médio grau de cooperação, com exceção do CBERS. Nos casos do Centro China-Brasil na área energética e do CBCIN/LNNANO no âmbito da nanotecnologia, observou-se o desenvolvimento de projetos entre os dois países; mas, por outro lado, constatou-se uma escassez de informação disponível acerca dessas cooperações em seus respectivos sítios eletrônicos. Além disso, nesses dois últimos casos também se verificou uma ausência de conexão explícita da cooperação com financiamentos chineses para o Brasil, um envolvimento empresarial mais presente na cooperação energética e, em geral, uma fraca participação do MRE.

Alcançando o cerne da análise cooperativa com a China, chega-se às conclusões sobre a área espacial e o CBERS. Sendo assim, é relevante lembrar a importância da análise histórica do relacionamento bilateral sino-brasileiro e a constatação de como o momento inicial da cooperação – marcado por uma maior proximidade em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico entre os dois países – teve influência sobre o desenvolvimento das interações cooperativas e da postura mais ativa do Brasil, quando comparada com a cooperação com os japoneses. Verificou-se ainda que a cooperação espacial permanece em andamento e está guiada atualmente pelos seguintes interesses chineses: a atratividade e o prestígio externo, a visibilidade comercial, a presença estratégica na América Latina e o significado político da relação. Do lado brasileiro, a perspectiva do desenvolvimento tecnológico se mantém central. Desse modo, percebeu-se que ainda há grande interesse chinês e brasileiro na cooperação espacial, embora as premissas chinesas para a manutenção do acordo tenham se transformado, indo além da promoção de conhecimento e tecnologia. O grande dilema debatido é que a maior assimetria de interesses pode levar a dificuldades de manutenção da cooperação, detidamente por parte do Brasil. Até então, porém, o Brasil tem utilizado de estratégias incrementalistas da

cooperação, ou seja, reforça outras áreas da cooperação, como clima espacial e busca a expansão da interação cooperativa por meio da assinatura de atos internacionais. Essa seria uma nítida estratégia da política externa brasileira para a cooperação com a China.

Partindo para a compreensão dos momentos da cooperação, tem-se que o início das negociações para o CBERS entre 1982 e 1988 vai envolver do lado brasileiro atores civis e militares, a exemplo do Ministério da Aeronáutica, do Centro Técnico Aeroespacial das Forças Armadas, do Ministro do Gabinete Militar, da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) vinculada às Forças Armadas, do Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva, da Embaixada do Brasil em Pequim, do Ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer e do INPE. Nota-se nesse período um forte interesse brasileiro e chinês na cooperação. Já a primeira fase da cooperação (1989-2003), é marcada por entusiasmo e dificuldades, estas últimas detidamente no governo Collor. Acentua-se o relevante papel do MRE na consolidação do CBERS, especialmente do Embaixador Roberto Abdenur e também de engenheiros e técnicos do INPE ligados ao projeto. A segunda fase (2004-2018), a seu turno, mantém o forte empenho da diplomacia brasileira, do INPE e do MCT(IC). Nesse período mais recente da cooperação, deflagram-se ainda propostas brasileiras para ampliar as relações cooperativas, como a difusão de imagens dos satélites, os acordos no âmbito do BRICS e em clima espacial. No entanto, entre 2012 e 2018, não se observam grandes avanços na relação cooperativa do CBERS.

Dessa forma, na análise do CBERS, percebe-se nitidamente a postura negociadora e expansiva do Brasil e a constante atuação do MCT(IC), do MRE e do INPE. Além disso, verifica-se a rede de atores políticos brasileiros associados ao CBERS, do mesmo modo que no PRODECER, sendo fundamental para a continuidade do acordo. Ao mesmo tempo, nota-se também o interesse externo chinês e sua postura finalística, voltada para os prazos e para a preocupação com a vida útil dos satélites em órbita. No entanto, é válido asseverar que, em mais de uma situação, a ação brasileira foi determinante para a manutenção da cooperação, a exemplo de 1989 com o conflito na Praça da Paz Celestial. Por fim, assevera-se que o setor industrial é visto como pouco expressivo na promoção bilateral do CBERS, embora este acordo tenha se mostrado essencial para o desenvolvimento dessa esfera, já que gerou certa demanda industrial interna.

Na área cooperativa agrícola, por sua vez, depreende-se um cenário de pouco desenvolvimento das interações, apesar das possibilidades existentes e do estabelecimento do acordo LABEX entre a CAAS e a EMBRAPA. Percebeu-se, ao longo da análise desse setor, certa barreira chinesa para a propulsão cooperativa. A lógica comercial e o forte interesse em soja são pontos que se acredita que dificultam a aproximação cooperativa com o Brasil, contudo

esta é uma área que merece um maior detalhamento analítico em pesquisas vindouras. Ademais, notou-se que a relação de cooperação no âmbito agrícola está associada a um histórico de troca de material genético entre os dois países que evolui de forma menos favorável para o Brasil. Aponta-se ainda que a ideia do LABEX vem do lado brasileiro, precisamente da EMBRAPA, e que sua inauguração se deu em 2011, reforçando a perspectiva ativa brasileira. Verificou-se, por fim, um baixo nível de atuação diplomática para a promoção do acordo, uma indução chinesa fraca e um grau muito baixo de cooperação. Inclusive, destacou-se na pesquisa que houve uma redução da interação no cenário recente.

Por conseguinte, no relacionamento cooperativo técnico-científico Brasil-China chegou-se às seguintes conclusões: 1) a ação de política externa, por meio dos atores em rede e destacadamente do papel do MRE, é essencial para a promoção cooperativa; 2) o fator econômico não é determinante para a indução cooperativa; 3) a atuação externa chinesa é relevante para o estímulo da cooperação, mas não é suficiente, pois há momentos de impulso brasileiro.

Como forma de integrar as duas relações cooperativas debatidas nessa pesquisa, apresentou-se no capítulo 5 um panorama da cooperação Brasil-Japão e Brasil-China, expressando percepções mais gerais sobre o comportamento dos atores brasileiros e os fatores centrais influenciadores da promoção cooperativa.

Percebeu-se, então, a ausência de um padrão comportamental brasileiro nas áreas agrícola e espacial em termos comparados com Japão e com China. Além disso, até mesmo dentro de um desses setores, há diferenças no andamento dos acordos cooperativos e no comportamento brasileiro. Contudo, existem características comuns à cooperação com ambos os países, que são: um movimento de política externa brasileira para a promoção da cooperação tendencialmente fraco, excepcionando-se os casos do PRODECER e do CBERS; uma relevante atuação do corpo técnico e institucional brasileiro, a exemplo da EMBRAPA e do INPE; uma importante rede de pesquisadores individuais brasileiros na promoção de contatos com os japoneses e chineses; e um interesse institucional externo, muito embora no caso LABEX este tenha sido reduzido.

No que tange aos acordos agrícolas, percebeu-se que, com os japoneses (PRODECER e EGCRS), houve maior desenvolvimento cooperativo e os resultados almejados foram alcançados; por outro lado, com os chineses, o caso do LABEX demonstra uma redução da cooperação sino-brasileira no tempo. Já na área espacial, o relacionamento com a China é muito mais forte, incluindo um relevante movimento diplomático brasileiro. De toda forma, o projeto

ALOS promovido na área espacial com os japoneses também alcançou os objetivos iniciais pretendidos, sendo esse aspecto uma característica fundamental da interação com o Japão.

A comparação entre os acordos mais bem sucedidos – PRODECER e CBERS – demonstra a importância da rede de atores políticos brasileiros que reforçou esses programas no tempo. Esse ponto é muito pertinente porque explica os desnivelamentos entre estes acordos e os outros desenvolvidos com Japão e China, ou seja, nem sempre há esse movimento propulsor da cooperação, existindo inconstâncias e diferentes intensidades cooperativas. Nesses dois casos supramencionados também se observou uma forte indução cooperativa externa, embora tenha havido momentos de redução desse estímulo e de destaque da ação brasileira. Acrescenta-se ainda que ambos os projetos foram estabelecidos a partir do âmbito governamental brasileiro, fato esse que pode estar relacionado com a elevada movimentação da política externa brasileira nos dois casos, com destaque para a ação ministerial, presidencial e diplomática.

Em termos distintivos, aborda-se que o CBERS teve mais ativismo brasileiro e maior atuação diplomática do MRE e da Embaixada do Brasil na China. Já o PRODECER, obteve maior indução do setor econômico brasileiro, bem como do Legislativo. Esses dois pontos levam às seguintes interpretações: a ação diplomática pode estar associada à durabilidade dos acordos; o exercício de política externa pelo Poder Legislativo é possível que esteja associado aos fatores econômicos dos acordos; a promoção da cooperação bilateral oficial brasileira com Japão e China está essencialmente ligada ao aspecto político-diplomático e em menor medida aos fatores econômicos. Uma questão que precisaria ser melhor analisada em outras pesquisas é se o aspecto empresarial permite um maior avanço nas etapas cooperativas e um aprimoramento do âmbito técnico-científico, que não seria garantido com o movimento de política externa. Isso poderia explicar as críticas sobre o ritmo do avanço tecnológico na relação sino-brasileira no que tange ao CBERS.

A respeito da comparação mais ampla da cooperação técnico-científica Brasil-Japão e Brasil-China, alcançada por meio da perspectiva histórica de política externa e cooperação analisada, dos cinco acordos estudados e das discussões das características gerais e demais áreas cooperativas apresentadas, tem-se que se nota um desenho de mais diferença entre os dois processos cooperativos. Assim, verifica-se que a cooperação com os japoneses é mais técnica, formal, com maior coordenação e determinação de montantes financeiros, com resultados geralmente alcançados, com ativismo brasileiro mediano e processos de avaliação garantidos pelo Japão. Com a China, a cooperação é mais no ramo científico-tecnológico, menos formal,

com menor gerenciamento, com maior ativismo brasileiro e com ausência de avaliações cooperativas nos moldes tradicionais.

Percebe-se, dessa forma, que a lógica de doador receptor nas relações cooperativas com os japoneses ainda é bem forte e a ação brasileira está amplamente circundada por uma estrutura assimétrica com grande impacto na cooperação. Seria necessário um elevado desprendimento dessa esfera estrutural e uma mobilização mais ampla da política externa brasileira a fim de garantir uma maior condução brasileira da cooperação internacional com o Japão. Além disso, o Brasil precisa estar atento ao direcionamento atual da relação cooperativa com os japoneses para as parcerias público-privadas e as cooperações triangulares, em detrimento de aprimoramentos no campo científico-tecnológico. Ademais, a redução, ao longo do tempo, da força da cooperação nipo-brasileira na esfera agrícola também necessita de reavaliação, já que é uma área que o Brasil pode ter relações mais paritárias com os japoneses e avançar para interações de ganhos tecnológicos mais avançados.

Do lado chinês, há um maior ativismo brasileiro, percebido na análise histórica e também no direcionamento da política externa mais recente. Todavia, visualizou-se que o movimento de política externa brasileiro para a cooperação no cenário atual teve certa redução se comparado a anos anteriores, sendo fundamental estimulá-lo e impulsionar as trocas tecnológicas entre os dois países. Frente ao cenário observado com a China, depreende-se que o tipo de relação desenvolvida se difere, em geral, da japonesa. Há uma agenda de cooperação mais compartilhada, uma lógica de benefícios mútuos mais nítida e uma relevância dada ao trabalho conjunto de atores locais dos dois países. Nesse sentido, há, no todo da análise, uma corroboração da lógica sul-sul e da noção de cooperação propagada pela China, embora se note a perpetuação da assimetria econômica e tecnológica entre chineses e brasileiros, em virtude do direcionamento do desenvolvimento de cada país. Ademais, é fundamental frisar que não se retira a possibilidade de a China estar se utilizando da cooperação com o Brasil como um recurso de poder brando, mas se nota que isso não tem impedido o lado brasileiro de ter um papel ativo e de promover laços cooperativos de seu interesse.

A única iniciativa de cooperação estudada que pode questionar essa dimensão horizontal da cooperação sino-brasileira é o LABEX, no qual a reciprocidade entre Brasil e China não se mostrou visível, existindo desnivelamento no relacionamento entre os dois atores, estando nitidamente mais favorável para o lado chinês. As causas desse processo não ficaram claras no trabalho, havendo a percepção de que a seara econômico-comercial da interação entre os dois Estados pode trazer empecilhos para o setor cooperativo, porém, análises mais densas a respeito do tópico merecem ser realizadas.

De todo modo, o que se percebe é que a esfera da cooperação internacional com os chineses ainda não segue a mesma lógica do relacionamento no âmbito econômico-comercial, no qual já há indícios apontados por autores da área sobre o desenvolvimento de uma dinâmica norte-sul entre Brasil e China. Em termos cooperativos técnico-científicos, visualiza-se uma dinâmica de diálogos, reforçados pela COSBAN, acordos são mantidos e ampliados, como a cooperação em clima espacial e a constelação BRICS, indo além do CBERS, e o Brasil tem voz e papel ativo na cooperação, a exemplo das negociações promovidas para a expansão e continuidade do CBERS e do próprio questionamento a respeito do rumo da cooperação agrícola na esfera do LABEX. No entanto, esse argumento não invalida o fato de que os interesses chineses já não são os mesmos no que tange aos laços cooperativos com o Brasil e de que, no futuro, esse relacionamento tido, em geral, como positivo e frutífero para o lado brasileiro, pode deixar de sê-lo.

Ainda, ressalta-se a importância de dinamização das esferas de cooperação norte-sul e sul-sul, aqui representadas pelas relações com Japão e China estudadas, a fim de incorporar elementos que reforçam o posicionamento do Brasil e a relação cooperativa. Assim, o aspecto negociador brasileiro precisa ser aprimorado no relacionamento com os japoneses, do mesmo modo que a lógica de implementação dos acordos merece ser reforçada na interação com os chineses. Como se buscou discutir no último capítulo, há elementos concretos possíveis de serem incorporados por essas duas relações cooperativas.

Desse modo, à luz de todos os pontos expostos nessa pesquisa, denotam-se as distinções entre os relacionamentos cooperativos sino e nipo-brasileiros, apontando especialmente o peso do momento histórico de estabelecimento das relações entre os dois países como fundamental para os caminhos para os quais as interações se direcionaram, apesar da assimetria estrutural atual nítida nos dois casos. Ao mesmo tempo, reforça-se a importância do ativismo brasileiro no âmbito cooperativo, não estando o Brasil à mercê de uma influência externa diretamente determinante das escolhas e dos passos seguidos. Muito embora, a dinâmica de ação brasileira precise evoluir, principalmente no relacionamento com o Japão.

Nesse sentido, conclui-se com a importância do movimento de política externa brasileira para a promoção da cooperação até mesmo para buscar quebrar as amarras estruturais do ambiente interdependente e assimétrico. Ademais, destacou-se ao longo da pesquisa a rede de atores políticos que reforçou as cooperações mais bem sucedidas, explicando a inexistência de processos cooperativos semelhantes na mesma área ou com o mesmo país. Além disso, no processo de indução cooperativa, deve ser ressaltado o importante papel da ação ministerial,

juntamente com as visitas presidenciais e o tradicional movimento da diplomacia, apesar de este último aspecto ter deixado a desejar, especialmente no relacionamento com os japoneses.

Portanto, pode-se dizer que o Brasil tem uma relevante capacidade de ação nas relações cooperativas com Japão e China, ou seja, há notório ativismo brasileiro, não estando completamente submerso dentro das amarras da estrutura assimétrica – econômica e tecnológica – existente na interação nipo e sino-brasileira. Dessa forma, a ação externa não é entendida como uma determinante direta das escolhas tomadas pelo Brasil no âmbito cooperativo; muito embora, em variadas situações, esse fator tenha um peso considerável. Sendo assim, essa discussão corrobora a percepção de que existiram situações nas quais a ação brasileira foi essencial para a condução cooperativa, reforçando o interesse desse estudo e as análises de política externa *from below*.

Ao mesmo tempo, verificou-se que os estímulos cooperativos acontecem desconectados de um comportamento geral brasileiro e estão mais associados a ações de atores específicos, que estão ligados aos acordos de diferentes formas. Assim, ficam nítidos os distintos graus cooperativos dos acordos estudados e a tendência à continuidade da cooperação em processos com redes já estabelecidas. A percepção geral que se teve foi da necessidade de reforço do papel do Itamaraty na dinâmica cooperativa, a fim de existir um ator comum que garanta a condução dos processos cooperativos e acumule conhecimento acerca das ações desempenhadas. Não significa cercear a autonomia institucional na promoção cooperativa, mas apenas existir um reforço do papel do Brasil nessas ações estabelecidas e com base nas demandas das próprias partes brasileiras envolvidas.

Logo, a partir das discussões e interpretações apresentadas nessa pesquisa, corroboram-se as hipóteses previamente traçadas de que a ação de política externa é fundamental para a condução cooperativa do país e que não há uma lógica única de cooperação, já que cada acordo é conduzido por lideranças políticas, técnicas e institucionais de modos distintos. No entanto, confirma-se a importância das visitas presidenciais e ministeriais na condução cooperativa, bem como do papel diplomático. Ademais, também se constatou que nos casos de sucesso houve um movimento maior de política externa e nas relações com a China existiu uma ação mais ativa do Ministério das Relações Exteriores. Na comparação entre as cooperações sino e nipo-brasileiras, por sua vez, é possível afirmar que se destaca um maior ativismo do Brasil no relacionamento com os chineses e esse ponto é fundamental nas estratégias de negociação promovidas, reverberando a necessidade de reforço desse processo nas interações com os japoneses.

Por fim, considerando a capacidade de ação brasileira percebida e delineada nessa pesquisa, acredita-se na importância de seu aprimoramento, a fim de fortalecer a posição do Brasil nas cooperações técnico-científicas bilaterais oficiais com Japão e China. Acrescenta-se ainda a relevância do desenvolvimento de mais pesquisas na área da cooperação internacional brasileira com os países asiáticos, detidamente Japão e China, a fim de se verificar as dinâmicas existentes e as possibilidades de ganhos cooperativos brasileiros em uma região ainda pouco aprofundada nesta área de análise. Com isso, apontam-se as lacunas para futuras expansões desta pesquisa, já que houve a opção pela análise das áreas agrícola e espacial e de acordos selecionados com Japão e China. Sendo assim, as inferências realizadas foram possíveis pelo uso do método comparativo e pela apresentação do cenário geral da cooperação técnico-científica com ambos os países, porém admite-se que novos estudos em outras áreas podem se ligar a esse e corroborar a importante tarefa de compreensão das interações cooperativas sino e nipo-brasileiras. Ainda, assevera-se a importância de reforçar as pesquisas sobre a relação entre política externa brasileira e cooperação internacional, especialmente no que tange à política externa brasileira para a cooperação, a qual se mostrou fundamental nesta pesquisa e merece ser avaliada em outros casos cooperativos e relações bilaterais, indo além do foco nos estudos da cooperação para a política externa, mais comuns na literatura sobre o tema e nos próprios discursos oficiais brasileiros.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

- **Atos internacionais e legislação nacional**

Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão. 1971. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/1803>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Acordo Brasil-Japão sobre JICA. 18 fev. 2008. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6028>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre Brasil e China. 1990. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3688>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. 1982. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/2985>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Acordo de Cooperação Científica Brasil-Japão. 1984. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3187>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Acordo de Migração e Colonização entre Brasil e Japão. 1960. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/1316>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Acordo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélite de Sensor Remoto entre Brasil e China. 1988. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3511>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Acordo Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre Brasil e China. 1994. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4074>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada com Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres entre Brasil e China. 1995. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4186>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Acordo entre UFRJ e a Universidade de Tsinghua. Centro China Brasil de Inovação Tecnológica em mudança climática e energia. Assinatura em 01 abril 2010. Fornecido pela DCTEC/MRE por email.

Acordo entre o INPE e o Centro Nacional de Ciências Espaciais da China (NSSC) da CAS para o Estabelecimento de um Laboratório Conjunto de Clima Espacial. 2014. Fornecido pela DCTEC/MRE por email.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e China em matéria de energia elétrica, incluindo energia hidrelétrica. 6 jul. 1988. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3532> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

Ajuste Complementar do Acordo de Ciência e Tecnologia entre Brasil e China. 1984. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3190>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre Brasil e China. 5 mar. 1993. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3914> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

Ajuste Complementar sobre Biotecnologia Aplicada à Agricultura entre Brasil e China. 1994. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4013>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas entre Brasil e China. 2004. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5180> >. Acesso em: 10 nov. 2018.

Ata da 4ª Reunião da COSBAN de 2015. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10340-ata-da-quarta-reuniao-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban>>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Decreto 8877/2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8877.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Decreto 9667/2019. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm >. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Decreto 9677/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9677.htm >. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Projeto do Decreto Legislativo Nº 1023, 2003. Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Câmara dos Deputados. Voto do Relator Dep. Costa Ferreira, 2004.

Comunicado Conjunto Brasil-Japão entre o Presidente do Brasil Ernesto Geisel e o Primeiro-Ministro do Japão Takeo Miki. 18 set.1976. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/2387> > . Acesso em: 08 out. 2018.

Convênio entre Brasil e China na área de fármacos destinados ao combate de grandes endemias. 1988. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3534> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Convênio entre Brasil e China sobre Domínio da Medicina e Fármacos Tradicionais Destinados ao Combate de Doenças Tropicais. 1988. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3533>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Declaração Conjunta Brasil- Japão assinada por Juscelino Kubitschek e Nobosuke Kishi. 1959. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/1253> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

Declaração Conjunta sobre Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espacial entre Brasil e China. 1996. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4294> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Declaração Conjunta da EMBRAPA e da Câmara de Comércio e Indústria do Japão. Encontro Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos. Jul. 2017. Disponível em: <<http://www.maff.go.jp/j/press/kokusai/chiiki/attach/pdf/170713-2.pdf> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura de Brasil e China. 1995. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4155> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Memorando de Entendimento sobre Cooperação para desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa CBERS. 2004. Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/MdE-sobre-a-Coop.-para-o-Desenvolvimento-de-um-Sistema-de-Aplica%C3%A7%C3%B5es-para-o-Programa-de-Sat%C3%A9lite-Sino-Brasileiro-de-Recursos-Terrestres.pdf> >. Acesso em: 11 nov. 2018.

Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a CAAS para o estabelecimento do LABEX. 2010.

Memorando de Entendimento entre a CAS e o MCT. 2011. Fornecido pela DCTEC/MRE.

Memorando de Entendimento entre Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e da China sobre Tecnologia de Bambu. 2011. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=2565>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Memorando de Entendimento em Parques Tecnológicos entre o MCTIC e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China. 19 de junho de 2015.

Plano de Ação Conjunta 2010-2014. Brasil-China. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6692> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Plano de Ação Conjunta 2015-2021. Brasil-China. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/11608>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Plano Decenal de Cooperação 2012-2021. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/7337>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélites de Recursos Terrestres entre Brasil e China. 1988. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3530> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo entre o MCT do Brasil e a CNSA sobre a cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior. 1993. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3987> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélites entre Brasil e China. 1993. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/3915> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo de Intenção de Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério da Indústria Química da China. 1994. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4055> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial entre Brasil e China. 2000. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4670> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração de 2009. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6319> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre Brasil e China sobre Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres. 2002. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4934> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre Brasil e China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciências e Tecnologias do Espaço Exterior para o Desenvolvimento do Satélite CBERS 2-B. 2004. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5253> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Protocolo Complementar sobre o Sistema de Aplicação do CBERS. *CBERS PCC Committee*. Set. 2004.

Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS 4-A entre Brasil e China. 2015. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/11613> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Relatório de Trabalho do CBERS 3 e 4. 2002. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4934> >. Acesso em: 08 out. 2018.

Relatório da III Reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Japão de 1971. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_90/ >. Acesso em: 10 jan. 2015.

Troca de Notas entre Brasil e Japão, em 3 de agosto de 1983. MRE/DAI.

Troca de Notas entre Brasil e Japão. 1987. MRE/DAI.

- **Entrevistas**

AMARAL, Alexandre Morais do. Chefe da Secretaria de Relações Internacionais. EMBRAPA. 29 ago. 2017.

BELLI, Benoni. Secretário de Planejamento Diplomático- MRE. Entrevista realizada. 22 ago. 2017.

CERVO, Amado. Entrevista realizada por email sobre a Política Externa Brasileira para a Ásia. 05 junho 2017.

COELHO, José Raimundo Braga. Diretor da AEB. 18 jan. 2017.

CÔRREA, Germano Faria. Entrevista com Terceiro Secretário da Divisão de China e Mongólia. Itamaraty. 30 março 2017.

CRUZ, Ademar Seabra. Ex-chefe do DCTEC, ex-Assessor Especial do MCTIC e atual Cônsul Geral em Toronto. Entrevista realizada por Skype em 23 maio 2017.

DEHUA, Liu. Entrevista respondida por email pelo Diretor chinês do Centro Brasil-China de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia. 04 jun. 2018.

GURGEL, Carlos Alberto. Entrevista com o Diretor da Área de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento da AEB. 18 jan. 2017.

KOMAZAWA, Kazuaki. Entrevista com o coordenador de projetos da JICA no Brasil. 24 jan. 2017a.

KOMAZAWA, Kazuaki. Entrevista com o coordenador de projetos da JICA no Brasil. 15 ago. 2017b.

MASIERO, Gilmar. Entrevista realizada via Skype sobre a Política Externa Brasileira para a Ásia. 09 maio 2017.

MIRANDA, Guilherme Henrique Braga de. Entrevista com o Perito Criminal da Polícia Federal sobre o ALOS. 26 jan. 2017.

MITSUHIRO, Masao. Entrevista com o Segundo Secretário do Departamento de Assuntos Econômicos da Embaixada do Japão no Brasil. 16 agosto 2017.

MONSERRAT FILHO, José. Entrevista por Skype com o Ex-chefe da Assessoria de Cooperação Internacional da AEB. 12 jan. 2017.

MOREIRA, Camila. Diplomata. Divisão de Ciência e Tecnologia – DCTEC/MRE. Responsável por Japão. 18 maio 2017.

NASS, Luciano Lourenço. Entrevista com o Pesquisador da EMBRAPA sobre o LABEX. 06 abril 2017.

NEPOMUCENO, Alexandre. Pesquisador da EMBRAPA Soja. Entrevista via Skype. 16 nov. 2017.

NUNES NETO, Josué. Analista de Projetos da Gerência de negociações e Gestão de Parcerias da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos. Entrevista realizada na Agência Brasileira de Cooperação em Brasília. 29 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Entrevista realizada por email com o Professor e Pesquisador de Relações Internacionais sobre a Política Externa Brasileira para a Ásia. 11 out. 2017.

PAOLINELLI, Alysson. Entrevista com o Ex-Ministro da Agricultura no Brasil e atual Membro do Conselho Consultivo da CAMPO. 07 ago. 2018.

PEREIRA, Antônio Carlos. Entrevista por email com o Coordenador de Segmento Espacial do Programa CBERS no INPE. 20 jul. 2018.

PINTO, Juliano Alves. Diplomata. Divisão de Ciência e Tecnologia – DCTEC/MRE. Responsável por China. 18 maio 2017.

RAUPP, Marco Antônio. Entrevista via Skype com o Diretor do Parque Tecnológico de São José dos Campos. 03 maio 2018.

UTUMI, Americo. Entrevista realizada por Skype com o ex-Diretor da Cooperativa de Cotia e atual Assessor Especial da Presidência da Organização de Cooperativas de São Paulo (OCESP). 26 jul. 2018.

YUE, Zhu. Segundo Secretário. Chefe Consular da Divisão Política. Embaixada da China no Brasil. 28 ago. 2017.

- **Solicitação de informações**

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Informação fornecida por email sobre a cooperação Brasil-China por Yuri de Souza, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos (CGTP) da ABC. 23 Nov. 2016.

Agência Espacial Brasileira (AEB). Investimentos do Programa CBERS (2B, 3 e 4). Enviado por email por Petrônio Noronha de Souza, Diretor de Política Espacial e Investimentos Estratégicos da AEB. 4 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI). Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologia. Informações sobre a cooperação com a China em Nanotecnologia. Disponibilizado por email. 27 jan. 2016.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC). Solicitação de atas das Comissões Mistas Brasil-Japão. Informação recebida em 26 de dezembro de 2017.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC). Solicitação de atas das Comissões Mistas Brasil-China. Informação recebida em 26 de dezembro de 2017.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC). Informação fornecida pelo INCRA sobre posse de terras brasileiras por chineses. Fonte dos dados: SISNATE/SNCR. 26 de março de 2018.

JICA. Informação fornecida pela Divisão de Relações Públicas da JICA em 19 de dezembro de 2017. Relação entre SATREPS e ODA.

SUGINO, Tomohide. Informação fornecida por email pelo Diretor do Escritório de Planejamento e Gerenciamento de Pesquisa da JIRCAS. 14 nov. 2017.

- Documentos de Arquivos

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento da Câmara dos Deputados. MMM 1991.05.31. CPDOC. FGV, Rio de Janeiro.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento Projeto Piloto PRODECER III. Março 1991. MMM 1991. 05.31. CPDOC. FGV. Rio de Janeiro.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento PNB 1973. CPDOC. FGV. Rio de Janeiro.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento EG 66f. CPDOC. FGV/RJ.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Documento RA AP MCT 1985-1987. CPDOC. FGV. Rio de Janeiro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Set. 1976.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Comunicado Conjunto à Imprensa Brasil-Japão. 15 jun. 1982. Recebendo e Visitando Estadistas. Volume IV, Presidência da República, 1982, p. 97-103.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Biblioteca. Discursos de João Figueiredo de 1979 a 1984. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Visita do Presidente João Figueiredo à República Popular da China. Maio 1984.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 1555Z, caixa 35, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1444, caixa 35, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1411, caixa 35, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 548, caixa 35, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 517, caixa 35, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. 990, caixa 35, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 786, caixa 35, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 899A, caixa 40, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 1454A, caixa 40, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 191, caixa 36, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 177Z, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 203, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 269, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 174, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 1177, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 996, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. 928, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. 871A, caixa 38, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 1267A, caixa 39, 1997.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. OF 803, caixa 35, 1997.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 511, caixa 54, 1998.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 319, caixa 54, 1998.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 41, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 667, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 648, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. 660, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 668, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. OF 763, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. OF 742, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. OF 701, caixa 30, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 742, caixa 31, 2000.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 750, caixa 31, 2000.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 287, caixa 31, 2000.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 385, caixa 31, 2000.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 7, caixa 63, 2001.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 86, caixa 63, 2001.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 257, 63, 2001.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 756, caixa 63, 2001.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 677, caixa 28, 2001.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1050, caixa 28, 2001.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG, 413, caixa 68, 2002.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 207, caixa 68, 2002.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 439, caixa 68, 2002.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 567, caixa 68, 2002.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 217, caixa 77, 2003.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 219, caixa 77, 2003.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 530, caixa 77, 2003.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 54, caixa 77, 2003.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG253, caixa 77, 2003.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 308, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter não identificado. MG 227, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 399, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 446, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 260, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 521, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 141, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 391, caixa 67, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 975, caixa 68, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 1161, caixa 68, 2004.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 25, caixa 81, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 49, caixa 81, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 72, caixa 81, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 511, caixa 82, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 607, caixa 82, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 995, caixa 82, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1198, caixa 82, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG326, caixa 95, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 768, caixa 95, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 565, caixa 95, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 389, caixa 95, 2008

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. 497, caixa 95, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 986, caixa 96, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1049, caixa 96, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1068, caixa 96, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1687, caixa 96, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 275, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 302, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 379, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 542, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Reservado. MG 620, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 238, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG437, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 201, caixa 134, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 687, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 688, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 699, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 700, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. 731, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1228, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1269, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1099, caixa 135, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1453, caixa 136, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1079, caixa 186, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1110, caixa 186, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1162, caixa 186, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1411, caixa 186, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1420, caixa 186, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 511, caixa 196, 2011.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 526, caixa 196, 2011.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 527, caixa 196, 2011.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 590, caixa 196, 2011.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 801, caixa 196, 2011.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 991, caixa 196, 2011.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil na China. Caráter Ostensivo. MG 1.168, caixa 196, 2011.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF 498A, Caixa 50, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF498BX, Caixa 50, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF993A, Caixa 50, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF993B, Caixa 50, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF885B, Caixa 50, 1995.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 723, caixa 44, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 877, caixa 44, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF 905C, caixa 47, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF 184BX, Caixa 47, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF 184BC, Caixa 47, 1996.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF 62A, caixa 48, 1997.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF 81Z, caixa 73, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. OF 290Z, caixa 73, 1999.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 4, caixa 74, 2000.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG19, caixa 74, 2000.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 57, 2002.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 545, caixa 83, 2002.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG528Z, caixa 100, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 533 Z, caixa 100, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 1099Z, caixa 101, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 651Z, caixa 101, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG642Z, caixa 101, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG643Z, caixa 101, 2005.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 1487, caixa 124, 2008.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. Telegrama, 2008, nº 834. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/462878/RESPOSTA_PEDIDO_Pedido%2009200000150201615.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 494, caixa 167, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 624, caixa 167, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 406, caixa 167, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG991, caixa 168, 2009.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 1008, caixa 207, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 858, caixa 207, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG 1156, caixa 207, 2010.

ITAMARATY. Arquivo Histórico. Telegrama da Embaixada do Brasil em Tóquio. Caráter Ostensivo. MG1230, caixa 207, 2010.

- Discursos, Depoimentos e Entrevistas (não realizadas pela autora)

AMORIM, Celso. Legado e Atualidade de Renato Archer. Mensagem do Ministro da Defesa Celso Amorim à 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília. 24 Jul. 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso do Presidente por ocasião da visita oficial à República Popular da China. Presidência da República. 13 dez. 1995.

COLLOR, Fernando. Discurso aos Empresários da Keidanren. 14 nov. 1990. In: *O Governo e a Competitividade da Indústria Nacional*. Brasília, Presidência da República, 1991, p. 24-35.

COLLOR, Fernando. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, Presidência da República, 1992.

DA SILVA, Luis Inácio Lula. Discurso na Cerimônia de formatura da Turma Celso Furtado do Instituto Rio Branco. Brasília, 1/09/2005. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Repertório de política externa: posições do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DUQUE, Hélio. Depoimento do Deputado Hélio Duque, crítico do PRODECER. Hélio Duque: Isso Tudo é Loucura. In: URGENTE. PROJETO JICA. JICA: Os dois lados da questão. Dez. 1980, p. 32-36.

FIGUEIREDO, João. Discurso proferido no jantar oferecido ao Primeiro-Ministro japonês Zenko Suzuki. Discursos Presidente João Figueiredo Volume IV – Tomo I. Presidência da República. 1982.

FIGUEIREDO, João. Discurso do Presidente no almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro do Japão Nakasone. Discursos Presidente João Figueiredo, Vol. VI, Presidência da República, 1984a, p. 87-92.

FIGUEIREDO, João. Discurso do Presidente no almoço no Keidanren. 25 maio 1984. Discursos Presidente João Figueiredo, Vol. VI, Presidência da República, 1984b, p. 97-102.

FIGUEIREDO, João. Discurso de Figueiredo no banquete de retribuição oferecido pelo governo brasileiro. 25 maio 1984. Discursos Presidente João Figueiredo, Vol. VI, Presidência da República, 1984c, p.103-104.

FIGUEIREDO, João. Mensagem ao Congresso Nacional. Presidência da República, 1985.

FRANCO, Itamar Augusto Cautiero. Discurso de Itamar Franco no almoço oferecido ao Presidente chinês Jiang Zemin no Palácio Itamaraty. Presidência da República. 23 nov. 1993.

GEISEL, Ernesto. Discurso do Presidente no almoço com a Keidanren. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Set. 1976a, p. 37.

GEISEL, Ernesto. Discurso do Presidente em entrevista à Emissora de Televisão Japonesa NHK. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Set. 1976b, p. 63.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Depoimento 1985. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

HUGUENEY FILHO, Clodoaldo. Depoimento de Clodoaldo Hugueneu Filho. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2014, (2h25min).

MIKI, Takeo. Discurso do Primeiro-Ministro do Japão no jantar oferecido ao Presidente Geisel. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Set. 1976, p. 41.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Entrevista Concedida ao Jornal Brasil Econômico em 17 de maio de 2011. Título original: “Não é só entrar, extrair e levar o minério ou a soja embora”. Parceria Brasil-China para a Superação de Assimetrias. In: PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *Política Externa Brasileira- Discursos, Artigos e Entrevistas (2011-2012)*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 263-266.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidente Dilma na Cerimônia de Abertura do Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação. Presidência da República, 12 abril 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-do-dialogo-de-alto-nivel-brasil-china>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SARNEY, José. Ao Receber o Primeiro-Ministro Chinês. 31 out. 1985. In: *Discursos Seleccionados do Presidente José Sarney*. Brasília: FUNAG, 2008, p. 23-27.

SARNEY, José. Discurso na Audiência ao Ministro e Secretários da Agricultura. Palácio do Planalto. 24 de abril de 1987. Presidência da República, 1987.

SARNEY, José. Visita à República Popular da China. Palestra Sobre Ciência e Tecnologia na Universidade de Pequim. Presidência da República, 4 jul. 1988.

SARNEY, José. Mensagem ao Congresso Nacional. Presidência da República, 1989.

SARNEY, José. Mensagem ao Congresso Nacional. Presidência da República, 1990.

SHINZO ABE. Discurso. Um aprofundamento sem limites na cooperação entre Japão e América Latina-Caribe”. Disponível em: < <http://www.mofa.go.jp/files/000047651.pdf>> Acesso em: 04 out. 2017.

SUSUKI, Zenko. Discurso do Primeiro-Ministro por ocasião do jantar a ele oferecido em 14 de jun. 1982. Recebendo e Visitando Estadistas. Volume IV, Presidência da República, 1982.

VIEIRA, Mauro. Discurso de Posse. Brasília, 2/1/2015. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Repertório de política externa: posições do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

Fontes Secundárias

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/QuantitativoProjetos>> Acesso em: 04 fev. 2016.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Imprensa. Nº 558. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/558>>. Acesso em: 15 set. 2018.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Imprensa. Nº 759 Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/759>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Agência Espacial Brasileira (AEB). Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Agência Espacial Brasileira (AEB). Disponível em: < <http://portal-antigo.aeb.gov.br/brasil-china-mais-espaco-e-muito-alem-do-espaco/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Agência Espacial Brasileira (AEB). Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/cooperacao-internacional/acordos/america/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Agência Espacial Brasileira (AEB). Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/satelites/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Agência Espacial Brasileira (AEB). 2011. Disponível em: <<http://portal-antigo.aeb.gov.br/area-espacial-e-tema-de-discussao-durante-visita-da-presidente-dilma-a-china/>>. Acesso em: 31 maio 2015.

Agência Espacial Brasileira (AEB). 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/brasil-e-japao-discutem-cooperacao-espacial/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

Agência Espacial Brasileira (AEB). 2015. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/brasil-e-japao-avaliam-novas-perspectivas-de-cooperacao-espacial/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Agência Espacial Brasileira (AEB). 2018. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/china/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. Cooperación China en América Latina. Las Implicaciones de la Asistencia para el Desarrollo. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Nº 47, Quito, Setembro 2013, pp. 69-85.

Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras (AIAB). Disponível em: <<http://www.aiab.org.br/numeros-da-aiab.asp>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

AIDDATA. Disponível em: <<https://www.aiddata.org/china-official-finance>>. Acesso em: 16 abril 2018.

AKIHIKO, Tanaka. Domestic Politics and Foreign Policy. In: Eds. TAKASHI, Inoguchi; JAIN, Purnendra. *Japanese Foreign Policy Today: A Reader*. New York: Palgrave, 2000, pp. 3-17.

AKIKO, Fukushima. Official Development Assistance as a Japanese Foreign Policy Tool. In: Eds. TAKASHI, Inoguchi; JAIN, Purnendra. *Japanese Foreign Policy Today: A Reader*. New York: Palgrave, 2000, pp.152-176.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Brazil, China, US: a triangular relation? *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 57, Número Especial, 2014.

ALVES, Eliseu. EMBRAPA: Institutional Building and Technological Innovations Required for Cerrado Agriculture. In: HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Magno Campos da; HONGO, Yutaka. *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2016, p. 139- 156.

AMORIM, Celso. A cooperação como instrumento da política externa brasileira. Artigo Via ABC, ABC, jun. 2006. In: BRASIL. *Ministério das Relações Exteriores*. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 323.

AMORIM, Celso. Prefácio. In: OLIVEIRA, Fabíola de. *Brasil-China. 20 anos de Cooperação Espacial*. CBERS - O satélite da Parceria Estratégica. São Carlos, São Paulo: Editora Cubo, 2009, P. 8-9.

AMORIM, Wellington Dantas. *Contraste e contato: aspectos do relacionamento econômico entre Brasil e Japão*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

APOSTOLOVA, Maria Stefanova; INOUE, Cristina Yumie Aoki. *A cooperação internacional na política brasileira de desenvolvimento*. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações

Não Governamentais –ABONG; Rio de Janeiro: Núcleo de Animação, Terra e Democracia, 1995.

ARAGUSUKU, Juliano A. S. *A assistência oficial ao desenvolvimento na política externa japonesa*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Rejane de; SILVA, Fabrício Pereira da. Biografia de Luís Henrique da Silveira. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-henrique-da-silveira>>. Acesso em: 25 set. 2018.

AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books, 1984.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional*, Out. 2007, pp. 32-47.

AYLLÓN, Bruno. A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento. *Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada*. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

AYLLÓN, Bruno. Mutaciones y reconfiguraciones de la cooperación internacional para el desarrollo. Íconos. *Revista de Ciencias Sociales*, Nº 48, Quito, Enero 2014, pp. 95-98.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Investimentos e Reinvestimentos Externos no Brasil. Dez. 1985. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Htms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVED> > . Acesso em: 03 out. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Investimento Estrangeiro Direto. 2009. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index3.asp?idpai=INVED> > . Acesso em: 03 out. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Investimento Externo Direto – Distribuição por país do controlador final. 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO> . Acesso em: 27 set. 2018.

BARBOSA, Antônio José. Outros Espaços: África do Norte, Oriente Próximo, continente asiático e Japão nas relações internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado (Org.). *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: EDUNB, 1994, p. 333-351.

BARROS, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 41 (2), 1998, p. 18-28.

BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a República Popular da China- Política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: FUNAG, 2008.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista Sociologia Política*. Curitiba, V. 19. Nº Suplementar, nov. 2011, p. 31-44.

BECARD, Danielly Silva Ramos. China Diplomacy and Trade in Latin America. In: *International Studies Association*, San Francisco, 3-6 April, 2013.

BENITE, Elaine Vidotto. *Análise do Compartilhamento da Informação e do Conhecimento no Âmbito das Organizações Públicas Usuárias das Imagens dos Satélites CBERS*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

BERCOVITCH, Jacob; JACKSON, Richard. International Negotiation. In: BERCOVITCH, Jacob; JACKSON, Richard. *Conflict Resolution in the Twenty-First Century: Principles, Methods and Approaches*. USA: University of Michigan, 2009, pp.19-31.

BERGAMASCHI; Isaline; TICKNER, Arlene B. Introduction: South-South Cooperation Beyond Myths: A critical analysis. In: BERGAMASCHI; Isaline; MOORE, Phoebe; TICKNER, Arlene B. (Eds.). *South-south cooperation beyond the myths: rising donors, new aid practices?* London: Palgrave Macmillan, 2017, p. 1-27.

BERNAL-MEZA, Raúl. China and Latin America Relations: The Win-Win Rethoric. *JCIR Special Issue*, 2016, p. 27-43.

BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). 2016-2019. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). AGROSTAT. 2018. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/institucional>> Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Disponível em:<https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Diplomacia-e-Inovacao-Cientifica-e-Tecnologica.html>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Disponível em:<https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Bilateral/asia.htm> Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Disponível em:<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/tecnologia/tecnologias_convergentes/paginas/nanotecnologia/NANOTEKNOLOGIA.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/estrutura-organizacional>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). CAPES. Disponível em: <<http://capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/5903-brasil-e-china-intensificam-relacao-na-area-educacional>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/brasil-e-japao-compartilham-experiencia-de-policiamento-comunitario>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/14514-noticia-acom-2017-12-2742.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG). Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil. Jan./Fev. 2018.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG). Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. BRICS. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>> Acesso: 26 set. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Concórdia. Atos Internacionais. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 10 abril 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais (DAI). Serpro. Atos bilaterais. Brasil-Japão. Brasil-China.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha País. Indonésia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5244-republica-da-indonesia>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha País. Japão. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha País. Malásia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5421-malasia>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha país. Mongólia. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5560-mongolia>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha País. República da Coreia. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5051&Itemid=478&cod_pais=KOR&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha País. República da Índia. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5238&Itemid=478&cod_pais=IND&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha País. República Popular da China. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=4926:republica-popular>>. Acesso em: 24 nov. 2016 e 30 maio 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ficha país. Timor-Leste. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5477-republica-democratica-de-timor-leste>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nota 179, 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5777-visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-do-japao-shinzo-abe-comunicado-conjunto-da-visita-oficial-de-trabalho-declaracao-conjunta-sobre-cooperacao-na-area-de-construcao-naval-para-facilitacao-do-desenvolvimento-de-recursos-offshore>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nota 296, set. 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17378-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-michel-temer-a-china-pequim-31-de-agosto-a-3-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 31 maio 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. IV Mesa Redonda “O Brasil, o BRICS e a Agenda Internacional. Palácio Itamaraty. Brasília. 16 maio 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. O Brasil no G-20. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: 6 set. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Organograma. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/organograma/20170726-Organograma-port-ltima-verso_atualizacao_26jul2017.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Concórdia. Japão. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?TituloAcordo=jap%C3%A3o&Pagina=6>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

BRASIL. 2014. Portal do Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2014/05/cnpq-firma-acordo-com-agencia-de-fomento-na-china-1>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. 2014. Portal do Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/03/brasil-e-china-discutem-cooperacao-em-nanotecnologia>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. 2015. Portal do Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/11/brasil-e-japao-avancam-na-cooperacao-em-tv-digital>> Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. 2016. Portal do Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/01/dilma-sanciona-marco-legal-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-1>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Nota à imprensa. Troca de mensagens entre o Presidente Michel Temer e o Presidente da China, Xi Jinping. 08 abril 2017.

BRASIL. Presidência da República. Nota oficial do Presidente. Carta ao Presidente Eleito Norte-americano. 09 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Nota à imprensa. Comunicado Conjunto do Brasil e da Argentina sobre acordo nuclear. 19 jul. 2016.

Brautigam, Deborah, Tang Xiaoyang, and Ying Xia. What kinds of Chinese "Geese" are flying to Africa? Evidence from Chinese manufacturing firms. Working Paper N°. 17, 2018. China Africa Research Initiative, School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University, Washington, DC. Disponível em: <http://www.iberchina.org/files/2018-2/africa_chinese_investments_jhopkins.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRITO, Lana Bauab. *Da exclusão à participação internacional na área espacial: o programa de satélites sino-brasileiro como instrumento de poder e de desenvolvimento (1999-2009)*. Dissertação (Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BRITO, Lana Bauab. O futuro nebuloso da cooperação sino-brasileira na área de satélites. *Boletim Meridiano* 47, Vol. 14, N° 136, mar./abr. 2013, p. 10-17.

BUELVAS, Eduardo Pastrana; PIÑEROS, Diego Vera. Transición de poder y orden mundial: el ascenso global de China y su proyección creciente em América Latina y el Caribe. In: BUELVAS, Eduardo Pastrana; GEHRING, Hubert (Eds.). *La Proyección de China en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Fundación Konrad Adenauer, 2017, p. 23-70.

BUZAN, B. The Level of Analysis Problem in International Relations Reconsidered. In K. Booth & S. Smith (Eds.). *International Relations Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 1995.

CABRAL, Pedro Henrique Chagas. Os caminhos para a diplomacia brasileira no Paquistão. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, pp. 381-412.

CADAF. Projeto Dinâmicas de Carbono na Floresta Amazônica. Disponível em: <[http://cadaf.inpa.gov.br/\(5\)%20publicacoes-cadaf.html](http://cadaf.inpa.gov.br/(5)%20publicacoes-cadaf.html)> Acesso em: 17 jan. 2018.

CÂMARA, Gilberto. CBERS- Os Significados do Programa. In: OLIVEIRA, Fabíola de. *Brasil-China. 20 anos de Cooperação Espacial*. CBERS- O satélite da Parceria Estratégica. São Carlos, São Paulo: Editora Cubo, 2009, p. 79-81.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CANANI, Ney. *Política externa no Governo Itamar Franco (1992-1994)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

CARAMURU, Marcos. Relatório de Gestão. Embaixada do Brasil na China. 10 maio 2018.

CARVALHO, Himilcon de Castro. Alternativas de financiamento e parcerias internacionais estratégicas no setor espacial. In: BRASIL. Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Desafios do Programa Espacial Brasileiro*. Brasília: SAE, 2011, p. 17-40.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Em busca da credibilidade perdida: a turnê global de Collor como presidente-eleito. *Carta Internacional*. Vol.10, nº 2, jul./dez. 2015, p. 97-119.

CBERS Data Policy. INPE. CRESDA. Jun. 2004.

CECHINI, Sinclair. Biografia de Ângelo Amaury Stabile. CPDOC, FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/angelo-amaury-stabile> >. Acesso em: 19 set. 2018.

Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia (CBCIN). Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNANO). Disponível em: < <http://lnnano.cnpem.br/about-us/> > Acesso em: 08 ago. 2017.

CENTRO DA PASTORAL VERGUEIRO (CPV). Bispos Discutem Projeto Cerrado. Dossiê Projeto Cerrado. São Paulo, CPV, 1983, p. 31-35.

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC). Biografia Nestor Jost. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jost-nestor>>. Acesso em: 19 set. 2018.

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC). Biografia Ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Matos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/matos-delio-jardim-de>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais. Relatório Anual (CNPEM). Parte II. 2017.

CERVO, Amado Luiz. Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Rev. Bras. Polít. Int.* 37 (1), 1994a, pp. 37-63.

CERVO, Amado Luiz. "Relações Internacionais do Brasil". In: CERVO, Amado L. (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: EDUNB, 1994b.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Rev. bras. polít. int.* vol.45, n.1, pp. 5-35, 2002.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 57 (2), 2014, pp. 133-151.

CHILE. EMBAIXADA DO CHILE NA CHINA. Disponível em: <<http://chile.gob.cl/china/relacion-bilateral/cooperacion-internacional>> Acesso em: 19 abril 2018.

CHINA. State Council. White Paper on China's Foreign Aid. 2014. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm > . Acesso em: 20 set. 2018.

China National Space Administration (CNSA). 2017. BRICS Remote Sensing Satellite Constellation. Apresentado por Jiang Hui. 07 nov. 2017. Disponível em: <http://www.unoosa.org/documents/pdf/hlf/HLF2017/presentations/Day2/Session_7a/1_Progress_of_BRICS_Remote_Sensing_Satellite_Constellation-dubai.pdf >. Acesso em: 23 maio 2018.

COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). *Revista de Política Agrícola*, Ano X, Nº 03, Jul/Ago/Set, 2001.

COLÔMBIA. Embaixada da Colômbia na China. Disponível em: <http://china.embajada.gov.co/colombia/instrumentos_acuerdos>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/japao/programa-capes-jsps>> Acesso em: 19 dez. 2017.

Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO). Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/#implantacao> > Acesso em: 14 dez. 2015.

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). 2017. Notícias Fórum CELAC. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/esp/zgltmjlbjgix_2/t1473679.htm > Acesso em: 10 fev. 2018.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <<http://cnpq.br/anos-80>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

COPPE. UFRJ. Centro China Brasil Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia. Disponível em: <<http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/> >. e <<http://www.centrochinabrasil.coppe.ufrj.br/projetos-e-pesquisas/#> >. Acesso em: 29 jun. 2014.

CÔRREA, Germano Faria; BARBOSA, Pedro Henrique Batista. Uma tentativa brasileira de entender o funcionamento do governo e do setor privado da China. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, p.21-64.

CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. *A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia*. Brasília: FUNAG, 2010.

COSTA, Maria Conceição da; DOMINGUES, Amanda Almeida. Dinâmica Política Internacional e a cooperação internacional em C&T no Brasil. Rio de Janeiro. *Liinc em Revista*, v.10, n.2, nov. 2014, p. 546-559.

COX, Robert. *Social Forces, State and World Orders: Beyond International Relations Theory*. In: KEOHANE, Robert. *Neorealism and its Critics*. Nueva York: Columbia University, 1986.

CUNHA, Lilian Fernandes da. *Em busca de um modelo de cooperação sul-sul- o caso da área espacial nas relações entre o Brasil e a República Popular da China (1980-2003)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais. Brasília, Universidade de Brasília, 2004.

DAI, Xinyuan; SNIDAL, Duncan. International Cooperation Theory. In: DENEMARK, R. E (Ed.) *The International Studies Encyclopedia*. Vol. VI. Oxford: ISA with Wiley Blackwell, 2010, pp. 4001-4020.

DANTAS, Aline Chianca; LEITE, Alexandre César Cunha. Cooperação técnica Brasil-Japão e os delineamentos em torno da política externa brasileira do governo Lula. In: *Mural Internacional*, Ano IV, Nº1, Jun. 2013, p. 13-18.

DANTAS, Aline Chianca. *Segurança nacional japonesa: o desenvolvimento das forças de autodefesa e o impacto do discurso de segurança humana*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. João Pessoa, Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

Diálogos Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos (2014, 2016 e 2017). Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_ja/00_000234.html>; <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/3o-dialogo-brasil-japao-discutira-investimentos-no-agro>>. Acesso em: 30 set. 2018.

DICAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: <<http://www.dicasdepolicaspublicas.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

DI CIOMMO, Mariella. O futuro da cooperação para o desenvolvimento – O papel crescente dos doadores emergentes. Relatório. *Development Initiatives*, mar. 2014.

DINIZ, Simone. Acordos Internacionais de Cooperação nos Governos Fernando Henrique e Lula. E-legis, Brasília, n10, jan/abr 2013, p. 26-41.

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. México: Ediciones Era, 1978.

DURÃO, Otavio. Planning and Strategic Orientations of the Brazilian Space Program. In: Ed. SADEH, Eligar. *Space Strategy in the 21 st Century: Theory and Policy*. London and New York: Routledge, 2013, p. 335-346.

DURÃO, Otavio Santos Cupertino; CEBALLOS, Décio Castillo. Desafios Estratégicos do Programa Espacial Brasileiro. In: BRASIL. Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Desafios do Programa Espacial Brasileiro*. Brasília: SAE, 2011, p. 41-57.

ELLIS, Evan. Advances in China-Latin America Space Cooperation. *China Brief: a journal of analysis and information*. *The Jamestown Foundation*, Vol. X, Issue 14, July 9, 2010, p. 5-7.

ELLIS, Evan. *China on the Ground in Latin America*. Challenges on the Chinese and Impacts on the Region. USA: Palgrave Macmillan, 2014.

ELLIS, Evan. Chinese Engagement with Bolivia. Resources, Business Opportunities and Strategic Location. *Air and Space Power Journal*, 2016, p. 3-19.

ELLIS, Evan. The Future of Latin America and the Caribbean in the Context of the Rise of China. Report. *Center for Strategic & International Studies (CSIS)*. Nov. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). 2007. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18008227/-embrapa-e-china--afinam-parceria>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). 2011. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18144043/embrapa-inaugura-labex-china>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/29154699/brasil-e-china-va-estretitar-cooperacao-em-pesquisas-de-bambu>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Currículo Alexandre Nepomuceno. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/equipe/-/empregado/271627/alexandre-lima-nepomuceno>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). LABEX. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/programa-embrapa-labex>>. Acesso em: 26 set. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). LABEX-CHINA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/labex-china>>. Acesso em: 20 set. 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; PARADIS, Clarisse Goulart. Humanism and Solidarity in Brazilian Foreign Policy Under Lula (2003-2010): Theory and Practice. *Brazilian Political Science Review*. 7 (2), 2013, p. 8-36.

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, nov. 2011, p. 105-130.

FERNANDES, Luis et al. Cooperação científico e tecnológica para o desenvolvimento dos BRICS: o caso do programa CBERS. Policy Brief. *BRICS Policy Center*, Ago. 2013.

FERREIRA, Marcos José Barbieri; NERIS JR., Celso. O Setor Espacial Brasileiro à Luz das Recentes Mudanças dos Arranjos Organizacionais. In: *1º Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação (ENEI)*. Vol. 3, Nº 4, Dez. 2016. Disponível em: <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-list/1enei-279/list#articles>>. Acesso em: 24 set. 2018.

FESTINGER, Leon. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford, California: Stanford University Press, 1968.

FIELD MUSEUM. Projeto Brasil-Japão. Publicações. Disponível em: <<http://www.wrc.kyoto-u.ac.jp/satreps/english/publication.html>>. Acesso em: 27 set. 2017.

FIGUEIRA, Ariane Roder. Rupturas e Continuidades no Padrão Organizacional e Decisório do Ministério das Relações Exteriores. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 2, 2010, p. 5-22.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1994.

FRAUNDORFER, Markus. Fome Zero para o Mundo- A Difusão Global Brasileira do Programa Fome Zero. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Vol. 2, Nº 4, Jul./Dez. 2013, p. 97-122.

FUGANTI-PAGLIARINI, Renata et al. Characterization of Soybean Genetically Modified for Drought Tolerance in Field Conditions. *Frontiers in Plant Science*, Vol. 8, Article 448, April, 2017.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). 2014. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/fapesp_assina_acordo_com_agencia_japonesa_de_fomento_a_ciencia/19542/> Acesso em: 20 jan. 2018.

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2012. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/fundacao-firma-parceria-com-escritorio-de-saude-de-qingdao-na-china>>. Acesso em: 20 set. 2018.

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-e-china-avancam-em-acordo-de-cooperacao-cientifica>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FURTADO, André Tosi; COSTA FILHO, Edmilson de Jesus. Avaliação de Impactos Econômicos do Programa do Satélite Sino-Brasileiro (CBERS). *Parcerias Estratégicas*. Nº 15, Out., 2002, p. 5-44.

GALLAGHER, Kevin. *The China Triangle*. Latin America China's Boom and the Fate of the Washington Consensus. USA: Oxford University Press, 2016.

GAMA, William; VELHO, Léa. A cooperação científica internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54), 2005.

GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.

HAIBIN, Niu. Emerging Global Partnership: Brazil and China. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53 (Special Edition), 2010, p. 183-192.

HANDBERG, Roger; LI, Zhen. *Chinese Space Policy: A Study in Domestic and International Politics*. London and New York: Routledge, 2007.

HARDING, Robert C. *Space Policy in Developing Countries – The Search for Security and Development on the Final Frontier*. London and New York, 2013.

HEARN, Adrian. China and Latin America. Economy and Society. *Policy Studies Organization. Latin America Policy*. Vol. 4, Number 1, 2013, pp. 24-35.

HERMANN, Margaret G. Explaining Foreign Policy Behavior Using the Personal Characteristics of Political Leaders. *International Studies Quarterly*, Vol. 24, Nº 1, Mar. 1980, p. 7-46.

HIRST, Mônica. O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954). *Cena Internacional*. 2003.

HIRST, Mônica. A South-South Perspective. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe. (Eds.) *China's Expansion into the Western Hemisphere: Implications for Latin America and United States*. Washington: Brookings Institution Press, 2008, pp. 90-110.

HIRST, Mônica. *Aspectos Conceituais e Práticos da Atuação do Brasil em cooperação sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné-Bissau*. Texto para Discussão 1687. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2012.

HOPKINS, Raymond F. The International Role of Domestic Bureaucracy. *International Organization*. Vol. 30, Nº 3, Summer, 1976, p. 405-432.

HOSONO, Akio; HONGO, Yutaka. Capítulos 1-5. In: HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Magno Campos da; HONGO, Yutaka. *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2016, p.11-136.

HUANG, Meibo. Policies and Practices of China's Foreign Aid: A Comparison with Japan. In: Eds. KATO, Hiroshi; PAGE, John; SHIMOMURA, Yasutami. *Japan's Development Assistance*. Foreign Aid and the Post- 2015 Agenda. New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 135-148.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *A Ocupação dos Cerrados: Uma Análise Crítica*. Jul. 1986.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. *O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiás, Universidade Federal de Goiás, 2010.

INOUE, Cristina Yumie Aoki; VAZ, Alcidez Costa. Brazil as a Southern donor: beyond the hierarchy and national interests in development cooperation? *Cambridge Review of International Affairs*. 25:4, 2012, p. 507-534.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Laboratório de Integração e Testes. Disponível em: <http://www.lit.inpe.br/pt-br/vinte_e_cinco_anos_de_atuacao_do_laboratorio_de_integracao_e_testes_lit>. Acesso em: 28 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 1828. 20 maio 2009. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1828>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 2964. Jun. 2012 Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2964>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 2974. Jul. 2012. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2974>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3009. Ago. 2012. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3009>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3350. 02 ago. 2013. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3350>. Acesso em: 28 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3470. 2013. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3470>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3629. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3629>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3698. Set. 2014. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3698>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3796. Dez. 2014. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3796>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3861. Abril 2015. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3861>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3910. Jun. 2015. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3910>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 3959. Ago. 2015. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3959>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 4042. Nov. 2015. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4042>. Acesso em 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 4121. 2 mar. 2016. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4121>. Acesso em: 11 dez. 2017.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 4342. Nov. 2016. Disponível em: <http://www.cbers.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4342>. Acesso em: 31 maio 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 4353. 5 dez. 2016. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4353>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Notícia 4363. 12 jan. 2017. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4363>. Acesso em: 30 out. 2017.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Relatório de Gestão Anual do INPE de 2009. Elaborado pela Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação do INPE. 2010.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (INPE/ CBERS). Disponível em: < <http://www.cbers.inpe.br/index.php> > Acesso em: 29 jun. 2014.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (INPE/ CBERS). Disponível em: <<http://www.cbers.inpe.br/sobre/historia.php>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI): 2011-2013. Brasília: IPEA: ABC, 2016.

JAGUARIBE, Roberto. Relatório de Gestão. Embaixada do Brasil na China. 2016.

JANK, Marcos. Agronegócio Brasil-China: desafios e oportunidades em tempos de guerra comercial. *CBEC Briefing*, Edição 4, Jun. 2018.

Japan International Cooperation Agency (JICA). 50 Anos de Cooperação Brasil-Japão. 2009. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2013.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Áreas prioritárias para assistência. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/projects/index.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Avaliação Final dos Projetos da América Latina e Caribe. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/english/our_work/evaluation/tech_and_grant/project/term/latin_america/index.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Cooperação triangular. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/articles/100512.html>> Acesso em 14 dez. 2015.

Japan International Cooperation Agency (JICA). KOBAN. 2008. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/articles/2007_2008/080319.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Países e regiões. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/english/countries/america/index.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Projetos de Cooperação Técnica. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/brazil02_01.html>. Acesso em: 27 set. 2015.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Projetos de cooperação técnico-científica. Disponível em: <http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/brazil02_03.html>. Acesso em: 27 set. 2015.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Relatório Anual, 2016.

Japan International Cooperation Agency (Jica). Terminal Evaluation Summary CADAF, 2014.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Summary of Terminal Evaluation. Development of Genetic Engineering Technology of Crops with Stress Tolerance against Degradation of Global (EGCRS), 2014.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Ex-post Evaluation. Projeto de Municipalidade de Saúde do Nordeste do Brasil. 2013.

Japan International Cooperation Agency (JICA). Ex-post Evaluation. Projeto ALOS. Jul. 2017.

Japan Science and Technology Agency (JST). Strategic International Collaborative Research Program (SICP). Disponível em: <<https://www.jst.go.jp/inter/english/sicp/country/brazil.html>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

Japan Science and Technology Agency (JST). Science and Technology Research Partnership for Sustainable Development (SATREPS). Disponível em: <<https://www.jst.go.jp/global/english/kadai/index.html>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

Japan Science and Technology Agency (JST). Novas técnicas de diagnóstico para proteger pacientes imunocomprometidos contra infecções de fungos. Disponível em: <https://www.jst.go.jp/global/english/kadai/h2118_brazil.html>. Acesso em: 17 set. 2018.

JAPÃO. Embaixada do Japão no Brasil. Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/bilaterais/relacoes_bilaterais.html> Acesso em 24 nov. 2016.

JAPÃO. Embaixada do Japão no Brasil. Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_ja/00_000234.html>. Acesso em: 5 fev. 2018.

JAPÃO. 2013. Embaixada do Japão. Reunião Sobre Cooperação Espacial entre Japão e Brasil. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/bilaterais/26abr13.html>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

JAPÃO. PROPOSTA JAPONESA. Encontro Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos. Jul. 2017. Disponível em: <<http://www.maff.go.jp/j/press/kokusai/chiiki/attach/pdf/170713-3.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

JAPÃO. Centro de Tecnologia de Sensoriamento Remoto do Japão. Relatório Final ALOS. Versão Traduzida. Jul. 2012.

JAPÃO. *Ministry of Foreign Affairs of Japan (MOFA)*. Joint Press Statement on Technical Cooperation between Japan and the Federative Republic of Brazil. 2005. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/latin/brazil/pv0505/press-2.html>> Acesso em: 08 jan. 2013.

JENKINS, Rhys. Latin America and China – a new dependency? *Third World Quarterly*, 18 (33), 7, 2012, p. 1337-1358.

KATO, Hiroshi. Japan's ODA 1954-2014: changes and continuities in a Central Instrument in Japan's Foreign Policy. In: Eds. Hiroshi Kato, John Page, Yasutami Shimomura. *Japan's Development Assistance – Foreign Aid and the Post 2015 Agenda*. New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 1-18.

KAWASHIMA, Yutaka. *Japanese Foreign Policy at the Crossroads: Challenges and Options for the Twenty-First Century*. Washington: Brookings Institution Press, 2003.

KENNAN, George F. Foreign Aid as a National Policy. *Academy Political Science*, Vol.30, Nº3, May, 1971, p. 175-183.

KEOHANE, R. Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics. *International Organizational*, vol. 23, nº. 2, primavera, 1969, p. 291-310.

KEOHANE, R. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence in the Information Age*. Foreign Affairs 77: 5, Set./ Out. 1998.

KEOHANE, R. O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 4th Ed. New York: Longman, 2011.

KINDLEBERGER, C. P. *The world in depression: 1929-1939*. Berkeley: Use 03080, 1973.

KITANO, Naohiro; HARADA, Yukinori. Estimating China's Foreign Aid: 2001-2013. *JICA Research Institute*. JICA-RI Working Paper, N° 78, Junho, 2014.

KRIEGER, Eduardo Moacyr; GÓES FILHO; Paulo de. A importância da cooperação internacional para o desenvolvimento da ciência brasileira. *Parcerias Estratégicas*, nº 20, junho 2005, p. 1161-1202.

LAGO, André Corrêa do. Relatório de Gestão (2013-2018). Embaixada do Brasil em Tóquio, 2018.

LAMARÃO, Sérgio; PINTO, Simone Cuber Araújo. Verbete Confederação Nacional de Agricultura. CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira- Palavras, Contextos e Razões*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

LAMPTON, David M. US-China Relations: Revisionist History Needs Revision. Revisited Draft. Carter Center Conference. Out, 2018. Disponível em: <<https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/china/china-program-2019/lampton.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

LANCASTER, Carol. *Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2007.

LANTEIGNE, Marc. *Chinese Foreign Policy: An Introduction*. London and New York: Routledge, 2009.

LANXIN, Xiang. An alternative Chinese view. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe. (Eds.) *China's Expansion into the Western Hemisphere: Implications for Latin America and United States*. Washington: Brookings Institution Press, 2008, p. 44-58.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. Relatório de Gestão. Embaixada do Brasil na China. 2015.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: Os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: FUNAG. 2011.

LEITE, Iara Costa. Cooperação sul-sul: conceito, história e marcos interpretativos. *Observador on-line*, v. 7, nº 3, mar. 2012.

LEITE, Iara Costa. A trajetória do Envolvimento do Brasil na Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento: Atores, Instrumentos e Estratégias (1950-2010). In: LECHINI, Gladys; GIACCAGLIA, Clarisa (Eds.). *Poderes Emergentes e Cooperación Sur-Sur*. Perspectivas desde el Sur Global. Rosario: UNR Editora, 2016, p. 50-69.

LEITE, Iara Costa et al. Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate. *Institute of Development Studies*. Evidence Report, N° 59, May 2014.

LEITE, Iara Costa; POMEROY, Melissa; SUYAMA, Bianca. Brazilian South-South Development Cooperation: The Case of the Ministry of Social Development in Africa. *Journal of International Development*. 27, 2015, p. 1446-1461.

LEMONS, Danyela da Cunha; CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz. A evolução das Políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Incorporação da Inovação. *Conferência Internacional LALICS*, Rio de Janeiro, 2013.

LENGAUER, Sara. China's Foreign Aid Policy: Motive and Method. *Culture Mandala: Bulletin of the Centre for East-West Cultural & Economic Studies*, Vol. 9, Issue 2, September-December 2011, pp.35-81.

LI, Yan. Science and Technology Policy Tools that Promote China's Global Investments – An investigation into China's One Belt One Road STI Cooperation Plan. In: Ed. JAGUARIBE, Ana. *Direction of Chinese Global Investments – Implications for Brazil*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 153- 176.

LIAO, Jing et al. The new face of china's foreign aid: where do we go from here? *The Lancet*. Vol. 392, Issue 10148, Aug. 2018, p. 636.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, V. 48, n° 1, jan./jun.2005a, pp.24-59.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n° 82, ano XIX, Jan./Mar. 2005b.

LIMA, Ludmila Moreira. Cooperação, o que vem a ser? *Hegemonia*. Brasília. V. 1, 2006.

LIVRO AZUL. 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

LIVRO VERDE. Coords. DA SILVA, Cylon Gonçalves; DE MELO, Lúcia Carvalho Pinto. Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia/ Academia Brasileira de Ciências, 2001.

LOBELL, Steven E; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the State and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LOPES, Luara Landulpho Alves. O Brasil no regime da cooperação internacional para o desenvolvimento: quoi de neuf? 3º Encontro Nacional da ABRI, 2011. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc0000000122011000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 set. 2018.

LOPES, Dawisson Belém. Japan-Brazil Cooperation: Flawed by Design? 10/05/2017a. In: *The Diplomat*. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/05/japan-brazil-cooperation-flawed-by-design/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

LOPES, Maurício Antônio. A cooperação técnica internacional brasileira em agropecuária: a experiência da EMBRAPA. In: ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Orgs.). *30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira*. Brasília: FUNAG, 2017b, pp. 75-96.

LYRIO, Maurício Carvalho. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: FUNAG, 2010.

MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI, Sarita. Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: desafios contemporâneos. In: *Cooperação Internacional na Era do Conhecimento*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010, p. 9-22.

MALACALZA, Bernabé. International Co-operation in Science and Technology: Concepts, Politics, and Dynamics in the case of Argentine-Brazilian Nuclear Co-operation. *Contexto Internacional*. Vol. 38 (2), May/Aug. 2016.

MALIN, Mauro; SOUSA, Luís Otávio de.; BARROS, Rogério. Biografia de Alysso Paolinelli. CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulinelli-alysson>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MARCOVITCH, Jacques. Competição, Cooperação e Competitividade. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994, p. 47-63.

MARTIN, Paulo San; PELEGRINI, Bernardo. *Cerrados - Uma Ocupação Japonesa no Campo*. Rio de Janeiro: Editora CODECRI, 1984.

MARTIN, Paulo San; PELEGRINI, Bernardo. As controvérsias na entrada do Japão no PRODECER. In: MIZUMOTO, Celso Norimitsu; OGURA, Yoshisuke; DA CRUZ, Julio C. A. Sesma. *O cerrado e o seu brilho*. São Paulo: Caramuru, 2009, p. 52-79.

MARTINS, Helena. Portal EBC. Agência Brasil. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-09/brasil-e-china-fecham-parceria-de-tecnologia-de-producao-de>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MARWELL, Gerald; SCHMITT, David R. *Cooperation – An Experimental Analysis*. New York: Academic Press, 1975.

MASIERO, Gilmar. *Negócios com Japão, Coréia do Sul e China: Economia, Gestão e Relações com o Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAWDSLEY, Emma. *The changing geographies of foreign aid and development cooperation: contributions from gift theory*. Transaction of the Institute of British Geographers. Royal Geographical Society, 2011, p. 256-272.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da cooperação norte-sul e atuais desafios à cooperação sul-sul. *Caderno CRH*, Salvador, V. 25, Nº 65, pp. 211-231, maio/ago. 2012.

MILANI, Carlos R. S. Cooperação bilateral e política externa: por que os Estados cooperam? *X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte, 2016.

MILANI, Carlos R. S. *ABC 30 anos: história e desafios futuros*. 1ª edição. Brasília: ABC, 2017.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, Tassia C. O. Cooperação sul-sul e política externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais*. V.1; N 1, jan./jun. 2013.,11-35.

MILANI, Carlos R. S.; LOPES, Roberta Nunes. Cooperação Sul-Sul e Policy Transfer em Saúde Pública: análise das relações entre Brasil e Moçambique entre 2003 e 2012. *Carta Internacional*. Vol. 9, Nº 1, jan./jun., 2014, p. 59-78.

MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56 (2), 2013, p. 5-22.

MILL, John Stuart. *A system of logic ratiocinative and inductive*. London: Longmans, 1973.

MILNER, Helen. *International Theories of Cooperation among nations: strength and weaknesses*. World Politics, Vol. 44, Nº 3, Apr. 1992, pp. 466-496.

MILNER, Helen V. *Interests, Institutions and Information*. Domestic Politics and International Relations. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

MINGDE, Li. As relações sino-brasileiras: passado, presente e futuro. In: FUJITA, Edmundo S (org.). *O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao Encontro de Novos Horizontes*. Brasília: IPRI, 2003, p. 69-84.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa brasileira em um contexto globalizado. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, nº 9, 2009, p. 9-32.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *As grandes linhas da política externa brasileira*. Brasília: CEPA, Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

MIZUMOTO, Celso Norimitsu et al. O início do brilho. In: MIZUMOTO, Celso Norimitsu; OGURA, Yoshisuke; CRUZ, Julio Cesar Augusto Sesma da. *O cerrado e o seu brilho*. São Paulo: Associação dos Antigos Escoteiros e Escotistas Caramuru, 2009, p. 82-134.

MIZUMOTO, Celso Norimitsu; CRUZ, Júlio César Augusto Sesma da; OGURA, Yoshisuke. PRODECER. In: MIZUMOTO, Celso Norimitsu; OGURA, Yoshisuke; CRUZ, Julio Cesar Augusto Sesma da. *O cerrado e o seu brilho*. São Paulo: Associação dos Antigos Escoteiros e Escotistas Caramuru, 2009, p. 138-213.

MOLLER, Jorgen; SKAANING, Svend- Erik. In: BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. *Causal Case Study Methods: Foundations and Guidelines for Comparing, Matching, and Tracing*. USA: University of Michigan Press, 2016, p. 227- 268.

MOORE, Thomas G.; YANG, Dixia. Empowered and Restrained: Chinese Foreign Policy in the Age of Economic Interdependence In: LAMPTON, David M (Ed.). *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform, 1978-2000*. Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 191- 229.

MORAVCSIK, Andrew. Taking Preference Seriously: A liberal theory of international politics. *International Organization*. 51, 4, Autumn, 1997, p. 513-53.

MORGENTHAU, Hans. A Political Theory of Foreign Aid. *The American Political Science Review*, Vol. 56, Nº 2, Jun. 1962, p. 301-309.

MOREIRA, Marcílio Marques. O Brasil no contexto internacional do final do século XX. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 18, 1989, p. 5-23.

MOREIRA, Assis. Valor Econômico. 02/09/2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5104878/petrobras-faz-acordo-estrategico-com-banco-chines>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MORIN, Jean- Frédéric; PAQUIN, Jonathan. *Foreign Policy Analysis: A Tool Box*. Palgrave Macmillan/ Springer International Publishing AG, Switzerland, 2018.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

MOTOYAMA, Shozo. III Seminário Científico e Tecnológico Bio-Manguinhos/Fiocruz. Ciência e Tecnologia no Brasil: passado, presente e futuro em perspectiva. 04 maio 2015.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

NAKASHIMA, Kazuo; SUENAGA, Kazuhiro. Review. Toward the Genetic Improvement of Drought Tolerance in Crops. *JARQ* 51 (1), 2017, p. 1 – 10.

ODM Brasil. Disponível em: < <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

OLIVEIRA, Adilson de. Energy Security: A Brazilian Chinese Strategic Alliance. *Tempo do mundo*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. v. 2, n, 1, jan. 2016, Brasília: IPEA, 2016.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Brasil-China. 20 anos de Cooperação Espacial*. CBERS- O satélite da Parceria Estratégica. São Carlos, São Paulo: Editora Cubo, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. Chinese Land Grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness. *Globalizations*, 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. *São Paulo em Perspectiva*. 16 (1), 2002, p. 114-124.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 47, Nº 1, Brasília, Jan/Jun. 2004, pp. 7-30.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Ásia na atual conjuntura mundial. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos. *Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 83-100.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? *Revista Brasileira de Política Internacional*. 53(2), 2010, p. 88-106.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LUVIZOTTO, Caroline Klaus. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Nº 54 (2), 2011, pp. 5-21.

OLIVEIRA, Mônica Elizabeth Rocha de. *A política de compras do Programa Espacial Brasileiro como instrumento de capacitação industrial*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Engenharia e Tecnologia Espacial/Gerenciamento de Sistemas Espaciais. São José dos Campos, INPE, 2014.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (OCDE/CAD). Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/stats/officialdevelopmentassistancedefinitionandcoverage.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). STAT. 2017. Cooperação técnica Brasil-Japão 2000-2015.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). STAT. 2017. Cooperação técnica Japão –América Latina 2007-2015.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). STAT. 2019. ODA bruta ofertada pelo Japão ao Brasil (1960-2017). Disponível em: <<https://stats.oecd.org/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

Organização das Nações Unidas (ONU). Assembleia Geral (AGNU). 64ª Sessão. Resolução adotada pela Assembleia Geral. Conferência de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul. Nairóbi, 23 fev. 2010.

PALMER, Glenn; WOHLANDER, Scott B.; MORGAN, T. Clifton. Give or Take: Foreign Aid and Foreign Policy Substitutability. *Journal of Peace Research*, vol. 39, nº1, 2002, p. 5-26.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51 (2), 2008, p. 136-153.

PENA, J.A; YUMIN, T. The Role of Venezuelan Space Technology in Promoting Development in Latin America. *The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, Volume XLII-2/W7, 2017.

PERES, Hugo Freitas. Relações Brasil-Bangladesh: desafios para a construção da parceria. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 497- 527.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun., 2014, p. 1-22.

PFETSCH, Frank R. Power in International Negotiations: Symmetry and Asymmetry. *Négociations*, Nº16, 2011/2, p. 39-56.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma Análise do Processo de Tomada de Decisão”. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, 1993, p. 247-270.

POLÍCIA MILITAR SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/policia-comunitaria/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. DADOS CNPQ E CAPES. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle> >. Acesso em: 19 dez. 2017.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/cooperacaoSulSul.aspx>> Acesso em: 03 mar. 2016.

PUENTE, Carlos Afonso Iglesias. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista Sociologia e Política*. Vol. 18, n. 36, junho 2010, pp. 147-174.

RATNER, Carl. *Cooperation, Community and Co-Ops in a Global Era*. New York, Springer, 2013.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 47-72.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles; BAIARDI, Amilcar. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: refletindo conceitos e questões contemporâneas. *Contexto Internacional*, Vol. 36, nº 2, jul./dez, 2014, p. 585-621.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes. *Contexto Internacional*. Vol. 37, Nº 1, Jan./Abr., 2015, p. 255-287.

RODRIGUES, Roberto. Prodecer: An innovative international cooperative program. In: HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Magno Campos da; HONGO, Yutaka. *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2016, p. 220-234.

RODRIGUES, Waldecy; VASCONCELOS, Silvio Jucá; BARBIERO, Alan Kardec. Análise da Efetividade Socioeconômica do Prodecer III no município de Pedro Afonso, Tocantins. *Pesq. Agropec. Trop.*, Goiânia, v. 39, n. 4, out./dez. 2009, p. 301-306.

ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (Eds.). *China's Expansion Into the Western Hemisphere*. Implications for Latin America and United States. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe (Eds.). *Latin America and the Asian Giants*. Evolving Ties with China and India. Washington: Brookings Institution Press, 2016.

RUBIN, Jeffrey Z.; SALACUSE, Jeswald W. The Problem of Power in International Negotiations. *International Affairs*, April 1990, pp. 24-34.

RUFFINI, Pierre-Bruno. *Science and Diplomacy*. A new dimension of International Relations. Switzerland: Springer, 2017.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, 51. October 1998, p. 144-72.

RUIZ, Briceño José; SIMONOFF, Alejandro. Revisando la autonomía em América Latina em um contexto de inserción internacional y regionalismo. In: *Integración y cooperación regional en América Latina*. Una relectura a partir de la teoría de la autonomía. Buenos Aires: Biblos, 2015, p. 9-25.

SAKAGUCHI, Kota e FEIJÓ, Flávia. 25 Anos de Cooperação Triangular Japão-Brasil! 10 Anos de JBPP! In: *Japan International Cooperation Agency*. 2010. Disponível em: <<http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/articles/100512.html>> Acesso em: 8 jan. 2013.

SALGADO, Diana Carolina Castro. “Cooperación energética” China-Ecuador: Una relación de mutuos beneficios? Programa de Maestría en Relaciones Internacionales. Universidad Andina Simón Bolívar. Quito, Ecuador, 2014.

SANTANA, Carlos Eduardo; COELHO, José Raimundo Braga. O Projeto CBERS de Satélites de Observação da Terra. *Parcerias Estratégicas*, nº7, Out., 1999, p. 203-210.

SARAIVA, Miriam. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional* 50 (2), 2007, p. 42-59.

SCHLESINGER, Sergio. Brazilian cooperation and investment in Africa: the case of ProSavana in Mozambique. *TEMTI Series of Economic Perspectives on Global Sustainability*, TEMTI –CEESP / IUCN, EP 01-2014.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. *Desafios e Oportunidades para uma Indústria Espacial Emergente: O Caso do Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília. Ministério da Ciência Tecnologia, 2001.

SERBIN, Andrés. China y América Latina y el Caribe frente a un cambio de ciclo: narrativas y estrategias. In: BUELVAS, Eduardo Pastrana; GEHRING, Hubert (Eds.). *La Proyección de China en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Fundación Konrad Adenauer, 2017, p. 73-97.

SHAMBAUGH, David. *China Goes Global: The Partial Power*. New York: Oxford, 2013.

SHAMBAUGH, David. *China's Future*. USA: Polity Press, 2016.

SHANKLAND, Alex; GONÇALVES, Euclides. Imagining Agricultural Development in South-South Cooperation: The Contestation and Transformation of ProSAVANA. *World Development*. Vol. 81, 2016, p. 35-46.

SILVA, Alexandra de Mello. Desenvolvimento e Multilateralismo: Um Estudo Sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK. *Contexto Internacional*, Vol. 14 - No. 2 - jul/dez, 1992, p. 209-239.

SILVA, André Luiz Reis; SPOHR, Alexandre Piffero. A relação entre Executivo e Legislativo na formulação de Política Externa no Brasil. *Relações Internacionais*. Jun. 2016, p. 123-140.

Silva, D.M.F. et al. A tecnologia ginga como elemento de integração latino-americana. In: *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação*, 35º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza- CE, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2122-1.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2013.

SKIRA, Meghan. China and Latin America: A Match Made in Trade Heaven or Dependency Reloaded? *Senior Honors Projects*. Paper 37. 2007.

SKOLNIKOFF, Eugene B. *The Elusive Transformation - Science, Technology and The Evolution of International Politics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

SLY, Maria Jose Haro. *A Cooperação Científico-Tecnológica Sino-argentina e sino-brasileira: os casos do Laboratório Virtual (LABEX) da EMBRAPA em Beijing e do Centro Binacional China-Argentina de Ciência e Tecnologia de Alimentos*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

SNIDAL, Duncan. The Limits of Hegemonic Stability Theory. *International Organization*, Vol. 39, N° 4, Autumn, 1985, p. 579-614.

SOARES, Fernanda. *Governo Quer Ampliar Programa Sino-brasileiro*. 19 set. 2007. Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial. Disponível em: <<http://www.sindct.org.br/?q=node/764>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SORIA, Adrián Bonilla; GARCÍA, Paz Milet (Eds.). *China en América Latina y el Caribe: escenarios estratégicos subregionales*. San José, C.R.: FLACSO, CAF, 2015.

SOUSA, Luís Otávio de. Biografia de Antônio Cabrera. CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-cabrera-mano-filho>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SPEKTOR, Matias. Análise Estratégica para as Relações Internacionais do Brasil. In: *10 Desafios da Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), 2016, p. 133-143.

STARKEY, B.; BOYER, M. WILKENFELD; J. *International Negotiation in a Complex World*. United Kingdom: Rowman and Littlefield Publishers, 2010.

THE ROYAL SOCIETY. *New Frontiers in Science Diplomacy: Navigating the changing balance of power*. January, 2010. Disponível em: <https://royalsociety.org/~media/Royal_Society_Content/policy/publications/2010/4294969468.pdf> Acesso em: 04 out. 2017.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. A view from Latin America. In: ROETT, Riordan; PAZ, Guadalupe. (Eds.) *China's Expansion into the Western Hemisphere: Implications for Latin America and United States*. Washington: Brookings Institution Press, 2008, p. 59-89.

TOKATLIAN, Juan Gabriel; RUSSELL, Roberto. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. *Perfiles Latinoamericanos*. N° 21, Diciembre 2003, p. 159-194.

TRADE MAP. *Exportação Brasileira de Soja*. 2017. Disponível em: <<https://www.trademap.org/Index.aspx>>. Acesso em: 25 set. 2018.

TROYJO, Marcos Prado. *Tecnologia & Diplomacia: Desafios da Cooperação Internacional no Campo Científico-Tecnológico*. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

TUREKIAN, Vaughan C. et al. The Emergence of Science Diplomacy. In: DAVIS, Lloyd S.; PATMAN, Robert G (Eds.). *Science Diplomacy. New Day or a False Dawn*. New Zealand: University of Otago, p. 3-24.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. *Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos*. In: *Publicación Carta Asiática. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais de la Universidad de San Pablo*, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm> > Acesso em: 08 jan. 2013.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. China's Foreign Policy and Bilateral Relation with Brazil. In: FERREIRA, Leila da Costa; ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon (Eds.). *China & Brazil: challenges and opportunities*. São Paulo: Anablume, 2013.

United Nations Office For South-South Cooperation (UNOSSC). Disponível em: <http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html> Acesso em: 17 ago 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Instituto Oceanográfico (IO). Disponível em: Disponível em: <<http://www.io.usp.br/index.php/avisos/pos-graduacao/581-defesa-de-disserta%C3%A7%C3%A3o-de-doutorado-em-oceanografia-biol%C3%B3gica>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

US Department of Agriculture (USDA). Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>>. Acesso em: 17 set. 2018.

USIMINAS. 2017. Disponível em: <<http://www.usiminas.com/mecanica/2017/06/02/usiminas-celebra-60-anos-de-parceria-com-o-japao/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, nov. 2011, p. 57-79.

VALLER FILHO, Wladimir. *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG, 2007.

VAN DER VEEN, Maurits. *Ideas, Interests and Foreign Aid*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

VARGAS, João Augusto Costa. Brasil e Japão: construindo uma agenda global comum. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 65-102.

VAZ, Alcides Costa; INOUE, Cristina Yumie Aoki. Emerging Donors in International Development Assistance: The Brazil Case. Partnership & Business Development Division. *IDRC, CDRI*, Dez, 2007.

VELOSO, Rafael Alonso. Relações Brasil-Sudeste Asiático/ASEAN. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, p.239-274.

VIANA JR, Paulo Antônio. Brasil-Índia: construindo uma parceria estratégica- a cooperação entre os dois gigantes democráticos do século XXI. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 103-134.

VIEIRA, P.; BUAINAIN, A. M.; FIGUEIREDO, E. V. C. O Brasil Alimentará a China ou a China engolirá o Brasil? *Tempo do mundo*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. v. 2, n. 1, jan. 2016, Brasília: IPEA, 2016.

VIGEVANI, Tulio; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política Externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*. USP. Nov. 2003, p. 31-61.

VILAÇA, Fabiano; PINHEIRO, Luciana. Biografia Íris Rezende. CPDOC, FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado>> . Acesso em: 19 set. 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As Relações Internacionais da África e da Ásia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WAGNER, Elmar; GOEDERT, Wenceslau J.; ROCHA, Carlos Magno Campos. CPAC: A Model for an R&D System for Tropical Agriculture. In: HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Magno Campos da; HONGO, Yutaka. *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2016, p. 157-196.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2005.

WANG, T. Y. U.S. Foreign Aid and UN Voting: An Analysis of Important Issues. *International Studies Quarterly*, 43, 1999, p. 199-210.

WATANABE, Horitaka. Japan's Space Strategy: diplomatic and security challenges. In: Ed. SADEH, Eligar. *Space Strategy in the 21 st Century: Theory and Policy*. London and New York: Routledge, 2013, p. 278-302.

WOLF JR., Charles 2015. China's Foreign Aid Offensive. *RAND Corporation*. Disponível em: <<http://www.rand.org/blog/2015/06/chinas-foreign-aid-offensive.html>> . Acesso em: 08 mar. 2017.

WOLF JR., Charles; WANG, Xiao; WARNER, Eric. China's Foreign Aid and Government-Sponsored Investment Activities. Scale, Content, Destinations, and Implications. *RAND Corporation*. National Defense Research Institute. 2013.

WOLLMANN, Fabiano Joel. Vinte e cinco anos de relações bilaterais entre o Brasil e os países da Ásia Central. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 301-338.

WOMACK, Brantly. Beyond win-win: rethinking China's international relationships in an era of economic uncertainty. *International Affairs*, 89: 4, 2013, p. 911-928.

WORLD BANK. World Bank Data. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

WORLD BANK. World Bank Data. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/china>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

XING, Li. The Expansion of China's Global Hegemonic Strategy: Implications for Latin America. *JCIR Special Issue*, 2016.

XING, Li; CHRISTENSEN, Steen F. *The rise of China. The Impact on Semi-periphery and periphery countries*. Aalborg, Denmark: Aalborg University Press, 2012.

X-rates. Disponível em: <<http://www.x-rates.com/average/?from=JPY&to=USD&amount=1&year=2014>>. Acesso em: 25 out. 2017.

YAKUSHIJI, Taizo. Japan's current and future technological agendas. In: SEGERS, Rien T. (Ed.). *A New Japan for the Twenty-First Century. An Inside Overview of current fundamental changes and problems*. London and New York: Routledge, 2008, p. 55-64.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAKARIA, Farred. Foreword. In: KEOHANE, R. O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 4th Ed. New York: Longman, 2011, p. xiii-xv.

ZANATTA, Mauro. 05 mar. 2001. Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/1000003270/Prodecerchega-ao-fim-cheio-de-dividas>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ZARTMAN, William. Negotiating from Asymmetry: The North-South Stalemate. *Negotiation Journal*, April 1985.

ZARTMAN, William. What I want to know about negotiations. *International Negotiation*, 2002, pp. 5-15.

ZARTMAN, William; RUBIN, Jeffrey. The Study of Power and the Practice of Negotiation. In: Eds. ZARTMAN, William; RUBIN, Jeffrey. *Power and Negotiation*. USA: University of Michigan, 2000, p.3-28.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva; AGUIAR, Adriano Giacomet Higa de. Relações Brasil-Coreia do Sul. In: BARBOSA, Pedro B. (Org.). *Os desafios na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, p.173-200.

ANEXOS

ANEXO A- Atos Internacionais Brasil-Japão

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data Celebração	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão Sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assunto Aduaneiros.	Japão	Aduanas, Impostos e Tarifas	14/09/2017	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Japão para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura	Japão	Cooperação Econômica - Investimento - Promoção e Proteção de Investimentos	19/10/2016	Em Vigor
Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre a Facilitação da Emissão de Vistos de Múltiplas Entradas para Portadores de Passaportes Comuns	Japão	Vistos e Imigração	02/02/2016	Em Vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	Japão	Direito Penal	24/01/2014	Em Vigor
Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre Isenção de Vistos para Passaporte Diplomático, Passaporte Oficial e Passaporte de Serviço	Japão	Vistos e Imigração - Privilégios e Imunidades	02/09/2013	Em Vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1970	Japão	Cooperação Técnica	25/06/2012	Em Vigor
Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre a Facilitação da Emissão de Vistos com Múltiplas Entradas para fins de Negócios	Japão	Vistos e Imigração	28/11/2011	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e ao Estado do Pará (junho/2011)	Japão	Empréstimos	30/06/2011	Em Vigor

Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão	Japão	Previdência Social	29/07/2010	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês para Promover o “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista Fase II”	Japão	Empréstimos - Cooperação Financeira	01/07/2010	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para aeronaves japonesas operando no Brasil.	Japão	Aduanas, Impostos e Tarifas	22/07/2009	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, em Relação à Concessão de Empréstimo Japonês com Vistas a Promover os Esforços de Estabilização e Desenvolvimento Econômicos da República Federativa do Brasil	Japão	Empréstimos	14/07/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus	Japão	Meio Ambiente - Cooperação Técnica	01/08/2008	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Escritório de Representação da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)	Japão	Privilégios e Imunidades	18/02/2008	Superado
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, Alterando os Quadros de Rotas do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos de 14/12/1956.	Japão	Transporte Aéreo	30/06/1999	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, Relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais.	Japão	Cooperação para Unidades da Federação	26/08/1996	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, no Âmbito da Doação Cultural Japonesa, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e	Japão	Cooperação Artístico-cultural	30/05/1995	Expirado

o Governo do Japão.				
Acordo, por Troca de Notas, que Estabelece os Novos Quadros de Rotas Aéreas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão	Japão	Transporte Aéreo	16/11/1993	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre a Doação de Equipamento à Universidade de Campinas/SP.	Japão	Cooperação Universitária	14/05/1993	Expirado
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão que concede Status Autônomo ao Escritório de Representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina no Rio de Janeiro.	Japão	Acordo de Sede	12/03/1993	Em Vigor
Acordo por Troca de Notas, Relativo à Concessão de Empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, para o Financiamento de Três Projetos Ambientais, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão	Japão	Meio Ambiente	12/03/1993	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Concessão de um Empréstimo nos Termos do Plano de Reciclagem Financeira, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão	Japão	Empréstimos	10/11/1989	Em Vigor
Convênio, entre a República Federativa do Brasil e o Japão, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 22 de setembro de 1970, sobre a Cooperação em Pesquisa Agrícola no Brasil.	Japão	Agricultura	03/08/1987	Expirado
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, para a Reestruturação, Reequipamento e Desenvolvimento do Núcleo Interdepartamental de Imunopatologia da Universidade Federal de Pernambuco, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Japão	Cooperação Técnica	23/05/1989	Expirado
Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Japão	Cooperação Científica e Tecnológica	25/05/1984	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Japão, ptn, de "Modus Vivendi" sobre Imigração Japonesa para o Brasil.	Japão	Migrações	27/01/1984	Em Vigor

Acordo, ptn, para a Concessão de Empréstimo ao Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação - PROFIR, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Japão	Combate à Seca/Irrigação - Cooperação Financeira	29/03/1983	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão de 22 de setembro de 1970, que Renova o Ajuste Relativo a Cooperação em Pesquisa Agrícola no Brasil de 30/09/77, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Japão	Agricultura - Cooperação Técnica	28/03/1983	Substituído
Acordo que Prorroga o Ajuste Relativo à Cooperação no Campo da Pesquisa Agrícola no Brasil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Japão	Agricultura	29/09/1982	Substituído
Troca de Notas Referentes ao Acordo sobre Empréstimo a Ser Concedido aos Projetos Portuários de Praia Mole e de Vila do Conde, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Japão	Empréstimos	05/11/1981	Expirado
Ajuste Relativo à Cooperação no Campo da Pesquisa Agrícola no Brasil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Japão	Agricultura	30/09/1977	Substituído
Comunicado Conjunto, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Japão	Declaração Conjunta	18/09/1976	Em Vigor
Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Japão	Aduanas, Impostos e Tarifas	23/03/1976	Em Vigor
Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimento, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Japão	Aduanas, Impostos e Tarifas	23/03/1976	Em Vigor
Emenda ao Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos, entre a República Federativa do Brasil e o Japão.	Japão	Transporte Aéreo	30/07/1974	Substituído
Tratamento Zoo-Sanitário de Carnes Cozidas- Congeladas de Origem Brasileira a Serem Importadas pelo Japão.	Japão	Sanidade Animal e Vegetal - Pecuária	17/06/1972	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre República Federativa do Brasil e Japão.	Japão	Cooperação Técnica	22/09/1970	Em Vigor

Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão.	Japão	Relações Diplomáticas e Consulares	23/06/1967	Em Vigor
Acordo, ptn, que estabelece uma Comissão Mista Permanente Brasil-Japão para a Promoção do Intercâmbio Comercial.	Japão	Comissão Mista	07/02/1967	Em Vigor
Convenção Entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos.	Japão	Aduanas, Impostos e Tarifas	24/01/1967	Em Vigor
Refinanciamento de Compromissos Comerciais (USIMINAS) entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão.	Japão	Empréstimos	07/10/1966	Expirado
Acordo entre a República dos Estados Unidos do Brasil e o Japão para a Consolidação dos Compromissos Comerciais Brasileiros	Japão	Comércio - Pagamentos e Resgates	19/02/1965	Expirado
Acordo para o Estabelecimento, em Recife, de um Centro de Treinamento para as Indústrias Têxteis, entre o Governo do Japão e o Governo dos Estados Unidos do Brasil.	Japão	Cooperação Industrial	28/03/1962	Expirado
Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e Japão.	Japão	Cooperação Artístico-cultural	23/01/1961	Em Vigor
Acordo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão	Japão	Migrações	14/11/1960	Em Vigor
Prorrogação da Vigência do Ajuste de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, de 16/10/1958	Japão	Comércio - Pagamentos e Resgates	15/10/1959	Expirado
Declaração Conjunta Brasil-Japão	Japão	Declaração Conjunta	27/07/1959	Em Vigor
Disposições Complementares ao Ajuste de Comércio e de Pagamentos, de 16 de outubro de 1958, entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão.	Japão	Comércio - Pagamentos e Resgates	16/10/1958	Expirado
Ajuste de Comércio e de Pagamentos, entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão.	Japão	Comércio	16/10/1958	Expirado
Acordo sobre Transportes Aéreos, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Japão.	Japão	Transporte Aéreo	14/12/1956	Em Vigor
Prorrogação do Prazo de Validade das Listas de Mercadorias do Ajuste Administrativo de Comércio entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Japão de 12 de setembro de 1952.	Japão	Comércio	07/08/1955	Expirado
Ajuste Administrativo de Comércio, entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão.	Japão	Comércio	12/09/1952	Expirado

Ajuste Administrativo de Pagamentos entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Japão	Japão	Pagamentos e Resgates	12/09/1952	Expirado
Ajuste Bancário de Pagamentos entre o Banco do Brasil S/A e o Comando das Potências Aliadas no Japão.	Japão	Pagamentos e Resgates	02/06/1949	Expirado
Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão.	Japão	Cooperação Artístico-cultural	23/09/1940	Substituído
Acordo sobre Assistência Judiciária entre os Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, Concluído por Troca de Notas.	Japão	Direito Civil	23/09/1940	Em Vigor
Acordo Administrativo entre os Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	Japão	Malas Diplomáticas	16/06/1921	Expirado
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado em Paris pelos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão.	Japão	Paz, Amizade, Comércio e Navegação - Comércio	05/11/1895	Em Vigor

Fonte: CONCÓRDIA, MRE, 2019.

ANEXO B- Atos internacionais Brasil – China

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data Celebração	Status da Tramitação
Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Sobre Facilitação de Vistos para Homens de Negócios	China	Vistos e Imigração	01/09/2017	Em Vigor
Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Cooperação Artístico-cultural	01/09/2017	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a facilitação de vistos de turista	China	Vistos e Imigração	01/09/2017	Em Vigor
Ata Final da IV Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China.	China	Comissão Mista - Comércio	30/10/1986	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores da Federação da Rússia, o Ministério de assuntos Exteriores da República da Índia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China e o Ministério das Relações Internacionais e Cooperação da República da África do Sul sobre a Criação de Sítio "WEB" Conjunto do BRICS	África do Sul - China - Índia - Rússia	Economia - BRICS - BRICS - Cooperação	09/07/2015	Em Vigor

Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS - 4 A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao " Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior" .	China	Espaço Exterior - Cooperação Científica e Tecnológica	19/05/2015	Em Vigor
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021	China	Declaração Conjunta	19/05/2015	Em Vigor
Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, na Área de Sensoriamento Remoto, Telecomunicações e Tecnologia da Informação	China	Defesa e Assuntos Militares	16/07/2014	Situação especial
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Facilitação da Concessão de Vistos para Homens de Negócios	China	Vistos e Imigração	16/07/2014	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	China	Aduanas, Impostos e Tarifas	21/06/2012	Em Vigor
Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação	21/06/2012	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Estabelecimento Recíproco de Centros Culturais	China	Cooperação Artístico-cultural	21/06/2012	Em Vigor

Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	China	Declaração Conjunta	12/04/2011	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Defesa	China	Defesa e Assuntos Militares	12/04/2011	Situação especial
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Universidade de Assuntos Estrangeiros da China	China	Academias Diplomáticas - Cooperação	14/09/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China para o Estabelecimento de Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual no Âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação	China	Propriedade Intelectual/Industrial - Cooperação	16/04/2010	Em Vigor
Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2010-2012	China	Cooperação Artístico-cultural	16/04/2010	Em Vigor
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014	China	Declaração Conjunta	15/04/2010	Expirado
Comunicado Conjunto entre a República do Brasil e a República Popular da China sobre o Contínuo Fortalecimento da Parceria Estratégica	China	Declaração Conjunta	19/05/2009	Em Vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	China	Direito Civil	19/05/2009	Em Vigor

Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Energia e Mineração	China	Energia	19/02/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Comissão de Desenvolvimento e Reforma do Estado da República Popular da China.	China	Energia - Recursos Naturais	05/06/2006	Em Vigor
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Energia	05/06/2006	Em Vigor
Programa-Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008	China	Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Artístico-cultural	23/03/2006	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China sobre Isenção Parcial de Vistos	Hong Kong	Vistos e Imigração	20/10/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal de Proteção Ambiental da República Popular da China	China	Meio Ambiente	17/08/2005	Em Vigor

Protocolo entre o Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves a ser Exportada do Brasil para a República Popular da China.	China	Pecuária - Sanidade Animal e Vegetal	12/11/2004	Em Vigor
Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite CBERS- 2B	China	Espaço Exterior	12/11/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Turismo da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Turismo da República Popular da China na Facilitação de Viagens de Grupos de Turistas Chineses ao Brasil	China	Turismo, Feira e Exposições	12/11/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento.	China	Cooperação Econômica - Investimento	12/11/2004	Situação especial
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China em Cooperação Industrial.	China	Cooperação Industrial	12/11/2004	Expirado
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	China	Extradicação	12/11/2004	Em Vigor

Ajuste Complementar sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica	24/05/2004	Em Vigor
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Administração Geral do Esporte do Estado da República Popular da China.	China	Cooperação Educacional e Esportiva	24/05/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China.	China	Transporte Ferroviário	24/05/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral para Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares.	China	Sanidade Animal e Vegetal	24/05/2004	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	China	Declaração Conjunta	24/05/2004	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China para Flexibilização da Concessão de Vistos para Empresários	China	Vistos e Imigração	24/05/2004	Substituído
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Estabelecimento da	China	Política Administrativa - Cooperação Técnica	24/05/2004	Em Vigor

Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação				
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficial e de Serviços	China	Vistos e Imigração	24/05/2004	Em Vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	China	Direito Penal	24/05/2004	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China em Cooperação Técnica e Científica no Campo dos Recursos Hídricos	China	Energia - Recursos Naturais	24/09/2003	Expirado
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Comissão Estatal para Planificação da Economia da República Popular da China sobre Cooperação Industrial.	China	Cooperação Industrial	02/12/2002	Expirado
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres.	China	Espaço Exterior - Cooperação Científica e Tecnológica	27/11/2002	Em Vigor
Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China	China	Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Educacional e Esportiva	12/11/2001	Em Vigor

para os anos de 2001 a 2004.				
Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Espaço Exterior - Cooperação Científica e Tecnológica	21/09/2000	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Extensão de Jurisdição do Consulado-Geral do Brasil em Hong Kong à Região Administrativa Especial de Macau.	China	Relações Diplomáticas e Consulares	15/12/1999	Em Vigor
Declaração Conjunta Brasil-China	China	Direitos Humanos	22/06/1999	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Cooperação Econômica - Cooperação Científica e Tecnológica	01/12/1998	Em Vigor
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para Assegurar a Qualidade de Produtos Importados e Exportados.	China	Cooperação Econômica	01/12/1998	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China nas Áreas da Metrologia e da Qualidade Industrial.	China	Cooperação Industrial - Cooperação Científica e Tecnológica	29/10/1997	Em Vigor
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	China	Declaração Conjunta	08/11/1996	Em Vigor

Popular da China sobre a Agenda Comum para o Desenvolvimento Sustentável.				
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Relativa às Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espacial.	China	Declaração Conjunta	08/11/1996	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Manutenção do Consulado-Geral do Brasil na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China.	China	Relações Diplomáticas e Consulares	08/11/1996	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal	China	Sanidade Animal e Vegetal	08/02/1996	Em Vigor
Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica na Área de Intercâmbio de Especialistas para Cooperação Técnica.	China	Cooperação Técnica	13/12/1995	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Rádio e Televisão entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Cooperação Artístico-cultural	13/12/1995	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres.	China	Espaço Exterior	13/12/1995	Em Vigor
Acordo de Quarentena Vegetal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	China	Agricultura	13/12/1995	Em Vigor

República Popular da China				
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República Popular da China.	China	Entendimento - Agricultura	25/07/1995	Em Vigor
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China	China	Espaço Exterior - Cooperação Científica e Tecnológica	08/11/1994	Em Vigor
Protocolo entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Geologia e Recursos Minerais da República Popular da China sobre Cooperação na Área de Geociências e Recursos Minerais.	China	Recursos Naturais	08/09/1994	Expirado
Protocolo de Intenção para a Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria Química da República Popular da China.	China	Cooperação Interinstitucional	06/09/1994	Expirado
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e a Ministério de Energia Elétrica da República Popular da China sobre Cooperação Tecnológica em Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado.	China	Recursos Naturais - Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1994	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica.	China	Cooperação Econômica - Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1994	Em Vigor

Acordo sobre Serviços Aéreos Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Transporte Aéreo	11/07/1994	Em Vigor
Ajuste no Setor de Novos Materiais, Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1982 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Cooperação Interinstitucional	04/04/1994	Em Vigor
Ajuste no Setor de Biotecnologia Aplicada a Agricultura Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 25 de março de 1982 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica	04/04/1994	Em Vigor
Ajuste no Setor de Medicina Tradicional Chinesa e Fitofármacos Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 25 de março de 1982 entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China	China	Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica	04/04/1994	Em Vigor
Prot. de Coop. no Âmbito do Ensino Superior entre a Fun. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES do MEC e o Dep. de As. Ext. DAE da Comissão Estatal de Educação CEE da China, Complementar ao Acordo de Coop. Cult. e Educ. de 01/11/85.	China	Cooperação Artístico-cultural - Cooperação	19/01/1994	Em Vigor
Protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da Rep. Fed. do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China, da Rep. Pop. da China (CNSA), sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior.	China	Espaço Exterior	23/11/1993	Em Vigor

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro.	China	Comércio	23/11/1993	Em Vigor
Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Espaço Exterior	05/03/1993	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular China.	China	Cooperação Econômica - Energia	05/03/1993	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio e Cooperação em Educação Entre o Ministério da Educação e do Desporto da República Federativa do Brasil e a Comissão Estatal de Educação da República Popular da China.	China	Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Artístico-cultural	25/02/1993	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Relações Diplomáticas e Consulares	05/08/1991	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	China	Aduanas, Impostos e Tarifas	05/08/1991	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Cooperação Econômica e Tecnológica.	China	Cooperação Econômica	18/05/1990	Em Vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Minério de Ferro.	China	Recursos Naturais - Cooperação Econômica	18/05/1990	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Aumento de Lotação de Repartições Consulares, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Relações Diplomáticas e Consulares	06/07/1988	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Vistos de Múltiplas Entradas em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Vistos e Imigração	06/07/1988	Substituído
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial.	China	Cooperação Industrial	06/07/1988	Em Vigor
Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Farmacos Destinados ao Combate a Grandes Endemias entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Saúde	06/07/1988	Expirado
Convênio sobre Cooperação no Domínio de Medicina e dos Farmacos Tradicionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Saúde	06/07/1988	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China em Matéria de Energia Elétrica, incluindo a Energia Hidrelétrica.	China	Energia - Cooperação Científica e Tecnológica	06/07/1988	Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Transportes.	China	Transporte Rodoviário - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Científica e Tecnológica	06/07/1988	Em Vigor
Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Espaço Exterior	06/07/1988	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Espaço Exterior	30/04/1988	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Cooperação Artístico-cultural	01/11/1985	Em Vigor
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Cooperação Técnica	01/11/1985	Em Vigor
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia entre a Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Cooperação Interinstitucional	01/11/1985	Em Vigor
Memorando de Entendimento Relativo à Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	China	Consultas Diplomáticas	01/11/1985	Em Vigor
Protocolo de Entendimento Brasil - China.	China	Cooperação Interinstitucional	01/11/1985	Em Vigor

Acordo, por Troca de Notas, para Criação de Adidâncias das Forças Armadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Defesa e Assuntos Militares	07/12/1984	Em Vigor
Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	China	Cooperação Interinstitucional	13/11/1984	Em Vigor
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Energia Nuclear	11/10/1984	Em Vigor
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai Brasil - China .	China	Relações Diplomáticas e Consulares	15/08/1984	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Comércio	29/05/1984	Em Vigor
Ajuste Complementar entre o CNPq e a Academia de Ciências da China nos Campos das Ciências Puras e Aplicadas .	China	Cooperação Interinstitucional	29/05/1984	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Energia Nuclear	29/05/1984	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	Em Vigor
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e	China	Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	Em Vigor

Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.				
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	Em Vigor
Convênio sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Transporte Fluvial e Marítimo	22/05/1979	Em Vigor
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Comércio	07/01/1978	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Instalação e Funcionamento das Embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília.	China	Relações Diplomáticas e Consulares	28/11/1974	Em Vigor
Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.	China	Estabelecimento de Relações Diplomáticas	15/08/1974	Em Vigor
Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China.	China	Comércio	28/12/1962	Em Vigor
Ajuste de Pagamentos e de Comércio entre o Banco do Brasil e o Banco Popular da China.	China	Pagamentos e Resgates	21/08/1961	Denunciado
Convênio Cultural entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da China.	China	Cooperação Artístico-cultural	27/03/1946	Em Vigor
Tratado de Amizade entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da China.	China	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	20/08/1943	Em Vigor
Convenção de Arbitramento entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da China.	China	Arbitragem e Conciliação	03/08/1909	Em Vigor

Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China.	China	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	03/10/1881	Substituído
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China.	China	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	05/09/1880	Substituído

Fonte: CONCÓRDIA, MRE, 2019.